REVISTA

katálysis

Revista de Serviço Social
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação em Serviço Social
Universidade Federal de Santa Catarina

Copyright © 1997
Revista Katálysis



A Revista Katálysis é editada pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e pelo Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Foi indexada na *Scientific Electronic Library Online* – SciELO – em 2006. Recebe desde o ano de 2008, pelo Sistema de Avaliação e Qualificação da Capes/Qualis, a classificação A1 na área de Serviço Social. A Revista Katálysis, tem o objetivo de publicar produções científicas atuais e relevantes, relacionadas ao Serviço Social, abrangendo temáticas das ciências sociais aplicadas, ciências humanas, política social, trabalho, questão social, saúde pública, cidadania, democracia, ética, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, questão urbana e agrária e globalização, bem como temas cuja interdisciplinaridade lhe são inerentes.

É uma Revista científica, de periodicidade quadrimestral, arbitrada, indexada, de circulação nacional e internacional, com especial inserção em países de língua portuguesa e hispânica. De natureza acadêmica, é voltada para o Serviço Social e áreas afins, para professores, pesquisadores, profissionais e para os segmentos da sociedade civil e política. Por seu vínculo com uma universidade pública, contribui para a construção de espaços públicos de socialização do conhecimento científico, acumulando, desde 1997, um rico acervo de informações, análises, fontes teóricas, debates, pesquisas e experiências.

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Ubaldo Cesar Balthazar – Reitor
Alacoque Lorenzini Erdmann – Vice-Reitora

Centro Socioeconômico – CSE
Irineu Manoel de Souza – Diretor
Maria Denize Henrique Casagrande – Vice-Diretora

Departamento de Serviço Social – DSS
Jaime Hillesheim – Chefe

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS
Beatriz Augusto de Paiva – Coordenadora

Revista Katálysis – PPGSS – UFSC
Telefone: +55 48 3721 6524
E-mail: revistakatalysis@gmail.com
Websites:
https://katalysis.ufsc.br
http://www.scielo.br/rk

Avaliadores em 2020

Adriana Giaqueto Jacinto – Universidade Estadual de São Paulo – UNESP, Franca – SP, Brasil
Alessandra Ximenes da Silva - Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campina Grande – PB, Brasil
Alexandre Aranha Arbia - Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Juiz de Fora – MG, Brasil
Aline Aparecida Justino - Universidade Federal de Santa Catarina– UFSC, Florianópolis-SC, Brasil
Ana Carla Carla Werneque Ribas - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis-SC, Brasil
Ana Maria Baima Cartaxo - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis - SC, Brasil
Antônio Gabriel Santana Martins - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Antonio Germano Magalhães Junior – Universidade Estadual do Ceará – UECE, Fortaleza - CE
Ariane Simioni – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo – RS, Brasil
Bruna Carolini De Bona - Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Criciúma –SC, Brasil
Bruno Dandolini Colombo - Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, Criciúma – SC, Brasil
Carla Rosane Bressan – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Carla Sónia Lopes da Silva Serrão - Instituto Politécnico do Porto - IPP, Porto - Portugal
Carlos Montaño - Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro – RJ, Brasil
Cláudia Priscila C. dos Santos - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Daniela Neves de Sousa - Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal – RN, Brasil
Edilane Bertelli – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Ednéia Alves de Oliveira - Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Juiz de Fora – MG, Brasil
Eduardo Baldissera Carvalho Salles - Pontifícia Universidade Católica - PUC, Porto Alegre – RS, Brasil.
Elizabeth Regina Negri Barbosa - Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP, Ribeirão Preto - SP, Brasil
Fábio Machado Pinto - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Gissele Carraro - Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia – EMESCAM – Vitória – ES, Brasil
Gláucia Lelis Alves – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro – RJ, Brasil
Helder Boska de Moraes Sarmento – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Helena Lúcia Chaves - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife - PE, Brasil
Heloísa Teles - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Ivanete Salete Boschetti – Universidade de Brasília – UnB, Brasília – DF, Brasil
Jaime Hillesheim - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
João Luiz Horta - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais "Anísio Teixeira", INEP, Brasília – DF, Brasil
João Paulo Borges da Silveira - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis - SC, Brasil
Jolinda de Moraes Alves - Universidade Estadual de Londrina - UEL, Londrina - PR, Brasil
Juliane Feix Peruzzo - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife - PE, Brasil
Juliene Tenório de Albuquerque - Centro Universitário Joaquim Nabuco - UNINABUCO, Recife - PE, Brasil
Larissa Dahmer Pereira – Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói – RJ, Brasil
Leandro Nunes - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis - SC, Brasil
Lucimara Perpétua dos Santos Benatti - União das Faculdades dos Grandes Lagos – UNILAGO, São José do Rio Preto – SP, Brasil
Luiz Inácio Germany Gaiger - Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos - São Leopoldo – RS
Mailiz Garibotti Lusa - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre – RS, Brasil
Maria Cecília Olivio - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Maria Cristina Soares Paniago – Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Maceió – AL, Brasil
Maria Norma Alcântara Brandão Holanda - Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Maceió – AL, Brasil
Maria Odete Simão - Universidade Estadual Paulista - UNESP, Botucatu - SP, Brasil
Maria Teresa dos Santos - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Marilia Carbonari - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Marisa Camargo - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis - SC, Brasil
Marli Elisa Nascimento Fernandes - Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas – SP, Brasil
Mary Garcia Castro - Universidade Católica do Salvador – UCSal, Salvador – BA, Brasil
Mary Kazue Zonfra - Prefeitura Municipal de Florianópolis – PMF, Florianópolis – SC, Brasil
Mónica Solange De Martino Bermúdez - Universidad de la República - UDELAR, Montevidéu, Uruguai
Olegna de Souza Guedes - Universidade Estadual de Londrina –UEL, Londrina – PR
Patricia Barreto Cavalcanti - Universidade Federal da Paraíba - UFPB, João Pessoa - PB, Brasil
Patricia de Lima Felix - Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ, Chapecó – SC, Brasil
Paulo Marques Alves - Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE, Lisboa, Portugal
Pedro Simões Neto - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Priscila Keiko Cossual Sakurada - Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói – RJ, Brasil
Ramofly Bicalho – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFFRJ, Nova Iguaçú – RJ, Brasil
Ranieri Carli de Oliveira - Universidade Federal Fluminense – UFF, Rio das Ostras – RJ,Brasil
Renilda Vicenz - Universidade Federal da Fronteira Sul/ UFFS, Chapecó – SC, Brasil
Rodrigo Castelo - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio, Rio de Janeiro – RJ, Brasil
Rosa Lucia P. Trindade - Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Maceió – AL, Brasil
Rosana Sousa de Moraes Sarmento - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Sabrina Aparecida da Silva - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Samira Safadi Bastos - Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador - BA, Brasil
Sara Caumo Guerra - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre– RS, Brasil
Silvana Mara de Morais dos Santos - Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN – Natal – RN, Brasil
Silvana Tumeleiro - Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba – PR, Brasil
Solange Conceição Albuquerque de Cristo - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, Marabá – PA, Brasil
Solange Maria Gayoso Costa – Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém – PA, Brasil
Sueli Bulhões da Silva - Pontifícia Universidade Católica – PUC, Rio de Janeiro - RJ, Brasil
Tânia Horsth Noronha Jardim - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, Rio de Janeiro – RJ, Brasil
Tânia Regina Kruger - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Valeria Lucilia Forti - Valeria Lucilia Forti – Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro – RJ, Brasil
Vania Maria Manfroi – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, Brasil
Valquíria Padilha - Universidade de São Paulo – USP, Ribeirão Preto – SP, Brasil
Valter Martins - Universidade Federal Fluminense - UFF, Campos dos Goytacazes - RJ, Brasil
Vera Lúcia Batista Gomes - Universidade Federal do Pará - UFPA, Belém - PA, Brasil
Yolanda Aparecida Demetrio Guerra - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro – RJ, Brasil

Apoio:

CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CAPES
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL
FEPESE

Comissão Editorial
Beatriz Augusto de Paiva - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis - SC, Brasil
Maria Regina de Avila Moreira- Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis - SC, Brasil
Marisa Camargo - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis - SC, Brasil
Michelly Laurita Wiese - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis - SC, Brasil

Suplentes
Dilceane Carraro - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis - SC, Brasil
Eliete Cibele Cipriano Vaz - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis - SC, Brasil
Mariana Pfeifer Machado - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis - SC, Brasil

Conselho Editorial Científico
Aldaíza Sposati - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo - SP, Brasil
Ana Elizabete Mota - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife - PE, Brasil
Ângela Maria Quintero Velásquez - Universidad de Antioquia - UdeA, Medellín, Colômbia
Beatriz Gershenson - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre - RS, Brasil
Berenice Rojas Couto - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre - RS, Brasil
Claudia Sandra Krmpotic - Universidad Nacional de La Matanza - UNLAM, Buenos Aires, Argentina
Cristina González - Universidad Nacional de Córdoba - UNC, Córdoba, Argentina
Denise Bomtempo Birche de Carvalho - Universidade de Brasília - UnB, Brasília - DF, Brasil
Edvânia Ângela de Souza Lourenço, Universidade do Estado de São Paulo - UNESP - Franca - SP, Brasil
Estela Grassi - Universidad de Buenos Aires - UBA, Buenos Aires, Argentina
Fábio Machado Pinto, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Educação, Departamento de Metodologia de Ensino, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil., Brasil
Fernanda Rodrigues - Universidade Católica Portuguesa - UCP, Braga, Portugal
Irene Rizzini - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, Rio de Janeiro - RJ, Brasil
Ivanete Boschetti - Universidade de Brasília - UnB, Brasília - DF, Brasil
Jorge Manoel Leitão Ferreira - Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa - Lisboa, Portugal
Jussara Maria Rosa Mendes - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Porto Alegre - RS, Brasil
Lígia Helena Hahn Lüchmann - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis - SC, Brasil
Manuel Jesús Sabariego Gómez - Universidad Pablo de Olavide - UPO, Sevilha, Espanha
Maria Carmelita Yazbek - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo - SP, Brasil
Maria da Glória Gohn - Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo - SP, Brasil
Maria do Rosário de Fátima e Silva - Universidade Federal do Piauí - UFPI, Teresina - PI, Brasil
Mariangela Belfiore Wanderley - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo - SP, Brasil
Marilda Villela Iamamoto - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Rio de Janeiro – RJ, Brasil
Marta Silva Campos - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo - SP, Brasil
Mónica Solange De Martino Bermúdez - Universidad de la República - UDELAR, Montevidéu, Uruguai
Nora Aquín - Universidad Nacional de Córdoba - UNC, Córdoba, Argentina
Paulo Marques Alves, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Departamento de Sociologia, Lisboa, Portugal, Portugal
Potyara Amazoneida Pereira Pereira - Universidade de Brasília - UnB, Brasília - DF, Brasil
Raquel Cardeira Varela, IHC/UNL (Instituto de História Contemporânea/Universidade Nova de Lisboa), Portugal
Ronaldo Vielmi Fortes, Universidade Federal de Juiz de Fora - Faculdade de Serviço Social
Sergio Lessa - Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Maceió - AL, Brasil
Sueli Bulhões da Silva - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio, Rio de Janeiro - RJ, Brasil
Susana Cazzaniga - Universidad Nacional de Entre Ríos - UNER, Entre Ríos, Argentina
Susana Malacalza - Universidad Nacional de la Plata - UNLP, Buenos Aires, Argentina
Yolanda Aparecida Demetrio Guerra - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro – RJ, Brasil

Editor-Chefe
Ricardo Lara

Vice-Editora Chefe
Carla Rosane Bressan

Editor Técnico
Ricardo Lara

Projeto Gráfico
Pedro Paulo Delpino

Editoração Eletrônica
Flávia Alexandra Kunradi

Formatação e Revisão da Normalização
Heloísa Costa e Larissa Salete Zotti

Tradução
A2Z Serviços de Idiomas - Inglês

Apoio Administrativo
Márcio dos Santos Siqueira

Assistente em Administração
Newton de Mendonça Barbosa Jr.

ISSN 1982-0259

Catalogação na fonte pela Biblioteca Universitária da UFSC

Revista Katálysis / Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Curso de graduação em Serviço Social. – n.1 (junho 1997) – .
– Florianópolis, 1997 – .
v. ; 28 cm

Quadrimestral
Resumo em português e inglês
Até 2003 vinculada ao Departamento de Serviço Social.
A partir de 2004 vinculada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e ao Curso de Graduação em Serviço Social.
A partir de 2006, disponível na SciELO em: <www.scielo.br/rk>
A partir de 2008, disponível no Portal Periódicos UFSC em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/index>
Versão impressa ISSN 1414-4980 até edição v. 18, n. 1 2015.
Versão online ISSN 1982-0259

1. Serviço Social. 2. Periódico. I. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. II. Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Graduação em Serviço Social.

CDU 36

Publicação indexada em:
SciELO - Scientific Electronic Library Online
DOAJ - Directory of Open Access Journals
REDALYC - Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal
DIALNET - Difusión de Alertas en la Red - Universidad de La Rioja/España
LATINDEX - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal
vLEX - Base de Dados da Área de Direito
OEI - Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura
ULRICHSWEB – Global Serials Directory
CAPES - Portal de Periódicos da Capes
PKP - Public Knowledge Project Index
REDIB - Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico

Sumário

Editorial

Política, Ciência e Mundo das Redes
Ricardo Colturato Festi 383

Espaço Temático: Política, Ciência e Mundo das Redes

Lukács: o "falso socialmente necessário"
Sérgio Lessa 389

Rumo a uma crítica sobre propriedade intelectual
João Romeiro Hermeto 399

Controle social e governo de dados
Augusto Jobim do Amaral
Felipe da Veiga Dias 409

Ódio e intolerância nas redes sociais digitais
Jaqueline Carvalho Quadrado
Ewerton da Silva Ferreira 419

Tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) e processo de ensino
Antonio Sandro Schuartz
Helder Boska de Moraes Sarmento 429

Empresa Brasil de Comunicação (EBC): a comunicação pública em declínio
Thiana Orth
Jéssica Degrandi Soares 439

As mulheres, os feminismos e as TICs
Marilene de Oliveira
Cristiane Moreira da Silva
Pollyanna Santos da Silveira 449

As lutas feministas e sua articulação pelas mídias digitais: percepções críticas
Priscila Rodrigues de Castro 459

Redes sociais e ativismo materno: desafios entre estudantes de uma universidade pública
Maria Clara Ramos da Fonseca Silva
Cristiano Guedes 470

Pobreza como *malware*: aplicativos e retração dos direitos sociais
Robson de Oliveira
Caio Cezar Sangioni Ceratt 480

Influência da participação popular em interface digital na proposição de leis estaduais
Giovani da Silva Ladinho Junior
Simone Cristina Dufloth 489

Mulheres jornalistas esportivas e mercado de trabalho: quem (não) as deixa trabalhar?
Lídia Ramires 501

A escravidão digital e a superexploração do trabalho: consequências para a classe trabalhadora
Clarissa Tenório Maranhão Raposo 510

Espaço Tema Livre

Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional
Maria Helena Elpidio 519

Entre os paradigmas aristotélico e Galileu: o que publicam os assistentes sociais chilenos?
Christian Quinteros Flores 528

Ao sul da fenda:
notas acerca da relação entre teoria e prática no Serviço Social
Eduardo Mara 539

Financiamento à ciência no Brasil:
distribuição entre as grandes áreas do conhecimento
Daniella Borges Ribeiro
Edineia Figueira dos Anjos Oliveira
Mirian Cátia Vieira Basílio Denadai
Maria Lúcia Teixeira Garcia 548

O impacto do "milagre econômico" sobre a classe trabalhadora
segundo a imprensa alternativa
Ana Elisa Lara Paulino 562

Trabalho, teleologia e causalidade:
as formas originárias da práxis social em Lukács
Reginaldo Pereira França Junior 572

Ajustes espaciais em escala amazônica ou contagem regressiva
dos direitos territoriais
Luis Fernando Novoa Garzon 582

Sobre o método progressivo-regressivo de Sartre:
uma perspectiva para o trabalho social
Mónica Solange De Martino 590

Espaço Especial

O confronto de projetos societários na América Latina no século XXI:
uma nova guinada do mundo?
Beatriz Augusto de Paiva
Elaine Jussara Tavares 601

A crise que não se parece com nenhuma outra: reflexões sobre a "corona-crise"
José Alvaro de Cardoso Lima 615

Entre a vida e a morte: Estado, racismo e a "pandemia do extermínio" no Brasil
Simone Sobral Sampaio
Gustavo Meneghetti 635

Superexploração e saúde:
a reprodução da força de trabalho nas economias dependentes
Diego de Oliveira Souza
Ana Maria Moura Araujo 648

Fetichismo da técnica e geração de valor no trabalho do profissional em saúde
Fillipe Manoel Santos Cavalcanti
Maria Virgínia Borges Amaral 658

Forças produtivas e compleições corporais:
do trabalho braçal ao trabalho confinado
Maurício Beck 667

Por que o trabalho na cana tem moído gente e espalhado bagaços?
Sabrina Ângela França da Silva Cruz 674

Ser docente no Século XXI: o trabalho em uma universidade pública brasileira
Maria de Fátima Ferreira Queiróz
Laiany Lara Emiliano 687

A mulher de negócios no discurso do trabalho feminino
Cristiane Gomes de Souza 700

"Desalentadas": subjetivação em dizeres sobre as mulheres
que *desistiram* de procurar trabalho
Sóstenes Ericson 707

Adaptação de Palestra

Notas sobre a complexidade do neoconservadorismo
e seu impacto nas políticas sociais
Guilherme Silva de Almeida 720

Contents

Editorial

Politics, science, and the world of digital networks
Ricardo Colturato Festi 386

Thematic Space: Politics, science, and the world of digital networks

Lukács: the "socially necessary false"
Sérgio Lessa 389

Towards a critique of intellectual property
João Romeiro Hermeto 399

Social control and data governance
Augusto Jobim do Amaral
Felipe da Veiga Dias 409

Hate and intolerance in digital social networks
Jaqueline Carvalho Quadrado
Ewerton da Silva Ferreira 419

Information and Communication Technology (ICT) and teaching process
Antonio Sandro Schuartz
Helder Boska de Moraes Sarmento 429

Empresa Brasil de Comunicação (EBC): public communication in decline
Thiana Orth
Jéssica Degrandi Soares 439

The women, the feminisms and the ICTs
Marilene de Oliveira
Cristiane Moreira da Silva
Pollyanna Santos da Silveira 449

Feminist struggles and their articulations by digital media: critical perceptions
Priscila Rodrigues de Castro 459

Social networks and maternal activism: challenges faced by students from a public university
Maria Clara Ramos da Fonseca Silva
Cristiano Guedes 470

Poverty as a malware: applications and retraction of social rights
Robson de Oliveira
Caio Cezar Sangioni Ceratt 480

Influence of popular participation in digital interface in the proposal of state laws
Giovani da Silva Ladinho Junior
Simone Cristina Dufloth 489

Women sports journalists and labor market: who (not) lets them work?
Lídia Ramires 501

Digital slavery and the super-exploitation of labor: repercussions for the working class
Clarissa Tenório Maranhão Raposo 510

Open-Themed Space

Curricular guidelines and racial issue: a pulsating beat in professional training
Maria Helena Elpidio 519

Between Aristotelian and Galilean paradigms: which do Chilean social workers publish?
Christian Quinteros Flores 528

**South of the crack:
notes on the relationship between theory and practice in Social Work**
Eduardo Mara 539

**Financing for science in Brazil:
distribution among major areas of knowledge**
Daniella Borges Ribeiro
Edineia Figueira dos Anjos Oliveira
Mirian Cátia Vieira Basílio Denadai
Maria Lúcia Teixeira Garcia 548

**The impact of the "economic miracle" on the working class
according to the alternative press**
Ana Elisa Lara Paulino 562

**Work, teleology and causality:
the original forms of social praxis in Lukács**
Reginaldo Pereira França Junior 572

Spatial adjustments in amazonian scale or countdown of territorial rights
Luis Fernando Novoa Garzon 582

**On the Sartrean progressive-regressive method:
a perspective for social work**
Mónica Solange De Martino 590

Special Space

**The dispute over (macro)social projects in Latin America in the 21st century:
a new twist in the world?**
Beatriz Augusto de Paiva
Elaine Jussara Tavares 601

The crisis that looks like no other: reflections on the "corona-crisis"
José Alvaro de Cardoso Lima 625

**Between the life and the death: State, racism and the
"extermination pandemic" in Brazil**
Simone Sobral Sampaio
Gustavo Meneghetti 635

**Superexploitation and health:
the reproduction of the workforce in dependent economies**
Diego de Oliveira Souza
Ana Maria Moura Araujo 648

Technique fetichism and value production in the health professional's work
Fillipe Manoel Santos Cavalcanti
Maria Virgínia Borges Amaral 658

**Productive forces and body compositions:
from manual labor to confined labor**
Maurício Beck 667

Why has sugarcane work grind people and spread bagasse?
Sabrina Ângela França da Silva Cruz 674

Teacher in the 21st Century: working conditions in a brazilian public university
Maria de Fátima Ferreira Queiróz
Laiany Lara Emiliano 687

The businesswoman in female labor speech
Cristiane Gomes de Souza 700

**"Discouraged":
subjectivity in the sayings about women who gave up looking for work**
Sóstenes Ericson 707

Adaptation of Lectures

**Notes on the complexity of neoconservatism
and its impact on social policies**
Guilherme Silva de Almeida 720

DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p383

EDITORIAL

Política, Ciência e Mundo das Redes

Se Max Weber pudesse, por algum milagre, analisar as duas primeiras décadas do século XXI, ficaria intelectualmente instigado com o grau de irracionalismo da "política" contemporânea. Se essa versão encarnada do autor alemão fosse aquela associada ao romantismo e ao pessimismo cultural, ele teria a certeza de que a sua metáfora da jaula de ferro se confirmara em sua forma mais radical. A racionalidade burocrática – que, na concepção do autor, representaria uma das singularidades do capitalismo em relação aos outros sistemas – parece dividir espaço, sem contradições, com a irracionalidade. A racionalidade, forma moderna de dominação, teria produzido a reificação das relações sociais e ao desencantamento do mundo. Nesse sentido, Weber estaria de acordo com Marx de que o capitalismo moderno é um universo em que os indivíduos são dirigidos por abstrações, "em que relações impessoais e coisificadas substituem as relações pessoais de dependência e em que a acumulação do capital se torna um fim em si, amplamente irracional" (LÖWY, 2014, p. 18).

Habermas (1980) nos lembra que Weber introduziu o conceito de "racionalidade" a fim de determinar a forma da atividade econômica no capitalismo, das relações de direito privado burguesas e da dominação burocrática. A racionalização progressiva da sociedade estaria ligada a secularização e a institucionalização do progresso científico e técnico. À medida em que a técnica e a ciência penetram nas estruturas da sociedade, as antigas formas de legitimação das instituições tradicionais desmoronam. Portanto, muito distante de um Weber estrutural-funcionalista criado por Parsons, o autor alemão, por meio de sua influência no jovem Lukács, impactou na tradição da Teoria Crítica, em particular no conceito de razão instrumental.

O que assistimos hoje senão a exacerbação dessa razão instrumental, isto é, da utilização da ciência e da técnica enquanto forma de produção e reprodução da ordem do capital? Como não encontrar nas disseminadas tecnologias de informação e comunicação uma profunda abstração das relações sociais, que intensificam ainda mais aquilo que Marx chamou de fetichismo da mercadoria? A cada dia, mais e mais máquinas se autogovernam e se comunicam entre si – como é o caso, por exemplo, da "Internet das Coisas" –, aumentando o pessimismo quanto às saídas emancipatórias.

Se as utopias revolucionárias parecem terem sido temporariamente derrotadas após o fim das sociedades pós-capitalistas, no final dos anos 1980, as utopias reacionárias ganharam projeções incalculáveis, associadas ao pensamento religioso e disseminadas pelos meios informacionais-digitais. Como observa Lukács, as utopias reacionárias que visam restaurar uma condição passada, não podem deixar de ter um caráter essencialmente irracionalista. Esta visão de mundo só consegue superar as antinomias fundadas numa negação da *ratio* de modo pseudodialético, sofistico (LUKÁCS, 2012).

Há muito tempo que a humanidade deixou de encontrar refúgio no projeto Iluminista. Fruto da ascensão da sociedade burguesa, seu caráter progressista foi ultrapassado pela própria decadência e degeneração do capitalismo, o que confirmam as análises da Teoria Crítica. Como ressalta Habermas sobre a concepção de Marcuse acerca do caráter inconfessado da dominação política da razão instrumental, ela

© O(s) Autor(es). 2020 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

> se estende à escolha correta entre estratégias, ao emprego adequado de tecnologias e à organização de sistemas de acordo com fins (no caso, com objetivos *estabelecidos* em situações *dadas*), essa espécie de racionalidade subtrai à reflexão a contextura de interesses globais da sociedade – ao serem escolhidas as estratégias, empregadas as tecnologias e organizados os sistemas -, furtando-a a uma reconstrução racional (HABERMAS, 1980, p. 311).

O que surpreende na sociedade contemporânea – e este é um desafio instigante para as ciências sociais - é que esta irracionalidade se proliferou e ganhou dimensões até então incalculáveis com a difusão das novas tecnologias de informação e comunicação e com o mais moderno maquinário automatizado implementado no mundo produtivo. Antes da pandemia causada pela Covid-19, alguns autores e personalidades empresariais anunciavam que a revolução tecnológica em curso nos levaria a um admirável mundo novo em que o progresso técnico traria a emancipação das tarefas mais árduas nas esferas da produção e da reprodução social (SCHWAB, 2017). Nada mais falacioso que esta velha promessa burguesa. A própria crise sanitária - que tem dimensões sociais, políticas e econômicas - desnudou as contradições mais latentes do capital.

As plataformas digitais, fruto direto dessas transformações tecnológicas, tornaram-se poderosos instrumentos de relações econômicas, sociais e políticas. Após algumas décadas de disputas desenfreadas entre várias empresas e "empresários inovadores", o setor se monopolizou. As duas mais importantes são o Facebook e o Google. A primeira é a maior rede social do mundo, alcançando 2,3 bilhões de pessoas, e controla não apenas o aplicativo de mesmo nome como as outras três principais redes sociais (FB Messenger, Whatsapp e Instagram). A segunda empresa é o mais importante mecanismo de busca usado no planeta (com exceção da China) e é dona de um sistema operacional (Android), do Youtube e do Gmail. Assim, pode-se definir que:

> as plataformas digitais são sistemas tecnológicos que funcionam como mediadores ativos de interações, comunicações e transações entre indivíduos e organizações operando sobre uma base tecnológica digital conectada, especialmente no âmbito da Internet, provendo serviços calcados nessas conexões, fortemente lastreados na coleta e processamento de dados e marcados por efeitos de rede (VALENTE, 2019, p. 170).

O presente número da Revista Katálysis está voltado para uma reflexão acerca das relações entre *Política, Ciência e o Mundo das Redes*. Ele reúne artigos do Serviço Social e áreas afins sobre o papel do uso da informação, do trabalho com dados, da utilização de sistemas eletrônicos e redes digitais na intervenção profissional e na produção de conhecimentos. Também problematiza os novos formatos e possibilidades de participação democrática, controle e acesso à informação pública, compreendendo as redes e mídias sociais tanto como instrumentos de reificação e dominação quanto potenciais de articulação e organização de movimentos sociais.

O dossiê contém artigos resultados de pesquisas teóricas e empíricas. No primeiro caso, o artigo intitulado *Lukács: o "falso socialmente necessário"* de Lessa, apresenta-nos a importância do conceito de "falso socialmente necessário" de Lukács com o objetivo de contribuir para as investigações sobre a força política atual de ideias e concepções "fantasticamente inverídicas". Hermeto, em *Rumo a uma crítica sobre propriedade intelectual*, inspirado também em Lukács e Hegel, apresenta-nos uma crítica imanente à categoria de propriedade intelectual desde a perspectiva do trabalho e do desenvolvimento cultural do pensamento humano com o objetivo de compreender a essência das relações mundiais digitais e virtuais e seus resultados.

Três artigos dialogam e abordam temas como a política, a biopolítica, o discurso do ódio e o neoliberalismo. Veiga Dias e Amaral, em *Controle de dados e manipulação da vida pós-democrática*, entendem a tecnologia como parte das relações de controle biopolítico e, nesse sentido, objetivam entender como o atual projeto de controle neoliberal afeta a sociedade brasileira enquanto uma democracia recente. Oliveira e Cerrat, em *Pobreza como malware: aplicativos e retração dos direitos sociais*, apontam as relações dos aplicativos com a crise econômica de 2008 e a retração dos sistemas de proteção social sob a influência da racionalidade neoliberal. Por fim, *Ódio e intolerância nas redes sociais digitais* de Quadrado e Ferreira, complementam a discussão deste bloco analisando os discursos de ódio e a intolerância nas redes sociais digitais. Esses três artigos se preocupam em compreender o quanto a democracia liberal brasileira está ameaçada por essas tecnologias e políticas.

Um outro conjunto de textos desse dossiê enfrenta o debate sobre gênero, feminismo e mundo digital. Oliveira, Silva e Silveira, em *As mulheres, os feminismos e as TICs*, problematizam a utilização da internet por grupos oprimidos e marginalizados socialmente, em particular o movimento feminista. Castro, no artigo *As lutas feministas e sua articulação pelas mídias digitais: percepções críticas*, ressalta as mídias digitais como instrumento das lutas feministas, apontando que elas ampliam tanto o alcance de seus discursos quanto a intensidade das reações contrárias. Silva e Souza, em *Redes sociais e ativismo materno:*

desafios entre estudantes de uma universidade pública, apresentam os resultados de uma pesquisa empírica sobre as condições de permanência de estudantes mães em uma universidade pública federal. Por fim, Ramires, *Mulheres jornalistas esportivas e mercado de trabalho: quem (não) as deixa trabalhar?*, analisa o discurso de mulheres jornalistas esportivas brasileira que se reuniram para denunciar situações de assédio e violência sofridas no trabalho.

Outros quatros artigos compõe o Dossiê. Orth e Soares, em *Empresa Brasil de Comunicação (EBC): a comunicação pública em declínio*, analisam o processo de desmantelamento da Empresa Brasileira de Comunicação. No artigo intitulado *Influência da participação popular em interface digital na proposição de leis estaduais,* Ladinho Junior e Dufloth apresentam os resultados de pesquisa sobre os canais de "e-participação" do portal da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e da Câmara de Deputados e do Senado Federal, buscando compreender a quanto os cidadãos comuns influenciam a proposição de leis com envio de sugestões nessas interfaces digitais. Schuartz e Sarmento analisam os impactos da tecnologia de informação e comunicação na educação. Por fim, Raposo, em *A escravidão digital e a superexploração do trabalho: consequências para a classe trabalhadora*, aborda o tema da precarização do trabalho e as plataformas digitais, dando especial destaque ao setor de serviços, especificamente o trabalho monitorado e controlado por novos dispositivos tecnológicos e de rede.

O dossiê tem o mérito de pontuar e problematizar algumas questões prementes da sociedade contemporânea, articulando a relação entre política, ciência e mundo das redes. Incentivamos a todos e todas a lerem e debaterem os seus artigos[1].

Ricardo Colturato Festi, Brasília, 30 de junho de 2020.

Referências

HABERMAS, J. Técnica e ciência enquanto ideologia: para os 70 anos de Hebert Marcuse, no dia 19-VII-1968. In: BENJAMIN, W.; ADORNO, T. W.; HOKHEIMER, M. (Eds.). *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril, 1980. p. 343.

LÖWY, M. *A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano.* Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I.* Tradução: Carlos Nelson Coutinho; Tradução: Mario Duayer; Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

SCHWAB, K. *La quatrième révolution industrielle.* Malakoff: Dunod, 2017.

VALENTE, J. *Tecnologia, informação e poder: das plataformas digitais online aos monopólios digitais.* Tese de Doutorado - Brasília, D.F.: Universidade de Brasília, 2019.

Nota

1 Este número da Katálysis ainda contém o espaço tema livre e o espaço especial com artigos de palestrantes de dois importantes eventos científicos que ocorreram em 2019: III Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social (UFSC) e Seminário Nacional sobre Trabalho na Sociedade Contemporânea (UFAL). (Nota do Editor).

Ricardo Colturato Festi
https://orcid.org/0000-0001-6360-2875
ricardo.festi@unb.br
Doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Professor Adjunto do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB)

UnB
Instituto de Ciências Sociais
Campus Darcy Ribeiro
Asa Norte
70910900 - Brasília, DF - Brasil

 DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p386

EDITORIAL

Politics, science, and the world of digital networks

If Max Weber could analyze the first two decades of the twenty-first century, he would be intellectually instigated by the degree of irrationalism of contemporary "politics." If this 'version' of the German author was the one associated with romanticism and cultural pessimism, Weber would be sure that his metaphor of the 'iron cage' had been confirmed in its most radical form. Bureaucratic rationality – which, in the author's conception, would represent one of the singularities of capitalism in comparison with other systems – seems to share space, without contradictions, with irrationality. Rationality, a modern form of domination, produced the reification of social relations and the disenchantment of the world. In this sense, Weber would agree with Marx that modern capitalism is a universe in which individuals are driven by abstractions, "in which impersonal and reified relationships replace personal dependency relationships and in which capital accumulation becomes an end in itself, largely irrational"(Löwy, 2014, p. 18, our translation).

Habermas (1980) reminds us that Weber introduced the concept of "rationality" to determine the form of economic activity in capitalism, of bourgeois private law relations, and the form of bureaucratic domination. The progressive rationalization of society, for the author, is connected to secularization and the institutionalization of scientific and technical progress. As far as technique and science penetrate the structures of society, the old ways of legitimizing traditional institutions collapse. Therefore, different from Parsons' structural and functionalist interpretation of Weber's work, Habermas – influenced by Lukács – impacted the tradition of the critical theory, particularly the notion of instrumental reason.

What do we see today if not the exacerbation of that instrumental reason, i.e., the use of science and technique as a form of production and reproduction of the capital order? How can we not find a profound abstraction of social relations in the disseminated information and communication technologies, which further intensify what Marx called commodity fetishism? Every day, more and more machines are self-governing and communicating with each other – as is the case of the "Internet of Things" – increasing pessimism about an emancipatory exit.

If revolutionary utopias seem to have been temporarily defeated after the end of post-capitalist societies in the late 1980s, reactionary utopias gained incalculable projections, associated with religious thought, and disseminated by information-digital media. As Lukács observes, reactionary utopias that aim to restore a past condition cannot fail to have an irrationalist character. This worldview can only overcome antinomies founded on a negation of the ratio in a pseudo-dialectic and sophistic way (Lukács, 2012).

Humanity has long since ceased to find refuge in the Enlightenment project that rose from the bourgeois society. The decay and degeneration of capitalism overcame the project's progressive nature, as the critical theory analyses corroborate. When reflecting on Marcuse's conception of the unacknowledged political domination of instrumental reason, Habermas stresses that it

> extends to the correct choice among strategies, the appropriate application of technologies, and the efficient establishment of systems (with *presupposed* aims in *given* situations), it removes the total social framework

© The Author(s). 2020 **Open Access** This article is distributed under the terms of the Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License (http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/), which permits use, distribution, and reproduction in any medium, since it's for non-commercial purposes, and provided you give appropriate credit to the original author(s) and the source, provide a link to the Creative Commons license, and indicate if changes were made.

> of interests in which strategies are chosen, technologies applied, and systems established, from the scope of reflection and rational reconstructions (Habermas, 1980, p. 311).

What is surprising in contemporary society – and this is an exciting challenge for the social sciences – is that this irrationality has proliferated and gained dimensions (until now incalculable) with the diffusion of new information and communication technologies and with the most modern automated machinery implemented in the productive world. Before the Covid-19 pandemic, some authors and business personalities announced that the ongoing technological revolution would lead us to a brave new world in which technical progress would bring about the emancipation of the most arduous tasks in the spheres of production and social reproduction (Schwab, 2017). Nothing more fallacious than this old bourgeois promise. The health crisis itself – which has social, political, and economic dimensions – exposed the most latent contradictions of capital.

Digital platforms are a direct result of these technological transformations, and have become powerful instruments of economic, social, and political relations. After a few decades of fierce disputes among various companies and "innovative entrepreneurs," the sector became restricted to few companies. The two most important are the Facebook and Google. The first is the largest social media in the world, reaching 2.3 billion people, and controls not only the application of the same name but also the other three main social media applications (FB Messenger, Whatsapp, and Instagram). The second company is the most important search engine used on the planet (with the exception of China) and owns an operating system (Android), Youtube, and Gmail. Thus, it is possible to say that:

> digital platforms are technological systems that function as active mediators of interactions, communications, and transactions between individuals and organizations. that operate on a connected digital technological base (especially on the Internet), providing services based on these connections, strongly backed by data collection and processing, and marked by network effects (Valente, 2019, p. 170, our translation).

This issue of Revista Katálysis proposes a reflection on the relations between *Politics, Science, and the World of Digital Networks*. It gathers articles from the field of social work and related areas on the role of using information, working with data, using electronic systems, and digital networks in professional intervention and knowledge production. It also questions the new formats and possibilities for democratic participation, control, and access to public information, understanding social media both as an instrument of reification and domination, and as potentials for connection and organization of social movements.

The dossier contains articles resulting from theoretical and empirical research. In the first case, the article entitled *Lukács: the "socially needed false"* shows the importance of Lukács' concept of "socially necessary false" to the research on the current political force of ideas and conceptions "fantastically untrue." Hermeto, inspired by Lukács and Hegel, presents in the article *Towards a criticism on intellectual property*, an immanent criticism of the category of intellectual property, from the perspective of labor and the cultural development of human thinking. The author aims to understand the essence and outcomes of digital and online worldwide relationships.

Three articles discuss the topics of politics, biopolitics, hate speech, and neoliberalism. Veiga Dias and Amaral, in *Data control and management of the post-democratic life*, understand technology as part of the relations of bio-political control and, in this sense, examine how the current neoliberal control project affects Brazilian society as a recent democracy. Oliveira and Cerrat, in their article *Poverty as malware: social rights applications and setbacks*, point out the relationship between applications and the economic crisis of 2008 and the setbacks in social protection systems under the influence of neoliberal rationality. Finally, *Hate and intolerance in social media* by Quadrado and Ferreira, analyzes hate speech and intolerance in social media and complements the discussion of this group of articles. These three articles seek to understand how much these technologies and policies threaten the Brazilian liberal democracy.

Another group of works published in this issue of Katalysis addresses the debate on gender, feminism, and the digital world. Oliveira, Silva, and Silveira, in their work *Women, feminism, and ICTs*, problematize the use of the Internet by oppressed and socially marginalized groups, in particular the feminist movement. In the article *Feminists struggles and coordination through social media: critical perceptions*, Castro emphasizes social media as an instrument for feminist struggles, pointing out that they expand both the scope of their speeches and the intensity of the opposite reactions. Silva and Souza, in *Social media and motherhood activism: challenges of students from a public university*, present the findings of empirical research on the conditions of the permanence of students who are mothers at a federal public university. Finally, Ramires, analyzes the discourse of female Brazilian sports journalists who came together to denounce situations of harassment and violence suffered at work in the article *Female sports journalists and labor Market: who lets (or does not let) them work?*

Another four articles complete this issue. Orth and Soares in *Brazilian Communication Corporation (EBC): the decay of public communication*, analyze the dismantling process of the public company. In the article, *The influence of people's participation through digital platforms in the proposition state-level bills*, Ladinho Junior and Dufloth present the results of research on the "e-participation" channels on the Internet portals of the Legislative Assembly of the Brazilian state of Minas Gerais, the Chamber of Deputies, and the Brazilian Senate. The authors sought to understand how much ordinary citizens influence the proposition of bills by sending suggestions through these digital platforms. Schuartz and Sarmento analyze the impacts of information and communication technology on education. Finally, Raposo, in *Digital slavery and labor super-exploitation: consequences for the working class*, addresses the issue of job insecurity and digital platforms, with special emphasis on the service sector, particularly on the work monitored and controlled by new technological and online devices.

This issue of Revista Katalysis successfully points out and problematizes some pressing issues in contemporary society, linking the relationship between politics, science, and the world of digital networks. We encourage everyone to read and discuss these articles[1].

Ricardo Colturato Festi, Brasilia, June 30, 2020.

References

HABERMAS, J. Técnica e ciência enquanto "ideologia": para os 70 anos de Hebert Marcuse, no dia 19-VII-1968. In: BENJAMIN, W.; ADORNO, T. W.; HOKHEIMER, M. (Eds.). *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril, 1980. p. 343.

LÖWY, M. *A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano.* Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I.* Tradução: Carlos Nelson Coutinho; Tradução: Mario Duayer; Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

SCHWAB, K. *La quatrième révolution industrielle.* Malakoff: Dunod, 2017.

VALENTE, J. *Tecnologia, informação e poder: das plataformas digitais online aos monopólios digitais.* Tese de Doutorado-Brasília, D.F.: Universidade de Brasília, 2019.

Nota

1 Editor's note: This issue of Katálysis features articles in an area entitled "espaço tema livre" (area of articles addressing general topics) and in an area "espaço especial" (special area). The special area features articles written by speakers who presented studies in two important scientific events that took place in 2019: III National Seminar on Social Work, Labor and Social Policy (UFSC), and the National Seminar on Work in Contemporary Society (UFAL).

Ricardo Colturato Festi
https://orcid.org/0000-0001-6360-2875
ricardo.festi@unb.br
PhD in sociology from the University of Campinas (UNICAMP)
Adjunct Professor in the Department of Sociology at the University of Brasília (UnB)

UnB
Instituto de Ciências Sociais
Campus Darcy Ribeiro
Asa Norte
70910900 - Brasília, DF - Brazil

ESPAÇO TEMÁTICO: POLÍTICA, CIÊNCIA E MUNDO DAS REDES

LUKÁCS: o "falso socialmente necessário"

Sérgio Lessa[1]
https://orcid.org/0000-0001-5920-8875

[1] Universidade Federal de Alagoas, Departamento de Filosofia, Maceió, AL, Brasil

Lukács: o "falso socialmente necessário"

Resumo: Procuramos delinear, com base em uma investigação da *Ontologia* de Lukács, os fundamentos mais gerais do fenômeno que o filósofo húngaro denominou de o "falso socialmente necessário". Nosso propósito é contribuir para as investigações acerca da força política atual de ideias e concepções *fantasticamente inverídicas*, tal como encontramos entre os terraplanistas ou entre o núcleo ideológico do governo Bolsonaro.

Palavras-chave: Ideologia. Falso socialmente necessário.

Lukács: the "socially necessary false"

Abstract: We seek to outline, based on a research of Lukács's *Ontology*, the most general foundations of the phenomenon that the Hungarian philosopher called the "socially necessary false". Our purpose is to contribute to the investigations about the current political force of fantastically untrue ideas and conceptions, as we find among the terraplanists or among the ideological nucleus of the Bolsonaro government.

Keywords: Ideology. False socially necessary.

Recebido em 02.03.2020. Aprovado em 05.05.2020. Revisado em 12.06.2020.

© O(s) Autor(es). 2020 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Introdução

Em nossos dias, os *terraplanistas* e as senhoras capazes de enxergar Jesus de um pé de goiaba nos colocam em um peculiar universo de delírios. Peculiar, porque estes e outros delírios não possuem sequer, para uma comparação introdutória, a capacidade que tinha o, seguramente absurdo, racismo hitlerista de ser a expressão ideológica da necessidade de expansão do imperialismo alemão no pós I Grande Guerra. Os que defendem o criacionismo, por exemplo, estão em franca oposição com a necessidade atual de desenvolvimento da manipulação genética, um grande negócio e com a potencialidade de alavancar as forças produtivas em setores importantes da economia (agricultura, complexo médico-hospitalar etc.). Desenvolvimento dos sistemas de orientação baseados em GPS ou mesmo a expansão espacial, outro exemplo, são importantes atividades para a reprodução do capital em franco antagonismo com os terraplanistas.

A ciência, verdade que em sua versão neopositivista, se tornou ferramenta fundamental para a reprodução do capital – e a oposição à ciência contribui para esta vertente do pensamento conservador tenha profundas contradições com as necessidades ideológicas atuais do sistema do capital. Não é por acaso que o Ministério da Educação tem sido uma área tão complicada para o governo Bolsonaro. Contudo, e ainda assim, tais delírios se expandem e ganham uma expressão que não possuíam há alguns poucos anos. Isto é algo que precisa ser mais bem compreendido para que possamos confrontá-los com alguma possibilidade de sucesso.

O conhecimento e o falso

Na crítica às ideias e à concepção de mundo dos bolsonaristas, o movimento espontâneo é colocar-se no polo oposto: apoiar-se na ciência, na filosofia e na arte enquanto verdades estabelecidas para arguir a falsidade das teses terraplanistas ou das inverdades bolsonaristas. Aqui há um primeiro problema, pois não há conhecimento, por mais científico, estético ou filosófico, que não contenha de algum modo um quantum de falsidade. Não é esgrimindo *a* verdade científica, filosófica ou artística contra *a* falsidade das concepções bolsonaristas que poderemos enfrentá-los.

Todo conhecimento, por mais correto, verdadeiro, possui um quê de falso. Isto decorre, imediata e diretamente, do fato de que não há, na relação da subjetividade com a objetividade, uma identidade sujeito-objeto (como queria Hegel) ou uma objetividade gerada pela subjetividade (Kant) (LUKÁCS, 2018; 2018a). Esta insuperável distinção ontológica entre objetividade e subjetividade tem várias consequências, se Lukács estiver correto.

Em primeiro lugar, faz com que o reflexo da objetividade na subjetividade seja o resultado de uma atividade da consciência. O momento fundante dessa atividade é a necessidade, já presente no trabalho, de um conhecimento do setor da realidade a ser transformado que torne possível a objetivação almejada. Para se fazer um machado é preciso um conhecimento da natureza muito inferior ao do imprescindível para se construir uma central nuclear – contudo, em ambos os casos, as determinações ontológicos do setor da realidade a ser transformado impõem a necessidade de a subjetividade ter alcançado um nível *adequado* de conhecimento do mundo. O critério da adequação é dado pelas qualidades daquilo que se quer transformar e pela finalidade (pela teleologia). Para um machado, o conhecimento da estrutura do átomo é desnecessário, mas é imprescindível no caso de uma central nuclear e assim por diante.

O reflexo é a atividade da consciência que converte as determinações do real em conhecimento. Nele, aponta Lukács, estão presentes duas tendências, uma "permanente revisão e aperfeiçoamento do ato do reflexo" (2018a, p. 49), com o posterior desenvolvimento da ciência e da filosofia e, em segundo lugar, uma *generalização* do conhecimento.

> À medida que as experiências de um trabalho concreto são utilizadas em outro, emerge gradualmente sua — relativa — independentização, i.e., a fixação generalizadora de determinadas observações, as quais, de agora em diante, não mais se referem exclusiva e diretamente a uma execução singular, ao contrário, recebem em geral uma dada generalização como observação de eventos da natureza. Em tais generalizações emergem os germes das futuras ciências, cujos inícios, como da geometria e da aritmética, se perderam em um distante passado. (LUKÁCS, 2018a, p. 49).

Resumidamente (Lukács tratou disso com mais vagar em outras passagens da *Ontologia*), nessas generalizações *muito iniciais* já encontramos

> princípios decisivos das ciências posteriores, realmente tornadas independentes. Assim, o princípio da desantropomorfização, o considerar abstrativante de determinações que são inseparavelmente ligadas às rea-

> ções humanas ao mundo ambiente (e também aos próprios seres humanos). Esses princípios já estão contidos implicitamente nas concepções as mais primitivas da aritmética e da geometria. (LUKÁCS, 2018a, p. 50).

Como sempre na história, também esse avanço do conhecimento em direção às ciências e à filosofia é um processo contraditório, heterogêneo, cheio de avanços e recuos. O conhecimento, para ser capaz de cumprir sua função na reprodução social, deve se aproximar da vida cotidiana e, ao mesmo tempo, ao se generalizar, dela também se afastar, pois não raramente o conhecimento cotidiano não é suficiente para a objetivação das teleologias necessárias. Por isso "o ser humano tem de [...] ir para além dos limites do pensamento cotidiano" (LUKÁCS, 2018, p. 221).

> Mesmo em épocas muito anteriores, o pensamento cotidiano foi deslocado completa ou parcialmente para o segundo plano por formas de práxis muito mais amplas, pelo emprego dos tratamentos intelectuais desantropomorfizadores da realidade (matemática, geometria). O desenvolvimento das forças produtivas, a sempre crescente divisão do trabalho, a socialização em expansão da vida social, etc. operam no sentido de sempre mais recuar a esfera da mera experiência cotidiana. (LUKÁCS, 2018, p. 221).

A humanidade, portanto, desenvolve *modos de conhecimento* que possibilitam um conhecimento mais preciso do ser-precisamente-assim existente; que, *antes de tudo*, o fazem *mais controlável na prática*. E, por outro lado, tais *modos de conhecimento podem contribuir* para o *distanciamento* deste mesmo ser-precisamente-assim cujo conhecimento auxiliou a aprofundar (LUKÁCS, 2018). Até mesmo "métodos teoricamente em si corretos, fecundos e indispensáveis podem, ao mesmo tempo, afastar os seres humanos da correta visão do ser" (LUKÁCS, 2018, p. 18). Lukács toma como exemplo a matemática. Seu papel "subvertedor, progressista, para o desenvolvimento da produção social, para a correta imagem de ser do ser humano, não necessita ser detalhadamente discutida" (2018, p. 18). Contudo,

> não se pode esquecer o quanto já a teoria pitagórica da matemática, como existência autêntica e própria do ser, conduziu à incompreensão deste. Exatamente esse tipo de falsificação do ser pelos excessos da "razão matemática" é hoje tão pouco operante quanto a centenária, matematicamente pura, por vezes de elevada qualidade, matematização de conexões astrológicas. Vale a pena recordar-se delas ao menos para tornar de todo nítido como o tratamento matemático mais perfeito, sem falhas internas, de alta qualidade imanente, mas de uma conexão não existente ontologicamente, em nenhuma circunstância pode converter-se em uma conexão realmente existente. (LUKÁCS, 2018, p. 18).

Lukács (2018, p. 19) prossegue:

> no meio homogêneo da pura ciência matemática, podem ser executadas extrapolações quase sem limites, que, todavia, quando é falado do ser, para cada extrapolação deve ser levantada sempre a questão de se o processo foi tratado em sua concreta processualidade de tal modo que a extrapolação seja justamente capaz de expressar adequadamente suas tendências reais.

Assim, na história da humanidade, o desenvolvimento daqueles *princípios decisivos das ciências posteriores* que já atuavam nas sociabilidades mais iniciais, conduziram a *modos de conhecimento* que são fundamentais ao conhecimento do mundo mas que, contudo, trazem no seu interior também a possibilidade de se generalizarem indevidamente em uma falsa concepção de mundo. Lukács menciona os pitagóricos do passado e também os neopositivistas do presente que reduzem, por exemplo, a causalidade à sua forma mais simples e primordial encontrada integralmente apenas no ser inorgânico e terminam renunciando a tratar cientificamente o ser social[1].

Além disso, devemos lembrar que, desde o início, os *princípios decisivos das ciências posteriores* se apresentaram em uma "persistente ligação" (LUKÁCS, 2018a, p. 49) *com representações (Vorstellungen) mágicas e míticas*. Por muitos milênios os seres humanos não foram capazes de *fazer de sua própria práxis e da consciência que dela surge a base de sua própria imagem de mundo* (LUKÁCS, 2018a), com isso surgindo

> a primeira forma importante da alienação humana: os seres humanos transferiam a gênese, a essência, o funcionar do seu próprio ser a poderes transcendentes, cuja qualidade, no início muito simples, depois construídas intelectualmente cada vez mais refinadas a partir de analogismos de sua própria existência. Do trabalho teleológico do ser humano surge o modo de alienação de um mundo criado por poderes transcendentes e, nele, do próprio ser humano por eles criado. [Na nota de rodapé aqui localizada, lemos: Na história

> da criação do Velho Testamento, p. ex., esse analogizar chega, até mesmo, a premiar, analogamente, ao Deus onipotente com um dia descanso após a criação do mundo]. (LUKÁCS, 2018, p. 249).

A humanidade que ainda não se reconhece como demiurgo de si própria (e que por isso projeta nos deuses seus próprios poderes de fazer a história) é parte do longo processo histórico, ainda não encerrado para a maior parte dos seres humanos, no qual a humanidade sabe que existe mas não tem consciência do que ela de fato é. Esta é uma etapa do processo no qual a humanidade desenvolve a consciência que tem de si própria, mas não consegue ainda abandonar os mitos e deuses como o fundamento do ser social. Nesta etapa, humanidade existe, mas não possui a consciência do fundamento desta sua existência. Por isso concebe a si própria de modo limitado e parcial e, mesmo em um patamar bem mais desenvolvido como na Grécia clássica, o gênero humano era ainda concebido como composto apenas pelos indivíduos livres. Os escravos não passavam de instrumentos de produção, não eram humanos (LUKÁCS, 2018). Enquanto a humanidade não foi capaz de compreender a si própria como resultado da *ação e do pensamento dos seres humanos*, conectando a sua história à história de toda a natureza, também não pôde se elevar à consciência a concepção do gênero humano como socialmente fundado e que, correspondentemente, abarca a totalidade da humanidade.

Este estado de fato se expressa intensamente na luta da burguesia contra a ordem feudal. Então, as tendências desantroporfizadoras se desenvolveram como nunca antes e a ciência moderna pôde se desenvolver. No seu início fulgurante, no Renascimento, este impulso em direção a uma concepção cosmológica infinita, que nega à Terra o lugar privilegiado que lhe destinava a ideologia medieval, este impulso em direção a uma *imagem dessacralizada* da vida que teve consequências tão frutíferas para o desenvolvimento da humanidade, mesmo um impulso assim prolongado e poderoso terminou por acolher limites que não eram a ele imanentes, mas que vinham das necessidades ideológicas da sociedade burguesa em ascensão[2] Nos séculos seguintes estes limites predominaram completamente e, na

> medida em que, no século 18, amplamente se desenvolveu a luta ideológica da nova classe dirigente, ela afastou intelectualmente de sua autojustificação ideológica todo o processual e toda a gênesis histórica. Ela aparece, para si mesma e para seus adversários, não como resultado histórico, mas como base fixa e polo oposto da história. (LUKÁCS, 2018, p. 96).

Terminou assim predominando a tese da dupla verdade, uma científico- desantropormofizadora e outra religiosa-antropormorfizadora, ambas baseadas em concepções a-históricas da essência. A concepção de mundo burguesa não foi capaz de ir além *da representação da coisa* (*Dingvorstellung*) *como fundamento de ser da imagem do mundo* (LUKÁCS, 2018), deixando intocada a imagem de mundo como criação de uma força transcendente. Tal como no passado, teleologia e causalidade continuaram como categorias opostas e apartadas, a segunda sendo reduzida à mediação para a realização da teleologia transcendental. A descoberta de que a teleologia apenas existe em conexão com a causalidade e tão somente no interior dos atos humanos singulares, a descoberta que o decurso histórico, tanto da natureza quanto do ser social, é puramente causal, ficaria para o século 19. (LUKÁCS, 2018a).

Até chegarmos ao século 19, as tendências presentes na atividade do reflexo acima mencionadas (o aperfeiçoamento do reflexo e a generalização do conhecimento, sua conexão e afastamento da vida cotidiana, a constituição de *meios homogêneos* que são instrumentos poderosos para o conhecimento do real e, ao mesmo tempo, trazem neles a tendência à generalizações que fundam concepções de mundo falsas, a antropomorfizarão e a desantropomorfização etc.) se desenvolveram em *persistente ligação*, no passado mais distante, com os mitos e seitas e, mais recentemente e no presente, com a concepção religiosa. As tendências ao desenvolvimento de um reflexo cada vez mais aproximado do real não raramente se apresentaram, por vezes pelas mesmas mediações, também como desenvolvimento das concepções místicas ou religiosas. Em poucas palavras, com uma frequência que tende a aumentar conforme recuamos no passado, uma concepção mítica de mundo serviu de base para um frutífero desenvolvimento do conhecimento da realidade. (LUKÁCS, 2018a).

Isto pode parecer, mas nada tem de paradoxal: o baixo desenvolvimento das forças produtivas determina um patamar mítico/religioso de conhecimento da totalidade do real por ser, este patamar, o único então capaz de cumprir a função de orientar as objetivações cotidianamente imprescindíveis (acima de tudo as do trabalho). O que significa, claro está, que a consciência mesmo quando mítica ou religiosa é, "em um modo inexorável, mesmo se amplamente mediada, por último um instrumento dessa reprodução do próprio ser humano". (LUKÁCS, 2018a, p. 50).

O "problema [...] da falsa consciência e acerca da possibilidade de sua, ocasionalmente tão frutífera, relativa corretude", pode, diz Lukács, ser colocado *nestas palavras*: "a independência do reflexo do mundo

exterior e interior na consciência humana é um pressuposto indispensável do surgimento e do desenvolvimento ascendente do trabalho" (LUKÁCS, 2018a, p. 50). Entre o reflexo *do mundo exterior e interior* e estes mesmos mundos, não há identidade, repetimos. O reflexo mantém uma *independência* para com o mundo e, por isso, o reflexo pode ser verdadeiro ou falso, com muitas variantes entre estes extremos. Já neste patamar mais básico da análise, pode-se perceber a impossibilidade de um conhecimento que não mantenha alguma relação com o desconhecido e, que, por isso, todo conhecimento é sempre um momento de aproximação com a realidade e, nessa medida e sentido, é também portador de um *quantum* de falsidade – jamais se conheceu na história uma verdade absoluta, a-histórica, acabada de uma vez para sempre.

Mesmo quando se trata do conhecimento da natureza, mas mais intensamente quando consideramos o ser humano, o fato de que a reprodução social requer a presença de complexos como os costumes, a tradição, a moral, a ética e, mais tardiamente, o Direito, faz com que, por vezes, a concepção de mundo empregue o conhecimento da natureza para justificar a si própria. Pensemos em como Aristóteles excluiu os escravos da humanidade apoiando-se na ordem cosmológica fundada pelo *Logos*, ou como o mito da criação cristão se apoiou na cosmologia ptolomaica e, ainda, como as concepções atomísticas da natureza humana de um Hobbes ou Leibniz se articularam com a concepção cosmológica newtoniana[3] (LUKÁCS, 2018). Por meio desta articulação, se inserem na elaboração da concepção ontológica de cada momento histórico as influências das disputas ideológicas, dos valores, das lutas de classes etc. Uma vez mais, é a independência do reflexo para com o refletido que abre esse campo de possibilidades para a interferência da moral, dos valores, das lutas de classe, dos conflitos sociais etc. no reflexo da objetividade e, com isso, "podem causar com frequência profundas distorções nas visões do ser" (LUKÁCS, 2018, p. 223).

Lukács cita como exemplo deste fenômeno a análise da mercadoria realizada por Aristóteles. O pensador grego percebeu que a troca pressupõe a igualdade entre as mercadorias e que esta igualdade deve ser comensurável. Contudo, não pôde passar deste ponto porque o que as mercadorias têm em comum, força-de-trabalho, não poderia ser percebido por Aristóteles em uma época em que o trabalho era o do escravo.

> Que na forma dos valores de mercadorias todos os trabalhos são expressos como trabalho humano igual, e portanto como equivalentes, não podia Aristóteles deduzir da própria forma de valor, porque a sociedade grega baseava-se no trabalho escravo e tinha, portanto, por base natural a desigualdade entre os homens e suas forças de trabalho (MARX, 1996, p. 54).

Em momentos como esse, comenta Lukács (2018, p. 227), se evidencia *post festum* "um não-poder-saber inteiramente justificado porque fundado no ser então presente". A determinação histórica do conhecimento é também a determinação do seu campo possível de desenvolvimento: tal como o baixo desenvolvimento das forças produtivas nas sociedades mais primitivas tornava possível à consciência o reflexo da totalidade objetiva apenas através de concepções míticas e religiosas, o trabalho escravo impossibilitava a Aristóteles enxergar nas mercadorias a força-de-trabalho nelas cristalizado. Hoje, a regência do capital impossibilita que a ideologia dominante vá para além do reino da mercadoria na ciência econômica e, nas ciências humanas, que vá para além do reino da cidadania. A existência, também aqui, determina a consciência.

Em suma,

> concepções que se provaram falsas para o desenvolvimento ascendente da práxis social e das ciências podem, por longos períodos da práxis, oferecer uma base aparentemente segura que, supostamente, funciona bem. Pense-se, por exemplo, na astronomia ptolomaica na Antiguidade e na Idade Média. Navegação, determinação do calendário, cálculo de eclipses solares e lunares, etc. podem ser, com sua ajuda, satisfatoriamente alcançados segundo as demandas da práxis social de então. (LUKÁCS, 2018, p. 12).[4]

Que o *caráter geocêntrico* do universo ptolomaico foi um reforço importante para a resistência ideológica da concepção de mundo medieval ante a nova concepção heliocêntrica que surgia com o desenvolvimento do capitalismo comercial em nada diminuiu o fato de que, até chegado o Renascimento, o geocentrismo se manteve predominante. Isto demonstra tanto *quão grandes obstáculos sociais frequentemente devem ser ultrapassados para poder se aproximar no pensamento do ser autêntico*, quanto como *a experiência prática cotidiana* e a "conquista científica" "podem receber funções que impedem o progresso, para não se falar dos momentos puramente ideológicos que, segundo os interesses das classes sociais por tal colaboração, podem se tornar estímulo ou obstáculo" (LUKÁCS, 2018, p. 12) ao desenvolvimento da humanidade.

Lukács menciona, ainda, outros exemplos de como uma falsa consciência pode operar na produção social como base para o surgimento e desenvolvimento de uma concepção de mundo mais avançada. Menciona, por exemplo, as características inovadoras da ideologia burguesa no período moderno, a primeira que

pretende tirar do mundo greco-romano, portanto do passado, um modelo para o futuro da humanidade, não com a finalidade de um real retorno ao passado, a um paraíso perdido, mas para cobrir com a nobreza e a beleza da arte greco- romana a sociedade futura que construiria. O retorno ao mundo greco-romano pelos ideólogos burgueses é apenas a forma ideológica de afirmação do futuro almejado (LUKÁCS, 2018a). Cremos, contudo, ser desnecessário para este texto prosseguir com tais exemplos, o exposto já traz com clareza suficiente, esperamos, o que necessitamos. Isto é, que os desenvolvimentos das forças produtivas, do conhecimento do mundo que os acompanha etc. terminam por ter efeitos muito diversos sobre a concepção de mundo de cada momento histórico. A tendência geral, universal, é que do afastamento das barreiras naturais se desenvolvam a ciência, a filosofia e a arte no sentido de um reflexo na consciência cada vez mais aproximado do ser-precisamente-assim existente. Esta tendência geral, claramente identificável na evolução que conduziu das sociedades primitivas aos nossos dias, nem é retilínea, nem é homogênea: pelo contrário, apresenta-se mediada pelas contradições as mais variadas.

A tendência universal predomina sob os fenômenos particulares, também nesse caso, com o decorrer do tempo. O desenvolvimento do comércio e das manufaturas, já no início da Acumulação Primitiva, trouxe novas necessidades à economia e, portanto, ao trabalho e, com as devidas mediações, conduziram às *grandes crises ideológicas* (o Renascimento, a Reforma etc.) que terminaram por fazer predominar na teoria o que já predominava na prática.

Isto mostra como a respectiva imagem humana do ser também é dependente de quais imagens do mundo parecem, a cada momento, o máximo possível apropriadas para fundar teoricamente uma práxis que, nas circunstâncias, correspondentemente funcione com correção. A práxis, acima de tudo o metabolismo da sociedade com a natureza, se demonstra, deste modo, como o marxismo sempre sublinhou, como o critério da teoria. Todavia, para sempre se poder aplicar corretamente esta visão, correta em sentido histórico, não se poderá jamais descuidar o momento da relatividade histórica. Justamente porque também o desenvolvimento social da humanidade é um processo irreversível, este critério pode apenas demandar uma processual validade geral, uma verdade sempre *rebus sic stantibus*. (LUKÁCS, 2018).

Todo conhecimento, por mais correto, verdadeiro, possui um quê de falso. Isto decorre, imediata e diretamente, do fato de que não há, na relação da subjetividade com a objetividade, uma identidade sujeito-objeto (como queria Hegel) ou uma objetividade gerada pela subjetividade (Kant) (LUKÁCS, 2018; 2018a). Esta insuperável distinção ontológica entre objetividade e subjetividade tem várias consequências, se Lukács estiver correto.

Se Lukács estiver correto, portanto, há uma vasta gama de funções sociais que uma concepção falsa (seja ela científica, religiosa, mágica, mítica, filosófica ou artística) pode vir a cumprir na reprodução social. Pode não ter maior importância e ser superada pelo desenvolvimento das forças produtivas ou, no polo oposto, pode se converter em um gigantesco obstáculo ao avanço da humanidade, obstáculo esse que só pode ser superado por lutas sociais e, por vezes de classe, que envolvem, também por vezes, gerações. Em todos os casos, a qualidade desta função social a ser atendida pela falsa concepção é determinada pela relação entre o falso e a reprodução social como um todo e não apenas pelo conteúdo gnosiológico de tal concepção.

Portanto, diferente da religião e dos mitos, o conhecimento científico produz uma verdade que é sempre e necessariamente relativa. Relativa ao desenvolvimento do gênero humano, de suas forças produtivas e também relativa às objetivações cotidianas. Não deixa de ser verdade, por causa disto. Pelo contrário: exibe uma enorme vantagem frente a verdade dos mitos ou das religiões. A verdade científica traz em si mesma a possibilidade de se desenvolver e se aproximar cada vez mais do mundo; a verdade religiosa é um mito, um dogma, fixo e imutável, incapaz, portanto, de absorver os avanços da humanidade.

No confronto com os terraplanistas e bolsonaristas, por isso, devemos evitar o grave equívoco de adotar, ainda que inconscientemente, o modelo de verdade dos bolsonaristas, com o que o confronto teria entre duas verdades distintas, porém similares em seu caráter absoluto. O que temos é algo distinto: é o confronto entre um conhecimento capaz de se desenvolver permanentemente e outro incapaz desta evolução; um conhecimento que pode servir ao desenvolvimento humano porque pode evoluir e outro que, ao não poder se desenvolver,

não pode em nossos dias auxiliar o desenvolvimento do gênero humano. O conhecimento científico está aberto ao futuro, as concepções bolsonaristas desejam fixar a essência do presente.

Por isso, ante as verdades absolutas da ideologia bolsonarista, inócuo cair no polo simétrico e esgrimir as verdades científicas, filosóficas ou estéticas como se elas fossem absolutas e não contivessem, em seu interior e em seus fundamentos, momentos que no futuro descobriremos falsos. Que ciência, filosofia, arte e ideologia são complexos sociais que se interpenetram (sem se identificarem de modo algum) é uma decorrência desta situação de fato. Não é se colocando o problema do conhecimento e da verdade de uma forma simplificada ou falsificada que seremos capazes de enfrentar esta onda conservadora-bolsonarista.

Uma *imagem de mundo fantasticamente inverídica*

É conhecida a tese de Lukács (2018a) de que o nazismo representou o irracionalismo mais extremado jamais produzido pela humanidade. Seu texto, *A destruição da razão* (o qual, quando da publicação deste artigo, deverá ter tido sua primeira publicação em português pelo Instituto Lukács), é a demonstração mais elaborada dessa sua tese. Na *Ontologia* o que encontramos são algumas passagens e referências, apenas o imprescindível para esclarecer o objeto que Lukács, em cada caso, analisa. Ao tratar dos *efeitos alienantes das coisificações*, aponta como estes se tornaram *ainda mais intensamente operantes* quando encontram, tal como no nazismo, movimentos ideológicos que "se esforçam por colocar os resultados das ciências modernas ao serviço de uma reação sociopolítica" (2018a, p. 599).

> Pensamos, em primeiro lugar, nas teorias das raças do século 19, cujas relações com um tipo de darwinismo social são conhecidas em geral. É igualmente conhecido que por tal via, de Gobineau, passando por Chamberlain até Rosenberg-Hitler, toda a história do desenvolvimento da humanidade foi transformada em uma permanência das características raciais supostamente originárias e em essência imutáveis. Na implementação consistente desaparece da história e da essência do ser humano todo processo, todo desenvolvimento. O ser humano é nada mais que uma — segundo a descendência — corporificação pura e impura de sua essência racial, uma coisificação cuja gênese, todavia, permanece tão inexplicável quanto a criação divina do ser humano nas religiões. (LUKÁCS, 2018a, p. 599).

Esta visão de mundo, com o nazismo

> se tornou força política de choque, em ideologia no sentido literal da palavra: meio para dirimir um conflito socioeconômico vital dessa formação; ao ter sucesso, conferiu às manifestamente reacionárias estruturas de pensamento uma aparência de uma revolução. Com isso unifica a tendência conservadora de todos os momentos retrógrados da sociedade — antes de tudo, a alemã — com aquela do novo imperialismo, que se preparou economicamente, de certo modo subterraneamente, no período de transição da crise. (LUKÁCS, 2018, p. 693).

São as necessidades imperialistas do capitalismo alemão que se expressaram na concepção de mundo do nazismo. Foi apenas quando tais necessidades adquiriram uma forma ideológica com capacidade de dirimir as contradições sociais no sentido que mais interessava ao imperialismo alemão, foi apenas então que uma concepção de mundo tão *fantasticamente inverídica* pôde se tornar *a* verdade e enviar milhões de alemães à morte nos campos de batalha. Além disso, por mais extremado que seja, o nazismo é uma ideologia burguesa e compartilha com suas congêneres a tendência a fixar o indivíduo em sua particularidade alienada (*Partikularität*) e em fazer de tal particularidade a essência universal da existência humana. O que ele possui de peculiar é que o faz de um modo *extremado*. Nele se aguçam, aponta Lukács (2018a, p. 695):

> todos os maus instintos da particularidade (*Partikularität*), mesmo aqueles, sobretudo aqueles que costumam ser reprimidos no cotidiano normal do ser humano particular médio. A sua realização social consiste, meramente, em que essa "libertação" é canalizada em correspondência às direções indicadas pelo hitlerismo como unidade de pisar e ser-pisado, de brutalizar os outros e o receio de ele mesmo ser brutalizado. Que com isso teve de surgir, como dominante, uma mistura de crueldade desinibida e irresponsabilidade covarde que, portanto, foi o mais baixo patamar da particularidade (*Partikularität*) obtido e alcançado, sabe hoje todo aquele que não tem razões sociais ou egoísta-pessoais para extinguir esses fatos da memória dos seres humanos.[5]

Que tal concepção de mundo era absurda, *fantasticamente inverídica*, revela não apenas o fato de que seu projeto de um imperialismo alemão "não correspondeu em nenhum momento às reais relações de poder"

(LUKÁCS, 2018a, p. 695), como também o fato de que, enquanto ideologia e em especial a sua *teoria oficial das raças* representou "a mais abrupta ruptura com os métodos científicos de apreensão da realidade que até então alcançou a humanidade"(LUKÁCS, 2018a, p. 695). Ela se propunha a resolver problemas que eram insolucionáveis com base nos seus pressupostos. Era de fato o mito que se propunha ser.

Quando se trata da força das ideias conservadoras típicas dos bolsonaristas ou dos terraplanistas, alguns elementos teóricos se assemelham ao nazismo: a defesa da propriedade privada, a defesa dos valores mais tradicionais de uma pretensa tradição autenticamente brasileira como a família, o patriarcalismo, o patriotismo etc. Também o apelo à violência, o desrespeito aos preceitos democráticos, o apelo ao *cidadão comum* são outros elementos ideológicos que se assemelham à ideologia nazista.

Contudo, as situações históricas são muito distintas e também o são as necessidades ideológicas. Sendo mais do que breve, na conjuntura dos anos de 1930, ainda era possível o desenvolvimento das forças produtivas em uma escala limitadamente nacional e, por isso, o *nacional* do Nacional Socialismo era uma real possibilidade histórica. Hoje, o patriotismo de Bolsonaro não pode ir além de um servilismo grotesco aos Estados Unidos e de uma fidelidade canina a Trump. O projeto nacional do Nacional Socialismo postulava um confronto com a ordem imperialista mundial para desalojar os países lá estabelecidos como dominantes e abrir espaço para o imperialismo alemão. Hoje, o projeto dos bolsonaristas apenas propõe sermos o que sempre fomos: produtores de mais-valia para ser acumulada pelo grande capital internacional. O nazismo representava os anseios do imperialismo alemão, o bolsonarismo expressa de modo extremado a disposição servil de nossas classes dominantes para com o imperialismo.

Isto se relaciona, com as devidas mediações, ao fato de que, com a crise estrutural iniciada em meados de 1970, não é mais possível um desenvolvimento nacional das forças produtivas. Um projeto nacionalista, neste sentido, é um anacronismo histórico. O patriotismo dos bolsonaristas não passa da superfície e esconde a concordância com a manutenção da nossa subordinação ao grande capital na ordem mundial. Seu conservadorismo, tal como seu patriotismo, também é limitado. Não pode ir para além da pauta dos costumes e da questão da segurança pública. É uma tendência conservadora que tem que se apresentar como democrática, que não pode abertamente postular uma ditadura e (uma vez mais, diferentemente do nazismo) que assume o neoliberalismo na economia!

Diferente do que tínhamos na Alemanha nos anos de 1930, a força das ideias bolsonaristas não se funda em um projeto de reerguimento da nação nem expressa os interesses do conjunto do grande capital. A força que demonstraram nas eleições de 2018 tem sua origem mais imediata na decepção com o petismo para amplíssimos setores do país. Mais profundamente, sua força advém do desespero gerado pela crise estrutural que, a esta altura, aparece para o grosso da população como o que de fato é: uma crise sem solução.

Nada faz um operário mais religioso de que a promessa (ou a crença) de que a Virgem Maria será capaz de manter o seu emprego em meio à crise estrutural. Com a atual integração das centrais sindicais e dos sindicatos ao Estado, sem a possibilidade de uma luta coletiva, sem a solidariedade de classe, o que sobra ao indivíduo que é trabalhador ou operário senão buscar em forças transcendentes a solução para problemas insolúveis aqui na Terra? O conservadorismo que se expressa pela vaga bolsonaristas não é outra coisa senão o desespero com a situação presente na busca de uma solução simples e mágica: a reforma moral do país seria a panaceia universal. Deve-se levar em conta, ainda, que sendo as teorias fascistas *fantasticamente inverídicas*, não chegaram ao ponto de postular ser a Terra plana e nem tentaram negar o evolucionismo. Muito menos adotaram uma postura pró-religião e anticientífica: pelo contrário, à Alemanha era fundamental desenvolver o complexo industrial- militar e por esta razão buscou potencializar o que de melhor havia nas ciências da natureza alemãs (muito diferente do que ocorreu, claro está, com as ciências humanas e a filosofia). Se as teorias fascistas eram *fantasticamente inverídicas*, as teorias bolsonaristas teriam que ser, em uma comparação, *hiperfantasticamente inverídicas*.

Não se pode, nem se deve, confundir o bolsonarismo com o nazismo (nem Bolsonaro com fascismo). Há profundas diferenças entre o passado e nossos dias. Contudo, há algo na análise de Lukács (2018; 2018a) acerca do fascismo que talvez seja importante para nossos dias: o que está em confronto são concepções de mundo.

Na Alemanha hitlerista, tal como hoje entre os bolsonarismo e seus intelectuais, não se trata de provar que Darwin estava correto (e não a Bíblia) ou que a Terra é redonda e orbita o Sol. Não há argumento científico capaz de demover um teórico bolsonarista ou um terraplanista de suas crenças, pois se tratam de crenças e não de conhecimento racional, científico. Esta é uma ideologia que corresponde ao desespero da população, tem um fundamento afetivo antes do que racional. Não há contra-argumento à crença dos terraplanistas, tal como não há argumento que convença da falsidade de suas posições aqueles que vêm Jesus do alto de uma goiabeira. Nesse terreno, parcial, *no varejo*, os antibolsonaristas serão sempre vitoriosos. Pois uma das características do irracionalismo reside justamente em tornar as pessoas incapazes incorporar em suas visões de mundo informações científicas, filosóficas ou artísticas. O efetivo conhecimento do real tem pouca importância quando se trata dessas concepções de mundo.

Pretender convencer quem quer que seja da utilidade da universidade colocando em praça pública o que ela pesquisa e produz é tão ingênuo quanto imaginar que seria possível convencer um filiado ao Partido Nazista que os judeus não eram os responsáveis pela tragédia alemã após a I Grande Guerra (1914-1918) demonstrando que não eram os judeus que comandavam os exércitos da Alemanha.

Isto não quer dizer, claro está, que a divulgação científica, filosófica e artística não seja uma tarefa da maior importância – mas esta tarefa é importante em qualquer situação. O que isto significa é que o confronto ideológico com o bolsonarismo precisa ser travado contrapondo uma concepção de totalidade, uma concepção de mundo, contra a concepção de mundo bolsonarista. Não adianta ser travado no varejo, o combate tem que se dar enfrentando a sua concepção de mundo pela contraposição de outra, radicalmente distinta, concepção de mundo. É um embate entre ideologias, não é um embate científico ou filosófico entre duas proposições distintas, porém racionais e que têm no real a sua referência fundamental. O que irá decidir esta luta de ideias é uma questão prática antes que teórica: a óbvia incapacidade do bolsonarismo ser uma solução à crise, sua incapacidade para ser algo mais do que uma variação tardia e degradada de um ciclo neoliberal que se aproxima de seu ocaso.

Quando se trata do confronto com a concepção de mundo bolsonarista, contudo, a situação presente é por demais delicada. O liberalismo apenas pode se contrapor ao bolsonarismo em questões pontuais e na pauta dos costumes. O liberalismo mais radical (no sentido do liberalismo de H. D. Thoureau ou Luther King) ou o liberalismo mais belicoso, como o de alguns articulistas de *O Estado de São Paulo* ou da *Folha de São Paulo* (Eugenio Bucci, Eliane Cantanhêde ou Bernardo Carvalho, por exemplo), podem criticar o viés autoritário e antidemocrático, mas se limitam a isso pois não podem deixar de apoiar a maior parte da pauta econômica do governo.

Os movimentos sociais minoritários não podem, pela sua própria essência, ir para além de suas pautas particulares. Também os partidos eleitoreiros que se querem de esquerda, como o PT e o PSOL, estão presos na mesma arapuca: não podem fazer uma crítica radical ao bolsonarismo porque também possuem estratégias neoliberais para a economia. Há, entre estes liberais ou esta dita esquerda, uma confluência com o bolsonarismo em algo fundamental: a ampliação da exploração dos trabalhadores, que é a essência do programa econômico de Guedes.

Por isso, tanto no aspecto ideológico, quando no espectro político, uma frente ideológica ou política contra os bolsonaristas é possível apenas ao preço de se abandonar os trabalhadores à sanha do capital. Tal frente terá uma plataforma que não pode ir além da plataforma máxima do setor liberal mais conservador que queira integrar. Por isso compartilhará do horizonte neoliberal e apenas será capaz de confrontos parciais, setoriais, com o bolsonarismo. Justamente o terreno em que o bolsonarismo tem maior facilidade em preponderar. Contudo, para a crítica deste falso que o desespero coletivo tornou socialmente necessário é imprescindível não se limitar à esfera da particularidade.

Falando da tentativa nazista de alterar biologicamente o ser humano para adequá-lo às necessidades fascistas, comenta Lukács (2018, p. 217):

> Citamos como exemplo negativo tal caso singular — muitas vezes grotesco — porque, não apenas as debilidades de seu ponto de partida, de seu método, indicam claramente em que medida tais problemas apenas a partir da totalidade do ser social podem ser corretamente colocados, como também porque a maior parte dos seus críticos caem em um erro semelhante ao levar em consideração momentos parciais-isolados do ser social, e não a sua operante conexão ontológica como um todo.

Isto nos parece, também para os nossos dias e em relação ao bolsonarismo, correto. Contra a resposta bolsonarista ao desespero dos milhões, devemos postular com clareza que sem a superação do capital, não há alternativa à crise. Com uma enorme vantagem não apenas ideológica, mas também política, a nosso favor: é factível, ainda que difícil, a superação do capital que superará a crise, enquanto a estratégia bolsonarista apenas a aprofundará. É neste terreno da totalidade que está o único campo de combate em que os antibolsonaristas podem ser vitoriosos. Apenas uma teorização que seja capaz de delinear para a sociedade uma alternativa à totalidade da ordem do capital será capaz de derrotar o conservadorismo. Fora disso, não resta possibilidade de uma oposição real à onda conservadora dos nossos dias. Aos marxistas, claro está, cabe nesta quadra histórica uma gigantesca responsabilidade, pois nenhuma outra corrente de pensamento tem maior familiaridade com a totalidade que o marxismo.

Mãos à obra, pois!

Bibliografia

LUKÁCS, G. *Aparato crítico aos prolegômenos e ontologia do ser social*. Maceió, Alagoas: Coletivo Veredas, 2018b.
LUKÁCS, G. *Para a ontologia do ser social.* Maceió, Alagoas: Coletivo Veredas, 2018a .

LUKÁCS, G. (2018) *Prolegômenos a uma ontologia do ser social* e *Para a ontologia do ser social.* Maceió, Alagoas: Coletivo Veredas, 2018.
MARX, K. (1996) *O Capital*: Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 1996.WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Lógico-philoso-phicus*. São Paulo: EDUSP, 2001.

Sergio Lessa
sergiolessa@protonmail.com
Pós-doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)
Professor aposentado do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

UFAL
Campus A. C. Simões, BR 101
Maceió – Alagoas – Brasil
CEP:57000-00

Notas

1 Lembremos, por exemplo, que Wittgenstein encerra seu Tractatus logico-philosophicus com estas palavras: "What we cannot speak about we must pass over in silence" (Sobre aquilo que não podemos falar, devemos permanecer em silêncio") (WITTGENSTEIN, 2001, p. 129).
2 Cf. Lukács (2018, p. 221-2; 2018b, p. 51). (item Método, com várias indicações).
3 Lembremos, ainda, que o próprio Newton era também um alquimista.
4 Ainda: "A história nos mostra uma enorme quantidade de exemplos de como, em estreita conexão com uma falsa teoria, resultados corretos e importantes são alcançados na práxis imediata. Para citar, apenas marginalmente, a conexão ideológica entre o trabalho inicial e as 'teorias' mágicas, ainda que suas consequências sobressaíssem profundamente na práxis da Idade Média, seja apenas apontado o sistema ptolomaico, cuja falsidade científica foi evidenciada tão só depois de muito tempo, mas que, para os propósitos práticos (navegação, calendário etc.) funcionou quase perfeitamente." (LUKÁCS, 2018, p. 354).
5 E ainda: "O apegar-se dos seres humanos envolvidos à sua deformada particularidade (Partikularität) sistematicamente degradada até a amoralidade obtém, portanto um suporte ideológico em concepções sobre o decurso do mundo justamente em decorrência de sua drástica inverdade; (...) as deformações moral-humanas da sua [do indivíduo] particularidade (Partikularität), posta como invencível, presumia obter um 'sólido' suporte naquela imagem de mundo fantasticamente inverídica." (LUKÁCS, 2018a, p. 695).

Agradecimentos
Não se aplica.

Agência financiadora
Não se aplica.

Contribuições dos autores
Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica.

Consentimento para publicação
Consentimento do autor.

Conflito de interesses
Não se aplica.

ESPAÇO TEMÁTICO: POLÍTICA, CIÊNCIA E MUNDO DAS REDES

Towards a critique on intellectual property

João Romeiro Hermeto[1]
https://orcid.org/0000-0002-1053-4175

[1] Freie Universität Berlin, Institut für Philosophie, Berlin, GER

Towards a critique on intellectual property

Abstract: In order to understand the essence of digital and virtual world relations and their outcomes, as they gain more social relevance in contemporary society, this paper investigates the category of intellectual property not from the prism of the law but rather on philosophical terms. Such philosophical analysis is based on immanent critique. The starting point is the axiomatic notion of modern capitalism, where the categories of property and intellectual property are regarded as two separated entities. Hegel's philosophy of law enables an important reflection on these two categories since, already in its method, it apprehends the contradictions of bourgeoisie society. Accordingly, contrasting reality and Hegel's understanding, a conflict arises within the notion of intellectual property and its praxis under the rule of law. The state appears as a necessity to guarantee and mediate an immanent conflict that arises from the privatization of intellectual property. As an insoluble problem that emerges within such praxis, the present analysis offers an alternative to the paradigm of a split between property and intellectual property. Based on Lukács' non-essentialist-ontology of the social-being, intellectual property is explained through the prisms of labour and cultural development of human thought.
Keywords: Intellectual property. Property. Capitalism. Digitalization. Power relations.

Rumo a uma crítica sobre propriedade intelectual

Resumo: Para entender a essência das relações mundiais digitais e virtuais e seus resultados, à medida que ganham maior relevância social na sociedade contemporânea, este trabalho investiga a categoria da propriedade intelectual não a partir do prisma da lei, mas sim em termos filosóficos. Tal análise filosófica é baseada na crítica imanente. O ponto de partida é a noção axiomática do capitalismo moderno, onde as categorias de propriedade e propriedade intelectual são consideradas como duas entidades separadas. A filosofia do direito de Hegel possibilita uma importante reflexão sobre essas duas categorias, pois, já em seu método, apreende as contradições da sociedade burguesa. Assim, contrastando a realidade e o entendimento de Hegel, surge um conflito dentro da noção de propriedade intelectual e sua práxis sob o Estado de Direito. O Estado surge como necessidade de garantir e mediar um conflito imanente que decorre da privatização da propriedade intelectual. Como um problema insolúvel que surge dentro dessa práxis, a presente análise oferece uma alternativa ao paradigma de uma divisão entre propriedade e propriedade intelectual. Baseada na não essencialista-ontologia do ser-social de Lukács, a propriedade intelectual se explica através dos prismas do trabalho e do desenvolvimento cultural do pensamento humano.
Palavras-chave: Propriedade intelectual. Propriedade. Capitalismo. Digitalização. Relações de poder.

Received 27.02.2020. Approved 15.03.2020. Revised 06.06.2020.

© The Author(s). 2020 **Open Access** This article is distributed under the terms of the Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License (http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/), which permits use, distribution, and reproduction in any medium, since it's for non-commercial purposes, and provided you give appropriate credit to the original author(s) and the source, provide a link to the Creative Commons license, and indicate if changes were made.

Introduction

In order to understand the essence of digital and virtual world relations and their outcomes, as they gain more social relevance in contemporary society, this paper investigates the category of intellectual property not from the prism of the law but rather on philosophical terms. Such philosophical analysis is based on immanent critique. The starting point is the axiomatic notion of modern capitalism, where the categories of property and intellectual property are regarded as two separated entities. Hegel's philosophy of law enables an important reflection on these two categories since, already in its method, it apprehends the contradictions of bourgeoisie society. Accordingly, contrasting reality and Hegel's understanding, a conflict arises within the notion of intellectual property and its praxis under the rule of law. The state appears as a necessity to guarantee and mediate an immanent conflict that arises from the privatization of intellectual property. As an insoluble problem emerges within such praxis, the present analysis offers an alternative to the paradigm of a split between property and intellectual property. Based on Lukács' non-essentialist-ontology of the social-being, intellectual property is explained through the prisms of labour and cultural development of human thought.

The division of property and intellectual property

First Thesis: When property and intellectual property are recognized as different entities, an irreconcilable gap emerges between them.

There is no homogeneous notion of property; on the contrary, thinkers from both the same as well as different epochs do not share a common interpretation of what property is. For this reason, it seems impossible to expect a theoretical consensus when interpreting property. Nevertheless, every notion of property also uncovers an underlying political justification.

Different theories and theoreticians not only demand a social understanding of property but also claim a certain right to property use of real resources in order to increase prosperity for their correspondent societies. It is necessarily a question of the means of social production, or of the actual circumstances of life – nonetheless, there is even today plenty of confusion between personal property and property of the means of production, as if they merged.

Plato undertakes an examination of the distribution of goods (mainly of land) and the avoidance of excess of possessions in order to promote the common good. Aristotle presents an idea of private property[1], the right use of goods to achieve wealth and prosperity. The Roman approach establishes the property right where the property is a direct relationship between man and thing – this relation should be respected and thereby a state of peace can be maintained. Medieval property theory proposes Christian doctrine where the question of claimable use must not be separated from the question of the circumstances of use. John Locke's theory focuses strongly on the contractualism and shapes the appropriation through labour as a justification of property, in clear contrast to the divine view of property of his time.[2] David Hume and Adam Smith claim a common good that is to be achieved through a relationship between state and market. Immanuel Kant tries to develop a justification of property purely from reason and by doing it he moves away from its real conditions. G.W.F. Hegel, on the other hand, withdraws from pure reason and develops a (private) property theory that not only well adapts to bourgeois social conditions but derives from it. By doing so it claims to express the realization of freedom. On the other hand, Karl Marx portrays private property (of the means of production) as something that instead of promoting freedom represents a hurdle for any possibility of human emancipation – although, historically, the bourgeois conditions of production were not only important but also necessary. John Rawls, in contrast, believes that concerns about relations of production are not relevant but the empowered state should maintain justice in order to promote a common good. Robert Nozick, alternatively, claims that property is an inviolable natural right and should never be touched by the state. Finally, it is also important to emphasize that critical theorists have avoided dealing with this fundamental question of property.

It leaps to the eye that the question of intellectual property was not even mentioned when eluding the category of property. It was Hegel, in his *Rechtsphilosophie,* who consistently approached property as two categories: property and intellectual property. But to understand such differentiation, one needs to grasp other Hegelian categories, such as law, will, *Geist*, alienation and freedom. Andreas Eckl points out the merit of Hegel's philosophy of right, which "contributes to the understanding of the interdependencies between law, state and civil society and thus also to political education" (Eckl, 2005, p. 174). For Hegel, the spirit/mind (*Geist*) is the basis of the law and its starting point is the will, which is free. Therefore, the law is the concretization of this freedom and the world (*Welt*) of the spirit/mind, "as a second nature" (Hegel, 2013, p. 46). He complements that "[w]ill without freedom is an empty word, just as freedom is only real as a will, as a subject" (Hegel, 2013, p. 46).

Hegel's categories of property

For Hegel, thinking is always an appropriation, an object becomes "something that is essentially and directly mine"; only when I make "it into a thought" I perceive that "I am with myself", and he complements, "only comprehension is the piercing of the object that is no longer opposed to me and from which I have taken away that which is mine, which he had against me for himself" (Hegel, 2013, p. 47). The external world is finite, determined; *im Geist,* it becomes indefinite. However, the will cannot be will if it does not contain an intelligence. The theoretical is part of the (human) being and the "will determines itself" (Hegel, 2013, p. 47); dialectically, as a double negation, Hegel supersedes the differences producing a synthesis of an undetermined determination.

The will is, for Hegel, free in-itself but unfree for-itself, therefore, it requires making an object out of itself to actualize such freedom. It transforms the indefiniteness of the will in a definite. For "[i]n will in general man is infinite, but in thinking he or even reason is limited" (Hegel, 2013, p. 64), He concludes, "a will, which does not decide, is not a real will" (Hegel, 2013, p. 64). The will as a possibility is arbitrary, generic, and, hence, not yet free. According to Robert Pippin, a "free life should be understood as a wholly self-sufficient life, one in which nothing from outside, nothing not-me, determines my actions" (Pippin, 2014, p. 49).

A freedom as an act of the will is, for Hegel, an idea. The notion of idea is, in this sense, not speculative but the actualization of the will. As such, a "being of the free will is […] a right" (Hegel, 2013, p. 80). The right is "something sacred" because it is the being of the "absolute concept" (Hegel, 2013, p. 83). The development of the idea as an activity of reason "see[s] thinking as subject"; this does not mean to bring reason to the object but the object is for-itself reasonable (Hegel, 2013, pp. 84-85). *Geist* as the subject becomes predicate, object. Thus, this predicate, transformed into the subject, is itself reasonable and can determine itself; that is, the predicate now becomes not only subject, but the predicate determines the subject and limits it. For the freedom of the object is then called the freedom of human existence. Human existence realizes its freedom from nature through the freedom of things.

According to Hegel, the reason lies beyond man. Property and contract appear, for Hegel, as parts of the abstract right. The ego (*Ich*), in the form of the singular will, appears as the person. "In personality, therefore, knowledge is its object, but through thinking it is elevated to simple infinity and is thus purely identical with itself" (Hegel, 2013, p. 93). In this sense, individual and person are different categories. While the individual is a spiritual being in- and for-itself only according to the natural will; the object of *Geist,* as an abstract, a free I, is the person.

According to Joachim Ritter, Hegel's notion of property results from the abstract, bourgeoisie right as the connection of relations of free persons over things as owners (Ritter, 2014, p. 61). The notion of person, property[3] and freedom appear, insofar, tied together. In order to establish freedom, the person must go beyond the immediate determination of himself and determine the relationship between himself and the thing. "The person must give himself an outer sphere of freedom in order to be as an idea" (Hegel, 2013, p. 102). The thing has now become my predicate. For Hegel, this attachment expresses the determination of the person's immediacy, that is, freedom becomes reality only after an external thing has been taken into possession. The external thing is "a thing, an unfree, impersonal and lawless one" and it is directly different from free spirit; satisfaction of needs does not correspond to the reasonableness of property "but in the fact that the mere subjectivity of personality is abolished"; for Hegel, the person as reason exists "only in property" (Hegel, 2013, p. 102).

To make something mine belongs to natural needs and impulses, it is arbitrary; the possession arises from the free will. And where I objectify myself, I actualize myself. For Hegel, the act of alienation (*Entäußerung*) is positive and imperative for the realization of the self, which based on legal grounding determinates property, *i.e.*, ownership. In the sense, everything can become the property of the man, because the free will is in- and for-itself.

Intellectual property appears, for Hegel, as "spiritual skills, sciences, arts, even religious things (sermons, masses, prayers, blessings in sacred things), inventions, etc." (Hegel, 2013, p. 104). There arises a fundamental difference between non-intellectual and intellectual property. The spiritual is "certainly inherent in the free spirit," that is, not an external but an internal one; nevertheless, "through manifestation he can give them an external existence and alienate them" (Hegel, 2013, p. 104). The spiritual corresponds to a nature that contains man. Therefore, an important difference to non-intellectual property arises from this relationship. The abstract right contains a freedom that the person acquires because the special thing which has become the object of the law is "inseparable from it and directly different from it" (Hegel, 2013, p. 105). The spiritual things are not to be conceived in the same way, they are already present, they are an inner, immediate part of existence.

The peculiarity of intellectual property consists in its mutability; this peculiarity "may, by the manner in which it is expressed, directly translate into the appearance of a thing" (Hegel, 2013, p. 145). And this is just as important, for what one produces can be now transformed into something else; as others acquire it, they become their immediate owners. But these owners would actually become owners of shared thoughts, *i.e.,* they can "make their own" from what is spiritual/intellectual – be it an invention, a writing, be it any other

spiritual being (Hegel, 2013, p. 145). Supplementing, Hegel asserts that the spiritual production is spirit, namely *a generality in itself*. The spiritual [intellectual] production always means to produce something else, even if it is the same because it belongs to general abilities, abilities that cannot be invented.

Stating that property is a means would point to the notion that having property appears in relation to the need; Hegel contradicts this: a property is "end in itself" and freedom arises from it(Hegel, 2013, p. 107). Hegel clarifies his view of private property: "Since in property my will becomes objective to me as a personal will, thus with the will of the individual, it acquires the character of private property" (Hegel, 2013, p. 108). For Max Stirner, who stretches this logic to its extreme, "private property lives by the grace of the law", he continues, "[o]nly in law does it have its guarantee – possession is not yet property" (Stirner, 2012, p. 243).[4]

For Hegel, it is the contract that expresses the real existence of the property and intellectual property, as their existence is also a further concretization of the law. The contract appears as a means of alienation, it represents the concretization of an alienated relationship.[5] If property is the being of the will, the relationship of wills as the relationship of properties, the free relationship of free wills represents the real freedom of the free will. The contract mediates this relation among diverse wills and various objects.

While Karl Marx asserts that the right to private property is not a question of abstract right but the concretization of real, concrete power of domination from owners of capital over the alien labour, where freedom appears as the freedom to use and exploit others (Marx, 1968, p. 483-484), Axel Honneth considers the positive right to account for the "first institution of freedom in modernity" (Honneth, 2013, p. 134). Insofar, the right of private property appears imperative to create a person self-determined from its free will and not by lust. The critical theorist resembles neoliberal thinkers as he considers the necessity of the subjective rights, as negative freedom, to safeguard individual agencies. Insofar, the state plays not only a crucial role to sustain these social relations based on private property, but it becomes a necessary condition for the realization of capitalist relations.

A twofold separation: an ontology of *Geist*

The internal logic of Hegelian thought has in its basis the justification of bourgeoisie institutions, having not only a historical character but also an ontological. Hegel sees the will as the main difference between man and animal, for the latter acts on instinct, while the former on will. The will is negatively conceived as a teleology, as for Hegel an animal cannot conceive what it desires. Furthermore, the will appears as the only source of theoretical behaviour. Insofar, an animal cannot think, while man is active because of thinking (Hegel, 2013, pp. 47, 48).

In his commitment to explain his time, Hegel develops a simultaneously revolutionary and reactionary philosophy. His developed objective idealism is not only full of contradictions, but it is methodologically based on a doctrine of contradiction itself. György Lukács asserts that the "penetrating emergence of contradictions in the presence of his days is thus for Hegel only the culmination of a dialectical process which, starting from inorganic nature, drives life and society to this peak" (Lukács, 1984b, p. 420). Insofar, the contradictions are not elements of immediate reality but rather of thought itself. This postulate becomes apodictic since every confrontation with the real is already itself a product of the mind.

For Hegel, everything is movement but the movement of the idea: ceaseless *Prozessualität*: a paradox. This means, as an idea, the movement cannot become a process and asserts itself as absolute. The idea does not grasp the real, it presupposes the real as an idea. The real movement becomes the movement of the idea – as Marx points out: Hegel "found only the *abstract, logic, speculative* expression for the movement of history" (Marx, 1981, p. 228). While for Marx this represents a subject-predicate-inversion (Marx, 1981, p. 224), for Hegel is the concept (*der Begriff*) "the true soul of the world", not as predicate but as "subject" (Hegel, 1986, p. 59). The logic of contradiction, the movement of the idea becomes for Hegel the true motor of reality. The collapse of subject and object into a subject-object-identity bridges the ontological difference between both creating, hence, an absolute in the totality of the concept.

The appealing for Hegel's philosophy, its methodology and ontology, has in its foundation two important dimensions of being themselves revolutionary and reactionary. While most philosophy relegates the ontological, real contradictions which under capitalist relations appear more accentuated, in Hegel they are granted a novel understanding and reflection. This enables a perception – even if hypostasized – of the real movement of nature and society, which with the development of capitalism gains accelerated momentum. Such apprehension not only was, as it still is, revolutionary, since it goes beyond the simplistic apprehensions of non-contradictory logic. Second, his philosophy is also appealing because, while it recognizes the processuality, it resolves contradictions not in reality, as real conflicts, but in thought as a

synthesis of mutual sublation and preservation: this means, bourgeoisie thinkers find the philosophical basis to forfeiting real – social, political and economic – antagonisms.

The state appears as the perfect expression of this social transformation. It alienates only to be itself alienated. Its monopoly of violence appears not as the so-called state monopoly of violence but rather it mediates the violence of the capitalist dominant class. The state does not mediate conflicts in general but rather specific domination. With its emergence, private property, not as individual possession but rather as separation of the means of production, creates novel forms of social tensions. Insofar, it creates an immediate separation between producer and his means of doing, an external mediation – namely the bourgeoisie state – becomes, therefore, a necessity; otherwise, the producer would directly confront the violence imposed upon his life, his productive life, he would immediately antagonize the owner of the means of production.

The owner, who realizes his existence and freedom in and through private property, is the person. Marx, however, criticizes the notion that the person is the real actualization of the idea:

> Hegel describes as abstract the very species-forms *[Gattungsgestaltungen]* in which the *real person* realizes his content in actual existence, in which he objectifies himself and abandons the abstraction of the 'person as such'. Instead of recognizing this *realization* of the person as the most concrete of facts, the state is allegedly distinguished by the fact that in it 'the moment of the concept', 'individuality' achieves a mystical 'existence'. Thus the rational is seen to consist not in the realization of the reason of the real person but in the realization of the moments of the abstract concept. (Marx, 1992, pp. 84-85).

Marx is fully aware that this movement consists in the concretization of relations of power. Insofar, the Hegelian notion that in the property the will asserts itself as free by the cancellation of the arbitrariness of just being a possibility carries in-itself the embryo that cancels Hegel's notion of intellectual property as indefinitely mutable.

All human culture, all knowledge is a historical product of the social-being, its privatization is ontologically impossible, its attempt is an act of domination and violence. The very notion of a private intellectual property means abolishing intellectual property in-itself, decaying in a less evolved form of social relation, where appropriation does not occur as a teleological setting but rather as a mere genetical response to the environment.

As the state guarantee property as private property, the law can also impose itself restricting the mutability of intellectual property under patent law and equivalents: as reality proves. Property itself is mutable, a historical product of cultural transformation, an ever-transforming social relation. Land is not property or an acre in-itself, it becomes depending on the social relations. The transformation of land by social relations, or its (theoretically infinite) divisions, constantly creates new social relations and, hence, new contents for the property. If the historical arbitrariness of the law opens the precedent for actualizing relations of power, which in its core contradicts its existence, since law in-itself presupposes the cancellation of arbitrariness, then the law can also prevent the mutability of intellectual property and reframe it only with a determined framework of given relations of power. However, the law can never be law in-itself and for-itself, law cannot be an independent, self-realizing idea, on the contrary, the law is always a product of historical social relations. As such, law is subjected to the singular and collective wants, desires, influences, contradictions, arbitrariness, in summary, to the influence of human agency. From its outset law can never represent the very thing that fundaments its existence: being impersonal, objective; instead it is contradictory, arbitrary and unstable. There is no such thing as the rule of the law but rather the rule of the ruling class, who instrumentalize, weaponize the law to justify its dominance.

Control over intellectual property intends to create an incentive for competition and, hence, an incentive for development, it is, however, a contradiction in-itself, because, if intellectual property, as Hegel sees it, is unique, then the only thing that prevents the nature of intellectual property as a monopoly in-itself to become a monopoly for itself is the absence of law (such as patent, copyrights etc.). Law claims a general benefit of incentivizing competition but in practice, it abolishes it by protecting/creating monopolies.

While law actualizes relations of power, monopolization of intellectual property is in-itself not the problem that emerges with the law. Its contradictory character lies in deeper social relations. As Adam Smith and Karl Marx well noticed, with capitalism emerges an overwhelming accentuation of the socialization of labour (Marx, 1962; Smith, 2012). Marx goes beyond Smith and identifies in capitalist production the immanent contradiction between cooperation and competition. With the development of forces of production labour becomes increasingly more cooperative with the division of labour, also, science becomes an integrant part of the production. Therefore, the hitherto historical necessity of the existence of private property of production to go beyond both slave-based and feudal societies becomes an impediment for the production and development of social relations. If the relations among (a) producers, (b) producers and consumers and (c) consumers are not immediately determined in their relations but by an external being outside of those spheres – the owner of the means of production –, then the developments of production acquire two existences. First, the owner imposes a phantasmagorical relation to the other dimensions, since the drive of production (teleological setting) subordinates all social relations to the sphere of profit, which appears as an end-in-itself. Second, the social relations, outside from the determination of production of the owner, are estranged from their daily practices and received it as an imposition. The law guarantees such imposition. The real social needs and wants lose, hence, relevance, on the contrary, they appear as an impediment to profit. This capitalist logic incentives neither the production, nor the development, but rather the augmentation of the accumulation of capital. Private property as a barrier to the development manifests it-self not only in the disintegration of the planet or in inequality but also more fundamentally in the very *incentives of production*, which under imperialistic, financial capitalism *tend to cease* under *monopolistic capitalism* (see Lenin, 1971), for instance, the long practices of planned obsolescence, which also reveal the power and coercion that the capital imposes on society while proclaiming freedom, competition and development (see Pope, 2017).

The being of intellectual property as intellectual private property becomes a non-being. If copying, changing, modifying is an act of creation of new intellectual property, then selling it would seem impractical since every appropriation is simultaneously a new creation. Nevertheless, the law guarantees this contradictory movement. "Intellectual property serves to commodify knowledge" (Mueller, 2019, p. 20), and so, transforming it in its negation appears pre-condition for its existence in capitalist society: philosophically, it becomes an insoluble paradox; political-economically, it expresses social tensions, contradictions and domination. On the next section – second part – this ontological problem should become more feasible.

Property and intellectual property as two moments of one totality

Second Thesis: When property and intellectual property are taken as two moments of the same relation, then their separation and, consequently, their privatization becomes an ontological impossibility.

While, Marx, though acknowledging the "immaterial production" in capitalism, sees little social relevance of intellectual property when compared to "the whole production" and, therefore, it "can stay completely unconsidered" (Marx & Engels, 1965, pp. 385, 386); as the property is a social relation and its content cannot be defined *a priori*, as the historical and cultural dimensions played a fundamental role for its practical determination, by still reading Marx a concept stands out, which I propose to use as synonymous of property, and by doing so, making it more palpable. In the introduction to the *Grundrisse* Marx says: "Every production is the appropriation of nature from the side of an individual within and by means of a determined society. In this sense, it is a tautology to say that property (appropriation) is a condition of production" (Marx, 1983, p. 23). Appropriation neither means nor presupposes a private appropriation. According to Marx, history shows that common property as the former form appropriation, *i.e.*, common appropriation, whereas for Hegel, as shown above, thinking is appropriation. The gap between the two thinkers becomes unbridgeable.

Giving a step back, it emerges the question, if the appropriation is a condition of production, and not mere "thinking", production is a condition of what? Lukács' ontology reveals three categories of nature: inorganic nature, organic nature and the social-being (Lukács, 1984a, p. 8). The essential qualitative difference between inorganic nature and organic nature consists in the fact that to exist organic nature must be produced. Every singular organic being ceases, dies, returns to inorganic nature, however, while production appears as an existential condition for every species of organic nature, it is insufficient. The production of singular beings can only take place within the reproduction of each species. For species has an ontological priority over singular beings.

How does production and reproduction of organic nature relate to appropriation, to the property?

Labour and the social-being

While social-being is always part of the organic nature Lukács point out an essential difference between both, namely the form in which social-being produces itself. While the production of life in organic nature appears as a genetic response to its environment, the social-being forms the third ontological category of nature because it produces and reproduces itself in a qualitative completely different form. Labour is the form of human activity that produces and reproduces life by actively shaping its conditions. While producing and reproducing themselves, plants and animals create and transform their environments, the social-being performs this in a peculiar form by conceiving in mind before it acts, the social-being creates its life insofar as a teleological act (Marx, 1962, p. 193). The mere mental construction opens paths to possibilities of unique shaping and handlings but as teleology is always incomplete, it remains immanently possible and impossible. Only the act, or rather the actualization of the teleology as a teleological setting can put into motion what was first conceived in thought. What was thought in-itself becomes with the act – a teleological setting – for-itself, insofar, this real movement creates alternatives hitherto inexistent in nature (Hermeto, 2019, p. 187). The social-being breaks up with the immanency imposed in and by nature. It contains two ontologically novel accents: the simplest creation opens a world of possibilities not only by its immediate use but further unlocks the path to use it as a mediation, as a means for further novelties and, hence, emerging a new set of further possibilities. Sergio Lessa gives a simple but precise example: the creation of an axe opens multiple unforeseeable possibilities for the relations among individuals and its potentialities, between individual and society, and also between social-being and nature (Lessa, 2015, pp. 12-20). The possibilities, however, may not be confused with pre-determinations. There lies by no means a determinism, instead, only subsequent acts and interactions can determine an outcome, which is a latent possibility concretized in new material basis.

This notion of teleology described above may not be confounded with those of Aristoteles and Hegel. While these thinkers grasped the importance of teleology in human relations, they generalized and overstretched it; teleology gains then transcendental characteristics and appears as the motor of history (Lukács, 1986, p. 13). Instead, as Lessa well asserts, "[i]f there is something remarkable about history […] is that in it events never reoccur" (Lessa, 2015, p. 14), insofar, it cannot be a product of thought but rather a never-ending transformation. If an all-encompassing teleology could indeed produce reality, then the movement of reality (history), the transformation would have to cease, since as product of thought is always abstract, absolute, pre-conceived. Labour, on the contrary, with the actualization of teleology transforms causal relations but never determines its outcome, which remains immanently open.

The separation of property and intellectual property misconceives the ontological character of labour. For labour as a teleological setting is always an appropriation, a transformation in social relation. Nature, for instance, an acre can only become property, if it is conceived as a relation, namely not only by a singular imposition in-itself but rather by a mutual "recognition", a relation for-itself – grounded either on forms of domination, *i.e.*, military, legal, economic power over, or of non-domination. This "recognition" represents an intellectual property, animals "invade" land, houses, industrial plants etc., since they do not recognize property due to the lack of the relation which constitutes the first form of intellectual property. Appropriation – or non-intellectual property –, socially conceived, can only attain its actuality if it becomes in- and for-itself, hence, a moment of intellectual property. Conversely, every intellectual property has no being (*Dasein*) in- and for-itself without property. An individual may have an idea, may compose a song, draft a new invention in his/her head, however, first his head constitutes the materiality that gives concreteness to intellectual property, insofar, intellectual property cannot be in-itself intellectual property, requires a means. As every single being perishes, in order to give a *Dasein* for-itself to intellectual property, then the intellectual property must surpass the realm of singularity of the brain and gain first an external dimension – either sharing with other brains (stories, songs etc.) or something material (built or written etc.) – and second a historical social dimension, otherwise becomes a private language, thus, unattainable.[6] Intellectual property and property are always two moments of one relation.

Cultural development of human thought and property as a totality

To understand this double relation of property and intellectual property, I propose a more fundamental look into cultural development of human thought. For Thomas Nagel, the phenomena of conscious experience "occurs at many levels of animal life", insofar, "that there is something it is like to be that organism" (Nagel, 1974, p. 436). This mode of being a certain organism is, in the sense, existentially understood as a subjective character.

> It is not captured by any of the familiar, recently devised reductive analyses of the mental, for all of them are logically compatible with its absence. It is not analyzable in terms of any explanatory system of functional states or intentional states since these could be ascribed to robots or automata that behaved like people though they experienced nothing. (Nagel, 1974, p. 436).

As seen above, unlikely as often portraited, for instance, consciousness is not what differentiates the social-being from other ontological modes. Michael Pauen underlines that even if the complete understanding of all neuronal characteristics of an organism capable of consciousness is achieved, then all these understandings could never award us access to the immediate consciousness of such being (Pauen, 2005, p. 176). Michael Tomasello asserts: "In some animal species, the developing organism absorbs information not only from its physical but also from its social environment, or from parts of its physical environment that have been significantly altered by its conspecifics" (Tomasello, 2006, pp. 25–26). The cultural evolution of the social-being is a cumulative evolution and such praxis determines and modifies its consciousness. For this process of cultural accumulation evolution, according to Tomasello, "can be understood as a particularly effective form of collective inventiveness or sociogenesis" (Tomasello, 2006, p. 58). This means labour is not only the means for immediate production and reproduction of the social-being but rather an inter-generational-nexus or what Tomasello calls *virtual collective*. This is the basis for the development of one of the most important organs of the social-being, namely a solely cultural organ: the language (Engels, 1975, p. 446). It arises from social interactions (Tomasello, 2006, p. 265) and, therefore, Marx asserts:

> The '*Geist*' has from the outset the curse itself of being 'afflicted' with matter, which appears here in the form of moving layers of air, sounds, in short, language. Language is as old as consciousness – language is the practical, real consciousness, which also exists for other people, and thus also for myself, and language, like consciousness, arises only from the need, the need to have intercourse with other people. (Marx & Engels, 1978, p. 30).

All human culture, all knowledge is a historical product of the social-being, its privatization is ontologically impossible, its attempt is an act of domination and violence. The very notion of a private intellectual property means abolishing intellectual property in-itself, decaying in a less evolved form of social relation, where appropriation does not occur as a teleological setting but rather as a mere genetical response to the environment. Taking again the language as an example, according to Wittgenstein's *Philosophical Investigation* words have no meaning in-themselves (Wittgenstein, 1967, p. 20, § 40), the emergence of a private language would be impossible because "the meaning of a word is its use in the language" (Wittgenstein, 1967, p. 20, § 43). Words without meaning, without a practical existence are sterile. Such practice is always social, it presupposes the reproduction within the species, namely the social-being.

With the rising of "digital economy", with the increase of the significance of the private intellectual property in modern society, one could use the example of the real economy to contradict the present analyses, this would mean, however, being fixed at the mere phenomenological level of social relations – at the appearance – while ignoring their core. As capitalism contradiction between the socialization of labour and privatization of means of production intensifies, as the mass of capital expands and, for this reason, the rate of the capitalist accumulation faces its tendency to fall, the capitalist class – which has the means of imperialism, of neo-colonialism, of state-socialism for corporations and banks, of tax evasion, of money laundering, of financial capital control – tries to overcome this problem, since without appropriating surplus-labour and overshooting it as capital – as an end in itself –, it ceases to be capitalist. The development myths of modern companies, such as Apple, Microsoft, Google, Amazon, PayPal, Tesla, become more preposterous as research has shown that their success is based not only in the socialization of specific labour of their labour-force and production chain but foremost in the entire socialization of resources of US-American society that have been redirected towards state-funded research with no commitment to make profits.

> The assumption that the public sector can at best incentivize private sector-led innovation (through subsidies, tax reductions, carbon pricing, technical standards and so on), especially but not only in the face of the recent crisis, fails to account for the many examples in which the leading entrepreneurial force came from the State rather than from the private sector. (Mazzucato, 2013, p. 207).

The example from Mariana Mazzucato with the tech-company Apple is obliterating, since it, one of the most "valuable" companies in the world, owns its success due to many decades of state founded research as an extensive socialization of losses opening the path for private appropriation and private gain. "To understand the fundamental role of the State in taking on the risks present in modern capitalism, it is important to recognize the

'collective' character of innovation." (Mazzucato, 2013, p. 207) As every year billions of dollars of taxpayer money flows to the US-military complex (*National security: 2020 Budget Fact Sheet*, 2020), to NASA and other state companies and institutions, it is "unrealistic to think that the highly capital-intensive and high-risk areas in clean technology will be 'led' by venture capital, or 'nudged' by a small and unstructured green investment bank" (Mazzucato, 2013, p. 210). As the fundamental contradiction of capital, namely the social character of production and private character of its appropriation, expands, the usage of the state by the elite to avoid addressing this social, political and economic problem also intensifies social tensions. The violent character of such mediation becomes ever more latent as the leading capitalist society of the world disintegrates (see Hedges, 2018).

Final considerations

In this paper, I tried to examine the intellectual property, first, in its phenomenological form, namely the separation between property and intellectual property and the privatization of both as justification for social development; and second, in its essence, namely as a social relation that is an integral part not only of labour and the relations of production but also of the cultural development and accumulation.

The bourgeoisie divorce of property and intellectual property accounts for specific relations of power, which, on the one hand, grants the owner of the means of production control over the non-owners and, on the other, produces an insuperable contradiction between both categories, which is expressed in and as social tensions. The division of both categories, though being real, which law establishes and guarantees, cannot surpasses the ontological dimension of property and intellectual property, which can never exist without the immediate existence of each other. Insofar, despite the fact that law separates both categories, they appear ontologically as two moments of the same relation. While the capitalist rhetoric justifies patents, copyrights etc. based on the claim to be safeguarding innovation and competition, in reality, these forms of relations foster and preserve monopolies. With the historical advent, and further with the development, of capitalism, labour becomes incessantly more collective, the private property of the means of production loses its historical importance of agglutinating and commanding labour, instead, it becomes an impediment for further development. The privatization of intellectual property instead of enabling social development appears, consequently, as its immanent constrain, a mere form of securing anachronic relations of power.

References

Eckl, A. (2005). Der Begriff „Eigentum" in der Rechtsphilosophie Hegels. *Was ist Eigentum?* München: C. H. Beck.

Engels, F. (1975). Dialektik der Natur. *MEW Band 20*. Berlin Dietz: Verlag Berlin.

Hayek, F. A. von. (2005). *Die Verfassung der Freiheit*. Tübingen: Mohr Siebeck.

Hedges, C. (2018). *America: The Farewell Tour.* New York, London, Toronto, Sydney, New Delhi: Simon & Schuster.

Hegel, G. W. F. (1986). *Enzyklopädie der philosophischen Wissenschaften im Grundrisse - Zweiter Teil: Die Naturphilosophie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

Hegel, G. W. F. (2013). *Grundlinien der Philosophie des Rechts oder Naturrecht und Staatswissenschaft im Grundrisse*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

Hermeto, J. R. (2019). *Lukács' Ontologie des gesellschaftlichen Wandels: Von einer mythologischen Ontologie des absoluten Geistes zu einer Ontologie des gesellschaftlichen Seins*. Universität Witten/Herdecke.

Hermeto, J. R. (2020). Subject-predicate-inversion of Gender-neutral-language: An emancipatory confusion. *In: Journal of Gender and Power*. Vol. 12, n. 1.

Honneth, A. (2013). *Das Recht der Freiheit*. Berlin: Suhrkamp.

Lenin, W. I. (1971). *Lenin Werke 22*. Berlin: Dietz Verlag Berlin.

Lessa, S. (2015). *Para compreender a Ontologia de Lukács*. São Paulo: Instituto Lukács.

Lukács, G. (1984a). Prolegomena zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins. *Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins, Band 1*. Darmstadt, Neuwied: Luchterhand.

Lukács, G. (1984b). *Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins, Band 1*. Darmstadt, Neuwied: Luchterhand.

Lukács, G. (1986). *Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins, Band 2. Sein*. Darmstadt, Neuwied: Luchterhand.

Marx, K. (1962). Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie: Erster Band: Buch I: Der Produktionsprozeß des Kapitals. *MEW Band 23*. Berlin: Dietz Verlag Berlin.

Marx, K. (1968). Ökonomisch-philosophische Manuskripte aus dem Jahre 1844. *MEW Band 40*. Berlin: Dietz Verlag Berlin.

Marx, K. (1981). Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie. *MEW Band 1*. Berlin: Dietz Verlag Berlin.

Marx, K. (1983). Einleitung zu den „Grundrissen der Kritik der politischen Ökonomie". *MEW Band 42*. Berlin: Dietz Verlag Berlin.

Marx, K. (1992). *Early Writings*. London: Penguin Books.
Marx, K., & Engels, F. (1965). *MEW Band 26.1*. Berlin: Dietz Verlag Berlin.
Marx, K., & Engels, F. (1978). Die deutsche Ideologie: Kritik der neuesten deutschen Philosophie in ihren Repräsentanten Feuerbach, B. Bauer und Stirner, und des deutschen Sozialismus in seinen verschiedenen Propheten. *MEW Band 3*. Berlin: Dietz Verlag Berlin.
Mazzucato, M. (2013). *The Entreprenaurial State: Debunking Public vs Private Sector Myths.* London, New York, Delhi: Anthem Press.
Mueller, G. (2019). *Media Piracy in the Cultural Economy*. *Media Piracy in the Cultural Economy*. New York, London: Routledge Focus.
Nagel, T. (1974). What Is It Like to Be a Bat? *The Philosophical Review*, *83*(4), 435-450.
National security: 2020 Budget Fact Sheet. (2020). *The White House*. Washington DC.
Pauen, M. (2005). *Grundprobleme der Philosophie des Geistes*: *Eine Einführung* (4th Aufl.). Fischer Taschenbuch Verlag.
Pippin, R. (2014). Hegel, Freedom, The Will. The Philosophiy of Right (§§ 1-33). *In*: L. Siep (Hrsg.), *G.W.F. Hegel: Grundlinien der Philosophie des Rechts*. Berlin: Akademie Verlag.
Pope, K. (2017). *Understanding Planned Obsolescence: Unsustainability Through Production, Consumption and Waste Generation*. London: Kogan.
Ritter, J. (2014). Person und Eigentum. Zu Hegels Grundlinien der Philosophie des Rechts (§§ 34-81). *In: G.W.F. Hegel: Grundlinien der Philosophie des Rechts*. Berlin: Akademie Verlag.
Smith, A. (2012). *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Hertfordshire: Wordsworth Editions.
Stirner, M. (2012). *Der Einzige und sein Eigentum*. Hamburg: Tredition Classics.
Tomasello, M. (2006). *Die kulturelle Entwicklung des menschlichen Denkens: Zur Evolution der Kognition*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
Wittgenstein, L. (1967). *Philosophical Investigations.* Oxford: Basil Blackwell.

Notas

1 Not in the modern sense of private property, where a separation between producer and means of production arises.
2 Locke arbitrarily defines labour insofar it excludes labour from native justifying appropriation by colonization.
3 In German, property is differentiated between ownership, Eigentum, and possession, Besitz; in this sense, they cannot be used as synonyms.
4 This notion achieves its peak with neoliberal capitalism, where the commodification of life is sustained by a complete submission to the so-called "rule of the law" as Friedrich von Hayek blindly praised in what I called his dialectic of freedom, where state coercion is coercion, capitalist market coercion is freedom (see the chapter „Freiheit und Gesetz" (Freedom and Law), Hayek, 2005).
5 This is not the Marxist alienation (Entäußerung) that can often be confused with Marx' estrangement (Entfremdung).
6 For the impossibility of private language see below arguments regarding Wittgenstein's Philosophical-Investigations (Wittgenstein, 1967); see also (Hermeto, 2020).

João Romeiro Hermeto
joaoromeirohermeto@gmail.com
PhD in philosophy by Universität Witten/Herdecke (Germany)
Postdoctoral candidate at Freie Universität Berlin (Germany)

Freie Universität Berlin
Habelschwerdter Allee, 30
Berlin, Germany
CEP: 14195

Acknowledgement
Not applicable.

Financial support
Not applicable.

Contributions of authors
Not applicable.

Approval by the Ethical Committee and consent to participate
Not applicable.

Consent to publish
Author's consente.

Conflict of interest
Not applicable.

ESPAÇO TEMÁTICO: POLÍTICA, CIÊNCIA E MUNDO DAS REDES

Controle social e governo de dados

Augusto Jobim do Amaral[1]
http://orcid.org/0000-0003-0874-0583

Felipe da Veiga Dias[2]
http://orcid.org/0000-0001-8603-054X

[1] Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Departamento de Direito, Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais, Porto Alegre, RS, Brasil
[2] Faculdade Meridional, Departamento de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito, Passo Fundo, RS, Brasil

Controle social e governo de dados

Resumo: O artigo tem como temas o controle e a biopolítica, tendo a sua delimitação nas questões tecnológicas como parte das relações de controle biopolítico e na afetação local. O problema de pesquisa é: de que forma o atual projeto biopolítico de controle neoliberal afeta a sociedade brasileira enquanto uma democracia recente e quais as peculiaridades podem ser percebidas? Dito isso, utiliza-se como metodologia a abordagem fenomenológico-hermenêutica, juntamente aos métodos de procedimento monográfico e a técnica de pesquisa por documentação indireta. Conclui-se que o projeto biopolítico nacional baseia-se na lógica neoliberal, e por isso se impõe de forma a exigir o máximo da vida humana em prol da lucratividade, enquanto aumenta cada vez mais a amplitude dos dispositivos de controle (e disciplina, reservada aos inaptos), ao mesmo tempo em que no País se verifica certa radicalidade de caraterísticas autoritárias e conflitivas na adoção do modelo de controle contemporâneo na democracia nacional.
Palavras-chave: Biopolítica. Sociedade do Controle. Dados. Democracia.

Social control and data governance

Abstract: The research has as its themes control and biopolitics, having its delimitation in technological questions as part of the relations of biopolitical control, and in the local affectation. The research problem is: how does the current biopolitical project of neoliberal control affect Brazilian society as a recent democracy and what peculiarities can be perceived? That said, the phenomenological-hermeneutic approach is used as a methodology, together with the monographic procedure methods and the indirect documentation search technique. It is concluded that the national biopolitical project is based on neoliberal logic, and therefore imposes itself in such a way as to demand the maximum of human life for profitability, while increasing the breadth of control devices (and discipline, reserved), at the same time that in the country there is a certain radicality of authoritarian and conflicting characteristics in the adoption of the contemporary control model in national democracy.
Keywords: Biopolitics. Control Society. Data. Democracy.

Recebido em 11.08.2019. Aprovado em 11.02.2020. Revisado em 13.04.2020.

© O(s) Autor(es). 2020 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Introdução

O estudo em tela parte do tema do controle e da biopolítica como elementos centrais de observação. Essa proposição ampara-se na tentativa de compreensão, dentro das dinâmicas das relações de poder e da produção de subjetividades, das estratégias que se implementam atualmente em termos de gerenciamento da vida.

Assim, a fim de delimitar ainda mais o escopo da pesquisa, direciona-se a atenção à sociedade do controle, mormente desde os dados/metadados obtidos e fornecidos pelos dispositivos tecnológicos hodiernos. Opta-se por tal espectro em razão das performances das relações humanas em termos neoliberais – de otimização pessoal e de necessidade de exposição, muito para além das práticas disciplinares rígidas –, exercidas através da voluntariedade e do uso intensivo da liberdade, em que todos, de algum modo, geram para Estados e empresas informações sobre sua existência.

Significa dizer que há um novo espectro biopolítico em operação, que amplia os dispositivos de controle, a seu modo, alimentados pela própria população e produtora de enorme capital imaterial através das plataformas tecnológicas, satisfazendo um modo de vida em que a empresa se torna o modo de subjetivação por excelência, ao mesmo tempo em que as patologias sociais governam as populações até a sua exaustão física-mental.

Diante desse contexto, é importante frisar que as práticas de soberania clássicas ou mesmo disciplinares do alvorecer da modernidade de modo algum tornaram-se superadas ou desapareceram. A seu modo, foram repotencializadas e mantêm-se plenamente aplicáveis aos inaptos dos processos tecnológicos deste estágio do capitalismo. Daí surge um enfoque especial a respeito de como tais processos afetam, no plano nacional, os parâmetros democráticos.

Assim, tem-se como problema de pesquisa de que forma a atual dinâmica biopolítica, exercida através do modo de vida neoliberal, afeta de modo particular a sociedade brasileira enquanto uma democracia recente e quais as peculiaridades podem ser percebidas. A fim de concretizar repostas a tais indagações, utiliza-se como metodologia a abordagem fenomenológico-hermenêutica, valorando os elementos utilizados por sua inserção contextual. Juntamente a essa perspectiva estão os métodos de procedimento monográfico e a técnica de pesquisa por documentação indireta, com ênfase em bases bibliográficas e pesquisas empíricas.

Biopolítica e sociedade do controle no capitalismo contemporâneo

No transcurso final do último século até hoje o discurso da transformação do mundo por meio da tecnologia apenas se intensificou, denotando que a arte de governar teria em suas mãos modos diferenciados de operar. Esses mecanismos inovadores e aceitos naturalmente pela população tratam de pulverizar os limites entre Estados e mercados, resultando na ampliação da vigilância e controle, juntamente a algo que se encontra na origem da gestão do governo: a economia, já que "a arte de governar é, precisamente, a arte de exercer o poder na forma e segundo o modelo da economia" (FOUCAULT, 2008, p. 127).

O modelo neoliberal que torna indistinguível a gestão da vida por entes públicos ou privados apresenta a tecnologia como uma fonte *neutra* na condução e gestão de pessoas. Porém, ao mesmo tempo, conduz os ganhos ao bom e velho modo capitalista de mercantilizar todo e qualquer aspecto humano em sociedade. "Esse poder de condicionar corpos e almas se manifesta como biopoder, através de funções de administração e de controle sobre os corpos, mais precisamente dirigindo e canalizando a população para fins neoliberais, e como psicopoder", produzindo intervenções até mesmo no campo psíquico, "o que permite somar o controle externo (e a respectiva exploração-do-outro), produzido pelo poder punitivo, ao autocontrole e à autoexploração (exploração-de-si), promovidos pelo psicopoder" (CASARA, 2018, p. 49).

Contudo, para otimizar os objetivos desse *novo* capitalismo tecnológico é necessária uma política que gerencie a vida e, simultaneamente, a submeta ao seu controle, ou seja, impõe-se uma biopolítica que realize a gestão potencializando a vida ao mesmo tempo em que exerce sobre ela o bipoder que a mantenha sob seus comandos (ESPOSITO, 2006, p. 26). Isso significa que pensar o período atual requer o entendimento de que a visão econômica dominante (e o próprio modelo social correlato) opera segundo parâmetros de uma sociedade do controle, onde se mesclam os instrumentos de controle realizados ao ar livre, não meramente mais apenas segundo a tônica disciplinar-institucional dos corpos (DELEUZE, 1992, p. 220).

Demonstrações de ferramentas tecnológicas a serviço do controle vão desde dispositivos de segurança comuns, tais como câmeras de vigilância, reconhecimento facial ou rastreamento de veículos (GPS), até ações aparentemente simples como registro de trajetos de corrida, preferência de compra *online*, desbloqueio de *smartphones* através da inserção de digitais (biometria) ou de verificação da íris dos olhos. Tais dispositivos produzem informações e conteúdos valiosos para montagem das estratégias na sociedade de controle.

Salutar inferir que, como explica Chignola (2018, p. 241), essa modificação de atuação disciplinar para a de controle era também uma necessidade do modelo capitalista, a fim de incrementar a acumulação humana e do capital na extração da mais-valia. Nesse sentido, se poderia compreender essa necessidade de organizar a força de trabalho como instrumento, seja por Estados ou corporações, a fim de auferir a atuação biopolítica como forma de modificar o exercício do poder sobre o corpo para um conjunto de técnicas/táticas de organização e vigilância sobre essa mesma força em prol dos rumos neoliberais (REVEL, 2014, p. 148).

Logo, há busca por corpos úteis e, por isso, agora vigiados para tal utilidade, ou seja, a destruição dos corpos passa a ser contraproducente na geração de riqueza, por isso a mudança no exercício do poder e, por conseguinte, a formação de uma biopolítica que possibilite essa exploração (REVEL, 2014, p. 148). Compreende-se assim a ligação entre os elementos biológico e político que formam esta rede, haja vista que a vida precisa ser a todo tempo controlada para atingir os fins pretendidos pelos pressupostos políticos do capitalismo tecnológico. Dessa forma, o capitalismo tecnológico tem neste modo biopolítico de agir uma pressuposição básica, visto que para governar deve-se "estruturar o eventual campo de ação dos outros" (FOUCAULT, 1995, p. 244), utilizando-se instrumentos tecnológicos que fornecem a previsibilidade necessária para tanto.

Todavia, esse estímulo à produção da vida incitado pela suposta liberdade suga a energia vital ao máximo com o objetivo de aprimorar os ganhos econômicos segundo os ditames neoliberais da concorrência permanente. Sem que exista qualquer surpresa nessa biopolítica suicida (ao menos para os seres humanos), é ela exatamente que se encontra em operação no capitalismo tecnológico, que impõe o desempenho maximizado e constante como padrão (irreal) a ser seguido.

Portanto, o *empresário de si* mesmo é o sujeito neoliberal desejado, embora esgotado e doente, mas imperioso ao incremento econômico (HAN, 2015, p. 23-27). Esse sujeito definido como uma empresa individual "através de uma nova semântica, não é apenas um esquema teórico, mas a prática real de um novo direito do trabalho através do desmantelamento das instituições neoliberais de welfare e dos direitos sociais" – aspecto que tinha no Estado o grande assegurador coletivo e que agora passa a gerir/treinar o sujeito para essa nova forma de liberdade nos moldes neoliberais: "o capital humano deve ser formado. E para isto é necessária a intervenção constante do governo" (CHIGNOLA, 2015, p. 16).

Com base nisso, é ocultada a subserviência governamental às demandas econômicas da era digital, bem como seus efeitos sobre os indivíduos que se expandem, por exemplo, em *cidades inteligentes*, através de "empresas [que] devem ser disruptivas, os trabalhadores devem se tornar flexíveis e os governos devem ser enxutos e inteligentes. Nesse ambiente, quem trabalha muito pode aproveitar as mudanças e vencer. Ou assim nos disseram" (SRNICEK, 2017, p. 11, tradução nossa).

As promessas de progresso que escondem os danos produzidos são uma marca do capitalismo tecnológico neoliberal, que investe em controle focado na liberdade enganosa e nas falácias da individualidade que alimentam voluntariamente um sistema moldado para prever comportamentos e estimular consumo, enquanto enclausura subjetividades (HONESKO, 2018, p. 32). Ademais, soma-se a isso o fato de que se impõe a cultura de empreender constantemente, reinventando a si mesmo pelo mercado, de modo a responder ao cenário de *crise* com inovação e criatividade. Contudo, isso novamente esconde o fato de que se a crise é constante, funcional e opera organicamente na geração de lucros, não se trata mais de algo negativo (CASARA, 2018, p. 12), e sim de retórica a serviço da máquina biopolítica neoliberal, a qual gera problemas, danos e prejuízos sociais.

A ilusão criada pelo modelo capitalista digital encontra-se também em sua força discursiva. Plausível evidenciar que a terminologia utilizada nos debates digitais é não despropositada, propriamente para imunizá-la de qualquer crítica; pois, afinal, quem poderia se opor à *informação* ou à *tecnologia*, as quais transmitem a ideia de conhecimento e progresso? Inserir argumentos envoltos nesta gramática busca afastar reflexões econômicas ou políticas, para com isso não demonstrar o quanto tais fatores estão profundamente associados. Pensar em qualquer manejo na regulação de dados é atingir diretamente, por exemplo, a *Google* e sua economia imaterial de armazenamento e comércio desses dados, visto este movimento como um empecilho ao *progresso* (MOROZOV, 2018, p. 29).

Algumas situações práticas exemplificam as manipulações e obscuridades em determinadas proposições. Basta pensar em aplicativos (produzidos por muitas *startups* para alavancar negócios digitais) que prometem um estilo de vida mais saudável ou o aumento da economia da família de baixa renda, como os exemplos: a) *BillGuard*, que não apenas informa o indivíduo que ele ultrapassou os gastos mensais, como igualmente pesquisa *online* descontos em cupons para redução das despesas; b) ou ainda o caso do *iBag* que se constitui em uma bolsa com sensores que se fecha (com a carteira do seu usuário dentro) para impedir os excessos de seu possuidor; c) por fim, na área da saúde cita-se o aplicativo *Glow*, o qual rastreia as atividades sexuais das mulheres, ciclo menstrual, início de ovulação, para auxiliar nas tentativas de engravidar. Em princípio, parecem orientar demandas sociais (saúde e economia familiar), mas o fazem ao preço de obter cada vez mais dados e informações sem esquecer que, por outro lado, justamente acabam por desonerar os entes

públicos, pois diante da falha individual em gerir as indicações programadas (sempre vistos como objetivos e neutros) o responsável sempre será o sujeito e não mais o Estado diante da sua função básica em prover serviços de saúde e subsistência básica (MOROZOV, 2018, p. 107-110).

Necessário, portanto, compreender mais profundamente o funcionamento do capitalismo tecnológico posto atualmente. Ao se fazer isso, tal postura permite apontar os aspectos geopolíticos e econômicos que circundam essas empresas, especialmente no seu suposto bem comum (preços mais baixos, facilitação de serviços, etc.) que mascara as práticas neoliberais. Caso emblemático da *Uber* que, por exemplo, reduz custos ao não dar treinamento para motoristas atenderem pessoas com deficiência e, igualmente, a mesma empresa financiada pelo banco de investimentos Goldman Sachs, filia-se a tratados que facilitam a circulação de dados. Ora, na atual economia global em que dados são valiosíssimos, fazer circulá-los é parte da estratégia de lucratividade (MOROZOV, 2018, p. 23).

Torna-se claro que no capitalismo tecnológico ganham valia conteúdos, citados como imateriais, antes ignorados, como dados, metadados etc., os quais costumam estar associados com modelos de negócio conhecidos como plataformas (que funcionam como intermediários entre grupos distintos). Esse modelo inclui armazenamento, análise, obtenção, manipulação e diversas outras atividades que monopolizam informações ou dados que antes eram desperdiçados e que agora podem ser adotados em variados espectros (SRNICEK, 2017, p. 29), dentre eles, serviços, consumo, controle ou a vigilância (perspectivas valiosas aos governos e relativamente baratas segundo determinados modelos de negócio, ao menos para o fornecimento desses dados).

[...] tecnologia e a liberdade, perfectibilizadas desde um *big data*, já aparece ocupando um ponto de destaque na execução dos projetos políticos neoliberais implementados no País. Todavia, nos estertores de um Estado Pós-Democrático, que o Brasil dá sinais, existem os aprofundamentos autoritários gerados pela profusão falseada de discursos de ódio que reforçam dinâmicas de morte tradicionalmente exercidas.

Conforme já mencionado, tal modelo de negócio sobre o qual incidem estratégias biopolíticas voltadas aos interesses neoliberais jamais obteria sucesso sem apostar na liberdade, visto que o poder se exerce sobre sujeitos livres (FOUCAULT, 1995, p. 244). Nesse norte, explica novamente Chignola (2015, p. 14) que os indivíduos incluídos em relações e no plano digital realizam a inserção de elementos de sua vida em redes sociais ou portais de compartilhamento como *Youtube* ou *Facebook*, sem com isso se dar conta de que o seu exercício de liberdade é o que produz conteúdo para as empresas, mídias digitais e outros modelos de negócio, ou seja, no biocapitalismo, tal indivíduo, ao expor sua singularidade/subjetividade produz e coopera sem nenhuma espécie de instrumento de controle, apenas com a sua *liberdade*.

Em síntese, além da disposição livre sobre sua individualidade em navegação, cadastros e redes sociais, também se fornecem acessos a informações e conteúdos privados a fim de utilizar serviços e facilitações tecnológicas, seja com um simples deslocamento da *Uber*, seja com um mapeamento genético que permita o acesso a todos os seus dados biológicos, mas que lhe é fornecido *gratuitamente*; a realidade é que na sociedade de controle neoliberal o custo (em dados), embora nem sempre aparente, é sempre alto.

O caráter por vezes imperceptível de quanto se está a ceder caracteriza diversas das novas plataformas tecnológicas. Assim, as ferramentas utilizadas e a manipulação da vida por meios tecnológicos são um fato inegável. Exemplifica-se com uma situação em que determinada pessoa cogita tornar-se vegetariana (buscando opções com base em seus amigos em rede), e isso gera por sua pesquisa um verdadeiro leilão sobre com quais anúncios esse sujeito será bombardeado - de tofu ou carnes -, sendo que independente do vencedor ele será conduzido por descontos e promoções que indicam a melhor decisão (ao menos segundo o vencedor do leilão de dados), de maneira a ter a ilusão de decisão autônoma. Esse caso não é hipotético, pois as ferramentas para colocá-lo em prática já existem no Google, o que demonstra que não se está em uma discussão unicamente tecnológica, mas sim de "economia política, propaganda e autonomia", sobre o ponto de rentabilidade desse modelo: os dados (MOROZOV, 2018, p. 33).

As plataformas como *Google*, *Amazon*, *Apple*, *Facebook*, *Uber* etc., oferecem serviços próprios atraindo espaços comerciais em suas atuações. Funcionam em rede (SRNICEK, 2017, p. 30), o que torna ainda mais

valioso aumentar a quantidade de seus usuários, incrementando a importância da publicidade direcionada, algo típico de bases como a Google, o qual "cria algoritmos de publicidade, não algoritmos de informação" (NOBLE, 2018, p. 28, tradução nossa), enquanto amplia o valor de mercado da plataforma em si mesma.

A dinâmica de controle biopolítico, em que o sujeito é tornado *dividual* pela transformação da vida em dados compagináveis (DELEUZE, 1992, p. 222), é o que permite condicionamentos mais delicados e menos invasivos, já que senhas ou direcionamentos são visto como menos coercitivos do que a força disciplinar-punitiva. Por óbvio que, embora as práticas de controle estejam em plena operação nas mais diversas áreas, desde consumo a segurança, isso não significa a abolição de instrumentos disciplinares aos indesejáveis e improdutivos ou, ainda, a ausência de processos discriminatórios no interior das novas tecnologias.

Não se pode furtar deste alerta sob pena de incompreensão da própria biopolítica, pois essa "produz subjetividade, ou produz morte, ou torna-se sujeito a seu próprio objeto, ou definitivamente o objetiva. Ou é política da vida ou sobre a vida" (ESPOSITO, 2006, p. 53, tradução nossa). Isso indica que, na ordem neoliberal, o controle é a regra disposta pelas ferramentas tecnológicas e formas de negócio, mas que diante da ruptura produtiva almejada, estarão os sujeitos à mercê das forças disciplinares, ainda plenamente capazes de permitir a morte (FOUCAULT, 2005, p. 287).

Parte do delírio contemporâneo está na ideia de que a ampliação tecnológica comporta a solução de todos os males. Tal postura ignora o manejo de dados desconexos, que um dia terão sentido ou poderão ser associados, mesmo que no momento não o façam, dando a impressão que geram apenas inconvenientes anúncios do *Google* e *Facebook*, mas que nada impede de serem igualmente capazes de direcionar uma patrulha policial ou um drone pela mesma atuação, neste caso nas mãos de agências de segurança (MOROZOV, 2018, p. 39).

Porém, torna-se difícil a tarefa da crítica quando há, de forma geral, a incompreensão sobre o modo como esses conteúdos ou dados são utilizados, obtidos, quantificados ou mesmo relacionados com atividades diárias de qualquer um. Apesar disso, qualquer indivíduo que observe aos parâmetros digitais percebe que é rastreado e segmentado em pluralidades de informações/dados por governos e empresas cada dia com mais intensidade, formando verdadeiras caixas pretas de conteúdos sobre cada ser humano (PASQUALE, 2015, p. 3).

Logo, a conclusão sobre o valor contido nos dados/metadados torna-se evidente, somado ao fato indiscutível de que as interconexões hoje somente são possíveis por mecanismos automatizados baseados em cálculos, probabilidades e margens de risco: os chamados algoritmos (PASQUALE, 2015, p. 8). Isso clarifica como operam biopoliticamente dados e metadados através de uma razão algorítmica. Nada melhor para prever os comportamentos humanos do que o próprio sujeito fornecendo, voluntariamente ou não, sua própria *dividualização*.

Trata-se, metaforicamente, de uma espécie de encarceramento voluntário, no qual o sujeito desde a prisão supõe livremente fornecer dados diários sobre sua vida necessários, exatamente, para fortalecer as amarras que o contém. A seu turno, o modelo de plataformas tecnológicas preza pelo conhecimento como base econômica, e isso significa dados e metadados disponíveis às bases algorítmicas, em especial aqueles que são obtidos e que antes simplesmente não existiam ou não eram considerados pelas empresas que prestavam tais serviços. Por exemplo, a *Uber* enquanto plataforma consegue facilitar transações, individualizar usuários indesejados e rastrear passageiros e veículos, de modo que esses três elementos pouco têm ligação com o transporte de pessoas, mas trazem à tona uma série de conteúdos antes ignorados (MOROZOV, 2018, p. 59).

A conjugação e manejo de dados por softwares baseados em algoritmos (chamados de *inteligência artificial*) fazem parte da realidade, o que não elide as simples dúvidas sobre como tais cálculos funcionam, se podem ser influenciados, condicionados, viciados ou mesmo quais os problemas já apresentados. Questionamentos como esses apenas demonstram a amplitude do que se desconhece e, ao mesmo tempo, do quanto se abdica para um sistema que não se compreende e, não raro, esconde seus equívocos podendo provocar danos sociais massivos.

Dados e Manipulações: algoritmos a serviço da pós-democracia

Não se precisa perquirir demasiadamente sobre as questões levantadas até agora para se perceber a necessidade de acompanhamento das atividades empresariais que envolvem dados ou metadados. Embora muitas das atividades desempenhadas por essas empresas sejam definidas como monopólios, caso emblemático da *Amazon,* as legislações *antitrust*[1] ou inexistem ou, como mais se costuma notar, não incidem sobre estes conglomerados. Esse tipo de atuação não surpreende, tendo em vista que a lei, não raro, funciona como tática de controle e não apenas como mero instrumento de soberania (FOUCAULT, 2008, p. 132).

Portanto, o recurso a legislações ou atuações estatais normalmente nubla o fato da profunda cumplicidade dos estratos empresariais com as dinâmicas estatais e seus *lobbies.* Entes públicos e corporações atuam em mútuo benefício e gerenciam conjuntamente os negócios *dataficados* na direção do seu caminho mais

produtivo em termos neoliberais. Até mesmo porque, a partir do uso de algoritmos, basta pensar em problemas de criminalidade e segurança, para se antever que o mais importante são as margens de risco, e não necessariamente a solução dessas questões (CHIGNOLA, 2018, p. 256).

Assim, compreender os algoritmos e os riscos neles envolvidos, especialmente na adoção acrítica da tecnologia como sinal de progresso, é uma espiral que enclausura a todos numa visão romântica da neutralidade dos cálculos matemáticos e dos sujeitos envolvidos com tais criações. De outro modo, abrir-se a esse tipo de abordagem faz com que se possa perceber o quanto as estratégias envolvidas com a lógica algorítmica reproduzem mecanismos ostensivamente racistas, sexistas ou mergulhados em distorcidos ideais de meritocracia, conforme já amplamente confirmado por pesquisas no Vale do Silício (NOBLE, 2018, p. 10).

Portanto, alguns modelos de algoritmos apenas servem para maximizar tecnologicamente as discriminações e desigualdades produzidas por uma sociedade com uma radical desigualdade. Exemplo disso pode-se perceber quando se examina, no caso do sistema penal, um teste usualmente aplicado para medições de risco de reincidência de apenados (*LSI–R – Level of Service Inventory–Revised*), onde um dos padrões centrais de questionamento passa por se saber quando, pela primeira vez, o sujeito teve um envolvimento com as forças policiais, concluindo-se que maior será o risco de reincidência quanto mais cedo esta variável aparecer. Ninguém ignora – ou não deveria, senão de modo cínico – a seletividade profunda de exercício do poder punitivo que faz com que, principalmente homens negros e latinos (mormente no contexto norte-americano), sejam parados e revistados desde a juventude, muito mais vezes do que homens brancos (isso sem levar em consideração os bairros e outras questões criminológicas relacionadas a cidades) (O'NEIL, 2017, p. 15).

Abandonar a pretensa neutralidade tecnológica dos algoritmos, observando seus problemas e pressupostos, intrínseca à composição de seus programas, é tão relevante quanto entender as fórmulas dos cálculos. Comumente acredita-se que mecanismos de busca e outros dispositivos baseados em inteligência artificial (algoritmos) são elaborados tendo em vista apenas filtros de personalização, ou seja, que seriam aperfeiçoados e aprimorados para cada indivíduo, de acordo com os resultados coletados pelo perfil dos usuários (PARISER, 2012, p. 7-11), de maneira que seus criadores não teriam qualquer influência nos resultados produzidos.

Esse talvez seja um dos maiores engodos embutidos nos ditos *sistemas inteligentes*, que se dispõem à previsibilidade futura e são baseados em matrizes discriminatórias como reflexo, nada neutro, das relações de poder que as orienta. Veja-se, por exemplo, o mais que generalizado algoritmo de busca da *Google*, o qual, apesar de louvado, até meados de 2012, ao referir à pesquisa sobre mulheres negras, latinas e asiáticas, imediatamente, remetia a estereótipos sexualizados, apresentando como resultados primários páginas pornográficas. (NOBLE, 2018, p. 11).

Os *erros* (*glitch*) desses mecanismos de busca e outros instrumentos são geralmente atenuados, ignorando-se a opressão que os algoritmos exercem. Não obstante, como justificar que, da mesma forma, em 2015, o dispositivo de reconhecimento facial da *Google* indicava *macacos* e *animais* como primeiro resultado para afro-americanos, ou ainda, que a busca por *nigger house* (com significado racista) indicasse a Casa Branca durante a administração Obama? Nada estranho que, quando campanhas revelam a existência de resultados sexistas ou racistas em mecanismos de busca, a resposta padrão adotada seja de que isso em realidade ainda seria um espelho dos usuários, o que não se duvida, todavia, também não deve elidir o conglomerado de suas responsabilidades sobre a veiculação e propagação do conteúdo. Em resumo, ignoram-se os algoritmos planificados, direcionando-se a responsabilidade, ao estilo neoliberal, à própria pessoa, responsável por todo e qualquer mal lançado sobre ele (NOBLE, 2018, p. 12-16).

Atente-se que os *erros* de cálculo estão disseminados pelos dispositivos inteligentes, pois mecanismos de busca, localizadores e instrumentos biométricos funcionam em conjunto (mapeamento em rede) na tentativa de predizer comportamentos e conduzir às respostas desejadas pelos detentores dessas ferramentas biopolíticas (AMOORE, 2013, p. 41). Por outro lado, cabe referir que muitas vezes as predileções ou projeções se baseiam na ausência de dados ou metadados, de modo que a falta de informação precisa é registrada como um demérito sistêmico que também é interpretado como um risco (CHIGNOLA, 2018, p. 259). Por esses motivos é que a indagação sobre os critérios de algoritmos impostos atualmente é tão valiosa, conforme realiza Pasquale (2015, p. 9). O autor, ao questionar tais fatores, almeja evitar que o uso de instrumentos disciplinares ou de controle reduzam sujeitos ao paradigma kafkiano, em que não se sabe o que ocorre e ainda assim se está à mercê de sanções que se desconhece.

Frise-se o fato de que tais (ab)usos realizados por essas corporações ou mesmo Estados simplesmente não possuem qualquer espécie de vedação ou sanção (não se tratam de ações criminosas ou mesmo de rupturas democráticas), o que significa que a produção de danos sociais massivos (BARAK, 2015) não passa de mais um "erro/*glitch*" em nome do progresso neoliberal. Diante da dimensão de danos produzidos é que a autora O'Neil (2017, p. 16) intitulou os modelos estatísticos criados como o *LDI-R* em "armas de destruição matemáticas" (analogicamente à noção de "armas de destruição em massa" – e contando com as mesmas

iniciais em inglês – *WMD*s), criando processos de *loops* com seus *feedbacks*, e que geram círculos viciosos no sentido de que as suposições do modelo são apenas reforçadas pelos cálculos de previsão futura.

Percebe-se que alguns ambientes são utilizados como laboratórios para os testes com algoritmos, e esses modelos devidamente experimentados podem ser expostos a novos indivíduos e com novas funções, para assim aumentar a eficiência de qualquer elemento desejado pelo modelo neoliberal, em que tudo e todos são reduzidos a dados contabilizáveis e vendáveis. Estabelece-se, assim, uma *governamentalidade algorítmica*, com a multiplicação de táticas complexas de exercício de poder sobre as populações (FOUCAULT, 2008, p. 143), executadas simbioticamente por Estados e corporações transnacionais.

Nesse modelo, tudo é reduzido ao plano individual, de modo que as mazelas sociais antes combatidas ou pretensamente redutíveis desde um *welfare state*, agora são condicionadas a mudanças e transformações pessoais fomentadas por padrões de retroalimentação. Dito de outra maneira, do mesmo modo que um filtro de *spam* aperfeiçoa seus mecanismos com cada usuário, esse modelo estatal pretende a melhoria dos cidadãos como forma de aumentar a sua efetividade e, por conseguinte, reduzindo custos enquanto monitora cada vez mais as suas ações e padrões (reduzidos a dados) (MOROZOV, 2018, p. 96). Isso se reflete em desarticulações ou eliminações de organismos e responsabilidades tipicamente estatais em sociedades democráticas, sendo projetado para a população a responsabilidade de atuar em prol de seu próprio desenvolvimento e na desoneração pública (atendendo aos interesses do mercado), sempre buscando a maximização da eficiência neoliberal aplicada à gestão humana.

Se os reflexos dessas dinâmicas não podem ser isolados localmente, pois comportam uma escala global, suas nuances em termos de realidade nacional ganham um colorido especial de análise. Logo, os auspícios neoliberais também ditados tecnologicamente, com especial atenção ao gerenciamento dados, devem ser examinados desde o contexto brasileiro. A especificidade em termos locais passa, como aponta Casara (2018, p. 16-17), pela incidência em maior grau de instrumentos repressivos, marcas típicas de Estados Pós-Democráticos.

Os contornos desse tipo de condição dispõem uma espécie de fachada formal democrática, pronta a encobrir as decisões políticas sob outra instância, não raro programadas por plataformas de corporações, mercados, agências de risco, dentre outros inúmeros agentes disformes que administram os rumos do dito progresso neoliberal enquanto reduzem as relações ao fator mercadológico e à responsabilização empreendedora do sujeito.

Portanto, a biopolítica imposta enquanto gestão da vida (BAZZICALUPO, 2017, p. 17) em prol dos interesses do mercado está longe de ser incompreensível, não obstante deva ser vista com atenção, porque se utiliza da liberdade individual, incrementada tecnologicamente e combinada a processos alienantes dos fundamentos básicos de democracia. No caso brasileiro, a perspectiva se agrava tendo em vista o tradicional poder de morte que é exercido quase de maneira naturalizada, espécie daquilo que Mbembe chama de "necropolítica" (2017, p. 65). Não seria inviável afirmar que um traço autoritário brasileiro bem localizado nas práticas escravocratas pouco assumidas é multiplicado num modo neoliberal de vida, razão, não raro, da

> crença em resposta de força, medo e desconfiança [...], tendência a agredir indivíduos desviantes dos valores convencionais, oposição ao que é da ordem subjetiva/sensível, disposição a pensar mediante categorias rígidas (estereótipos), identificação com figuras de poder e hostilidade generalizada (CASARA, 2018, p. 73).

Assim, essas novas tecnologias dispostas num contexto de pura vulnerabilização social, como no caso brasileiro, aprofundam um governo dos corpos dirigido a maximizar a morte. O controle da população conectada indelevelmente em plataformas digitais, cada dia mais quantificada, calculada e reduzida a dados passíveis de negociação e manejo de algoritmos, e coligada à atuação do poder punitivo estatal sobre aqueles considerados inúteis aos ganhos econômicos ou considerados desviantes das proposições dessa sociedade, pode bem indicar o cenário futuro a ser vivido por todos.

Nesse sentido, importante retomar a crítica desses instrumentos de cálculo e metrificação da vida – sejam softwares, Inteligências Artificiais (IAs) –, pois são os próprios meios propostos a quase anular o diálogo em favor de narrativas unidimensionais, trocar a feição dos cidadãos pela de consumidores, numa política muito pouco interessada no comum e mais afeita aos atos de governo como produto de marketing, panorama nefasto ao desenvolvimento das complexas democracias contemporâneas. Destarte, as bases tecnológicas que antes são parâmetros políticos camuflados de neutralidade, usam sua pretensa objetividade para influir decisivamente nas democracias (MOROZOV, 2018, p. 142).

> A política que coloca a IA no centro de suas operações nos promete perfeição e racionalidade. Ao fazer isso, contudo, ela aplaina a imensa complexidade das relações humanas, simplificando narrativas complexas em regras algorítmicas concisas e explicações monocausais. Enquanto a nossa experiência fenomenológica do mundo não se conformar aos modelos simplistas por trás da maioria dos sistemas de IA, não deveríamos

> nos surpreender ao ver mais e mais pessoas caindo nas narrativas conspiratórias e extremamente complexas das fake news: as notícias podem ser completamente falsas, mas, pelo menos, admitem uma complexidade narrativa irreconhecível por Alexa ou Siri (MOROZOV, 2018, p. 142-143).

Por mais que Morin e Le Moigne (1999, p. 26) tenham delimitado há muito tempo a necessidade de inserir a complexidade nos debates dos problemas enfrentados pela humanidade, o que se apresenta, na contramão, é a ode à simplificação. Não somente pelo quadro tecnológico capitalista que segmenta o pensamento em partes quantificáveis (e lucrativas), plenamente assimilado por cada um dos seres humanos *empresários de si*, mas também pelo retrato patológico de uma população absorvida por *smartphones*, redes sociais, dados, IAs e algoritmos, e que ao mesmo tempo nutre ódio ao pensamento, pois planifica e reproduz sua (falta de) reflexão através da transparência digital tão bem vista nas chamadas *fake news*, o efeito rebote não dista do reforço da punição extrema como ordem naturalizada no cotidiano de todos.

Figura disso pôde ser comprovada tão fortemente, talvez como em poucos momentos da história brasileira, no último processo eleitoral em 2018, em que restou comprovado que 90% dos eleitores do então candidato a Presidente, Jair Bolsonaro, acreditaram em *fake news* (PAQUINI, 2018) provenientes de redes sociais como o *Facebook* e *Twitter*, o que demonstra que a construção, adulteração ou manipulação da verdade (pós-verdade) (KEYES, 2004, p. 12-13) não é algo considerado reprovável, desde que proponha uma narrativa simples e capaz de satisfazer seus desejos. Própria atualmente do ambiente pós-democrático nacional, o falseamento não é mais considerado um valor relevante, pois "na pós-democracia, inimigo é todo aquele que não possui valor de uso dentro da racionalidade neoliberal" (CASARA, 2018, p. 75). Caso a isso haja oposição, sempre emergirá a figura do inimigo interno, também canalizado tecnologicamente.

A influência de plataformas algorítmicas e outros instrumentos tecnológicos tem ganho terreno no exercício de controle de indesejáveis que diluir em teorias da conspiração já soa ridículo: repita-se, as variações racistas, sexistas e discriminatórias (NOBLE, 2018) de buscas ou a notória influência nas eleições norte-americanas (HOWARD *et al.*, 2017; HOWARD; KOLLANYI; WOOLLEY, 2016), e mesmo no Brasil com a proliferação de notícias falsas e *bots* atuando maciçamente nas redes sociais, são apenas a expressão muito reduzida de suas performances. Lembra-se, por exemplo, os ataques virtuais ao jornal Folha de São Paulo, ainda no final de 2018, quando *bots* inundaram com discursos de ódio publicações sem nenhum vínculo político ou eleitoral (os anúncios tratavam de joias e um dono de *boteco* famoso), tendo sido ativados por palavras-chave, no caso específico *bolovo* e *bolso* – em referência/defesa ao então candidato à presidência da República (TUÍTES..., 2018).

O cenário nacional, portanto, de um projeto neoliberal que dispõe biopoliticamente um governo de si e dos outros desde dinâmicas tecnológicas necessita de permanente reflexão. Todavia, o que não fica claro para a maior parte da população é que isso somente é possível diante da inflexão, da instigação, da suposta otimização da liberdade através do fornecimento de dados voluntariamente, transformando-a em fomentadores do próprio espetáculo simplista, por vezes carregados de autoritarismo e ódio, que a vitimiza.

Os termos radicais com que se confronta diante desse quadro, por sua vez, acabam por esgotar as energias vitais dos sujeitos, inclusive para se perceberam violentados com tal ambiente, ademais de, no caso brasileiro, gerar demandas de crescente indiferença à solidariedade e a multiplicação de bodes expiatórios às agruras nacionais. Têm-se, assim, a montagem de uma necropolítica com requintes futuristas.

Considerações finais

O quadro contextual traçado neste estudo não tem qualquer pretensão de definição estrita ou esgotamento temático, porém almeja, de alguma forma, atender aos anseios de uma compreensão sobre fatos que acometem a realidade nacional em termos de controle de dados numa sociedade democrática. Para tanto, tornou-se forçoso delinear as tecnologias biopolíticas contemporâneas voltadas ao controle, sem, contudo, deixar de atentar para as estratégias disciplinares e soberanas reconfiguradas contra aqueles considerados inaptos ao modo de vida neoliberal.

Com base na percepção de que os modos de exercícios de poder biopolítico encontram-se multiplicados e disseminados socialmente, sendo incidentes desde pontos variáveis, sobretudo quando inexistem distinções entre agentes públicos ou privados em tal contexto, pôs-se em xeque a leitura comum e unidimensional dos usos tecnológicos como panaceia geral, inclusive aos tradicionais problemas sociais enfrentados. A simples observação histórica de que dispositivos tecnológicos vêm tendencialmente servindo aos propósitos da governamentalidade capitalista seria suficiente para se consolidar um alerta sobre a questão, entretanto, isso ainda se agrava pelo fato de que dados e metadados de cada indivíduo humano adquiriram no capitalismo tecnológico valores e relações próprias, pautando novas formas de quantificação, metrificação e comercialização da vida.

A partir disso, torna-se necessário refutar o senso comum que atrela o uso de tecnologias, em ambiente mercadológico, a uma suposta neutralidade e a atribuição de seus erros a meros equívocos operacionais. Afastar os vícios de compreensão não é apenas uma tarefa específica de apreciação, principalmente em termos nacionais, mas um esforço nuclear para o desvelamento dos generalizados projetos neoliberais de controle de populações.

As dinâmicas do uso variado dos dados/metadados demonstram como reverberam na proliferação da vulnerabilização humana como parte das mercadorias a serem capitalizadas, sempre em busca de aumento da lucratividade. Portanto, ao se questionar acerca dos reflexos próximos e imediatos de uma sociedade do controle no Brasil, consegue-se observar que a tecnologia e a liberdade, perfectibilizadas desde um *big data*, já aparece ocupando um ponto de destaque na execução dos projetos políticos neoliberais implementados no País. Todavia, nos estertores de um Estado Pós-Democrático, que o Brasil dá sinais, existem os aprofundamentos autoritários gerados pela profusão falseada de discursos de ódio que reforçam dinâmicas de morte tradicionalmente exercidas.

Nesses termos, diante disso, o governo da vida desde um modo neoliberal de existência, amparado tecnologicamente, produz relações sociais patológicas e esgotadas em afetos concorrenciais, ao mesmo tempo que naturaliza a otimização da liberdade em favor das plataformas de controle que gerirá sua própria aniquilação.

Referências

AMOORE, L. *The politics of possibility:* risk and Security beyond probability. London, United Kingdom: Duke University Presse, 2013.

BARAK, G. Os crimes dos poderosos e a globalização do crime. *Revista Brasileira de Direito*, Passo Fundo, v. 11, n. 2, p. 104-114, dez. 2015. Disponível em: https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/931. Acesso em: 13 abr. 2020.

BAZZICALUPO, L. *Biopolítica:* un mapa conceptual. São Leopoldo, Porto Alegre: Unisinos, 2017.

CASARA, R. R. R. *Estado pós-democrático:* neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CHIGNOLA, S. A vida, o trabalho, a linguagem: biopolítica e biocapitalismo. *Cadernos IHU*, nº. 228, v. 13, p. 3-19, 2015.

CHIGNOLA. A toupeira e a serpente. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, v. 19, n. 3, p. 239-269, 2018.

DELEUZE, G. ´Post-scriptum´ sobre as sociedades de controle. *Conversações.* São Paulo: Editora 34, n. 1, 1992.

ESPOSITO, R. *Bíos*: Biopolitica y filosofia. Buenos Aires: Amorrortu, 2006.

EUROPEAN COMMISSION. *Competition: Antitrust.* Disponível em: http://ec.europa.eu/competition/antitrust/overview_en.html. Acesso em: 04 maio 2019.

FIDELIS, A. L. Entre o "laissez-faire" americano e o "intervencionismo" europeu: para qual direção aponta a investigação do CADE sobre o mecanismo de busca do Google. *Revista de Defesa da Concorrência:* v. 3, n. 2, p. 65-86, 2015.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, M. O Sujeito e o Poder. *In:* DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. *Michel Foucault:* uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. *Segurança, Território, População:* Curso do Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOOGLE é multado em US$ 56,8 milhões por violar lei de proteção de dados na Europa. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 jan. 2019. Disponível em: https://oglobo.globo.com/economia/tecnologia/google-multado-em-us-568-milhoes-por-violar-lei-de-protecao-de-dados-na-europa-23389682. Acesso em: 4 maio 2019.

HAN, B. *Sociedade do cansaço.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

HONESKO, V. N. Sobre o governo do real: a vida nos domínios do capitalismo informacional. *Profanações*, [Paraná], n. 1, p. 24-38, jul. 2018.

HOWARD, P N. *et al.* Junk news and bots during the US election: What were Michigan voters sharing over Twitter. *Computational Propaganda Research Project*, Oxford Internet Institute, Data Memo, n. 2017.1, p. 1-5, 2017.

HOWARD, P N.; KOLLANYI, B.; WOOLLEY, S. Bots and Automation over Twitter during the US Election. *Computational Propaganda Project:* Working Paper Series, 2016.

KEYES, R. *The Post-Truth Era*: dishonesty and deception in contemporary life. New York, United States: St. Martin Press, 2004.

MBEMBE, A. *Políticas da inimizade.* Lisboa, Portugal: Antígona, 2017.

MORIN, E.; LE MOIGNE, J. *L'intelligence de la complexité*. Montreal, Canada: L'Harmattan 1999.

MOROZOV, E. *Big tech:* a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu, 2018.

NOBLE, S. U. *Algorithms of oppression*: how search engines reinforce racism. New York, United States: New York University Press, 2018.

O'NEIL, C. *Weapons of math destruction:* how big data increases inequality and threatens democracy. United States: Broadway Books, 2017.

PAQUINI, P. Estudo diz que 90% dos eleitores de Bolsonaro acreditaram em fake news. *Valor Econômico,* São Paulo, 2 nov. 2018. Disponível em: https://valor.globo.com/politica/noticia/2018/11/02/estudo-diz-que-90-dos-eleitores-de-bolsonaro-acreditaram-em-fake-news.ghtml. Acesso em: 9 abr. 2020.

PARISER, E. *O filtro invisível:* o que a Internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PASQUALE, F. *The black box society:* the secret algorithms that control money and information. Cambridge, United States: Harvard University Press, 2015.
REVEL, J. *Foucault, un pensamiento de lo discontínuo*. Buenos Aires, Argentina: Amorrortu, 2014.
SRNICEK, N. *Plataform capitalism.* Cambridge, United States: Polity Press, 2017.
TUÍTES da Folha sobre "bolso" e "bolovo" ativam ação de robôs, que saem em defesa de Bolsonaro. *Revista Fórum,* Porto Alegre, 25 out. 2018. Disponível em: https://revistaforum.com.br/politica/tuites-da-folha-sobre-bolso-e-bolovo-ativam-acao-de-robos-que-saem-em-defesa-de-bolsonaro/. Acesso em: 4 mar. 2019.

Nota

1 As legislações antitruste têm como escopo evitar a formação de monopólios, conglomerados, ou analisando fusões, seguindo a ideia de preservar a concorrência, regulando o poder do mercado. Nesse sentido, cabe mencionar que a postura dos Estados Unidos a respeito do assunto fomenta formações como a da *Amazon*, ao menos essa é a conclusão das análises da legislação norte-americana, a qual se baseia na Seção 2 do *Sherman Act*, onde se verifica a atuação de Cortes de forma permissiva e condescendente com o setor privado (FIDELIS, 2015, p. 69-70). Em comparação a legislação em vigor na União Europeia tem bases mais rígidas e vem atuando de forma mais dura sobre tais temas, tendo como base os artigos 101 e 102 do *Treaty on the Functioning of the European Union* (EUROPEAN COMMISSION, 2019), bastando a verificação de recentes multas sobre empresas ligadas à tecnologia como o caso do Google, com base em novas regulamentações do ano de 2018, de modo que as bases antitrustes europeias apresentam-se em constante mutação com tais regulações, a fim de adaptar-se às novas dinâmicas capitalistas (GOOGLE…, 2019).

Augusto Jobim do Amaral
guto_jobim@hotmail.com
Doutor em Altos Estudos Contemporâneos pela Universidade de Coimbra (UC)
Doutor, Mestre e Especialista em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)
Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da PUCRS

PUCRS
Av. Ipiranga, 668, Partenon
Porto Alegre – RS – Brasil
CEP: 90619-900

Felipe da Veiga Dias
felipevdias@gmail.com
Doutor em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)
Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade Meridional (IMED)

IMED
Rua Senador Pinheiro, 304, Rodrigues
Passo Fundo – RS – Brasil
CEP: 99070-220

Agradecimentos
Não se aplica.

Agência financiadora
Não se aplica.

Contribuições dos autores
O texto foi produzido, por completo, com a participação dos dois autores.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica.

Consentimento para publicação
Os autores consentem com a publicação e a cessão de direitos autorais a publicação.

Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

ESPAÇO TEMÁTICO: POLÍTICA, CIÊNCIA E MUNDO DAS REDES

Ódio e intolerância nas redes sociais digitais

Jaqueline Carvalho Quadrado[1]
http://orcid.org/0000-0002-5220-3710

Ewerton da Silva Ferreira[2]
https://orcid.org/0000-0001-7588-0338

[1] Universidade Federal do Pampa, Programa Pós-graduação em Políticas Públicas, São Borja, RS, Brasil
[2] Universidade Federal do Pampa, Programa Pós-graduação em Políticas Públicas, São Borja, RS, Brasil

Ódio e intolerância nas redes sociais digitais

Resumo: O artigo objetiva discutir os discursos de ódio e intolerância nas redes sociais digitais, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, ancorada na teoria social crítica. Toma a *Internet* como *lócus* dos discursos e questiona: em que medida o ódio e a intolerância nas redes sociais digitais se constituem um risco frente ao estado democrático de direito? Compreende-se que a *Internet* é um espaço do contraditório, e isso tem muito a ver com o funcionamento dos mecanismos de seleção de dados e informação utilizados por plataformas como o *Google* ou o *Facebook.* Evidencia-se que o uso intensivo das redes sociais digitais está contribuindo para a formação de perfis marcados pela intolerância e pelo radicalismo. A análise demostra que as redes sociais digitais se constituem uma ameaça frente ao estado democrático de direito.

Palavras-chave: Internet. Ódio - Redes sociais. Intolerância.

Hate and intolerance in digital social networks

Abstract: This article aims to discuss the discourses of hate and intolerance in digital social networks, through bibliographic and documentary research, anchored in critical social theory. It takes the internet as the locus of speeches and asks: to what extent does hatred and intolerance in digital social networks constitute a risk in the face of the democratic rule of law? It is understood that the internet is a contradictory space, and this has a lot to do with the functioning of the data and information selection mechanisms used by platforms such as Google or Facebook. It is evident that the intensive use of digital social networks is contributing to the formation of profiles marked by intolerance and radicalism. The analysis shows that digital social networks are a threat to the democratic rule of law.

Keywords: Internet. Hate. Intolerance.

Recebido em 25.02.2020. Aprovado em 13.03.2020. Revisado em 16.06.2020.

© O(s) Autor(es). 2020 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Introdução

A sociedade e o cotidiano da maioria dos humanos foram tomados por uma gama de produtos eletroeletrônicos que ampliaram as possibilidades de interação entre os sujeitos e fomentaram uma via de posicionamento em relação ao exercício da cidadania e ao ativismo político. Nesse contexto, é natural que existam relações de comunhão e conflito, haja vista, que numa sociedade plural e democrática deva se preservar a convivência pacífica entre visões diferentes de mundo. No entanto, tornam-se cada vez mais necessárias ações que visem a compreensão e a sensibilização para os valores democráticos, principalmente os da tolerância com as diferenças e o respeito às liberdades e garantias individuais. Apenas desta forma crê-se que a barbárie não tomará o lugar da civilidade.

As redes sociais digitais, em sua configuração particular, explicitaram a emergência de produção e de circulação de enunciados de protesto (contrapalavra), portanto, situações de enfrentamento, lutas políticas e ideológicas. Evidencia-se, assim, o potencial dessas redes sociais de se constituírem como espaços contemporâneos para publicizar a produção dos próprios sujeitos envolvidos no evento como alternativa a outras mídias como, por exemplo, jornais e revistas, pertencentes às grandes empresas de comunicação que, por vezes, corroboram os interesses de uma classe hegemônica representante do discurso oficial.

O motivo que nos levou a estudar essa temática é a preocupação com os rumos que a sociedade brasileira está tomando a partir das redes sociais digitais, tendo em vista que pelas próprias redes sociais percebe-se o crescimento dos discursos de ódio e intolerâncias, o que já é evidente nos processos de mudanças no comportamento das pessoas.

O objetivo do artigo é contribuir para a compreensão dos reflexos das redes sociais digitais. Toma-se a Internet como lócus de pesquisa, e questiona-se: em que medida o ódio e a intolerância nas redes sociais digitais se constituem um risco frente ao estado democrático de direito? Para isso, o referido estudo apresentará abordagem qualitativa e se utilizará de pesquisa bibliográfica a respeito das redes e mídias sociais, com base em pesquisas anteriores, e pesquisa documental decorrente do Dossiê da Intolerância, do *site* Comunica Que Muda (CQM) que apresenta dados, análises e proposições sobre o tema.

Adota-se a perspectiva teórica materialista histórica dialética para nortear as discussões, alicerçadas no entendimento de que as sociedades humanas existem num determinado espaço, num determinado tempo, em que os grupos sociais as constituem mutáveis e que tudo - instituições, leis, visões de mundo, é provisório, passageiro e está em constante dinamismo e, potencialmente, pode ser transformado.

O artigo está dividido em duas seções. Numa primeira, são apresentadas breves considerações sobre as redes sociais digitais, a fim de compreender a estrutura das redes e a articulação com o ódio e a intolerância. Na segunda seção centra-se a discussão de como o ódio e a intolerância nas redes sociais digitais se constituem um risco frente ao estado democrático de direito.

Breves considerações sobre as redes sociais digitais

As redes sociais digitais, em sua configuração particular, explicitaram a emergência de produção e de circulação de enunciados de protesto (contrapalavra), portanto, situações de enfrentamento, lutas políticas e ideológicas. Evidencia-se, assim, o potencial dessas redes sociais de se constituírem como espaços contemporâneos para publicizar a produção dos próprios sujeitos envolvidos num determinado evento como alternativa a outras mídias como, por exemplo, jornais e revistas, pertencentes às grandes empresas de comunicação que, por vezes, corroboram os interesses de uma classe hegemônica representante do discurso oficial.

O uso intensivo da Internet e das redes sociais digitais está contribuindo para a formação de perfis de atuação política, econômica, social, cultural, marcados pela intolerância e pelo radicalismo. Diariamente, surgem polêmicas e debates nas redes cujos participantes parecem tomados por uma fúria cega contra toda e qualquer opinião divergente. Há uma relação direta entre esse tipo de comportamento e a racionalidade dos algoritmos, responsáveis pela distribuição e organização de dados nas redes sociais. O problema é que quase ninguém tem consciência disso.

É o que se pode denominar de "efeito bolha: as pessoas que fazem parte delas dentro das redes são governadas por algoritmos e não pelo discernimento racional. O que é um paradoxo, porque tudo o que o Brasil precisa neste momento é de sensatez" (BELÉM, [2018]). O algoritmo contribui na busca do reconhecimento dos discursos e ações odiosas por outros sujeitos, que pensam de forma homogênea e em oposição às diversidades e o pluralismo social. Ao encontrar eco estas vozes ampliam os espaços para a livre manifestação e o apoio de outros sujeitos. Não se pode negar que as mesmas redes também contribuem para o arejamento das democracias imprimindo uma nova dinâmica nas relações entre a sociedade e o Estado (BELÉM, [2018]).

Há um clima de radicalização política permanente na *web* e, de repente, em torno de qualquer assunto, formam-se dois ou mais blocos de opinião diametralmente opostos, sem nenhum espaço para mediações. As pessoas refutam, com os argumentos mais simplistas, todo questionamento às suas opiniões a respeito do assunto do dia, ainda que seu nível de conhecimento sobre o mesmo seja mínimo.

A Internet, portanto, está contribuindo para a banalização de um tipo de maniqueísmo político radical, que inconscientemente acaba por impugnar o debate de ideias, o espaço do contraditório, e isso tem muito a ver com o funcionamento dos mecanismos de seleção de dados e informação utilizados por plataformas como o *Google* ou o *Facebook.*

Claro que a Internet, como qualquer tecnologia não é – em si – boa ou má. O uso que fazemos dela é o que define seu caráter. E, naturalmente, ela não é *culpada* pelo comportamento de seus usuários. Mas poucas pessoas têm consciência de que, na rede, as informações também podem ser manipuladas e que elas passam, a todo instante, por filtros automáticos que podem incidir profundamente sobre a formação da opinião.

É ditado um novo comportamento individual, gerando novas ideias e novas normas no seio da sociedade, ao mesmo tempo em que modifica a sociabilidade das relações. A maior contribuição prestada por esse modo de se comunicar, foi a mudança comportamental, uma vez que passou a pôr em evidência um comportamento mais inflexível, insensato, no qual os indivíduos tanto são um produto da sociedade quanto um iniciador de normas sociais. Nas palavras de Schumpeter (1976): uma *destruição criadora*. O indivíduo que destrói sistemas convencionais.

As pessoas começaram a usar as plataformas para expressar as próprias opiniões, possibilitando, assim, analisar um mesmo assunto sob vários ângulos. Mostrou-se, então, uma clara discrepância entre as informações vistas nas mídias tradicionais (jornais, rádio, televisão) e as compartilhadas nas mídias sociais digitais, propiciando que os usuários cedessem mais atenção aos assuntos que circulavam nas redes e, consequentemente, se engajassem mais.

Outrossim, Young (2006) afirma que a criação de *bolsões* de informação moldada estrategicamente para um grupo social específico cria uma ideia superficial de pluralidade, uma falsa representatividade. O que se tem na verdade são nichos que não representam uma visão plural da sociedade. Ou seja, segmentar a sociedade em nichos informativos baseando-se em padrões como classe social, etnia, gênero, orientação sexual, profissão ou orientação política, é uma forma de manter cada um num suposto *devido lugar*, visão compartilhada também por Bauman (2014).

Nesse sentido, essa vigilância é exatamente a expressão desse movimento de tensão multilateral que o mundo digital tem proposto. Isso dá uma tridimensionalidade aos fatos, porque os fenômenos são vistos de um ponto de vista em que tudo é realmente linguagem, ou seja, cada elemento de um fato é mais facilmente visualizado e, consequentemente, levado em consideração na formação de opinião do cidadão que habita nas redes. Não há mais apenas uma versão de uma história, há várias, dando profundidade, perspectiva, a um fato.

Diante da produção e circulação massiva de informação na *web* – estimativas apontam para 2,5 quintilhões de *bytes* por dia (DOMO, 2018) – as empresas de tecnologia desenvolveram sistemas de seleção de dados visando facilitar a vida dos usuários. Assim, o que vemos em nossas *timelines*, seja no *Facebook*, *Twitter* ou outros, está organizado mediante um processo de seleção cuja finalidade é a apresentação de um conteúdo personalizado e previamente filtrado. Isso é feito automaticamente, através de algoritmos que terminam por *limpar* conteúdos não identificados com nossos perfis.

De fato, esses filtros*,* obviamente, obedecem a uma racionalidade matemática e não há qualquer tipo de reflexão a respeito do que pode, ou não, interessar ao usuário. Isso demonstra que, corre-se o risco de receber informações que apenas corroborem aquilo que já se pensa a respeito de um determinado assunto; e isso é feito sem que as pessoas percebam. Dessa maneira, a divergência tende a sumir de nossas telas. E aí é que mora o perigo. Aliás, é importante lembrar que os algoritmos usados nas redes sociais – como o *EdgeRank* do *Facebook* – são tecnologias cujas estruturas de funcionamento são mantidas sob sigilo e, portanto, não se sabe muito a respeito de como operam essas seleções de informações.

É evidente que o *overload* informativo, característico da Internet, associado à escassez de tempo da vida contemporânea, terminam por tornar necessária a adoção de filtros, que permitam ao usuário selecionar informações sem custos e em pouco tempo. E é igualmente importante nos indagarmos se os algoritmos utilizados pelo *Google* ou pelo *Facebook* são realmente tecnologias *neutras*.

Ressalta-se ainda que, na Internet o fluxo de informações é contínuo, ininterrupto. Logo, se temos um fluxo permanente e se as informações que recebemos são filtradas, então a consequência é que teremos diante de nossos olhos, em pouco tempo, um volume imenso de informações sobre um mesmo assunto. No caso de uma mesma opinião, o efeito será o de consolidar uma visão de que *está todo mundo falando isso*. Alia-se a esse fato, a recepção de um grande volume de informação a respeito de um mesmo tema, termina por gerar uma sensação de urgência em relação a determinadas questões. Então, quando as pessoas são

levadas a participar de alguma polêmica, muitas vezes adotam um comportamento explosivo, replicando informações em grande quantidade em suas próprias redes, contribuindo para o sentimento coletivo de urgência e eliminando o tempo da reflexão. E como os filtros agem mecanicamente retirando boa parte do conteúdo contrário, o resultado pode ser o estabelecimento de um consenso artificial e perigoso. Ainda temos os *memes* e virais que podem incidir sobremaneira sobre a formação de falsos consensos e disseminação de mentiras e boatos na rede.

É fundamental reconhecer que tanto o uso das novas tecnologias da informação e comunicação podem fortalecer a cidadania quanto não se pode deixar de reconhecer que o ciberativismo pode estar gerando uma massa de especialistas em sua própria opinião.

Discursos de ódio e intolerância

De acordo com o psicanalista Contardo Calligaris (apud PEREIRA, 2017), "nas redes sociais, é possível expressar o seu ódio, dar a ele uma dimensão pública, receber aplausos pelos seus amigos e seguidores e se sentir de alguma coisa validado". Ou seja, as redes sociais produzem uma espécie de validação do seu ódio[1] que era muito mais difícil antes de elas existirem e se tornarem tão importantes na vida das pessoas.

Em decorrência da incidência de ações e posições intolerantes na rede, também aumentam os crimes de ódio, muitos, na forma de discurso do ódio. Os casos de crimes cibernéticos de ódio possuem como características o ataque principalmente às minorias na forma de misoginia, xenofobia, racismo, homofobia, intolerância religiosa, etc. De fato, é nas redes sociais digitais a incidência maior de discursos odiosos, e desponta no *Facebook*, segundo o Dossiê da Intolerância do *site* Comunica Que Muda (DOSSIÊ…, [2016]).

De acordo com o Dossiê da Intolerância, no ciberespaço são dez as principais formas mais evidenciadas: Aparência, Classe social, Deficiência, Homofobia, Misoginia, Política, Idade/geração, Racismo, Religião e Xenofobia (DOSSIÊ…, [2016]).

As semelhanças com os modelos fascistas de Estado também são muitas, uma vez que o autoritarismo que os caracteriza promove a perseguição, o preconceito com aqueles que não se alinham ao tipo idealizado imposto e a construção de dogmas pautados no senso comum (TIBURI, 2016, p. 167).

Nas palavras de Arendt (1999), para o mal, como o praticado pelos nazistas, não seria uma fatalidade, mas uma possibilidade da liberdade humana. Um mal sem motivos, sem raízes e sem explicação. Um mal inédito que, além de monstruoso, banal e burocrático, ao mesmo tempo era sistemático e eficiente.

O discurso do ódio, atualmente amplificado pelas redes sociais digitais, ganha projeção a partir da ação de *haters speech* (ROSENFELD, 2001, p. 02). Os *haters speech* são sujeitos que propagam mensagens preconceituosas, geralmente contra as minorias sociais tendo como base o racismo, as diferenças religiosas, étnicas ou de nacionalidade. Rosenfeld (2001, p. 03) realiza importante distinção do ponto de vista conceitual circunscrevendo o fenômeno em *hate speech in form e hate speech in substance*. Para o autor, como *hate speech in form* podemos classificar aquelas manifestações odiosas, ao passo que o *hate speech in substance* se refere à modalidade velada do discurso do ódio.

Para Santos e Silva (2016, p. 05), o discurso do ódio é a "prática social que reutiliza da linguagem e da comunicação para promover violência aos grupos, classes e categorias, ou ainda, a sujeitos que pertencem a estas coletividades, sendo algo que pode estar relacionado ao desrespeito à diferença e à identidade". Nas redes sociais digitais, este tipo de discurso realiza-se pautado em estereótipos e estigmas sociais como se fosse uma disputa na qual quanto mais odioso o discurso, mais aceito e prestigiado é o emissor por grupos de pessoas que compartilham de suas ideias. "Parece haver um 'ganho' para quem incita ódio em redes sociais, e este ganho é a visibilidade, popularidade, reputação e influência. Tais fatores estão ligados a questões de pertencimento ao grupo ou afirmação de identidade" (SANTOS; SILVA 2016, p. 5).

Uma pesquisa na ferramenta de busca *Google* (2020), revela 36.600.00 entradas aproximadamente, quando se procura "discurso do ódio", contra 8.080.000 entradas quando se busca "discurso de intolerância". A diferença no número de buscas demonstra o interesse maior pelo tema "discurso do ódio". Ou seja, há um número expressivo e representativo de pessoas que possuem o tem como interesse.

As reflexões de Tiburi (2016, p. 32) contribuem para pensar que "se o ódio irrompe no seio da sociedade civilizada em seu estágio tecnológico e, em nossa época, no ápice de tecnologia que é o digital, é porque, de algum modo, ele é parte dessa sociedade".

Nessa direção, as informações extraídas do Dossiê da Intolerância do *site* Comunica Que Muda (CQM), corrobora a necessidade de analisar ódio e intolerância partir do materialismo histórico e dialético, compreendendo os indivíduos nas suas condições concretas de vida.

O CQM monitorou, por meio da plataforma *Torabit*, nas redes sociais digitais, nos meses de julho a setembro de 2017, os comentários a partir de dez tipos diferentes de intolerância: em relação à aparência das pessoas, às classes sociais, às deficiências, homofobia, misoginia, política, idade/geração, racismo, religião e xenofobia. A primeira edição monitorou também três meses, um ano antes. O documento traça um panorama de como ocorre o discurso de ódio na Internet brasileira, uma ferramenta fundamental para entender a intolerância nas redes sociais digitais (DOSSIÊ…, [2016]).

A seguir são reproduzidos alguns resultados da pesquisa do CQM. Esses resultados procuram traduzir e sintetizar os tipos de intolerância pesquisados.

Foram capturadas e analisadas 215.907 menções. A grande maioria das postagens captadas é do Twitter, que representa mais de 98% do levantamento. O *Instagram* é a rede que vem na sequência, com 1,5%. Vale destacar que a maioria dos dados do *Facebook* não são públicos, o que impede que boa parte dos comentários seja captada (DOSSIÊ…, [2016]).

A grande diferença nesse espaço de doze meses ficou por conta da intolerância política, maioria na primeira edição – mais de 273 mil –, mas que sofreu uma queda brusca em 2017, caindo para 26 mil, o que sugere cansaço para o debate político em boa parte dos internautas (DOSSIÊ…, [2016]).

Por outro lado, alguns tipos de intolerância apresentaram melhoras consideráveis em seus índices, ainda que a maior parte das menções continue negativa. Foi o caso, por exemplo, da homofobia, em que os comentários negativos passaram de 93,9% no primeiro estudo para 59,5%, em 2017. Outros destaques foram o preconceito sobre classe social, com as menções negativas passando de 94,8% para 61,2%, e a xenofobia, de 84,8% para 50,3% (DOSSIÊ…, [2016]).

A maior diferença com relação ao primeiro dossiê – e que ajuda a explicar a queda no número total de menções captadas – ocorreu com o tema intolerância política. Em 2016 foram mais de 273 mil comentários, enquanto em 2017 esse número caiu para 26 mil. Muito dessa queda tem relação direta com o momento político do período analisado, já que no primeiro levantamento o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff estava em seu ápice (DOSSIÊ…, [2016]).

Assim, em 2017, o tipo de intolerância que obteve o maior número de comentários foi relacionado às pessoas com deficiência, com 45.873 menções, sendo 90,1% negativas. Não que haja intolerância propriamente com as pessoas que têm deficiência, mas os internautas usam termos como *demente*, *retardado* e *débil mental* para atacar (DOSSIÊ…, [2016]). Há uma persistência de traços que são históricos e estruturais no Brasil, aprofundando o já existente capacitismo.

Outros tipos de intolerância com porcentagens altas de postagens negativas foram sobre idade/geração (98,4%) e religião (91,2%). Somando todo o monitoramento, 77% das menções foram consideradas negativas e apenas 14,4% positivas (DOSSIÊ…, [2016]).

Quadro 1 - Dados de intolerância no Brasil, nos anos de 2016 e 2017

Temas	Dados 2016	Dados 2017
Deficientes	40.801	45.873
Classe social	11.256	42.347
Misoginia	79.484	35.061
Homofobia	53.126	29.407
Política	273.752	26.621
Aparência	27.989	19.272
Racismo	32.376	14.589
Religião	7.361	2.776
Xenofobia	2.134	1.784
Idade	14.502	1.285

Fonte: Adaptado de Dossiê da Intolerância ([2016]).

Além de separados por tipo de intolerância, os comentários captados foram classificados como

> [...] negativos (quando eram preconceituosos ou reforçavam discursos de ódio), positivos (quando combatiam a intolerância) e, e neutros (quando não apresentavam um posicionamento claro de quem postava). E o resultado, embora um pouco melhor que em 2016, ainda assusta: 77% das menções foram consideradas negativas, contra 84% no primeiro dossiê. (DOSSIÊ…, [2016]).

Com a leitura desses indicadores, é evidente a necessidade de avançar ainda mais na marca histórica proposta pelas políticas públicas – respeito a diversidade, respeito ao outro, proteção social etc. Desse modo, Bia Pereira, coordenadora-geral do Comunica Que Muda (DOSSIÊ…, [2016]), sublinha o fato de que

> [...] queremos reforçar o poder transformador da comunicação. A intolerância nas redes é resultado de preconceitos da sociedade. Não é uma invenção da internet. O fato de se estar atrás de uma tela de computador, além de um pretenso anonimato, acaba incentivando os discursos de ódio nas redes.

De acordo com O Dossiê da Intolerância ([2016], p. 06) 88% de menções odiosas no *Facebook* no ano de 2016 foram em relação à misoginia. Esse percentual traz uma aparente contradição: aparente porque o reconhecimento da igualdade de gênero existe no ordenamento jurídico e é reconhecido. A igualdade formal, prevista em lei, não muda a realidade por si só.

Levando-se em conta os números apresentados pelo Dossiê da Intolerância, que apresenta dados que colocam o *Facebook* como a maior plataforma com comentários e postagens de ódio, em muitos casos tem-se a impressão de que as expressões odiosas das redes sociais digitais se materializaram nas ruas. Estes dados evidenciam que o ódio e a intolerância no Brasil possuem, além de uma dimensão simbólica, algo real e concreto, condicionante nas relações sociais, e no estado democrático de direito.

Como ensina Chauí (2000), as manifestações de intolerância e ódio não são um fenômeno recente, pois a sociedade brasileira, diferentemente do que se apregoa historicamente, está longe de ser cordial e pacífica. As redes sociais digitais são um lugar em que o espaço privado se torna público, e as opiniões e pontos de vista que se pautam no preconceito e na intolerância ficam expostas.

Destaca-se que na cultura brasileira existe uma dificuldade histórica em reconhecer esta cultura do ódio e da intolerância, já que, a justificativa proposta de que o discurso é inferior a prática, ou seja, há uma hierarquia da agressão, pois acredita-se que a palavra não significa a materialização da ação. Posto isto, a agressão verbal ou escrita seria apenas uma ação sem consequências por não ter havido agressão física, que de acordo com esta crença materializaria a ação de agressão.

Há também, um não entendimento sobre o que se trata a liberdade de expressão prevista no artigo 5º, inciso IV da Constituição Federal de 1988, pois esta assegura a garantia ao livre pensamento e à livre expressão tendo como prerrogativa às 133 liberdades individuais (direitos civis e políticos). Tal inciso caracteriza o espírito republicano configurando-se em um princípio democrático (BRASIL, [2016]). Ou seja, liberdade de expressão não significa liberdade para a agressão.

Indaga-se qual o limite da liberdade de expressão ou seria isso discurso de ódio? Como diz a filósofa estadunidense Judith Butler, em *Excitable Speech*:

> A linguagem opressora do discurso de ódio não é mera representação de uma ideia odiosa; ela é em si mesma uma conduta violenta, que visa submeter o outro, desconstruindo sua própria condição de sujeito, arrancando-o do seu contexto e colocando-o em outro onde paira a ameaça de uma violência real a ser cometida – uma verdadeira ameaça, por certo (1997, p. 185).

Outra característica constatada no cerne da negação desta cultura é a "crença na autoridade da palavra" (SANTOS; SILVA 2014, p. 32). O agressor, ou opressor exterioriza seus pensamentos livremente nas redes sociais digitais sem levar em conta de que aquele é um espaço público. Para isto justifica seu discurso, como um direito de livre expressão por ter sido proferido em sua conta particular. De forma resumida este conjunto de fatores se refere à descaracterização – a renegação da existência do discurso do ódio alimentada por visões de mundo que se mostraram herdadas na tradição de pensamento ocidental: a crença na inocuidade da fala do discurso; a crença na propriedade do privado como lugar do discurso.

Segundo Santos e Silva (2014, p. 05), a estrutura argumentativa do discurso do ódio comporta:

> [...] banimento do outro, ou a tentativa de banimento (I) que se revela numa atitude de intolerância quanto ao diferente geralmente considerado como inimigo. O acionamento do pânico, tanto moral

> quanto social (II) instiga intencionalmente o medo entre a maioria dominante com o objetivo de torná-la opressora O argumento ideológico (III) de cunho político, social ou religioso mira a manutenção de um estado de coisas para um grupo dominante.

São seis características a serem destacadas quando se trata de um discurso que demonstra intolerância: o discurso do ódio; a proposição de revisionismo histórico; a utilização de argumentação depreciativa (*ad hominem*); retórica contraditória; o raciocínio maniqueísta; e a divulgação de informações falsas (*fake news*).

A argumentação depreciativa, assemelha-se ao conceito *Argumentum ad hominem*. Isto é, "um tipo de falácia que se caracteriza quando determinada pessoa responde a um argumento com críticas negativas ao seu autor e não ao conteúdo apresentado" (DICIONÁRIO DE SIGNIFICADOS, 2020).

A retórica contraditória também pode ensejar a lógica da inversão, que depende da capacidade de distorcer os fatos. De acordo com Tiburi (2016, p. 59):

> A retórica como campo da linguagem definiu as estratégias da distorção por meio de uma classificação das falácias. Ela pode parecer bem racional, mas, em geral, apela, como qualquer falácia, a uma espécie de drible argumentativo. Pela inversão basta colocar uma coisa no lugar da outra. Trocar o lugar de quem fala, por exemplo. Vemos essa lógica presente tanto na culpabilizacão da vítima, quanto na vitimização do culpado. Toda a lógica da cibercultura da intolerância é reforçada pelo raciocínio maniqueísta, no qual, o bem e o mal estão em eterna disputa.

O comentário também apoiasse sobre o revisionismo histórico e o raciocínio maniqueísta. Destaca-se a quantidade de *likes*, ou seja, indicado concordância com o comentário.

Destaca-se que na cultura brasileira existe uma dificuldade histórica em reconhecer esta cultura do ódio e da intolerância, já que, a justificativa proposta de que o discurso é inferior a prática, ou seja, há uma hierarquia da agressão, pois acredita-se que a palavra não significa a materialização da ação. Posto isto, a agressão verbal ou escrita seria apenas uma ação sem consequências por não ter havido agressão física, que de acordo com esta crença materializaria a ação de agressão.

Por final, outro desafio é a utilização de informações falsas. Nesse caso, o tipo de ação nominada, como *fake news*, consistem em notícias falsas veiculadas no ciberespaço com a intenção de auferir lucros com as curtidas recebidas na postagem. Dessa forma, o *fake news* vira a não-notícia e pode ser dividida em quatro categorias de acordo com a intenção de quem a veicula: (I) os que intencionalmente buscam enganar através de manchetes tendenciosas; (II) os de reputação razoável que compartilham boatos em larga escala sem verificar corretamente os fatos; (III) os que relatam de forma tendenciosa fatos reais, manipulando a informação; e (IV) os que humoristicamente trabalham com situações hipotéticas. Nesses casos, o maior risco é que as notícias sejam compartilhadas fora do contexto (SOUZA; PADRÃO, 2017).

De acordo com Souza e Padrão (2017, p. 38), há um diálogo claro entre a ascensão das *fake news* e a pós-verdade. Ou seja, aquilo em que as pessoas escolhem acreditar importa mais do que a verdade dos fatos. Dessa forma, ao encontrar uma notícia que se adeque às suas convicções pessoais, as pessoas não hesitam em compartilhá-la sem ao menos verificar a procedência dos fatos. No Brasil, também não é diferente. A proximidade entre as *fake news* e a boataria é evidente e, desta forma, a política, o social, a cultura são envolvidos por uma teia de armadilhas que podem evocar por um lado o descuido no trato de recepção e emissão de informações, e por outro emitir intencionalmente, informações falsas, com propósitos diversos.

Uma das formas de como a ideologia dominante age é que ela expressa o que é particular como se fosse o universal, portanto, conectado aos interesses comuns. A burguesia consegue fazer isso, porque oculta as determinações históricas, econômicas, sociais, políticas e culturais e, ao ocultá-las, difunde que as relações sociais correspondem imediatamente ao real e isto se apresenta como algo natural, como se fosse

expressão da força da natureza e/ou próprio da natureza humana e não como uma correspondência da relação de dominação. A naturalização das relações impede a possibilidade de mudança das coisas, visto que difunde que há uma única saída e elas são apresentadas como inevitáveis. A finalidade da burguesia quando apresenta o particular como universal nada mais é do que garantir a reprodução das relações de dominação sobre a classe trabalhadora.

Outra forma como opera a ideologia para Marx e Engels (2007, p. 94) é por meio da inversão das coisas, "se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, esse fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida físico". Ora, a inversão não emerge na ideologia, mas há uma inversão do real que se apresenta ideologicamente. Por sua vez, os pensadores, os ideólogos, enquanto produtores de ideias, "[...] regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que as suas ideias são as ideias dominantes da época" (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

Entende-se que a convergência entre estas características expostas, constituem a cibercultura da intolerância. Utiliza-se um princípio democrático exercido pelo ciberativismo inicial na utilização das redes sociais digitais. Estas atuam como meio eficaz para a veiculação de agendas defendidas por movimentos sociais. A própria literatura sobre o tema, ainda considera o ciberativismo como a disseminação de ideais democráticos, porém, as mesmas plataformas são utilizadas para defender ideias antidemocráticas.

Ainda na interpretação de Tiburi (2016) é necessário que se combata a antipolítica denunciando os líderes manipuladores, assim como os interesses mercadológicos por trás das mídias tradicionais. De forma geral, a cibercultura da intolerância dissemina e banaliza o mal (ARENDT, 1999), o que requer não apenas a promoção de valores democráticos, mas a colocação destes em prática. Apenas assim acredita-se que a intolerância política e de outros tipos possa ser controlada e gradualmente diminuída.

Por isso, reafirma-se que a violência possui dimensões culturais, mas não se limita a estas, reproduz-se via discursos, mas também em ações e no direcionamento das políticas públicas. Dessa forma, diante das contradições desse sistema, também mantido e legitimado pelo direito, a intensificação de ódio e intolerância, podem fomentar saídas coletivas e despertar mais sujeitos para a construção de uma nova sociedade.

Considerações finais

A primeira conclusão a que se chega neste artigo, é a constatação de uma acentuada insensatez, falta de respeito, de valores básicos, e incitação a diversos tipos de delitos e crimes.

A intransigência e o radicalismo nas redes sociais digitais devem ser rebatidos por quem acredita que estas devem servir à promoção da liberdade de opinião, ao pluralismo e ao debate democrático de ideias e não à reprodução de outras formas de alienação e ao desrespeito aos direitos humanos. A luta por direitos humanos deve se fazer presente em uma perspectiva de totalidade, como uma forma para empreender uma luta anticapitalista, antirracista e antipatriarcal.

Discurso de ódio e intolerância na *Internet* precisa ser visto como uma violação de Direitos Humanos, mas também como um risco à construção de uma esfera pública virtual democrática, plural. Esse tipo de violações de direitos nas redes sociais digitais pode silenciar opiniões e pontos de vista diferentes. E calar aqueles que já sofrem violações de direitos, cotidianamente, como o caso de LGBTQIs, negros, quilombolas, mulheres, indígenas, pessoas com deficiência, dentre outros segmentos populacionais historicamente subalternizados.

Por isso, compreender a dinâmica de funcionamento das redes sociais digitais e seus filtros é algo indispensável à adoção de uma postura crítica e equilibrada diante das polêmicas reproduzidas diariamente pela *Internet.* Este é um dos desafios da democracia no século XXI.

Referências

ARENDT, H. *Eichmann em Jerusalém:* um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BAUMAN, Z. *Estado de Crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BELÉM, E. de F. A marcha da insensatez: redes sociais estão destruindo a sociedade civil. *Revista Bula*, [2018]. Não paginado. Disponível em: https://www.revistabula.com/12570-a-marcha-da-insensatez-redes-sociais-estao-destruindo-a-sociedade-civil/. Acesso em: 24 fev. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.* Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 jan. 2020.

BUTLER, J. *Excitable Speech*: A Politics of the Performative. New York: Routledge, 1997.

CHAUÍ, M. *Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
DICIONÁRIO DE SIGNIFICADOS. *Significado de Ad hominem*. 2020. Disponível em: https://www.significados.com.br/ad-hominem/ . Acesso em: 25 fev. 2020.
DOMO. Data Never Sleeps 6.0: How much data is generated every minute? 2018. Disponível em: https://www.domo.com/assets/downloads/18_domo_data-never-sleeps-6+verticals.pdf. Acesso em: 24 fev. 2020.
DOSSIÊ intolerâncias: visível e invisíveis no mundo digital. *Comunica que muda*, [São Paulo]: Nova/sb, [2016]. Disponível em: https://www.comunicaquemuda.com.br/dossie/intolerancia-nas-redes/. Acesso em: 20 jan. 2020.
GOOGLE. *Discurso de intolerância*. Disponível em buscador *Google*. Acesso em: 23 fev. 2020.
GOOGLE. *Discurso do ódio.* Disponível em buscador *Google*. Acesso em: 23 fev. 2020.
HOLLANDA, A. B. de. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
PEREIRA, N. Redes sociais validam o ódio das pessoas, diz psicanalista. *BBC Brasil*, São Paulo, 10 jan. 2017. Não paginado. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38563773. Acesso em: 18 jan. 2020.
ROSENFELD, M. Hate speech in constitutional jurisprudence: a comparative analysis. *Law Research Paper*, New York, n. 41, abr. 2001. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=265939. Acesso em 15 de fev. 2020.
SANTOS, M. A., SILVA M. T. M. Discurso do Ódio na Sociedade da Informação Preconceito, Discriminação e Racismo em Redes Sociais. *In*: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI/UNINOVE, 22., 2013, São Paulo, *Anais* [...]. Florianópolis: Sociedade global e seus impactos sobre o estudo e a efetividade do Direito na contemporaneidade, 2013, p. 82-99.
SCHUMPETER, J. A resposta criadora na história econômica. *In*: Lucas (org.). *Economia e Ciências Sociais.* Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
SOUZA, C. A.; PADRÃO, V. Quem lê tanta notícia (falsa)? Entendendo o combate contra as "fake news". *ITs Rio*, Rio de Janeiro: 2017. Disponível em https://itsrio.org/pt/publicacoes/quem-le-tanta-noticia-falsa/. Acesso em: 25 fev. 2020.
TIBURI, M. *Como conversar com um fascista*. Rio de Janeiro: Record, 2016.
YOUNG, I. M. Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova*, São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452006000200006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 fev. 2020.

Nota

1 A palavra ódio, substantivo masculino, de acordo com o dicionário Aurélio significa, *aversão inveterada e absoluta; raiva; rancor; antipatia*. Sua etimologia remete ao latim *odium*, que por sua vez significa *raiva excessiva, bem como aversão, repugnância, rancor, ímpetos de vingança* (HOLLANDA, 1988).

Jaqueline Carvalho Quadrado
Jaquelinequadrado@unipampa.edu.br
Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UNB)
Professora do Programa de Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa/RS (UNIPAMPA)

Ewerton da Silva Ferreira
Ewertonferreira266@gmail.com
Mestrando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pampa/RS (UNIPAMPA)

UNIPAMPA
Rua Vereador Alberto Benevenuto, 3200
São Borja – RS – Brasil.
CEP: 97670-000

Agradecimentos
Não se aplica.

Agência financiadora
Não se aplica.

Contribuições das autoras
O artigo foi escrito em coautoria e trata de temática de estudo, ensino e pesquisa de ambas as autoras. De modo mais específico, a Introdução, o item Discursos de ódio e intolerância e as Considerações Finais foram redigidas conjuntamente. Todo o texto foi revisto e formatado por ambas as Autoras, contudo, o subitem

"Breves considerações sobre as redes sociais digitais" obteve maior participação de Jaqueline Carvalho Quadrado.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica.

Consentimento para publicação
Consentimento das autoras.

Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

ESPAÇO TEMÁTICO: POLÍTICA, CIÊNCIA E MUNDO DAS REDES

Tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) e processo de ensino

Antonio Sandro Schuartz[1]
https://orcid.org/0000-0002-2114-7509

Helder Boska de Moraes Sarmento[2]
https://orcid.org/0000-0003-3156-3626

[1] Universidade Federal do Paraná, Curso de Serviço Social, Matinhos, PR, Brasil
[2] Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós- Graduação em Serviço Social, Florianópolis, SC, Brasil

Tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) e processo de ensino

Resumo: As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) permitem, hoje, um intenso e crítico diálogo entre educação e tecnologias. Nesse sentido, este artigo apresenta os resultados da pesquisa de doutorado com objetivo de identificar as TDIC utilizadas pelos professores dos cursos de Serviço Social nos processos de ensino e aprendizagem. Da mesma forma, pretendeu-se descobrir os objetivos com que tais recursos estão sendo utilizados na formação dos futuros assistentes sociais, posicionando-os em relação aos níveis de certificação das competências pedagógicas em TDIC. A investigação teve por base um questionário *on-line* aplicado a um conjunto de professores vinculados a Instituições de Ensino Superior (IES) públicas que oferecem graduação em Serviço Social no estado do Paraná. Os resultados apontam para um uso instrumental das TDIC nos processos de ensino e aprendizagem.
Palavras-chave: Docência. TDIC. Formação Profissional. Serviço Social.

Information and Communication Technology (ICT) and teaching process

Abstract: The Information and Communication Technology (ICT) allow, nowadays, an intense and critical dialogue between education and technologies. Seen in these terms, this article presents the results of a doctoral research in order to identify the ICT used by teachers of Social Work courses in the teaching and learning processes. In the same manner, it was intended to discover the objectives with which these resources are being used in the training of future social workers, positioning them with regard to the certification levels of teaching skills in ICT. The research was based on an online questionnaire applied to a group of teachers bounded to public Institutions of Higher Education that offer degrees in Social Work in the state of Paraná. The results indicate to an instrumental use of ICT in the teaching and learning processes.
Keywords: Teaching. ICT. Professional Training. Social Work

Recebido em 28.02.2020. Aprovado em 04.04.2020. Revisado em 12.06.2020.

© O(s) Autor(es). 2020 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Introdução

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TDIC) permitem, hoje, ministrar uma aula de forma muito mais dinâmica, interativa e colaborativa do que no passado. Para tanto, exige-se repensar as práticas pedagógicas existentes, o que se mostra um desafio aos docentes na contemporaneidade: agregar às práticas de ensino e aprendizagem recursos disponíveis em TDIC. Trata-se de uma demanda já estabelecida, à medida em que se assiste aos avanços tecnológicos em relação à informação e comunicação, bem como ao aumento do uso dessas ferramentas pelas camadas mais jovens, as quais têm tomado assento nas salas de aula de Serviço Social.

Ao perceber as transformações que as novas tecnologias trazem à educação, não há como deixar de questionar o papel do professor nesse universo digital. Entende-se, porém, que ele não perde o seu papel central, mas que são acrescidas novas possibilidades ao ensino. Essas possibilidades são trazidas pelas tecnologias digitais, algumas até então impensadas, por exemplo, utilizarmos o Google Earth e passearmos pelo território administrado por um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS).

Considerando esse cenário, este artigo apresenta os resultados do estudo descritivo que buscou identificar as TDIC que têm sido utilizadas pelos professores dos cursos de Serviço Social nos processos de ensino e aprendizagem. Da mesma forma, pretendeu-se descobrir os objetivos em que tais recursos estão sendo utilizados na formação dos futuros assistentes sociais.

Para tanto, este artigo está dividido em três seções. A primeira apresenta uma revisão de literatura em que se busca averiguar como esta tem abordado a questão das TDIC e o que vem sendo exigido dos docentes frente a essa nova realidade. Destaca-se, na mesma seção, as competências esperadas por parte dos professores em relação a tais tecnologias.

A segunda seção relata o percurso metodológico trilhado pela pesquisa, descreve o seu universo e os sujeitos que dela participaram. Aponta, ainda, o modo como foi realizada a coleta dos dados, seu agrupamento e análise, permitindo encontrar subsídios para as reflexões trazidas pelo estudo.

Na terceira seção são apresentadas reflexões finais que emergiram dos estudos realizados que fundamentaram este artigo, como dos dados trazidos pela pesquisa on-line.

Tecnologia digital de informação e comunicação (TDIC): desafios postos à docência

Cantini *et al*. (2006) apontam reflexões sobre o impacto que as inovações tecnológicas trazem à vida social, profissional e acadêmica, especialmente no que tange à formação de professores frente às TDIC. Os autores entendem que os professores se encontram passivos frente a tais mudanças e à incorporação de artefatos tecnológicos em sala de aula. Imputam tal comportamento à ausência de um fomento que os instigue a tal apropriação durante a sua formação, e à falta de um suporte técnico e pedagógico nos espaços educacionais. Mas há, também, outro fator nesta questão: o próprio interesse por parte do professor.

> O professor, como agente mediador no processo de formação de um cidadão apto para atuar nessa sociedade de constantes inovações, tem como desafios incorporar as ferramentas tecnológicas no processo de ensino e aprendizagem, buscando formação continuada, bem como mecanismos de troca e parcerias quanto à utilização destas. (CANTINI *et al*., 2006, p. 876).

Cantini *et al*. (2006), entretanto, reconhecem que não se deve imputar somente ao professor a responsabilidade pela apropriação tecnológica. Certamente que a motivação é importante, mas há que se ter uma escola desejosa pela renovação e capaz de oferecer subsídios para que a ação docente seja instigante e inovadora.

Também preocupados com a questão pedagógica no contexto digital, Lewgoy e Arruda (2003) expõem que a expansão da Internet e das TDIC têm desafiado os professores a repensarem e inovarem as suas práticas pedagógicas no contexto do século XXI. Entendem que o binômio estabelecido entre tecnologias e Educação Superior tem se constituído em experiências ainda esparsas. Sinalizam, entretanto, que o indivíduo está imerso em um contexto muito mais dinâmico, interativo e proativo, muito diferente daquele em que foram estruturados os moldes educacionais anteriores à chegada da Internet.

O contexto digital requer um professor que não seja apenas um transmissor do conhecimento, mas também um provocador em uma sociedade que tem demandado sujeitos críticos, competentes, criativos e flexíveis. Nesse cenário, práticas pedagógicas endurecidas e enrijecidas devem ser flexibilizadas e a elas agregadas outras que coloquem os estudantes como produtores do conhecimento. O professor passa a ser o agente mediador nesse processo, conforme apontam Costa *et al*. (2012), Cortella (2014) e Leite *et al*. (2009).

Na mesma linha de argumentação, Baladeli, Barros e Altoé (2012) entendem que tal mudança impõe novas formas de ensinar e aprender, as quais não cessarão de se transformar, pois o acesso à informação e ao conhecimento, ainda que não sejam sinônimos, tem se dado de forma até então impensada. Nesse sentido, atualização e busca contínua pelo saber passam a ser palavras de ordem nesta sociedade permeada pela informação e pelo conhecimento em que se espera da educação contribuições significativas na preparação de futuros profissionais.

Se, de um lado, a maioria dos alunos têm apresentado maior domínio das TDIC, utilizando-as de forma desbravadora, nem sempre a serviço de sua formação profissional, de outro os professores as têm utilizado de forma limitada nos processos de ensino e aprendizagem. Encará-las como um incômodo ou algo que possa vir a substituí-los é uma falsa ideia, conforme explicita Demo (2005 apud CANTINI *et al*., 2006, p. 879): "parece evidente a dificuldade de transformar as tecnologias em oportunidades de aprendizagem sem a mediação do professor. Qualquer artefato técnico implantado na escola só frutifica sob a mediação do professor".

E, ainda que persistam limites em relação à apropriação e ao uso de tecnologias por parte dos professores, o desenvolvimento contínuo de tais artefatos cria um cenário no qual não se pode mais ignorar a presença e os potenciais usos das TDIC nos processos de ensino e aprendizagem. Elas devem ser vistas como recursos que podem enriquecer a aula, potencializar os processos reflexivos, contribuindo assim para a (re)elaboração de novos saberes, pois permitem hoje agregar, de forma imediata, informações antes indisponíveis, como a geoinformação de uma unidade de saúde.

Ao perceber as transformações que as novas tecnologias trazem à educação, não há como deixar de questionar o papel do professor nesse universo digital. Entende-se, porém, que ele não perde o seu papel central, mas que são acrescidas novas possibilidades ao ensino. Essas possibilidades são trazidas pelas tecnologias digitais, algumas até então impensadas, por exemplo, utilizarmos o Google Earth e passearmos pelo território administrado por um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS).

Considerando-se, pois, os recursos trazidos pelas TDIC, cabe aos professores, conforme defende Almeida (2012), se apropriarem de tais recursos e colocá-los não somente como suporte para expressões da realidade cotidiana, mas também para a busca e sistematização de informações de forma compartilhada. Nesse sentido, as TDIC são artefatos que instigam a cooperação e parceria na produção do conhecimento e podem contribuir para processos educativos que superem os limites entre o físico e o virtual

> O desafio que se impõe hoje aos professores é reconhecer que os novos meios de comunicação e linguagens presentes na sociedade devem fazer parte da sala de aula, não como dispositivos tecnológicos que imprimem certa modernização ao ensino, mas sim conhecer a potencialidade e a contribuição que as TDIC podem trazer ao ensino como recurso e apoio pedagógico às aulas presenciais e ambientes de aprendizagem no ensino a distância. (PEÑA [20—?] apud CANTINI *et al*., 2006, p. 881).

Nesse contexto, a prática interdisciplinar se torna fundamental. Segundo entendimento de Cantini *et al*. (2006), faz-se necessária a soma de esforços entre pedagogos, professores e profissionais da área de tecnologia. Tal parceria pode contribuir para maior efetivação no uso dos artefatos tecnológicos pelos docentes, bem como no estabelecimento de programas de formação continuada. Uma boa solução nesse sentido pode ser a criação de equipes responsáveis pela capacitação e pelo uso desses recursos nos processos de ensino e aprendizagem, pois

> O professor precisa desmistificar-se e buscar utilizá-las como ferramentas facilitadoras do processo de ensino e aprendizagem e, para tanto, faz-se necessário capacitação constante por parte do corpo docente, pois por meio de um manuseio adequado das tecnologias disponíveis conseguiremos fazer com que haja uma maior interação entre professor aluno e aluno-aluno e o aprender não ficará restrito apenas às salas de aula, mas sim incorporado na realidade do próprio aluno. (CANTINI *et al*., 2006, p. 882).

Acredita-se que os avanços das TDIC e sua presença nos espaços educacionais e entre os estudantes acabe por colocar à docência um repensar sobre tal exercício. Ademais, entende-se que à competência teórica que cada professor carrega consigo se faz necessário agregar novas competências, em especial as de cunho digital. Em relação à essa questão, Costa *et al*. (2012) classificam as competências em TDIC em três níveis, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 - Níveis de certificação das competências pedagógicas em TDIC para os professores

1 Competências digitais	2 Competências pedagógicas em TDIC	3 Competências pedagógicas em TDIC nível avançado
Utiliza instrumentalmente as TDIC como ferramentas funcionais no seu contexto profissional.	Integra as TDIC como recursos pedagógicos, mobilizando-as para o desenvolvimento de estratégias de ensino e de aprendizagem, numa perspectiva de melhoria das aprendizagens dos alunos.	Inova práticas pedagógicas com as TDIC, mobilizando as suas experiências e reflexões, no sentido de partilha e colaboração com a comunidade educativa e numa perspectiva investigativa.

Fonte: Costa *et al.* (2012, p. 92).

Trata-se, portanto, de agregar competências de cunho digital à solidez teórica que os professores carregam consigo, não apenas como mais uma ferramenta de apoio para um debate teórico sobre determinado tema ou a transmissão de um determinado saber, mas também como meio de fortalecer o processo de aprendizagem dos alunos.

Entende-se, portanto, que dos professores é demandada uma competência pedagógica em relação às TDIC com o objetivo de colocar toda a curiosidade e habilidade dos estudantes no manuseio de tais recursos, a favor da produção do conhecimento. Destarte, pretende-se que o mero instrumento de comunicação ou de acesso à informação seja transformado em algo para além de um uso social. Romper com os limites de utilização por parte dos estudantes implica romper, primeiro, com os limites de utilização pedagógica de tais artefatos por parte do professor.

Requer-se dos professores, portanto, o reconhecimento de que as TDIC podem ser úteis nos processos de aprendizagem, gerando, inclusive, melhor rendimento escolar. Tal reconhecimento, todavia, só se torna possível à medida que cada professor conhece o que cada tecnologia pode oferecer nos processos de ensino e aprendizagem e, dessa forma, vinculá-la aos objetivos de aprendizagem traçados. Demanda-se, portanto, um conhecimento mínimo sobre as tecnologias, o que se pode fazer com elas e o grau de dificuldade em operacionalizá-las, tanto por parte dos professores como dos alunos (COSTA *et al*., 2012, p. 24).

Caminho metodológico

Os resultados a seguir são fruto de uma *survey* realizada com assistentes sociais que ministram aulas em cursos de graduação de Serviço Social em universidades públicas no estado do Paraná. As pesquisas em que se interroga diretamente as pessoas cujo comportamento se deseja conhecer denominam-se *survey* ou levantamento (GIL, 1999). Trata-se de uma modalidade que possibilita conhecer as crenças e opiniões do grupo e favorece a coleta de dados em grande quantidade e de forma rápida. O fio condutor dessas pesquisas está na descrição das características de uma população ou de um fenômeno específico, juntamente com os estudos que se voltam a processos ligados à prática (GIL, 1999). Nesse sentido, o caminho metodológico realizado foi descrever o conhecimento e os objetivos que levam os professores a utilizar as TDIC.

Para chegar aos professores, foram identificados os cursos que oferecem graduação em Serviço Social no Paraná e, para tal, foram adotados os seguintes procedimentos: a partir do site *e*-Mec, houve levantamento de informações sobre tais graduações, com base nos critérios (1) curso de Serviço Social, (2) presencial, (3) público, (4) gratuito e (5) em atividade.

Identificadas as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas que oferecem graduações em Serviço Social, manteve-se contato com os coordenadores dos cursos, a fim de lhes apresentar a proposta da pesquisa, bem como solicitar o apoio no repasse de informações e na sensibilização dos professores para participarem desta. Delineou-se, assim, o universo da pesquisa (RICHARDSON, 2009), o qual totalizou 113 professores, assim distribuídos: 24 da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); 25 da Universidade Estadual de Londrina (UEL); 21 da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); nove da Universidade Esta-

dual do Centro Oeste (UNICENTRO); nove da Universidade Federal do Paraná (UFPR); 16 da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR); cinco da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e quatro da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA).

Para Freitas, Janissek-Muniz e Moscarola (2004), a Internet tornou-se um poderoso recurso para a realização de pesquisas, inclusive nesta. Por meio de um questionário on-line, foi possível obter, em tempo real, os dados da pesquisa e ir acompanhando a evolução da coleta até o seu fechamento. A interatividade passou a ser o fio condutor dos estudos realizados com o apoio da Internet.

No caso desta pesquisa, a coleta dos dados ocorreu a partir da aplicação de um questionário eletrônico, pensado de modo a obter uma sondagem junto aos professores em relação às TDIC. Especificamente, buscou-se saber o que conhecem, como utilizam e com quais objetivos o fazem. Tanto o questionário quanto o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foram enviados para o endereço eletrônico dos participantes.

O questionário foi preparado utilizando os recursos oferecidos pelo software Lime Survey[1], que permite a elaboração de questões de acordo com os interesses do pesquisador e gera automaticamente os resultados da tabulação, tanto em gráficos como em tabelas, para as questões fechadas. As questões abertas foram tratadas com o auxílio do editor de planilhas (Excel). As respostas apresentadas foram listadas, unidas por aproximação, sendo identificada a frequência com que foram citadas pelos respondentes.

Dessa forma, realizou-se uma primeira aproximação com a questão dos usos das TDIC pelos docentes de Serviço Social. Os *números* levantados não só forneceram pistas de como tal relação tem se dado, mas também suscitaram reflexões, pois não foram visualizados apenas como números. Entendeu-se que eles *acenavam* para outras leituras por parte do pesquisador, extrapolando assim a sua condição de indicador numérico.

Participantes da pesquisa

O questionário on-line ficou aberto durante o mês de setembro de 2016. Aos professores foram enviados e-mails lembrando da importância de sua participação. Do universo composto por 113 professores, 77 (68%) participantes acessaram o questionário, sendo que nem todos o concluíram. Em relação ao sexo dos respondentes, 57 (74%) eram do sexo feminino, sete (9,1%) do sexo masculino e 13 (16,9%) deixaram de informar esse dado.

A formação em Serviço Social, em IES de caráter público no estado do Paraná, está a cargo de oito universidades. Dessas, seis são estaduais e duas são federais (no caso a UFPR e a UNILA). Quanto à pesquisa on-line, foi possível obter a participação de professores de todas as IES públicas que oferecem graduação em Serviço Social, ficando assim distribuídos: UEL, 14; UEM, 1; UEPG, 11; UFPR, 6; Unespar, 8; Unicentro, 5; Unila, 1; Unioeste, 13; não informaram, 18.

Em relação à idade dos participantes, esses foram agrupados em diferentes faixas etárias. Tivemos 19 participantes (25%) na faixa dos 20 aos 30 anos. Docentes com idade na faixa etária entre 40 e 50 anos corresponderam a 38 respondentes (49,3%); na faixa etária dos 60 anos está o menor grupo, formado por 5 (6,5%) professores. Em relação à essa questão, 15 (19,5%) professores não a responderam.

Ao se voltar o olhar à questão do início das atividades docentes, no âmbito do Serviço Social, entre os participantes da pesquisa on-line encontram-se 8 (10,4%) professores que iniciaram as suas carreiras como docentes na década de 1980; 18 (23,4%) professores deram início às atividades como docentes nos anos 1990; a maioria deles, isto é, 27 (35,1%) começaram as atividades em sala de aula a partir da primeira década do século XXI; sete (9,1%) começaram a lecionar apenas na década passada; e 17 (22%) professores que acessaram a pesquisa on-line não responderam a questão.

Formação para o uso de TDIC por parte dos professores

Dentre as questões que se buscou levantar a partir do questionário on-line, estavam aquelas que visaram identificar se os professores tiveram algum tipo de formação para o uso de diferentes tecnologias em suas atividades docentes. Dentre os participantes que acessaram o questionário on-line, 55 (71,4%) afirmaram possuir computador e 22 (29%) não responderam à questão. Quando perguntados se realizaram algum curso para o uso do equipamento, 21 (27%) participantes afirmaram positivamente, 34 (44%) negativamente e 22 (29%) deixaram de responder à questão.

Dentre os respondentes que realizaram cursos para operar o computador, destaca-se que 20 (80%) fizeram o curso básico de informática, ou seja, aprenderam a utilizar os recursos para a produção de textos, elaboração de planilhas, apresentação de trabalhos e de navegação na Internet. Outros cinco professores

(20%) realizaram cursos mais avançados, tais como: informática avançada, 1 (4%); Sistemas Internos das IES[2], 2 (8%); Lime Survey, 1 (4%); Moodle, 1 (4%).

Constatou-se, ainda, que dentre os respondentes da pesquisa on-line, 43 professores (56%) não realizaram nenhum curso para o uso das TDIC; 11 (14%) afirmam ter buscado capacitação para o uso de tais recursos; e 23 (30%) não responderam à questão. A questão aberta, versando sobre capacitação para o uso de TDIC, teve como respondentes apenas 13 participantes (17%). Dentre os cursos que afirmaram ter realizado para o uso de TDIC, destacam-se: preparação para o ensino à distância, 4 (30,8%); construção de blogs, 1 (7,7%); sistemas internos da IES, 3 (23%); disciplina na pós-graduação, 1 (7,7%); elaboração de slides, 1 (7,7%); Moodle, 1 (7,7%); recursos do Google, 1 (7,7%), software para análise de dados, 1 (7,7%).

Utilização das TDIC nos processos de ensino-aprendizagem

Em relação ao uso das TDIC como recursos para os processos de ensino e aprendizagem, a pesquisa on-line apontou que 16 (21%) professores dizem não as utilizar; 39 (51%) professores afirmam utilizar as TDIC para o ensino; e 22 (28%) não responderam à questão.

Dentre os recursos que foram citados pelos professores como suporte para o processo de ensino, a tríade formada por computador, projetor multimídia e editor de slides (PowerPoint), juntamente com a Internet, foram os itens mais apontados (46,4%). Em segundo lugar (30,9%), recursos audiovisuais (TV, caixa de som, CDs, DVDs, filmes, vídeos, videoaulas, imagens, músicas). Base de dados (revistas, sistemas de informação da instituição, sistemas de gestão das políticas sociais, sites, buscadores) correspondeu a 12,4% das citações. Blogs, redes sociais, fórum, WhatsApp, comunidades virtuais, por sua vez, tomaram 10,3% das menções.

Em relação ao incentivo, por parte dos professores, ao uso das TDIC nos processos de aprendizagem dos estudantes, 18 (23%) professores afirmaram que não o fazem; 36 (47%) declararam fazer esse tipo de estímulo; e 23 (30%) abstiveram-se de responder, tendo apenas acessado o questionário.

Ao somar os percentuais dos professores que afirmam não incentivar o uso das TDIC com aqueles que se abstiveram de responder, e partindo do princípio de que esses também não o fazem, obtém-se um total de 41 professores (53%) que não incentivam o uso de tecnologias em suas salas de aula.

Quanto ao incentivo ao uso das TDIC pelos alunos em sala de aula, os professores afirmam que estimulam o seu uso de modo a complementar a temática da aula, o que pode ser feito a partir do acesso a bases de dados para buscar material, sejam estes de ordem textual ou de imagens. Em segundo lugar, o uso mais incentivado por parte dos professores em relação ao uso das TDIC pelos alunos está na elaboração dos trabalhos acadêmicos. O Quadro 2 permite visualizar essas informações.

Quadro 2 - Como os professores incentivam o uso das TDIC pelos estudantes

Categoria	N°	%
Edição de vídeos	1	2
Incentivo à realização de cursos para uso de bancos de dados, cadastros eletrônicos	1	2
Indicação ou permissão de acesso a bases de dados para complementação do tema da aula (teses, dissertações, revistas científicas, indicadores, vídeos, imagens)	28	54
Na elaboração e apresentação de trabalhos (artigos, projetos, elaboração de textos, planilhas, gráficos, uso de projetor multimídia)	12	23
Realização de aulas no laboratório de informática	4	8
Reflexão sobre usos, possibilidades e limites das TDIC (acesso aos usuários, às redes sociais, aos serviços sociais etc.)	6	12
Total	**52**	**100**

Fonte: Elaboração própria com base em pesquisa on-line (2016).

Por fim, e em relação às TDIC, foi solicitado aos professores que sugerissem temáticas para a formação e o uso dessas tecnologias. Dentre as sugestões apresentadas pelos respondentes da questão, se destacam

as seguintes sugestões e temáticas: concepção e uso das TDIC (32%); o uso de tais recursos para a pesquisa (19%); o uso pedagógico das TDIC (14%); e elaboração de slides (10%).

Algumas reflexões a partir do levantamento de dados

Em relação ao perfil dos participantes, os dados mostram que o grupo é composto, em sua maioria, pelo que a literatura denomina de *migrantes digitais* – profissionais que nasceram antes do surgimento da Internet e do computador. Ao longo de suas vidas, foram cercados pelos avanços trazidos pelo computador, pela Internet e pelas tecnologias móveis. Diferentemente da geração nascida a partir dos anos 2000 – os nativos digitais –, para os migrantes digitais as tecnologias passaram a fazer parte de suas vidas já na fase adulta.

Acredita-se que, mesmo para os professores caracterizados como migrantes digitais, a questão das TDIC seja um tema que não lhes passou desapercebido, o que pode ser observado a partir dos dados trazidos pelo levantamento on-line. No total, 77 (68%) participantes que compunham o universo (113) acessaram o questionário on-line, o que revela um significativo interesse pela questão.

Cabe destacar o perfil etário dos participantes. Os dados apontam que em sua grande maioria são professores na faixa etária entre 40 e 60 anos. Trata-se, portanto, de um grupo de professores formados em um período que antecedeu ao boom da Internet e ao surgimento das tecnologias móveis. O uso de tais recursos não compôs o seu processo de formação, mas vem se dando de forma paulatina e com limitações.

Ao olhar para o grupo sob a perspectiva da docência, percebe-se que se trata de professores que, em sua maioria, iniciaram suas carreiras como docentes entre a década de 1980 e o início dos anos 2000, período em que a Internet começava a se popularizar no País. Cabe lembrar que a inclusão da informática no processo de formação do assistente social só ocorreu no ano de 1996, com as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. E, em tese, a partir de então, tal domínio deveria se dar ao longo da graduação.

Quando se atenta para o preenchimento completo do questionário, a participação engloba 52 (46%) participantes. A escolha por responder às perguntas decai ao longo do questionário. Dessa forma, anteriormente às questões voltadas às TDIC, havia entre 15 (19%) e 17 (22%) professores que acessaram o questionário, mas que não haviam respondido às questões. No momento em que se passou para a seção de perguntas relacionadas às TDIC, tal índice saltou para 23 (30%) professores que deixaram de responder às questões.

Isso significa que, se de um lado a pesquisa despertou o interesse dos participantes pelo fato de ser um estudo sobre à docência na área do Serviço Social, de outro a temática central – TDIC – pode ter provocado um afastamento daqueles que não se sentiram à vontade em responder as questões específicas sobre o seu uso, seja por não utilizá-las ou porque as questões de algum modo levam a refletir sobre os seus limites em relação a tais recursos.

Esse *silêncio* em relação às questões voltadas ao uso das TDIC acaba por suscitar outras hipóteses, entre elas a de que esses professores não utilizam nenhum recurso em TDIC para os seus processos de ensino e, muito menos, as direcionam à aprendizagem. As TDIC não comporiam o repertório de recursos didático-pedagógicos utilizadas por eles.

Os dados coletados apontam, ainda, para uma atitude de abertura ao uso das tecnologias entre os respondentes. Grande parte do grupo declara possuir o computador e dele fazer uso; todavia, a maior parte não realizou nenhum tipo de curso para utilizá-lo. Depreende-se daí que foram aprendendo à medida que o utilizavam em suas atividades e ativeram-se ao domínio de recursos básicos em informática, como editores de textos, de planilhas e apresentações.

Perguntados se costumam incentivar os estudantes a usarem as TDIC em sala de aula, alguns professores afirmaram que sim; entretanto, as respostas apontam que, dentre os recursos estimulados, estão aqueles com os quais os professores trabalham e que são dominados por eles (editores de textos, planilhas e apresentações), principalmente para a elaboração dos trabalhos acadêmicos. Nesse sentido, não se avançou no uso ou incentivo de possiblidades de trabalho com as bases de dados sociais e econômicas, como as do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Paranaense de Desenvolvimento (Ipardes) ou do Sistema Único de Saúde (Sus), o DataSus, entre outros.

Nenhum dos respondentes afirmou utilizar as TDIC no ensino sobre a prática profissional do assistente social – como na elaboração de bancos de dados para registro diário das intervenções realizadas, no acesso aos usuários dos serviços sociais, na questão da interação entre profissional e usuários em redes sociais, na gestão da informação e na produção do conhecimento sobre a realidade social com o auxílio de TDIC – tais como o Google Earth[3], o gvSIG[4], ou pesquisas de sondagem utilizando o Google Docs, ou outros softwares para pesquisa de opinião.

Se considerada a gama de recursos existentes atualmente para a elaboração de dados, produção de informações e conhecimento – elementos essenciais para o exercício profissional do assistente social –, perce-

be-se que tais recursos estão sendo subutilizados para tal finalidade. Essa situação indica que estão sendo formados profissionais que perpetuarão o ciclo vicioso, pelo qual o professor não explora, o aluno deixa de conhecer e saber as possibilidades existentes em relação às TDIC, e o futuro profissional não reconhece a potencialidade de tais recursos para as suas atividades cotidianas.

Conforme os dados levantados pela pesquisa, as TDIC têm sido utilizadas para o ensino e, nesse sentido, se limitado à tríade formada por computador, projetor multimídia e editor de slides (PowerPoint), ancoradas na Internet. A não apropriação (e o não uso) de outros recursos em tecnologias para além desse tripé leva a crer que tais ferramentas têm sido utilizadas para a exposição de conteúdo em sala de aula ou para o reforço daquilo que já foi exposto. Depreende-se que a utilização de tais recursos tem se dado de forma a modernizar o processo de ensino e, segundo definição de Costa *et al*. (2012), como *tecnologia do professor* e não como algo a ser apropriado de forma ativa pelos estudantes.

Os recursos utilizados pelos respondentes em relação às TDIC apontam, portanto, para a sua apropriação e uso como mais um meio para o exercício do ensino. Da mesma forma como o quadro, o livro, o texto, o giz ou o pincel, também o computador, o projetor multimídia e os slides têm sido utilizados na transmissão do conhecimento por parte do docente. Entende-se, assim, que há a perpetuação de um modelo historicamente posto, em que o professor ensina e o aluno absorve, isto é, para além do recurso, há um entendimento do que seja a prática pedagógica se sobrepondo às TDIC.

Considerações finais

O índice de participação de mais de 50% do universo de professores aponta para a relevância da pesquisa, pois sinaliza a existência de interesse pela temática por parte da categoria de profissionais pesquisados. Denota, ainda, que a questão das TDIC entre a categoria pesquisada se coloca como algo latente, ou seja, é um tema que parece percorrer o universo de preocupações desses profissionais. Trata-se, portanto, de um assunto que pode vir a ser explorado em estudos futuros.

Se a adesão e o uso das TDIC nos espaços da formação se mantiverem nos limites encontrados se deixará de estimular futuros profissionais a explorarem essas tecnologias como recursos em suas atividades.

Tal situação pode acabar por reverberar no espaço de trabalho do futuro assistente social. Em consequência, serão formados profissionais que, mesmo dispondo de bancos de dados e sistemas de informação e gerenciamento de políticas sociais, tais como o SuasWeb, Sipia e DataSus, para citar os mais atinentes ao exercício profissional, acabarão por não saber otimizar tais recursos, tampouco os dados e as informações disponíveis em tais sistemas.

A oferta de recursos atualmente existentes em TDIC permite a elaboração, a circulação, a partilha de dados e informações, bem como a produção de conhecimento sobre determinada área. Neste vasto e crescente cenário digital, se faz necessário investir na alfabetização digital ou, se assim puder ser denominada, *competência digital*, entendida como o uso crítico das TDIC. Segundo Arrieta e Montes (2011), alfabetização digital implica criatividade, pensamento crítico e de avaliação, compreensão social e cultural, colaboração, habilidade para encontrar e selecionar informação, comunicação efetiva e segurança em Internet. As TDIC passam a ser hoje uma forma de chamar os estudantes à participação no processo de ensino e aprendizagem. Ou seja, saber que não se está falando de um recurso neutro, mas que pode ser direcionado de forma estratégica a serviço do monitoramento e da garantia de direitos sociais. Significa, portanto, ir além do domínio e da competência instrumental das TDIC.

Cabe, portanto, acrescer à perspectiva teórico-hegemônica da profissão o olhar crítico de Feenberg (2013). Para o autor, não se perdem de vista os interesses que perpassam o desenvolvimento tecnológico e a cesta de valores que cercam tal empreitada, mas é possível acrescer outros valores que não aqueles que a sobrecarregam. Sob esta perspectiva, as TDIC podem, pois, vir a contribuir significativamente com a formação e o exercício profissional no âmbito do Serviço Social.

Referências

ALMEIDA, M. E. B. Prefácio. *In*: COSTA, F. A. *et al*. (org.). *Repensar as TDIC na educação*: o professor como agente transformador. Carnaxide: Santillna, 2012.

ARRIETA, C. A.; MONTES, V. D. Alfabetización digital: uso de las TIC's más allá de una formación instrumental y una buena infraestructura. *Revista Colombiana de Ciência Animal*, v. 3, n. 1, 2011. Disponível em: https://www.medigraphic.com/cgi-bin/new/resumen.cgi?IDARTICULO=44800. Acesso em: 17 jan. 2015.

BALADELI, A. P. D.; BARROS, M. S. F.; ALTOÉ, A. Desafios para o professor na sociedade da informação. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 45, p. 155-165, set. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_ arttext&pid=S0104-40602012000300011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 maio 2017.
CANTINI, M. C. *et al*. O desafio do professor frente às novas tecnologias. *In*: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO DA PUCPR, 6., 2006, Curitiba. *Anais* […]. Curitiba: Champagnat, 2006. p. 875-883. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2006/anaisEvento/docs/CI-081-TC.pdf. Acesso em: 18 jun. 2016.
CORTELLA, M. S. *Educação, escola e docência*: novos tempos, novas atitudes. São Paulo: Cortez, 2014.
COSTA, F. A. *et al*. (org.). *Repensar as TDIC na educação*: o professor como agente transformador. Santillana: Carnaxide, 2012.
FEENBERG, A. O que é filosofia da tecnologia? *In*: NEDER, R. T. (org.). *A teoria crítica de Andrew Feenberg*: racionalização democrática, poder e tecnologia. 2. ed. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/CDS/UnB/Capes, 2013. p. 51-64.
FREITAS, H.; JANISSEK-MUNIZ, R.; MOSCAROLA, J. Dinâmica do processo de coleta e análise de dados via web. *In*: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO BRASIL DE PESQUISA QUALITATIVA (CIBRAPEQ), 1., 2004, Taubaté. *Anais* […]. Taubaté, 2004. 12 p. Disponível em: http://gianti.ea.ufrgs.br/files/artigos/2004/2004_157_CIBRAPEQ.pdf. Acesso em: 5 fev. 2019.
GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
LEITE, L. S. *et al*. (org.). *Tecnologia educacional*: descubra suas possibilidades na sala de aula. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
LEWGOY, A. M. B; ARRUDA, M. P. Da escrita linear à escrita digital: atravessamentos profissionais. *Textos e Contextos*, Rio Grande do Sul, v. 2, n. 2, p. 1-10, dez. 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/267377598_09_Da_Escrita_Linear_A_Escrita_Digital_Atravessamentos_Profissionais. Acesso em: 9 out. 2016.
RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social*: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
WIKIPÉDIA. Google Earth. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/ wiki/Google_Earth. Acesso em: 26 jan. 2020.
WIKIPEDIA. GvSIG. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/GvSIG. Acesso em: 26 jan. 2020.

Notas

1 O Lime Survey é um software utilizado para pesquisas on-line, da mais simples às mais complexas. Cf.:https://www.limesurvey.org/pt/.
2 Sistemas para o registro de notas e outras demandas acadêmicas.
3 Google Earth é um programa de computador desenvolvido e distribuído pela empresa estadunidense Google, cuja função é apresentar um modelito tridimensional do globo terrestre, construído a partir de mosaico de imagens de satélite obtidas de fontes diversas, imagens aéreas e GIS 3D. (Cf.: https://pt.wikipedia.org/wiki/Google_Earth).
4 GvSIG é um software livre de SIG, de fonte aberta desenvolvido pela Conselleria d'Infraestructures i Transports da Comunidade de Valência, com o apoio da União Europeia. O GVSIG é distribuído sob a licença GNU GPL. (Cf.: https://pt.wikipedia.org/wiki/GvSIG).

Antonio Sandro Schuartz
antoniosersocial@gmail.com
Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Professor da Universidade Federal do Paraná (UFSC)

UFPR
Rua Jaguariaíva, 512
Matinhos – Paraná – Brasil
CEP: 83.260-000

Hélder Boska de Moraes Sarmento
hboska@yahoo.com.br
Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)
Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

UFSC
Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima - Trindade
Florianópolis, SC, Brasil
CEP: 88040-900

Agradecimentos
Sinceros agradecimentos aos docentes, sujeitos desta pesquisa, que se disponibilizaram a contribuir com a construção de conhecimentos. No mesmo sentido, registro o meu reconhecimento aos colegas do colegiado do curso de Serviço Social da UFPR por terem assumido os meus encargos didáticos, possibilitando assim minha saída para cursar o Doutorado.

Agência financiadora
Não se aplica.

Contribuições dos autores
Artigo fruto de pesquisa para doutoramento realizada pelo Prof. Dr. Antonio Sandro Schuartz, sob orientação de Hélder Boska de Moraes Sarmento. A pesquisa survey foi realizada pelo doutorando, com acompanhamento e orientação, sendo a sistematização deste artigo realizada com a colaboração entre os dois pesquisadores.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica.

Consentimento para publicação
Consentimento dos autores.

Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

ESPAÇO TEMÁTICO: POLÍTICA, CIÊNCIA E MUNDO DAS REDES

Empresa Brasil de Comunicação (EBC): a comunicação pública em declínio

Thiana Orth[1]
https://orcid.org/0000-0001-6706-9879

Jéssica Degrandi Soares[2]
https://orcid.org/0000-0002-7609-6497

[1] Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Porto Alegre, RS, Brasil
[2] Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Porto Alegre, RS, Brasil

Empresa Brasil de Comunicação (EBC): a comunicação pública em declínio
Resumo: O artigo tem como objetivo analisar a criação, o desenvolvimento e as mudanças ocorridas na estrutura da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), a partir da segunda metade de 2016, tendo como perspectiva os conceitos de Comunicação Pública. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental buscou-se compreender como a EBC, que tem como principal finalidade gerir os serviços de radiodifusão pública federais, se constituiu e como vem passando por intensos processos de desmantelamento de seu caráter público. Foram destacadas duas mudanças estruturais: a extinção do Conselho Curador, que era a instância formal de participação da sociedade na empresa e a fusão do canal NBR e TV Brasil, ambas consideras inconstitucionais por especialistas e pesquisadores em Comunicação Pública.
Palavras-chave: Empresa Brasil de Comunicação. Radiodifusão. Desmonte da Comunicação Pública.

Empresa Brasil de Comunicação (EBC): public communication in decline
Abstract: The article aims to analyze the creation, the development and the changes in the structure of Empresa Brasil de Comunicação, from the second half of 2016 onwards, having Public Communication concepts as a perspective. Through bibliographic and documentary research, we sought to understand how the EBC, which has the main purpose of managing federal public broadcasting services, was constituted and how it has been going through intense processes of dismantling its public character. Two structural changes were highlighted: the extinction of the Board of Trustees, which was the formal instance of society's participation in the company, and the merger of the NBR and TV Brasil channels, both considered unconstitutional by specialists and researchers in Public Communication.
Keywords: Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Broadcasting. Dismantling of Public Communication

Recebido em 29.02.2020. Aprovado em 02.04.2020. Revisado em 10.06.2020.

© O(s) Autor(es). 2020 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Introdução

Historicamente, os meios de comunicação no Brasil são desenvolvidos a partir dos conflitos de interesses entre diferentes projetos societários. Entendendo o poder da classe dominante na sociedade brasileira e sua relação na direção do Estado, bem como na construção de meios para sustentar essa dominação, destacam-se as (des)regulações que se apresentam no setor de radiodifusão. Em outras palavras, o nascimento da radiodifusão no Brasil surgiu mediante interesses privados e políticos, através de iniciativas de diferentes governos nacionais, sobretudo daqueles de cunho autoritário, a partir dos anos de 1960.

Nos primórdios do que se pode chamar de radiodifusão pública, portanto, o que prevaleceu foram emissoras de rádio e televisão vinculadas a diferentes órgãos estatais, que cumpriam com o objetivo único de informar sobre as atividades do Estado e dos seus governantes. O que faziam quase sem interferências e mediações, totalmente desvinculadas dos pilares de Comunicação Pública[1].

Embora a Constituição de 1988 tenha previsto a complementaridade dos sistemas público, estatal e privado no Art. 223 (BRASIL, 2000), foi somente 20 anos depois, em 2008, que o sistema público de radiodifusão foi regulamentado e delimitado organicamente, a partir da Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, que criou a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) (BRASIL, [2020]). Os princípios que regem a Lei e o sistema público de radiodifusão trazem, em sua essência, a ideia de promoção da cidadania e igualdade de acesso à informação. Entre eles destaca-se: 1) a promoção do acesso à informação, através da pluralidade de fontes, definida no Art. 2º da Lei, assim como a produção de conteúdos com finalidades educativas, culturais e informativas e a não discriminação político-partidária, filosófica, étnica, de gênero ou opção sexual, 2) a ideia de promoção da cidadania, no Art. 3º, que discorre "desenvolver a consciência crítica do cidadão, mediante programação educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora de cidadania" (BRASIL, [2020]). Dessa forma, o compromisso com a pluralidade, com a diversidade de fontes jornalísticas e com a produção de notícias que atentem para as demandas e os interesses dos cidadãos, está expresso na Lei.

A noção de que o sistema público de radiodifusão deve obedecer a tais princípios, no entanto, não ocorreu de forma extemporânea nem a-histórica, como ressaltam Paulino, Guazina e Oliveira (2016), mas está atrelada à própria construção coletiva acerca da necessidade de uma Comunicação Pública.

Nessa direção, o artigo visa traçar as principais características constitutivas da EBC, considerando seu caráter de Comunicação Pública e busca analisar as mudanças ocorridas na empresa, após agosto de 2016, momento em que Michel Temer assume a presidência da República, após Dilma Rousseff ter sido destituída do posto através de golpe jurídico parlamentar[2]. Muitas dessas mudanças são consideradas inconstitucionais por representantes de coletivos de comunicação e por pesquisadores e especialistas em Comunicação Pública, que defendem que a EBC vem sofrendo um desmonte de seu caráter público.

Realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental. A primeira foi feita a partir de buscas com as palavras *Empresa Brasil de Comunicação* no banco de teses e dissertações do Portal CAPES, como também na plataforma Scielo (Scientific Electronic Library Online). A seleção do material a ser utilizado se deu a partir da leitura do resumo das publicações (elencamos as de 2012 até a atualidade), tendo em vista os objetivos acima citados. Já a pesquisa documental foi desenvolvida a partir do acesso ao próprio portal da EBC, que disponibiliza relatórios, manuais, leis, medidas provisórias e informações institucionais da empresa; como também por meio de artigos, entrevistas, reportagens e notícias veiculadas em portais de Coletivos de Comunicação, Organizações sem fins lucrativos e Movimentos Sociais, que abordaram a EBC em suas produções, nos últimos três anos.

Criação, serviços e estrutura da EBC: a *língua de Estado* em movimento

A criação da EBC não se deu somente por um projeto do Poder Executivo, como pondera Pereira Filho (2015), mas também em virtude de intensos debates impulsionados por diversos segmentos da sociedade civil e que ganhou mais vigor a partir de 2006.

Sendo assim, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) começou a ser idealizada em maio de 2007, durante o I Fórum Nacional de TVs públicas, realizado em Brasília. O evento contou com a participação de amplos setores da sociedade civil (comunicadores profissionais, cineastas, jornalistas, representantes de movimentos sociais, dirigentes de emissoras de rádio e televisão etc.), que durante os quatro dias de evento discutiram formas de viabilizar a introdução de um sistema de televisão pública no País. As propostas centrais, resultantes do encontro, deram origem à formulação da *Carta de Brasília*, lida ao final do evento e assinada pelas entidades participantes[3]. O documento propunha, em sua essência, um manifesto pela TV Pública independente e democrática (OBSERVATÓRIO DO DIREITO À COMUNICAÇÃO, 2007).

Nas semanas subsequentes ao evento, com base nas diretrizes da Carta, um grupo de trabalho, coordenado pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom) desenvolveu as bases da Medida Provisória 398, propondo a criação de uma nova empresa pública federal. Já em outubro do ano seguinte a MP foi convertida na Lei nº 11.652/2008, que autorizou a criação da Empresa Brasil de Comunicação (BRASIL, [2020]). De imediato a empresa herdou os canais de rádio e TV geridos pela estatal Radiobrás e pela Associação de Comunicação Roquette-Pinto (Acerp), além de unificar e gerir as emissoras federais já existentes, instituindo assim, o Sistema Público de Comunicação.

No que tange à estrutura operacional dos principais serviços de comunicação prestados pela EBC, há uma divisão em três grandes eixos: TVs, Rádios e Agências, cada qual possuindo seus veículos de comunicação (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, 2018):

Figura 1 – Principais serviços EBC



Fonte: Elaborado pelas autoras, com base no portal institucional da EBC (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, 2018).

Em 2013, a EBC lançou seu *Manual de Jornalismo*, que tratou de sistematizar as diretrizes éticas e técnicas que orientam o trabalho dos jornalistas dos veículos de comunicação da empresa. Entre as referências e procedimentos da prática jornalística destacam-se as que dizem respeito ao conteúdo jornalístico da EBC, que visa "abrir espaços e empenhar talentos e criatividade para realizar pautas sobre processos educativos que estimulem a solidariedade e promovam a cultura de paz e de convivência entre as diferenças" (BREVE *et al.*, 2013, p. 27). Além disso, o manual defende que ao se constituir como uma alternativa para o cidadão (em relação veículos comerciais) é seu dever dedicar atenção aos fatos que habitualmente estão ausentes nas grandes mídias. No capítulo "Orientações jornalísticas" (BREVE *et al.*, 2013, p. 37), o primeiro item traz que o jornalismo da EBC deve primar pelo interesse público, pela honestidade, pela precisão, inclusive no reconhecimento de erros, e pela clareza, além de dever empregar métodos lícitos, públicos e declarados para obter, editar e veicular informações.

Desde sua criação a empresa tem sido reconhecida e premiada pelo trabalho desenvolvido por seus veículos de comunicação, programas e profissionais. Ao todo são 120 prêmios já recebidos ao longo de 11 anos de existência da EBC. Entre eles destaca-se: a) o 38º Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos (2016), em que a TV Brasil recebeu a menção honrosa pelo programa "Caminhos da Reportagem" com o episódio *Racismo na Escola*; b) Prêmio Adep - DF de Jornalismo, em que a *Agência Brasil* (2014) recebeu o 1º, 2º e 3º lugares pelas produções das reportagens: "Defensoria Pública quer estimular adoção de adolescentes", "Moradores do Complexo do Alemão relatam abusos e violações de Policiais" e "Defensoria Pública integra atendimento rápido a casos graves de violência".

Levando em consideração a estrutura de produção e a repercussão dos conteúdos comunicacional da EBC, pode-se dizer que a empresa é representativa, no sentido de ser referência para as emissoras comerciais, pois é através do que é produzido pelos veículos de comunicação da EBC, que grande parte da imprensa brasileira e também internacional se baseia para a construção de seus próprios noticiários quando o Brasil é pauta.

Nessa direção, a EBC mobiliza aquilo que Pêcheux (1988) compreende como a *Língua de Estado*, que seria o modo pelo qual o Estado dá sentido a si mesmo. Para o autor, um dos sentidos impulsionados por ela é a noção de consenso de igualdade, de acesso e de oportunidades para *todos*, articulando um discurso que visa a uma conciliação de classes e que se apresenta como legítima porque foi eleita, ou seja, uma voz que se diz promotora de direitos e eficaz em suas ações. A EBC, portanto, enquanto *voz oficial* do que está sendo realizado por parte dos governos coloca a *língua de Estado* em movimento.

O Conselho Curador da EBC

O Conselho Curador era a principal instância formal de participação da sociedade na EBC[4]. Segundo Pereira Filho (2015), que discutiu os parâmetros legais que regiam o papel dos conselheiros e investigou a dinâmica de atuação dos mesmos, a criação do Conselho respondeu a uma demanda apresentada pela sociedade civil de instituir mecanismos de governança compartilhada da empresa pública, ou seja, na prática, o Conselho Curador representava uma instância de poder na estrutura da EBC.

> O Conselho Curador existe para zelar pelos princípios e pela autonomia da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), impedindo que haja ingerência indevida do Governo e do mercado sobre a programação e gestão da comunicação pública. Além disso, visa representar os anseios da sociedade, em sua diversidade, na aprovação das diretrizes de conteúdo e do plano de trabalho da empresa. Sua existência, como instância de participação social prevista na Lei 11.652/2008, é um critério fundamental para que a EBC seja de fato pública. (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, 2015a, p. 1, grifo nosso).

O Conselho Curador da EBC era composto por 22 conselheiros, sendo 15 representantes da sociedade civil (um de cada região do País), quatro do governo federal (ministros da Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República), um servidor de carreira da Câmara dos Deputados, um servidor do Senado Federal e um funcionário da empresa[5] (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, 2015a).

Segundo Hossoé (2016), o objetivo da constituição de um conselho com representação da sociedade é que o mesmo possa expressar pluralidade de opiniões, formações, experiências profissionais e equidade de gênero e de raça, sendo proibidas indicações de representantes feitas por partidos políticos ou por instituições religiosas. O autor também traz as finalidades principais de um Conselho Curador de uma empresa pública de comunicação.

> É função do Conselho Curador deliberar sobre a linha editorial de seus veículos e fiscalizar, em nome da sociedade, a observância dos princípios da Comunicação Pública. Na qualidade de principal instrumento de participação da sociedade na gestão da EBC, o Conselho Curador diferencia seus veículos públicos dos exclusivamente estatais e daqueles do sistema privado (HOSSOÉ, 2016, p. 16).

Em 2015, após oito anos de existência da EBC, o Conselho Curador convocou e realizou o Seminário intitulado *Modelo Institucional da EBC: balanço e perspectiva*, que teve como objetivo reunir diferentes atores políticos envolvidos na discussão da Comunicação Pública. A intenção do Seminário foi realizar uma avaliação dos primeiros anos da EBC e discutir o modelo institucional da empresa, tanto no que dizia respeito às suas formas de garantia do princípio da autonomia em relação ao Governo Federal como da participação da sociedade civil no controle dos princípios do sistema público de radiodifusão (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, 2015b). Carvalho (2015, p. 3), ao fazer uma síntese do encontro ressalta que inegáveis avanços para o campo público da comunicação foram realizados com a criação da EBC, mas que ela "seguia tímida na missão primordial de oferecer uma real alternativa à comunicação comercial e de governo, buscando com autenticidade o foco no cidadão e no fortalecimento da cidadania".

Um dos aspectos mais debatidos durante o evento foi a vinculação da EBC com a Secretaria de Comunicação do Presidente da República (Secom), tendo em vista que a ligação com esta secretaria (responsável pela comunicação do governo), não seria apropriada para o desenvolvimento de uma Comunicação Pública realmente autônoma. Além disso, outras questões também foram suscitadas, como a

autonomia financeira, o modelo que definia a composição dos conselhos e uma maior participação da população e dos funcionários, tanto na escolha dos conselheiros, como na escolha da direção da Empresa (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, 2015b).

De maneira geral, o seminário (através de intensos debates) deu luz ao que já se sabia, mas que talvez não se quisesse acreditar: a real dificuldade de se fazer Comunicação Pública no País e a complexidade de fatores estruturais, conjunturais e políticos que se somam para que seja possível realizá-la. Contudo, recalcular a rota, como pontua Carvalho (2015) e rediscutir os caminhos da Comunicação Pública brasileira, tendo como base o que já havia se construído até então, foi o grande legado do Encontro.

Embora estudiosos do campo da Comunicação, como traz Pereira Filho (2015), tenham abordado as contradições no *desenho institucional*[6] do Conselho Curador da EBC, há de se considerar que, no decorrer dos anos da análise feita por Pereira Filho (2011-2015) houve um fortalecimento na estrutura do Conselho Curador da EBC. A simples criação de uma secretaria executiva própria para os conselheiros, por exemplo, passou a organizar melhor suas demandas, fazendo com que a sociedade obtivesse ganhos através de uma prestação de contas mais transparente e efetiva. Com isso, as reuniões do Conselho Curador passaram a ser transmitidas ao vivo pela Internet e a divulgação do calendário de atividades era sempre atualizada e aberta para a participação de qualquer pessoa que tivesse interesse em se envolver com os processos da EBC.

Para Pereira Filho (2015), a partir da própria avaliação dos Conselheiros foram se consolidando canais de comunicação específicos, que qualificaram a relação do Conselho com a sociedade, o que foi considerado como uma experiência inédita no campo da Comunicação Pública no Brasil.

> O fortalecimento do Conselho Curador na estrutura da EBC, apesar das amarras de seu desenho institucional, decorreu do próprio amadurecimento dos debates travados neste espaço, bem como das expectativas geradas na sociedade de uma empresa pública transparente e aberta à participação. Em alguma medida esse processo reflete o desdobramento da tensão entre uma perspectiva democrática restritiva e uma outra maximalista no que diz respeito aos parâmetros que regem a ação do Conselho. As discussões mais efervescentes, as mais polêmicas, suscitam com frequência o mesmo ponto de questionamento, não importa a temática: até onde vai o papel do Conselho? (PEREIRA FILHO, 2015, p. 136).

Embora o Conselho Curador da EBC não fosse o ideal e nem o mais autônomo é fundamental ressaltar que as contradições existentes no funcionamento do mesmo não apagam a importância de sua existência no interior de uma empresa pública de comunicação. O fato de ter estruturado um Conselho Curador com a finalidade de promover a participação da sociedade nos rumos da empresa era, por si só, um ponto de partida, uma possibilidade. O que hoje já não existe mais.

A Fusão da TV NBR com a TV BRASIL

Em outubro de 2018, ainda constava no site da EBC a descrição das duas emissoras de TV da empresa, sendo que a distinção era bem específica: a TV BRASIL tinha como finalidade complementar e ampliar a oferta de conteúdo das emissoras de televisão brasileiras, oferecendo uma programação de natureza informativa, cultural, artística e científica. Já a NBR era a responsável pela cobertura da agenda da Presidência da República no Brasil e no exterior, ou seja, tratava de acompanhar as pautas presidenciais, da casa civil e as agendas dos ministros (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, 2018).

Contudo, após 100 dias de governo Bolsonaro, no dia 10 de abril de 2019, o Diretor de Operações da EBC, Alexandre Graziani Junior[7], assinou a Portaria nº 216, unificando as programações da TV Brasil e da NBR em um só canal, que passou a ter também um outro slogan: UMA NOVA TV BRASIL (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, 2019).

De imediato, representantes do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação[8] (FNDC) alegaram que a fusão das TVs, além de inconstitucional, era ilegal, tendo em vista a própria Lei de criação da EBC (Lei nº 11.652/2008), que prevê a produção de programação com finalidades educativas, artísticas e culturais, vedando o proselitismo político (FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO, 2019).

Em nota divulgada pelo coletivo, criticando a portaria, também foi enfatizado que ao fundir as comunicações pública e privada, a portaria viola a Constituição de 1988, já que no Artigo 223, do Capítulo 5, se estabelece que cabe ao Poder Executivo garantir o princípio da complementariedade dos sistemas privado, público e estatal de comunicação no País (BRASIL, 2000). Ou seja, a EBC e a TV BRASIL, sobretudo, foram criadas também como forma de regular esse artigo constitucional: uma TV,

dentro do sistema de radiodifusão pública, que fazia comunicação de interesse público, com pluralidade, diversidade e com independência de conteúdo (FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO, 2019).

Até a assinatura da portaria havia a TV Estatal (NBR) (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, 2019), que divulgava informações e ações dos poderes institucionais (o que era deixado bem claro na sua linha editorial), e a TV Pública (TV Brasil), que promovia debates fundamentais para a sociedade, com pluralidade de ideias e com visões, muitas vezes, diferentes da do próprio governo. O que vem acontecendo desde a fusão é que a qualquer horário da programação da *Nova TV BRASIL* são feitas inserções de atos do Poder Executivo ao vivo, o que para os representantes do FNDC configura como proselitismo político.

Cabe lembrar que a medida proposta pelo atual governo de fusão das duas TVs não surpreendeu parte dos representantes dos coletivos de comunicação, pois foi frequente em discursos públicos de Jair Bolsonaro (antes mesmo das eleições e durante a campanha presidencial) afirmar que estava entre seus objetivos extinguir ou privatizar a EBC.

Mudanças já podem ser observadas na programação. Na TV BRASIL, por exemplo, havia um programa semanal que se chamava *Estação Plural*, que era apresentado por uma transsexual, um homossexual e uma cantora negra. As pautas do programa incluíam entrevistas com diferentes personalidades brasileiras e tinha como objetivo abrir espaço para o debate de temas de comportamento e pautas de cunho artístico e cultural. O *Estação Plural* foi considerado o primeiro programa de televisão aberta LGBT. Por óbvio, mas sem fazer alardes, o programa foi extinto pela atual direção da EBC, e desde o início de 2019, não se gravaram mais novas edições.

Atualmente, os destaques da programação na *Nova TV BRASIL* incluem um programa em defesa da reforma da Previdência (quatro episódios com 30 minutos cada); outro para o agronegócio, este com uma programação fixa, bem como inserções de hora em hora na programação com as agendas do presidente e de ministros (chamadas *Governo Agora*). Além disso, foram criados qautro programas específicos para as Forças Armadas: dois para a Marinha do Brasil, um para o Exército e outro sobre a *Missão Antártica*, que também envolve a participação da Força Aérea Brasileira (FAB) (PAIXÃO, 2019). Em outras palavras, além de ser dirigida por militares, a EBC também conta com uma programação exclusiva para seus feitos, o que lembra bastante como era realizada a comunicação no Brasil nos anos de Ditadura Militar (1964-1984).

Muitas dessas mudanças são consideradas inconstitucionais por representantes de coletivos de comunicação e por pesquisadores e especialistas em Comunicação Pública, que defendem que a EBC vem sofrendo um desmonte de seu caráter público.

Em entrevista publicada no Portal do FNDC, Tereza Cruvinel (primeira presidente da EBC), afirmou que a rede de comunicação pública no Brasil vem sucumbindo aos atos de desestruturação da democracia que vem ocorrendo no País como um todo. Ela também criticou "a criação de um *Frankenstein,* uma coisa híbrida, que viola frontalmente a Constituição", referindo-se à fusão das TVs da EBC e ressaltou que a atual situação da empresa reflete o atual enfraquecimento das instituições democráticas brasileiras (ARAÚJO, 2016).

No dia 23 de abril de 2019, a pauta da fusão das TVs da EBC foi debatida em audiência pública, na Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados. Ocasião em que representantes de entidades e coletivos de comunicação alegaram que a fusão fere o artigo 223 da Constituição. Durante a audiência pública, o presidente da EBC, Alexandre Grazioni Junior, e deputados da base governista fizeram o contraponto e defenderam a medida, tendo como argumento a economia de recursos e a racionalização administrativa (FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO, 2019).

Embora a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão no Rio de Janeiro (PRDC), do Ministério Público Federal (MPF) tenha protocolado, no dia 29 de julho de 2019, uma ação civil pública pedindo a volta dos dois canais e das programações dos canais TV Brasil e TV NBR, até o momento a justiça não se pronunciou sobre o caso e a programação da NOVA TV BRASIL de Jair Bolsonaro segue a todo vapor. Ou seja, a emissora e, agora, única TV da EBC, cada vez mais se desvirtua dos pilares de Comunicação e de Radiodifusão Pública, tornando-se uma simples reprodutora de propaganda governamental. É o aparelhamento da TV Pública brasileira sendo realizado com ares de constitucionalidade, o que já era característico na história mascarada da radiodifusão no Brasil, agora, torna-se público e notório: uma TV Pública sendo porta-voz de governo (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2019).

As consequências para a EBC a partir de 2016

Os ataques aos direitos sociais ocorridos após o golpe de Estado jurídico parlamentar de 2016 são devastadores e afetam diretamente a classe trabalhadora e sobretudo, os mais pobres, ampliando as expressões da questão social no Brasil. Para que se consiga compreender o atual momento é fundamental trazer a discussão para a dinâmica do capitalismo em sua atual fase. O ideário neoliberal incide diretamente no desmonte das políticas sociais que atingem a classe trabalhadora, acentuando as contradições de classe e as expressões da questão social, esse processo incide em todos os âmbitos do Estado brasileiro.

Neste contexto, após um período de grande instabilidade, os dilemas de legitimidade, de independência financeira e de autonomia política tornaram-se ainda maiores na EBC, afetando o sistema público de radiodifusão como um todo.

> A EBC iniciou em junho de 2016, um período crítico de vulnerabilidade, agravado pela tomada de posse de Michel Temer como Presidente da República em agosto do mesmo ano. Oito anos após a criação da Empresa Brasil de Comunicação e da definição, em lei, dos princípios de uma comunicação pública cidadã, a mudança abrupta no cargo máximo do Poder Executivo provocou um forte impacto nos destinos do sistema público de comunicação brasileiro, deixando em aberto o futuro do serviço público de radiodifusão (PAULINO; GUAZINA; OLIVEIRA, 2016, p. 63).

Com a confirmação de Michel Temer na presidência, uma Medida provisória redefiniu o organograma da EBC, extinguindo o Conselho Curador e alterando a composição dos outros Conselhos (administrativo e fiscal), inserindo novos representantes diretamente ligados ao Governo Federal (VIEIRA, 2016).

Além de acabar com o Conselho Curador, a MP também alterou uma das principais funções do Conselho de Administração, que era a de nomear e destituir os membros da empresa, vide texto: "todos os membros da EBC passam a ser nomeados e exonerados pelo Presidente da República – ao contrário de serem eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração da EBC, conforme ocorria até a vigência da MPV" (SENADO FEDERAL, 2016, p. 2).

Diversos coletivos da área da comunicação, como o Intervozes[9] e o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) [10], como também o Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal alertaram a sociedade e fizeram notas de repúdio ao que a MP estava propondo, mas nenhuma surgiu efeito, pois a mesma foi convertida em lei em 1º de março de 2017.

Os ex-conselheiros também publicaram uma Moção de Repúdio na época:

> O Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) repudia de forma veemente a Medida Provisória 744, publicada nesta sexta-feira (02/09/2016) que acaba com o caráter de empresa de comunicação pública. A MP 744 é uma afronta aos princípios constitucionais que estabelecem a comunicação pública como um direito da sociedade brasileira. A medida fere o artigo 223 da Constituição Federal, que prevê a complementaridade dos sistemas público, privado e estatal. [...] A MP 744 extingue o Conselho Curador e assim tira a autonomia da EBC em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão e agências (MOÇÃO..., 2016).

O texto dos ex-conselheiros atentou para algumas das funções que eram exercidas pelo Conselho, como a vigilância em cobrar a diversidade da programação, exigindo pautas relacionadas aos direitos humanos e que o mesmo promovia mais de dez audiências públicas anuais para debater com a população e propor a produção independente e regional (MOÇÃO..., 2016).

Em maio de 2017, ocorreu o 3º Encontro Nacional pelo Direito à Comunicação (ENDC), em Brasília. No último dia do evento aconteceu a 20ª Plenária do FNDC, que também culminou em moção de repúdio ao desmonte da EBC, denunciando a crescente linha governista e os casos graves de censura dentro da empresa.

> Há casos diários de reportagens censuradas, modificadas e claramente governistas na AgênciaBrasil, na TV Brasil, no Portal EBC, nas rádios Nacional e MEC. Depois de expulsar a sociedade civil de dentro da EBC, com a extinção do Conselho Curador, e de acabar com a autonomia do mandato do presidente da empresa, o governo Temer estuda um corte de 40% das verbas de custeio e investimento e segue excluindo o montante financeiro já garantido legalmente pela Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública. Exemplos desse desmonte é a crescente unificação entre a parte estatal (prestação de serviços da Voz do Brasil e da TV NBR) e a parte pública da EBC (FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO, 2017, p. 5).

Martins[11] (2018), em texto publicado no Portal Intervozes, ressalta que inúmeros funcionários da empresa, mesmo aqueles que não poupavam críticas a gestões anteriores, alegam que, desde que iniciaram suas atividades na EBC, esse é o momento em que houve a maior censura a conteúdos que desagradam o governo. A regressão e a desregulamentação que vem ocorrendo nos direitos sociais com mais ênfase a partir de meados de 2016 e que estão fundamentadas no ideário neoliberal, foram as molas propulsoras para o aprofundamento da crise de legitimidade e de autonomia na EBC. Sendo assim, as principais consequências sofridas pela empresa, desde 2016, foram a obstrução de seus processos de Comunicação Pública (que mesmo com inúmeras adversidades, estavam, de certa forma, em andamento anteriormente) e o declínio na qualidade da programação e de seu conteúdo jornalístico.

Considerações Finais

Os serviços públicos de radiodifusão são essenciais para o desenvolvimento de sociedades democráticas, desde que sejam balizados pela busca em promover o direito à informação plural, inclusiva e que possibilite a participação da sociedade em seu escopo.

Para compreendermos a trajetória de criação da EBC e sua relação com a Comunicação Pública foi preciso considerar que, desde o início, a radiodifusão pública, no Brasil, foi submetida a interesses políticos, econômicos e privados. Isso explica um pouco do que está acontecendo hoje com a EBC, que com apenas 10 anos de existência está cada vez mais subordinada às investidas de autoridades governamentais, que visam exercer domínio sobre as emissoras públicas para que se tornem porta-vozes de suas ações.

Nesse contexto, destacam-se as relações de proximidade entre grandes grupos empresariais de comunicação (proprietários de veículos comunicacionais) e políticos, o que ainda é uma das principais razões pelas quais a radiodifusão (não somente a pública) no País não tenha se consolidado como um sistema autônomo, do ponto de vista político, financeiro e com relação ao conteúdo que produz.

Por fim, consideramos os Coletivos de Comunicação, assim como os Movimentos Sociais brasileiros como importantes pontos de resistência, que não só desenvolvem um trabalho fundamental em suas áreas de interesse, como também defendem o fortalecimento da Comunicação Pública brasileira, pois em última análise, é a partir dela que se podem desenvolver alternativas aos modelos hegemônicos de comunicação.

Referências

ALVES, G. *O golpe de 2016 no contexto da crise do capitalismo neoliberal.* Blog da Boitempo, São Paulo, 8 jun. 2016. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/08/o-golpe-de-2016-no-contexto-da-crise-do-capitalismo-neoliberal/. Acesso em: 2 jul. 2018.

ARAÚJO, E. Audiência da TV Brasil não diminui relevância da comunicação pública. *FNDC,* Brasília, 22 jun. 2016. Disponível em: http://fndc.org.br/noticias/audiencia-da-tv-brasil-nao-diminui-relevancia-da-comunicacao-publica-924718/. Não paginado. Acesso em: 25 jan. 2019.

BRASIL. [Constituição de 1988]. *Constituição Federal de 1988*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

BRASIL. *Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008*. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação - EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11652.htm. Acesso em: 25 out. 2019.

BRASIL. *Lei nº 13.417, de 1 de março de 2017*. Altera a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, que "Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação - EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências", para dispor sobre a prestação dos serviços de radiodifusão pública e a organização da EBC. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13417.htm. Acesso em: 25 out. 2019.

BREVE, N. *et al. Manual de Jornalismo da EBC*. Brasília: EBC, 2013.

CARVALHO, M. M. A Empresa Brasil de Comunicação e o desafio da comunicação pública. *Revista Eletrônica de Comunicação e Informação*, Rio de Janeiro, n. 9, 2015. Disponível em: https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciist. Acesso em: 12 out. 2018.

DUARTE J. Sobre a emergência do(s) conceito(s) de comunicação pública. *In:* KUNSCH, M. K. Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania. 1ª ed. Difusão Editora, São Paulo, 2011, p. 121-134.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO (EBC). Conselho Curador. Brasília: EBC, dez. 2015a. Disponível em: https://www.ebc.com.br/institucional/conselho-curador. Acesso em: 25 out. 2019.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO (EBC). Diretor presidente. Portaria-presidente 216. Programação televisa da EBC. Empresa Brasil de Comunicação, Brasília, 9 abr. 2019. Disponível em: https://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/atoms/files/portaria_-_presi_no_216_-_programacao_televisiva_da_ebc.pdf. Acesso em: 25 out. 2019.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO (EBC). Disponível em: https://www.ebc.com.br/. Acesso em: 25 out. 2019.
EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO (EBC). Documento final sistematização das propostas e discussões: comissão de sistematização. *In*: SEMINÁRIO MODELO INSTITUCIONAL DA EBC: BALANÇO E PERSPECTIVA,1., 11-12 ago. 2015, Brasília. *Anais* [...]. Brasília: EBC, 2015b. Disponível em: https://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/documentofinal-seminarioebc.pdf. Acesso em: 25 out. 2019.
FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO (FNDC). *In*: ENCONTRO NACIONAL PELO DIREITO À COMUNICAÇÃO,3., 2017. Brasília. *Anais* [...]. Brasília: FNDC, 2017.
FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO (FNDC). *Entidades consideram ilegal fusão da TV Brasil com a NBR*. Redação do FNDC, Brasília, abr. 2019. Disponível em: http://www.fndc.org.br/noticias/entidades-consideram-ilegal-fusao-da-tv-brasil-com-a-nbr-924900/. Acesso em: 25 out. 2019.
HOSSOÉ, H. A TV Brasil e a complementaridade funcional do sistema público de televisão brasileiro. *Revista Acesso Livre*, v. 3, p. 130-145, mar. 2016.
JINKINGS, I. *Por que Gritamos Golpe? Para Entender o Impeachment*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
MARTINS, M. Ataque à Comunicação Pública: Agência Brasil passa a ter conteúdo estatal. *Carta Capital*, 24 abr. 2018. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/Ataque-comunicacao-publicapassa-a-ter-conteu-do-estatal. Acesso em: 22 out. 2018.
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). MPF entra com ação para garantir separação entre a TV Brasil e canal do Executivo. *MPF*, Notícias, Direitos do cidadão, jul. 2019. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/rj/sala-de-imprensa/noticias-rj/mpf-rj-entra-com-acao-para-garantir-separacao-entre-a-tv-brasil-e-canal-do-executivo-1. Acesso em: 22 out. 2019. MOÇÃO de repúdio contra medida provisória que desmonta a EBC. *EBC,* Brasília, set. 2016. Não paginado. Disponível em: https://www.ebc.com.br/institucional/conselho-curador/noticias/2016/09/mocao-de-repudio-contra-medida-provisoria-que-desmonta-a-ebc. Acesso em: 25 jan. 2019.
OBSERVATÓRIO DO DIREITO À COMUNICAÇÃO. *Confira o documento final do Fórum de TVs Públicas*. Fórum Nacional de TVs Públicas, 1., maio 2007. Brasília: Intervozes, 2007. Disponível em: http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=18362. Acesso em: 25 out. 2019.
PAIXÃO, M. Mudança na TV Brasil pode tornar emissora um meio de propaganda do governo Bolsonaro. *Brasil de Fato*, São Paulo, abr. 2019. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2019/04/11/mudanca-na-tv-brasil-pode-tornar-emissora-um-meio-de-propaganda-do-governo-bolsonaro. Acesso em: 25 jan. 2019.
PAULINO, F. O.; GUAZINA, L.; OLIVEIRA, M. Serviço público de média e comunicação pública: conceito, contextos e experiências. *Revista Comunicação e Sociedade*, Portugal, v. 30, 2016. Disponível em: http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/article/view/2485. Acesso em: 13 set. 2019.
PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso:* Uma crítica a afirmação do óbvio. Campinas: Editora UNICAMP, 1988.
PEREIRA FILHO, J. J. *A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e o desafio da participação cidadã*: estudo sobre o conselho curador. Dissertação (Mestrado em Comunicação) –Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
SENADO FEDERAL. *Sumária Executiva de MP nº 744/ 2016*. Brasília, 2016. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/sumarios-de-proposicoes/mpv744. Acesso em: 13 nov. 2018.
SILVA, J. Golpe midiático-civil-militar. 7ª ed. Editora Sulina, Porto Alegre, 2016.
TAVARES, M. N.; CHAVES, R.; ARAÚJO, M. Pós-golpe de 2016 no Brasil: regressão nos direitos sociais e trabalhistas. *In*: SEMINÁRIO CETROS – CRISE E MUNDO DO TRABALHO NO BRASIL, 6., Ceará, 2018. *Anais* [...]. Ceará: UECE, 2018. ISSN 2446-8126. Disponível em: http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos. Acesso em: 25 out. 2018.
VIEIRA, A. Publicada medida provisória que altera estrutura da EBC. *Senado Notícias*, Brasília, set. 2016. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/09/02/publicada-medida-provisoria-que-altera-estrutura-da-ebc. Acesso em: 25 jan. 2019.

Notas

1 O campo da Comunicação Pública inclui tudo aquilo que está diretamente ligado ao aparato estatal, às ações governamentais, aos partidos políticos, como também ao Legislativo, ao Judiciário, além disso, diz respeito às instituições e órgãos públicos, como também ações ligadas ao cidadão individualmente. Duarte (2011) esclarece que onde há existência de recursos públicos ou de interesse público há a necessidade de se fazer Comunicação Pública. Viabilizar o direito social, individual e coletivo à informação, à expressão, ao diálogo e à participação é a ocupação principal da Comunicação Pública.

2 Autores como Alves (2016), Silva (2016) e Jinkings (2016) reconhecem o processo de impeachment da presidente Dilma como um golpe contra a democracia brasileira, ocorrido no contexto da profunda crise do capitalismo global. Compactuamos com as análises dos autores, que defendem que o mesmo ocorreu a partir de uma ruptura da institucionalidade democrática no Brasil.

3 Além de organizações da sociedade civil, as principais organizações presentes da área da comunicação eram a Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec), a Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCom), a Associação Brasileira de Emissoras Universitárias (ABTU) e a Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (Astral) (OBSERVATÓRIO DO DIREITO À COMUNICAÇÃO; 2007).

4 Utilizamos o verbo no passado, pois através da Medida Provisória 744, publicada em 02 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.417, de 1 de março de 2017, o Conselho Curador foi extinto (BRASIL, 2017).

5 Os 15 representantes da sociedade civil eram indicados pela Presidência da República, após consulta pública conduzida pelo próprio Conselho Curador. Os representantes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal eram indicados pelas mesas diretoras das respectivas casas legislativas. O representante dos trabalhadores da EBC era escolhido por meio de voto direto dos funcionários do quadro da instituição (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, 2015a).

6 Uma das partes da dissertação de Pereira Filho (2015) dedica-se ao desenho institucional do Conselho Curador da EBC. O autor aponta, por exemplo, que pesquisadores da área sustentam que a EBC não deveria estar vinculada à Secretaria de Comunicação do Presidente da República (Secom), mas, sim, submetida ao Ministério da Cultura, uma vez que as atribuições desta pasta possuem aproximações e interligações com a Comunicação Pública (PEREIRA FILHO, 2015).

7 Destaca-se que são vários militares membros do corpo diretivo da EBC hoje, como por exemplo, o General Luiz Carlos Pereira Gomes (Diretor-Presidente), o Coronel Roni Baksys Pinto (Diretor-Geral) e com sólida carreira no Militarismo, Márcio Kasuwaki (Diretor de Administração).

8 O FNDC é uma entidade que atua há 30 anos em defesa do direito à comunicação no país, com representantes em todos os Estados Brasileiros.

9 Também conhecido como o *Coletivo Brasil de Comunicação Social*, associação civil, sem fins lucrativos e econômicos que luta pelo Direito Humano à Comunicação. É constituído por número ilimitado de associados, espalhados em 14 unidades da Federação.

10 Organização que reúne mais de 500 entidades filiadas em todas as regiões do País.

11 Mariana Martins é jornalista, trabalhadora da EBC e integrante do Intervozes.

Thiana Orth
orththiana@gmail.com
Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)
Pós-doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Jéssica Degrandi Soares
jessicadegrandi.soares@gmail.com
Mestra em Política Social e Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

PUCRS
Av. Ipiranga, 6681 – Partenon
Porto Alegre – RS – Brasil
CEP: 90619900

Agradecimentos
A todos/as trabalhadores/as que lutam pela democratização da comunicação.

Agência financiadora
Não se aplica.

Contribuições das autoras
Thiana Orth foi responsável pela maior parte do conteúdo do artigo, principalmente nos itens "O Conselho Curador da EBC", "A Fusão da TV NBR com a TV BRASIL" e "As consequências para a EBC a partir de 2016", fez o resumo e referências bibliográficas. Jéssica Degrandi Soares contribuiu com a produção da "Introdução", "As consequências para a EBC a partir de 2016", "Considerações finais", organizou o artigo e procedeu à sua revisão, adequação a normas da revista e submissão eletrônica.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica.

Consentimento para publicação
Consentimento das autoras.

Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

ESPAÇO TEMÁTICO: POLÍTICA, CIÊNCIA E MUNDO DAS REDES

As mulheres, os feminismos e as TICs

Marilene de Oliveira[1]
https://orcid.org/0000-0002-1556-1076

Pollyanna Santos da Silveira[3]
https://orcid.org/0000-0002-3010-6477

Cristiane Moreira da Silva[2]
https://orcid.org/0000-0001-8496-0233

[1] Universidade Católica de Petrópolis, Centro de Ciências da Saúde, Curso de Psicologia, Petrópolis, RJ, Brasil
[2] Universidade Católica de Petrópolis, Centro de Ciências da Saúde, Mestrado em Psicologia, Petrópolis, RJ, Brasil
[3] Universidade Católica de Petrópolis, Centro de Ciências da Saúde, Mestrado em Psicologia, Petrópolis, RJ, Brasil

As mulheres, os feminismos e as TICs

Resumo: O espaço on-line possibilita caminhos de desenvolvimento social, permeado e formado pela relação de organismos e não organismos forjam-se como novo ambiente de convivência e apresentação de diferentes práticas, discursos e saberes, que torna esse espaço ao mesmo tempo uno e multifacetário. Marcado também pela difusão de informações e promoção de reivindicações e lutas sociopolíticas agem como palcos de visibilidade para diversos grupos oprimidos e marginalizados socialmente. Nessa perspectiva, a pesquisa que se apresenta investiga quais os modos de apropriação dos dispositivos tecnológicos pelo movimento feminista e suas implicações na vida sociopolítica na contemporaneidade. Os resultados apontaram que a existência do movimento feminista na contemporaneidade é marcada pelas mediações técnicas e pela formação de redes on-line, contudo assinala que esse mesmo ambiente não escapa da dinâmica de poder que definem princípios de apropriação técnica e visibilidade midiática.
Palavras-chave: Feminismos. Interconexão digital. Ciberativismo. Tecnopoder.

The women, the feminisms and the ICTs

Abstract: The online space allows social developmenting ways, surrounded and made by the relationship of organisms and non organisms which forge themselves as a new enviroment for getting along and introducing different practices, speeches and knowledge, what makes this space at the same time unique and multifaceted. Marked also by the diffusion of informations and promoting claims and sociopolitical fights they also act like stages for the visibility of many different socially oppressed and marginalized groups. In this perspective, the following research investigates which appropriation modes of the technological dispositives are used by the feminist movement and its implications in the sociopolitical life in the contemporaneity. The results pointed out that the existence of the feminist movement in the contemporaneity is marked by the technical mediations and also by the creation of on-line networks, however it also shows that this same enviroment does not escape from the dynamics of power that define principles of technical appropriation and media visibility.
Keywords: Feminisms. Digital interconnection. Cyberactivism. Technopower

Recebido em 28.02.2020. Aprovado em 08.05.2020. Revisado em 14.06.2020.

© O(s) Autor(es). 2020 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Introdução

Neste texto, inspirado na Teoria Ator Rede, refletimos acerca de como a rede sociotécnica constitui e constrói-se em um processo ativo, incessante e interdependente que implica em uma relação híbrida e simétrica entre máquinas e organismos, e com implicações na fronteira de espaço e tempo. Desenvolve-se o ciberespaço por e como ambiente de produções das experiências e contatos humanos permeado por tensões e encontro do múltiplo. Com isso, atenta-se para a importância de estudar os processos socioculturais implicados no desenvolvimento tecnológico e as apropriações políticas que emergem e se formam nesses espaços.

À luz de reflexões de autores(as) como Moraes (2016), Lévy (1999) e Miguel e Boix (2013) objetiva-se entender quais os modos de apropriação dos dispositivos tecnológicos pelo movimento feminista e suas implicações na vida sociopolítica na contemporaneidade. Nesse propósito, foram realizados dois grupos focais nos quais propôs-se como tema de discussão os feminismos e a articulação midiática. Assim, o texto orienta-se na discussão sobre os processos de acesso a rede digital como instrumento de produção de conhecimentos e estratégia de participação democrática, contudo também aponta para as brechas digitais de gênero produzidas por valores falocêntricos e econômicos que permeiam o processo de desenvolvimento de todo o campo tecnológico.

Feminismos em rede

O desenvolvimento tecnológico observado nas últimas décadas junto com a rápida expansão e interconexão dos dispositivos de comunicação e informação on-line trouxeram promessas de universalização do acesso desses recursos, e atrelado a isso forjou uma sensação de liberdade, participação e inclusão tecnosocial no que se refere ao engajamento nas transformações providenciadas pela nova era da comunicação digital.

Como apontado no novo relatório Digital 2020 pela agência We are Social em parceria com a Hootsuite, o uso global de telefones celulares está crescendo exponencialmente ultrapassando a marca de 5,19 bilhões de usuários (as) no ano de 2020, quanto ao número de usuários (as) da Internet nota-se um crescimento de 7% em comparação ao relatório de janeiro de 2019[1], com penetração de 298 milhões de novos(as) usuários(as) a rede que soma um total de 4,54 bilhões de internautas pelo mundo (WE ARE SOCIAL, 2020). Sem desconsiderar o tempo gasto na rede, o relatório indica uma redução de 3 minutos do tempo de navegação na rede em relação em 2019, obtendo atualmente um uso médio diário de 6 horas e 43 minutos on-line, tempo que ainda equivale a mais de 100 dias de conexão por usuário no ano (WE ARE SOCIAL, 2020).

Desenvolvimento e interconexão tecnológica que operam como agentes estruturantes do ciberespaço, ambiente on-line permeado e produzido por relações humanas que atua como campo de contato, trocas e construção de experiências e repertórios socioculturais. Lévy (1999) indica três princípios necessários para a criação do ciberespaço, sendo: a interconexão dos dispositivos como estratégia de ligação, não só técnica como também humana e de todas as dimensões que a fundamentam, logo "A interconexão tece um universal por contato" (LÉVY, 1999, p. 128). O segundo princípio diz sobre a formação de comunidades virtuais que é facilitada e provinda da interconexão organizada com base em interesses, objetivos e projetos comumente compartilhados entre os(as) integrantes. E o terceiro princípio apontado é a construção da inteligência coletiva sendo está definida como uma inteligência e conhecimento múltiplo e distributivamente produzido pelo esforço e participação ativa de diversos sistemas, com isso o autor coloca "O ciberespaço como suporte da inteligência coletiva é uma das principais condições de seu próprio desenvolvimento" (LÉVY, 1999, p. 27; CHAMPANGNATTE; CAVALCANTI, 2015).

Como declarado por Lévy (1999, p. 32), as tecnologias digitais aparecem como "[...] novo espaço de comunicação, de sociabilidade, de organização e de transação, mas também novo mercado de informação e do conhecimento". Análises e dados sobre a nova gestão de relações digitais que alude vagamente para a ocorrência de uma descentralização dos dispositivos de informação que acarretaria a dissipação do exercício hierárquico da dinâmica produzida entre saber e poder (CHAMPANGNATTE; CAVALCANTI, 2015).

> A partir do século XX, com a ampliação do mundo, a progressiva descoberta de sua diversidade, o crescimento cada vez mais rápido dos conhecimentos científicos e técnicos, o projeto de domínio do saber por um indivíduo ou por um pequeno grupo tornou-se cada vez mais ilusório. Hoje, tornou-se evidente, tangível para todos que o conhecimento passou definitivamente para o lado do intotalizável, do indominável (LÉVY, 1999, p. 161).

Contudo, contrapondo-se a esta análise, que ainda mesmo com tais transformações alude-se também para o poder dos discursos hegemônicos que emergem e permeiam esses mesmos ambientes em

determinado período. Foucault (1979, p. 224), referindo-se às mídias, embora não tenha produzido uma análise que se referisse aos dispositivos de comunicação on-line, defende as mídias como um instrumento de poder, assim "[...] as medias, uma materialidade que obedece aos mecanismos da economia e do poder de imprensa, edições, depois de cinema e televisão", assim as "medias seriam necessariamente comandados por interesses econômico-político".

Sendo passível de se afirmar que a tecnologia em suas diferentes formas e complexidade está intrincada na tessitura social no qual é produto e produzido por ela, como afirma Lévy (1999, p. 21), "[...] não somente as técnicas são imaginadas, fabricadas e reinterpretadas durante seu uso pelos homens, como também é o próprio uso intensivo de ferramentas que constitui a humanidade enquanto tal [...]".

Nessa perspectiva, o ambiente on-line além de promover e ser promotor das relações humanas também desempenha um papel, como declara Foucault (1979, p. 212) sobre a dinâmica e estruturação dos espaços "[...] o espaço se especifica e torna-se funcional", isto pois, sendo caracterizado pela presença e gerenciado por determinado poder e saber que utilizam de técnicas e medidas definidas para o controle, visando atingir ideais econômicos, políticos e sociais. Com isso, ressalta a necessidade de se "fazer uma 'história dos espaços' – que seria igualmente uma 'história dos poderes' – que estudasse desde as grandes estratégias da geopolítica até as pequenas táticas do habitat [...]" (FOUCAULT, 1979, p. 212; POZOBON, 2012).

Desenvolve-se dentro de uma estrutura que cria e é recriado pelas demarcações estruturais de determinado contexto histórico, carrega valores sociopolíticos e culturais próprios de dado contexto de modo que influi sobre os modos de apropriação e uso das tecnologias. Dessa forma, os dispositivos de comunicação podem atuar como ferramentas e o ciberespaço como palco de expressão, manutenção e extensão do domínio e opressão que permeia as relações entre homens e mulheres (MORAES, 2016).

Dessa forma, conforme os dados do principal registro disponível no Brasil, *Safernet* (DATASAFER, 2019), os pedidos de ajuda dos(as) internautas brasileiros(as) em 2019 foram motivados principalmente pela exposição de imagens íntimas com 467 atendimento e cyberbullying/ofensas com 343. Essas violações computadas se distribuem conforme o gênero da seguinte forma: na exposição de imagens íntimas ocorreram 255 de atendimentos a mulheres e 211 voltados para homens, e o cyberbullying foram 210 mulheres e 131 de homens.

O Grupo de Criminologias Contemporâneas, de Porto Alegre, realizou em 2018 o "Projeto Vazou[2]", que buscou coletar informações sobre o vazamento não consentido de imagens íntimas no Brasil, de acordo com o projeto dos(as) 141 participantes 84% eram mulheres e 16% homens, identificando a idade média de 24 anos dos(as) participantes, mas a exposição ocorreu aos 19 anos. Os homens (84%) foram apontados como os principais responsáveis pelo vazamento, ocorrendo pelas plataformas WhatsApp (70%) e Facebook (26%).

[...] os movimentos feministas têm se utilizado dos meios de comunicação on-line para a construção gradativa de conhecimento sobre as engrenagens e desnaturalização da opressão das mulheres gerando em múltiplas vias mais possibilidades de participação e decisão política [...]

Sem deixar de levar em consideração também as subnotificações das violações cibernéticas que são reforçadas, entre outros motivos, pela inexistência de fontes confiáveis de ajuda, a crença social de que as mulheres são as culpadas pelo ocorrido e que, portanto, devem assumir a responsabilidade pelo compartilhamento. Em outra proporção observa-se um silenciamento também dos homens em notificar a exposição não concedida de imagens íntimas, fenômeno que se explicaria pelo não reconhecimento de tal exposição como uma violência e pela diferente visão social construída sobre o corpo feminino e masculino. Acrescentado a isso atenta-se para as diversas e cotidianas violações e estereótipos de subordinação, objetificação e todas as características englobadas a concepção de feminilidade e que é atrelada a existência e corpo da mulher, e são constantemente perpetrados pelas mídias sociais.

> Os meios de comunicação impressos e eletrônicos da maioria dos países não oferecem uma imagem equilibrada dos diversos estilos de vida das mulheres e da contribuição dada por elas à sociedade num mundo em constante evolução. Além disso, os produtos violentos e degradantes ou pornográficos dos meios de difusão afetam negativamente a participação da mulher na sociedade. Os programas que insistem em apresentar a mulher nos seus papéis tradicionais podem ser igualmente restritivos (VIOTTI, 1995. p. 232).

Nessa medida, a Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial (VIOTTI, 1995) sobre a Mulher, realizada em 1995 em Pequim, China, com tema central "Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz", define os direitos das mulheres como direitos humanos e apresenta estratégias e ações para garantir que sejam respeitados. Dentre os direitos apresentados na declaração consta no tópico J - "A mulher e os meios de comunicação", o qual aponta a necessidade de desenvolver ações e estratégias políticas de inserção e promoção das mulheres em todos os processos de desenvolvimento do campo da Ciência e Tecnologia, desde o desenho até a apropriação dos dispositivos tecnológicos, para que assim possam participar de modo mais ativo e pleno de todas os processos implicados na dinâmica técnica, social e política. Indicando estratégia para isso a necessidade de:

> Aumentar o acesso das mulheres aos processos de expressão e de tomada de decisões na mídia e nas novas tecnologias de comunicações, aumentar também sua participação nessas áreas, bem como aumentar a possibilidade para elas de expressar-se pelos meios de comunicação e as novas tecnologias de comunicação (VIOTTI, 1995, p. 232).

E assinala que o uso e apropriação das TICs como importante ferramenta de união, formação e empoderamento da mulher favorecendo a maior participação nos processos de decisão sobre a sociedade, influindo em transformações sobre as perspectivas dos gêneros e seus papéis sociais. Assim, torna-se fundamental:

> Incentivar as redes de comunicação de mulheres, entre elas as redes eletrônicas e outras novas tecnologias aplicadas à comunicação e reconhecer seu valor como meio para a difusão de informação e o intercâmbio de ideias, inclusive em nível internacional, e apoiar os grupos de mulheres que atuam em todos os setores da mídia e dos sistemas de comunicação (VIOTTI, 1995, p. 232).

Nessa perspectiva, a rede digital projeta-se como canal de compartilhamento de múltiplas e divergentes perspectivas e discursos sociais, e com a ampliação do acesso às TICs e o desenvolvimento do ciberespaço, as redes on-line têm se tornado importantes ambiente de difusão de práticas, discursos, saberes socioculturais, ademais têm se configurado em importantes arenas de debates das questões que dizem respeito à vida na pólis (MORAES, 2016).

Como aponta Lévy (1999, p. 24), as tecnologias exercem papéis e permitem diversas formas de apropriação, "Encarna, por fim, o ideal de cientista, de artistas, de gerentes ou de ativistas da rede que desejam melhorar a colaboração entre as pessoas, que exploram e dão vida a diferentes formas de inteligência coletiva e distribuída". Podendo, conforme ressaltado pela Declaração de Pequim (1995), auxiliar no processo de democratização da participação, discussão e decisões que dizem respeito à vida individual, de grupos e da sociedade como um todo, assim "A convergência da Internet com a comunicação móvel descentraliza os fluxos informativos e intensifica intercâmbios entre pessoas, grupos e comunidades propiciando o desenrolar de novas diretrizes de análise e interpretação da realidade". (MORAES, 2016, p. 129).

De tal forma, a apropriação dessas ferramentas de comunicação on-line tem permitido ampliar e visibilizar para diferentes campos sociais as pautas de reivindicação do movimento feminista, colocando em discussão a existência das mulheres na sociedade. A introdução em diferentes espaços e mesclagens de saberes tem buscado promover o constante redesenho das rotas de entendimento e significação sociocultural no que se referem à existência humana e suas delimitações, conforme os aspectos biológicos, étnico-raciais e de classe social (MIGUEL; BOIX, 2013).

Em um processo de retroalimentação e extensão estabelecido entre a pólis, as técnicas e os discursos, no qual estrutura o ciberespaço como campo e ferramentas para uma nova formulação de atuação política (MIGUEL; BOIX, 2013; SERRA JUNIOR, ROCHA, 2013).

> Em sua vertiginosa expansão, a internet constitui mais uma arena de embates pela hegemonia cultural e política [...]. O aproveitamento da rede mundial de computadores para a difusão e a circulação social de conteúdos contra-hegemônicos – isto é, de contestação às formas de dominação impostas pelas classes e instituições dominantes constitui hoje pressuposto para ações conjugadas e complementares de defesa dos direitos da cidadania, da justiça social e da liberdade de expressão, em atualizações contínuas (MORAES, 2016, p. 167-168).

Apropriações que desenvolvem estratégias que possibilitem maiores alcance e aproximação da sociedade como um todo, busca pela visibilidade e tornar público as discriminações e diversas formas de subjugação da existência da mulher. Dessa forma, buscando entender as apropriações sociopolíticas e implica-

ções emergidas na relação das tecnologias de comunicação e os feminismos propôs-se o desenvolvimento desta pesquisa, na qual foram organizados dois grupos sendo o primeiro grupo formado por estudantes, e o segundo constituído por militantes feministas.

Método

No grupo é possível promover um espaço de exposição e articulação de pensamentos, crenças, conhecimentos, experiências e representações coletivas e pessoais sobre os fenômenos sociais, sendo uma abordagem indicada para o entendimento e exploração de como se operam esses aspectos psíquicos e comportamentais em determinado contexto sociocultural. Adota-se o discurso como importante instrumento na reprodução daquilo que é construído socialmente, dessa forma a comunicação opera como ferramenta de transferência de sentidos e significados sociais (HAMUI-SUTTON; VARELA-RUIZ, 2012).

Procedimentos

O recrutamento das(os) participante se deu por meio da publicação de convites nas páginas e grupos acadêmicos e coletivos feministas no *Facebook*. O critério de inclusão foi ter acima de 18 anos e fazer uso de algum dispositivo de comunicação e informação on-line. Para o segundo grupo, o critério incluiu ser militante de algum grupo ou coletivo feminista.

Nos grupos propôs-se como foco de discussão a relação do movimento feminista e as mídias, e posteriormente foi apresentado um questionário que apresentava perguntas sobre o uso e apropriação dos dispositivos midiáticos e as implicações na formação e agenciamento políticos. A pesquisa cumpre os requisitos éticos com sua aprovação pelo Conselho de Ética sob número do parecer 3.403.663, e apresentou previamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) a todos(as) os(as) participantes, a fim de disponibilizar mais informações e foi disponibilizado canais de comunicação em casos de dúvidas ou emergências.

Resultados e Discussão

Com base nos dados obtidos com os grupos focais, aponta-se que o uso das plataformas on-line propicia o contato e conhecimento de diferentes temáticas sociais, como é expresso:

> [...] tem acesso a uma grande quantidade de coisas, assim, que antes você não tinha esclarecimento, tantas fontes 'pra' você realmente saber o que acontece, se você quiser pesquisar sobre aquilo você vai e caça, você pode abrir uma página e ver três mil casos parecidos (A4, em grupo focal, 2019).

Desenvolvendo-se também como espaço compartilhamento que auxilia no reconhecimento e identificação com outras existências e realidades que coabitam o ciberespaço, como declara:

> Acho que a mídia intensifica né, eu acho que sim, modifica porque você começa a ver, a receber aquilo e ver que outras pessoas também pensam daquela forma, que as pessoas estão perdendo o medo e a vergonha. Acho que a mídia influencia muito nas mudanças de encorajamento, porque "Ah eu tenho isso e tenho vergonha de falar por um motivo" vem outra pessoa e fala, eu me vejo naquela fala, naquele post que a pessoa fez no Facebook ou não sei aonde. Aí eu compartilho e aquilo tudo vai empoderando mesmo, acho que ajudou muito (A2, em grupo focal, 2019).

Ampliando a perspectiva de possibilidades de exame da realidade, contribui na formação de vínculos, identificação e afirmação de um lugar, que consequentemente gera reconhecimento de si como parte e pertencente de direitos como qualquer outra pessoa na sociedade: "Então assim, você ver que já tem essa força e é legal ver que as pessoas estão conquistando espaço e tão conseguindo realmente se empoderar mesmo e falar esse é meu espaço e eu não vou abrir mão dele dane-se o que vão achar". (A4, em grupo focal, 2019).

Com isso, observa-se a exponencial formação de grupos, coletivos, blogs, sites feministas e tantas outras modalidades de articulação na e pela rede on-line expressando diferentes leituras da realidade das mulheres, seja com análises atreladas a classe social, aspectos étnicos-raciais, de orientação sexual, com ou sem vertentes religiosas, de cunho informativo, de apoio, para organização e mobilização política entre outras possibilida-

des, podendo citar, o *Vamos Juntas, 8M Brasil, Mulheres Unidas com o Brasil, Me Too Movement, Feminismo Negro, Guerrilla Girls, SubRosa* e tantos outros.

A apropriação das plataformas de relação, comunicação e informação on-line (Facebook, Instagram, Twitter, WhatsApp, YouTube etc.) por perspectivas feministas passam a utilizá-las como ferramentas para organização e divulgação de eventos, como bases informativas, de fortalecimento e como via de aproximação dos(as) as discussões que permeiam a esfera virtual-social (MERTINEZ, 2019).

> Mobilização e mídia hoje em dia 'tá' completamente ligado [...]. Assim exatamente o que acontece as pessoas começam a se encontrar, os coletivos começam a surgir e muitos coletivos, existem coletivos inclusive só virtuais, existem coletivos que não se encontram presencialmente. Essa rede que o feminismo tem ela é virtual e é muito forte (B1, em grupo focal, 2019).

Operam no propósito de difusão e criação de novas concepções sobre as mulheres, providenciando-se como cenário de potencialização das vozes de modo que transponha o silêncio inculcado na vivência feminina. Como aponta Moraes (2016, p. 130) as mídias "[...] amplificar as vozes das ruas e dos povos, fazer ecoar reivindicações por melhores condições de vida e justiça social", assim traz à tona problemáticas sociais que afetam todas as mulheres nos diversos contextos.

> Então, tem esse lado da mídia que é muito forte de mobilização e fortalecimento para criação de rede, isso é fator primordial do feminismo. A formação de rede entre mulheres é a prática do feminismo no Brasil. É essa formação de rede, aí é rede de apoio, rede de discussão política, é rede de mulheres pretas, rede de mulheres que quer creche e tem um monte de rede. [...] hoje em dia tem coletivos no plural em uma unidade, coletivos feministas [...]. (B1, em grupo focal, 2019).

Associado e utilizado por essas atuações políticas no ciberespaço, o uso recorrente das hashtags, que são termos ou palavras indexadas ao símbolo cerquilha (#) e se encontram ligadas à uma informação ou tópico de discussão, operam como ferramentas de divulgação das diversas violações cotidianamente sofridas pelas mulheres e como vias de mobilização política, tais como: #MeuPrimeiroAssédio, #MeuAmigoSecreto, #nãomereçoserestuprada, #meuprimeiroassédio, #chegadefiufiu, #nãoénão, #metoo, #NiUnaAMenos, #Mexeucomumamexeucomtodas, #TimesUp, #deixaelatrabalhar, #8M, #elenão e tantas outras.

Atos aparentemente simples gerados nas redes on-line, mas que têm demonstrado poderes impensáveis de aderência e transformação social no que diz respeito ao entendimento e reconhecimento de diversas situações de violência presentes nas experiências cotidianas e que são comumente naturalizadas, como relata uma participante:

> [...], mas até aquela hashtag que você colocou, meu amigo secreto, acho que foi uma mudança fundamental assim "pra" gente conseguir perceber, "pra" eu conseguir perceber essas opressões. E todo dia tem um acréscimo, tem um pontinho ali trazendo aqui um outro ponto, e eu acho que é um momento de autoconhecimento também (B3, em grupo focal, 2019).

Em outro momento é dito "70% das mulheres que foram (cita um coletivo feminista, o nome foi retirado para não identificação da participante) no início, todas tiveram insight a partir dessa hashtag meu amigo secreto, todas, de abusos e tal. Todas" (B1, em grupo focal, 2019).

Novas formas de interações sociopolíticas marcadas pela essencialidade de desterritorialização e sinergia do ciberespaço, assim movimentos sociais feministas nacionais e internacionais se atravessam e se constroem através dessas mediações tecnológicas. Nisso, os movimentos feministas têm se utilizado dos meios de comunicação on-line para a construção gradativa de conhecimento sobre as engrenagens e desnaturalização da opressão das mulheres gerando em múltiplas vias mais possibilidades de participação e decisão política, como é o caso da hashtag #elenão, utilizadas durante as eleições de 2018 no Brasil, como foi declarado: "Eu lembro muito da hashtag ele não, das últimas eleições, em que um dos critérios básicos para você não votar no Bolsonaro é essa agressão a mulher, aí passava ele falando que ele fraquejou quando veio a última filha" (A4, em grupo focal, 2019).

Nesse sentido, as tecnologias apresentam distintos modos de exposição de aspectos atrelados à vida e ao mundo das mulheres permitindo com que problemas, necessidades e reivindicações delas venham à luz, auxiliando a organização e construção de grupos conforme as afinidades de objetivos, vivências e interesses específicos de cada uma, buscando o ambiente on-line como espaço de afirmação, construção da sororidade e empoderamento das mulheres, ao mesmo tempo em que luta pela reconfiguração da estrutura que invalida, subordina e oprime as existências femininas (MORAES, 2016; MIGUEL; BOIX, 2013).

Perante o exposto, é inegável a compreensão que o acesso e a apropriação das tecnologias e do ciberespaço gerem a sensação de ampliação das possibilidades de participação social, devido ao amplo, fluído e descentralizado fluxo de informações consumidas e produzidas na rede digital. Configura-se como instrumento e ambiente de encontro, resistência e fortalecimento de diferentes segmentos sociais, contudo, em outra medida os instrumentos tecnológicos são controlados por grupos e conglomerados hegemônicos que tecem o desenvolvimento e organizam a rede digital conforme valores e princípios próprios.

> Os conglomerados midiáticos detêm a propriedade dos meios de produção, a infraestrutura tecnológica e as bases logística, o que lhes confere proeminência nos processos de produção material e imaterial. A concentração dos processos produtivos e dos esquemas globais e distribuição e comercialização em torno de um punhado de grupos empresariais tem por finalidade garantir o maior domínio possível sobre a cadeia de fabricação, processamento, comercialização e distribuição dos produtos e serviços, ampliando consideravelmente a lucratividade (MORAES, 2016, p. 111).

A técnica encontra-se fortemente construída sobre princípios econômicos de produção e lucratividade, sendo também marcada por concepções patriarcais e machistas, assim "Sua presença e uso em lugar e época determinados cristalizam relações de força sempre diferentes entre seres humanos" (LÉVY, 1999, p. 23). Mesmo com os avanços tecnológicos ainda permanece a relação de poder, que apresenta atualmente de forma mais explícita sua intrínseca articulação com a comunicação na manutenção e ressignificação das desigualdades produzidas e que permeiam todas as etapas do processo de desenvolvimento e apropriação das TICs e do espaço on-line pelos diferentes grupos sociais (NATANSOHN, 2013; MERTINEZ, 2019).

Isto pois, conforme o Relatório Digital 2020 da We are Social (2020), o número de desconectados mundialmente é de aproximadamente de 3,2 bilhões pessoas – que corresponde a pouco mais de 40% da população mundial, indicando o sul da Ásia e o continente Africano como os lugares onde se encontram as maiores taxas de desconectados(as) do mundo, sendo 31% e 27% respectivamente, mesmos lugares que também apresentam taxas mais baixas de propriedade de telefones celulares, de acordo com dados da International Telecommunication Union (UIT). (INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION, 2020).

Essa realidade se agrava quando em análise do uso e apropriação dos dispositivos tecnológicos entre e homens e mulheres, como indicam os dados da UIT, os quais apresentam crescimento da disparidade digital entre os gêneros nos países em desenvolvimento, tendo uma proporção global de 48% de mulheres e 58% de homens que acessam a Internet, lacuna digital que se intensifica quando somados a aspectos étnicos-raciais, de classe e renda. Disparidade digital de gênero que igualmente se expressa quanto a apropriação dos dispositivos de comunicação móvel, no qual dos 85 países que disponibilizaram informações apenas 24 deles possuíam uma proporção de mais mulheres do que homens em posse dos dispositivos móveis (INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION, 2019).

Dessa forma, na era da informação, a desigualdade digital que permeia questões de gênero, raça e classe encontra-se integralmente em todas as fases de desenho, produção, difusão e apropriação das tecnologias e são reflexos de uma continuada detenção dessas ferramentas por perspectivas falocêntricas e capitalistas que ressignificam e mantém hegemonias opressoras e excludentes. Isto, quando se compreende o fundamental desempenho dos meios de comunicação nas estruturas e processos de interpretação e significação da realidade coletiva e individual, dessa forma o acesso e apropriação desses recursos de comunicação está no nível de retenção de poder que incorre sobre maior capacidade de influência e domínio das esferas sociais (CHAZEL, 1995).

Como expõe Chazel (1995, p. 235), "Assim sendo, os recursos são ao mesmo tempo os instrumentos do exercício do poder e o meio que permite a reprodução das estruturas de dominação [...]", com isso os dispositivos de comunicação e o ciberespaço agem como meios de difusão e de afirmação de poder, e exercem-se mais efetivamente mediante sua desigualdade na distribuição, e que consequentemente atua como estratégia facilitadora no monopólio midiático e definição dos sistemas de visibilidade e acesso às informações.

> O sistema midiático demonstra capacidade de fixar sentidos e ideologias, selecionando os conteúdos que, a seu critério, devem ser vistos, lidos e ouvidos pelo conjunto do público. Por mais que haja escolhas, respostas e reações diferenciadas aos conteúdos recebidos pela audiência, sabemos que são os meios massivos que, na essência, definem os enfoques editoriais, quais os atores sociais que merecem ser incluídos ou marginalizados em seus noticiários e programações, e quais as agendas e pautas que devem ser destacadas ou ignoradas no que poderíamos chamar de gestão de gestão midiática da realidade (MORAES, 2016, p. 112).

Dessa forma, o debate atual sobre as mulheres e as TICs e as possibilidades permitidas de desenvolvimento e resistência na atualidade ainda é obscuro frente à íntima relação existente entre poder, saber e comunicação e a contínua relação com denominado *mundo dos homens*. Nisso, assinala os poderes hegemônicos opressivos e de dominação que permeiam e definem não só os modos de acesso e apropriação das tecnologias, mas que primeiramente incorre sobre a socialização diferenciada de meninos e meninas implicando posteriormente sobre a percepção e apropriação dada ao mundo e as técnicas (GANDHI, 2018; MIGUEL; BOIX, 2013).

Logo, garantir a presença ativa das mulheres nas diversas áreas referentes ao desenvolvimento tecnológico de modo que reconfigure a relação constituída entre mulheres, feminismos e TICs, assim ampliando os campos de participação da mulher e expandindo as possibilidades de criarem discursos sobre seus próprios corpos, sexualidades e existências. Com isso, entender os fatores de gênero, étnico raciais e de classe implicados no desenvolvimento e utilização das tecnologias operam como medida essencial para propor um real e integral, como na definição da participante sobre o feminismo "encontro da mulher na sociedade". (A1, em grupo focal, 2019).

Colocando para isso o acesso integral à informação como fator indispensável no processo de conscientização das engrenagens sociais de opressão, considera-se o assinalado por Haraway (2009, p. 36): "A libertação depende da construção da consciência da opressão, depende de sua imaginativa apreensão e, portanto, da consciência e da apreensão da possibilidade". Nisso, o acesso à informação perfila como valor e direito essencial na constituição humana e atualmente o acesso e apropriação aos meios de comunicação configuram como novo modo de aproximação das dinâmicas de decisão e como instrumento viabilizador de participação sociopolítica.

Considerações finais

A apropriação das TICs torna-se importante instrumento de divulgação dos pensamentos e reivindicações feministas possibilitando o entendimento e a atenção para o sistema de subjugação vividos pelas mulheres. Assim, a interconexão dos aparelhos digitais opera como infraestrutura para a criação de redes de relações fluidas, dinâmicas, diversas e informativa entre as mulheres no ciberespaço e estruturam-se como ambientes para debates e promotores de participação nas decisões sobre temáticas que dizem respeito à vida na pólis e, dessa forma, configura-se como ágoras virtuais que permitem reelaboração das apropriações do espaço social e de suas possibilidades de transformação.

Compreende-se, assim, que os dispositivos tecnológicos além de instrumentos técnicos, os quais possibilitam a interconexão digital entre diferentes pessoas, contextos, nichos e saberes, atuam como artefatos produzidos e produtores da dimensão sociocultural, consequentemente, forjar-se como campo de embate entre poderes hegemônicos e contra-hegemônicos. Nesse sentido, o uso e apropriação tecnológica proporcionam diferentes alcances conforme o ambiente geográfico no qual se inserem, os aspectos educacionais, econômicos, de gênero, raciais e de classe daqueles(as) que os utilizam. Com isso, atenta-se para as necessárias estratégias de promoção à participação integral das mulheres no processo de desenvolvimento do campo das Ciências e Tecnologias como medida de reestruturação social. Associado a isso, faz-se necessário também ampliar a pesquisa para vias que vão ao encontro com os feminismos não visibilizados, silenciados e com perspectivas deturpadas pelas mídias dentro dessa gestão monopolizada dos dispositivos de comunicação.

Referências

CHAMPANGNATTE, D. M. de O.; CAVALCANTI, M. A. de P. Cibercultura – perspectivas conceituais, abordagens alternativas de comunicação e movimentos sociais. *Revista de Estudos de Comunicação*, Curitiba, v. 16, n. 41, p. 312-326, set./dez. 2015. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/index.php/estudosdecomunicacao/article/view/22532. Acesso em: 22 fev. 2020.

CHAZEL, F. O poder. *In*: BOUDON, R. *Tratado de Sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

DATASAFER. *Indicadores Helpline*. 2019. Disponível em: https://helpline.org.br/indicadores/. Acesso em: 23 fev. 2020

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de janeiro: Graal, 1979.

GANDHI, A. *Sobre as correntes filosóficas dentro do Movimento Feminista*. 2. ed. [S. l.]: Nova Cultura, 2018.

HAMUI-SUTTON, A.; VARELA-RUIZ, M. La técnica de grupos focales. *Investigación em Educación Médica*, México, v. 2, n. 1, p. 55-60, set. 2012. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2007505713726838. Acesso em: 12 fev. 2020.

HARAWAY, D. Manifesto ciborgue Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. *In*: TADEU, T. *Antropologia do ciborgue:* as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION (UIT). *Measuring digital development Facts and figures 2019*. Disponível em: https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/facts/FactsFigures2019.pdf. Acesso em: 27 fev. 2020.

INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION (UIT). *Wide gender gap in mobile phone ownership often coupled with a wide gender gap in Internet use*. 2020. Disponível em: https://itu.foleon.com/itu/measuring-digital-development/gender-gap/. Acesso em: 27 fev. 2020.
LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.
MERTINEZ, F. Feminismos em movimento no ciberespaço. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 56, p. 1-34, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332019000200502. Acesso em: 23 fev. 2020.
MIGUEL, A.; BOIX, M. Os gêneros da rede: os ciberfeminismos. *In*: NATANSOHN, G. *Internet em código feminino*: teorias e práticas. Buenos Aires: La Crujía Ediciones, 2013.
MORAES, D. de. *Crítica da Mídia & hegemonia Cultural*. Rio de Janeiro: Mauad; Faperj, 2016.
NATANSOHN, G. *Internet em código feminino*: teorias e práticas. Buenos Aires: La Crujía Ediciones, 2013.
POZOBON, R. de O. O panóptico na era da mídia: reconfigurações do modelo de vigilância e controle. *Visualidades*, Goiás, v. 7, n. 9, p. 24-43, abr. 2012. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/VISUAL/article/view/18188. Acesso em: 25 fev. 2020.
SERRA JUNIOR, G. C.; ROCHA, L. M. L. A Internet e os novos processos de articulação dos movimentos sociais. *Revista Katálysis*, Florianópolis, vol. 16, v. 2, p. 205 – 213, julho de 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802013000200006&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2020.
VIOTTI, M. Declaração e a plataforma de ação da IV Conferência Mundial sobre a mulher: Pequim, 1995.
WE ARE SOCIAL. *Digital in 2020*. New York, 2020. Disponível em: https://wearesocial.com/digital-2020. Acesso em: 24 fev. 2020.

Notas

1 Disponível em: https://wearesocial.com/blog/2020/01/digital-2020-3-8-billion-people-use-social-media. Acesso em: 24 de fevereiro de 2020.
2 Disponível em: https://www.projetovazou.com/. Acesso em: 26 de fevereiro 2020.

Marilene de Oliveira
marileneo620@gmail.com
Graduada em Psicologia pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP)

Cristiane Moreira da Silva
cristiane.moreira@ucp.br
Doutora em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF)
Professora Adjunta do Mestrado em Psicologia da Universidade Católica de Petrópolis (UCP)

Pollyanna Santos da Silveira
pollyanna.silveira@ucp.br
Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
Professora Adjunta do Mestrado em Psicologia da Universidade Católica de Petrópolis (UCP)

UCP
Rua Benjamin Constant, 213 - Centro.
Petrópolis - Rio de Janeiro - Brasil
CEP: 25610-130

Agradecimentos
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa concedida. Grupo de Pesquisa Tecnologias e Cognição Social pela colaboração com as transcrições e discussões, por fomentar o debate acerca das mídias e psicologia.

Agência financiadora
Marilene de Oliveira foi contemplada com bolsa PIBIC/CNPq, edital n°001/2018, no projeto Psicologia e Mídia: Tecnologias de Comunicação na Construção dos Sujeitos na Cibercultura com vigência de agosto de 2018 a julho de 2019.

Contribuições das autoras
Marilene de Oliveira: desenvolvimento da pesquisa enquanto Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação vinculado ao grupo de pesquisa Tecnologias e Cognição Social, realização dos grupos focais, discussão dos resultados e redação do texto.
Cristiane Moreira da Silva: líder do grupo de pesquisa Tecnologias

e Cognição Social, orientou a pesquisa, participou da discussão dos resultados e redação do texto.
Pollyanna Santos da Silveira: professora orientadora do trabalho de conclusão de curso, orientou e participou da redação do projeto de pesquisa e submeteu ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Petrópolis.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
A pesquisa foi aprovada CAAE: 15647819.3.0000.5218 sob o parecer 3.403.663 pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Petrópolis em 20 de junho de 2009. Todos os participantes assinaram e receberam cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Consentimento para publicação
Consentimento das autoras.

Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

ESPAÇO TEMÁTICO: POLÍTICA, CIÊNCIA E MUNDO DAS REDES

As lutas feministas e sua articulação pelas mídias digitais: percepções críticas

Priscila Rodrigues de Castro[1]
https://orcid.org/0000-0002-3288-5419

[1] Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, UERJ, Brasil

As lutas feministas e sua articulação pelas mídias digitais: percepções críticas

Resumo: Este artigo é uma reflexão sobre as potencialidades do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) destacando as mídias digitais como instrumento das lutas feministas. Estas plataformas virtuais ampliam o alcance das discussões das pautas feministas, paradoxalmente permitem ataques de movimentos e manifestações contrárias. O que ressaltamos é a importância fundamental do uso destes instrumentos de comunicação para o processo de mobilização popular, estratégia indispensável para a luta política, em que pesem as diferentes formas de comunicação possibilitadas pela Internet, sua visibilidade e seu alcance. Os desdobramentos podem ser percebidos mediante as frequentes manifestações sociais brasileiras materializando as articulações estabelecidas por essas linguagens digitais.

Palavras-chave: Feminismo. Mídias Digitais. Lutas Sociais.

Feminist struggles and their articulations by digital media: critical perceptions

Abstract: This work looks upon the different possibilities of Information and Communication Technologies (ICT) highlighting the social media as tools for the feminist movement. Those virtual tools broad the horizon and reach of the feminist agenda but, also, allow attacks from the opposite direction. We emphasize the fundamental importance of these social tools as engaging instruments for the popular mobilization, they are imperative for the political fight, considering the massive visibility and reach the Internet has. The developments can be seen through the frequent Brazilian social manifestations materializing the articulations established by these digital languages.

Keywords: Feminism. Digital Media. Social Struggles.

Recebido em 20.11.2019. Aprovado em 03.03.2020. Revisado em 12.06.2020

© O(s) Autor(es). 2020 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Introdução

Entendemos urgente e necessário articular a temática das mídias sociais e o Serviço Social, visto que a ação profissional tem como principal instrumento de seu exercício a linguagem e, portanto, a comunicação. Além disso, é importante buscar compreender a relação estabelecida na contemporaneidade entre as ferramentas digitais e sua apropriação pelos sujeitos coletivos. Percebendo essa ampla possibilidade de análise e pensando na forma de articulação das lutas coletivas contemporâneas, propomos e temos como intenção apontar a articulação da temática, mídias digitais à forma da luta feminista na atualidade.

Destacando a particularidade brasileira, nosso objetivo é perceber como essa articulação pode indicar avanços, mas também apresentar desafios para a luta de mulheres. Avanços que se expressam por meio da ampliação das discussões propostas pela pauta feminista e a divulgação de suas ações. Quanto aos desafios, podemos indicar o estabelecimento de confrontos de grupos contrários e conservadores ao movimento feminista expresso em opiniões e ações preconceituosas, que resultam em reações patriarcais violentas contra seus corpos e vidas. Esse conservadorismo sobretudo, se materializa na política formal. Aludimos às ações do poder legislativo brasileiro e suas formulações em relação ao cerceamento dos direitos das mulheres; sexuais, reprodutivos e trabalhistas. A agenda política que reforça estigmas patriarcais como o Estatuto do Nascituro (BRASIL, 2007), o Estatuto da Família (BRASIL, 2013b) o veto ao Programa Escola sem Homofobia (BRASIL, 2004) são alguns exemplos.

Asseguramos a importância da análise conjuntural, onde o avanço do conservadorismo vem ganhando proporções que demandam articulações diversas da classe trabalhadora. E percebendo no movimento feminista um projeto emancipador das mulheres da classe trabalhadora, e que mesmo diante do avanço conservador tem se fortalecido. Buscamos problematizar as formas pelas quais esse ativismo tem se constituído mediado pelas novas ferramentas de comunicação associadas às novas tecnologias e potencializadas pelas mídias digitais e sociais. Concretizaremos a análise através de experiências atuais registradas em artigos e livros sobre a temática feminista.

Não queremos aqui desvincular o conceito de gênero da materialidade das relações sociais e da dimensão contraditória entre capital e trabalho. Entendemos que a condição de classe é o determinante para experienciar as opressões vivenciadas pelos sujeitos. Nesse sentido, não só a condição de gênero será lida por este trabalho de forma historicamente determinada e articulada, mas também os mecanismos utilizados em suas lutas. As formas de comunicação contemporâneas, pois ambas são determinadas nas e pelas relações sociais contraditórias da produção e reprodução social do modo capitalista de produzir.

A possibilidade de potencializar e dar ressonância as luta coletivas tem tornado as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) importantes ferramentas de lutas coletivas. O desafio na contemporaneidade, no entanto, é estabelecer o diálogo e não o confronto mediante sentimentos raivosos que se travestem em indignação contra as instituições tradicionais da democracia representativa. Encontrar formas e instrumentos que ampliem os processos de participação popular e que minimizem os impactos de uma sociedade que convive com os atrasos e as restrições a uma democracia participativa são os objetivos dos apontamentos que se seguem.

Nesse sentido, metodologicamente buscamos investigar as estratégias comunicativas digitais por meio de uma perspectiva dialética e materialista. Organizamos o presente artigo da seguinte forma: inicialmente apresentamos algumas considerações teóricas sobre o conceito de gênero e a configuração das lutas feministas. Num segundo momento realizamos considerações sobre algumas experiências de mobilizações feministas que lançaram mão das mídias digitais e, por fim, estabelecemos uma reflexão sobre as possibilidades e potencialidades da articulação entre TICs e o ativismo feminista como estratégia de articulação da luta política.

Lutas Feministas

É na década de 1960 que o movimento feminista se configura como potência no enfrentamento e na análise crítica e ativista das relações entre homens e mulheres, numa perspectiva centrada nas mulheres e nas relações de gênero. E é no quadro do desenvolvimento intelectual das feministas acadêmicas, em meados dos anos 1970, que o conceito de gênero ganha contornos para explicar as desigualdades em relação às diferenças biológicas de sexo entre homens e mulheres. Esse conceito, no entanto, é dotado de diversas perspectivas que ligadas ao contexto histórico representava riscos ao próprio movimento feminista, visto as influências da teoria pós-moderna. A crise dos paradigmas, como aponta Cisne (2015, p. 86), demarca os riscos das análises das relações sociais baseadas no surgimento do conceito de gênero "ao enfatizar as relações de poder em detrimento da busca das determinações da dominação/exploração".

Nesse sentido, Cisne (2014, p. 136) destaca a diferença entre os conceitos de gênero e relações sociais de sexo. O segundo advindo da escola feminista francesa tem seu significado atribuído à tradução da própria língua francesa, "o conceito de *rapports sociaux de sexe* é diretamente fundamentado no de relações sociais de classe", visto que *rapports* em sua tradição diz respeito a relações mais amplas ao contrário da palavra *relations* que significa relações mais pessoais. De acordo com a autora:

> Outra dimensão importante que merece destaque no conceito de rapports sociaux de sexe é que ele surge no início dos anos 1980, diretamente vinculado e em estreita conexão com os estudos sobre a divisão sexual do trabalho, categoria muito cara para os estudos feministas marxistas. Assim, podemos afirmar que a utilização do conceito de rapports sociaux de sexe, além de sublinhar a dimensão antagônica das classes, assegura o não esquecimento da centralidade do trabalho para os estudos feministas, como defende Kergoat (2008, 2010). Já com relação ao conceito de gênero, não podemos afirmar a mesma coisa, tendo em vista que, por vezes, sua utilização é destituída da noção de hierarquia entre os sexos e da de outras desigualdades estruturantes, como as de classe (CISNE, 2014, p. 137).

Para Saffioti (2015), a utilização da categoria gênero apresenta limites pela extensão de seus significados, ou seja, ela não explicitaria diretamente a relação de opressão do sexo feminino:

> Este conceito não se resume a uma categoria de análise, como muitas estudiosas pensam, não obstante apresentar muita utilidade enquanto tal. Gênero também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual. Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias: como aparelho semiótico (LAURETIS, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (SCOTT, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de característicos e potencialidades (FLAX, 1987); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem–mulher, mas também relações homem–homem e relações mulher– mulher (SAFFIOTI, 1992, 1997b; SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995) etc. Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino. O conceito de gênero não explicita, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres. Muitas vezes, a hierarquia é apenas presumida (SAFIOTTI, 2004, p. 44-45).

Pensando que uma análise crítica deve perpassar categorias como sexo, corpo, identidade, raça, nacionalidade e classe, esta reflexão pretende perceber a mulher nesta sociedade, portanto, é fundamental percebê-las em sua condição de subordinação e exploração na sociedade capitalista e que aponta para "a enorme necessidade de organização dessas mulheres para lutarem por uma nova ordem societária" (CISNE, 2015, p. 92).

O movimento feminista, portanto, deve abarcar em suas lutas e militância a mobilização política que contribua no sentido da construção da consciência da condição de vida de mulheres trabalhadoras, pois são elas as que mais sofrem neste modelo de sociedade com duplas jornadas de trabalho e em suas formas precarizadas, com as variadas formas de violência, entre outras. De outro modo:

> É certo que o gênero não possui apenas sexo, mas possuiu raça, etnia, orientação sexual, idade etc. Essas diferenças e especificidades devem ser percebidas. No entanto, dentro desta sociedade, não podem ser vistas isoladas de suas macrodeterminações, pois, por mais que o gênero una as mulheres, a homossexualidade una gays e lésbicas, a geração una as(os) ou jovens etc., a classe irá dividi-las(os) dentro da ordem do capital. Em outras palavras, a classe irá determinar como essas mais variadas expressões de opressões irão ser vivenciadas por esses sujeitos. Com certeza, de modo bastante diferenciado entre a classe trabalhadora e a dominante (CISNE, 2015, p. 95-96).

É necessário fazer a separação do *feminismo liberal* apresentado pela grande parte da mídia tradicional e que se perpetua nas novas formas de comunicação digital e o verdadeiro feminismo. De acordo com o *Manifesto: Feminismo para os 99%* (2019), o feminismo liberal é parte do problema, em que um pequeno número de mulheres privilegiadas conseguiria escalar a hierarquia corporativa, e propõe uma visão de igualdade baseada no mercado. Segundo o manifesto, "o feminismo liberal se recusa firmemente a tratar das restrições socioeconômicas que tornam a liberdade e o empoderamento impossíveis para uma ampla maioria de mulheres" (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 37).

A proposta desse feminismo liberal estabelece uma igualdade frente a homens e mulheres de mesma classe, somente ascendem hierarquicamente mulheres que já possuem certa vantagem social, cultural e econô-

mica. Esta perspectiva conforma com a estrutura crescente desigualdade e a perpetua, *o feminismo liberal terceiriza a opressão*. Sheryl Sandberg, diretora de operações do Facebook, representa exatamente esse feminismo corporativo a serviço do capitalismo:

> […] Sandberg e sua laia veem o feminismo como serviçal do capitalismo. Querem um mundo onde a tarefa de administrar a exploração no local de trabalho e a opressão no todo social seja compartilhada igualmente por homens e mulheres da classe dominante. Esta é uma visão notável da *dominação com oportunidades iguais*: aquela que pede que pessoas comuns, em nome do feminismo, sejam gratas por ser uma mulher, não um homem […]. (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 26).

O capitalismo se reproduz pela exploração do trabalho humano, sendo assim ele em sua estrutura produz e reproduz a opressão de gênero. De outra forma, essa opressão se configura na medida em que o capital necessita de força de trabalho, e a forma de *produzir* pessoas se liga ao papel da mulher, onde ela biologicamente cria a vida e mantém a capacidade vital dos membros familiares por meio de atividades do que chamamos *reprodução social*.

> Nas sociedades capitalistas, o papel de fundamental importância da reprodução social é encoberto e renegado. Longe de ser valorizada por si mesma, a reprodução de pessoas é tratada como mero meio para gerar lucro. Como o capital evita pagar por este trabalho, na medida do possível, ao mesmo tempo que trata o dinheiro como essência e finalidade supremas, ele relega quem realiza o trabalho de reprodução social a uma posição de subordinação – não apenas para os proprietários do capital, mas também para trabalhadores e trabalhadoras com maior remuneração, que podem descarregar suas responsabilidades em relação a esse trabalho sobre outras pessoas. Essas "outras pessoas" são, em grande medida, do sexo feminino. Pois, na sociedade capitalista, a organização da reprodução social se baseia no gênero: ela depende dos papeis de gênero e entrincheira-se na opressão de gênero. A reprodução social é, portanto, uma questão feminista. No entanto, é permeada, em todos os pontos, pelas diferenças de gênero, raça, sexualidade e nacionalidade. (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 52, 53).

A proposta do feminismo não se relaciona com a busca por oportunidades iguais, mas se relaciona à luta anticapitalista:

> Esse feminismo não se limita às "questões das mulheres" como tem sido tradicionalmente definido. Defendendo todas as pessoas que são exploradas, dominadas e oprimidas, ele tem como objetivo se tornar um fonte de esperança para a humanidade. É por isso que o chamamos feminismo para os 99% (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 26).

Uma análise dialética do movimento feminista na contemporaneidade deve articular os aspectos econômicos, políticos e sociais dessas lutas. É situando o movimento de mulheres e suas lutas no bojo das contradições entre capital e trabalho, das contradições entre as classes sociais e do jogo de forças daí resultantes, e que se expressa nas desigualdades sociais, é que perceberemos sua significativa importância para o processo de emancipação humana. Nesse sentido, apontamos como significativo a análise sobre a forma como as lutas de mulheres se articula na contemporaneidade. Principalmente sobre a forma expressiva que a mobilização de mulheres tem se desenvolvido através dos instrumentos de comunicação digital.

Mídias Digitais

Com o advento da tecnologia móvel é inegável que necessitamos de análises críticas sobre as formas tecnológicas utilizadas em nosso cotidiano, assim como análises sobre o emprego das novas tecnologias como ferramentas para reivindicações e articulações dos sujeitos em seus movimentos sociais. Atentando para seus limites e possibilidades em relação aos próprios sujeitos e em relação à sociedade. Entender sobre a dinâmica do uso da comunicação pela Internet é urgente visto os desdobramentos políticos e sociais desde o golpe institucional de 2016 e as estratégias de campanhas políticas que se estabeleceram por meio de mensagens e conteúdos digitais falsos.

Atualmente alguns instrumentos de comunicação, tais como sites, redes sociais, blogs, enfim, toda forma de comunicação que se estabeleça por conteúdo transitado pelo uso da Internet possibilita e amplia as formas de acesso a conteúdo e a trocas de informações. As chamadas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)

alteram a forma de comunicação pública, visto a capacidade de maior agilidade e maior amplitude de usuários conectados em rede. Estas novas formas de comunicação protagonizam o consumo de informações e desinformações que sustentam e mantém a lógica das hegemonias midiáticas tradicionais, mas, ao mesmo tempo, possibilitam espaço para que os sujeitos as utilizem como ferramentas que potencializem as lutas sociais.

Sem dúvida, a presença das lutas feministas por meio desses canais e instrumentos de informação asseguram uma maior e melhor visibilidade do movimento no mundo. No entanto, ressaltamos um duplo movimento presente na contradição mesma do uso destes meios, a ampliação do conservadorismo e negação/resistência ao movimento. A estratégia da utilização das mídias sociais pelos movimentos sociais, mesmo percebendo seus limites não diminui a importância da análise do fenômeno, visto seu potencial mobilizador e articulador.

É necessário perceber as potencialidades do uso das mídias sociais na contemporaneidade, onde as relações de comunicação se tornam mais dinâmicas, dadas suas características de interatividade e massividade. Elas amplificam experiências e abordagens, no entanto, devemos considerar todo o fenômeno por uma perspectiva de análise crítica:

> […] a abordagem da questão das "redes sociais" deve considerar os nexos existentes, a fim de percebê-la numa totalidade, decifrando as forças políticas em presença no debate sobre comunicação pública, principalmente no que tange à regulação da internet no Brasil e no mundo. Não há dúvidas, como aponta Bianco (2005), de que a revolução tecnológica tem alterado a experiência de mundo, assim como a Revolução Industrial modificou as relações técnicas de produção, modificando as relações sociais e de poder (FIGUEIREDO, 2013, p. 6).

A rede de computadores conhecida como Internet, e que possibilita estas formas de interação, está sobre o controle e regulação de países específicos e que possuem grande desenvolvimento tecnológico, como Estados Unidos[1] e União Europeia (RAMONET, 2005). É importante destacar que as informações veiculadas pela Internet são estratégicas, visto que seu controle perpassa por um número pequeno de grandes conglomerados que atendem a interesses comerciais e que conferem privilégios aos interesses do grande capital. Ter essa percepção é fundamental para pensar a democratização da comunicação digital como estratégia de luta da classe trabalhadora[2].

A revolução que a Internet proporciona no âmbito da comunicação reconfigurou, contudo, a percepção do espaço e as características geopolíticas desta sociedade. A teoria de Harvey (2017) nos auxilia a refletir sobre as novas experiências relacionadas ao tempo e ao espaço o que ele denomina de um novo ciclo de compressão do tempo-espaço na organização do capitalismo. As categorias de tempo e espaço para o autor são essenciais para entendermos as relações humanas nesse estágio do capitalismo, especialmente no que concerne aos efeitos da acumulação flexível que fragmenta e dispersa o processo produtivo, que descarta a mão de obra humana em favor da tecnologia e que suprime fronteiras espaciais e temporais, mudanças que denominou de *compressão espaço tempo*.

Pensar as formas de comunicação na Internet é pensar sua mediação pela linguagem, portanto, como cultura.

Entendemos que essa forma de comunicação reduz ainda mais as distâncias que já haviam sido reduzidas com a televisão e o telefone, e que elas criam ao mesmo tempo, possibilidades mesmo que virtuais de aproximação entre os sujeitos. E que só entendendo o espaço pela forma de sua produção material, podemos perceber tensões e contradições frente ao conceito de ciberespaço[3] " ambiente virtual que utiliza dos aparatos de comunicação para o estabelecimento de relações virtuais em contraposição ao de território.

Tendo o espaço como categoria de análise social, compreendemos o conceito de território como o *lócus* que abriga todos os homens e instituições, e se distingue quanto ao seu uso e interesse. O território se configura como uma categoria mediadora das conjunturas históricas e onde se afirma o homem lento, categoria político-filosófica criada pelo geógrafo Milton Santos (1994 apud RIBEIRO, 2005). Para este autor, o homem lento é aquele que desvenda os recursos indispensáveis à vida. Este conceito diz respeito ao homem comum, ao homem do cotidiano, porém, para Ribeiro (2005, p. 5) repousam nele "as potencialidades mediadoras do território" é a ele que se abrem as possibilidades de resistir a fragmentação identitária imposta globalmente por meio da "ação espontânea " organizada pela reiteração de valores " que, com frequência, sustenta lutas de apropriação do território".

Ressaltamos que as lutas sociais só podem ser compreendidas frente à densidade da vida social que se apresenta nos territórios concretos, local de produção e reprodução da vida. Ao contrário da observação da

crescente valorização do ciberespaço como lócus de uma nova política. Afirmamos, no entanto, que é na rua, nos territórios onde se desdobram as vivências dos sujeitos e suas possibilidades de ação políticas que encontramos o lócus legítimo de desenvolvimento das lutas sociais.

O que não torna menor a identificação e análise das formas de participação, organização, mobilização e conscientização estabelecidas pelas redes da Internet. Logo, para mobilizar para as lutas, os movimentos sociais fazem uso das redes sociais e das mídias digitais. O que ressaltamos nesta reflexão é a importância fundamental para o processo de mobilização popular, através do uso destes instrumentos de comunicação. Estratégia indispensável para a luta política, em que pesem as diferentes formas de comunicação possibilitadas pela Internet, assim como pelo seu alcance. Os desdobramentos do uso desses instrumentos podem ser facilmente percebidos mediante as frequentes manifestações contemporâneas na sociedade brasileira que materializam as articulações estabelecidas por essas linguagens digitais.

Primeiramente é necessário um aprofundamento sobre como é estabelecido o uso da Internet na nossa particularidade. O poder executivo brasileiro apresentou um projeto de lei à Câmara em 2011 e teve aprovação no ano de 2014 sob a Lei de nº 12.965/2014, o chamado Marco Civil da Internet, que regula o uso, estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para os usuários da rede, assim como estabelece diretrizes para as formas de atuação do Estado (BRASIL, 2014). O fundamento da Lei tem como determinante o respeito à liberdade de expressão, porém, trata também da neutralidade, privacidade, responsabilização civil a usuários e provedores e trata da função social da rede (BRASIL, 2014). Acreditamos que essa função social, estabelecida na legislação como a *transmissão de conhecimento*, se estabeleça mediante as diversas formas de linguagem comunicacional que a rede proporciona.

Como ferramenta de acesso ao conhecimento o debate em relação às redes e mídias sociais deve perpassar a discussão do próprio acesso à rede, a qualidade da linguagem existente e as reais possibilidades de acesso a elas. Pois na realidade este acesso pode cada vez mais se estabelecer pela capacidade financeira. As diferenças e desigualdades já existentes na fronteira virtual, a chamada desigualdade digital se aprofundaria mediante os recursos disponíveis dos sujeitos.

Pensar as formas de comunicação na Internet é pensar sua mediação pela linguagem, portanto, como cultura. A comunicação que se estabelece por meio do uso do computador redefine a linguagem, essa que surge como forma de interação entre o homem e seu meio, e como forma e estratégia de sobrevivência dos mesmos. Perceber essa forma de mediação do uso da Internet permite entender que este ambiente se configura como âmbito de confronto de interesse, de representação social, de manifestações simbólicas de reprodução de valores. Dialogam e expressam a configuração da conjuntura histórica, refletindo as relações de classe e dos grupos sociais.

A defesa da comunicação como direito e sua democratização perpassa a análise do movimento, do conteúdo e das linguagens estabelecidas pelo veículo Internet. Assim como as formas de uso pelos sujeitos que estabelecem experiências positivas que ultrapassem o ciberespaço e ganham as ruas e o espaço público concreto.

Ciberfeminismo

A reflexão que nos propomos diz respeito às formas de organização, articulação e mobilização das lutas feministas contemporâneas que de forma intensa fazem uso de linguagens digitais para denunciar, divulgar e ampliar sua plataforma de lutas e reivindicações das desigualdades estabelecidas pelo patriarcado. Perceber como a Internet é um veículo e instrumento essencial que estabelece a mediação para as lutas e ativismo que ganha impulso com as novas tecnologias e ganha potencialidade através das mídias sociais, possibilita visualizar como essas táticas de militância feministas foram potencializadas em escala global.

Antes de prosseguirmos cabe uma diferenciação em relação às plataformas de conteúdo digital: As redes sociais, entendidas como redes de indivíduos em ambiente ou plataformas on-line que facilitam a interação entre pessoas, são exemplos de redes sociais o Facebook, Twitter, LinkedIn, Instagram e YouTube; as mídias sociais on-line são as formas de propagação e difusão de conteúdos informativos de massa, conteúdo que geralmente é criado através das redes sociais ou divulgado por elas, têm objetivo de disseminar conteúdos e proporcionar interação com o que foi transmitido. São exemplos de mídias sociais, as redes sociais, os sites, blogs e Wikipédia. Elas se relacionam com a tecnologia através das plataformas on-line, banners e anúncios eletrônicos, dizem respeito também a conteúdos pagos e se relacionam com todas as formas e meio de comunicação digital. Assim:

> […] As redes sociais são simplesmente mais um forma de relações entre as pessoas, que, "na internet, [...] são as relações interpessoais mediadas pelo computador, e acontecem através da interação social em busca da comunicação." (FREITAS, 2010, p. -). Já as mídias sociais abrangem muito mais, e são típicas da Web 2.0,

> pois, segundo Kaplan e Haenlein (2010, p. -) as mídias sociais são "um grupo de aplicações para Internet, construídas com base nos fundamentos ideológicos e tecnológicos da Web 2.0, e que permitem a criação e troca de Conteúdo Gerado pelo Utilizador", ou seja, as redes sociais na Internet são automaticamente consideradas mídias sociais uma vez que proporcionam trocas de informações, ideias e interesses. Já o termo mídias digitais é muito mais abrangente e designa qualquer meio de comunicação que se utilize de tecnologia digital, ou seja, toda rede social é uma mídia social que, por sua vez, também é uma mídia digital. (SCHNEIDER; SILVA; VIEIRA, 2010, p. 3-4).

Com a popularização das redes sociais tornou-se comum seu uso nos processos de mobilização política e de lutas sociais. Segundo Costa (2018):

> O Twitter, por exemplo, foi criado explicitamente para a militância. Teve início com o programa TXTMob, criado nos Estados Unidos para, através do celular, organizar manifestações contra a convenção nacional do Partido Republicano de 2004. Seu desdobramento, o Twitter tal como o conhecemos, foi lançado dois anos mais tarde e manteve esse DNA ativista, tendo sido o principal instrumento das manifestações iranianas de 2009 e nas inglesas de 2011.

Outra forma de plataforma digital importante e que articula ações políticas representacionais é a Avaaz criada em 2007, que duplicou o número de membros no Brasil logo após junho 2013, funcionando por meio de recolhimento de assinaturas "para pressionar autoridades, de forma que, além do resultado imediato de trazer visibilidade a uma causa e levantar debate sobre ela, ainda mantém um foco nos efeitos da esfera política representativa" (COSTA, 2018, p. 44).

Retomando os objetivos deste texto de articular as lutas femininas aos instrumentos existentes na Internet que amplificam essa lutas, ressaltamos o que Costa (2018, p. 47) identifica no que diz respeito à linguagem que o feminismo explora através das redes on-line, para a autora o movimento encontrou "um modelo de comunicação efetivamente contagioso":

> Em primeiro lugar, está o investimento pesado nas perspectivas abertas para as muitas experimentações possíveis entre o pessoal e o público, como já mencionado. É um território complexo, no qual as interdições e violências vividas pelas mulheres são atualizadas. Na sequência, vem a exploração meticulosa da força mobilizadora dos relatos pessoais, um dos principais instrumentos políticos de feminismo em rede. É descoberta, aqui, uma chave importante. As experiências em primeira pessoa, tornadas públicas na rede, passam a afetar o outro (COSTA, 2018, p. 46-47).

As narrativas pessoais[4] são a chave para desvendar o alcance das campanhas promovidas por mulheres na contemporaneidade, retomando a ideia do *pessoal é político*[5]. Através do conceito de experiência em Thompson (1981, p. 112), entendemos que ele expressa a cultura e a vida cotidiana; é um termo que diz sobre "o ser social e a consciência social: é a experiência [...] que dá cor à cultura, aos valores e ao pensamento". Para esse autor as pessoas experimentam sua existência através das experiências "como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas". (THOMPSON, 1981, p. 189).

Trata-se, portanto, da *permanência material da cultura* (THOMPSON, 1981, p. 195) onde essas narrativas pessoais produzem laços concretos que elaboram uma expressiva percepção comum entre mulheres.

> […] A narrativa, sem se tornar impessoal, passa a integrar experiência do grupo, que assume coletivamente a voz individual: "Mexeu com uma, mexeu com todas". […] Está em jogo a percepção de um problema comum. Em vez de apagar a diferença entre as histórias de vida ali se apresentam, a repetição por todas serve como fator de sensibilização com essas diferenças, como fator de aproximação e criação de laços (BOGADO, 2018, p. 36-37).

Em sua diversidade, o movimento de mulheres constitui-se tendo as tecnologias da informação como importantes ferramentas de divulgação, de renovação e diálogo. Essas novas formas de diálogo e de estratégias de fala, no entanto, são significativas criando certa visibilidade e espaços para a ampliação de suas pautas, mas é necessário ressaltar as forças estruturais de poder que ainda encontram terreno sólido na realidade.

Acreditamos que o movimento de mulheres vem configurando um ativismo utilizando as redes da Internet de forma significativa. Várias iniciativas de grupos, coletivos e mulheres de forma individual inundaram as redes nessa quarta onda feminista. Essa forma ultrapassa a articulação virtual e ganha o espaço da rua, dos territórios, onde indicamos é lócus do acontecer político.

No ano de 2015 assistimos ao que ficou conhecido como a Primavera Feminista. Presenciamos em várias cidades brasileiras e ao redor o mundo, manifestações de mulheres referentes aos seus direitos, sobre a violência sofrida em seus corpos, dentre outras.

Em 2015, as mulheres protagonizaram com rapidez impressionante uma reação diante do retrocesso que significou a aprovação do Projeto de Lei (PL) 5069/2013 (BRASIL, 2013a), apresentado por Eduardo Cunha, cujo objetivo era dificultar o acesso de vítimas de estupro a cuidados médicos essenciais. Por todo o Brasil, eclodiram mobilizações semanais com fortes protestos que culminaram em um ato nacional pelo *Fora, Cunha!*, no dia 13 de novembro. Nas ruas, vozes femininas ressoavam palavras de ordem como: *O Cunha sai, a pílula fica*, *Meu útero não é da Suíça para ser da sua conta*. *As puta, as bi, as trava, as sapatão, tá tudo organizada pra fazer revolução* e *O Estado é laico, não pode ser machista, o corpo é nosso, não da bancada moralista* (BOGADO, 2018, p. 29).

Nos anos seguintes, destacamos o ano de 2016 a Marcha, *Nem Uma a Menos* contra a violência de gênero em diversas cidades da Argentina, Chile e Uruguai. E a Greve Internacional de Mulheres em 08 de março de 2017 que teve como inspiração a greve de mulheres realizada na Polônia. Ações como consequência da articulação em rede on-line de diversas militantes feministas.

> Embora só em 2015 a quarta onda feminista tenha alcançado maior amplitude, capaz de atingir diferentes setores da sociedade, desde o início da década de 2010 ela já vinha mostrando sua força em manifestações públicas. Um exemplo é a Marcha das Vadias, criada em 2011, em Toronto, no Canadá, que se tornou um marco desse processo. Quando, após uma série de estupros ocorridos na Universidade de York, um policial afirmou que as mulheres haviam sido agredidas por se vestirem como "vadias", uma onda de protestos correu o mundo. A marcha chegou ao Brasil no mesmo ano e já está em sua sétima edição, organizada por coletivos em pelo menos quarenta cidades do país (BOGADO, 2018, p. 33).

A marcha das Vadias pode ser uma importante fonte de análise do que se estabelece como significativo nesta reflexão, a relação das lutas feministas e as mídias digitais. A organização inicial foi estabelecida pela rede social Facebook, a convocação para o ato se estabeleceu pela criação de um evento neste meio virtual, o Slut Walk. Milhares de pessoas marcaram presença no evento virtual que se tornou concreto e tomou as ruas de Toronto no Canadá, e foi além, se configurando como uma manifestação anual em diversos países.

A sensibilização e mobilização por meio das mídias digitais contribui para a articulação das lutas feministas na medida em que cria uma identidade mínima entre mulheres. No entanto, destacamos seus limites frente à percepção da luta de classes. Destacando as particularidades como: os índices de feminicídio no Brasil e as próprias contradições estabelecidas pela Internet, onde o acesso ainda é desigual. E onde as ideias contrárias e a desinformação por meio de notícias falsas, as fake news, são uma constante.

Considerações finais

É notável a diversidade de manifestações que utilizam a organização por meio da Internet para impulsionar e divulgar protestos por todo o mundo. A ocupação das ruas ganhou novos contornos mediante o uso e propagação das mídias digitais, lembramos os eventos ocorridos no Brasil em junho de 2013 referentes ao preço da passagem de ônibus e que mobilizou e levou às ruas milhares de pessoas por todo o País.

A existência e força do uso das TICs não desconsidera a relevância, principalmente na sociedade brasileira do monopólio e hegemonia da grande mídia, da mídia de massa, sobretudo a televisão. Ela ainda determina o espaço que define a *opinião pública*. Em outros termos, falamos de processos de publicizar opiniões no debate público. Nesse sentido, a televisão não é um espaço permeado por debates que envolvam o interesse público, outras formas de mídia no Brasil dificultam ou até mesmo impossibilitam a expressão de opiniões diversas existentes na sociedade brasileira. Soma-se o fato de configurarmos no País uma cultura política que desqualifica as instituições políticas e seus atores, os políticos.

A participação só pode se dar de forma democrática por meio de acesso à informação e as possibilidades de democratização e publicização da mesma. Portanto, a importância em se atentar aos instrumentos que abrem novos canais de participação popular como as TICs. As mídias digitais ainda representam uma vantagem de difusão de conteúdos em relação às formas de comunicação tradicionais, tais como a televisão. Elas possibilitam uma articulação e veiculação de conteúdos e posicionamentos que impulsionam formas de resistência e lutas que extrapolam o ambiente virtual e ganham o âmbito público.

No entanto, para que essa participação se efetive, as formas de comunicação tanto das mídias já estabelecias quanto das TICs devem prever em seus objetivos a formação da opinião pública e a capaci-

dade de agregar a diversidade de opiniões no debate público. As possibilidades das plataformas digitais nesse sentido, se destacam, pois as vozes e opiniões ganham amplitude e escala cada vez maiores através de ferramentas como as mídias sociais, visto que elas não são mediadas pelas mídias tradicionais de comunicação. Nesse sentido, compreendemos que as tecnologias participam dos processos de construção da realidade social, intermediadas pelos sujeitos que nesse processo alteram a maneira de participação social, logo, de se fazer política.

É preciso reconhecer as potencialidades das mídias digitais, no entanto, é necessário perceber suas limitações. Esses mecanismos tecnológicos por si mesmos não são capazes de fazer as transformações sociais necessárias ou até mesmo de estabelecer a qualidade da democracia, o que se coloca importante é reconhecer seu papel histórico na articulação de movimentos sociais populares. Perceber e compreender as formas criativas e inovadoras de articulação desses movimentos auxilia a compreensão e estímulo à participação social organizada.

O cenário das lutas sociais na conjuntura Brasileira exige um esforço de análise crítica sobre suas formas e amplitude. A crise política e econômica nacional aprofunda as desigualdades, os ataques às conquistas e aos direitos trabalhistas e sociais conduzem a classe trabalhadora a retrocessos avassaladores. O governo que se estabeleceu de forma golpista em 2016 reafirma a cada dia o aprofundamento da crise e do avanço conservador no Estado Brasileiro. É urgente a articulação das lutas da classe trabalhadora com vistas à emancipação dos sujeitos.

Consideramos que as lutas de frentes diversas, para além daquela representada pelo capital versus trabalho, ganham contornos e fortalecimento mediante o uso das mídias digitais. Os problemas enfrentados por essa diversidade de lutas, feministas, negros, LGBTs, moradia não são pontuais. São decorrência de um modo de produzir e de desenvolvimento baseado na exploração do trabalho e na concentração da riqueza. Quando essas lutas encontram canais de expressão de suas opiniões que representam uma pauta bastante heterogênea e que, no entanto, são demandas concretas e objetivas, se faz urgente identificar as formas pelas quais se constroem e organizam essas lutas.

Percebendo o recrudescimento do conservadorismo que atinge potencialmente as mulheres, destacamos o empenho do movimento feminista na articulação de novas formas de linguagem comunicacional digital e na utilização das redes e mídias digitais como instrumento de reação à lógica de violência estruturante desse modelo de sociabilidade.

Mulheres sempre estiveram presentes na cena pública denunciando a violação de seus direitos. As ondas de reivindicações históricas que culminaram em avanços e direitos conquistados pela luta de mulheres é hoje fortemente percebido na sociedade. Vivemos um momento histórico de relevância e efervescência da militância feminina muito se tem produzido academicamente e as pautas políticas de mulheres têm permeado o debate contemporâneo da sociedade brasileira e mundial. O que indicamos neste texto é iniciar um debate necessário sobre a potencialidade catalisadora da utilização das TICs, mais especificamente das mídias digitais por mulheres, como ferramenta articuladora e organizadora de suas lutas e protestos.

Vivemos em uma sociedade extremamente marcada pelas relações fundadas sob o patriarcado. A resistência frente à luta de mulheres ainda se mostra efetiva. No entanto, elas resistem através da reelaboração das formas de suas lutas, principalmente como visto aqui, através do uso das redes sociais e digitais onde ultrapassam o momento de mobilização e articulação virtual e estabelecem uma conexão real com o território e com a presença de seus corpos no espaço público.

O que destacamos é a potencialidade do uso da Internet e suas plataformas como catalisadora, multiplicadora e articuladora de interesses das lutas feministas e de seus desdobramentos reais percebidos na luta deste sujeito político. No entanto, a análise de sua potencialidade não suprime seu paradoxo, as possibilidades de manifestações antifeministas. As experiências construídas por mulheres no âmbito digital são parte essencial para a compreensão de suas estratégias de resistência, expandindo e apontando caminhos e possibilidades de organização da luta política.

Referências

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. *Feminismo para os 99%: um manifesto.* São Paulo: Boitempo, 2019.

BOGADO, M. Rua. *In*: HOLLANDA, H. B. *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade.* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BRASIL. *Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014*. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 14 jun. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 5069/2013. Acrescenta o art. 127-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. 27 mar. 2013a. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565882. Acesso em: 14 jun. 2019

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 6583/2013*. Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências. 16 out. 2013b. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005. Acesso em: 14 jun. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei no, de 2007.* Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências. 2007. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=443584&filename=PL+478/2007. Acesso em: 14 jun. 2019.

BRASIL. Programa Brasil Sem Homofobia. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2004.

CISNE, M. *Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social.* São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CISNE, M. Relações sociais de sexo, "raça"/etnia e classe: uma análise feminista-materialista. *Temporalis*, Brasília, DF, ano 14, n. 28, p. 133-149, jul./dez. 2014. Disponível em: http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7886. Acesso em: 20 jun. 2019.

COELHO, M. P. Vozes que ecoam: Feminismo e Mídias Sociais. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, Minas Gerais, v. 11, n. 1, p. 214-224, jan. 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-89082016000100017&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 jun. 2019.

COSTA, C. Rede. *In:* HOLLANDA, H. B. *Explosão feminista:* arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FIGUEIREDO, K. A. Serviço Social, linguagem e comunicação pública: desafios na contemporaneidade. *In:* RODA DE CONVERSA SERVIÇO SOCIAL E COMUNICAÇÃO, REDES SOCIAIS, LINGUAGEM E POLÍTICA, 2013, Minas Gerais. *Anais [...].* Minas Gerais: CRESS, 2013. p. 01-10.

GONTIJO, C. R. *et al*. Ciberespaço: Que território é esse? *Educação e Tecnologia,* Curitiba, v. 12, n. 3, 2007. Disponível em: http://ticsproeja.pbworks.com/f/Ciberespaco.pdf. Acesso em: 14 jun. 2019.

HANISCH, C. The personal is political. *In*: FIRESTONE, S.; KOEDT, A. (org.). Notes from the Second Year: Womens's liberation. Disponível em: http://www.carolhanisch.org/CHwritings/PIP.html. Acesso em: 10 fev. 2020.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna.* São Paulo: Edições Loyola, 2017.

RAMONET, I. Quem controla a Internet? *Carta Maior*, [S.l.], 09 out. 2005. Disponível em: https://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Quem-controla-a-Internet-/20001. Acesso em: 14 jun. 2019.

RIBEIRO, A. C. T. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. *In*: SILVA, C. A. et al. *Formas em crise: utopias necessárias*. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2005.

SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado, violência.* São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SCHNEIDER, H.; SILVA, A; VIEIRA, E. O uso das redes sociais como método alternativo de ensino para jovens: análise de três projetos envolvendo comunidades virtuais. *In:* Colóquio Internacional "Educação e contemporaneidade", 4., 2010, São Cristóvão. *Anais eletrônicos* [...]. São Cristóvão: EDUCON, 2010. Disponível em: http://educonse.com.br/2010/. Acesso em: 31 out. 2018.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.* Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Notas

1 "Atualmente, a Internet está controlada pela empresa da Califórnia ICANN (Internet Corporation for Assigned Names and Numbers), a qual administra a Rede e atribui, por exemplo, os nomes de domínio (o .es da Espanha). Desde novembro de 1998 essa empresa está sob a tutela do Departamento de Comércio norte-americano, segundo consta em um acordo assinado entre o ICANN e o Governo dos Estados Unidos [...]". (RAMONET, 2005).

2 "Quanto ao acesso de mulheres à rede, segundo Ferreira (2015), dados do IBGE de 2013 mostraram que a proporção de internautas mulheres, no país, passou de 49,2%, em 2012, para 50,1%, em 2013. Ainda de acordo com a pesquisa de Ferreira, as mulheres representam 51,9% do total de internautas e, quanto maior a idade, maior são as diferenças de acesso a favor das mulheres". (COELHO, 2016, p. 220).

3 "O termo ciberespaço foi criado pelo escritor de ficção científica William Gibson, sendo projetado em seu livro Neuromancer, de 19845. Nesse, o autor trata de um real que se constitui por meio do engendramento de um conjunto de tecnologias, enraizadas de tal forma na vida em sociedade que lhe modifica as estruturas e princípios, transformando o próprio homem, que de sujeito histórico torna-se objeto de uma realidade virtual que os conduz e determina" (GONTIJO *et al*., 2007, p. 3).

4 Campanhas promovidas através de hashtags, ferramenta muito utilizada pelo movimento feminista de distribuição de conteúdo se ligam as formas de narrativas pessoais, tais como: #PrimeiroAssédio, #AgoraÉQueSãoElas, #MeuAmigoSecreto, #NãoMereçoSerEstuprada, #PeloFimDaCulturaDoEstupro, #NãoÉNão. Segundo Lara et al. (2016 apud COELHO, 2016, p. 221), o resultado "quantitativo, das campanhas e hashtags foi o aumento em 40% do número de denúncias no disk 180, Canal de Atendimento à Mulher da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

5 Expressão advinda do texto clássico da feminista da segunda onda, anos 70, Carol Hanish, que questiona o argumento de que o feminismo não seria político por tratar temas como o corpo e a sexualidade. (HANISCH, 1970).

Priscila Rodrigues de Castro
priscilardcastro@gmail.com
Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Assistente Social da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN)

UERJ
Rua São Francisco Xavier, 524 Bloco C - 9º andar – Maracanã
Rio de Janeiro – RJ – Brasil
CEP: 20550-900

Agradecimentos
Para as mulheres que se articulam em diversas frentes e abrem novos caminhos para as lutas feministas.

Agência financiadora
Não se aplica.

Contribuições das autoras
Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica.

Consentimento para publicação
Consentimento da autora.

Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

 DOI: http://dx.doi.org/10.1ll590/1982-02592020v23n3p470

ESPAÇO TEMÁTICO: POLÍTICA, CIÊNCIA E MUNDO DAS REDES

Redes sociais e ativismo materno: desafios entre estudantes de uma universidade pública

Maria Clara Ramos da Fonseca Silva[1]
https://orcid.org/0000-0002-4864-1224

Cristiano Guedes[2]
https://orcid.org/0000-0001-690826-04

[1] Universidade de Brasília, Faculdade de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Brasília, DF, Brasil
[2] Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Brasília, DF, Brasil

Redes sociais e ativismo materno: desafios entre estudantes de uma universidade pública
Resumo: As conquistas femininas das últimas décadas suscitam novas estratégias tanto para a manutenção dos direitos já garantidos quanto para a solução das demandas que se apresentam, a fim de promover a superação dos sistemas de dominação e exploração que acometem as mulheres e que são reproduzidos nos mais diversos espaços, como é o caso das instituições públicas de ensino superior. Tomando as construções sociais em torno do que se conhece como feminino e a centralidade da maternidade nesse contexto, este artigo analisa as condições de permanência de estudantes que são mães em uma universidade pública federal, por meio da realização de questionários virtuais e registros em diários de campo resultantes da participação em grupo virtual do aplicativo WhatsApp. Os resultados apontam para o protagonismo das estudantes nos processos reivindicatórios perante a desresponsabilização do poder público e o papel das redes sociais em sua organização política, por meio do chamado ciberativismo.
Palavras-chave: Maternidade. Universidade. Redes Sociais. Ciberativismo.

Social networks and maternal activism: challenges faced by students from a public university
Abstract: The female conquests over the last decades raise new strategies both to maintain guaranteed rights and to respond to upcoming demands in order to overcome the systems of domination and exploitation that affect women in the most diverse spaces, including public universities. Taking into consideration the social constructions around what is known as feminine and the centrality of motherhood in this context, this paper analyzes the conditions for the permanence of student mothers at a federal public university. Virtual questionnaires and records in field diaries resulting from the participation both in a WhatsApp group and a face-to-face group were used as research instruments. The results point to the students' protagonism in disputing the withdrawal of state responsibility, as well as the role of social networks in their political organization, through the so-called cyberactivism.
Keywords: Maternity. University. Social networks. Cyberactivism.

Recebido em 28.02.2020. Aprovado em 27.03.2020. Revisado em 10.06.2020.

© O(s) Autor(es). 2020 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Introdução

As redes sociais são cada vez mais utilizadas no mundo globalizado como meio para a reivindicação de direitos sociais e a participação política. No Brasil, a ascensão das redes sociais tem tido destaque e interferido no cenário político, como evidenciaram os movimentos de rua ocorridos em 2013, o processo de impeachment em 2016 e a ascensão ao poder, em 2018, de um governo brasileiro de extrema direita, ultraneoliberal, conservador e hábil no uso de redes sociais para a difusão de ideias contrárias à preservação de direitos universais. Analistas políticos do mundo contemporâneo concordam sobre o papel decisivo das redes sociais do mundo virtual em processos eleitorais e no exercício da política. O mundo virtual com suas redes sociais torna-se, portanto, um objeto de estudo a ser explorado criticamente nos processos de trabalho de assistentes sociais, sobretudo na disputa de narrativas sobre democracia, justiça social e acesso a direitos sociais.

Na literatura científica, é possível evidenciar algumas das repercussões do uso de redes sociais na sociedade brasileira. Os processos eleitorais podem ser apontados como foco privilegiado de análise sobre o poder das redes sociais e suas repercussões na democracia. Entretanto, estudos sobre redes sociais revelam também que esses meios virtuais têm tido relevo na organização, no planejamento e na divulgação de ações de movimentos sociais com suas pautas reivindicatórias. Entre os movimentos sociais que se utilizam das redes virtuais como espaços privilegiados para o ativismo está o *ciberfeminismo*, que, segundo Fabiana Martinez (2019, p. 7), consiste em "um movimento estético e político orientado pela popularização das tecnologias digitais que renovou o debate feminista, questionando as desigualdades de gênero através das relações das mulheres com a ciência, a tecnologia e a cultura eletrônica". O acesso ao mundo virtual com suas tecnologias foi marcado, sobretudo com o surgimento da Internet ao final dos anos 1990, pelo predomínio de homens, seja como usuários, seja como profissionais da informática (NATANSOHN, 2013). Por outro lado, a participação de mulheres e grupos historicamente discriminados no mundo virtual é crescente desde os anos 2000, com a popularização do acesso aos meios tecnológicos e o consequente uso desses meios para a reivindicação de direitos (CARVALHO, 2017; MARTINEZ, 2019; SENA; TESSER, 2017).

Este artigo analisa as condições de permanência no ensino superior de estudantes de graduação de uma universidade pública federal que são mães e cuidadoras de suas crianças. A pesquisa foi desenvolvida em redes sociais criadas por mulheres que desempenham o papel da maternidade paralelamente ao ofício de estudantes. Os dados foram coletados por meio de questionários eletrônicos e também pelo uso de registros em diários de campo resultantes da participação tanto em grupo virtual do aplicativo WhatsApp como em grupos presenciais de discussão criados por essas mulheres para o compartilhamento de suas experiências. A identidade das mulheres participantes foi mantida em sigilo. Foi aplicado um total de 38 questionários, e o projeto de pesquisa não foi submetido para a análise de um comitê de ética, visto se tratar de uma pesquisa de opinião pública com participantes não identificadas, em conformidade com a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (2016).

Maternidade: suposto dever sagrado

A divisão racial e sexual do trabalho, que veio a predeterminar funções aos homens e às mulheres, é um conceito histórico e perpassado por construções sociais que demarcaram diferenças estruturais para além das causalidades biológicas (KERGOAT, 2009). Essa divisão engendrou-se na dinâmica de diversas sociedades de tal forma que tais funções e papéis, fortemente baseados nas desigualdades de gênero, assumiram centralidade no desenvolvimento da dominação capitalista, patriarcal e sexista. Entende-se, ainda, ser imprescindível compreender este processo associado às categorias de raça e classe que, segundo Heleieth Saffioti (1987), constituem sistemas de dominação-exploração que não podem ser apreendidos isoladamente. Gênero, raça e classe, portanto, constituem determinantes estruturais fundamentais à manutenção das relações de poder, dominação e exploração estabelecidas ao longo da história (HIRATA, 2014).

Pode-se dizer, com isto, que a maternidade acomete as mulheres de diferentes formas, apesar dos padrões construídos histórica e socialmente (SCAVONE, 2001). Pautada por modelos que se transformam a partir das especificidades locais e temporais, mas alcançam as mulheres em diferentes momentos históricos (BADINTER, 2011), ela tem papel de destaque principalmente por atribuir à mulher a responsabilidade primeira pelas práticas de cuidado com os filhos e as filhas, a família e a casa, ou seja, as atividades domésticas (GUEDES, 2016).

A despeito disso, e para além da padronização a respeito dos comportamentos relacionados ao *modus operandi* de ser mulher e mãe, houve significativas transformações sociais e conquistas alcançadas pelos movimentos feministas e de mulheres por espaços na vida pública, como as universidades e o mercado de

trabalho formal. Esses processos foram marcados – e continuam a ser – por profundas contradições, expressas, sobretudo, nas exigências feitas pelo conjunto da sociedade às mulheres: espera-se que estas sejam mães ao mesmo tempo em que são conquistadas e/ou lhes são concedidas novas oportunidades. As mulheres passam a ocupar diversos lugares, alguns de suma importância para a economia e o controle do Estado, mas não são pensadas nem oferecidas as condições necessárias para que possam vivenciar a maternidade e as aspirações profissionais, pessoais e de lazer sem, contudo, abrir mão destas últimas.

Por outro lado, ao revés, agarrada às concepções tradicionais sobre a função materna – naturalizada e socialmente construída na sociedade brasileira, que é patriarcal e majoritariamente sexista –, a sociedade, a partir das transformações econômicas e políticas em curso, está a colocar as mulheres de volta ao mundo particular. Ou seja, a partir do discurso naturalista, oportunamente apreendido sob uma ótica conservadora (BADINTER, 2011), mesmo as mulheres que já alcançaram algum nível de igualdade de oportunidades em relação aos homens estão, mais uma vez, relegadas ao universo doméstico, agora sob a roupagem associada ao instinto materno. Isto é, espera-se que a mulher seja mãe e o seja exclusivamente, uma vez que seu lugar é reservado, social, política e economicamente, à esfera doméstica e privada.

Desta feita, a *conciliação* entre a vida acadêmica e profissional e as exigências próprias da maternidade – estas compreendidas, sob a ótica do senso comum, como consequências das escolhas pessoais das mulheres, sejam elas tomadas com liberdade ou não – tem relação direta com o contexto social, econômico, político e cultural, em âmbito individual e coletivo. É nesse compasso que a criação de condições para tornar possível a vivência, em concomitância, da maternidade e da vida acadêmica tende a recair sobre o discurso da individualização e culpabilização, dada a noção equivocada de que esta seria a principal responsável pelo *sucesso* ou *fracasso* materno e profissional. Outrossim, é comum que as mulheres se questionem sobre as reais possibilidades de *conciliar* as aspirações pessoais e os deveres de mãe. Contudo, se para algumas existem tais questionamentos, para outras, não há alternativas. Sobre isto, Gama (2012) aponta que o trabalho e o Estado não se apresentam da mesma forma nem tampouco impactam igualmente a organização da reprodução social para o conjunto dos grupos socioeconômicos, em especial as mulheres.

Desta feita, a *conciliação* entre a vida acadêmica e profissional e as exigências próprias da maternidade – estas compreendidas, sob a ótica do senso comum, como consequências das escolhas pessoais das mulheres, sejam elas tomadas com liberdade ou não – tem relação direta com o contexto social, econômico, político e cultural, em âmbito individual e coletivo.

Isso significa que o ideal socialmente construído – que, vale destacar, é mutável ao longo da história, a depender de aspectos territoriais, culturais, políticos, econômicos e sociais – em torno da *boa* mãe, trazendo a mulher de volta ao lar, é "inacessível a inúmeras mulheres", mas "pelo menos se impôs, nas mentes e nas práticas" (BADINTER, 2011, p. 134). Isto é, sendo um dos pilares do desenvolvimento do modo de produção capitalista, a conquista, em parte, de espaços e postos na esfera pública por mulheres não as desonera de toda a carga e obrigação imposta com relação ao trabalho de cuidados na esfera doméstica – este, por sua vez, não remunerado, desvalorizado e invisível (DANIEL, 2011).

Em vista de um processo de industrialização e urbanização que ganha força em meados do século XX (CISNE; SANTOS, 2018) e a partir das lutas engendradas pelas próprias mulheres em conjunto com a sociedade, o governo reconheceu a necessidade de acesso à educação pela população feminina. Esta educação, todavia, não visava a um alcance amplo das mulheres, mas somente daquelas de classes mais altas, em sua maioria, brancas. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2016 revela que as mulheres possuem níveis de instrução superiores aos dos homens: 21,5% delas possuem ensino superior contra 15,6% deles. Há, todavia, uma latente desigualdade entre as próprias mulheres, dado que 23,5% das brancas têm ensino superior completo contra somente 10,4% das pretas e pardas, número inferior ao percentual de homens brancos (20,7%) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018).

A partir do exposto, em vias de um processo de acirramento do neoliberalismo e com o avanço do conservadorismo no Brasil, infere-se que as políticas públicas e sociais, especialmente aquelas diretamente relacionadas a grupos populacionais historicamente discriminados, como mulheres, negros, negras e povos e

comunidades tradicionais, sofrerão constantes tentativas de sucateamento e desmontes a partir da redução de recursos destinados especialmente à área social, além da transferência – já em curso – da primazia da responsabilidade estatal para a sociedade civil. Nesse sentido, a responsabilidade do Estado perante as demandas relacionadas à maternidade e à infância tem sido ameaçada (YANNOULAS, 2003).

Esse cenário é agravado quando se trata de estudantes que são mães, trabalhadoras e cuidadoras – aqui, a categoria cuidadora se aplica às estudantes que são mães devido à associação entre cuidado e feminilidade na sociedade brasileira. O acesso à universidade, embora também configure uma importante conquista feminina ao longo de uma história de privações, negligências e subordinação, é fruto de uma relação contraditória entre possibilidades e limites do *ser mulher* no espaço acadêmico. Isto porque, nas palavras de Marilena Chauí (2003, p. 5), "a universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo". Portanto, as relações desiguais de gênero, classe, raça e etnia continuam a caracterizar e condicionar a presença da mulher no ensino superior (ASSUMPÇÃO, 2014).

Isso significa que a maternidade é marcada por contradições e desigualdades, uma vez que o acesso à universidade por homens que possuem filhos ou filhas é privilegiado, se comparado à situação de estudantes universitárias que são mães (SAMPAIO, 2011). Isso se deve, sobretudo, aos estratégicos construtos sociais baseados em distinções arcaicas sobre o que corresponde aos universos masculino e feminino, a fim de garantir a manutenção do sistema econômico e político vigente. Imprime-se, assim, à presença feminina no espaço acadêmico forte influência das obrigações domésticas associadas às mulheres, o que justifica, parcialmente, o elevado índice de mulheres em determinados cursos (CEGATTI; PRÁ, 2016).

A pesquisa relatada neste artigo foi feita por meio de redes sociais virtuais e teve como objetivo analisar de que forma a maternidade repercute na vivência acadêmica de graduandas que são mães, bem como evidenciar se as relações desiguais de gênero influenciam a realização da graduação por essas estudantes. Os resultados mostram a situação de desigualdade vivenciada por mulheres mães na graduação e o potencial da Internet para dar visibilidade às suas frágeis condições de permanência na universidade e suas pautas reivindicatórias. A articulação entre maternidade e vida acadêmica ainda é um desafio para as participantes da pesquisa, principalmente por conta da sobrecarga de trabalho no exercício da maternidade e das discriminações e desigualdades. Os dados deste estudo provocam a reflexão sobre as possibilidades do impacto das redes sociais virtuais na organização de estudantes mães e os desafios epistemológicos de pesquisas acadêmicas em e sobre redes sociais, um espaço tanto de obtenção de dados como de participação política.

As estudantes mães participantes da pesquisa e da rede social de apoio

Esta pesquisa trouxe como primeira contribuição mostrar o perfil das estudantes de graduação com filhos, uma informação pouco considerada ou mesmo ignorada nos registros oficiais da universidade, embora fundamental para o entendimento das condições de permanência e êxito acadêmico desse grupo de mulheres no ensino superior. São mulheres entre 19 e 33 anos, a maioria pertencente à faixa etária de 21 a 25 anos, graduandas de dezesseis cursos em diferentes áreas. Majoritariamente, são mulheres brancas (40,7%), tendo 37% se declarado negras e 18,5% pardas, com base na categorização atual feita pelo IBGE (2018). Entre as participantes, o índice de desemprego é elevado, e a maior parte daquelas que declararam estar empregadas não têm carteira assinada. Outro desafio enfrentado por essas mulheres é o acesso ao *campus* universitário central, visto que residem em regiões periféricas e distantes, o que pode contribuir para ausência ou atrasos nas aulas em razão dos compromissos do cuidado de suas crianças.

Os vínculos afetivos das mulheres é outro aspecto relevante para entender seus contextos relacionais. Quase metade delas estão namorando (44,4%), enquanto 37% são casadas e 14,8% estão solteiras. Há, também, aquelas consideradas chefes de famílias monoparentais. No Brasil, de acordo com a PNAD/IBGE (2018), as famílias monoparentais chefiadas por mulheres cresceram de 9 milhões em 2001 para 11,6 milhões em 2015. Aline Santos afirma que, desde as décadas de 1980 e 1990, o Brasil tem passado por profundas mudanças econômicas e sociais que refletiram nas estruturas familiares até então hegemônicas. Nas palavras da autora, isto se deve principalmente "à redução dos níveis de fecundidade da população, às lutas sociais pela igualdade entre homens e mulheres, ao incremento da força de trabalho feminina e ao surgimento de novos formatos de família" (SANTOS, 2008, p. 2).

O percentual de mulheres mães nas universidades brasileiras demanda ações do Estado. As políticas públicas na Educação necessitam adotar novas práticas sociais de cuidado no ensino para não corroborar e reproduzir práticas discriminatórias. O desafio está em romper com fatores que favoreçam a evasão de mulheres do ensino superior e dificuldades futuras de inserção no mercado de trabalho. No caso das estudantes mães participantes da rede social neste estudo, observou-se que essas mulheres, apesar de possuírem companheiros,

tendem a assumir solitariamente o cuidado de suas crianças e demais trabalhos domésticos, sendo este um obstáculo ao êxito acadêmico no contexto de uma universidade pública ainda alheia às necessidades do ofício da maternidade de parte de sua comunidade.

Maternidade e vida acadêmica: principais desafios

Entre as principais dificuldades vivenciadas pelas participantes para continuar sua formação acadêmica, à parte as particularidades de cada uma, pode-se eleger um ponto comum que culmina no acirramento, em menor ou maior grau, das desigualdades que elas experimentam: a sobrecarga de trabalho materno e a consequente falta de recursos para as atividades de formação universitária. Com base no entendimento de Marcondes e Yannoulas (2012) sobre o cuidado, considerado como *estar à disposição*, e a partir da responsabilização materna, concomitante à desresponsabilização paterna e à dificuldade imposta pela comunidade acadêmica e pelo poder público, grande parte das participantes está condicionada a uma sobrecarga, que pode ser física e/ou emocional/psíquica, determinante à dinâmica acadêmica.

Constatou-se que a maior parte das participantes são as principais responsáveis pelo cuidado com seus filhos e/ou filhas, limitando, assim, o tempo destinado à presença em sala de aula e à rotina de estudos. Com base nos dados obtidos, os desafios à permanência de estudantes que são mães e cuidadoras na universidade na *conciliação* entre maternidade e vida acadêmica são: dificuldade em solicitar regime de exercícios domiciliares; baixo acesso a creches públicas e ausência de condições econômicas para buscar tal serviço na rede privada; dificuldade em acompanhar o fluxo dos respectivos cursos; resistência por parte de docentes às estudantes que necessitam levar sua criança à sala de aula; incompreensão, pelos docentes, da sobrecarga de atividades e do número de ausências; discriminações praticadas pela comunidade acadêmica, sobretudo os discentes; ausência de salas acessíveis destinadas à amamentação e a cuidados básicos (algumas estudantes relataram realizar a troca de fraldas em carrinhos, bancos e mesas nos corredores); ausência afetiva e/ou financeira por parte dos genitores; ausência de rede de apoio; distância entre a residência e a universidade; gravidez de risco; perseguição paterna; depressão pós-parto; trancamento do semestre em decorrência da sobrecarga; e impossibilidade de conciliar o puerpério e as atividades acadêmicas.

Diante desses fatores, 78,4% das participantes afirmaram ter realizado alguma interrupção no curso em decorrência da gestação e/ou da maternidade, enquanto 62,2% disseram conhecer alguma estudante que abandonou o curso em decorrência da maternidade. Ademais, a dificuldade em acessar políticas como transporte, moradia e saúde pública surgiu como limitador ao desempenho acadêmico e trabalho materno. O grupo de WhatsApp acompanhado neste estudo se converteu em um canal de desabafo para o compartilhamento de opressões vivenciadas no ofício da maternidade e de questionamentos das regras universitárias insensíveis às peculiaridades da maternidade, como revelam outras pesquisas, em que mulheres utilizaram redes sociais para denunciar violências (SENA; TESSER, 2017).

Estratégias e possibilidades: a difícil *conciliação* dos papéis de mãe e estudante

No Brasil, a Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, garante à estudante gestante, a partir do oitavo mês e durante três meses, a possibilidade de dar continuidade aos estudos por regime de exercícios domiciliares, mediante apresentação de atestado médico (BRASIL, 1975). Em casos excepcionais, há a possibilidade de extensão desse tempo. Esta é a única política pública assegurada por lei às estudantes gestantes de instituições federais de ensino superior no país. De todo modo, as alunas que possuem interesse em dar entrada ao regime de exercícios domiciliares estão suscetíveis ao cumprimento das exigências feitas pelos departamentos dos cursos e seus respectivos docentes. Enquanto algumas estudantes relataram ter tido apoio dos docentes, outras reclamaram da demora no processo de pedido de regime domiciliar e no repasse do requerimento pelo departamento aos docentes, além da incompletude das informações oferecidas por técnicos do setor responsável pelo atendimento de estudantes mães solicitantes de direitos previstos nas normatizações institucionais. De toda sorte, mesmo entre aquelas que conseguiram aprovação do pedido, o intenso fluxo de atividades e as exigências da maternidade ocasionaram o trancamento do semestre letivo.

Na instituição em que ocorreu a pesquisa, as estudantes de graduação que são mães contam com algumas estratégias para dar continuidade à sua formação, tais como a divisão do cuidado com familiares e amigos ou amigas durante os períodos de aula, o acesso a creches e escolas públicas e/ou particulares, o programa de assistência estudantil, o serviço de babás e, em alguns casos, o recurso de levar a criança para a sala de aula. Estas estratégias, todavia, não alcançam o conjunto das estudantes mães, especialmente aquelas

que necessitam levar a criança para a universidade, tendo em vista a dificuldade de locomoção, a discriminação de docentes e discentes e a ausência de estruturas para cuidados básicos, como fraldários e chuveiros.

O Programa Infanto-Juvenil (PIJ), criado em 1983, é um projeto que atende crianças de 2 a 9 anos, filhos ou filhas de servidores e servidoras de uma associação ligada à universidade, de estudantes e docentes e da comunidade externa, mediante valor pago a depender da quantidade de dias e do público-alvo: associados, estudantes, docentes ou comunidade externa. No PIJ, são realizadas atividades lúdicas, educativas e recreativas no contraturno escolar, ou seja, não se trata de uma creche ou escola formal. Apesar de ser bem estruturado e ter uma proposta pedagógica que visa compreender a criança como sujeito autônomo e criativo, esse espaço não contempla o conjunto das estudantes de baixa renda, devido ao valor cobrado, nem tampouco as estudantes mães de crianças com idade inferior a 2 anos (ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, [2017]).

Em 2017, o Decanato de Assuntos Comunitários da universidade lançou o primeiro edital do Programa Auxílio Creche (PACreche), que consiste na concessão de auxílio financeiro a estudantes em situação de vulnerabilidade que sejam responsáveis legais e residam com crianças entre 0 e 5 anos incompletos ainda não contempladas com vaga em creche ou pré-escola na rede pública de ensino (TORRES, 2017). Todavia, o número de bolsas ofertadas é insuficiente – comumente, desde o início do programa, são ofertadas 10, contudo, conforme o último edital de seleção, referente ao segundo semestre letivo de 2019, não houve nenhuma bolsa disponível. Isso significa que parcela considerável de estudantes mães e pais não foi contemplada pelo programa. A ampliação do número de bolsas para acesso aos programas de assistência estudantil é uma das exigências feitas pelas participantes da pesquisa.

Em 2018, foi criado um espaço de acolhimento para estudantes regulares, servidores técnicos e docentes da Faculdade de Educação (FE) que sejam mães e/ou pais de crianças de 0 a 12 anos incompletos. Nesse espaço, as crianças devem permanecer na companhia de seus responsáveis. A sala pode ser utilizada, em tese, de segunda a sexta feira, das 7h30 às 22h40, e conta com brinquedos, trocadores, mesas, cadeiras, micro-ondas, refrigerador, computador e um banheiro adaptado para crianças. Contudo, conforme a Resolução nº 001/2018, do Conselho da FE, o acesso é limitado (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2018). Além de estar disponível apenas a estudantes, servidores e servidoras e docentes da Faculdade de Educação, é necessária a realização de um cadastro na Assessoria Pedagógica da FE, e o acesso às chaves é feito mediante apresentação de carteirinha de identificação. Segundo relatos compartilhados por meio de rede social e conversas presenciais, embora seja uma inciativa importante no reconhecimento das necessidades das estudantes, essa sala necessita ser aperfeiçoada em alguns aspectos, como as condições de limpeza e a ampliação do acesso, que não se estende às mulheres de outros cursos, que possuem as mesmas necessidades de assistência.

Recentemente, ao final de 2019, foi criada uma rede virtual de estudantes mães e voluntárias com vistas a reduzir os índices de evasão entre graduandas que são mães. A Rede Voluntária de Apoio Infantil para Permanência Universitária (Rede VOA) tem como objetivo possibilitar a criação de um espaço físico para acolhimento de crianças entre 6 meses e 6 anos, nos períodos de aula de suas responsáveis na universidade, sobretudo daquelas estudantes que detêm a maior parte da responsabilidade de cuidados com a criança, não contam com rede de apoio, não foram beneficiadas com vaga na rede de creches públicas do DF nem tampouco têm meios suficientes para buscar tal serviço na rede particular. Apenas 38,9% das participantes deste estudo dispõem de creches para suas crianças e, destas, somente 38,5% estão na rede pública. Em contrapartida, 83,8% das participantes concordam com a necessidade da criação de creches gratuitas para os filhos e filhas das estudantes.

Para as participantes da pesquisa, a fim de reduzir as barreiras que dificultam e/ou impedem a conclusão do curso, enquanto mães, cuidadoras, trabalhadoras e universitárias, é urgente a adoção de algumas medidas, especialmente por parte da universidade, como a criação e destinação de sala específica para amamentação e cuidados básicos com as crianças, com condições de limpeza adequadas e disponível a estudantes de todos os cursos; a flexibilidade nos horários das aulas; a preferência/prioridade na matrícula em disciplinas; a sensibilização da comunidade acadêmica, por meio de ações que promovam o respeito às estudantes e às crianças; debates acerca das condições das estudantes mães e cuidadoras, a fim de propor novas estratégias; a instalação de fraldários; a criação de um sistema de dados que verifique e acompanhe a permanência de estudantes mães; o desconto no valor das mensalidades para estudantes no PIJ; e a desburocratização do processo de trancamento justificado.

Os mecanismos e as iniciativas existentes na instituição em que foi realizada a pesquisa são fruto de mobilizações presenciais, com auxílio das redes sociais, por meio das quais as estudantes de graduação, com o apoio de parte da comunidade universitária, buscam reduzir os obstáculos à permanência e à conclusão de seus estudos em um ambiente ainda pouco sensível ou até hostil às necessidades de mulheres que, além de graduandas, exercem o ofício de cuidadoras de suas crianças. Todavia, embora importantes, tais iniciativas podem ser consideradas insuficientes, e as estudantes esperam uma política estrutural da universidade que atenda a todas as mães graduandas indistintamente, para além de iniciativas pulverizadas e restritas a algumas unidades acadêmicas.

Possibilidades da luta no mundo virtual: entre redes sociais e redes sociais virtuais

A importância da articulação em redes sociais entre as discentes revela não somente a socialização de problemas e situações em comum, com uma consequente organização para a exigência de soluções e garantias institucionais e governamentais, mas sobretudo a construção de redes de apoio a fim de buscar soluções alternativas, dada a urgência das demandas postas. Além disso, os aplicativos onde se materializam as relações virtuais em rede servem como canais importantes de comunicação e compartilhamento de informações (SENA; TESSER, 2017) relativas aos mais diversos assuntos, como maternidade, universidade, política, lazer, sexualidade e saúde, em um movimento de ativismo *online* ou no espaço virtual que acontece "através da troca e da discussão de conteúdos" (MARTINEZ, 2019, p. 6). Complementarmente, "essa possibilidade de troca que as novas tecnologias de comunicação favoreceram e impulsionaram, mostraram, na prática, a possibilidade de fortalecimento das lutas por meio do ciberativismo" (SENA; TESSER, 2017, p. 210). Neste estudo, a Internet assume então dupla relevância: como local de pesquisa – não exclusivamente, mas em considerável parte do processo de coleta de dados – e como instrumento determinante para o desenvolvimento de pesquisa (FRAGOSO, 2011).

Isto posto, as redes sociais virtuais e o uso da Internet para mobilização podem ser alçados à categoria de destaque entre os resultados desta investigação, tanto como ferramenta privilegiada de obtenção de informações quanto como ferramenta metodológica. A partir das análises realizadas, as redes sociais e as redes sociais virtuais, apreendidas em um contexto macroestrutural das determinações sociais, econômicas e políticas, são os principais meios de requerer a atenção institucional e, consequentemente, governamental no que tange à criação, consolidação e efetivação de meios para a permanência na universidade pelas estudantes participantes. Embora não se trate de um movimento essencialmente feminista – ainda que muitas estudantes assim se reivindiquem – em suas mais diversas expressões, mas muito mais uma organização e um compartilhamento de pautas entre mulheres, o uso de um aplicativo para tratar sobre tais questões resultou em terreno fértil para a construção de uma rede social virtual, alimentada por redes sociais anteriores e pelas emergentes após a criação do grupo.

> Nesse momento, a internet começa a ocupar um papel muito semelhante ao dos grupos de consciência nos Estados Unidos na década de 70, se consolidando como um espaço facilitador de trocas, onde as mulheres (mesmo as que não reivindicam para si uma identidade feminista) identificam, compartilham e nomeiam experiências comuns (MARTINEZ, 2019, p. 11).

Este cenário indica, de imediato, o nível de autonomia e a capacidade de inter-relação entre essas mulheres, a relevância social das redes e seu caráter organizativo, político e de lutas – culminando em uma espécie de movimento social. Por outro lado e contraditoriamente, sugere reflexões a respeito da responsabilização das mulheres que são mães na concretização do acesso ao ensino superior, sobretudo no que tange a questões que extrapolam os limites pessoais e estão diretamente relacionadas às decisões estatais e institucionais, como a oferta de creches, a criação de espaços de acolhimento e cuidados com as crianças e, em um nível mais abrangente, o combate às desigualdades de gênero, classe, raça e etnia.

Considerações Finais

Ao conjunto das estudantes que participaram da pesquisa, é difícil vivenciar, concomitantemente, maternidade e vida acadêmica. A universidade pública carece de ações voltadas ao atendimento de estudantes de graduação com filhos ou filhas, e a mesma postura se observa na falta de atenção às demandas de tais estudantes por suas respectivas unidades acadêmicas, docentes e servidores, que, por vezes, têm se mostrado omissos ou negligentes. Este estudo mostrou como a Internet e suas redes sociais representam uma estratégia de participação política alternativa para estudantes mães cuja sobrecarga de trabalho e responsabilizações sexistas, historicamente construídas na sociedade patriarcal brasileira, impediriam a reivindicação de seus direitos no ensino superior.

A guinada conservadora na cena política contemporânea e o fortalecimento do paradigma neoliberal no Brasil também impõem consideráveis retrocessos às políticas públicas e sociais, uma vez que, retomado e fortalecido o modelo do familismo, são enfraquecidas a noção de direito e a destinação de recursos e investimentos a áreas estratégicas no combate às desigualdades de diversas ordens, favorecendo-se, a contrapelo, os processos de terceirização e privatização dos serviços públicos. Isto se torna evidente, a título de exemplo, com os recentes ataques e cortes de bolsas nas instituições de ensino superior, que podem impactar de forma negativa o alcance dos programas de assistência estudantil, agudizar o sucateamento dos serviços, programas

e ações ofertadas pelas políticas de assistência social e saúde, radicalizar o desmonte da política de previdência social e intensificar a precarização da política de educação. Tudo isso reforça as desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres, bem como entre mulheres brancas e mulheres negras e, indubitavelmente, tornam ainda mais complexas as relações estabelecidas em torno da maternidade, prejudicando a trajetória acadêmica de estudantes mães e cuidadoras.

Nota-se, nesse cenário, o incentivo à maternidade como função natural de toda mulher e, ao mesmo tempo, a desvalorização das mulheres que são mães, estas deslegitimadas enquanto sujeitas ativas e capazes de desempenhar funções e desenvolver novas habilidades além das que lhes foram previamente estabelecidas. No contexto das reflexões emergidas da própria pesquisa, isto significa que os espaços ditos públicos, de modo geral, são encarados como antagônicos a mulheres mães e suas crianças e, portanto, não se mostram acolhedores tanto em termos de infraestrutura quanto das ações humanas. Decerto, há uma relação contraditória em voga: o não reconhecimento social (e humano) da mulher mãe como participante da vida coletiva e constantemente afetada pelas transformações sociais e a necessidade desse não reconhecimento para a manutenção das relações de poder cimentadas na sociedade.

Por conseguinte, o ideal materno está em constante conflito com as exigências do mundo dos estudos e do trabalho. Mesmo as mulheres que são mães e optam por romper com a imposição hegemônica de um modelo materno estão suscetíveis às desigualdades já postas: um homem com filhos dificilmente enfrentará os mesmos obstáculos que uma mulher com filhos, especialmente se forem associados a isto determinantes como as questões raciais, a pobreza, a dificuldade de acesso a bens e serviços públicos e a maternidade solo. Por isso a importância de ações que visem combater a invisibilidade de estudantes mães e suas respectivas necessidades nas universidades, destacadamente por meio da inclusão, nos regimentos internos e nos programas assistenciais das instituições, de tópicos que deem sustentação, materialidade e *status* de direitos às manifestações e reivindicações feitas.

A despeito da naturalização da maternidade na vida das mulheres, é imperativa a organização e atuação da sociedade na luta contra as opressões de gênero, raça/etnia e classe. Apesar da importância das frágeis conquistas históricas já alcançadas pelas mulheres brasileiras, especialmente aquelas relativas ao direito à educação e ao trabalho, somente será possível assistir a uma emancipação humana, radical e plena das mulheres, em todas as suas particularidades, a partir da superação da ordem econômica capitalista e das desigualdades de raça/etnia e gênero, sistemas de dominação-exploração sustentados, sobretudo no Brasil, por uma mentalidade ainda colonial, racista, patriarcal e clientelista, que incide fortemente na organização das políticas e do Estado.

Referências

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (ASFUB). *Programa Infanto-Juvenil*. Brasília, [2017]. Disponível em: https://asfub.org.br/historia/. Acesso em: 14 maio 2020.

ASSUMPÇÃO, A. S. B. M. A mulher no ensino superior: distribuição e representatividade. *Cadernos do GEA*, FLACSO, n. 6, jul./dez. 2014.

BADINTER, E. *O conflito*: a mulher e a mãe. Tradução: Vera Lúcia dos Reis. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975*. Atribui a estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências. Brasília, 1975. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6202-17-abril-1975-357541-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 14 maio 2020.

CARVALHO, M. F. L. Nossa esperança é ciborgue? Subalternidade, reconhecimento e "tretas" na Internet. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 347-363, jan./abr. 2017.

CEGATTI, A. C.; PRÁ, J. R. Gênero, educação das mulheres e feminização do magistério no ensino básico. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 10, n. 18, p. 215-228, jan./jun. 2016.

CHAUÍ, M. A universidade sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, p. 5-15, set./dez. 2003.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. *Feminismo, diversidade sexual e serviço social.* São Paulo: Cortez, 2018.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). *Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016*. Brasília: Ministério da Saúde, abr. 2016. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22917581. Acesso em: 14 maio 2020.

DANIEL, C. O trabalho e a questão de gênero: a participação de mulheres na dinâmica do trabalho. *O Social em Questão*, ano XIV, n. 25-26, p. 323-344, 2011.

FRAGOSO, S. *Métodos de pesquisa para Internet.* Porto Alegre: Sulina, 2011.

GAMA, A. S. *O conflito entre trabalho e responsabilidades familiares no Brasil*: reflexões sobre os direitos do trabalho e a Política de Educação Infantil. 2012. 245f. Tese (Doutorado em Ciências-Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.

GUEDES, C. Itinerários do cuidar em doenças falciformes e suas repercussões na vida de mulheres. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 370-381, ago./dez. 2016.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, jan./jun. 2014.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estatísticas de gênero*: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro, 2018.
KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: HIRATA, H. *et al.* (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009. p. 67-75.
MARCONDES, M. M.; YANNOULAS, S. C. Práticas sociais de cuidado e a responsabilidade do Estado. *Revista Ártemis*, Paraíba, v. 13, p. 174-186, jan./jul. 2012.
MARTINEZ, F. Feminismos em movimento no ciberespaço. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 56, p. 1-34, 2019.
NATANSOHN, G. Qué têm a ver as tecnologías digitais com o gênero? *In*: _____. (org.). *Internet em código feminino*: teorias e práticas. Buenos Aires: La Crujía, 2013. p. 15-38.
SAFFIOTI, H. I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.
SAMPAIO, S. M. R. (org.). *Observatório da vida estudantil*: primeiros estudos. Salvador: EDUFBA, 2011.
SANTOS, A. T. Famílias chefiadas por mulheres: permanências e rupturas com as tradicionais concepções de gênero. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 8., ago. Florianópolis, 2008. *Anais*... Florianópolis: UFSC, 2008.
SCAVONE, L. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 5, n. 8, p. 47-60, fev. 2001.
SENA, L. M.; TESSER, C. D. Violência obstétrica no Brasil e o ciberativismo de mulheres mães: relato de duas experiências. *Interface*, Botucatu, v. 21, n. 60, p. 209-220, mar. 2017.
TORRES, T. Auxílio-creche para alunos da UnB com filho menor de quatro anos. *UnB Notícias*, Brasília, ago. 2017. Disponível em: https://noticias.unb.br/76-institucional/1720-auxilio-creche-para-aluno-da-unb-com-filhos-menores-de-quatro-anos. Acesso em: 13 maio 2020.
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Conselho da Faculdade de Educação (CFE). *Resolução nº 01/2018*. Regulamenta o uso do Espaço de Acolhimento/Fraldário da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília por mães, pais ou pessoas legal e/ou judicialmente responsáveis por crianças (os filhos ou dependentes de estudantes regulares, de servidores técnicos e de professores da FE/UnB). Brasília, 2018. Disponível em: http://www.noticias.unb.br/images/Noticias/Docs/Resoluo-001-2018_Sala-de-acolhimento.FE.PDF.
YANNOULAS, S. C. *A convidada de pedra*: mulheres e políticas públicas de trabalho e renda: entre a descentralização e a integração supranacional: um olhar a partir do Brasil (1988-2002). Brasília: FLACSO; Abaré, 2003.

Maria Clara Ramos da Fonseca Silva
miliclarar@gmail.com
Graduada em Serviço Social pela Universidade de Brasília (UnB)
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade de Brasília (UnB)

UnB
Campus Universitário Darcy Ribeiro
Asa Norte, Brasília – DF
CEP: 70910-900

Cristiano Guedes
c.bsb.br@gmail.com
Doutor em Ciências da Saúde pela Universidade de Brasília (UnB)
Professor Associado do Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB)

Endereço
Caixa Postal 2175
Brasília - DF
CEP: 70343-970

Agradecimentos
Agradecemos às mulheres que aceitaram participar da pesquisa virtual, ao CNPq pelo financiamento do projeto e à Universidade de Brasília pelo apoio financeiro e institucional por meio do Programa de Iniciação Científica Edital 2018/2019. Nossa gratidão também à equipe de avaliação interna e externa, que incenti-

vou a redação deste artigo por meio de menção honrosa concedida para este trabalho durante o 25º Congresso de Iniciação Científica, realizado entre 20 e 27 de dezembro de 2019 na Universidade de Brasília.

Agência financiadora
Não se aplica.

Contribuições das autoras
Maria Clara Ramos da Fonseca Silva foi responsável pelo trabalho de campo, pela análise dos dados e pela redação dos diários de campo e do artigo. Cristiano Guedes foi o orientador da pesquisa e coautor na redação do artigo.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica.

Consentimento para publicação
Consentimento dos autores.

Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

 DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p480

ESPAÇO TEMÁTICO: POLÍTICA, CIÊNCIA E MUNDO DAS REDES

Pobreza como *malware*: aplicativos e retração dos direitos sociais

Robson de Oliveira[1]
https://orcid.org/0000-0003-3271-4086

Caio Cezar Sangioni Ceratt[2]
https://orcid.org/0000-0002-7607-1089

[1] Universidade Federal do Paraná, Curso de Serviço Social, Matinhos, PR, Brasil
[2] Universidade Federal do Paraná, Seção de Políticas Afirmativas, Matinhos, PR, Brasil

Pobreza como *malware*: aplicativos e retração dos direitos sociais
Resumo: O artigo objetiva apresentar reflexões sobre a relação dos aplicativos com a crise econômica de 2008 e a retração dos sistemas de proteção social influenciados pela racionalidade neoliberal. Enquanto metodologia, o presente artigo utiliza a pesquisa bibliográfica e possui como substrato empírico livros, artigos e notícias publicados na década de 2010, que abordaram as metamorfoses da sociedade induzidas pela complexificação da informática nos últimos anos. Por meio da pesquisa foi possível compreender a forma como esses aplicativos serviram à manutenção do sistema pós-crise econômica de 2008 e indica ainda a conversão gradativa do modelo do Big Data em um parceiro do Estado na concepção de um modelo de proteção social, no qual a economia comportamental substitui qualquer concepção de história e luta de classes. O artigo está estruturado em introdução, duas seções e considerações finais.
Palavras-chave: Aplicativos. Pobreza. Proteção Social.

Poverty as a malware: applications and retraction of social rights
Abstract: The article aims to present reflections about the relations between the applications and the economic crisis of 2008 and the retraction of social protection systems influenced by neoliberal rationality. As a methodology, this article uses bibliographic research and has got, as an empirical substrate, books, articles, and news published in the decade of 2010, which approached the society metamorphoses induced by the complexification of computing technology in recent years. Through the research, it was possible to understand how these applications were relevant for sustaining the system after the 2008 economic crisis and it also indicates the gradual conversion of the Big Data model into a partner of the State in the conception of a social protection model, in which the behavioral economics replaces any conception of history and class conflict. The article is structured in an introduction, two sections, and final considerations.
Keywords: Applications. Poverty. Social Protection.

Recebido em 28.02.2020. Aprovado em 30.03.2020. Revisado em 10.06.2020.

© O(s) Autor(es). 2020 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Introdução

Em meados de 1970, quando a Internet se tornava uma realidade, sua apresentação era permeada por uma cultura de compartilhamento democratizante entre os conectados. Essa concepção cosmopolita – e talvez utópica – da rede acabou não se mantendo diante do surgimento dos monopólios informacionais e dos conglomerados de tecnologia já na década de 1980.

Impulsionada pelas previsões da *Lei de Moore*, criada por Gordon Moore em 1965 e que prediz que o número de componentes por circuito integrado se duplicaria a cada dezoito meses sem aumento do custo, a indústria da tecnologia apresentou um acelerado desenvolvimento, resultando na redução do intervalo de tempo entre os avanços tecnológicos e no aumento exponencial da capacidade de processamento. No âmbito da automação, essa lei se confundiu com a própria ideia de progresso no discurso e prática dos agentes da Big Data, os quais ditam a forma como o presente deve se ajustar às progressões irrefreáveis do futuro, e se converteu em uma lei da economia, que se tornou uma lei moral (BRIDLE, 2019).

Contudo, o discurso inicial da rede enquanto forma de compartilhamento democratizante não desapareceu. Em diversos momentos da história informacional, houve tentativas de apresentá-la enquanto comunidade de relações solidárias, como em 2009, com a fundação da UBER e sua proposta de aproximar as pessoas por meio de rotas que poderiam ser compartilhadas. Sendo a carona uma justificativa para aproximar desconhecidos e criar vínculos em uma sociedade cada vez mais atomizada, uma década depois o aplicativo se tornava uma fonte de renda na economia da informalidade e de expropriação do trabalho em meio a altos índices de desemprego e dilapidação flagrante da classe trabalhadora.

A tecnologia é um meio de produção de desigualdade e o avançar da automação no mundo do trabalho contribuiu para profundas mudanças nos diversos setores da produção. Em verdade, conforme a capacidade de automação avança, mais profissões, postos de trabalho e funções sociais são ameaçadas ou profundamente alteradas (HARVEY, 2014; ANTUNES, 2018).

Tendo nos aplicativos a figura central do desenvolvimento informacional, eles funcionaram como um alfobre imprescindível à manutenção do modo de produção e ao desenvolvimento e consolidação da informalização nas relações trabalhistas em meio à crise econômica de 2008. Em uma análise sincrônica, é possível relacioná-la à consolidação de certos aplicativos e o desenvolvimento de estratégias de sobrevivência da classe trabalhadora.

Diante disso, neste artigo realizou-se algumas reflexões sobre a ascensão e popularização de aplicativos que possuem na expropriação e precarização do trabalho a pedra angular para sua manutenção e sua relação com a crise econômica de 2008, na retração dos direitos sociais e na flexibilização de leis trabalhistas. A análise se deu através do estudo da ideologia apologética que influencia esses aplicativos, da racionalidade neoliberal presente na defesa do empreendedorismo e resiliência do trabalhador e da apropriação privada dos dados e informações dos pobres por meio dessas plataformas, tanto em parceria com o poder público quanto privado.

Sendo os aplicativos e sua relação com a pobreza o tema deste estudo, foi utilizada a pesquisa bibliográfica por ser este um tema pouco explorado no âmbito das ciências sociais aplicadas. Segundo Lima e Mioto (2007), esta modalidade de pesquisa normalmente é utilizada em estudos de caráter exploratório ou descritivo onde o objeto estudado ainda não possui um acervo de pesquisas pregressas em quantidade significativa. Assim, enquanto estratégia de pesquisa, ela viabiliza a análise através da "[...] utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto" (LIMA; MIOTO, 2007, p. 40).

Foram analisados textos recentemente publicados que apresentaram reflexões sobre as metamorfoses da sociedade por meio da complexificação da informática nas últimas décadas (ANTUNES, 2018; BRIDLE, 2019; MOROZOV, 2018; QUINTARELLI, 2019; SLEE, 2017). Como procedimento metodológico, utilizou-se da análise documental, extraindo as categorias dos livros que forneceram o substrato empírico à reflexão. Desse modo, realizou-se o exame a partir dos criteìrios da anaìlise de conteuìdo, utilizando-se de teìcnicas primárias como fichamento, levantamento quantitativo e qualitativo de termos e assuntos recorrentes. Através desse método, foi possível coletar indicações sobre a relação entre a crise estrutural do capital e seus efeitos no mundo do trabalho por meio dos aplicativos e sua exploração da pobreza.

A relação dos aplicativos com a crise econômica de 2008 e poder público

Aplicativos são *softwares* que funcionam enquanto ferramentas integradas que realizam tarefas e trabalhos nos mais variados dispositivos *hardwares*, como *smartphones*, microcomputadores, relógios digitais, eletrodomésticos, entre outros. As *startups*[1] que lançam esses aplicativos – como Uber e Airbnb – possuem um valor de mercado alto, mas apresentam um balancete patrimonial irrisório. Embora a Uber tenha milhões de

motoristas conectados, ela não emprega nenhum motorista e não é dona de nenhum carro. Da mesma forma, embora no setor de hospedagem, o Airbnb não possui nenhum hotel. Ou seja, enquanto as grandes redes precisam investir pesado para aumentar sua frota ou construir novos edifícios, essas *startups* ampliam seus serviços quase sem custos.

Isso se dá pelo antagonismo entre materialidade/imaterialidade com a noção de *virtual* que os estruturam[2]. Não são empresas tradicionais apoiadas em uma lógica de domínio do mercado em relação direta com as propriedades que mantêm,

> Em vez de respeitarem uma legislação precisa e rigorosa, que explicite os direitos dos clientes e as obrigações dos provedores do serviço – um dos pilares do Estado regulador moderno, - os operadores de plataformas recorrem ao conhecimento amplamente distribuído dos participantes do serviço, contando que o próprio mercado penalize aquele que se comporta mal. (MOROZOV, 2018, p. 57).

Para o autor bielorrusso Morozov (2018), o motivo pelo qual não conseguimos desenvolver referenciais e ferramentas adequadas para criticar a tecnologia e compreender seus efeitos na produção da subjetividade da classe trabalhadora se vincula à obliteração dos aspectos políticos, econômicos e culturais no entorno dos aplicativos. Concomitante a isso, as tentativas de compor uma crítica a eles colidem com a resposta de seus desenvolvedores: seus críticos seriam herdeiros dos Ludistas[3], inimigos da tecnologia, informação e Internet. Ou seja, se opor aos aplicativos, à nuvem e à digitalização da vida é, para os agentes do Vale do Silício[4], se opor ao progresso.

Portanto, torna-se fundamental entender essas plataformas imateriais de superexploração do trabalho considerando os elementos determinantes de sua emersão, pois no cerne da *Big Data*[5] se alojam concepções de mundo resultantes do pós Guerra Fria, anos de afrouxamentos dos direitos sociais nos regimes neoliberais e os efeitos da crise econômica mundial de 2008.

Sendo o estopim dessa crise a falência do banco de investimento estadunidense Lehman Brothers, no processo conhecido como *crise dos subprimes*, Streeck (2018) afirma que ela pode ser compreendida por via da análise da crise bancária, crise das finanças públicas e crise da *economia real* em sua complexa interação e complementariedade.

> A crise bancária está vinculada à crise do Estado por meio do dinheiro; a crise bancária está relacionada à da economia real pelo crédito; e as crises das finanças públicas estão ligadas à economia real por meio de despesas e receitas públicas. As crises reforçam-se reciprocamente, sendo que a dimensão, a ponderação e a interligação das três variam de país para país. Existem, ao mesmo tempo, múltiplas interações: bancos que vão à falência podem arrastar consigo bancos noutros locais; a subida generalizada de juros de dívida soberana, provocada pela insolvência de um país, pode arruinar as finanças públicas de muitas outras nações; conjunturas favoráveis e recessões em nível nacional têm impacto internacional etc. (STREECK, 2018, p. 58).

A luta pelo resgate dos bancos, com as cenas de despejo de famílias de suas casas na cobrança das hipotecas, contribuiu para o aumento da descrença pública em relação ao sistema e na capacidade do Estado de providenciar soluções que privilegiem as necessidades de sua população e não dos banqueiros.

De certa maneira, a confiança depositada nos aplicativos contemporaneamente é compreendida em virtude do adensamento dessa desconfiança a respeito de tudo o que se encontra consolidado e institucionalizado, pois o indivíduo submetido ao discurso de desqualificação e deslegitimação do público em defesa da supremacia do privado em tempos de neoliberalismo (OLIVEIRA, 2000) e ao desemprego oriundo da reestruturação produtiva do capital pós década de 1970 (HARVEY, 2014) considera tudo que faça parte do sistema público, *a priori*, como corrupto e de interesses escusos.

A retórica neoliberal contribuiu para o fomento de um tipo de relação entre os indivíduos não mas apoiada na noção de cidadão, mas de consumidores, enquanto os efeitos do desemprego estrutural encontraram na informalidade do trabalho ofertada por esses aplicativos alternativas para a sobrevivência de estratos gigantescos da classe trabalhadora[6].

As condições para a consolidação desses aplicativos são anteriores à crise de 2008. Ela decorreu da flexibilização das leis trabalhistas desencadeadas desde os anos de ouro do neoliberalismo e da regressão dos sistemas de proteção social. Porém, foi só a partir do avanço e refinamento informacional que se possibilitou a criação desse tipo de ferramenta que fortalece a máxima do fracasso dos sistemas de proteção social. Trata-se de sobreviver com os recursos que se possui na condição de *empreendedor* ou de *empresa de si mesmo*.

Assim, os aplicativos devem ser considerados uma consequência do mundo em que vivemos e não meros produtores dele. A dificuldade de se enxergar a problemática dos aplicativos através de elementos centralmente políticos e econômicos se dá, em uma primeira análise, no fato dos agentes da Big Data

fornecerem *soluções* parametrizadas por uma única exigência: a adaptação dos indivíduos, instituições e Estado a uma realidade *imaterial*[7].

> Esse é o principal motivo por que a ascensão da Big Tech tem de ser pensada ao lado da continuidade da crise financeira mundial. Em última análise, o esforço para manter a austeridade em muitas economias desenvolvidas – e os consequentes cortes nos serviços públicos e nos salários – é uma das razões pelas quais empresas como a Uber e o Airbnb cresceram tanto (MOROZOV, 2018, p. 160).

A verdade é que a crise prolongada criou necessidades à reprodução das relações sociais regidas pelo modo de produção capitalista: por um lado, a demanda por serviços mais baratos e, por outro, o adensamento do desemprego e alternativas cada vez mais precarizadas para os trabalhadores.

A Big Data, como alternativa à crise financeira de 2008 e seus diversos efeitos, contribuiu para a consolidação dos aplicativos que possuem na pobreza um nicho de exploração. A crise encontrou nessa tecnologia e na concepção de mundo disseminada por seus engenheiros uma importante parceria à manutenção do sistema. Os agentes dos aplicativos, seus CEOs, suas narrativas de *startups* e empreendedorismo, o mote de *saída da zona de conforto* e *desapego aos bens materiais* têm tudo a ver com a pauperização e perda de direitos trabalhistas. O flagrante aqui é que esses atores buscam combater a desigualdade não na relação do sujeito com seus direitos, mas exclusivamente na condição que o sujeito precisa assumir de consumidor ou empreendedor.

Encobrindo esse movimento com lemas comuns aos *millenials – nada é sobre classes sociais, tudo é sobre escolhas e estilo de vida* – é inegável o processo de naturalização dos problemas incontornáveis do sistema político e econômico atuais. De acordo com essa lógica, qualquer um poderia alugar seu imóvel para conseguir complementar sua renda, pois não se trataria de uma necessidade à sobrevivência oriunda da condição de trabalhador, mas um estilo de vida. Isso só é possível quando se parte da lógica que não se está lidando com cidadãos, mas com consumidores empoderados e conscientes de suas escolhas e estilos de vida que melhor lhes convém.

Por outro lado, a presença desses aplicativos na organização da vida social e estratégias de sobrevivência dos indivíduos surte efeitos sobre a própria configuração do Estado e na forma como o poder público lida com essas ferramentas. Como aponta Assange (2013), existe hoje uma disputa a respeito do controle das informações que passam pelos endereços eletrônicos dos cidadãos nos Estados nacionais. Contudo, essa disputa já foi há muito vencida pelo Vale do Silício, com parcas exceções.

Países como Irã, Rússia e China externaram desconfiança dos processos informacionais frutos do imperialismo norte-americano e colocaram para si e para seus cidadãos a questão da soberania digital. A solução foi a elaboração de um sistema nacional de correio eletrônico a fim de obstruir a relação de dependência que esses países possuíam com o Vale do Silício. À época, os demais países permaneceram reticentes à essa decisão, considerando tamanho empenho um *desperdício de recursos*.

Contudo, após o lançamento do sistema próprio de correio eletrônico do Irã se evidenciou, em aspectos geopolíticos, a importância da independência na infraestrutura de comunicações como meio de assegurar a soberania do país. Por outro lado, agora esses governos possuem meios de acompanhar e interferir diretamente em protestos ou exercer espionagem sobre seus cidadãos. Ou seja, a soberania e dominação do Estado-nação passa, contemporaneamente, pela apropriação dos recursos digitais utilizados por seus cidadãos (MOROZOV, 2018).

É necessário ainda destacar as parcerias entre o poder público e os aplicativos. Se uma cidade em dificuldades econômicas, com alta taxa de desemprego e estruturalmente débil não possui meios de planejar e financiar um sistema de transporte, a alternativa passa a ser o fortalecimento da desregulamentação do setor de transporte com a liberação para a atuação de aplicativos. Em contrapartida, esses aplicativos fornecem informações valiosas aos órgãos responsáveis no âmbito público. Isso já ocorre em parcerias do aplicativo Uber com diferentes prefeituras pelo mundo. Por meio da disponibilização de dados a respeito dos trajetos dos usuários, fluxos e rotas, o aplicativo subsidia urbanistas com uma base empírica moderna, participativa e inovadora para o planejamento urbano (MONTEIRO, 2019).

Ou seja, a Uber é um repositório útil com dados alinhados a uma espécie de *solucionismo* para prefeituras sem recursos ou técnicos que se debrucem sobre o tráfego em meio urbano. As empresas digitais produziram dados empíricos referentes à vida social e funcionamento das cidades e assim conseguem influenciar os governos na condição de parceiras da administração pública. Tudo isso, obviamente, a um preço.

A concepção de pobreza por parte dos aplicativos e sua aproximação às políticas sociais

O modelo de capitalismo apregoado pelos agentes dos aplicativos tem como objetivo tornar todos os aspectos da existência cotidiana em algo rentável. Não há refúgio para as alternativas impostas pelo Big

Data: desde nossa família, passando por nossos subempregos, o sono e até mesmo nossa privacidade[8]. Esse processo tem efeito direto sobre a classe trabalhadora e seus estratos mais pobres, pois os dados são todos relevantes aos fundadores dessas *startups*, o que inclui a concessão de crédito, o que torna ainda mais penosa a condição de pobre na sociedade.

Não se trata apenas da condição de sujeito endividado apregoado pelo capital financeiro e especulativo sobre a classe trabalhadora (LAZZARATO, 2017), agora o imperativo de ser avaliado em sua reputação, a cada movimento e escolha como digno ou não de algum crédito por meio do que dizem os aplicativos sobre quem somos por meio de nossa reputação (SLEE, 2017).

A reputação passa a ser o elemento central da troca mercantil e o preço que se paga em um serviço. As narrativas amplamente divulgadas pelos CEOs dessas empresas de alta tecnologia são convincentes por se apresentarem como algo apolítico: "empodera-se" o cidadão desempregado, pois esse tem acesso como consumidor ao mesmo aplicativo que um empresário. O aplicativo em sua função social supostamente equaliza diferenças de classe. Já os que não possuem nem propriedade ou meios de pagar o serviço são excluídos da equação.

Essa concepção tem efeitos deletérios para a relação entre público e privado, que possui no cidadão um componente central, pois defende a conversão de todos em empreendedores e consumidores. Ou seja,

> O imperativo de avaliar e exibir "resultados" e "efeitos" já pressupõe que o objetivo da política é a otimização da eficiência. Entretanto, enquanto a democracia for irredutível a uma fórmula, seus valores intrínsecos sempre vão perder essa batalha, pois são muito mais difíceis de quantificar. [...] Para o Vale do Silício, porém, o Estado algoritmo, obcecado pelos sistemas de reputação e pela economia compartilhada, é o novo Estado do bem-estar social. Se você for honesto e trabalhador, sua reputação on-line vai refletir isso, produzindo uma rede de proteção social altamente personalizada. [...] Enquanto o Estado de bem-estar assume a existência de males sociais específicos a serem combatidos, o Estado algorítmico dispensa tais suposições. (MOROZOV, 2018, p. 95-96).

O repasse dos dados privados são uma fonte de valorização do capital para o Big Data por meio de uma troca de serviços – o trabalhador precarizado fornece suas informações, em contrapartida a plataforma lhe conecta com os interessados em seus serviços. Esse processo possui um nome no âmbito das escolas apologéticas, trata-se da *economia do compartilhamento*, na qual se afirma a superexploração como um meio de tornar suportável as consequências da atual crise financeira. No entanto, sua resposta se volta às consequências e não às causas, pois suas *soluções* contribuem para que eliminemos o aspecto centralmente político da crise por meio dos antídotos que a Big Data vem tentando vender, ou melhor, compartilhar. Solução que nada mais é além do que um efeito da crise. Para a classe trabalhadora, na condição de explorada e consumidora desses serviços, esse é o preço para a dose de comodidade e economia imediata.

A Big Data, como alternativa à crise financeira de 2008 e seus diversos efeitos, contribuiu para a consolidação dos aplicativos que possuem na pobreza um nicho de exploração.

Por sua vez, alguns governos em parceria com esses aplicativos já encontraram formas lucrativas de aproveitar as informações retidas pelos órgãos públicos sobre seus cidadãos. Por exemplo, no Reino Unido certos dados coletados dos cidadãos na educação e saúde são compartilhados com certas *startups* para tornar mais efetivos os aplicativos já existentes e auxiliar no planejamento de serviços úteis aos seus consumidores (MACAULAY, 2018).

O que esses aplicativos buscam nas parcerias que tentam implementar junto ao poder público é o acesso às informações que não conseguem obter diretamente com anuência via os *Termos de Uso* – que todo usuário aceita no momento de inscrição em suas plataformas. Informações como renda, prontuários de saúde, desempenho escolar e genealogia familiar passam a ser compartilhadas por via do poder público com esses aplicativos. Isto é, não são apenas os serviços públicos que gradativamente se privatizam em tempos de neoliberalismo, mas as informações sobre os indivíduos tornam-se também moeda de troca na relação entre o poder público e os serviços privados (MOROZOV, 2018).

A quantificação dos dados informada aos aplicativos justifica-se pela busca de sua eficiência e não na perspectiva da universalização de serviços ou políticas públicas. Ainda que a constituição das políticas sociais historicamente possua aspectos disciplinares e reguladores sobre a vida dos sujeitos a quem se destinam (FALEIROS, 1980) – sendo um exemplo contemporâneo a racionalidade disciplinar denominada

condicionalidades (SILVA, 2014) – a política social, enquanto compartilhamento do risco coletivo da vida em sociedade, nunca ansiou a perfeição ou meramente a eficiência em sua gênese. Para os sistemas de proteção social, a questão central era que a condição de cidadão se tornasse possível por meio do compartilhamento dos riscos e custos coletivos da vida em sociedade (EWALD, 1986).

No interior desse processo, o inegável culto à resiliência ao obscurecer das alternativas à composição de um projeto coletivo proclama que a única forma de enfrentar esse dilema é individualmente. O discurso da resiliência, quando impregnado nas políticas sociais, potencializa essa individualização e não reconhece qualquer possibilidade de compartilhamento de valores solidários e coletivos.

O que esses aplicativos fazem é enaltecer o potencial informacional de orientar como guardar regularmente e não gastar o escasso dinheiro de forma irresponsável, investindo por exemplo na educação dos filhos e em seu ingresso no mercado de trabalho. Morozov (2018, p. 107) ilustra bem o cinismo dessa análise que, descontextualizada da crítica ao sistema e à luta de classes, os permite afirmar que "[...] graças ao rastreamento contínuo, indivíduos que de outro modo seriam vulneráveis poderiam se tornar mais resilientes e engenhosos na busca de soluções para seus problemas. Um dia, com celulares mais avançados, poderemos até ensiná-los a programar".

Dessa maneira, esses aplicativos produzidos pela Big Data e funcionando com anuência do poder público detêm informações sobre a vida privada dos indivíduos e suas famílias e servem para organizar, aconselhar e intermediar situações em que o usuário precisaria de orientações e esclarecimentos. Segundo Morozov (2018) a forma como a Big Data lê essas informações inspira-se na economia comportamental.

A economia comportamental afirma: os pobres estão sempre em constante risco e pressão e por isso precisam gastar seu dinheiro com necessidades imediatas (MULLAINATHAN; SHAFIM, 2016). A ação enfoca-se não nos elementos estruturais do capitalismo, mas na racionalidade e subjetividade humana. Os economistas afiliados a essa escola objetivam, sucintamente, explicar como as pessoas agem no mundo real, empiricamente. Por isso, estudam o fenômeno pobreza em campo e, por meio da meticulosa observação dos pobres, elaboram testes de controle aleatório sobre diversos cenários oriundos da realidade desses sujeitos.

O que esses estudiosos apontam é que não há uma relação de complementariedade entre seus interesses e suas possibilidades, mediante a ansiedade desencadeada pela constante preocupação pela falta de dinheiro. Ou seja, essa linha da economia apregoa que a pobreza é resultado de uma dificuldade cognitiva, resultado de condições ambientais que podem ser administradas mediante uma boa orientação (MULLAINATHAN; SHAFIM, 2016).

Dentro desse modelo, a economia de análise da lógica histórica do processo que rege e organiza a sociedade em suas relações mercantis passa a ser apreendida, meramente, como a análise da racionalidade interna e programação estratégica da atividade dos indivíduos. A pobreza se torna algo a ser combatido mediante um cenário onde os pobres apenas não façam mais escolhas ruins, mas estejam devidamente orientados por meio de monitoramento permanente dos aplicativos. Pobreza como um *malware*[9] a ser combatido por meio das ferramentas proporcionadas pela Big Data.

> As ferramentas dos dividendos da vigilância funcionam apenas num nível: o do cidadão como indivíduo. Elas os tornam totalmente transparente e manipulável, criando um simulacro de 'solução dos problemas', ao mesmo tempo que permitem que governos e empresas persigam com liberdade os próprios projetos. [...] Todos nos tornamos eminentemente rastreáveis e eminentemente suscetíveis a 'fazer a melhor escolha'. Nossos maus hábitos podem ser detectados, analisados e corrigidos em tempo real, dissolvendo muitos dos problemas que hoje sobrecarregam os serviços sociais. Assim, a noção de política como um empreendimento comunitário se metamorfoseia num espetáculo individualista e favorável ao consumidor, em que as soluções – que agora chamamos de aplicativos – são buscados no mercado e não na praça pública. (MOROZOV, 2018, p. 114).

Reduzir a política à *likes,* memes e *gifs* permite que essa seja encarada como uma virtualidade – e não imaterialidade – a ser ajustada. A racionalidade que perpassa o funcionamento desse *capitalismo digital* apoia-se sobre a economia comportamental e o incremento ao *capital humano* separando os *ativos promissores* dos *de baixo desempenho*. Todavia, o que é sugerido aos que não encontram lugar nessa configuração?

Para isso, os CEOs do Vale do Silício e porta-vozes do Big Data defendem a renda básica, afinal se há aqueles que não podem ser incorporados pelo funcionamento do sistema, que ao menos se assegure um mínimo para que continuem vivendo. Isso ocorre não por solidariedade, mas por saberem de antemão que, de alguma forma, esse valor será revertido para suas plataformas e aplicativos. Ou seja, "[...] o setor de tecnologia como um todo transita de uma economia de bens e serviços gratuitos e altamente subsidiados para outra na qual todo bem e serviço tem seu preço, provavelmente ajustado de acordo com a capacidade de pagamento do usuário" (MOROZOV, 2018, p. 157).

A esse capitalismo interessa que os consumidores possam se relacionar com as suas plataformas por via de gradações entre as plataformas gratuitas – os projetos de acesso gratuito à Internet via *Facebook* nos países em desenvolvimento é um exemplo (ROJAS, 2016) – até os cortes entre os valores que cada usuário pode pagar mediante sua renda. A renda básica no mantra do Big Data seria um subsídio útil a um sistema dominado por rentistas que controlam a maior parte da infraestrutura de funcionamento da existência cotidiana e que teriam liberdade para ditar os valores a serem cobrados pelo acesso e usufruto dos indivíduos mediante às informações que possuem sobre sua renda.

Considerações finais

A tecnologia digital como constituída hoje não é apenas virtualidade, mas um conjunto que agrega geopolítica, informação, finanças, consumismo, expropriação do trabalho e apropriação corporativista de todos os interstícios da vida humana.

A tecnologia produziu formas de poder e compreensões do mundo que, gradativamente, permitiram sua concentração nos agentes do Big Data. A reconquista da soberania popular não passa necessariamente pelo descarte da rede e aplicativos, mas pela necessidade de trazer a esses elementos o debate da economia e da política junto à população. Caso isso não seja possível a tendência, como apontou Morozov (2018), é de que os valores a emergirem dessas relações sejam exclusivamente constituídos sobre a égide da subjetividade neoliberal.

Dessa maneira, em um primeiro momento, a opção mais salutar é a busca por tipos de tecnologias que possuam compromissos com a ideia de *Estado-providência* e políticas sociais, com vistas à oferta de condições de possibilidade para a construção de um projeto coletivo que possua no humano genérico seu elemento central. Ainda que o Estado moderno possua uma extensa história com diferentes modelos e desenhos de proteção social, a verdade é que, com a racionalidade neoliberal e o avanço dos aplicativos sobre a *monetarização* da pobreza, o Estado não conseguiu ofertar respostas às novas e emergentes formas de exploração pós-crise de 2008, que já não estivesse impregnada por concepções neoliberais de mundo.

Nos últimos anos tem-se presenciado iniciativas por parte dos trabalhadores desses aplicativos visando a reorganização da forma e condução das atividades desenvolvidas nos serviços, principalmente no transporte e entrega de mercadorias. Essas apontam uma aproximação com sindicatos, a exigência de uma reordenação dos valores obtidos nos serviços e a necessidade de algumas garantias, enquanto trabalhadores, que estranhas à lógica da flexibilização das relações de trabalho e emersão desses aplicativos, demonstram nesse conjunto um aparente desgaste desse modelo.

Todavia, esse desgaste não significa a superação desse quadro. Essas respostas por parte dos sujeitos submetidos a essa exploração são imprescindíveis às necessárias mudanças nesse quadro pois sem alternativas coletivas que partam da classe trabalhadora, o que se conclui a partir do apresentado neste artigo é que se presenciará a conversão gradativa do modelo do Big Data em um parceiro do Estado, na produção de um modelo de proteção social, no qual a economia comportamental substitui qualquer concepção de história e luta de classes.

Referências

ANTUNES, R. *O privilégio da Servidão:* o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ASSANGE, J. *Cypherpunks:* Liberdade e o futuro da internet. São Paulo: Boitempo, 2013.

BRIDLE, J. *A nova idade das trevas:* a tecnologia e o fim do futuro. São Paulo: Todavia, 2019.

EWALD, F. *L'État providence*. Paris: Bernard Grasset, 1986.

FALEIROS, V. de P. *A política social do Estado capitalista:* As Funções da Previdência e da Assistência Sociais. São Paulo: Cortez, 1980.

HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna:* Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2014.

LAZZARATO, Maurizio. *O governo do homem endividado.* São Paulo: N-1 Edições, 2017.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos Metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis*. Florianópolis v. 10, p. 37-45, maio 2007. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802007000300004/5742. Acesso em: 18 maio 2020.

MACAULAY, T. Qual tem sido a estratégia do uso de dados abertos no Reino Unido? *Computerworld*, set. 2018. Disponível em: https://computerworld.com.br/2018/09/12/qual-tem-sido-a-estrategia-de-uso-de-dados-abertos-no-reino-unido/. Acesso em: 16 fev. 2020.

MONTEIRO, A. Uber compartilha dados para ajudar em pesquisas sobre trânsito e em políticas de mobilidade. *Uber*, [S.I.] abr. 2019. Disponível em: https://www.uber.com/pt-BR/newsroom/uber-compartilha-dados-para-ajudar-pesquisas-sobre-transito-e-em-politicas-de-mobilidade/. Acesso em: 16 fev. 2020.

MOROZOV, E. *Big Tech:* A ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu, 2018.
MULLAINATHAN, S.; SHAFIR, E. ***Escassez:*** Uma nova forma de pensar a falta de recursos na vida das pessoas e nas organizações. Rio de Janeiro: Best Business, 2016.
NERY, C. Desemprego cai para 11,9% na média de 2019; informalidade é a maior em 4 anos. *Agência de Notícias*, Brasília, 31 jan. 2020. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26741-desemprego-cai-para-11-9-na-media-de-2019-informalidade-e-a-maior-em-4-anos. Acesso em: 16 fev. 2020.
OLIVEIRA, F. de. Privatização do Público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. *In*: OLIVEIRA, F. de; PAOLI, M. C. (org.) *Os sentidos da democracia*: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 55-81.
QUINTARELLI, S. *Imaterial:* instruções para um futuro imaterial. São Paulo: Elefante, 2019.
ROJAS, A. G. Facebook, acesso à Internet para os pobres na Índia ou lucro com eles? *El Pais*, 18 jan. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/11/tecnologia/1452514239_693394.html. Acesso em: 15 fev. 2020.
SILVA, M. O. da S. *Programas de Transferência de Renda na América Latina e Caribe*. São Paulo: Cortez, 2014.
SLEE, T. *Uberização:* A nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Elefante, 2017.
STREECK, W. *Tempo Comprado:* A crise adiada do capitalismo democrático. São Paulo: Boitempo, 2018.

Notas

1 Empresa cujo objetivo central é o de desenvolver ou aprimorar um modelo de negócio. Normalmente de base tecnológica o termo tornou-se popular internacionalmente após a consolidação da Internet quando grande número de negócios, cujo cerne apoiava-se na cultura do compartilhamento em rede, foram fundados.

2 "Virtual significa, conforme a definição do dicionário, aquilo que existe "apenas em potência ou faculdade, não como realidade ou como efeito real". No entanto, o dinheiro em nossa conta bancária não existe apenas potencialmente. Ele é totalmente real, apesar de não ser material – logo, é imaterial. Com efeito, vivemos já há muitas décadas em um mundo com proporções cada vez maiores de imaterialidade" (QUINTARELLI, 2019, p. 30).

3 Termo oriundo do movimento social (ludismo) ocorrido na Inglaterra entre os anos de 1811 e 1812. Tratava-se de trabalhadores do ramo da fiação que protestavam contra a substituição da mão de obra humana pelas máquinas.

4 Trata-se de apelido dado a uma região da baía de São Francisco, nos Estados Unidos, onde estão alocadas diversas empresas de alta tecnologia, que atuam na produção de circuitos eletrônicos e informática.

5 Área da tecnologia de informações que estuda como tratar, analisar e colher informações por meio de conjuntos de dados volumosos demais para serem analisados por sistemas previamente existentes.

6 Segundo dados do IBGE (2019 apud NERY, 2020) a informalidade, soma dos trabalhadores sem carteira assinada, atingiu 41,1% da população ocupada. Esse montante equivale a 38,4 milhões de pessoas, maior contingente desde 2016.

7 Isso surte efeitos também sobre os indivíduos. Afinal, o que ocorre quando tudo e qualquer coisa, todos os aspectos da vida social, cotidiana e individual está em rede? O sujeito que busca uma solução que não passe pelo campo informacional será excluído ou terá sua problemática reajustada para atender aos interesses do mainframe e não diante de sua realidade.

8 A privacidade inclusive é um caso à parte, como bem salientou Morozov (2018), estando essa gradativamente sendo privatizada, em virtude da massiva privatização dos meios de comunicação, a privacidade hoje é possível apenas por meio do uso de ferramentas específicas, comercializáveis e que exigem para o uso paciência, atenção e dinheiro. Ou seja, até mesmo a privacidade se tornou algo rentável.

9 Programa de computador criado para prejudicar de diversas formas usuários da Internet.

Robson de Oliveira
robson.de.oliveira@ufpr.br
Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Professor Adjunto do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Paraná (UFPR)

UFPR
Rua Jaguariaíva, Tv. Caiobá, 512,
Matinhos - PR, Brasil.
CEP: 83260-000

Caio Cezar Sangioni Ceratt
caioceratt@ufpr.br
Graduado em Psicologia da Saúde pela Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Psicólogo da Universidade Federal do Paraná

UFPR
Rua Jaguariaíva, Tv. Caiobá, 512,
Matinhos - PR, Brasil.
CEP: 83260-000

Agradecimentos
Não se aplica.

Agência financiadora
Não se aplica.

Contribuições dos autores
Ambos participaram da elaboração e finalização do presente artigo em todas as etapas.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica.

Consentimento para publicação
Consentimentos dos autores.

Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

ESPAÇO TEMÁTICO: POLÍTICA, CIÊNCIA E MUNDO DAS REDES

Influência da participação popular em interface digital na proposição de leis estaduais

Giovani da Silva Ladinho Junior[1]
https://orcid.org/0000-0001-5685-8389

Simone Cristina Dufloth[2]
https://orcid.org/0000-0002-1963-7365

[1] Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Programa de Mestrado em Administração Pública, Belo Horizonte, MG, Brasil
[2] Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Programa de Mestrado em Administração Pública, Belo Horizonte, MG, Brasil

Influência da participação popular em interface digital na proposição de leis estaduais
Resumo: O artigo aborda a participação dos cidadãos e sua capacidade de influenciar a proposição de leis com o envio de sugestões por meio de uma interface digital. O estudo caracteriza o canal de *e-participação* do portal da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), compara essa experiência com os canais de *e-participação* da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e investiga o sucesso de se converter em leis, as sugestões enviadas pelos cidadãos por meio do portal da ALMG, no período 2011-2017. Os resultados revelaram baixo nível de influência dos cidadãos na proposição de leis sugeridas por intermédio do portal da ALMG, mas sinalizam as possibilidades de aprofundamento democrático para a participação cidadã com o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), apesar das limitações identificadas quer seja pela falta de vinculação entre o que a sociedade deseja e o que é decidido pelo poder público, quer seja pela falta de entendimento da população no direcionamento de suas sugestões.
Palavras-chave: Participação Popular. E-Democracia. Portal do Legislativo. Canal de Participação.

Influence of popular participation in digital interface in the proposal of state laws
Abstract: The article addresses the participation of citizens and their ability to influence a law proposal, sending suggestions through a digital interface. The study made up of the participation channel on the Minas Gerais Legislative Assembly (ALMG) website compares this experience with the participation channels of the Chamber of Deputies and the Federal Senate and the investigation or success of the converter into laws, according to suggestions sent by citizens through the ALMG website, in the period 2011-2017. The results revealed a low level of influence of the proponents suggested by the ALMG website, but they signal the possibilities of democratic improvement for citizen participation with the use of Information and Communication Technologies (ICTs), despite the identification required by the lack of link between what society wants and what is decided by the public authorities, sees the population's lack of understanding without directing their suggestions.
Keywords: Public Participation. Electronic democracy. Legislative website. Participation channel

Recebido em 27.02.2020. Aprovado em 05.03.2020. Revisado em 18.06.2020.

© O(s) Autor(es). 2020 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Introdução

Este artigo analisa a influência dos cidadãos na proposição de leis apresentadas por meio de uma interface digital. O estudo caracteriza o canal de *e-participação* (Envie sua sugestão de projeto de Lei), do portal da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e compara essa experiência com os canais de *e-participação* da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Além disso, estuda qualitativamente as sugestões de leis apresentadas pelos cidadãos, via canal de *e-participação* da ALMG e investiga o sucesso das sugestões enviadas, no período entre 2011 e 2017, pelos cidadãos, por meio do portal da ALMG, em serem convertidas em leis.

O presente estudo se baseou em pesquisa bibliográfica, documental, de campo, além de um estudo experimental realizado por meio do encaminhamento de proposição de uma sugestão na interface do Portal ALMG. A pesquisa bibliográfica envolveu as temáticas relacionadas à participação popular, democracia, tecnologia da informação e comunicação, portais governamentais e interfaces digitais. A pesquisa documental foi realizada por meio da análise dos Portais ALMG, Câmara de Deputados e Senado Federal, além de legislação específica ao tema. Além disso, foram levantadas e analisadas as propostas dos cidadãos encaminhadas, no período entre 2011 e 2017, pela interface do canal *Participe* do Portal da ALMG dentro do campo: "Envie sua sugestão de projeto de Lei" (MINAS GERAIS, [201?]). A pesquisa de campo envolveu entrevista semiestruturada na área de comunicação em mídias sociais da ALMG, a fim de se levantar a dinâmica de funcionamento do canal *Participe* e a tramitação das sugestões para influenciar a proposição de leis estaduais. Além da entrevista, foi enviado questionário aberto a um representante da Câmara dos Deputados e outro do Senado Federal. Por fim, foi realizado um experimento no canal *Participe* da ALMG. Tal experimento se deu com o envio de uma sugestão, através do campo: "Envie sua sugestão de projeto de Lei" (MINAS GERAIS, [201?]), e teve como objetivo analisar o encaminhamento do processo de participação por meio da interface estudada. Os resultados apurados decorreram da análise quantitativa e qualitativa acerca das informações levantadas.

Democracia e participação cidadã no Brasil: principais fundamentos

A Constituição Federal de 1988, conhecida como a *Constituição Cidadã*, incluiu vários mecanismos de democracia direta e participativa. Entre eles, o estabelecimento de Conselhos Gestores de Políticas Públicas, nos níveis municipal, estadual e federal, com representação paritária do Estado e da sociedade civil, destinados a formular políticas sobre questões relacionadas com a saúde, crianças e adolescentes, assistência social, mulheres etc. (BRASIL, 2000).

Carneiro e Brasil (2014, p. 11) acentuam que no período pós-Constituição Federal de 1988 os "governos locais avançaram na criação de instituições participativas, como conselhos, orçamentos participativos, conferências municipais, arranjos participativos na elaboração de planos diretores e correlatos, dentre outros desenhos mais específicos". Assim, os mesmos autores ainda afirmam que:

> A intensificação da dinâmica participativa que se processa a partir dos anos 1990, de início com proeminência dos governos locais, multiplica no país as formas de participação nas políticas públicas, constituindo um tecido amplo e heterogêneo de IPs, com formatos e características diversas, correspondendo a experiências também heterogêneas, de amplitude e alcance diferenciados (CARNEIRO; BRASIL, 2014, p. 11).

Segundo Santos e Avritzer (2002, p. 51), um dos desafios mais visíveis no âmbito dos processos democráticos enfrentados pela Constituição Federal de 1988 foi o de dar "ênfase na criação de uma nova gramática social e cultural e do entendimento da inovação social articulada com a inovação institucional, isso é, a procura de uma nova institucionalidade da democracia".

Na primeira década de 2000 o governo federal adotou uma orientação genericamente participativa que implicou a expansão dos conselhos nacionais e em uma forte expansão das conferências nacionais. A realização de um conjunto de conferências, prática que já existia antes de 2003, mas estava fortemente limitada a algumas áreas de políticas participativas, entre as quais vale à pena destacar a saúde e a assistência social (AVRITZER, 2010).

Com o intuito de ampliar a participação social no país foi editado o Decreto Nº 8.243, de 23 de maio de 2014 (BRASIL, [2014]) que instituiu a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS. O objetivo desse Decreto, segundo seu artigo primeiro, foi fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública

federal e a sociedade civil. Este decreto foi considerado um avanço para a democracia, já que reconhece a participação social como direito do cidadão e expressão de sua autonomia.

De acordo com Gonçalves, Brasil e Carneiro (2014),

> O referido Decreto não chega a ser inovador, visto já existirem, no cenário brasileiro, referências legais e diversos mecanismos e instâncias que propiciam, em maior ou menor grau, a participação social. Contudo, não se pode desconsiderar que as diretrizes ora estabelecidas podem, muito provavelmente, vir a colaborar com a ampliação/propagação dos mecanismos de participação social, inclusive os já existentes, além de orientar o planejamento dos atores envolvidos no processo, por meio das diretrizes estabelecidas para a PNPS nos termos do artigo 3º.

A interface digital se faz presente no escopo do Decreto nº 8.243/2014. No seu artigo 18 são apresentadas as diretrizes que os ambientes virtuais de participação devem seguir. Percebe-se que essas diretrizes visam garantir a participação de todos, com isonomia e por meio de um desenvolvimento colaborativo e aberto:

> Art. 18. Na criação de ambientes virtuais de participação social devem ser observadas, no mínimo, as seguintes diretrizes:
> I - promoção da participação de forma direta da sociedade civil nos debates e decisões do governo;
> II - fornecimento às pessoas com deficiência de todas as informações destinadas ao público em geral em formatos acessíveis e tecnologias apropriadas aos diferentes tipos de deficiência;
> III - disponibilização de acesso aos termos de uso do ambiente no momento do cadastro;
> IV - explicitação de objetivos, metodologias e produtos esperados;
> V - garantia da diversidade dos sujeitos participantes;
> VI - definição de estratégias de comunicação e mobilização, e disponibilização de subsídios para o diálogo;
> VII - utilização de ambientes e ferramentas de redes sociais, quando for o caso;
> VIII - priorização da exportação de dados em formatos abertos e legíveis por máquinas;
> IX - sistematização e publicidade das contribuições recebidas;
> X - utilização prioritária de softwares e licenças livres como estratégia de estímulo à participação na construção das ferramentas tecnológicas de participação social; e
> XI - fomento à integração com instâncias e mecanismos presenciais, como transmissão de debates e oferta de oportunidade para participação remota. (BRASIL, 2014).

No mundo atual, as interfaces digitais têm ganhado espaço e se tornado objeto de atenção no contexto da administração pública. Segundo Medeiros e Guimarães (2004) inferem que a Internet seja a ferramenta que possa ajudar mercado, sociedade e governo a interagirem melhor:

> A Internet vem se consolidando como instrumento de crescimento econômico, alcançando dimensões dificilmente previsíveis anos atrás, seja como novo meio de organização das empresas, seja como mecanismo de universalização do acesso da população a bens culturais, razões pelas quais os países vêm discutindo, cada vez mais, a aplicação das TIC na administração pública (MEDEIROS; GUIMARÃES, 2004, p. 59).

No entendimento de Pierre Lévy (2002, p. 30), as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) auxiliam na consolidação da cidadania:

> Graças à nova rede de comunicação global, a própria natureza da cidadania democrática passa por uma profunda evolução que, uma vez mais, a encaminha no sentido de um aprofundamento da liberdade: desenvolvimento do ciberactivismo à escala mundial (notavelmente ilustrado pelo movimento de antimundialização), organização das cidades e regiões digitais em comunidades inteligentes, em ágoras virtuais, governos eletrônicos cada vez mais transparentes ao serviço dos cidadãos e voto eletrônico.

A Internet potencializa de forma significativa e eficiente as possibilidades de contato entre os cidadãos e o governo, abrindo a oportunidade para a criação de espaços de discussão e deliberação das questões públicas. As TICs podem tanto atrair a participação de pessoas, que antes ficariam alheias à vida política, como as TICs podem, também, facilitar a participação de pessoas já engajadas politicamente (GOMES, 2011).

A arquitetura da Internet, somada às ferramentas de interação, têm possibilitado uma nova agenda de ações políticas, que podem significar um novo modelo de desenvolvimento dos processos democráticos. Essas tecnologias possibilitam novos mecanismos de comunicação com o Estado e viabilizam diferentes articulações

da sociedade civil. A sociedade em rede, tal como a definiu Castells (2002), tem se consolidado graças à popularização da Internet e a aceleração do desenvolvimento tecnológico.

Essa realidade vem produzindo novas dinâmicas nas relações sociais e novos processos políticos. A democracia moderna enfatiza a importância da participação política dos cidadãos, além do exercício do direito do voto, nos períodos eleitorais. Ser um cidadão envolve o exercício do seu direito de atuação na condução das políticas públicas. A sociedade moderna é caracterizada pela predominância da forma organizacional da rede em todos os campos da vida social (CASTELLS, 2002).

A Internet e as ferramentas da web proporcionam um ambiente participativo e interativo, com ferramentas que permitem uma nova relação entre os atores sociais, possibilitando uma nova forma de agrupamento, de organização e de acesso à informação sobre o debate público. Hoje, por exemplo, é muito mais fácil ter acesso a um projeto de lei na íntegra, sem utilizar a mediação dos veículos midiáticos e discutir isso com pessoas das mais variadas localidades, idades e posicionamentos (ZANETTI; LUVIZOTTO, 2018).

A *democracia digital* pode ser vista como uma expansão quantitativa do atual modelo de democracia representativa e assim auxiliar na promoção e no seu aperfeiçoamento. Gomes (2011, p. 28) conceitua a *democracia digital* como:

> Qualquer forma de emprego de dispositivos (computadores, celulares, smartphones, palmtops, ipads...), aplicativos (programas) e ferramentas (fóruns, sites, redes sociais, medias sociais...) de tecnologias digitais de comunicação para suplementar, reforçar ou corrigir aspectos das práticas políticas e sociais do Estado e dos cidadãos, em benefício do teor democrático da comunidade política.

As TICs podem reduzir distâncias entre cidadãos e políticos, contexto tradicional na democracia representativa. Ou podem ser apenas novas formas participativas ou ferramentas úteis às velhas formas. Apesar da necessidade de inovações na forma de se fazer política, o que se tem visto é a utilização de processos de inovação democrática que se prestam à manutenção da democracia representativa, indo um pouco além ao inserir os cidadãos na gestão pública (TAVARES; PAULA, 2014).

E-participação no poder legislativo brasileiro: aspectos estruturantes e normativos

O ponto de partida para o estudo sobre *e-participação* no Poder Legislativo, deve considerar a democracia como um conjunto de direitos e deveres no qual os cidadãos: a) escolhem livremente os seus governantes; b) influenciam nas decisões desses governantes; e c) cobram dos governantes a prestação de contas por seus atos de governo, uma vez que a participação cidadã aparece não apenas no momento do voto, mas também nas práticas não eleitorais do dia a dia.

Nos Portais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal verifica-se a ideia da *e-participação* por meio de espaços destinados à manifestação popular (BRASIL, [2012]). Dentre as iniciativas promovidas pela Câmara dos Deputados, para fortalecer a participação popular destacam-se as seguintes: (a) Comissão de Legislação Participativa: Inspirada na Comissão de Petições do Parlamento Europeu, a Comissão de Legislação Participativa (CLP) existe para aumentar a interação entre Deputados Federais e a sociedade civil organizada. Uma vez aprovadas pela CLP, as sugestões passam a tramitar na Câmara dos Deputados como propostas da comissão; (b) Portal Wikilegis: Viabiliza a participação direta dos cidadãos nas discussões sobre os projetos de lei, permitindo assim que as contribuições dos cidadãos sejam analisadas e talvez, contribuírem para a formatação de novas leis; (c) Disque Câmara dos Deputados: O serviço foi criado em 1998 e funciona por meio do telefone: 0800-619-619, com ligações gratuitas de qualquer parte do país; (d) Audiências Interativas: Possibilidade de o cidadão acompanhar ao vivo uma audiência ou reunião transmitida pela Internet e interagir com os participantes presenciais e virtuais; (e) Enquetes: É possível votar a favor ou contra sobre todas as propostas legislativas em tramitação na Câmara dos Deputados; (f) Ouvidoria Parlamentar: Foi aberta em 2001 e desde então vem acolhendo a participação dos cidadãos de todo o País (BRASIL, [2012]).

Já as iniciativas promovidas pelo Senado Federal, para fortalecer a transparência e a participação cidadã, envolvem as seguintes ações: (a) Ideia legislativa: Os cidadãos podem propor uma nova lei. Para isso, basta acessar a página Ideia Legislativa e enviar uma sugestão; (b) Evento Interativo: O Senado transmite ao vivo, pela Internet, sabatinas, audiências públicas, entre outros eventos. O cidadão pode participar dessas atividades com comentários e perguntas em tempo real e, caso não tenha acesso à Internet, também é possível participar por telefone, gratuitamente, via Alô Senado: 0800 61 2211; (c) Consultas Públicas: Todos os projetos de lei e proposições em tramitação no Senado ficam abertos no portal "e-

cidadania" para receber a opinião do cidadão; (d) Ouvidoria: Atua como um espaço de diálogo, onde o cidadão tem voz e é ouvido pelo Senado, a fim de promover a melhoria dos serviços oferecidos à sociedade e o aprimoramento de rotinas e processos de trabalho. A ouvidoria atende também pelo telefone: 0800 612211; (e) Enquetes: O DataSenado foi criado em 2005 com a missão acompanhar, por meio de pesquisas e enquetes, a opinião pública brasileira sobre o Senado Federal, a atuação parlamentar e temas em discussão no Congresso Nacional. (f) No Poder Legislativo do Estado de Minas Gerais os canais de participação dos cidadãos, por meio de uma interface digital, podem ser identificados a partir do Portal da ALMG, na aba *Participe* (BRASIL, [2012]; MINAS GERAIS, [201?]).

O Quadro 1 sintetiza as formas de participação cidadã existentes no âmbito da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Quadro 1 - Formas de participação cidadã na ALMG - 2013

FORMA DE PARTICIPAÇÃO	COMO	QUEM
PROPOSTA DE AÇÃO LEGISLATIVA (PLE)	Proposição elaborada a partir de sugestão popular apresentada que pode resultar em: requerimento de informações oficiais a órgãos públicos e a autoridades; emenda ao projeto de lei; projeto de lei; solicitação de audiência pública; e consulta popular.	Qualquer entidade associativa legalmente constituída exceto partido político com representação na Assembleia.
PROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR	Texto que traz um conjunto de normas sobre qualquer assunto ou questão que possa virar lei. Deve ser assinado por, no mínimo, 10 mil eleitores do Estado, sendo que, no máximo, 25% poderão ser de eleitores alistados na Capital.	A lista deve ser organizada por entidade associativa legalmente constituída, que se responsabilizará pela idoneidade das assinaturas.
AUDIÊNCIA PÚBLICA	Reunião aberta à participação de diversos segmentos da sociedade, realizada pelas comissões para debater assunto de interesse público relevante ou instruir um projeto em tramitação na Assembleia.	Qualquer cidadão pode sugerir aos deputados. Uma alternativa é propor à Comissão de Participação Popular.
CONSULTAS PÚBLICAS VIA INTERNET	Realizada para saber a opinião da sociedade sobre: assunto de interesse público; anteprojeto de lei, de resolução ou de emenda à Constituição; além de questão relacionada com matéria em tramitação.	Cidadão ou entidade da sociedade civil; deputado e comissão permanente da Assembleia Legislativa.
EVENTOS INSTITUCIONAIS	Seminários e fóruns técnicos realizados pela ALMG em parceria com entidades da sociedade civil, para discutir temas de competência do Poder Legislativo e subsidiar a elaboração legislativa.	Qualquer comissão da ALMG
REPRESENTAÇÕES POPULARES	Representação de pessoa física ou jurídica contra ato ou omissão de autoridade ou entidade pública será examinada pelas comissões da ALMG desde que seja encaminhada por escrito e seja matéria de competência da ALMG.	Pessoa física ou jurídica
SUGESTÕES DE PROJETO DE LEI PELO PORTAL DA ALMG	Proposta encaminhada pelo site da Assembleia e que pode ser aproveitada pelos parlamentares de diversas formas: para a elaboração de Projeto de Lei e de requerimento de providências ao poder público, solicitação de audiência pública, além de sugestão de mudança em projeto de lei já existente.	Qualquer pessoa por meio do Portal da Assembleia. As sugestões recebidas são publicadas na íntegra com o nome do autor e o assunto.

Fonte: Minas Gerais (2013).

O portal da ALMG reúne notícias, fotos, vídeos e áudios sobre as atividades da ALMG, bem como toda a legislação mineira, informações sobre projetos e a agenda completa do plenário, das comissões e dos eventos, além dos canais de participação on-line e conteúdos diversos sobre as atividades da instituição.

Os canais de participação on-line disponibilizados pelo Portal ALMG durante a realização desta pesquisa, são: (a) Dê sua opinião sobre projetos em tramitação: Permite que o cidadão se informe, opine

e comente sobre proposições em tramitação; (b) Envie sua sugestão de projeto de lei: Possibilita um espaço para que o cidadão sugira o que pode trazer melhorias para o Estado; (c) Reuniões interativas: Nesse espaço são transmitidas reuniões ao vivo com possibilidade de participação em tempo real; (d) Consulta pública: Permite que o cidadão ajude a aperfeiçoar projetos importantes para Minas Gerais, enviando sua contribuição; (e) Enquetes: Possibilita que o cidadão dê a sua opinião sobre temas relacionados ao Legislativo; (f) Visite a Assembleia: Permite agendamento de visitas guiadas; (g) Fale com a Assembleia: Estabelece um canal de interlocução com Deputados, Comissões, Ouvidoria e setores da Assembleia. (MINAS GERAIS, [201?]).

Participação cidadã e sua influência na proposição de leis: e estudo comparativo na perspectiva do Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa de Minas Gerais

A partir das informações levantadas por meio da pesquisa documental e de campo foram analisados os canais eletrônicos de participação cidadã para o envio de sugestões e participação na proposição de leis da Câmara dos Deputados, Senado Federal e Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Os resultados das análises realizadas estão consolidados a seguir. Optou-se por organizar tais resultados nas seguintes temáticas: (a) Democracia e Participação, (b) Transparência, (c) Governança, (D) Tecnologia da Informação.

Na temática Democracia e Participação apresentada no Quadro 2, foram analisadas comparativamente informações dos três canais em relação à dinâmica de interação estabelecida pela interface digital no direcionamento do conceito de *e-participação*.

Quadro 2- Comparativo entre os canais - Temática: Democracia e Participação

Item	Canais Eletrônicos de Participação do Poder Legislativo Federal e do Estado de Minas Gerais		
	ALMG Canal Participe	Câmara dos Deputados Wikilegis	Senado Federal Portal e-Cidadania
Ano de criação	**2011**	**2009**	**2012**
Número de projetos com participação dos cidadãos pelos respectivos canais eletrônicos que foram transformados em Lei	0	9	0
Tipo de pessoa que pode enviar uma proposta de projeto de Lei pelo canal eletrônico	Qualquer pessoa que possua e-mail válido pode enviar uma sugestão.	Somente deputados autores ou relatores de uma proposição podem disponibilizar propostas para consulta pública na ferramenta.	Qualquer pessoa que possua e-mail válido ou perfil nas redes sociais pode enviar uma ideia.
No caso da recorrência de uma mesma proposta apresentada	Não há restrição	Não há restrição	Uma mesma ideia tem que esperar quatro meses para ser proposta novamente.
Motivo da baixa adesão da sociedade à ferramenta.	Precisa melhorar a divulgação da ferramenta on-line.	Se faz necessário incentivar interação dos cidadãos com os órgãos de Estado.	Não considera que há uma baixa adesão à ferramenta.
Campanhas para fomentar o uso da ferramenta	Nas mídias institucionais do próprio órgão.	Nas mídias institucionais do próprio órgão.	Nas mídias institucionais do próprio órgão.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Observa-se no Quadro 2 que os canais analisados apresentam diferenças sobre a forma de encaminhamento de propostas estabelecidas pela interface digital e no número de projetos convertidos em Lei. Destaca-se que na Câmara de Deputados, onde os autores são deputados ou relatores de uma proposição, é onde se vê maior número de projetos convertidos em Lei.

O Quadro 3 apresenta a temática denominada para este trabalho como *Transparência*. Para essa temática são agrupados os principais itens que levantados na pesquisa que retratam os aspectos da responsabilidade ética na gestão das ferramentas e a sua clareza na demonstração de seus resultados.

Quadro 3 - Comparativo entre os canais - Temática: Transparência

Item	Canais Eletrônicos de Participação do Poder Legislativo Federal e do Estado de Minas Gerais		
	ALMG Canal Participe	Câmara dos Deputados Wikilegis	Senado Federal Portal e-Cidadania
Gestão da ferramenta	Equipe interna que a constrói e por uma consultoria legislativa que analisa e responde as sugestões.	Cabe ao parlamentar decidir que sugestões serão incorporadas ao texto final da proposição legislativa.	Análise da conformidade com os Termos de Uso e liberação para publicação realizadas por servidores do Senado Federal.
Requisitos para o trâmite de uma proposta de lei, oriunda da ferramenta.	Ser um tema compreendido entre as competências da ALMG.	Rito normal previsto no Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Ainda não há uma institucionalização legal, inexistem procedimentos formais próprios.	As Ideias Legislativas que recebem 20 mil apoios em 4 meses são encaminhadas para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e formalizadas como Sugestões Legislativas, nos termos do art. 6º, parágrafo único, da Resolução nº 19 de 2015 e do art. 102-E do Regimento Interno do Senado
Principais dificuldades (políticas, técnicas, regimentais) para a criação e manutenção da ferramenta.	Limitação de recursos para o desenvolvimento de novas interfaces e externamente, interagir com os cidadãos e saber como gerar um *feedback* eficiente	Resistência por parte de servidores e parlamentares. Dificuldade em se comunicar os potenciais da ferramenta e aprender a lidar e processar as colaborações e saber gerar *feedback* dentro do trâmite legislativo. Necessidade de regulamentação.	Dificuldades inerentes a toda a esfera pública no tocante à limitação de recursos físicos, orçamentários e de pessoal.
Categorias de políticas públicas mais demandadas	1º Transporte e Trânsito 2º Meio Ambiente 3º Educação 4º Segurança 5º Saúde	1º Saúde 2º Tributos e Finanças 3º Transparência e Cidadania 4º Educação 5º Direitos Trabalhistas	Em razão da necessidade de simplificar o uso da ferramenta pelos cidadãos, bem como do grande volume de ideias legislativas recebidas, não é realizada categorização ou indexação das ideias recebidas.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O Quadro 3 demonstra que no âmbito do Senado Federal, o trâmite segue um processo mais institucionalizado regulamentado dentro de pressupostos normativos mais definidos.

A temática aqui intitulada *Governança* consolida alguns aspectos levantados sobre o modo pelo qual se dá a interação entre o usuário e as ferramentas de *e-participação* e o seu grau de aderência junto à população. O Quadro 4 consolida esses aspectos analisados comparativamente.

O Quadro 4 revela limitações na participação popular por meio da interface digital. Observa-se a necessidade de se refletir sobre a capacidade do cidadão influenciar a proposição de Leis dentro do contexto brasileiro a partir casas legislativas.

O Quadro 5, sumariza a temática Tecnologia da Informação, com o comparativo de itens relacionados as características técnicas dos sistemas.

Ao se observar o Quadro 5 verificam-se diferenças no que se refere ao acompanhamento da sugestão pelo cidadão. No que se refere aos mecanismos de segurança de dados e informações o Portal e-cidadania do Senado Federal apresenta mais evidências de um nível de maturidade mais desenvolvido. No Senado Federal também a equipe destinada a esse trabalho é maior e mais estruturada.

Quadro 4 - Comparativo entre os canais - Temática: Governança

Item	Canais Eletrônicos de Participação do Poder Legislativo Federal e do Estado de Minas Gerais		
	ALMG Canal Participe	Câmara dos Deputados Wikilegis	Senado Federal Portal e-Cidadania
Instrumentos para potencializar as sugestões de projetos de lei	Não existe	Não identificado	Na página de cada Ideia Legislativa, há a opção de compartilhá-la no *Facebook, Twitter e Google+*.
Fluxo da sugestão, após a verificação da sua legalidade	Se a sugestão passa pelo crivo da Consultoria Legislativa é feito um parecer e enviado à Gerência de Relações Institucionais, que responderá ao cidadão, via portal da ALMG. As sugestões selecionadas pela Consultoria Legislativa são levadas ao conhecimento de todos deputados estaduais.	Não há possibilidade de sugestão de projetos de lei por cidadãos por meio do Wikilegis. As contribuições apresentadas às proposições limitam-se a aprimorar os artigos do texto original.	As Ideias Legislativas que recebem 20 mil apoios em 4 meses são encaminhadas para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e formalizadas como Sugestões Legislati-vas, nos termos do art. 6º, parágrafo único, da Resolução nº 19 de 2015 e do art. 102-E do Regimento Interno do Senado. Na CDH, as Ideias Legislativas são debatidas pelos senadores e ao final recebem um parecer.
Normas que regulam/ garantam a existência da ferramenta e a participação da sociedade	Não existem normas na ALMG que regulem o funcionamento do Canal Participe. Ele pode ser descontinuado a qualquer momento.	Não existem normas. Há iniciativas, como o Projeto de Resolução 217/2017 que visa institucionalizar as oportunidades e mecanismos de participação na Casa ou a proposição de se consolidar as consultas públicas por meio de mecanismos digitais como o Wikilegis.	O Programa e-Cidadania são reguladas pelo Ato da Mesa do Senado Federal nº 3, de 2011, pela Resolução do Senado Federal nº 26, de 2013, e pela Resolução do Senado Federal nº 19, de 2015.
Restrições as sugestões	Todas as sugestões são publicadas conforme o cidadão as redigiu.	Todas as demandas, sugestões que os internautas fazem a cada artigo da proposta legislativa são publicadas conforme o cidadão as redigiu, sem qualquer tipo de restrição.	Todas as Ideias Legislativas são avaliadas conforme os Termos de Uso. Se respeitam os termos, são publicadas. Se não, são arquivadas.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Quadro 5 - Comparativo entre os canais - Temática: Tecnologia da Informação

Item	Canais Eletrônicos de Participação do Poder Legislativo Federal e do Estado de Minas Gerais		
	ALMG Canal Participe	Câmara dos Deputados Wikilegis	Senado Federal Portal e-Cidadania
Equipe envolvida na manutenção da ferramenta	A equipe é composta por seis pessoas mais a gerência.	A manutenção do Wikilegis é realizada por seis servidores efetivos (um gerente, assessores do portal e-Democracia, de comunicação, mídias sociais e de comissões) e quatro desenvolvedores terceirizados.	São responsáveis pela operação do portal 17 pessoas de diversas áreas de formação. A manutenção técnica é realizada pela equipe do Serviço de Portais do PRODASEN.

Possibilidade de retirar sugestão já apresentadas	Não é possível declinar de uma sugestão diretamente via portal (editar ou excluir). Caso o cidadão queira retirar uma sugestão ele terá que entrar em contato com a ALMG.	As contribuições postadas nas ferramentas de participação do portal do Wikilegis não são passíveis de exclusão. Em outras palavras, uma vez que o cidadão redigiu o texto, esse ficará definitivamente registrado no portal.	O cidadão pode declinar da sua proposta de ideia legislativa, bastando, para tanto, formalizar solicitação aos gestores do portal.
Acompanhamento da tramitação da sugestão apresentada	Não existe	O cidadão pode acompanhar no canal eletrônico o andamento da sugestão apresentada no trâmite legislativo.	O acompanhamento pode ser realizado pelo portal e-Cidadania. Após formalização da sugestão, o cidadão recebe e-mails com sua movimentação - Sistema Push do Senado Federal.
Sobre o desenvolvimento das funcionalidades da ferramenta	Interno ALMG	O desenvolvimento do Wikilegis é promovido internamente pela Câmara dos Deputados, com colaboradores terceirizados contratados pela Instituição. A gestão técnica constitui atribuição da equipe de servidores públicos.	Interno ao Senado
Ataques cibernéticos	Não há registros	Não há registros	O setor de tecnologia da informação do Senado mantém uma complexa rede de segurança para evitar o uso indevido dos nossos sistemas. Além disso, o portal é regularmente submetido a auditoria pelos próprios servidores para verificação de seu regular funcionamento sendo expurgadas quaisquer inconsistências encontradas. Até o momento não foram registrados ataques que promovessem danos às bases de dados do portal

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Na Câmara dos Deputados, percebe-se que existe por parte deste órgão o interesse em aproximar o Poder Legislativo do cidadão brasileiro, dando a este a oportunidade de interagir com o poder público por meio da Internet. O objetivo do Wikilegis (BRASIL, [20–?]) da Câmara de Deputados busca atender à crescente demanda da sociedade por transparência e participação no processo legislativo. Já no Senado Federal, com o *Portal e-cidadania* busca-se criar uma ferramenta fácil e ágil, para a interação entre o cidadão e o Senado Federal. O Portal da ALMG, em sua aba *Participe*, mantém vários recursos de interação para a participação cidadã, cujo objetivo é gerar uma participação mais ativa da sociedade.

Contudo, aprofundando-se a análise das propostas ou sugestões enviadas por meio do Portal da ALMG no canal "Envie a sua sugestão de projeto de lei" (MINAS GERAIS, [201?]) foram identificadas 964 sugestões apresentadas pelos cidadãos no período entre 2011 e 2017. Os resultados apontaram para muitas sugestões rejeitadas, ou seja, no período analisado das sugestões enviadas 91,29% foram rejeitadas e apenas 8,71% foram consideradas aptas para servirem de subsídio à ALMG para projetos de Lei. Ao se analisar os possíveis motivos das rejeições alegados pela equipe que responde às sugestões do canal *Participe*, verificou-se que os principais motivos identificados foram os seguintes:

a) Não se sabia a qual poder público recorrer para exercer o direito de participação do cidadão, logo muitos assuntos que não competiam ao Poder Legislativo Estadual e foram, indevidamente, direcionados a ele;
b) Cidadãos enviaram sugestões que eram incompatíveis com a Constituição Federal, logo, impossíveis de serem implementadas;
c) A sugestão enviada já estava sendo tratada por projeto de lei na ALMG;
d) Em muitos casos já existia a legislação sugerida, porém como ela não era cumprida, o cidadão sugeria uma nova "lei" para criar um direito ou coibir um crime;

e) Vários servidores estaduais tentaram, através do canal "Participe", abrir um canal de diálogo com o governo do Estado (solicitações de plano de carreira, linha de financiamento específica para servidores, estabelecimento de direitos, reclamações sobre as condições de trabalho etc.).

Na análise qualitativa observou-se que a maior parte dos cidadãos que enviaram sugestões por meio do Portal da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, via Canal Participe: "Envie a sua sugestão de projeto de lei" (MINAS GERAIS, [201?]), não possuíam discernimento suficiente para enviar suas sugestões de Lei, uma vez que a maioria das sugestões foram rejeitadas por não estarem no âmbito de competência do Poder Legislativo Estadual ou por serem incompatíveis com a Constituição Federal.

As três principais dificuldades percebidas no *Canal Participe* da ALMG foram que a ferramenta aceita o envio de sugestão de forma anônima, que um mesmo cidadão pode repetir, indefinidamente, o envio de sugestões, não havendo um controle ou limitador por parte da ferramenta e que não existe uma vinculação entre as sugestões enviadas e a sua priorização de análise junto ao Poder Legislativo Estadual. Outro ponto dificultador identificado na pesquisa foi a demora da ALMG em responder as sugestões enviadas. No experimento realizado para o presente trabalho a ALMG demorou 162 dias para analisar e responder uma demanda de sugestão de projeto de lei enviado por meio do *Canal Participe*. Esse tempo de resposta muito alongado poderia desestimular a participação dos cidadãos, pois sem se sentirem ouvidos, os cidadãos poderiam deixar de ver propósito em acompanhar e participar por meio dessas interfaces de comunicação digital.

Por fim, pelos resultados analisados, das 8,71% das sugestões enviadas no período entre 2011 e 2017, por meio do Portal da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, via Canal Participe: "Envie a sua sugestão de projeto de lei", consideradas aptas e encaminhadas para análise dos deputados estaduais, nenhuma delas foi transformada em Lei.

O ponto de partida para o estudo sobre *e-participação* no Poder Legislativo, deve considerar a democracia como um conjunto de direitos e deveres no qual os cidadãos: a) escolhem livremente os seus governantes; b) influenciam nas decisões desses governantes; e c) cobram dos governantes a prestação de contas por seus atos de governo, uma vez que a participação cidadã aparece não apenas no momento do voto, mas também nas práticas não eleitorais do dia a dia.

Considerações finais

Na comparação entre os três canais de participação (Câmara dos Deputados Federais, Senado Federal e Assembleia Legislativa de Minas Gerais) pode-se constatar que a Câmara dos Deputados possui a ferramenta mais interativa e com mais recursos tecnológicos disponíveis, de forma que o cidadão pode editar diretamente a legislação em discussão, restando ao parlamentar, redator do projeto, acatar ou não a redação proposta pelo cidadão.

A ferramenta do Senado é sustentada por uma norma interna do Senado, que obriga que todas as proposições oriundas dos cidadãos que obtiverem 20 mil apoios sejam enviadas para a análise de uma das comissões do Senado, ou seja, este recurso é um grande passo do ponto de vista de institucionalização da interação entre poder público e sociedade. Vale destacar, também, que tanto o Portal Wikilegis, na Câmara dos Deputados, quanto o Portal e-Cidadania, no Senado, possuem diversos relatórios sobre os seus canais eletrônicos de participação, disponíveis para consulta pública.

Já o Canal Participe: "Envie a sua sugestão de projeto de lei", do Portal da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, apresentou-se como uma ferramenta bem modesta em comparação com as outras duas analisadas. Dois fatores importantes deveriam ser considerados pela ALMG em seus canais digitais: a existência de uma estrutura administrativa que consiga absorver a opinião dos cidadãos e a possibilidade de que as sugestões enviadas possam, efetivamente, ser levadas em consideração nas decisões dos deputados estaduais.

O desenvolvimento do estudo possibilitou verificar que as tecnologias de informação e comunicação podem se apresentar como uma possibilidade de aprofundamento democrático para a participação cidadã,

contudo, o potencial das TICs em favorecer a promoção da participação e dos processos deliberativos mostrou-se limitada, quer seja pela falta de vinculação entre o que a sociedade deseja e o que é decidido pelo poder público, quer seja pela falta de entendimento da população em enviar sugestões. É importante destacar alguns fatores que dificultam a participação cidadã, como o tipo de sistema político vivenciado pelos cidadãos, um parlamento com uma estrutura administrativa complexa, a deficiência de recursos humanos e financeiros, o baixo grau de inclusão digital dos cidadãos e o baixo nível de conscientização política da sociedade.

A partir desse viés, é importante que o poder público, em todas as três esferas de poder, municipal, estadual e federal, desenvolva estratégias para a criação de políticas públicas para a alfabetização política dos cidadãos, além de promoverem a institucionalização de mecanismos de participação em suas esferas de competência. Uma forma de criar a cultura da participação cidadã seria a introdução do conteúdo "democracia e participação social", nos currículos escolares. A criança e o jovem, educados nessas práticas, poderiam ser tornar com maior facilidade, no futuro, um cidadão e não um analfabeto político.

Referências

AVRITZER, L. Sociedade civil e participação no Brasil democrático. *In*: AVRITZER, L. *Experiências nacionais de participação social.* Belo Horizonte: Cortez, 2010.

BRASIL. [Constituição de 1988]. *Constituição Federal de 1988*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Wikilegis*. Brasília, DF, [20–?]. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/participacao/saiba-como-participar/camara-aberta/edicao-2015/wikilegis. Acesso em: 30 ago. 2019.

BRASIL. *Decreto Nº 8.243*, de 23 de maio de 2014. Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8243.htm. Acesso em: 29 ago. 2019.

BRASIL. Senado Federal. *Sobre o Portal e-Cidadania*. Brasília: Senado Federal, [2012]. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ecidadania/sobre. Acesso em: 20 ago. 2019.

CARNEIRO, R.; BRASIL, F. de P. D. Controle social e as novas instituições participativas: um panorama do caso brasileiro pós-1988. *In:* CONGRESO INTERNACIONAL EN GOBIERNO, ADMINISTRACIÓN Y POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2014, Madri. *Anais* [...]. Madri: GIGAPP/INAP, 2014. Disponível em: http://www.gigapp.org/administrator/components/com_jresearch/files/publications/A09-CARNEIRO-2014.pdf. Acesso em: 15 ago. 2019.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*: a era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GOMES, W. Participação política online: Questões e hipóteses de trabalho. *In*: MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. (org.). *Internet e Participação Política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

GONÇALVES, B. R.; BRASIL, F. de P. D.; CARNEIRO, R. A participação social e o Decreto n. 8243 de 24 de maio de 2014: o que há de novo? *In*: Encontro de Administração Pública e Governança, 6, 2014, Belo Horizonte. *Anais* [...]. Belo Horizonte: ANPAD, 2014.

LÉVY, P. *Ciberdemocracia*. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

MEDEIROS, P. H. R.; GUIMARÃES, T. de A. O estágio do governo eletrônico no Brasil em relação ao contexto mundial. *Revista do Serviço Público*, n. 1-2, jan./jul. 2004. Disponível em: https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/245/0. Acesso em: 07 jun. 2019.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. *Conheça as formas de participação popular na ALMG*, Minas Gerais, 2013. Disponível em: https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2013/09/02_facebook_participacao_popular_na_almg.html. Acesso em: 14 out. 2019.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. *Envie sua sugestão de projeto de lei*, Minas Gerais, [201?]. Disponível em: https://www.almg.gov.br/participe/envie_sugestao_lei/index.html. Acesso em: 14 out. 2019.

SANTOS, B de S.; AVRITZER, L. Introdução para ampliar o cânone democrático. *In*: SANTOS, B de S. *Democratizar a democracia:* Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 42-51.

TAVARES, W.; PAULA, A. P. P. de. Participação cidadã na gestão pública via internet. *In*: Congresso Consad de Gestão Pública, 2014, Brasília. *Anais* [...] Brasília: CONSAD, 2014. Disponível em: http://banco.consad.org.br/bitstream/123456789/1142/1/C7_PP_PARTICIPA%C3%87%C3 %83O%20CIDAD%C3%83%20NA%20GEST%C3%83O%20P%C3%9ABLICA.pdf. Acesso em: 14 out. 2019.

ZANETTI, L. A.; LUVIZOTTO C. K. Interação, participação e deliberação online: o caso do website Vote na Web. *Revista Culturas Midiáticas*, Paraíba, v. 11, n. 1, jun. 2018. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/cm/article/view/40744/20368. Acesso em: 14 out. 2019.

Giovani da Silva Ladinho Junior
emaildogiovani@gmail.com

Mestrado em Administração Pública pela Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro
Servidor público do Governo do Estado de Minas Gerais

Simone Cristina Dufloth
simone.dufloth@fjp.mg.gov.br
Doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Professora do Programa de Mestrado em Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro
Pesquisadora em Ciência e Tecnologia da Fundação João Pinheiro

EG/FJP
Alameda das Acácias, 70 – São Luiz
Belo Horizonte – MG – Brasil
CEP: 31.275-150

Agradecimentos
Não se aplica.

Agência financiadora
Não se aplica.

Contribuições dos autores
Giovani da Silva Ladinho Junior delineou a pesquisa, coletou os dados, tabulou e analisou os resultados e redigiu o artigo. Simone Cristina Dufloth orientou a pesquisa, participou da discussão dos resultados, da revisão e da formatação do artigo. Ambos os autores aprovaram a versão final do texto.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica.

Consentimento para publicação
Consentimento dos autores.

Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

ESPAÇO TEMÁTICO: POLÍTICA, CIÊNCIA E MUNDO DAS REDES

Mulheres jornalistas esportivas e mercado de trabalho: quem (não) as deixa trabalhar?

Lídia Ramires[1]
httts://orcid.org/0000-0003-3456-4341

[1] Universidade Federal de Alagoas, Curso de Jornalismo, Maceió, AL, Brasil

Mulheres jornalistas esportivas e mercado de trabalho: quem (não) as deixa trabalhar?
Resumo: O artigo analisa o discurso das mulheres jornalistas esportivas brasileiras que, a partir do manifesto #DeixaElaTrabalhar se reúnem em coletivo para denunciar situações de assédio e violência sofridos no exercício profissional. Mesmo após mais de um século de coberturas realizadas por mulheres que comprovam competência, habilidade e condições profissionais, o jornalismo ainda é um campo de discriminação e sexismo, em nível mundial. A editoria de Esportes é ainda marcada pela presença masculina e o desafio das mulheres ainda é de luta por espaço e oportunidades. A equidade entre homens e mulheres pregada pelo discurso jurídico ainda está distante da prática verificada por essas profissionais que demandam o direito de trabalhar.
Palavras-chave: Trabalho. Discurso. Gênero. Jornalismo. Esporte.

Women sports journalists and labor market: who (not) lets them work?
Abstract: The article analyzes the discourse of women Brazilian sports journalists who, from the hashtag #DeixaElaTrabalhar meet in collective to report situations of harassment and violence suffered in professional exercise. Even after more than a century of coverage by women who prove competence, skill and professional conditions, journalism is still a field of discrimination and sexism worldwide. The sports in journalism is also marked by the masculine presence and the challenge of women is still fighting for space and opportunities. The equity between men and women preached by legal discourse is still far from the practice verified by these professionals who demand the right to work.
Keywords: Labor. Discourse. Gender. Journalism. Sport.

Recebido em 18.02.2020. Aprovado em 15.04.2020. Revisado em 26.05.2020.

© O(s) Autor(es). 2020 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Introdução

Este trabalho é um recorte da pesquisa desenvolvida no pós-doutoramento, na Universitè de Toulouse, junto ao Laboratoire d'Études et de Recherche Appliquées em Sciences Sociales, que analisa o discurso de mulheres jornalistas esportivas brasileiras, a partir do manifesto #DeixaElaTrabalhar, com denúncias de casos de assédio moral e sexual no ambiente de trabalho, a luz do referencial teórico-analítico da Análise do Discurso de linha francesa.

Neste texto, interessa-nos refletir, mais especificamente, sobre as condições das mulheres no mercado de trabalho no Brasil, traçando paralelo com pesquisas pelo mundo que denunciam que, mesmo após 130 anos da viagem recordista de Nelly Bly[1] – que percorreu sozinha mais de 40 mil quilômetros, em quatro continentes, dando uma volta ao Mundo em 72 dias, em 1890 (GOODMAN, 2013) – cada mulher jornalista ainda precisa reiterar sua capacidade de trabalho, provando diariamente que o mérito profissional não é sempre o que lhes é avaliado por colegas, empregadores, chefes e público.

As mulheres deverão ser notícia, produzir notícia, redigir notícia, narrar, reportar, apresentar e comentar eventos das mais diversas abordagens. Deverão ter a liberdade (direito democrático) de serem quem são, como assim nasceram, como tenham se constituído social e politicamente, como escolheram ou como foram chamadas a viver. A luta só se amplia com a tomada de pautas de grupos de invisibilizadas – sejam elas negras, indígenas, lésbicas, trans… enfim, mulheres.

Notadamente um dos campos ainda mais misóginos do fazer jornalístico está na editoria de Esportes de revistas, jornais, portais na internet, programas de rádio, TV ou canais na Web. Uma vez que o esporte de maior destaque e cobertura jornalística no país é o futebol, a situação se torna ainda mais sexista, afinal: *futebol não é coisa de mulher*.

A tradicional bola branca e preta é marcante em estampas de roupas de bebês e crianças (meninos), é o presente que muitos garotos recebem, já na mais tenra idade – aqueles que por falta de condições financeiras não têm acesso aos brinquedos industrializados, recorrem a tiras de tecido velho para a confecção das tradicionais bolas de meia. Em oposição socialmente automatizada às bonecas para as meninas, estão às bolas para os meninos. E a naturalização sai das casas e ganha às ruas, escolas, campinhos de várzea, quadras de futsal e os gramados, amadora e profissionalmente.

A prática de esportes é estimulada para meninos, com destaque para competições e premiações; enquanto às meninas, as atividades destacadas são mais ligadas ao "feminino", à arte e ao belo. Não à toa, as escolinhas de futebol são majoritariamente ocupadas por garotos, enquanto as classes de balé recebem as garotas. A inversão de participantes dessas turmas, mesmo no século XXI, causa estranhamento e assim, a lógica de que existem espaços, cores, tarefas e profissões exclusivos para homens e mulheres reforçada[2]. Longe de ser algo novo, como diz acreditar a ministra Damares Alves ('MENINO veste azul e menina veste rosa', diz Damares Alves, 2019), o Brasil permanece com a discriminação às mulheres em postos de trabalho, seja no Jornalismo e, de forma ainda mais destacada, no Jornalismo Esportivo.

São discursos que reforçam a lógica da divisão sexual do trabalho[3], resultante das relações determinadas social e historicamente, que hierarquizam as funções – sempre valorando como superior o trabalho dos homens – e separam, claramente, o que é trabalho de homem e o que é trabalho de mulher. Segundo Souza-Lobo, "a divisão social do trabalho produz e reproduz a assimetria entre práticas femininas e masculinas, constrói e reconstrói mecanismos de sujeição e disciplinamento das mulheres, produz e reproduz a subordinação do gênero dominação" (SOUZA- LOBO, 2011, p. 174).

Da proibição legal à interdição velada no mercado de trabalho: obstáculos e teto de vidro

Esportes considerados "masculinos" tiveram a prática proibida a mulheres, no Brasil, por lei do Governo Getúlio Vargas – dentre eles o futebol – e permaneceu vigente até 1983. Segundo o Decreto-Lei n. 3.199 de 14

de abril de 1941, "às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país" (BRASIL, 1941). A proibição das práticas e, consequentemente, a ausência de profissionalização têm, segundo Silva (2017), reflexos negativos até hoje, como o pouco incentivo às práticas e o baixo investimento de patrocinadores.

Se a lista de esportes proibidos colocou as mulheres por quatro décadas longe do profissionalismo como atletas, a dificuldade no exercício do jornalismo esportivo permanece, mundialmente, como explica Schoch:

> No esporte, assim como em outros domínios como a política ou a guerra, que são pensados como "masculinos" [...] permanecem globalmente bastiões masculinos dos meios de comunicação em muitos países […] particularmente, no caso dos esportes de tradição masculina, como o futebol, o basebol ou o hóquei no gelo. (SCHOCH, 2019, p. 31)[4].

Em estudo publicado por Lucie Scoch e Fabien Ohl reúne pesquisas que mostram que, desde a década de 1990, a presença de jornalistas mulheres nas redações tem crescido *dramaticamente* mas, "o número de mulheres que entraram no jornalismo esportivo, um tradicional domínio masculino, é menor e permanece sendo domínio-masculino"[5] (2011, p. 190). O estudo avaliou dados coletados sobre profissionais nos Estados Unidos, França, Holanda, Suécia e Suíça (SCHOCH; OHL, 2011).

No Brasil, o levantamento mais atualizado sobre a presença feminina no mercado de trabalho é o relatório da pesquisa *Mulheres no jornalismo brasileiro*, realizada pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), pela consultoria Gênero e Número, em parceria com o *Google News Lab*, com o objetivo mapear o assédio às profissionais de imprensa, por fontes de informação e nas redações. O estudo, inédito no País, se deu a partir de entrevistas com grupos focais de jornalistas em São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro e Porto Alegre, e de um questionário mais abrangente, que respondido por 477 profissionais que atuam em 271 veículos diferentes. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO, 2017).

A pesquisa indicou que 83,6% das mulheres consultadas já sofreram algum tipo de violência psicológica, 65,7% já tiveram sua competência questionada e 64% já sofreram abuso de poder de chefes ou fontes de informação. Outros 86% das mulheres que responderam o questionário afirmaram já terem vivenciado algum tipo de discriminação de gênero no trabalho, quanto a oportunidades de crescimento profissional, distribuição de tarefas ou definição de salários (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO, 2017).

Os dados indicaram ainda que apenas 4,6% das respondentes têm Esportes como principal editoria de desempenho de suas funções. A situação se mostra ainda mais alarmante quando a divisão do trabalho encontra as regras cristalizadas na estereotipificação de posições que se acentuam nos casos de chefia (editores) – numa situação de *teto de vidro* em que, embora invisível, há uma barreira que impede a ascensão profissional de mulheres, apenas por serem mulheres – como explica o relatório:

> O que encontramos de discrepante são as áreas de esportes, educação e tecnologia, nas quais os homens estão sobre-representados como editores. […] Já na área de turismo, moda, gastronomia e estilo de vida há proporcionalmente mais mulheres editoras que homens. Esse quadro sugere uma certa divisão do trabalho jornalístico conforme os antigos estereótipos. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO, 2017, p. 16-17).

Dentre os relatos de assédio e discriminação sofridos por mulheres jornalistas, o relatório traz, ainda em sua apresentação, o caso de uma repórter que, em setembro de 2017, ouviu do técnico do Sport Club Internacional, ao questionar a atuação do time: "Desculpe, eu não vou fazer essa pergunta para você **porque você é mulher** e de repente não jogou (futebol)". (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO, 2017, p. 6-7, grifo nosso).

O funcionamento discursivo produz o *efeito de evidência* de que *sendo mulher* não é capacitada para debater questões técnicas de um esporte amplamente veiculado, comentado, estudado e sob sua atuação profissional – uma vez que estava presente na cobertura do jogo, portanto, habilitada pela Associação de Cronistas Esportivos do Rio Grande do Sul, credenciada pela Federação de Futebol do estado, além de contratada por um veículo de comunicação. Há que se questionar se todos os repórteres envolvidos numa transmissão tiveram atuação como atletas e se suas capacidades também são postas em dúvida a cada pergunta proferida.

Como aponta Orlandi (2012, p. 27-8), "o discurso é efeito de sentidos entre locutores e isto acarreta toda uma declinação teórica do que é sujeito, do que é sentido, do que é memória, do que é história, do que é sociedade, do que é ideologia, do que é língua, etc.". Assim, não responder a uma repórter, pode ser justificado pelo fato de ela ser *mulher* e, portanto, não merecer explicação sobre algo que ela, evidentemente, não dominaria.

O questionamento à competência é uma constante e se reflete na tentativa das profissionais de se protegerem de situações de violência e assédio, exigindo posturas que estão além da questão de atuação profissional, como explica Schoch (2019, p. 31): "as mulheres jornalistas esportivas sentem que devem estar particularmente vigilantes quanto às suas atitudes, especialmente, para evitar certos estereótipos (sedutora, lésbica) que sentem na pele e devem negociar diversas tensões"[6].

As mulheres lutam para conquistar seu espaço no mercado de trabalho, embora a legislação brasileira as ampare e exija, a partir da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), de 1943, com artigos dispostos no Capítulo III que trata da Proteção do Trabalho da Mulher. (BRASIL, 1943). A Constituição Federal de 1988 proibiu a diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil; (BRASIL, 1988) e a CLT sofreu alterações quando da aprovação da Lei nº 9.799/1999, que buscou corrigir distorções quanto ao acesso ao mercado de trabalho ou à formação profissional das mulheres brasileiras. Em seu artigo 373A, a lei proíbe a publicação de anúncios de emprego com referência a sexo, idade, cor ou relação familiar; recusa de emprego ou promoção, e ainda demissão em razão de sexo, idade, cor, situação familiar ou estado de gravidez[7](BRASIL, 1999).

Ao tratar do direito do trabalho da mulher, a pesquisadora Léa Calil destacou a necessidade de se debater a questão da igualdade jurídica, entre trabalhadores e trabalhadoras, frente a desigualdade fática. Para ela, "o mecanismo para que mulheres tenham o mesmo tratamento que homens no mercado de trabalho, ao lado de uma efetiva ação sindical, é uma legislação eficaz." (CALIL, 2007, p. 119).

Como temos visto, o tratamento permanece diferente e as mudanças não têm se mostrado eficientes ao longo dos anos. Na década de 1930, a presença de mulheres nas redações era evidenciada na própria estrutura dos espaços – como conta José Hamilton Ribeiro:

> As empresas jornalísticas eram pensadas e construídas como ambiente de sauna brega: só para homem. Nem havia banheiro feminino. No Estadão, à noite, quando fervia o trabalho jornalístico, as mulheres não eram aceitas nem na mesa telefônica. Havia mulheres como telefonistas, mas só durante o dia. À noite, um homem é que operava. Mulher podia ser telefonista, faxineira ou servia para fazer o café: circulava na área de serviço (RIBEIRO, 1998, p. 31).

O relato parece distante da realidade atual, mas ainda há espaços de prática esportiva (notadamente, estádios de futebol) em que não há banheiros femininos disponíveis para as profissionais – uma vez que atletas, comissões técnicas e arbitragem é, na quase totalidade, composta por homens. A tentativa de evitar situações de assédio leva as profissionais a reduzir a ingestão de líquidos ou mesmo prolongar por longos períodos necessidades fisiológicas, acarretando desconforto e, até mesmo, adoecimento.

Deixa Ela Trabalhar

Em 14 de fevereiro de 2018, a repórter Bruna Dealtry participava da transmissão, ao vivo, da partida Vasco da Gama e Universidad do Chile, pela Libertadores. Jornalista do canal de TV Esporte Interativo, Bruna foi beijada, à força, por um torcedor, durante a cobertura da partida. A reação da profissional, visivelmente constrangida, foi afirmar que agressão sofrida pelo torcedor do torcedor "não foi legal". A repórter continuou a transmissão. (REPÓRTER..., 2018).

Em Porto Alegre, três dias antes do caso de Bruna Dealtry, um torcedor do Inter agrediu, fisicamente e insultou a repórter Renata Medeiros, da Rádio Gaúcha, durante a cobertura do clássico de maior rivalidade no estado, entre Grêmio e Internacional. O torcedor do Inter gritou para a repórter: "sai daqui, sua puta". (GLOBOESPORTE.COM, 2018).

Os dois casos, infelizmente, não são isolados. Em 2016, após agressões verbais do cantor Biel, a uma repórter do Portal iG (MORAIS, 2016), profissionais lançaram uma *hashtag* – marcação que permite que as publicações sejam agrupadas e localizadas nas redes sociais – para denunciarem o caso: #JornalistasContraOAssedio[8]. O movimento arrefeceu e, após os casos com as jornalistas esportivas, uma nova onda de protestos nas redes sociais chamaram a atenção do público, motivando um grupo de profissionais a se reunirem em um manifesto, a partir de um vídeo com duração de 2 minutos de 29 segundos, que mostra imagens com agressões, relatos e matérias jornalísticas que denunciam os casos, comentários ofensivos em redes sociais, com uma narração com vozes masculinas distorcidas que ofendem as jornalistas com palavrões, questionamentos sobre suas capacidades e profissionalismo (ROSSI, 2018). A seguir, profissionais da área se alternam nos dizeres que se seguem:

> Aconteceu comigo.
> Recentemente, também aconteceu comigo.
> Já aconteceu com todas nós…
> E não dá mais pra acontecer.
> Vagabunda, piranha...?
> Isso não é normal.
> Até quando?
> Somos mulheres. E profissionais.
> Só queremos trabalhar em paz.
> O esporte também é lugar nosso.
> Encosta em mim quem eu quero.
> Quando eu quero.
> No meu trabalho, ao meu trabalho...
> Eu quero respeito.
> Precisamos de respeito.
> Merecemos respeito.
> Respeito nos estádios, nas redações, nas ruas…
> Respeito de torcedores, colegas, chefes…
> Respeito de técnicos, jogadores e dirigentes.
> Respeitem a nossa voz e as nossas escolhas.
> Somos repórteres, comentaristas, jogadoras…
> Bandeirinhas, árbitras.
> E a gente está nessa já faz tempo.
> E não vamos parar.
> Vamos continuar ocupando nossos espaços.
> Chega de desconfiança.
> Chega de diferenciação.
> Ei, você aí… homem… mulher…
> Sociedade, autoridade.
> Chegou a hora de se importar.
> A omissão também machuca.
> E juntos somos mais fortes.
> Juntas somos invencíveis.
> Não é engraçadinho.
> Não é só machismo.
> É desrespeitoso.
> É nojento.
> É ofensivo.
> É uma violência.
> É uma violência.
> Chega (repete-se por várias vezes)
> Deixa ela trabalhar (repete-se por várias vezes)

O vídeo é encerrado com uma tela preta e, em caracteres brancos, #DeixaElaTrabalhar[9]. O manifesto, inicialmente contou com 52 mulheres jornalistas esportivas, transformou-se em um coletivo que passou a receber e denunciar casos semelhantes. O coletivo tem página no Facebook e perfis no Twitter (@deixaelatrab) e Instagram (@deixaelatrabalhar).

O feminismo estaria vivendo, a partir da apropriação de ferramentas digitais, a chamada *Quarta Onda*:

> Devido às peculiaridades da explosão do feminismo dentro desse contexto, já possível afirmar com segurança que estamos vivendo um momento de quarta onda do feminismo. Logo, já adiantamos que a quarta onda do feminismo é caracterizada principalmente pelo uso maciço das plataformas de redes sociais com fim de organização, articulação e propagação da ideia de que a igualdade entre os sexos ainda é uma ilusão. (SILVA, 2019, p. 377-378).

A velocidade e o alcance possibilitados pela internet – e, até então, inéditos – têm revolucionado e alterado a forma de demanda e, portanto, de circulação de mensagens, demandas e sentidos

também. Com o desenvolvimento tecnológico, esses coletivos passaram a se apropriar do ambiente virtual para divulgar suas pautas.

Como explica, Silva: "assim, a quarta onda do feminismo surge mediante o avanço das tecnologias de informação e comunicação, sendo usadas para contestar a misoginia, o sexismo, a LGBTfobia e vários tipos de desigualdades e violências de gênero" (SILVA, 2019).

Interessa-nos analisar, particularmente, como esse manifesto se apresenta ao público e como se dá a demanda por condições de trabalho, em meio a um ambiente tradicionalmente misógino, violento e sectário. O enunciado que nomeia o coletivo é, por si só, conflituoso. Uma vez que se afirmam profissionais, especialistas e, portanto, com legitimidade para o exercício das funções, lançam mão do verbo *deixar* para a demanda que deveria buscar equidade de direitos de trabalho. Ao enunciarem *deixa ela trabalhar*, apontam para o sentido de pedido de permissão para o exercício de um direito. Afinal, quem pode (ou não) deixar que elas trabalhem? A contradição posta no enunciado está marcada ainda no texto do vídeo-manifesto.

> SD1
> Somos mulheres. E profissionais.
> Só queremos trabalhar em paz.

Há a manifesta condição *natural* de ser mulher, apartada da questão profissional. Afinal, são jornalistas profissionais e a questão de gênero não deveria ser discutida, uma vez que o direito está posto. E, como vimos, assegurado pela CLT, referendado pela Constituição de 1988 e com distorções corrigidas a partir do Decreto-Lei nº 3.199/1999. Assim, mais que *trabalhar em paz*, essas profissionais têm amparo legal – não mencionado – para suas demandas. Nessa sequência discursiva, já são produzidos os sentidos que apontam para um poder maior que pode (ou não) dar paz e sossego, ao reconhecer que mais que mulheres, ali estão profissionais.

A legitimidade do trabalho dessas mulheres se materializa em enunciados como *não é normal*, *chega de diferenciação*, *o esporte também é lugar nosso* e *vamos continuar ocupando nossos espaços*. Entretanto, não há nenhuma menção à questão da equidade, da competência, da formação profissional, para além da legalidade, na presença nesses espaços.

Tomaremos como sequência discursiva a questão da *ocupação* do setor profissional. O manifesto, neste trecho, aponta para a legitimidade de seus direitos ao evocarem a questão histórica da luta de tantas outras mulheres pela possibilidade de exercer a atividade profissional destinada *aos homens*.

> SD 2
> Somos repórteres, comentaristas, jogadoras…
> Bandeirinhas[10], árbitras.
> E a gente está nessa já faz tempo.
> E não vamos parar.
> Vamos continuar ocupando nossos espaços.

Os sentidos convocados aqui são os de presença em um território próprio, conquistado e mantido em um contínuo, algo processual. A partir da escolha do *continuar ocupando* – possível apenas para quem tem legitimidade (INDURSKY, 2006) – um espaço apresentado como delas. Neste momento, já não há mais o distanciamento que se dá no *deixa ela trabalhar*; ela uma outra, apartada das relações que excluem e retiram das trabalhadoras (elas mesmas) seus direitos. São mulheres *repórteres, jogadoras, bandeirinhas e árbitras*, em espaços profissionais que resultam de conquistas históricas. Nessa SD, evidenciam-se os sentidos de pertencimento e de luta coletiva por seus direitos. Luta essa anteriormente iniciada, presente e com a continuidade enunciada pelo *não vamos parar*.

Ao enunciarem que também são *árbitras*, o discurso se desloca para o sentido de apropriação de um termo que passa a concordar em gênero a partir da presença de mulheres na função. Uma vez que o substantivo árbitro era, na Língua Portuguesa, tomado para homens e mulheres – em mais um caso em que a ocorrência altera o uso[11] do termo.

Assim, o manifesto conclama todas e todos a uma causa legítima e que necessita da adesão de segmentos variados, uma vez que o assédio – tomado com *falta de respeito* – é sofrido entre *torcedores, colegas, chefes, técnicos, jogadores e dirigentes*, em uma ampla denúncia dos espaços e personagens dessa violência; além do silenciamento a outros casos de assédio. Como nos explica Orlandi, o silêncio "recorta o dizer [e] como o sentido é sempre produzido de um lugar, a partir de uma posição do sujeito – ao dizer, ele estará, necessariamente, não dizendo 'outros' sentidos" (2002, p. 55). Assim, o

manifesto lança luz aos casos que, por tanto tempo, foram silenciados nesses ambientes, naturalizados como parte de uma lógica inquestionável.

SD3
Ei, você aí… homem… mulher…
Sociedade, autoridade.
Chegou a hora de se importar.
A omissão também machuca.

O funcionamento enunciativo é de resposta à violência sofrida, constantemente, por essas mulheres que, ora se identificam com o discurso e sua posição-sujeito que enunciam o direito ao trabalho, ora se desidentificam com esse discurso e se afastam como se já não fossem mais enunciadoras de um clamor de sua representação coletiva. A não associação a uma luta maior – de classe e gênero – é evidenciada ao não reconhecerem a autoria dos casos de assédio como reflexo da misoginia e do funcionamento de uma sociedade patriarcal. Ao não tipificarem a violência sofrida, corroboram com o discurso que sustenta que a queixa é vitimismo de feministas que veem machismo em todos os setores. Naquilo que não passa de uma brincadeira, de um gracejo, de uma cantada… O discurso dominante aponta essas práticas como valorização da mulher pelo homem, e não machismo. A contradição está posta ao afirmarem que:

SD4
Não é engraçadinho.
Não é só machismo.
É desrespeitoso.
É nojento.
É ofensivo.

Pois bem, *é ofensivo, nojento, desrespeitoso*, sim. E é machismo. O deslizamento de sentidos que, ao contrário da negativa, apenas corroboram com a conclusão de que essas são práticas machistas, apontam para a tentativa de se distanciar do que os machistas irão classificar de *mimimi* de feministas – feminazis, em alusão às mulheres "extremistas" na luta pelos direitos das mulheres – em alusão à reclamação sem conteúdo, expressão constantemente atribuída às minorias que fariam barulho (o tal mimimi) sem argumentos, infantilizando exigências legítimas desses grupos marginalizados na/pela sociedade, as reduzindo a simples queixumes.

Considerações finais

As mulheres permanecem lutando pela efetivação de direitos, mesmo que formalmente adquiridos, em campos diversos, notadamente no do trabalho. A distância entre mulheres e homens está em salários, acesso a empregos, formação profissional, promoção, reconhecimento, cargos de chefia etc. O teto de vidro que não permite a ascensão das mulheres – embora ninguém o veja, ele está sempre lá – ainda é mais impeditivo em funções e campos mantidos, décadas após década como espaços de domínio masculino, ou, popularmente falando: coisa de homem.

A luta das mulheres jornalistas esportivas que, como vimos, se contradizem em seu discurso pelo legítimo direito ao trabalho, aponta para contradições da própria sociedade que ainda segmenta o mercado de trabalho com forte ancoragem patriarcal, determinando às mulheres espaços nos quais podem ou não podem ser aceita a sua presença.

A violência sexista a que essas trabalhadoras são submetidas, denunciam e voltam a sofrê-la, clama por ações que discutam o direito para além dos textos de lei, e sim para uma educação ampla que conscientize homens – e mulheres também – que o espaço de trabalho não é uma concessão de um grupo que detém o (e se impõe no) poder. Para que não haja a continuidade do funcionamento discursivo que, mesmo demandando um direito, é preciso pedir para que as deixem – que as permitam – trabalhar.

As mulheres deverão ser notícia, produzir notícia, redigir notícia, narrar, reportar, apresentar e comentar eventos das mais diversas abordagens. Deverão ter a liberdade (direito democrático) de serem quem são, como assim nasceram, como tenham se constituído social e politicamente, como escolheram ou como foram chamadas a viver. A luta só se amplia com a tomada de pautas de grupos de invisibilizadas – sejam elas negras, indígenas, lésbicas, trans… enfim, mulheres.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO. *Mulheres no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Abraji, 2017. Disponível em: http://www.mulheresnojornalismo.org.br/12901_GN_relatorioV4.pdf. Acesso em: 13 out. 2019.

BRASIL. *Constituição* (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 5.452*, de *1º de maio de 1943*. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro, 1943.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 3.199*, *de 14 de abril de 1941*. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Rio de Janeiro. 1941.

BRASIL. *Lei n. 9.799*, *de 26 de maio de 1999*. Insere na Consolidação das Leis do Trabalho regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho e dá outras providências. Brasília, 1999.

CALIL, L. E. *Direito do trabalho da mulher:* a questão da igualdade jurídica ante a desigualdade fática. São Paulo: LTr, 2007.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 117-133, set/dez. 2003.

GLOBOESPORTE.COM. Repórter grava agressão em Gre-Nal e registra boletim de ocorrência. *Globo Esporte*, Porto Alegre, 11 mar. 2019. Disponível em: https://globoesporte.globo.com/rs/futebol/noticia/reporter-grava-agressao-em-gre-nal-e-registra-boletim-de-ocorrencia.ghtml. Acesso em: 3 mar. 2020.

GOODMAN, M. *Eighty Days*: Nellie Bly and Elizabeth Bisland's history – making race around the World. Nova Iorque: Ballantine Books, 2013.

GOODMAN, M. *Eighty days: Nellie Bly and Elizabeth Bisland's history-making race around the world.* New York: Ballantine Books, 2013.

INDURSKY, F. Identificação e contra-identificação: diferentes modalidades de subjetivação no discurso do/sobre e MST. *In*: MARIANI, B. (org.). A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e psicanálise. São Carlos, SP, Clara Luz, 2006.

'MENINO veste azul e menina veste rosa', diz Damares Alves. *Folha de S. Paulo,* São Paulo, 3 jan. 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/menino-veste-azul-e-menina-veste-rosa-diz-damares.shtml Acesso em: 3 abril de 2020.

MORAIS, P. Biel chama repórter de "gostosinha" em entrevista e diz que a "quebraria no meio". *Portal Ig*, 9 jun. 2016. Disponível em: https://delas.ig.com.br/comportamento/2016-06-03/biel-chama-reporter-de-gostosa-em-entrevista-e-diz-que-a-quebraria-no-meio.html. Acesso em: 3 mar. 2020.

ORLANDI, E. *As formas do silêncio:* no movimento dos sentidos. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

ORLANDI, E. *Discurso em análise*: sujeito, sentido e ideologia. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

REPÓRTER DE TV É ASSEDIADA EM TRANSMISSÃO DE JOGO DO VASCO. *Veja,* [São Paulo], 14 mar. 2018. Disponível em: https://veja.abril.com.br/placar/reporter-de-tv-e-assediada-em-transmissao-de-jogo-do-vasco/. Acesso em: 3 mar. 2020.

RIBEIRO, J. H. *Jornalistas: 1937 a 1997*: história da imprensa de São Paulo vista pelos que batalham laudas (terminais), câmeras e microfones. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

ROSSI, M. #DeixaElaTrabalhar: a nova investida de mulheres jornalistas contra o machismo. *El Pais*, São Paulo, 25 mar. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/23/politica/1521823054_844544.html. Acesso em: 3 mar. 2020.

SARAIVA, L. A. S. Além dos estigmas profissionais. *In*: FREITAS, M. E.; DANTAS, M. (Org.). *Diversidade sexual e trabalho*. São Paulo: Cengage, 2012.

SCHOCH, L. Stéréotypes de genre. *Sur le journalisme*, v. 8, n. 2, dez. de 2019. Disponível em: http://www.surlejournalisme.kinghost.net/rev/index.php/slj/article/view/400. Acesso em: 05 jan. 2020.

SCHOCH, L; OHL, F. Women sports journalists in Switzerland: between assignment and negotiation of roles. *Sociology of Sport Journal*, n. 28, p. 189-208, 2011.

SILVA, G. C. *Mulheres impedidas:* a proibição do futebol feminino na imprensa de São Paulo. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017.

SILVA, J. M. *Feminismo na atualidade:* a formação da quarta onda. Recife: Independently Published, 2019.

SOUZA-LOBO, E. *A classe operária tem dois sexos:* trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Perseu Abramo; Brasiliense, 2011.

Notas

1 A jornada da jornalista estado-unidense foi contata por Matthew Goodman e é pouco conhecida, inclusive por outras jornalistas.

2 Lógica sintetizada pela ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, em 02 de janeiro de 2019: "Atenção, atenção. É uma nova era no Brasil. Menino veste azul e menina veste rosa", proferida durante cerimônia de transmissão de cargos no ministério. ('MENINO veste azul e menina veste rosa', diz Damares Alves, 2019).

3 Neste artigo, não estamos nos detendo nas relações para além do binarismo de gênero homem x mulher, embora reconheçamos que as relações, no mercado de trabalho, são ainda mais estigmatizadas na presença de LGBTQI+, (SARAIVA, 2012), como também nas relações patriarcais e racistas as quais estão submetidas mulheres negras (CARNEIRO, 2003).

4 *"Dans le sport, tout comme d'autres domaines comme la politique ou la guerre qui sont pensés comme «masculins» […] restent globalement des bastions masculins des médias dans de nombreux pays [...] notamment le cas dans les sports de traditiontradition masculine comme le football, le baseball ou le hockey sur glace"*.

5 *"The number of women who have entered sports journalism, a traditionally male domain, is lower and it largely remains a male-dominated"*.

6 *"Les femmes journalistes de sport ont le sentiment de devoir être particulièrement vigilante's quant à 'leurs attitudes, notamment pour éviter certains stéréotypes (séductrice, lesbienne) dont elles se sentent facilement affublées et de devoir négocier diverses tensions"*.

7 A legislação sofreu alterações após a aprovação, em 2017, da Reforma Trabalhista, sancionada pelo então presidente Michel Temer, com retrocessos que atingem a proteção de trabalhadores e trabalhadoras, especificamente, no que concerne às modificações trazidas em relação a intervalos, jornadas, trabalhos em locais insalubres.

8 A profissional, então com 21 anos, foi chamada de *gostosinha* pelo cantor que afirmou que a q*uebraria no meio* se mantivessem relações sexuais e a teria chamado de *cuzona* ao exigir que a repórter atendesse seu celular, durante a entrevista. A repórter foi demitida um mês após a agressão. (MORAIS, 2016)

9 A então mestranda Janaina Alves Pereira Almeida dos Santos apresentou a análise "A relação política-discurso no enunciado da campanha #DeixaElaTrabalhar" como trabalho final da disciplina "Estudos em Sujeito, Discurso e Práticas Sociais na linha Análise do Discurso", no PPGLL/UFAL.

10 O termo bandeirinha é um sinônimo popularmente conhecido para os auxiliares da arbitragem ou árbitros de linha, nos jogos de futebol.

11 Com a chegada da primeira mulher à Presidência da República, no Brasil, o substantivo *presidenta* passou a ser de uso corrente, em documentos, no noticiário e no diaa dia da população, embora com polêmica e uso atribuído a pessoas ligadas a partidos e movimentos de esquerda.

Lídia Ramires
lidia.ramires@ichca.ufal.br
Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (UFAL)
Professora do Curso de Jornalismo (UFAL)

UFAL
Av. Lourival Melo Mota, S/N, Tabuleiro do Martins,
Maceió - AL
CEP: 57072-970

Agência financiadora
Não se aplica.

Contribuições da autora
Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica.

Consentimento para publicação
Não se aplica.

Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

 DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p510

ESPAÇO TEMÁTICO: POLÍTICA, CIÊNCIA E MUNDO DAS REDES

A *Escravidão Digital*[1] e a superexploração do trabalho: consequências para a classe trabalhadora

Clarissa Tenório Maranhão Raposo[1]
https://orcid.org/0000-0002-4104-9906

[1] Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Maceió, AL, Brasil

A *Escravidão Digital*[1] e a superexploração do trabalho: consequências para a classe trabalhadora
Resumo: O presente artigo tem como escopo de análise a precarização e a superexploração do trabalho, que se manifestam na atualidade através das novas modalidades de terceirização e flexibilização do contrato de trabalho. Fundamenta-se na teoria do valor-trabalho de Marx e na Teoria Marxista da Dependência (Ruy Mauro Marini), objetiva captar alguns elementos essenciais para apreensão da superexploração, tendo em vista estabelecer uma conexão clara entre esta categoria teórica e as novas modalidades de trabalho precário, tão expressivas na atualidade. Dá especial destaque ao setor de serviços, especificamente o trabalho monitorado e controlado por novos dispositivos tecnológicos e de rede. Pretende demonstrar como o processo de expansão dos serviços privatizados e mercadorizados na era informacional-digital contribui para a subsunção real do trabalho ao capital e provoca consequências profundas para a classe trabalhadora, em especial nos países dependentes e periféricos.
Palavras-chave: Dependência. Superexploração do Trabalho. Precarização. Uberização.

Digital slavery and the super-exploitation of labor: repercussions for the working class
Abstract: This article aims to analyze the precariousness and super-exploitation of work, which are currently manifested through the new modalities of outsourcing and flexibilization of the work contract. It is based on Marx's theories of work and value, and on the Marxist Theory of Dependence (thoughts of Ruy Mauro Marini), We aim to capture some essential elements for comprehension of super-exploitation, owing to establish a clear connection between this theoretical category and the new modalities of precarious work, so expressive nowadays. We give special emphasis to the service sector, specifically to the work monitored and controlled by new technological and network devices. We intend to demonstrate how the process of expansion of privatized and commodified services in the informational-digital era contributes to the real subsumption from labor to capital and has profound repercussions for the working class, especially in dependent and peripheral countries.
Keywords: Dependence. Super-Exploitation of Labor. Precariousness. Uberization.

Recebido em 29.05.2020. Aprovado em 06.06.2020. Revisado em 17.06.2020.

© O(s) Autor(es). 2020 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Introdução

Pensar sobre o *trabalho na sociedade contemporânea*, nos convida a refletir sobre os elementos centrais do processo de transformações do capitalismo financeiro e mundializado, quais sejam a *precarização e a superexploração do trabalho,* especialmente nos países latino-americanos.

Ao considerarmos o processo de restauração do capitalismo e suas determinações macroeconômicas em nível mundial, instauram-se novas exigências que configuram estratégias encontradas pelo próprio capital para sair da *crise*. Ou seja, em decorrência da liberalização, desregulamentação e privatização tem-se uma *dinâmica de acumulação flexível e uma economia baseada na exploração da força de trabalho barata e precária,* como elementos constitutivos da reprodução ampliada do capital na atualidade.

Baseada nas pesquisas produzidas por Antunes (2006) sobre as mudanças no mundo do trabalho, particularmente no atual estágio do capitalismo brasileiro dependente e periférico, observa-se que alguns traços singulares e particulares do processo de reestruturação produtiva do capital, conforme o autor, estão associados às formas multifacetadas e heterogêneas de organização, gestão e controle da força de trabalho, associadas à mundialização, transnacionalização e financeirização dos capitais.

Ao retomarmos o tema central proposto para esta análise, ou seja, a escravidão digital e a superexploração do trabalho, inserido na totalidade do *trabalho na sociedade contemporânea*, o nosso interesse não está em apenas apontar as características ou *formas de ser* das expressões da precarização do trabalho, mas, sim, em adensar o debate sobre a relação entre precarização e superexploração do trabalho. Mais precisamente, torna-se relevante analisar as mudanças que afetam as relações capital-trabalho e as novas formas de exploração do trabalho " as quais sofreram alterações radicais com o padrão de acumulação flexível " utilizando para isso, mediações concretas de análise, tais como: a precarização do trabalho e a superexploração da força de trabalho[2].

Nesse sentido, a estrutura do presente artigo subdivide-se em uma análise sobre a especificidade do capitalismo dependente e periférico, fundamentada na Teoria do valor-trabalho formulada por Marx, e na Teoria Marxista da Dependência defendida por Ruy Mauro Marini. Corroborando o pensamento de Marini, e referenciados pelos fundamentos da transferência de valor e da superexploração da força de trabalho, intencionamos captar os elementos essenciais para apreensão da superexploração, a fim de estabelecer uma conexão clara entre esta categoria teórica e as novas modalidades de trabalho precário, tão expressivas na atualidade. Em seguida, iremos analisar as tendências atuais de precarização do trabalho ou trabalho precário, especificamente no setor de serviços, evidenciando algumas facetas da exploração características do trabalho monitorado e controlado por novos dispositivos tecnológicos e de rede, a exemplo das plataformas da *economia de compartilhamento*, que têm grandes empresas como protagonistas, tais como Uber (aplicativo de táxi), Rappi (aplicativo de compras e entrega), IFood (aplicativo direcionado ao pedido de refeições em restaurantes e lanchonetes) etc.

Desenvolvimento

A especificidade que define a condição de capitalismo dependente, para Ruy Mauro Marini (2000) se traduz, principalmente, pela categoria da *superexploração da força de trabalho* e pelos mecanismos de transferência de valor.

Sobre isso, afirma Marini (2000, p. 121): "frente a esses mecanismos de transferência de valor, baseados seja na produtividade, seja no monopólio da produção, pode-se identificar – sempre no nível das relações internacionais de mercado – um mecanismo de compensação". Esse mecanismo de compensação é a *superexploração do trabalho*.

Nesse sentido, Marini, Amaral e Carcanholo (2012) atestam a permanência da lógica de um intercâmbio desigual, através do qual se operam três mecanismos de transferência de valor: o aumento da intensidade do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho.

Dentro dessa óptica, os referidos autores abordam as categorias da superexploração da força de trabalho e da transferência de valor como fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. Assim, ancorados na teoria marxista da dependência, analisam as características próprias da acumulação de capital na particularidade dos países periféricos. Quanto à especificidade das economias periféricas, afirmam Amaral e Carcanholo (2012, p. 88):

> A única atitude que torna possível às economias periféricas garantir sua dinâmica interna de acumulação de capital é o aumento da produção excedente através da superexploração da força de trabalho, 'o que implica o

> acréscimo da proporção de excedente/gastos com força de trabalho ou a elevação da taxa de mais-valia, seja por arrocho salarial e/ou extensão da jornada de trabalho, em associação com aumento da intensidade do trabalho'.

Além disso, vale salientar que Amaral e Carcanholo (2012), ao avançarem na discussão sobre a superexploração, problematizam a relação existente entre a superexploração do trabalho e a lei geral da acumulação capitalista, especialmente quando consideram a *funcionalidade* do exército industrial de reserva para a acumulação capitalista e a sua *disfuncionalidade* em relação aos impactos que este provoca na classe trabalhadora em geral.

Sob a perspectiva crítico-marxista, os referidos autores atestam que a dinâmica da acumulação capitalista, a qual se traduz pela ampliação da composição orgânica do capital, ou seja, "a relação entre capital constante (c) e capital variável (v) investidos", também se amplia. Sendo assim, considerando que "a taxa de lucro é uma função da taxa de mais-valia e da composição orgânica do capital, pressupondo uma taxa de mais-valia constante, o crescimento da composição orgânica do capital leva necessariamente à queda da taxa de lucro." (AMARAL, CARCANHOLO, 2012, p. 90).

Com efeito, é importante sublinhar que o impacto imediato da lei geral de acumulação capitalista (aumento do capital constante em relação à massa de capital variável) é a formação do exército industrial de reserva que traz consigo a possibilidade crescente de exploração capitalista dos assalariados, seja em termos de extensão da jornada de trabalho, seja pela intensificação do trabalho numa mesma jornada, seja, ainda, em termos de arrocho salarial.

Nesse sentido, com base nessa análise, depreende-se que a especificidade do capitalismo dependente se fundamenta na relação existente entre a superexploração do trabalho e o exército industrial de reserva, articulada à lei tendencial da queda da taxa de lucro, defendida por Marx (apud AMARAL; CARCANHOLO, 2012).

Dito de outra maneira, nas economias periféricas reafirma-se a necessidade de elevação da taxa de lucro que, do ponto de vista capitalista, fundamenta-se na relação imediata entre os mecanismos de superexploração e o aumento do exército industrial de reserva, reforçando-se, dessa forma, a expropriação do trabalho.

Fundamentados na teoria de Ruy Mauro Marini (2000), Amaral e Carcanholo (2012) defendem que há quatro formas principais de superexploração do trabalho, atuando de maneira isolada ou combinada, as quais possibilitam a continuidade do processo de acumulação capitalista na periferia, quais sejam:

> a) o aumento da intensidade do trabalho; b) o prolongamento da jornada de trabalho; c) a apropriação, por parte do capitalista de parcela do fundo de consumo do trabalhador, convertido em fundo de acumulação capitalista; d) a ampliação do valor da força de trabalho sem que seja pago o montante necessário para tal. (AMARAL; CARCANHOLO 2012, p. 99).

Vale dizer que os quatro mecanismos de superexploração da força de trabalho, expostos acima, têm como característica fundamental *a negação ao trabalhador das condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho*. De uma maneira geral, o trabalho se remunera abaixo de seu valor, e isso, por si só, deixa patente a existência da superexploração.

Portanto, referenciadas por Marx e Marini, pode-se afirmar que a *superpopulação relativa* e a *superexploração da força de trabalho* revelam-se como categorias analíticas para desvelar a dimensão histórica do processo de *precarização do trabalho* (AMARAL; CARCANHOLO, 2012).

Ancorado na mesma tradição crítico-marxista, ao problematizar os equívocos e as polêmicas em torno da *superexploração da força de trabalho*, Luce (2018) nos traz algumas reflexões sobre esta categoria apreendida como fundamento do capitalismo dependente. No entanto, segundo o referido autor, este fundamento é pouco compreendido em muitas análises no âmbito do próprio marxismo, principalmente pelo fato de que "um aspecto do fenômeno em um nível de abstração ou instância da realidade é transformado em um postulado de identidade supondo que seja a sua própria essência". (LUCE, 2018, p. 135).

De acordo com Luce (2018, p. 155), esta categoria histórica, tendencial e relacional da superexploração define-se com base na economia política marxista da dependência "[...] enquanto tendência negativamente determinada que exacerba a relação-valor em seus aspectos alienantes". Então, detalha Luce:

> A força de trabalho na superexploração, além de estar submetida à exploração capitalista nas suas determinações mais gerais do valor, está também submetida às determinações específicas desta, sob as quais é agudizada sua tendência negativamente determinada, que atua de modo sistemático e estrutural sob as economias dependentes, provocando desgaste prematuro da força de trabalho e/ou a reposição de seu desgaste de tal maneira em que a substância viva do valor não é restaurada em suas condições normais (isto é, nas condições sociais dadas), ocorrendo o rebaixamento do seu valor. (LUCE, 2018, p. 155).

Diante disso, inspirado no pensamento de Ruy Mauro Marini, o autor assevera que a superexploração e a sua essência devem ser desveladas a partir das suas determinações e conexões internas (LUCE, 2018).

Nesse sentido, podemos dizer que, fundamentando-se em distintos níveis de abstração e sem prescindir de Marx, a teoria marxista da dependência nos possibilita apreender a especificidade do capitalismo dependente. Assim, por meio dessa teoria e de seus fundamentos referentes ao mecanismo de transferência de valor e da superexploração da força de trabalho, torna-se possível entender que essa especificidade nos remete ao condicionante estrutural da dependência[3], considerando a forma de inserção dos países dependentes no sistema mundial capitalista. Em poucas linhas, mediante a configuração de um intercâmbio desigual[4], as economias centrais se diferenciam das economias dependentes: as primeiras tendem a se apropriar de um valor produzido por capitais operantes na segunda economia.

No tocante ao processo de restauração do capital, que avançou nas décadas de 80/90, implantou-se um novo sistema de produção, o Toyotismo, o qual se opõe à rigidez do fordismo[5]. Com ele, inaugurou-se um novo estágio de acumulação capitalista (modelo de acumulação flexível), consubstanciado no processo de reestruturação produtiva[6], o qual introduziu profundas mudanças nas formas de produção e de gestão do trabalho mediante as exigências do mercado, em um contexto de *mundialização do capital* (CHESNAIS, 1996).

Por consequência desse novo perfil do capitalismo contemporâneo, principalmente a partir dos anos 90, no contexto latino-americano, as contrarreformas propostas pelo Consenso de Washington[7] resultaram na intensificação do processo de reestruturação produtiva do capital, especialmente no Brasil, o qual segundo Antunes (2006, p. 18), "desenvolveu-se por meio da implantação de vários receituários oriundos da acumulação flexível e do ideário japonês[8], [...] das formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho".

Desse modo, no contexto atual do capitalismo brasileiro dependente e periférico, as formas de inserção no mercado de trabalho seguem uma única exigência que é de atender aos interesses do capital, através da elevação da produtividade impulsionada pela extração da mais-valia, tendo em vista manter a estrutura do emprego e do trabalho funcionais à lei do valor e da acumulação capitalista.

Desse modo, no contexto atual do capitalismo brasileiro dependente e periférico, as formas de inserção no mercado de trabalho seguem uma única exigência que é de atender aos interesses do capital, através da elevação da produtividade impulsionada pela extração da mais-valia, tendo em vista manter a estrutura do emprego e do trabalho funcionais à lei do valor e da acumulação capitalista.

Assim, como já mencionamos anteriormente, "para incrementar a taxa de exploração, distinguem-se quatro formas fundamentais: a compra do trabalho abaixo de seu valor; o prolongamento da jornada de trabalho; o incremento da produtividade do trabalho; e a intensificação do trabalho". (FERREIRA; OSÓRIO; LUCE, 2012, p. 54). Essas formas ou mecanismos correspondem, portanto, à superexploração da força de trabalho.

Partindo de uma reflexão crítica sobre as determinações da dinâmica do capitalismo contemporâneo no âmbito das relações de trabalho, Mota (2013) utiliza a expressão *precarização do trabalho ou trabalho precário* para designar os estatutos jurídicos, as condições e as relações de trabalho que imperam no mundo do trabalho na atualidade.

A referida autora problematiza a relação entre precarização do trabalho e superexploração da força de trabalho, recuperando a Teoria Marxista da Dependência de Ruy Mauro Marini. Nesse sentido, segundo Mota (2013), na fase de subsunção formal e real do trabalho ao capital, a potenciação da exploração do trabalho, através da sua precarização, pode ser compreendida como um processo de *desvalorização da força de trabalho*, que ocorre mediante os seguintes aspectos: a violação do valor do trabalho socialmente necessário – baixos salários, salário por produção ou salário por peça; métodos de assalariamento disfarçado como bônus salarial –, que convertem o trabalhador à condição de mera mercadoria (força de trabalho); a redução da qualidade e do tempo real de vida do trabalhador, pelo desgaste psicofísico do trabalho, através do prolongamento da jornada de trabalho, como os acordos de banco de horas que, apesar de facilitarem o acesso a bens necessários à sobrevivência do trabalhador, reduzem o tempo de descanso necessário para repor o desgaste físico e mental de longas e intensas jornadas de trabalho; o sitiamento de qualquer projeto de vida do trabalha-

dor e sua família, que se manifesta atualmente nas formas sutis de controle do tempo de trabalho, da padronização de procedimentos, da ideologia do trabalhador-colaborador que mistifica a ideia do *valor do trabalho* como uma necessidade humana; e, por fim, a fratura da organização e da solidariedade coletivas das classes trabalhadoras, determinada pelo esgarçamento da vivência coletiva do trabalho e pela concorrência entre os trabalhadores, a qual se expressa através das formas de envolvimento e cooptação dos trabalhadores etc.

A partir daí ocorre a violação do valor do trabalho que significa a usurpação do único meio de que dispõe o trabalhador para reproduzir a própria vida – a venda da sua força de trabalho em troca do salário para atender às suas necessidades de sobrevivência –, como expressão do processo de *superexploração* do trabalho. Esse processo consiste na conversão do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação de capitais e se expressa, na atualidade, pelas mediações concretas da precarização e da superexploração da força de trabalho.

Em suma, ao perseguir a análise Mota (2013), no tocante à relação entre a precarização e a superexploração do trabalho, enfatizamos que as tendências atuais de precarização do trabalho por meio do trabalho informal ou *trabalho por conta própria*, apontam para um incremento dos mecanismos da *superexploração da força de trabalho*. Nesse sentido, passaremos, então, a analisar a superexploração da força de trabalho, por meio de algumas expressões objetivas da precarização e da intensificação do trabalho[9].

Em recente matéria publicada pela pesquisadora, Ludmila Abílio (2020), na revista Le Diplomatique Brasil, intitulada, *Colapso ou atualidade do empreendimento colonial,* é possível perceber algumas expressões objetivas da precarização e flexibilização do trabalho, a partir de um retrato atual da população trabalhadora, especificamente o trabalhador do setor de serviços.

De acordo com a referida pesquisadora, na especificidade do desenvolvimento capitalista periférico, evidencia-se que a realidade atual do mundo do trabalho brasileiro é caraterizada pela informalidade, terceirização, pela extensão do tempo de trabalho e pelo rebaixamento do valor da força de trabalho. Por conseguinte, *o caos e a precariedade* do espaço urbano materializam-se na figura do trabalhador que trocou o emprego formal com carteira assinada pelo trabalho por conta própria vinculado à plataforma e aos aplicativos Uber e IFood. Em relação a essa nova modalidade de trabalho precário, destaca a pesquisadora:

> A figura dos ciclistas[10] jovens, negros e periféricos pareceu romper momentaneamente o anestesiamento social diante da brutalidade da exploração do trabalho. Com jornadas de em média 12 horas por dia, recebendo em torno de R$900,00 por mês, esses trabalhadores pedalam mais de 50km por dia em meio ao tráfego de São Paulo. Reduzidos à força física barata, perambulam pelas ruas e praças da cidade à espera do próximo chamado. Arcam com os poros do trabalho, recebem estritamente por aquilo que produzem, embora estejam em média 12 horas disponíveis ao trabalho, sete dias por semana. (ABÍLIO, 2020, p. 19).

Este quadro se manifesta, principalmente pelo fenômeno conhecido como *uberização do trabalho*, o qual resulta no processo de *autogestão subordinada*, em que o trabalhador se submete a uma longa jornada de trabalho, e às formas de assalariamento disfarçado (bonificações e remuneração por produção), passando também a assumir os riscos e os custos do seu trabalho.

Ainda nessa matéria, evidencia-se dados importantes quanto ao perfil socioeconômico das vítimas fatais nos acidentes com motocicleta, particularmente da cidade de São Paulo. Com base no relatório da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), destaca-se: "a morte por acidente de motocicleta tem classe, sexo e cor bem definidos: frentistas, garçons, manobristas, motoristas, porteiros, seguranças e vigilantes, ajudantes gerais, mecânicos, eletricistas e pedreiros" (MARTINS; BIAVATTI, 2009). De acordo com esses dados, constata-se que as vítimas compõem o contingente dos trabalhadores do espaço urbano, que se arriscam diariamente ao utilizarem a moto como meio de transporte, visando economizar o tempo de deslocamento para o trabalho.

Diante desse quadro, a pesquisadora postula que a outra definição para a *uberização do trabalho* é expressa pela "transformação do trabalhador formalizado em trabalhador *just-in-time*" (ABÍLIO, 2020, p. 19), fenômeno que, segundo ela, atesta a dispersão controlada do trabalho e a centralização dos lucros. Em suas palavras:

> Trabalhadores que trabalham por metas, movidos a bonificações e participações nos lucros, gerentes de seu próprio tempo. Trata-se de uma transferência muito bem-sucedida do gerenciamento do trabalho para o próprio trabalhador, que segue subordinado, o que geralmente também é uma transferência de custos e riscos. Trata-se da crescente eliminação das determinações da jornada de trabalho, do que é e do que não é tempo de trabalho, do que é a remuneração pelo trabalho. (ABÍLIO, 2020, p. 19).

Assim, como se pode ver, a *uberização do trabalho* consolida a *autogestão do trabalho* imbricada com a "transformação do trabalhador em um autogerente subordinado" (ABÍLIO, 2020, p. 19). Por conseguinte, através do discurso de empreendedorismo, observa-se na realidade novas formas de exploração da

força de trabalho por meio da flexibilização do contrato de trabalho e da *intensificação do trabalho*, associadas ao pagamento de salário por produção.

Pelos limites deste artigo, não vamos nos estender, nem nos deter ao aprofundamento do significado da intensificação do trabalho. De modo sucinto, podemos dizer que sob a lógica da valorização do capital, "o aumento da intensidade implica um maior dispêndio de trabalho e de força de trabalho no mesmo período de tempo" (GUANAIS, 2016, p. 216). Com uma jornada de trabalho *mais intensiva* exige-se uma aceleração do ritmo de trabalho e consequentemente, um desgaste maior da força de trabalho, para poder incorporar mais produtos. Logo, numa jornada de trabalho *mais intensiva* tem-se um incremento na produção de mercadorias e de mais-valia, por meio da elevação do desgaste físico dos trabalhadores, "[...] sem que seja acompanhado necessariamente de um desenvolvimento tecnológico dos meios de produção, dos instrumentos de trabalho ou da organização técnica do trabalho". (SOTELO VALENCIA, 2012 apud GUANAIS, 2016, p. 219).

No caso do aumento da produtividade ou da *força produtiva do trabalho*[11], ocorre uma diminuição do tempo de trabalho necessário, obtendo-se, assim, uma produção maior de mercadorias. Isso implica em dizer que, ao se elevar a produtividade ou a força produtiva do trabalho, através da revolução das condições técnicas e do incremento da tecnologia, diferentemente do aumento da intensidade, exige-se um quantum de trabalho menor e, portanto, uma redução do tempo de trabalho necessário em detrimento da elevação do tempo de trabalho excedente.

Dito de outra maneira, durante uma jornada de trabalho *mais intensiva*, o valor do produto é mais alto, pois foi necessária uma quantidade maior de trabalho para se obter uma produção maior de mercadorias. Diferentemente, com o aumento da produtividade do trabalho, temos um valor total do produto mais baixo, pois o tempo de trabalho necessário para reprodução desse valor foi reduzido em função das alterações das condições técnicas e das novas formas de organização do processo de trabalho.

Ainda no tocante às expressões objetivas da precarização do trabalho, em sua obra mais recente, *O privilégio da servidão*, Antunes (2018, p. 4), procura compreender o sentido do trabalho em suas formas de ser, analisando uma tendência caracterizada pela "expansão significativa de trabalhos assalariados no setor de serviços", tendo como foco central os traços particulares de uma *nova morfologia* da classe trabalhadora.

Na opinião do referido autor, por consequência da hegemonia do capital financeiro, consolida-se uma nova fase no mundo produtivo, denominada por Antunes (2018) como fase *informacional-digital*, na qual os celulares, tablets e smartphones representam a expansão das novas tecnologias a serviço do capital e uma explosão da indústria de serviços. Esse processo, segundo o referido autor, vem repercutindo em transformações no mundo do trabalho e em *novas formas de realização da lei do valor*, através das distintas modalidades de trabalho digital, as quais se constituem em novas formas disfarçadas de exploração e de extração da mais-valia.

Conforme Antunes (2018), estamos vivendo *uma nova fase de subsunção real do trabalho ao capital* e de expansão dos serviços privatizados e mercadorizados, onde o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) configura-se como elemento central de uma nova empresa flexível e digital. Com efeito, na era das inovações tecnológicas, tem-se uma forte tendência de ampliação da população sobrante e desempregada, combinada com um quadro acentuado de precarização, informalidade e subemprego.

Assim, alinhada com essa nova era informacional-digital, tem-se, a *escravidão digital* que, conforme o referido autor, expressa uma clara tendência de "intensificação dos níveis de precarização e informalidade" (ANTUNES, 2018, p. 31) e incorporam as novas formas de geração de trabalho excedente. Em suas palavras,

> O resultado dessa processualidade é que, em todos os espaços possíveis, os capitais convertem o trabalho em potencial gerador de mais-valor; o que inclui desde as ocupações, tendencialmente em retração global, que ainda estabelecem relações de trabalho pautadas pela formalidade e contratualidade, até aquelas claramente caracterizadas pela informalidade e flexibilidade, não importando se suas atividades são mais intelectualizadas ou mais manuais. (ANTUNES, 2018, p. 31).

Parafraseando Antunes (2018), *a nova morfologia do trabalho* sugere, ao mesmo tempo, uma tendência aparente de redução do proletariado industrial nos países centrais, e uma forte *contratendência* dada pela explosão do proletariado do setor de serviços nos países do Sul, a exemplo do Brasil. Na opinião do referido autor, o aprofundamento da *divisão internacional do trabalho* "[...] entre Norte e Sul, centro e periferia seguindo um movimento que, desigual e combinado[12], atinge de forma diferenciada a totalidade dos países que integram o sistema mundial capitalista, aprofundando a expulsão de força de trabalho a um patamar maior que o atual". (ANTUNES, 2018, p. 38).

Em suma, constata-se que na atualidade, a ampliação do trabalho informal e terceirizado se dá por meio do processo de expansão dos serviços privatizados e mercadorizados na era informacional-digital, os quais revelam um incremento da superexploração da força de trabalho através dos mecanismos de prolongamento

da jornada de trabalho, do aumento da produtividade combinada com a intensidade do trabalho, garantindo, assim, a extensão do trabalho excedente sobre o necessário. Como já analisamos anteriormente, principalmente nos países de capitalismo dependente e periférico, evidencia-se uma tendência crescente de ampliação das novas formas de organização e de controle do trabalho, identificadas pelo fenômeno da *uberização*, o qual consolida a nova era da *autogestão do trabalho.* De um modo geral, as expressões objetivas da precarização do trabalho, configuradas pelo trabalho monitorado e controlado por novos dispositivos tecnológicos e de rede, demonstram a clara conexão entre *uberização* e *superexploração do trabalho*, no sentido da subsunção real do trabalho ao processo de valorização do capital.

Considerações Finais

Não por acaso, altos índices de adoecimento, depressões e suicídios, acometem a classe trabalhadora dos países periféricos. A *lógica destrutiva do capital*[13], particularmente no Brasil do século XXI, provoca ao mesmo tempo metamorfoses no mundo do trabalho e mudanças no papel do Estado, quando este último passa a intermediar a relação capital-trabalho, promovendo a informalização e a flexibilização do contrato de trabalho.

Na atualidade, o trabalho informal, o trabalho intermitente, o trabalho por conta própria de baixa qualificação constituem diversas modalidades de contratos flexíveis[14], os quais repercutem na redução dos salários e no agravamento do quadro das desigualdades sociais.

Ao analisar as tendências atuais da precarização do trabalho no Brasil, especificamente no *universo dos serviços*, Antunes (2018, p. 35) destaca o fenômeno da *uberização do trabalho* como um exemplo emblemático da forma disfarçada da exploração da força de trabalho, em que os trabalhadores utilizam seus automóveis como instrumentos de trabalho e "[...] arcam com suas despesas de seguridade, com os gastos de manutenção dos veículos, de alimentação, limpeza, etc.".

O resultado mais evidente da *uberização*, conforme o referido autor, se identifica com uso de uma nova terminologia na sociologia do trabalho, a chamada *escravidão digital,* enquanto uma das vertentes da nova era informacional-digital, que por sua vez combina um processo intenso de precarização do trabalho com expansão crescente do novo proletariado de serviços e crescimento da força de trabalho supérflua e sobrante.

Em relação ao perfil da classe trabalhadora, representada pelo "novo proletariado dos serviços", cumpre-nos evidenciar as consequências profundas da *uberização do trabalho* para os trabalhadores, uma vez que as empresas acabam transferindo para esses trabalhadores, "[...] a pressão pela maximização do tempo, pelas altas taxas de produtividade, pela redução dos custos, como os relativos à força de trabalho" (ANTUNES, 2018, p. 32).

Por meio dessa modalidade de trabalho instável, é possível identificar uma nova forma de gestão e organização do trabalho, a *autogestão subordinada*, a qual se caracteriza pelo predomínio do trabalho individualizado e pela redução dos custos do trabalho, o que traz graves consequências para a classe trabalhadora. Acrescenta-se a essas consequências, as "práticas de assédio" que, em uma proporção grave[15], podem gerar adoecimentos, depressões e suicídios.

Além disso, o quadro de expansão do proletariado dos serviços deflagra uma diminuição do papel do Estado em suas funções de regulação e proteção do trabalho que passa a legitimar a informalização do trabalho e os discursos de liberdade do mercado através das recentes contrarreformas trabalhista e previdenciária, as quais trouxeram profundas consequências para classe trabalhadora, no que tange à eliminação das proteções, garantias e direitos.

Na esteira dessas reflexões, enfatiza-se que na era informacional-digital, sob a hegemonia do capital financeiro, as relações estabelecidas entre capital e trabalho são travestidas pela *flexibilização crescente dos contratos de trabalho* e pela expansão em escala global da terceirização, assumida como modalidade de gestão empresarial, tendo em vista a ampliação de seus lucros.

Dito de outra maneira, por trás da expansão global da *uberização do trabalho*, identificada como estratégia de *empreendedorismo*, constata-se, na realidade, uma tendência de incremento dos mecanismos de superexploração, mediante as novas formas de extração do trabalho excedente e do pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor.

Corroborando Antunes (2020), a expansão das novas modalidades de trabalho instável, traz um novo significado para o mundo do trabalho. Na visão deste autor, abre-se uma nova era, onde predomina "[...] a quebra do espaço coletivo, a quebra da reflexão da solidariedade e da organização coletiva". Logo, o espaço da sociabilidade decorrente do espírito de coletividade, solidariedade e união é substituído pelo espírito individualista de competitividade, o que dificulta enormemente a reflexão sobre os problemas vivenciados no trabalho e a participação política desses trabalhadores, nos seus sindicatos, associações representativas, conselhos, etc.

Em poucas linhas, na era da *escravidão digital* e da *explosão do novo proletariado de serviços*, as metamorfoses no mundo do trabalho, expressam uma clara conexão entre as expressões objetivas da precarização e a categoria da superexploração da força de trabalho, no sentido da subsunção real do trabalho e da valorização do capital.

Referências

ABÍLIO, L. C. Colapso ou atualidade do empreendimento colonial. *Revista Le Monde Diplomatique Brasil*, ano 13, n. 150, p. 18, jan. 2020.

AMARAL, M. S.; CARCANHOLO, M. D. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. *In*: FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. (org.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 87-102.

ANTUNES, R. A Era da Informatização e a época da Informalização. Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil *In:* ANTUNES, R. *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo. Boitempo: 2006. p. 15-25.

ANTUNES, R. A Explosão do Novo Proletariado de Serviços *In: O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo. Boitempo: 2018. p. 25-64.

ANTUNES, R. *Trabalho remoto e a precarização do ensino*. Disponível em: https://youtu.be/HoXwKQ7kg. Acesso em: 28 maio 2020.

CARCANHOLO, M. D. (Im)precisões sobre a categoria da superexploração da força de trabalho. *In:* NIEMEYER, A. F. (org.). *Desenvolvimento e Dependência*: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013. p. 71-98.

CHESNAIS, F. A Mundialização do Capital. São Paulo, Xamã: 1996.

FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. *Padrão de reprodução do capital:* contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 87-102.

GUANAIS, J. B. *Pagamento por produção, intensificação do trabalho e superexploração na agroindústria canavieira brasileira*. 2016. Tese (doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, SP. Disponível em: http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281240. Acesso em: 29 maio 2020.

LUCE, M. S. A Superexploração da força de trabalho *In:* LUCE, M. S. *Teoria marxista da dependência:* problemas e categorias: uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 135-177.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência *In:* MARINI, R. M.; SADER, E. (org.). *Dialética da Dependência:* uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 105-165.

MARTINS, H.; BIAVATTI, E. *Mortos e feridos sobre duas rodas*: estudo sobre a acidentalidade e o motociclista em São Paulo. *CET*, São Paulo, 2009.

MOTA, A. E. Superexploração: uma categoria explicativa do trabalho precário. *Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*, Portugal, v. 2, p. 87, 2013.

TAVARES, M. A. Acumulação, trabalho e desigualdades sociais. *In:* CFESS. *Serviço Social:* direitos sociais e competências profissionais. Brasília. CFESS/ABEPSS, 2009, p. 239-254.

TEIXEIRA,F.J.S. O neoliberalismo em debate *In*: *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva. As Novas determinações do Mundo do Trabalho.* São Paulo.Cortez,1996. p.195-252.

SANTOS, T. dos. A Estrutura da Dependência. *Revista Sociedade Brasileira Economia Política.* São Paulo, nº30, p.5-18. Outubro, 2011.

Notas

1 O termo escravidão digital foi originalmente formulado por Antunes (2018), em sua obra O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. Ao se contrapor à tese sobre o fim do trabalho, o referido autor atesta o crescimento exponencial do novo proletariado de serviços, que segundo ele, evidencia-se como uma variante da escravidão digital.

2 No plano da Teoria da Dependência, "a superexploração não é apenas um conjunto de mecanismos que levam à elevação da taxa de mais-valia, mas, para além disso, constitui-se em uma categoria central – aliás, a mais importante – da teoria marxista da dependência". (CARCANHOLO, 2013, p. 81).

3 Sob esta óptica, a superexploração "é a característica estrutural que demarca a condição dependente de um país" (AMARAL; CARCANHOLO, 2012, p. 101). Ela ocorre em função da existência de mecanismos de transferência de valor entre as economias periférica e central, justamente porque parte do excedente gerado nesses países é levada para o centro.

4 O conceito de intercâmbio desigual é explicitado por Ruy Mauro Marini (2000), em sua obra clássica, Dialética da Dependência, na qual o autor procura analisar as leis próprias da economia dependente. Ao tomar como referência a divisão internacional do trabalho e a expansão do mercado mundial, Marini desenvolve uma análise sobre as relações entre as nações dependentes e as nações centrais. Segundo Marini, sob a lógica do

intercâmbio desigual, identificam-se mecanismos de transferência de valor e de compensação, por parte das nações dependentes, fundadas na produtividade e no monopólio da produção (nações centrais). Como consequência, tem-se a descapitalização dos países dependentes.

5 Segundo Tavares (2009, p. 250): "Para os defensores o trabalho assalariado, sob a modalidade de trabalho formal, com carteira assinada e garantia de direitos sociais, caracterizava a rigidez, à qual deve se opor o toyotismo".

6 A crise estrutural do capital vem sendo enfrentada, segundo Teixeira (1996), a partir de um processo de reestruturação produtiva que acompanha novas tecnologias e uma produção de mercadorias baseada num modelo flexível, capaz de satisfazer as novas exigências do mercado e criar condições para que a oferta de bens e serviços possa acompanhar o consumo.

7 A partir de uma reunião de avaliação das reformas econômicas empreendidas na América Latina a proposta neoliberal foi recomendada pelo governo norte-americano aos países de terceiro mundo, como uma condição para a continuidade da concessão de cooperação financeira externa. As recomendações e conclusões dessa reunião passaram a ser conhecidas como Consenso de Washington.

8 O autor cita a intensificação da lean production, dos sistemas just-in-time e kanban, além do processo de qualidade total (ANTUNES, 2006).

9 O significado da intensificação do trabalho, segundo Marx, "compreende o dispêndio maior de trabalho e de força de trabalho, objetiva-se preencher todos os poros da jornada de trabalho, todos os 'tempos de não trabalho', fenômeno que fica a cargo do aumento do esforço realizado pelos próprios trabalhadores". (MARX, 2013 apud GUANAIS, 2016, p. 212).

10 A matéria divulga dados da "Pesquisa de perfil de entregadores ciclistas de aplicativo", realizada pela Aliança bike (2019 apud ABÍLIO, 2020).

11 Corroborando Guanais (2016, p. 214), o termo força produtiva pode ser apreendido como sinônimo de "produtividade do trabalho", "[...] tal como ocorre em várias traduções do livro I de O Capital. A edição de 1988 da Editora Bertrand Brasil, traduzida por Reginaldo Sant'Anna, por exemplo, é uma das que trata ambos os termos como sinônimos, o que não ocorre com a edição da Boitempo, de 2013".

12 Ao analisar o processo de constituição da economia global, Santos (2011, p. 7) assevera que as relações comerciais produzidas no mercado mundial são desiguais e combinadas. Ou seja, "para os países dependentes essas relações representam uma exportação de lucros e juros que leva junto parte do excedente gerado domesticamente e conduz a uma perda do controle sobre os seus próprios recursos produtivos". Por conseguinte, a lógica da transferência de recursos dos setores mais atrasados e dependentes aos mais avançados e dominantes, resulta na limitação do desenvolvimento de seu mercado interno e no aprofundamento e combinação das desigualdades, como elemento necessário da economia global. "Isto se denomina desenvolvimento desigual e combinado".

13 O termo foi aqui adaptado para fazer referência a "lógica dos capitais em relação ao trabalho", que segundo Antunes se expande nas últimas décadas, através da trípode destrutiva: terceirização, informalidade e flexibilidade, numa nova era de escravidão digital. (ANTUNES, 2018, p. 37).

14 Conforme Antunes, as situações instáveis, precárias, o flagelo do desemprego, assim como a redução dos direitos sociais e a erosão das conquistas históricas dos trabalhadores se refletem como consequências de uma "lógica destrutiva do capital", em pleno século XXI. Sobre isso ver em Antunes (2018).

15 De acordo com Antunes (2018, p. 35): "Em 2017, os assédios que ocorreram na empresa Uber assumiram uma dimensão tão grave que levaram, inclusive, à demissão de seu CEO, envolvido nessas práticas escusas que se repetem em muitas empresas globais".

Clarissa Tenório Maranhão Raposo
claramraposo@gmail.com
Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Professora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

UFAL
Rua Durval Guimarães, 1926. Ponta Verde.
Maceió – Alagoas. Brasil
CEP:57035-060

Agradecimentos
Não se aplica.

Agência financiadora
Não se aplica.

Contribuições das autoras
Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica.

Consentimento para publicação
Consentimento da autora.

Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

ESPAÇO TEMA LIVRE

Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional

Maria Helena Elpidio[1]
https://orcid.org/0000-0001-8243-542

[1] Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento de Serviço Social , Programa de Pós-graduação em Política Social, Vitória, ES, Brasil

Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional

Resumo: O artigo aborda o aprofundamento de estudos sobre as Diretrizes Curriculares da ABEPSS e a questão racial como elemento fundamental à compreensão da vida social na particularidade brasileira e, por conseguinte, na formação e no trabalho profissional em serviço social. Considerando a lógica do projeto de formação profissional construído nos últimos 40 anos da Virada e ruptura do conservadorismo o debate racial vem ganhando expressão, ainda que com lacunas e silêncios a serem superados. Nesta direção, visa contribuir com aspectos teórico-metodológicos que possam subsidiar a superação do debate étnico-racial restrito à temática identitária ou de política pública que ocasionam a sua secundarização, fragmentação e distanciamento. Os estudos realizados no pós doutoramento permitiram constatar que a indissociabilidade dos núcleos de fundamentação evidenciam como o debate racial contribui fundamentalmente para as aproximações do real na perspectiva marxista da totalidade histórica, sendo assim, força motriz para seu movimento de resistência, rebeldia e superação.

Palavras-chave: Questão racial, Formação Profissional, Diretrizes Curriculares do Serviço Social.

Curricular guidelines and racial issue: a pulsating beat in professional training

Abstract: Regards to the deepening of the studies about the ABEPSS's Curricula Guidelines and the racial matter as fundamental element to understanding social life on brazilian particularity, on professional formation and social work. Considering the logic of professional formation built over the last 40 years, from the Turn and rupture from conservatism, racial debate has been gaining expression, even though with gaps and silences yet to be overcome. In this direction, it aims to contribute to some theorical-methodological aspects that may subsidize ethnic-racial debates overcoming identity issues or public policies the lead to its marginalization, fragmentation and distancing. Studies on post-doctoral level have permitted to verify the inseperable nature of fundamentals of racial debate contributes to approximations on reality under marxist perspective of historical totality thus, powerful propellent to resistance movements, rebbelion and overcoming.

Keywords: Racial matter, professional formation, Social Work Curricula Guidelines.

Recebido em 02.03.2020. Aprovado em 07.04.2020. Revisado em 25.06.2020.

© O(s) Autor(es). 2020 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Introdução

O presente propõe-se a apresentar elementos que evidenciam a questão racial como um dos elementos inerentes à indissociabilidade entre os três núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996, a saber: Núcleo de Fundamentos teórico-metodológicos da Vida Social, Núcleo de Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e, Núcleo de fundamentos do trabalho profissional, considerando o debate racial como constructo social, sua gênese e atualidade da questão como um eixo estruturante das relações sociais capitalistas no Brasil. As reflexões aqui propostas objetivam superar uma compreensão de que o debate étnico-racial deve ser encarado na formação profissional como uma temática isolada ou especificidade (seja pela via do atendimento de política pública ou pelo viés identitário).

A tese aqui defendida é de que ao examinar a lógica curricular e seus fundamentos, a questão racial perpassa centralmente a formação da vida social assentada no modo de produção capitalista, bem como a particularidade deste processo histórico da formação social brasileira desde seu processo de colonização e inserção tardia no capitalismo, aprofundando e sustentando a relação de dependência nos diferentes períodos históricos de desenvolvimento; e aflora como força motriz repleto de contradições e do movimento real da classe que combina *castigo e rebeldia*, como instiga Iamamoto (2001).

Desse modo, ao mergulhar nos aspectos centrais do método em Marx mediado por aproximações coerentes de interpretações sobre a formação social do Brasil e seus projetos, tendo especial atenção ao movimento da classe trabalhadora que ascende a questão racial como parte da *questão nacional* em uma perspectiva da totalidade histórica.

O aprofundamento do debate sobre a questão racial nesta direção, pode representar um tambor que ecoa forte! Ora, na batida do surdo de pesar pelo extermínio e silenciamento do povo negro ao longo da sua história. Ora, como repique de exortação e resistência nas encruzilhadas das quebradas, becos, vielas, favelas e quilombos onde se espalham mais de 50% da população que (re)existe neste país. Sendo assim, mediação indispensável para a formação e o trabalho profissional nas suas múltiplas dimensões (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa).

Considerando o aprofundamento de estudos bibliográficos que articulam o acúmulo em pesquisas coletivas e institucionais como parte da ABEPSS e individuais, anteriormente desenvolvidas sobre as Diretrizes Curriculares de 1996 e o projeto de formação defendido e efetivado pela entidade nos últimos anos, busca-se somar esforços diante do desafio permanente de construirmos um perfil profissional qualificado, crítico e propositivo, como preconiza a lei que regulamenta a profissão, o código de ética e todos documentos que reiteram desde a de 80 o compromisso com a construção de um novo e renovado perfil profissional que ao romper com a hegemonia conservadora de sua gênese, busca o comprometimento com a classe trabalhadora e seus interesses. Coerente ainda com uma conjuntura que sangra e faz sangrar milhares de negras e negros como mostram as trágicas estatísticas seguimos fortalecendo no campo acadêmico as respostas coletivas dadas pela categoria com a Campanha do CFESS (2017-2020) *Assistentes Social no combate ao racismo*", da ABEPSS com o documento base para a formulação dos *Subsídios para o debate étnico-racial na formação em serviço social* (2018) e da ENESSO *Numa sociedade racista, não basta não ser racista. É necessário ser antirracista*! (2019).

O artigo retoma os aspectos fundamentais da estrutura e lógica curricular propostas nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, articulando reflexões teóricas sobre os conteúdos dos núcleos de fundamentação ao debate racial no Brasil, a partir de elementos que reforçam a análise na perspectiva crítico dialética que inspira o pensamento social brasileiro e seve de fonte vigorosa para o Serviço Social renovado e que resiste à maré conservadora e ataques contundentes à classe trabalhadora nesta fase lastimável de governos fascista, que se alimenta de racismo, machismo, lgbtfobia e ódio à classe. Seguimos com a determinação histórica e consciente retratada na literatura de Conceição Evaristo (2016, p. 99): *A gente combinamos de não morrer!* (sic).

As diretrizes curriculares e a questão racial no serviço social

Reafirmar a direção social defendida e aprovada nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, que estabelece a relação entre Trabalho e Questão Social como eixos fundantes do projeto de formação (ABEPSS, 1996), tem sido uma tarefa fundamental para a defesa do serviço social brasileiro como profissão e área do conhecimento, com seu legado conquistado desde o processo de reconceituação e da *Virada* ocorrida ao longo dos últimos 40 anos (ABREU, 2013).

Desde a aprovação das Diretrizes Curriculares de 1996, o projeto de Formação Profissional aponta para o investimento no processo de maturação intelectual e política da categoria, com o fortalecimento da articula-

ção entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa. Reconhecendo o avanço da profissão como legado do processo de ruptura, vale reconhecer que a sua posição hegemônica no campo crítico, que sustenta a direção do projeto ético-político da profissão, não retiram as tendências profissionais ligadas ao conservadorismo (SANTOS, 2010).

Desse modo, as produções sobre a profissão buscam apreender os elementos das transformações no mundo do trabalho em curso e evidenciam como estas incidem duplamente no fazer profissional, do ponto de vista dos usuários com o agravamento da questão social e as demandas crescentes por políticas públicas; bem como no próprio trabalho e formação profissional (sendo as/os assistentes sociais parte da classe trabalhadora).

Estes fatores são gerados no conjunto da totalidade concreta, oriundos da gestão flexível do trabalho e do modelo neoliberal e ultra liberal presentes no contexto atual para a manutenção do capitalismo em crise. Essa problemática exige um maior esforço para apreensão do movimento da classe trabalhadora, seus novos sujeitos, formas de sobrevivência e organização material e subjetiva (IAMAMOTO, 2001). Talvez este fluxo histórico tenha contribuído para a pungência do debate étnico-racial dentro e fora da profissão.

Para avançarmos neste debate, cabe retomar em linhas gerais o que propõe os núcleos de fundamentação que sustentam o currículo dos cursos de serviço social, de acordo com a ABEPSS[1] (1996). A saber:

1) Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social:

Voltado para assegurar a compreensão crítica e ética acerca da totalidade histórica tendo o ser social enquanto sujeito central deste processo; compreensão crítica para entender a lógica capitalista. Este Núcleo é responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social que serão particularizados nos núcleos de fundamentação da realidade brasileira e do trabalho profissional. Objetiva-se uma compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura, frente a momentos anteriores do desenvolvimento histórico (ABEPSS, 1996).

2) Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira

Este núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano-industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, etc. (ABEPSS, 1996).

3)Núcleo de fundamentos do trabalho profissional:

O conteúdo deste núcleo considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e *sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social*. Tal perspectiva, permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho. Significa, ainda, reconhecer o *produto do trabalho profissional* em suas implicações materiais, ídeo-políticas e econômicas. Compreende todos os elementos do serviço social como especialização do trabalho: trajetória histórica; teórica, metodológica, técnica, a ética, a pesquisa, o planejamento, a administração e o estágio supervisionado (ABEPSS, 1996).

Um dos destaques da proposta curricular da ABEPSS, diz respeito aos fundamentos teóricos que sustentam tais conteúdos, cuja lógica visa superar a dicotomia comum à profissão, que passa por um profundo processo de revisão com a reconceituação nas décadas de 1960 e 1970. No entanto, no Brasil, é com o processo de ruptura com o conservadorismo na década de 1980 que a maturidade intelectual é posta como horizonte e um salto crítico passa a ser construído como referencial de um serviço social renovado, que ao reconhecer a inteireza do método, não separa em suas análises: história, teoria e método. Tal avanço foi gradativamente e não livre de tensões, sendo possível a partir da apreensão e adensamento dos pressupostos alicerçados na tradição do pensamento marxiano e marxista (YAZBEK, IAMAMOTO, 2019).

As apreensões carentes do exame da totalidade histórica tem se constituído como uma questão relevante no debate sobre os fundamentos do serviço social, como aponta Iamamoto (2001; 2007). Muitas vezes sob a avalanche de análises estruturalistas que reproduzem a Miséria da Razão (COUTINHO, 2010). Tais tendências tem nos colocado diante de descaminhos e encruzilhadas que reproduzem o fatalismo e messianismo na profissão (IAMAMOTO, 2007).

> Para uma abordagem do Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais, partimos da posição de que o significado social da profissão só pode ser desvendado em sua inserção na sociedade, ou seja, a análise da profissão, de suas demandas, tarefas e atribuições em si mesmas não permitem desvendar a lógica no interior da qual essas demandas, tarefas e atribuições ganham sentido. Assim sendo, é preciso

> ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo para situá-lo no contexto de relações mais amplas que constituem a sociedade capitalista, particularmente, no âmbito das respostas que esta sociedade e o Estado constroem, frente à questão social e às suas manifestações, em múltiplas dimensões. Essas dimensões constituem a sociabilidade humana e estão presentes no cotidiano da prática profissional, condicionando-a e atribuindo-lhe características particulares. (IAMAMOTO, CARVALHO, 1995, p. 65).

Por isso, a preocupação em desenvolver estudos que aprofundem aspectos fundantes do conjunto das relações sociais e o serviço social como profissão, na divisão social do trabalho nas diferentes conjunturas e contextos que dão o contorno à totalidade histórica. Este movimento, exige contudo, a reafirmação da direção marxista para o enfrentando dos dilemas e dificuldades colocados, em especial, para a *esquerda*, nos dias em que "[...] a maior parte das ideologias estiveram e estão a serviço da conservação e do desenvolvimento da adequação ao gênero em si" (LUKÁCS, 1974, p. 17). Mais uma vez, é necessário apreender as múltiplas determinações societárias que incidem indiscutivelmente sobre o trabalho e a formação profissional, pois a face deste contexto traz em si o *horror da barbárie*, da mercantilização de todas as coisas, encobertas pelo fetiche do pensamento ultra conservador e pós-moderno.

O aprofundamento do debate sobre a questão racial nesta direção, pode representar um tambor que ecoa forte! Ora, na batida do surdo de pesar pelo extermínio e silenciamento do povo negro ao longo da sua história. Ora, como repique de exortação e resistência nas encruzilhadas das quebradas, becos, vielas, favelas e quilombos onde se espalham mais de 50% da população que (re)existe neste país. Sendo assim, mediação indispensável para a formação e o trabalho profissional nas suas múltiplas dimensões (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa).

Neste sentido, a contribuição do pensamento de Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Clóvis Moura, Abdias do Nascimento, Nilma Lino e demais pesquisadoras/es que vêm construindo uma ciência do Brasil negro, feita por negros e não negros como propõe Moura (2019), cujo objetivo é retirar da condição de subalternidade e processos ampliados de exploração esta parcela da humanidade que em nome do racismo, tem sido historicamente relegada à condição de desumanidade (MUNANGA, 2019)

A questão racial apresenta elementos fundantes da estrutura social pela relação do trabalho, em especial a forma que o escravismo se constituiu como elemento chave para o processo de acumulação entre metrópole e colônia, permitindo a acumulação capitalista e seu desenvolvimento. Se o rapto e a escravização de negros africanos em especial, ofereceu as condições básicas para a formação da sociedade capitalista no seu movimento de ampliação de mercados e exploração do trabalho humano em bases desiguais e territoriais, a sua libertação formal em outro momento de desenvolvimento das forças produtivas, permitiram o "[...] avanço na constituição das condições racionais indispensáveis à produção do lucro. Somente quando o trabalhador é livre a sua força de trabalho ganha a condição efetiva de mercadoria" (IANNI, 2004, p. 14).

Para a manutenção da ordem capitalista a condição do ser negro se construiu historicamente e precisa ser reiterada todos os dias como *não existente* – ou *não lugar* na sociedade moderna liberal. Traduzindo, o negro precisa afirmar-se negando suas origens, sua cultura, sua linguagem, sua resistência em prol de um projeto branqueado, europeu, que serviu ao colonialismo na fase das expansões capitalistas e hoje serve como subterfúgio do imperialismo, uma vez que as expressões de sujeitos coletivos detonam a ideologia liberal e evidenciam o fracasso do projeto capitalista como alvo emancipatório e de desenvolvimento civilizatório. Em se tratando de igualdades, a questão racial joga todas as ilusões iluministas por terra! Pois, é justamente no momento histórico que se ergue o direito burguês como marco civilizatório que o negro é destituído do título de cidadão – e portanto, inabilitado para exercer seu papel como sujeito é convertido então, em objeto sujeito às leis da acumulação e do Estado. Seu lugar é como alvo das constantes penalizações e seus corpos entregues ao movimento do capital e à luta árdua pela sobrevivência na condição de mercadorias (MBEMBE, 2018).

Outro passo importante na reflexão sobre a questão racial na formação profissional trata do reconhecimento tal questão é vista pela janela por muitos autores e estudiosos, ou seja, sem a aproximação devida que essa categoria merece (IANNI, 2004).

Considerando as categorias *Trabalho e questão social* nesta quadra histórica e tomando o método como fio condutor da pesquisa, propõe-se o trato teórico como exercício de abstração, partindo das categorias centrais do materialismo histórico e dialético, fundamentais na busca de mediações necessárias às aproximações do real, no caso, a tarefa de compreender e traduzir a particularidade da questão racial e do negro como indivíduo social (no movimento de produção e reprodução da classe), considerando esse como *"*[...] *produto histórico, fruto de condições e relações sociais particulares e, ao mesmo tempo, criador da sociedade"* (IAMAMOTO, 2001, p. 38).

Esta linha de análise, quando apreendida criticamente, tem se mostrado essencial para o trabalho e para a formação profissional, suas demandas no movimento da luta de classes, considerando as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativa e ético-política que desafiam a profissão nesta quadra histórica.

Por este motivo, a necessidade do aprofundamento de estudos e disciplinas regulares com conteúdos que evidenciem o debate racial nos três núcleos de fundamentação, é uma tarefa coletiva e urgente para romper com uma suposta segmentação do debate da questão racial como uma expressão da questão social, como temática isolada ou ainda, dictomizada no falso dilema raça e classe, considerando ainda as interfaces com gênero e sexualidade, base para o desvelamento da sociedade racista e patriarcal que sustentam as formas de opressão e intensificam a exploração do trabalho. Tal direção, contribui ainda, para romper com a visão da assimilação, da aculturação e do embranquecimento (Nascimento, 2016). Outro viés a ser enfrentado com o debate é confrontar os limites das tendências culturalistas e/ou estruturalistas que colocam a questão racial com viés antropológico, identitário ou psicologizante[2] à serviço das elites dominantes.

Pensando na particularidade do racismo no Brasil e sua funcionalidade ao capitalismo dependente (baseado no desenvolvimento desigual e combinado), este é alimentado pelo mito da democracia racial, onde uma falsa noção de democracia que se constrói *pelo alto* e deixa suas influências e resquícios deletérios no cotidiano da classe e não obstante, na formação e no exercício profissional.

Constata-se que tal superação, passa necessariamente, pela compreensão do movimento das classes, uma vez que o serviço social busca a perspectiva da totalidade histórica. Assim, o debate da profissão engloba o enfrentamento das diferentes formas de opressões e exploração de classe, não como fenômenos isolados ou ocasionais, mas como parte inerente da origem e reprodução da lei geral de acumulação capitalista em seus diferentes momentos e particularidades sócio-históricas, onde o racismo precisa ser compreendido como elemento estrutural desta sociedade.

Desse modo, é possível presumir a partir do referencial crítico que o racismo é estrutural e estruturante no conjunto das relações sociais, presente na dinâmica econômica, social e politica, atravessando todas as esferas da vida social (ALMEIDA, 2019. Tal compreensão é, portanto, fundamental para articulação com o debate do trabalho e da formação em Serviço Social, uma vez que

> O racismo, de acordo com esta posição é uma manifestação das estruturas do capitalismo, que foram forjadas pela escravidão. Isso significa dizer que a desigualdade racial é um elemento constitutivo das relações mercantis e das relações de classe, de tal sorte que a modernização da economia e até seu desenvolvimento também podem representar momentos de adaptação dos parâmetros raciais a novas etapas da acumulação capitalista. Em suma: para se renovar, o capitalismo precisa, muitas vezes, renovar o racismo, como, por exemplo, substituir o racismo oficial e a segregação legalizada pela indiferença em face da igualdade racial sob o manto da democracia. (ALMEIDA, 2019, p. 184).

O documento base *Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em serviço social* (ABEPSS*,* 2018) chama a atenção para o conceito de raça/etnia, como elemento fundamental para a compreensão da questão social na dialética da formação social brasileira. A premissa inicial proposta nesse documento é contribuir para o entendimento da relação entre raça/etnia e classe como estrutural e estruturante das relações sociais, considerando que o racismo é uma das fundamentes dessas relações no Brasil e segue funcional à manutenção da dominação (MOURA, 2019). Nesta direção, Florestan Fernandes (2017, p. 41) afirmou que:

> Desse ângulo, o negro vem a ser a pedra de toque da revolução democrática na sociedade brasileira. A democracia só será uma realidade quando houver, de fato, igualdade racial no Brasil e o negro não sofrer nenhuma espécie de discriminação, de preconceito, de estimatização e de segregação, seja em termos de classe, seja em termos de raça. Por isso, a luta de classes, para o negro, deve caminhar juntamente com a luta racial propriamente.

Nesta esteira, demonstramos os caminhos teóricos desta incursão que vai da passagem do *antigo regime* para a *ordem social competitiva*, nos termos de Florestan (1978), cuja ultrapassagem do modelo de dominação não se estabelece por decreto, é um processo contraditório em que elementos da nova ordem engendrados na realidade brasileira já se evidenciava em germe no modo escravista, assim como, elementos do *antigo regime* sobrevivem na *nova ordem* e se revigora com os ditames do capitalismo dependente em um pais de desenvolvimento desigual e combinado.

Como visto, abordar a questão racial nesta na direção que parte do universal ao singular, como propõe a apreensão acertada da lógica das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, mostra que este exercício não é novo do ponto de vista do método, uma vez que pode ser mais um dos elementos de avanço para a superação dos *nós* da formação (tecnificação, separação teoria e prática, abstração, etc) e desafios do processo de implementação das DC apontados nos resultados das pesquisas da Entidade realizado em 2007 e que ainda comparecem nos debates mais recentes das edições do projeto ABEPSS Itinerante nas edições de 2012, 2016 e 2018[3], bem como no seminário nacional do GTP de Fundamentos, Trabalho e Formação Profissional, realizado em novembro de 2017[4].

Já temos como advertência que a lógica curricular prescinde um acurado e rigoroso trato teórico coerente com o pensamento de cariz marxista (IAMAMOTO, 2007; NETTO, 2016; ABREU, 2016). No entanto, o exercício de abstração de algumas categorias, uma vez trabalhadas na forma de conteúdos e matérias distribuídas em uma grade curricular, e ainda, ofertada pelas mais diversas estruturas de ensino superior (presenciais precarizadas e à distância), fica patente o ecletismo, ora travestido de pluralismo, ora vítima da falta do rigoroso trato teórico nas abordagens sobre a profissão.

O resultado, via de regra, tem se constituído como um conjunto fragmentado de conteúdos e temáticas que se descolam da espinha dorsal do trabalho e da formação, fundados na apreensão radical do Trabalho e da Questão Social. Ou seja, dos próprios fundamentos que sustentam a profissão, cujos elementos teóricos se distanciam quando se trata do núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Onde temos as disciplinas específicas que via de regra, reproduzem fragmentos técnicos e tecnicistas e fundamentos que evidenciam a história da profissão. É onde reside o maior dos desafios, superar estas cisões e um elemento primordial é a dimensão dos sujeitos históricos, suas formas de organização e de sobrevivência e como a profissão se constitui diante de tais desafios do real em prol dos interesses da classe (que tem cor, raça, gênero, sexualidade).

Esta apreensão evidencia ainda dezena de dilemas ainda não superados e outros reeditados neste momento complexo que se insere o serviço social, a exemplo, a centralidade das políticas sociais e dos direitos como eixos norteadores para o exercício e a formação de assistentes sociais. Ou ainda, a polissemia e armadilhas da novilíngua (BEHRING *et al*, 2010) ditadas pela dança de conceitos introduzidos pelos organismos multilaterais e agraciados pelo pensamento neoliberal e pós-moderno, tais como: Empreendorismo, responsabilidade social, territorialização, vulnerabalididades, empoderamento, dentre outras. Todos desafios anteriores apontam para a ausência dos sujeitos históricos e esvaziam de sentido a ação profissional, voltada para o atendimento prioritário de demandas emergentes e imediatas, onde o racismo institucional impera e segue silenciando, ocultando, camuflando e matando a classe trabalhadora em suas particularidades e singularidades.

Neste caso, reforçar as Diretrizes Curriculares nesta conjuntura adversa e desfavorável a uma formação crítica e de qualidade é um elemento crucial para enfrentarmos coletivamente a onda conservadora e ultra conservadora, que vem rondando e trazendo sectos para a ampliação de um exército assistencial de reserva (IAMAMOTO, 2007), representados por grupos como do serviço social libertário e outros declaradamente contrários à direção do projeto ético-político.

Trazer à tona tais reflexões encerram o elemento central da formação: uma profissão à serviço da classe trabalhadora. Por isso, por mais que as estatísticas sejam explicitadas no cotidiano da formação e do trabalho profissional (considerando a própria categoria de assistentes sociais e estudantes parte integrante desta classe), cabe mais uma vez aqui ressaltar a aviltante condição de ser negro/a no Brasil como mais um alerta, para que se busque de fato uma verdadeira reversão nas condições de vida e existência do povo negro brasileiro. Uma vez que a superação do racismo só poderá se dar em uma sociedade livre do capitalismo, pois a carne mais barata do mercado continua sendo a carne negra.

As estatísticas não se esgotam quando falamos da questão racial, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2017 constatou que dentre as pessoas em situação de pobreza, os negros e negras são 33% em relação aos 15% de brancos. São esses também que convivem com a falta de acesso ao saneamento básico e pode representar 62% da população que não usufrui deste direito. O rendimento mensal de brancos é em média 82% maior que dos pretos e pardos, em se tratando das mulheres negras a diferença nesses rendimentos pode chegar a 22% do que ganha um homem branco. No Brasil em 2016 tínhamos 12.3 milhões de desempregados, destes cerca de 63% eram pardos e pretos. (ABEPSS, 2018)

Em se tratando do mapa da violência os números mostram o verdadeiro genocídio da população negra e periférica. O atlas da Violência 2019 (CERQUEIRA et al., 2019), verificamos a continuidade do processo

de aprofundamento da desigualdade racial nos indicadores de violência letal no Brasil, já apontado em outras edições. Em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios foram indivíduos negros (definidos aqui como a soma de indivíduos pretos ou pardos, segundo a classificação do IBGE, utilizada também pelo SIM), sendo que a taxa de homicídios por 100 mil negros foi de 43,1, ao passo que a taxa de não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16,0. Ou seja, proporcionalmente às respectivas populações, para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente, 2,7 negros foram mortos. A piora na desigualdade de letalidade racial no Brasil. No período de uma década (2007 a 2017), a taxa de negros cresceu 33,1%, já a de não negros apresentou um pequeno crescimento de 3,3%. Analisando apenas a variação no último ano, enquanto a taxa de mortes de não negros apresentou relativa estabilidade, com redução de 0,3%, a de negros cresceu 7,2%. (CERQUEIRA et al., 2019).

O mesmo estudo de 2019 comprova mais uma vez a atrocidade da desigualdade racial a partir da comparação entre mulheres negras e não negras vítimas de homicídio. Enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras teve crescimento de 1,6% entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9%. Em números absolutos a diferença é ainda mais brutal, já que entre não negras o crescimento é de 1,7% e entre mulheres negras de 60,5%. Considerando apenas o último ano disponível, a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 3,2 a cada 100 mil mulheres não negras, ao passo que entre as mulheres negras a taxa foi de 5,6 para cada 100 mil mulheres neste grupo. (CERQUEIRA et al., 2019).

São Cláudias, Amarildos, Marcos Vinícius, Damiões, Marieles, Evaldos, João Pedros, Georges Floyd que tentam gritar e são silenciados cotidianamente nos becos e vielas, nas filas da assistência e dos auxílios emergenciais nas escolas, nas universidade, nas prisões, nos hospitais psiquiátricos, nas ruas e nos parlamentos. A formação profissional precisa contribuir efetivamente para que estas vozes e tambores ecoem!!!

Considerações finais

As reflexões aqui apresentadas permitem demonstrar que há uma profunda e necessária unidade dialética entre os núcleos de fundamentação (ou deveria haver, essa indissociabilidade), e que resguardadas as particularidades de cada um de seus conteúdos, a fragmentação dos currículos no que tange ao debate racial como questão isolada ou específica, pode ser superada no conjunto das disciplinas (ou seja, além do esforço de comparecer como disciplina especifica obrigatória ou eletiva, deve ser realçada por ser um componente estruturante das análises que sustentam toda a formação – uma vez que não dissociado da luta de classes e da formação social, que inclui o próprio debate sobre o conhecimento e a ciência fortemente influenciados pelo pensamento eurocêntrico e branco).

O pressuposto de que a questão racial deve ser considerada para além de uma temática fragmentada, secundarizada ou silenciada tem sido sinalizada em estudos realizados no GTP *Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia e sexualidades*, como mostram de Roseli Rocha (2014), Sheila Dias (2015), Magali Almeida (2017), Marcia Eurico (2017) e Suellen Cruz (2017), dentre outras. Nota-se que o protagonismo das mulheres negras na profissão e o crescimento do nosso contingente nas universidades (contraditoriamente fruto da expansão de unidades públicas precarizadas e proliferação de escolas privatizadas presenciais e à distância), tem propiciado um movimento de fortalecimento do debate, inspirado pelas conquistas das cotas raciais e outras pautas do movimento negro e de mulheres negras.

O racismo se constitui hoje como o maior problema a ser enfrentado na sociedade de classes. Secundarizado, funcionalmente silenciado ou levado à categoria transversal ou singular por décadas nas mais diversas direções teóricas e politicas. Este mal, que asfixia por séculos todo um povo/continente e seus descendentes em diáspora, hoje se prolifera e mostra que nenhum mal fica contido em si e pelo fato de não ser combatido, mata toda uma sociedade, vide a tragédia da pandemia do Corona vírus, que está em pleno curso.

O racismo aqui pode ser comparado aqui com um "vírus", que pouco ou nada tem de biológico[5] e por isso não é passível de uma vacina capaz de imunizar a humanidade deste mal, que representa muito mais do que uma doença social. Ele não é somente patológico, é socialmente construído e alimentado nas entranhas e na prática social que hegemonizou o pensamento eurocêntrico para a manutenção do sistema capitalista e atua nas diversas engrenagens de produção e reprodução da vida social – por isso é estrutural e institucional. Para combater o racismo, não há outra vacina eficaz, senão derrubar outro grande mal, o capitalismo!

Pela potencia desta batida ensurdecedora que clama por mudanças de rumos sociais urgentes, a inspiração para esta escrita é fruto também de incursões portadoras da ancestralidade de mulher negra, feministas e periféricas que encontram no serviço social renovado e na militância na esquerda, o chão para desbravar novos caminhos coletivos, que gritam pela urgência de superar esta sociabilidade que nos desumaniza, nos mata e nos oprime nos novos *porões e senzalas*. Abordar a pertinência do projeto de formação em sua lógica orgânica e pressupostos das

diretrizes curriculares buscando os fundamentos e a dialética com a questão racial no Brasil, pode ser lido também como uma forma de aquilombamento (lugar da produção e reprodução da vida coletiva e das resistências às formas de escravização e opressão), de fortalecimento da direção social e objetivos da formação em serviço social.

Isso requer, o exercício próprio do método em Marx, arcabouço fundamental para o serviço social renovado, capaz de realizar profundas autocríticas sem perder de vista o horizonte revolucionário. Não se trata da aplicação imediata da teoria, mas do vigor e radicalidade necessários que agregam história, teoria e método como bússola, para a busca de estratégias de enfrentamento ao tecnicismo e aos retrocessos no trabalho e na formação profissional, que certamente tem no enfrentamento ao racismo, um instrumento profissional e político, a favor da luta de classes!

Destaca-se a necessidade de aprofundar coletivamente os estudos sobre a lógica curricular e os fundamentos do serviço social na direção do marxismo, como forma de adensar a cultura crítica da profissão diante da disputa dos perfis profissionais nesta quadra histórica, levando em consideração os aspectos da questão social, da formação social brasileira e da própria gênese e desenvolvimento do serviço social, seu trabalho e novas prerrogativas em um contexto de plenos retrocessos e conservadorismos.

No âmbito das unidades de formação cabe adensar estudos por meio da pesquisa e socializar conhecimentos por meio do ensino e extensão que contribuam para o debate da questão racial e classe social enfrentando alguns dilemas e resquícios do mito da democracia racial presente nas tendências neoconservadoras que negam o debate, e àquelas pós-modernas que evidenciam o sujeito individual liberal e o multiculturalismo, reivindicando a hegemonia do debate racial, dentro e fora do serviço social;

Acredita-se que o desenvolvimento e socialização de produções acadêmicas pertinentes ao tema dos fundamentos do serviço social e da questão racial como forma de contribuir para o enfrentamento e para as lutas antirracistas no âmbito da educação pública e do exercício da profissão.

Referências

ABESPSS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. *Lei de Diretrizes Curriculares*. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social, com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, nov. 1996.

ABESPSS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. *Subsídios para o debate da questão étnico-racial na formação em serviço social*. Vitória: ABEPSS, dez. 2018. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-20181204141942714643O.pdf. Acesso em: 20 fev. 2020.

ABREU, M. H. E. A experiência da "ABEPSS itinerante": a atualidade do projeto de formação profissional frente à contrarreforma da educação. *Temporalis*, Brasília: ABEPSS, ano 13, n. 25, p. 113-132, jan./jun. 2013.

ABREU, M. M. A formação profissional em serviço social e a mediação da ABEPSS: diretrizes curriculares/1996 em relação à perspectiva emancipatória no âmbito do avanço do conservadorismo. *In*: SILVA, M. L. de O. (org). *Serviço Social no Brasil: histórias de resistências e ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016.

ALMEIDA, M. da S. Diversidade humana e racismo: notas para um debate radical no serviço social. *Argumentum*, Vitória, v. 9, n. 1, p. 32-45, jan./abr. 2017. Disponível em: http://www.periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/15764/10929. Acesso em: 23 jun. 2019.

ALMEIDA, S. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2019.

BEHRING, E. R. et al. *Capitalismo em crise: política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2010.

CERQUEIRA, D. et al. *Atlas da violência 2019*. Brasília (DF), Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Atlas-da-Violencia-2019_05jun_vers%C3%A3o-coletiva.pdf. Acesso em: 22 out. 2019.

COUTINHO, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CRUZ, S. S. da. *Serviço social e a questão étnico- racial.* 2017. Trabalho de conclusão de curso - Departamento de serviço social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

DIAS, S. **Serviço Social e Relações Raciais: caminhos para uma sociedade sem classes. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 15, n. 29, jan./jun. 2015.**

EURICO, M. C. Da Escravidão ao Trabalho Livre: contribuições para o trabalho do assistente social. *Ser Social*, Brasília (DF), v.19, n. 41, p. 41-42, 2017.

EVARISTO, C. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas; Fundação da Biblioteca Nacional, 2016.

FERNANDES, F. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Ática, 1978.

FERNANDES, F. *O significado do protesto negro*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social em tempo de capital fetiche*. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. *Trabalho e indivíduo social*. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1995.

IANNI, O. *Raças e classes sociais no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
LUKÁCS, G. *História e Consciência de Classe.* Porto: Publicações Escorpião, 1974.
MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. São Paulo: N-1 edições, 2018.
MOURA, C. *Sociologia do negro brasileiro.* 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.
MUNANGA, K. *Negritude*: uso e sentidos. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo marcarado*. São Paulo: Perspectivas, 2016.
NETTO, J. P. Para uma nova história do serviço social no Brasil. *In*: SILVA, M. L. O. (org). *Serviço Social no Brasil: histórias de resistências e ruptura com o conservadorismo.* São Paulo: Cortez, 2016.
ROCHA, R. da F. A. *A incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em serviço social:* avanços e desafios. 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social) -Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
SANTOS, C. M. *Na Prática a Teoria é outra? Mitos e Dilemas na Relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social.* Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.
YAZBEK, C.; IAMAMOTO, M. V. (org.). *Serviço Social na história: América Latina, África e Europa*. São Paulo: Cortez, 2019.

Notas

1 Vale destacar que para este estudo foi levado em consideração o documento aprovado pela ABEPSS em 1996, após um rico processo de construção nacional das *Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social*, elaborado pela entidade associativa, de caráter acadêmico-científico responsável pela organização da formação profissional em nível nacional. A normatização federal que preconiza as diretrizes de aprovação pelo MEC para os cursos de serviço social (2001) sofreram significativos cortes e perdas do conteúdo original do documento apresentado por um conjunto de especialistas da área em 1999, que resguardava os elementos fundamentais do documento base de 1996.

2 Presente na sociologia difundida amplamente por Gilberto Freyre, Nina Rodrigues, Amaral Peixoto e outras tendências da sociologia no Brasil, amplamente confrontadas por Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Clóvis Moura, Guerreiro Ramos, Abdias do Nascimento, etc).

3 Relatórios disponíveis no site www.abepss.org.br.

4 Sistematizado no livro *Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*, organizado por Yolanda Guerra, Alzira Lewgoy, Carina Moljo, Moema Serpa e José Fernando Siqueira, publicado em 2018, pela editora Papel Social.

5 Considerando que as teses racialistas que tentam evidenciar a diferença entre as raças como pretexto e justificativa para a pretensa e falsa supremacia branca em relação aos negros e demais etnias, não devem ser elencadas como elemento plausível que sustente as desigualdades provocadas pelo racismo.

Maria Helena Elpidio
lenaeabreu@gmail.com
Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)
Pós-doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
Docente na Universidade Federal do Espirito Santo (UFES)

UFES
Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras
Vitória - ES – Brasil
CEP: 29075-910

Agradecimentos
Não se aplica.

Agência financiadora
PNPD – Bolsista de estágio de pós-doutoramento 2019/2-2020/1 (PPGSS/UFJF).

Contribuições das autoras
Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica.

Consentimento para publicação
Consentimento da autora.

Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

 DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p528

ESPAÇO TEMA LIVRE

Entre paradigmas aristotélicos y galileanos, ¿Qué publican los(as) Trabajadores(as) Sociales chilenos(as)

Christian Quinteros Flores[1]
https://orcid.org/0000-0002-6145-9347

[1] Universidad de Chile, Escuela de Gobierno y Gestiòn Pública, Santiago de Chile, Chile

Entre paradigmas aristotélicos y galileanos, ¿que publican los(as) trabajadores(as) sociales chilenos(as)

Resumen: La evidencia indica que la disciplina del Trabajo Social se ha centrado históricamente en la intervención científica de lo social y ha descuidado lo puramente investigativo. Esta situación ha sido resultado probablemente de la existencia de distintas jerarquías disciplinares en el mundo científico. Sin embargo, frente a la crisis del modelo subsidiario, se han incrementado los espacios académicos para este tipo de producciones científicas. El presente artículo busca aproximarse a la forma en que los/as Trabajadores/as Sociales chilenos(as) realizan sus procesos de producción y divulgación científica mediante un estudio de tipo exploratorio descriptivo de carácter documental. Se recogió información sobre paradigmas epistemológicos empleados, metodologías y técnicas de recolección de datos, entre otras dimensiones. Se observa una predominancia absoluta de los enfoques cualitativos en la producción científica y altas barreras de entrada para que profesionales puedan destinar tiempo y capacidades a la investigación, espacio que sigue estando fuertemente centralizado en la academia.

Palabras-clave: Epistemología de las Ciencias Sociales. Disciplina. Metodología de Investigación. Trabajo Social. Producción científica

Between Aristotelian and Galilean paradigms: Which do Chilean social workers publish?

Abstract: Evidence indicates that the discipline of Social Work has historically focused on the scientific intervention of social and has neglected the purely investigative. This situation has probably resulted from the existence of different disciplinary hierarchies in the scientific world. However, in the crisis of the subsidiary model, it has been increased academic spaces for this type of scientific production. This article seeks to approximate how Chilean Social Workers carry out their scientific production and dissemination processes through a descriptive exploratory study of documentary nature. Information collected on the epistemological paradigms used, methodologies, and data collection techniques, among other dimensions. There is an absolute predominance of qualitative approaches in scientific production and high barriers of entry so that professionals can allocate time and skills to research, this space that remains strongly centralized in the academy.

Keywords: Social Science Epistemology. Discipline. Research Methodology. Social Work. Scientific production.

Entre os paradigmas aristotélico e Galileu: o que publicam os assistentes sociais chilenos?

Resumo: As evidências indicam que a disciplina do Serviço Social historicamente se concentrou na intervenção científica do social e negligenciou o puramente investigativo. Essa situação provavelmente foi resultado da existência de diferentes hierarquias disciplinares no mundo científico. No entanto, diante da crise do modelo subsidiário, os espaços acadêmicos para esse tipo de produção científica aumentaram. Este artigo procura abordar a maneira como os assistentes sociais chilenos realizam seus processos de produção e divulgação científica por meio de um estudo exploratório descritivo de natureza documental. Foram coletadas informações sobre paradigmas epistemológicos utilizados, metodologias e técnicas de coleta de dados, entre outras dimensões. Existe uma predominância absoluta de abordagens qualitativas na produção científica e altas barreiras à entrada para que os profissionais possam dedicar tempo e recursos à pesquisa, um espaço que continua fortemente centralizado na academia**.**

Palavras-Chave: Epistemologia das Ciências Sociais, Disciplina, Metodologia da Pesquisa, Serviço Social, Produção científica.

Recebido em 08.11.2019. Aprovado em 11.02.2020. Revisado em 16.06.2020.

© El(Los) Autor(es). 2020 **Acceso Abierto** Esta obra está licenciada bajo los términos de la Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.es),

que permite copiar, distribuir y reproducir en cualquier medio, así como también adaptar, transformar y crear a partir de este material, desde que para fines no comerciales, y que usted fornezca el crédito debido a los autores y a la fuente, insiera un enlace para la Licencia Creative Commons e indique si fueron hechas alteraciones.

Introducción

En el siglo XVIII se produce en Europa, la irrupción de las denominadas ciencias del espíritu, humanas o sociales. Ante las crisis de la época, la sociedad requirió nuevas formas de comprender *desde adentro* los distintos fenómenos frente al fracaso de las ciencias naturales o formales en su intención de explicar la conducta humana y las nuevas dinámicas sociales. La sociedad requería mirarse a si misma y tomar conciencia de sí (Mardones y Ursua, 1982). De esta manera, aparecieron nuevas disciplinas como la psicología o la sociología, cuyos postulados de rigor científico incluso aún son cuestionados por algunos, planteándose el conocido problema epistemológico del *criterio de demarcación* de la ciencia. Por otra parte, el mundo científico se dividió entre aquellos científicos que adscribían a la tradición galileana de la ciencia y otros que lo hacían basados en concepciones aristotélicas de ella. Hoy, el Trabajo Social es interpelado como disciplina y profesión, a contribuir en la construcción de un nuevo orden social. Sin embargo, producto de políticas públicas basadas en estándares de eficiencia, sus profesionales destinan escaso tiempo a la producción de nuevo conocimiento científico. En este contexto, poco se sabe, por ejemplo, desde qué enfoque epistemológico observan la realidad estos investigadores, o que tan elitizada por la academia está esta práctica. El presente trabajo aborda parcialmente el criterio de demarcación de la ciencia, para luego describir la tensión epistemológica histórica entre las concepciones galileana y aristotélica y su contextualización de la práctica investigativa actual, para finalmente presentar al lector los resultados de la investigación.

Marco Teórico

Tal como apunta Padrón (2007), la noción de epistemología debe considerar diversas tendencias en su desarrollo histórico, y no puede ser tratada unívocamente ya que se deben considerar perspectivas de fondo que generan diversidades en los modos de *hacer epistemología* y de *hablar* de epistemología. Según este autor, existen variables con las que se puede clasificar los enfoques epistemológicos basadas en convicciones acerca de las fuentes del conocimiento (Gnoseológicas) o en convicciones acerca de las relaciones del sujeto con la realidad (Ontológicas). De esta manera, se pueden encontrar enfoques empiristas, racionalistas, idealistas y realistas. Este ciclo comprende desde una concepción de la 'ciencia de los objetos observables' (empirismo-realista, Círculo de Viena, neopositivismo, neoconductismo…), pasando a una concepción de la 'ciencia de los objetos calculables' o 'pensables' (racionalismo-realista, Einstein, Popper), yendo luego a una concepción de la 'ciencia de los objetos intuibles' (racionalismo-idealista, hermenéutica, Teoría Crítica de Frankfurt…), hasta terminar en una concepción de la 'ciencia de los objetos vivibles' o 'experienciables' (empirismo idealista, etno metodología, investigación cualitativa (Padrón, 2007). Enfocándonos en el objeto de nuestro trabajo, es fundamental generar una base conceptual que permita comprender cuando hablamos de conocimiento fiable y/o conocimiento científico. En este sentido, consideraremos el problema de la demarcación entre lo que es científico y lo que no lo es, propuesto por Diéguez. Para este autor, y desde una perspectiva tradicional, los científicos investigan para alcanzar ciertos conocimientos acerca de la naturaleza y del hombre y que para ello observan, miden, experimentan, inventan teorías, se reúnen en congresos y publican en revistas especializadas (Diéguez, 2010). El conocimiento fiable, otorga el reconocimiento de la comunidad científica, el prestigio social y la –siempre complicada- asignación de recursos. ¿Pero cuál es ese conocimiento fiable?. No existe suficiente consenso al respecto. Para epistemólogos como Mario Bunge, donde no hay método científico no hay ciencia, ya que las normas metodológicas eliminarían la subjetividad del investigador y permitiría el consenso de la comunidad científica.

Tabla 1 - Tipos de ciencia

Ciencias Formales	Ciencias Empíricas	
Lógica y matemáticas	Ciencias naturales (física, química, biología) Análisis de causas	Ciencias Humanas y sociales (sociología, economía y psicología)Comprensión del significado de las acciones humanas(tradición hermenéutica)

Fuente: Elaboración Propia a partir de Diéguez (2010).

Sin embargo, autores como Feyerabend negaron la existencia de *un* método científico, ya que ninguno de ellos es de aplicación universal. Este autor reconocido crítico de la ortodoxia científica, planteó la postura del *Todo vale*, que correspondía más bien a una posición escéptica sobre la posibilidad de la demarcación y de diferenciar plenamente entre discursos científicos y no científicos. Sin el ánimo de profundizar en un debate que se aparte del objetivo de este trabajo, es importante contextualizar como se ha concebido la ciencia desde los enfoques galileanos, para poder comprender porque hoy se cuestionaría la calidad de los procedimientos cualitativos en la investigación social. Desde el círculo de Viena, se buscó establecer un rasgo diferenciador del conocimiento científico que fuera capaz de distinguirlo de otros productos culturales. Para ello plantearon criterios de demarcación: el principio de verificabilidad y el principio de confirmabilidad. La verificabilidad se refería a determinar que sería científico lo que tiene sentido de lo que no lo tiene. Un enunciado es significativo si se puede verificar en principio, aunque nadie haya logrado verificarlo. Por su parte la confirmabilidad poseía grados, las leyes pueden ser apoyadas crecientemente por enunciados observacionales. Las teorías científicas son susceptibles de encontrar experiencias que las apoyen. La falsabilidad " el tercer criterio de demarcación según Diéguez (2010) - se basa en el planteamiento positivista de Popper que señala que lo que distingue a la ciencia no es su capacidad para verificar o confirmar sus teorías sino, su capacidad para deshacerse rápidamente de las teorías erróneas mediante una crítica rigurosa orientada a la refutación de las teorías a partir de las experiencias. Una teoría corroborada significa que ha resistido los intentos de falsaciones. Interesan teorías arriesgadas ya que tienen más contenido empírico, por ejemplo, el *enunciado Todas las aves del hemisferio norte son migratorias, anidan en la costa y son monógamas* dice mucho más que *todas las aves del hemisferio norte son migratorias* ya que corresponde a un enunciado más informativo de la realidad y a la vez más arriesgado.

Tradición Aristotélica V/S Tradición Galileana

Entonces, el mundo científico occidental –incluidas las ciencias sociales " se ha desarrollado entre los avances de dos grandes tradiciones epistemológicas: la aristotélica y la galileana. La tradición aristotélica plantea que la observación del universo debe realizarse considerando un conjunto de sustancias, mediante un camino inductivo, donde preocupa la causa final (telos) de las cosas y el para qué. Le preocupa la sustancia de las cosas, sus propiedades, facultades, potencias asimismo como la explicación cualitativa de las cosas, donde el centro de todo es el *mundo*. Esta tradición busca básicamente *Comprender los Hechos*, y entender que la *naturaleza enseña* por lo que no es necesario experimentar con ella. Esta tradición - matriz de tradiciones hermenéuticas y fenomenológicas - se refiere a que los nuevos modos de organización social " producto de crisis sociales, de conflictos, de nuevos conceptos como el poder- exigen nuevas maneras de comprender la sociedad, y realizar una intervención *consciente* de la realidad. De esta manera, *comprender* representa una concepción metodológica propia de las ciencias humanas, que tiene resonancia psicológica, ya que sus métodos reactualizan la atmosfera espiritual, los sentimientos, los motivos, los valores de los sujetos. Desde esta tradición se postula una razón emancipadora para lograr una sociedad buena, humana y racional, donde no se puede desvincular el contexto de justificación (contexto sociopolítico) del contexto de descubrimiento. Este paradigma promueve un interés emancipador de la ciencia y la supresión de la injusticia social. (Mardones y Ursua, 1982).

Por su parte, la tradición Galileana y fundamentalmente su derivación positivista, se refiere a la *Ciencia Moderna*, que considera al universo como flujos de acontecimientos que se relacionan según leyes. Pregona una lógica funcional- mecanicista, basada en una explicación causal de los hechos. Esta tradición busca el poder y control sobre la naturaleza donde el centro es el *Hombre*. Para tal propósito, cosifica y reduce a objeto la naturaleza para sus necesidades y utilidades, lo que según Habermas (1981) podría denominarse la razón instrumental de la ciencia. Para Habermas, la racionalidad científica pertenece a un complejo de racionalidad cognitivo-instrumental que puede reclamar validez por encima del contexto de una cultura particular. Así la ciencia moderna, posee un interés pragmático y le preocupa el ¿Cómo? de las cosas, a través de leyes que relacionan numéricamente los fenómenos. Esta tradición promueve el análisis experimental, donde el investigador según se convierte en un "Juez que averigua lo que quiere". Horkheimer y Adorno no entienden el "dominio" sobre la naturaleza como una metáfora; bajo el concepto de "dominación" reducen a un común denominador el control sobre la naturaleza externa, el mando sobre los hombres y la represión de la naturaleza interna, de la propia naturaleza subjetiva: "El dominio sobre la naturaleza incluye el dominio sobre los hombres" (Habermas, 1981, Pág., 483) Corbetta (2007) señala que la "epistemología positivista" indica que los resultados son "ciertos" y objetivos, y establece la separación entre el observador y lo observado, predomina el uso de técnicas cuantitativas y el análisis por *variables*. Por otra parte, la "metodología interpretativa" de tradición aristotélica, establece una interacción empática entre investigador y el objeto de investigación y el uso de técnicas cualitativas (Corbetta, 2007).

El problema de la disociación entre investigación e intervención en Trabajo Social

¿Qué sucede hoy en Trabajo Social? La respuesta a esta pregunta requiere la consideración de nuevos enfoques epistemológicos y nuevos contextos sociopolíticos, como lo es la crisis del estado subsidiario. Desde algunas posiciones críticas, se plantea que la lógica científica dominante (el paradigma galileano), establece rígidas separaciones en la clasificación de la ciencia y distingue entre ciencias puras, ciencias aplicadas y tecnologías, estableciendo una relación jerárquica entre ellas, donde se ha equiparado el quehacer del Trabajo Social a una tecnología social y el/la profesional a un sujeto bien entrenado para instrumentar las decisiones de otros en política social y que privilegia la racionalidad de la acción (Linardelli y Pessolano, 2019). Esta situación conspiraría frente al desarrollo de esta línea de acción del Trabajo Social, que requeriría fortalecer y/o ampliar el campo disciplinar con nuevas teorías, enfoques y hallazgos. Según Iturrieta, el concepto de profesión estaría ligado al de disciplina, ya que estas son las que producen y alimentan los conocimientos y se asocian a la idea de profesión en la medida que un caso de producción de conocimientos, se profesionaliza vía la materialización de tales conocimientos en fines prácticos y definidos. (Iturrieta, 2016). Un primer problema del Trabajo Social en la línea de investigación, es según Linardelli y Pessolano (2019), que al interior del campo científico y académico existen relaciones de hegemonía/subalternidad entre las diferentes disciplinas y áreas de conocimiento, como también entre diversas tradiciones teóricas. En ese contexto, la disciplina de Trabajo Social históricamente ha ocupado un lugar subalterno o subsidiario en el conjunto de la producción de saber de las ciencias sociales, identificándose como una profesión de orientación fundamentalmente interventiva. (Linardelli y Pessolano, 2019). Por otra parte, para Enríquez (2016), la reforma a la educación superior realizada en Chile en los años 80 trajo consigo la diversificación de las escuelas de Trabajo Social generando una multiplicidad de programas existentes en la formación de pregrado. Esta apertura originó un pluralismo formativo (Enríquez, 2016). A esto habría que agregar la masificación de las alternativas educacionales en Trabajo Social. Las prácticas investigativas de los y las trabajadores(as) sociales acompañan el quehacer profesional desde sus inicios, aunque desde la lógica de la intervención, lo que hoy no es suficiente para fortalecer su campo disciplinar propio, lo que genera una tensión no resuelta por la formación de pregrado. Segun Linarddelli y Pessolano (2019), las divisiones entre intervenir e investigar, puede explicarse en primer término, por la historia de constitución disciplinar del Trabajo Social latinoamericano, en la existe una tardía vinculación con el campo de las ciencias sociales. En segundo término, por el tipo de legitimidad socio-ocupacional obtenida por el Trabajo Social en tanto profesión, ubicada predominante en la intervención social y en tercer lugar, por la mayoría femenina en Trabajo Social, pues el campo científico ha sido asociado desde la modernidad con los rasgos estereotipados masculinos. Para otros, la influencia y contexto del sistema neoliberal- como dirían los aristotélicos asociados a la escuela Frankfurt al considerar que es imposible no considerar el socio histórico en los descubrimientos – han definido nuevas formas de hacer ciencia. Según Muñoz (2018), nos enfrentamos a una era en que la racionalidad neoliberal ha colonizado la forma de producción de conocimientos a escala global y por supuesto el Trabajo Social no ha estado exento de estas tensiones. La investigación ha sido identificada como una dimensión fundante de Trabajo Social. Según Toledo (2004), en las últimas décadas se ha debatido arduamente sobre las posibilidades y méritos del Trabajo Social para optar al reconocimiento de su carácter disciplinar, lo que – a juicio de sus defensores – vendría a superar las justificaciones ideológicas y tecnológicas. También ha estado en juego su definición como carrera profesional de rango estrictamente universitario. Ambas aspiraciones se han articulado en torno a un renovado interés por otorgar un lugar de relevancia al conocimiento científico en su quehacer, incorporando acciones de sistematización, investigación y construcción de teoría (Toledo, 2004). Tanto es así, que Trabajadoras/es Sociales que han completado estudios doctorales y/o que lideran proyectos de investigación financiados por la Comisión Nacional de Investigación Científica y Tecnológica (CONICYT) ha aumentado durante la última década (Rubilar, citado en Muñoz, 2018). Según Linardelli, y Pessolano (2019) en el campo del conocimiento, la ciencia moderna entrega el monopolio de la distinción entre *lo verdadero y lo falso*, en detrimento de formas alternativas de conocimientos (populares, campesinos, indígenas) que desaparecen como conocimientos relevantes porque se encuentran más allá de lo verdadero y lo falso. Frente a ello, plantea un pensamiento postabismal, compuesto por una ecología de saberes, que se caracteriza por afirmar la pluralidad de conocimientos existentes (entre los cuales se encuentra la ciencia moderna) y las conexiones continuas y dinámicas entre distintas formas de saber. No niega el saber científico, sino que propone un uso contra hegemónico del mismo. Nuevos enfoques son necesarios. Arellano y Castro (2017) plantean que propuestas pertinentes al interior del Trabajo Social para hacer frente a la contingencia de la crisis social han quedado acotadas al uso de teorías y metodologías de las ciencias sociales, mientras que las humanidades quedan en la periferia de la discusión. Creen que la filosofía e historia pueden aportar, dando algunas luces para el Trabajo Social y su acción en el contexto actual. Para Mosquera (2006), el reto que tenemos hoy es romper la tradicional dicotomía intervención e investigación social, apoyados en las nuevas armaduras conceptuales de una corriente del pensamiento posmoderno.

Tabla 2 - Tendencias Epistemológicas en Trabajo Social

Primera tendencia	Segunda tendencia	Tercera tendencia
Predominio de una relación de dependencia respecto a disciplinas del core knowledge, o disciplinas fundamentales. (Trabajo Social es una ciencia aplicada, encargada de la solución de problemas y de la prestación de servicios sociales).	Adhesión a un modelo científico empírico-deductivo en la intervención-investigación en Trabajo Social, vista como otra vía hacia la cientificidad.	Comienzo de un movimiento de reflexividad, en el cual se valorizan los saberes de acción

Fuente: Elaboración propia a partir de Mosquera (2006).

Metodología

Este estudio de tipo descriptivo exploratorio se llevó a cabo mediante la revisión de 113 artículos de investigación publicados en las siete revistas chilenas de Trabajo Social. Se consideraron publicaciones especializadas asociadas a universidades donde se imparte la carrera, tanto del sector público o tradicionales como privadas, Como criterio de selección de las unidades de análisis se consideraron los trabajos investigativos donde al menos había colaborado como autor un (a) Trabajador(a) social chileno (a). Se consideraron las siguientes categorías: epistemología utilizada, técnicas de recolección de datos utilizadas, tamaño de la muestra o sujetos entrevistados, palabras claves y perfil del autor o autores. Como hipótesis de trabajo se planteó que las publicaciones científicas tendrían una mayor relación con enfoques cualitativos, dada la comentada categorización científica histórica del Trabajo Social y a la predominancia de nuevas epistemologías en el quehacer interventivo. Los objetivos del trabajo son:1. Identificar los paradigmas epistemológicos y las metodologías de investigación que subyacen en cada publicación; 2. Precisar las técnicas de recolección de datos utilizadas en las investigaciones, 3. Determinar las áreas de mayor interés que abordan los artículos, 4.- Conocer el perfil del investigador responsable de cada trabajo.

Tabla 3 - Revistas analizadas

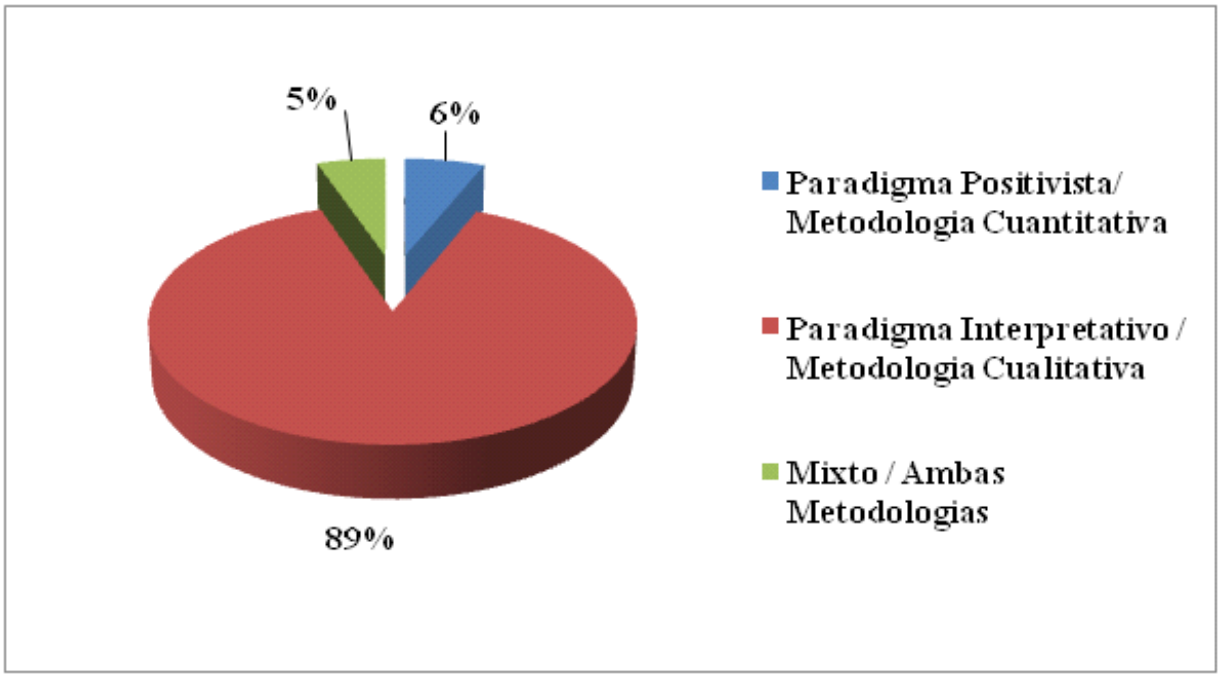
Revista	Universidad	Indexación	Números analizados	Año de inicio
Electrónica de Trabajo Social	Universidad de Concepción	LATINDEX	30	1998
Rumbos	Universidad Central de Chile	ERIH P, LATINDEX-Directorio y Catálogo 1.0, REDIB, CLASE -Asociación de Revistas de Humanidades y Ciencias Sociales, LATINREV	26	2006
Trabajo Social	Pontificia Universidad Católica de Chile		15	1970
Cuadernos de Trabajo Social	Universidad Tecnológica Metropolitana UTEM	LATINDEXZ DirectorioEBSCO	14	2002
Perspectivas: Notas sobre intervención y acción social	Universidad Católica Silva Henríquez	DIALNET LATINDEX. Catálogo v2.0	14	1995
Intervención	Universidad Alberto Hurtado	LATINDEX	9	2011
Pensamiento y Acción Interdisciplinaria	Universidad Católica del Maule	LATINDEX DirectorioDIALNET	5	2016

Fuente: Elaboración propia (2020).

Resultados

La investigación evidenció un amplio abordaje del paradigma interpretativo lo que significó un 89% de las publicaciones analizadas, lo que comprueba la hipótesis planteada en esta investigación. Por su parte los estudios realizados desde la perspectiva cuantitativa alcanzaron un 6%, mientras que los enfoques mixtos un 5%. Este aspecto se explicaría debido a la mayor familiarización que tienen los Trabajadores Sociales con enfoques más comprensivos, que como se planteó en el marco teórico buscan conocer desde adentro las subjetividades de los sujetos, desde sus propias narrativas y comprensiones del mundo. Esta situación debe estar relacionada además con los procesos formativos y académicos recibidos por los investigadores.

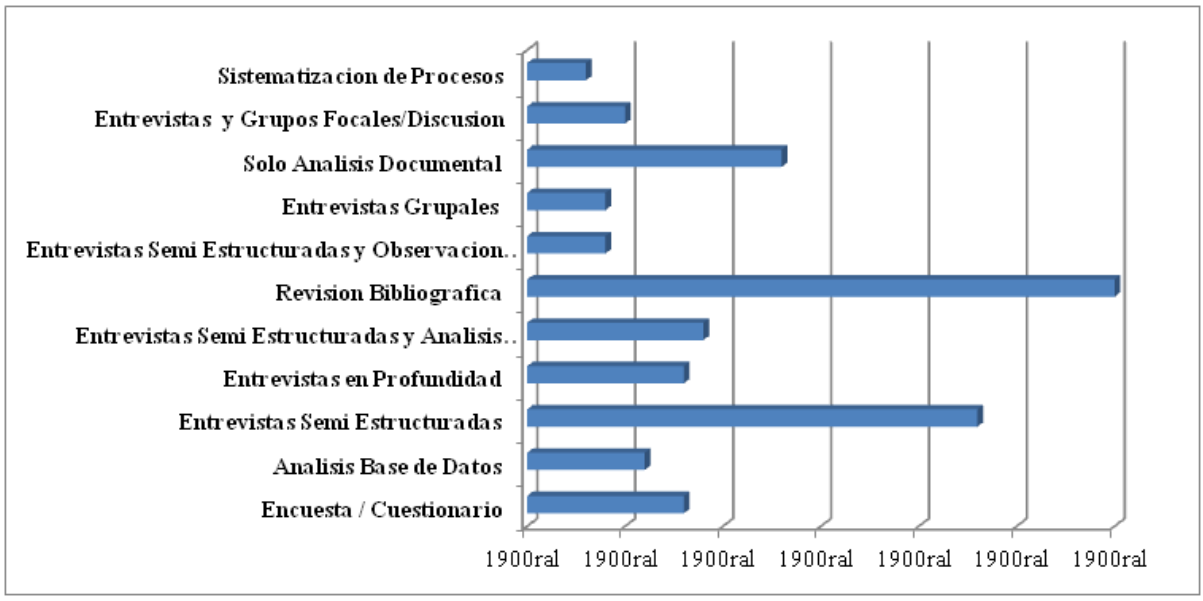
Figura 1 - Investigaciones según Paradigma Epistemológico utilizado



Fuente: Elaboración Propia (2020).

Dentro de las técnicas de recolección de datos, llama la atención el alto uso de la técnica conocida como *Revisión Bibliográfica* que llega a casi 30 investigaciones (26%) analizadas. Esto se podría explicar, por un lado, por el alto costo que significa realizar un proceso de investigación empírico, que levante muestras o unidades de análisis, según sea el paradigma escogido. La *revisión bibliográfica* supone análisis de textos, de teorías, de triangulaciones entre autores. Como segunda preferencia de técnicas aparece la "Entrevista semi estructurada", ya sea como única herramienta investigativa o complementada con otras como el análisis documental, la observación participante o las historias de vida. El "análisis documental" aparece como la tercera opción utilizada en estas publicaciones, referida básicamente a revisiones de leyes, normativas institucionales, actas de reuniones, tesis de grado, entre otras. La sistematización de procesos es también utilizada por algunos(as) investigadores (as), referidas a integración de otras investigaciones, procesos cualitativos desarrollados en algunos proyectos de intervención, u otros. Las entrevistas grupales y los grupos de discusión (focus groups) también aparecen en la constatación de estas evidencias. En el caso de las investigaciones cuantitativas, predomina la revisión de base de datos estadísticos, con utilización de indicadores, pero solo desde una perspectiva exploratoria y descriptiva. No se registró ninguna investigación que pretendiera cruzar variables o contrastar hipótesis. Esto podría estar asociado a la baja habilitación de este tipo de instrumentos en la fase formativa de los trabajadores sociales en el pre grado y a la falta de apropiación en el uso de estadígrafos o software estadísticos como el SPSS, ninguna de las investigaciones analizadas consideró este tipo de herramientas. En un segundo lugar, aparecen las encuestas /cuestionario, en su gran mayoría aplicadas en los contextos institucionales donde se desempeñaban los profesionales.

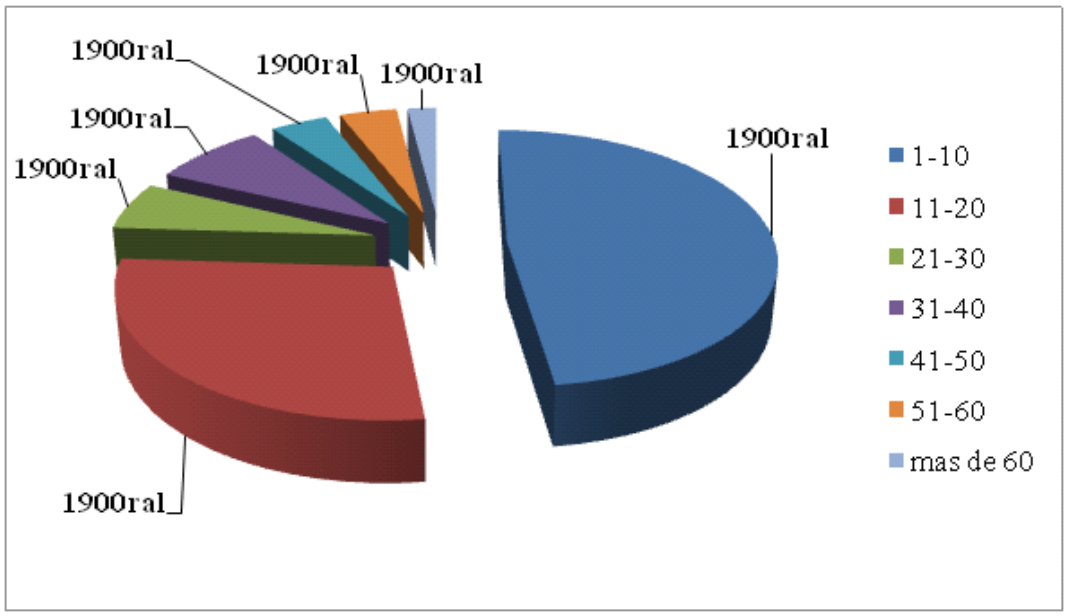
Figura 2 - Técnicas de Recolección de Datos Utilizadas



Fuente: Elaboración Propia (2020).

Respecto de los alcances o coberturas de las investigaciones de tipo cualitativas, llama la atención el alto número de ellas que consideró una muestra menor a 10 sujetos (24). En el rango de 11 a 20 se registraron 14 de ellas. Este es probablemente una limitación que ofrece este tipo de estudios cualitativos que precisamente al no buscar "verdades" científicas, se dedican a comprender subjetividades individuales y colectivas, lo que para las lógicas institucionales de financiamiento de investigaciones reducen su impacto al momento de intentar concluir sobre generalidades de ciertos comportamientos sociales. Probablemente esta situación es la que genera una mirada de *reojo* hacia este tipo de investigaciones por parte de la institucionalidad científica que sigue priorizando investigaciones que permitan un mayor grado de generalizaciones. El denominado prestigio social que permite la asignación de recursos según Dieguez (2010).

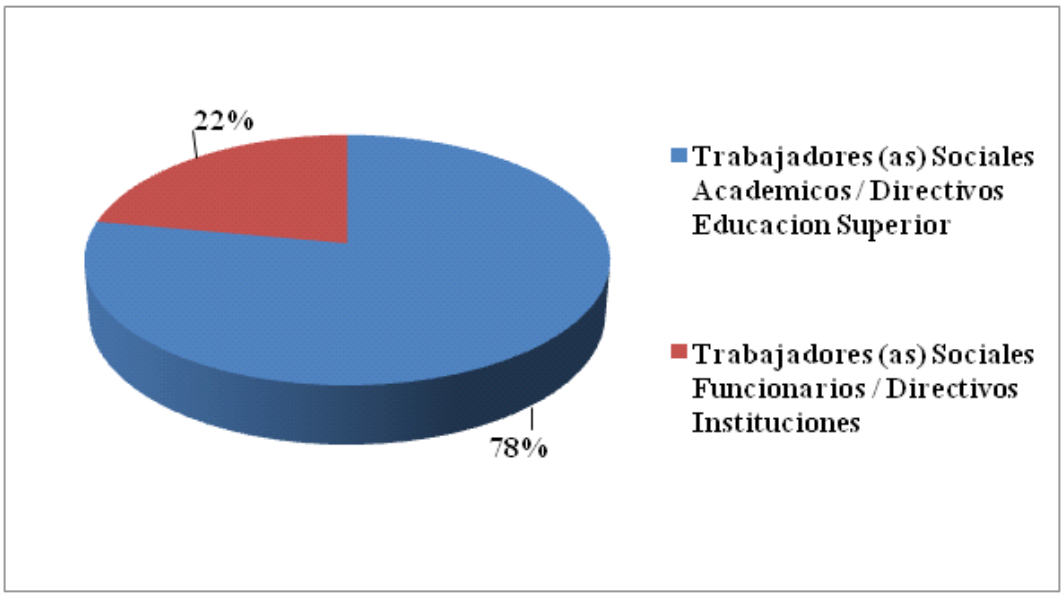
Figura 3 - Número de Sujetos Entrevistados en cada investigación (Cualitativa)



Fuente: Elaboración Propia (2020).

Respecto del perfil de los y las Trabajadores(as) Sociales que realizaron las investigaciones, se constata que un 78% de ellos están relacionados con la academia, ya sea, como encargado de núcleos académicos de investigación, como jefes de carrera, o en calidad de docente, mientras que solo un 22% corresponde a profesionales vinculados a instituciones como ONGs, hospitales u oficinas municipales. Esta situación demuestra una brecha importante en el desarrollo de los procesos investigativos, ya que son aun escasos los profesionales que se dedican a generar nuevos conocimientos, independiente del paradigma o método que utilicen, ya que la academia- como es de esperar- asume con mayor vigor esta tarea, lo que debe llevar a replantear la necesidad de potenciar este tipo de espacios. Aquí se advierte un desafío urgente de la política pública, la de confiar a los Trabajadores y Trabajadoras Sociales una mayor dedicación a este tipo de acciones. Probablemente el desafío para los investigadores está localizado en ampliar las unidades de análisis o las muestras, para contribuir con mayor alcance a las políticas públicas y de considerar paralelamente la consideración de otras formas de conocer, que buscan comprender más que explicar. Esta tensión no es una cuestión particular del Trabajo Social sino de la mayoría de las ciencias humanas o sociales. (Figura 4)

Figura 4 - Perfil de Investigadores

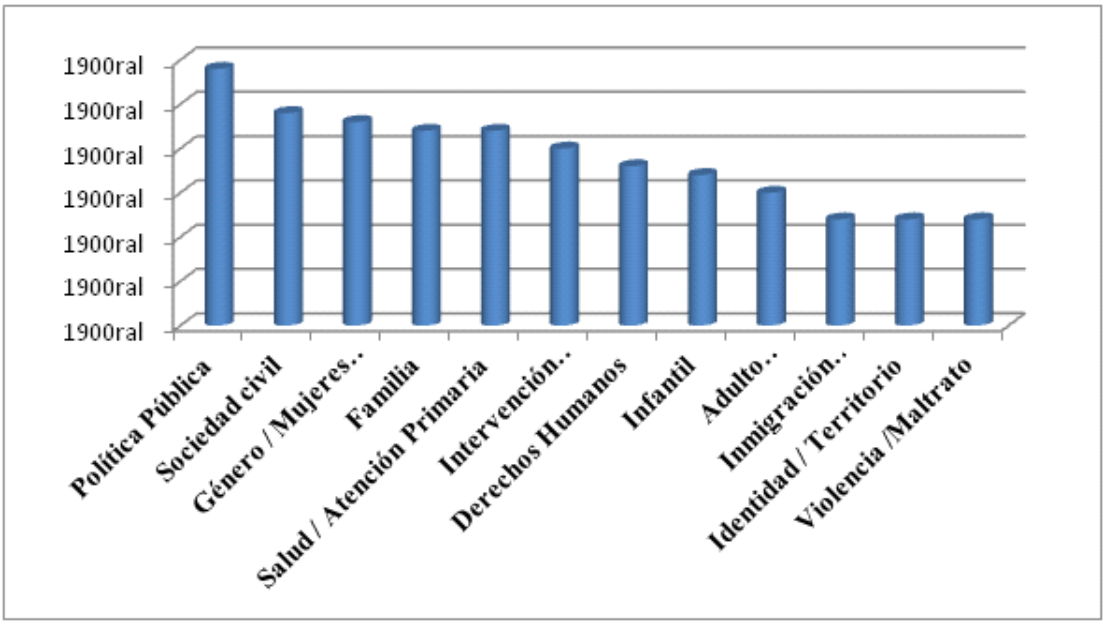


Fuente: Elaboración propia (2020).

Finalmente, las principales áreas temáticas abordada por los y las Trabajadores Sociales están referidas principalmente a las políticas públicas y/o sociales, a su focalización y a sus estrategias, desde una mirada más bien crítica de sus supuestos, resultados o metodologías. Siguen en preferencias, las preocupaciones por los asuntos de la sociedad civil, donde esta se considera como un actor relevante en nuevos escenarios de gobernanza territorial. En tercer lugar, destacan las investigaciones de asuntos de género, de feminización de los aspectos públicos, asociadas a cuestiones de equidad social y de trato igualitario entre hombres y mujeres. En cuarto lugar, aparece la preocupación por los asuntos relacionados con la familia, sin profundizar en su tipología. La preocupación por la salud pública es un tema que también capta la atención de los y las investigadoras, específicamente en la evaluación de programas y en la calidad de la atención primaria. También se ubican en un lugar relevante el interés de los investigadores con los asuntos propios de la intervención profesional, de la calidad de los diagnósticos, de las evaluaciones, de los procesos de sistematización, seguidos en orden descendente por los asuntos de derechos humanos, territorio, identidad, y violencia intrafamiliar, principalmente (Figura 5)

¿Qué sucede hoy en Trabajo Social? La respuesta a esta pregunta requiere la consideración de nuevos enfoques epistemológicos y nuevos contextos sociopolíticos, como lo es la crisis del estado subsidiario.

Figura 5 - Principales Áreas Temáticas abordadas



Fuente: Elaboración Propia a partir de Key Words de los 113 artículos revisados (2020).

Consideraciones finales

El trabajo desarrollado - consciente de sus limitaciones metodológicas ya que restringe la revisión de artículos publicados solo a revistas chilenas -abre una interesante perspectiva de análisis al acercarse cualitativamente y cuantitativamente a un fenómeno poco explorado en Chile como es la producción científica de los y las Trabajadores(as)Sociales en revistas especializadas. Los resultados indican una preferencia de los y las autoras hacia el paradigma interpretativo en sus líneas fenomenológicas o hermenéuticas, aunque suponemos que debiera profundizarse la distinción entre una y otra. El uso de técnicas de recolección de datos es mayoritariamente de tipo cualitativo por lo que sugerimos una mayor especialización en la dirección del entrenamiento de las entrevistas hacia el área investigativa. Es un tema interesante la alta producción de investigaciones desarrolladas mediante *revisión bibliográfica* o *análisis documental*, lo que es una herramienta significativa para los trabajadores sociales que ven limitadas sus posibilidades de investigación como queda establecido en esta investigación. Sería fundamental acercar a los (as) Trabajadores(as) sociales a software de análisis de programas como el Atlas Ti o el NVIVO, que permita mejorar aún más el análisis de los datos obtenidos. También es una tarea pendiente el revisar políticas que incentiven la investigación científica de profesionales no académicos pues son ellos los que están vinculados en primera línea con los distintos fenómenos sociales por lo que sería pertinente democratizar aún más este tipo de espacios científicos. Desde la vereda cuantitativa o positivista, se sugiere de igual modo el empleo de programas como el SPSS que permita el cruce de variables y la comprobación empírica de las hipótesis. Cualquiera sea el camino epistemológico o metodológico- claramente no es el propósito de este trabajo inclinarse en una u otra dirección. En este sentido, es fundamental fortalecer en los currículos de las licenciaturas ya que desde ellos se potencia la capacidad investigativa de los profesionales y se fundamenta el carácter disciplinar del Trabajo Social, como un campo de conocimiento propio en la complejidad.

Pareciera ser que el fortalecimiento de lo cualitativo debiera ir acompañado de mayor diversidad de metodologías en esta línea, disminuyendo entonces la hegemonía de asignaturas como estadísticas en los programas de estudio- ya que cada vez más irrumpen programas que buscan en lo interpretativo mejores formas de abordar la realidad por sobre su medición, cuantificación y neutralidad. También es interesante destacar los temas abordados por los y las Trabajadores (as) Sociales como es el caso de la políticas públicas, la preocupación por revisar las modalidades y supuestos de la intervención profesional. Sin duda será un gran paso el profundizar es estos aspectos -quizás por áreas - de manera de hacer viva una comunidad científica. Por otra parte, sería interesante poder conocer también quienes son los usuarios de estos conocimientos producidos en estas revistas y así de alguna manera conocer el impacto de la producción científica, y conocer por ejemplo en qué medida estos conocimientos fueron utilizados por los lectores, o como fueron utilizados estos resultados en otras investigaciones

no solo en Chile sino también en otras latitudes. Se trata de construir comunidades científicas que aprendan colectivamente en sus materias. Solo así este tipo de producción tendrá sentido y no solo quedará almacenado en algún repositorio institucional. Finalmente, las políticas públicas de incentivo a la ciencia debieran *sincerar* sus perspectivas de cientificidad hacia las investigaciones cualitativas y otorgar un mayor lugar de interés a publicaciones o investigaciones ya que de lo contrario seguirá existiendo una brecha en esta materia. En pleno siglo XXI, los aportes de las ciencias sociales cobran nuevamente alto interés científico ya que las sociedades esta vez centradas en las debilidades del modelo neoliberal y del creciente individualismo que precariza la convivencia social, se necesita de nuevos conocimientos, de nuevas epistemologías, más locales, menos colonizadas de saberes y cuerpos teóricos, que entreguen comprensiones alternativas a todo aquello que no entra en la tradicional lógica científica. El desafío ahora es en que medida el grado de licenciatura deja de ser un accesorio formal y pasa a constituir una plataforma real y vigoroza que cree una verdadera comunidad científica.

Referencias

Arellano, N. & Castro, B. (2017) Humanidades para el Trabajo Social y su Intervención: Apuesta por una Identidad "Descalzada". *Revista Intervención*, 7, 27-35.

Corbetta, P. (2007*). Metodología y Técnicas de Investigación. Social*. España: McGraw-Hill/Interamericana de España.

Diéguez, A. (2010). *"¿Qué es la ciencia?".* En Diéguez, A. *Filosofía de la Ciencia*. Madrid: Biblioteca Nueva.

Enríquez, P. (2016). ¿Qué se enseña y cómo se enseña investigación en las escuelas de Trabajo Social?: Aproximaciones a la formación profesional de cuatro universidades de la Región Metropolitana. *Revista Trabajo Social Pontificia Universidad Católica de Chile*, 90.

Habermas, J (1981) Teoría de la Acción Comunicativa. Racionalidad de la acción y racionalización social. Editorial Taurus Humanidades.

Iturrieta, S. (2016). Entre Burbujas, sensaciones y realidades de la Profesión más masificada en Chile: El Trabajo Social. *Revista Cuaderno de Trabajo Social*, 9 (1), 9-26.

Linardelli, M. & Pessolano, D. (2019). La Producción de conocimiento en Trabajo Social, una lectura desde las Epistemologías del sur y feministas. *Revista de Trabajo Social e intervención social*, 28.

Mardones, JMY & Ursua N. (1982). Ciencias de la naturaleza y ciencias del espíritu. En Mardones, JMY & Ursua N. *Filosofía de las Ciencias Humanas y Sociales*. Barcelona: Anthropos.

Mosquera, C. (2006). Conocimiento científico y saberes de acción en Trabajo Social: sobrevaloraciones, desconocimientos y revaloraciones: Una lectura desde los países de América del Norte. *Revista del Departamento de Trabajo Social Universidad Nacional de Colombia*, 8, 131-142.

Muñoz, G. (2018). Razón Neoliberal e Investigación: Resistencias desde el Trabajo Social. *Cuadernos de Trabajo Social*, 17.

Padrón, J. (2007). Tendencias Epistemológicas de la Investigación Científica en el Siglo XXI. *Revista Cinta de Moebio*, 28, 1-32.

Toledo, U. (2004). ¿Una epistemología del trabajo social?. *Cinta moebio,*21, 200-214.

Christian Andrés Quinteros Flores
cquinterosflores@gmail.com
Magister en Ciencia Politica, Universidad de Chile (UCH)
Docente Escuela de Gobierno y Gestiòn Pública Universidad de Chile (UCH)

UCH
Calle Huerfanos 1724
Santiago de Chile
CEP: 8340517

Agradecimentos
No aplica.

Agência financiadora
No aplica.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
No aplica.

Consentimento para publicação
Consentimiento do autor.

Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

ESPAÇO TEMA LIVRE

Ao sul da fenda: notas acerca da relação entre teoria e prática no Serviço Social

Eduardo Mara[1]
https://orcid.org/0000-0001-7241-8762

[1] Centro Universitário Joaquim Nabuco, Curso de Serviço Social, Recife, PE, Brasil

Ao sul da fenda: notas acerca da relação entre teoria e prática no Serviço Social
Resumo: A adoção do marco teórico marxista nos cursos de Serviço Social configura-se como parte fundamental da contestação ao conservadorismo na prática profissional. Contudo, o cotidiano do fazer profissional, pautado pelos interesses hegemônicos que demandam o trabalho dos assistentes sociais, segue apresentando a contradição entre os limites encontrados no cotidiano do trabalho profissional e as exigências da visão de mundo reivindicada pela profissão. Dessa forma, o presente artigo se propõe a analisar os desafios da relação entre teoria e prática no Serviço Social. O artigo está dividido em duas seções. Na primeira busca-se analisar a construção do método de análise nas obras de Karl Marx e sua importância para a relação entre teoria e prática. Na segunda seção analisamos o processo histórico de mudanças na profissão e a forma como a relação entre teoria e prática se colocaram para o Serviço Social no Brasil e na América Latina.
Palavras-chave: Serviço Social. Teoria e prática. Marxismo.

South of the crack: notes on the relationship between theory and practice in Social Work
Abstract: The adoption of the Marxist theoretical framework in Social Work courses is a fundamental part of the challenge to conservatism in professional practice. However, the daily routine of professional practice, guided by the hegemonic interests that demand the work of social workers, continues to present the contradiction between the limits found in the daily routine of professional work and the demands of the worldview claimed by the profession. Thus, this article aims to analyze the challenges of the relationship between theory and practice in Social Work. The article is divided into two sections. The first seeks to analyze the construction of the method of analysis in the works of Karl Marx and its importance for the relationship between theory and practice. In the second section we analyze the historical process of changes in the profession and the way in which the relationship between theory and practice has been placed for Social Work in Brazil and Latin America.
Keywords: Social work. Theory and practice. Marxism.

Recebido em 13.02.2020. Aprovado em 15.04.2020. Revisado em 26.06.2020.

© O(s) Autor(es). 2020 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Introdução

Em Ao Sul da Fenda, Jack London (2005) nos conta a história de Freddie Drummond, um professor de Sociologia que, durante seis meses, transpunha a fenda que dividia a cidade de São Francisco entre o bairro nobre onde morava, ao norte, e os bairros operários e industriais, ao sul, com o objetivo de produzir uma pesquisa sobre hábitos e costumes da classe operária. Para isso, vivia uma dupla identidade: criara para si Bill Totts, um operário não qualificado que trabalhava nas indústrias ao sul, disfarce que lhe possibilitava conviver em meio à classe trabalhadora em suas aventuras de pesquisa. Ao atravessar a fenda, Freddie vestia a pele de Bill, incorporando os hábitos e costumes da classe operária, bem como comportamentos que seriam rechaçados em seu meio de origem, vivenciando a miséria e as contradições do chão de fábrica. Bill conquistara a simpatia e a confiança de seus colegas e tornara-se um companheiro, participando ativamente de greves e piquetes e contribuindo na própria organização sindical.

Não obstante, ao voltar ao norte, voltava também a ser Freddie, o intelectual conservador que produzia importantes e úteis pesquisas sobre o meio operário, que muito agradavam as grandes companhias de estradas de ferro. É para essa vida que decide voltar definitivamente ao terminar sua pesquisa, despedindo-se de Bill Totts e casando-se com alguém do seu meio social. O conto tem seu desfecho quando, ao atravessar a fenda agora como o próprio Freddie Drummond em seu automóvel acompanhado de sua elegante esposa, o personagem se vê cercado por uma manifestação da massa operária em greve onde vê seus colegas de outrora em choque com a polícia, e em "um urro que não era deste mundo, e muito menos do seu mundo" sai do carro deixando sua esposa, seu trabalho e sua vida ao norte da fenda: "Nos anos seguintes, não houve aulas de Freddie Drummond na Universidade da Califórnia, e não foi publicado nenhum livro seu sobre economia social" (LONDON, 2005 p. 129-131).

O conto de London nos oferece uma bela imagem do problema que queremos abordar. Quais são as linhas que separam os interesses de grupos sociais antagônicos e como situar-se diante desses interesses? Nossa intenção ao iniciarmos os estudos para o presente trabalho era de tratar da relação entre a tradição marxista e o Serviço Social. Chamou-nos a atenção o paradoxo de a teoria marxista, que tem como um dos seus núcleos mais dinâmicos a perspectiva da revolução, tornar-se marco teórico hegemônico no seio de uma profissão que surge "vocacionada para subsidiar a administração da questão social nos quadros da sociedade burguesa" (PAULO NETTO, 1989, p. 91).

Como profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, o Serviço Social nasce da necessidade de ampliação da dominação burguesa na esfera do consenso, como forma de enfrentamento à questão social dentro dos limites da ordem do capital. Ela surge, portanto, com a missão de *conciliar o inconciliável*. Situa-se, por assim dizer, na fenda que separa projetos societários em confronto e sua ação pode tanto reforçar a ordem de coisas existente como vincular-se aos interesses das classes subalternas contribuindo na sua organização contra a ordem do capital. A questão é de que forma e em que conjunturas a prática profissional pôde ou pode posicionar-se dessa forma.

Este artigo visa, dessa forma, analisar a relação entre teoria e prática no Serviço Social a partir de dois problemas interdependentes: de um lado, a incorporação do marxismo pelo Serviço Social acabou por trazer uma tensa relação com a exigência de intervenção prática na realidade contida na própria obra marxiana, onde a interpretação do real é inseparável de sua transformação. De outro, o constante desafio em traduzir aquela opção teórica em linhas de intervenção práticas na realidade pela prática profissional, realidade que se transforma condicionada pelas diferentes relações de força entre as classes e frações de classe e a partir das diferentes estratégias de dominação mobilizadas pelas classes dominantes.

Trata-se de entender como a teoria adquire força material servindo de alimento à prática social e como a prática pode servir de subsídio à reflexão teórica. Começaremos por uma análise dessa relação na própria obra marxiana. Tal análise é essencial para entendermos o processo de aproximação do Serviço Social com a tradição marxista, seu significado e também suas possíveis lacunas e contradições. É o que tentaremos fazer na segunda parte do artigo. Por fim, analisaremos os problemas colocados em debate hoje sobre a relação entre teoria e prática no Serviço Social.

Teoria e prática na obra de Marx

A atualidade do recurso à obra de Marx (2009; 2008; 2008a; 2010) consiste não apenas em sua capacidade de operar a fusão entre três diferentes esferas do conhecimento (a filosofia alemã, a economia inglesa e a política francesa), mas também na síntese teórica entre três dimensões constituintes da própria modernidade capitalista, a saber: a razão dialética, a centralidade do trabalho e a perspectiva da revolução.

De forma esquemática, poderíamos dizer que essas três dimensões correspondem, no tempo e no espaço, à apropriação das três fontes citadas: do contato com a filosofia alemã e da crítica ao sistema filosófico de Hegel, Marx teria extraído seu método (o *materialismo dialético*); da crítica da economia política clássica inglesa, Marx teria extraído sua análise sobre a teoria do valor-trabalho e, por fim, o contato com o socialismo francês seria a base de sua teoria da revolução.

Esse esquema, no entanto, acaba por compreender a dimensão do método, da análise do modo de produção e da análise do movimento das classes como esferas em separado conduzindo a interpretações e divisões equivocadas da obra marxiana. Se é evidente que esta vai adquirindo maior complexidade em sua trajetória, não é menos verdade que é impossível entendermos sua análise do modo de produção capitalista contida em O Capital (MARX, 1988), se não levarmos em conta o movimento de seu pensamento da crítica à filosofia especulativa à crítica da economia política. Cada momento desse caminho supera ao mesmo tempo incorporando os elementos anteriores, ou seja, a obra marxiana também deve ser entendida em sua totalidade.

Uma leitura responsável da obra de Marx deve começar pela análise das linhas de ruptura e continuidade que distinguem o seu pensamento da filosofia de Hegel. Ao escrever sua Contribuição à crítica da Filosofia do Direito de Hegel-Introdução, aos 25 anos, Marx (2010) já antevê algumas das problemáticas centrais que ressurgirão em obras posteriores. A crítica ao conceito de Estado em Hegel é o primeiro momento de inversão da própria lógica Hegeliana. Em Hegel o Estado aparece como a síntese da contradição entre a ideia, o movimento do Espírito do Mundo, e a sociedade civil em cada época histórica (apud MARX, 2010). Ao inverter essa lógica, Marx (2010) passa a procurar a contradição existente no próprio mundo (e não no desenvolvimento do pensamento), ou seja, no seio da sociedade civil. A contradição entre o progresso das ideias universais e a realidade social, representada na mente do filósofo não eram mais do que a expressão ideal de forças sociais reais em conflito na sociedade civil. Era preciso entender o que determinava esse conflito passando, portanto, ao estudo da economia política.

O problema da relação entre teoria e prática aparece na crítica ao anacronismo da sociedade alemã que acreditava realizar a modernidade em seus debates filosóficos pela impossibilidade de superar o estado de coisas vigente na prática. Afirma que as revoluções não brotam ou se desenvolvem na cabeça dos intelectuais, mas precisam de um fundamento material e esse fundamento são classes sociais com projetos societários em confronto. Não apenas a filosofia especulativa do Estado em Hegel, mas também o pensamento de seus opositores, eram o reflexo da ausência de uma classe social que pudesse impulsionar aquelas transformações como a expressão dos interesses universais do povo alemão (MARX, 2010).

Na França assim como na Inglaterra, a burguesia havia feito revoluções apresentando seus interesses particulares de classe como interesses universais porque estes encarnavam, de fato, interesses universais naquele período histórico. Para isso ela teve de arrastar para a luta contra o antigo regime os camponeses pobres e o proletariado em formação. Contudo, a sociedade alemã não havia vivenciado os processos de transformação da sociedade moderna, embora já vivenciasse suas mazelas. A burguesia alemã não podia cumprir aquele papel revolucionário sem colocar em risco a sua própria dominação estimulando o proletariado para a arena da política. A superação que aparecia nos debates filosóficos tinha de encontrar substrato material em outra classe que, em suas condições objetivas de existência, fizesse coincidir seus interesses de classe com interesses universais.

Essa classe só podia ser, nas condições alemãs, o proletariado em formação. Aquilo que Hegel identificava como o movimento do espírito não era senão o conflito entre forças sociais reais em movimento na História. Marx precisava encontrar na sociedade civil as formas profanas da disputa que os alemães sublimavam no pensamento, mas precisava também encontrar nessas forças sociais reais o fundamento de suas próprias ideias. Daí que a noção de proletariado e de classes sociais tenham aqui ainda contornos pouco precisos. O importante é que as ideias já aparecem como reprodução do movimento contraditório do real, seus fundamentos devem ser buscados na contradição existente entre sujeitos concretos que se movem no seio da sociedade civil.

Era necessário completar a crítica ao idealismo da dialética Hegeliana com a crítica ao materialismo naturalista de sua época. A noção de práxis adquire, nas Teses sobre Feuerbach, todo o seu significado. Feuerbach queria separar sujeito e objeto do conhecimento, objetividade e pensamento. Para Marx (2009), a virtude do idealismo era a de ter percebido o lado ativo do ser humano na História, mas esse lado ativo também aparecia de forma unilateral: o real sendo constituído pelo pensamento. O próprio ato de conhecer o mundo é, para Marx (2009), atividade humana prático-sensível, ou seja, não existe natureza para os seres humanos em separado de sua ação sobre ela. Conhecer é fazer. O processo de conhecimento é, portanto, uma atividade comum da espécie onde os seres humanos forjam a própria objetividade: e eles o fazem através do trabalho.

Somente o ser humano é capaz de partir das contradições inscritas nas linhas do presente e prefigurar soluções em sua mente, modificando a natureza a partir de um plano pré-estabelecido e, com isso, modifi-

cando sua própria natureza. A categoria trabalho em Marx é, dessa forma, a síntese entre objetividade e subjetividade, entre pensamento e ação, entre determinação e sujeito. A centralidade do trabalho é inseparável do método marxiano de compreensão da realidade.

A conhecida Introdução à Contribuição à Crítica da Economia Política (MARX, 2008a) está longe de ser, portanto, um tratado sobre o método. O que nos parece central é a recuperação da dialética não mais como movimento do pensamento, mas como a forma do pensamento se apropriar do movimento concreto do real. O concreto é concreto por ser síntese de múltiplas determinações, ou seja, síntese de relações sociais diversas, mas que constituem uma unidade em seu movimento na História. O procedimento *laboratorial* com que operava a economia política acabava por isolar e classificar elementos que correspondem a momentos diferenciados de um mesmo movimento histórico e que, portanto, só podem ser entendidos como totalidade.

Não se trata de utilizar o universal como princípio explicativo do particular, como se houvesse uma externalidade entre ambos. Aquilo que aparece na realidade imediata em sua forma singular (a população, a família, o Estado, as classes etc.) não são mais que formas particulares de uma universalidade, ou seja, o particular contém o universal, ele é em si mesmo a expressão da totalidade das relações sociais nas quais se insere. Por isso, as classes sociais não são um simples reflexo da contradição entre a produção social e as relações sociais, a luta entre elas é justamente a principal manifestação concreta dessa contradição.

Daí a necessidade de, após elevar-se das formas abstratas dos fenômenos sociais (a forma como se apresentam em sua singularidade imediata) para suas formas mais concretas (universais), fazer a viagem de volta ao ponto de partida "não mais como uma representação caótica de um todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas" (MARX, 2008a, p. 256). É esse retorno que permite à teoria não apenas interpretar o real, mas entender-se como um momento de sua transformação, por ser expressão de forças sociais reais que se apropriam do mundo transformando-o. Sem isso, ficaríamos com as determinações mais gerais produzidas pelo movimento abstrato do pensamento que não têm em si mesmas, nenhum poder de intervenção sobre o real.

A dialética não está no pensamento, mas na realidade e, o mais importante, não em qualquer realidade, mas na sua forma mais desenvolvida: a sociedade burguesa moderna. A sociedade capitalista não surge como produto de uma sequência linear de causalidades históricas, ela é uma síntese temporal que permite a compreensão das formas mais simples que ela mesma incorpora no presente. E é também somente nessa sociedade que se torna possível a síntese operada por Marx entre teoria e prática, onde se torna possível ao pensamento abarcar o movimento contraditório do real, porque somente nessa época histórica surge uma classe cuja condição de existência se baseia na transformação constante do próprio modo de produção.

Esses são os pressupostos que devemos levar em conta ao ler o Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política de 1859. O resumo esquemático do texto ainda enseja confusões de interpretação que, a nosso ver, se devem principalmente ao fato de não se levar em conta a unidade contida na obra marxiana. Como vimos, a análise da economia política em Marx (2008a) é inseparável de sua análise do movimento das classes num determinado período histórico. Em outras palavras, não há uma separação estanque entre economia e política na obra marxiana. Se é imprescindível a análise da contradição inerente ao modo de produção capitalista é porque esta delimita o campo e as possibilidades de enfrentamento entre classes sociais que são, ao mesmo tempo, fundamento e expressão daquela mesma contradição, são as forças sociais reais que dão movimento à estrutura social podendo transformá-la.

Uma leitura apressada deste texto pode produzir interpretações catastróficas. Nele, "a vida social, política e intelectual" aparece como condicionada ao "modo de produção da vida material" (MARX, 2008a, p. 45). Dito de outra forma, se a consciência aparece determinada pelas relações sociais vividas, ela tenderia, portanto, a reproduzir essas mesmas relações. Em se tratando de relações de dominação ela não poderia alçar voos maiores do que a reprodução dessa mesma dominação. Da mesma forma, a política não seria senão o reflexo da estrutura econômica. Nessa acepção, os seres humanos desaparecem como produtores de sua própria história, cujo agente passaria a ser as "forças produtivas materiais". No entanto, cabe observar que Marx inicia o texto recuperando justamente a concepção de que os seres humanos são produtores e produtos de sua própria existência. Para lembrarmos a conhecida passagem de O 18 Brumário de Luís Bonaparte, "os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas pelo passado" (MARX, 2008, p. 207).

Quanto à consciência, essa não é um simples reflexo das relações de produção, mas a expressão ideal das contradições que emanam dessas mesmas relações. Abre-se a possibilidade de uma defasagem entre as ideias anteriormente introjetadas pela ideologia dominante e a vivência mesma das relações sociais de dominação. Se deve distinguir entre o que os seres humanos dizem ser (as formas ideológicas que dão significado à sua ação no plano imediato) do que são realmente porque o que são deve ser explicado, não apenas pelo modo

de produção como uma fotografia estática do real, mas "pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas materiais e as relações de produção" (MARX, 2008a, p. 46).

> Em uma certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais do que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. (MARX, 2008a, p. 45).

Note-se que o conceito de revolução em Marx não se resume a um momento de irrupção na história, trata-se de uma época de revolução social aberta pela própria contradição entre a produção da riqueza e sua apropriação privada em uma sociedade dividida em classes. Se a tomada revolucionária do poder de Estado e o controle dos meios de produção são aspectos inseparáveis da revolução socialista em Marx, esta não se resume a esses momentos. Trata-se de todo o processo de constituição das classes em luta pelo poder que não se inicia, nem termina na tomada do poder de Estado (embora siga sendo um momento determinante).

Não é ocasional que Marx (2008a, p. 46) analise essa época aberta de revolução social distinguindo a "transformação material das condições econômicas de produção" das formas ideológicas, sinalizando que é através dessas últimas que "os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim". Não há uma separação estanque entre estrutura e superestrutura. As formas jurídicas, políticas e ideológicas são também aspectos determinantes do processo de reprodução social nas quais podemos entender o movimento entre as classes. Os seres humanos seguem como sujeitos de sua História porque são seres conscientes atuando sobre as contradições vividas para além da forma como elas se apresentam na realidade imediata. As classes sociais são, como a categoria trabalho, junção entre objetividade e subjetividade, determinação e liberdade. Se definem pelo lugar que ocupam nos meios de produção sendo, a um só tempo, forças produtivas materiais e forças em luta pelo poder em cada conjuntura histórica. O que dá unidade e também confere movimento à estrutura social são sujeitos sociais coletivos capazes de traduzir aquela contradição, que brota da produção social de suas vidas, em formas ideopolíticas, projetos societários em confronto na sociedade civil, agindo sobre as relações sociais para transformá-las (MARX, 2008b).

O socialismo não é uma consequência do desenvolvimento do modo de produção. O texto de Marx (2008a) é bastante claro: é a humanidade que segue podendo alterar o curso de sua História, mas ela o faz a partir das contradições acumuladas pelas gerações que a antecederam. Há aqui não apenas uma semelhança com o conceito de trabalho, mas uma identidade: o desenvolvimento das forças produtivas materiais (que significa também o desenvolvimento das classes sociais fundamentais) coloca novas possibilidades de sua transformação, possibilidades a partir das quais a humanidade pode projetar no pensamento possibilidades de superação. Em outras palavras, os projetos societários apresentados pelas classes sociais em luta não nascem da cabeça dos filósofos, eles são expressão das possibilidades que já se encontram em desenvolvimento na própria realidade. O método marxiano é inseparável de sua concepção sobre a centralidade do trabalho e ambos só são entendidos na relação específica entre teoria e prática no interior de uma perspectiva revolucionária.

Não basta que a teoria tenda para a realidade, é necessário que a realidade tenda para a teoria. A luta de classes segue sendo a mediação fundamental a partir da qual se desenham os limites, avanços e recuos da teoria.

Dessa forma, a tomada de posição e a vinculação ao projeto societário das classes subalternas é um pressuposto contido no próprio método. A reprodução do movimento da realidade pelo pensamento é também a reprodução de uma contradição contida nesse movimento, contradição de onde brotam projetos societários em confronto na sociedade civil. A análise do desenvolvimento do modo de produção capitalista só se completa e ganha sentido, portanto, com a análise do movimento das classes e da correlação de forças entre elas em cada período. Podemos, finalmente, ir direto ao ponto: é isso que entendemos por centralidade da política na tradição marxista. E este é o aspecto fundamental que permite a essa tradição equacionar a relação entre teoria e prática.

Não basta que a teoria tenda para a realidade, é necessário que a realidade tenda para a teoria. A luta de classes segue sendo a mediação fundamental a partir da qual se desenham os limites, avanços e recuos da teoria. Exatamente por situar-se na fenda que separa interesses antagônicos das classes sociais em luta, a relação entre teoria e prática no fazer profissional também deve ser entendida a partir da correlação de forças

existente entre as diferentes classes ou, dito de outra forma, a partir da maneira como as classes fundamentais formulam seus projetos societários e se colocam na cena política a cada conjuntura histórica.

O Marxismo e o Serviço Social

A própria definição do Serviço Social com a qual estamos trabalhando é inseparável de sua aproximação com a tradição marxista. Somente com as transformações societárias ocorridas na América Latina a partir da segunda metade da década de 1960 se tornou possível ao Serviço Social refletir sobre o papel ocupado pela profissão no seio de uma sociedade dividida em classes.

O primeiro contato significativo do marxismo com o serviço social dá-se, assim, no bojo do movimento de reconceituação na América Latina. Entender a gênese desse movimento é também entender a redefinição da profissão e os novos desafios colocados à relação entre teoria e prática. Uma análise mais aprofundada do movimento de reconceituação excede, contudo, os limites daquilo a que nos propomos analisar nesse artigo. Basta salientar que será o contexto de efervescência das lutas sociais no continente que determinará o viés dessa aproximação através do engajamento político da profissão nas lutas sociais, bem como serão as próprias questões colocadas pela luta de classes na América Latina naquele período que determinariam, dentro da diversidade de concepções existentes, a necessidade do recurso à tradição marxista.

Da mesma forma, o surgimento do Serviço Social não pode ser entendido somente nos marcos da transição do capitalismo concorrencial para a ordem monopólica. Se essa passagem delimita os contornos das contradições de classe e da ação do Estado na qual surge o serviço social como profissão, ela é também determinada pelo enfrentamento entre as classes e frações de classe no período que a antecede e pelos projetos societários que expressam esse conflito. Segundo Paulo Netto (2001), tal transição, cujo ponto de partida pode ser datado da reação burguesa às revoluções de 1848, concretizara três fenômenos que delimitaram os contornos dos agentes históricos e dos embates fundamentais entre eles dali para frente: "o proletariado constituído como classe para si, a burguesia operando estrategicamente como agente social conservador e o peso específico das classes e camadas intermediárias" (PAULO NETTO, 2001, p. 54).

O crescente protagonismo do proletariado, agora munido de instrumentos de conversão de suas lutas econômicas imediatas em projeto político (sindicatos e partidos de massa) redimensiona as estratégias de dominação burguesas que "agora tem de enfrentar lutas políticas de massas, perpassadas por um projeto político-social que trava combates pela direção da sociedade"(PAULO NETTO, 2001, p. 60).

A preponderância do capital industrial e financeiro na era dos monopólios traz consigo, dessa forma, a necessidade de conter a questão social dentro dos limites da ordem do capital, de onde provém a necessidade do próprio profissional do Serviço Social. Dominar pelo consenso significa, em grande medida, a capacidade das classes dominantes em travestir seus interesses particulares de classe em interesses universais, o que implica a capacidade de absorver, ainda que parcialmente, através do Estado ou de aparelhos da sociedade civil, reivindicações das classes subalternas. Como afirma Iamamoto e Carvalho (2014), a profissão dos assistentes sociais é entrecortada pelos interesses das instituições que demandam e remuneram seus serviços, sob controle direto ou indireto da classe dominante, e aqueles para quem esse serviço se destina, a classe trabalhadora. Embora as políticas sociais sejam fruto da luta e resistência dos *de baixo*, sua incorporação responde a interesses próprios da manutenção da dominação dos *de cima*, transformando conquistas em concessões e apaziguando as tensões inerentes às contradições de classe. Cria-se, assim, uma disjunção entre os reais interesses que demandam o trabalho dos Assistentes Sociais e aqueles aos quais se destina os seus serviços.

O que nos interessa aqui é que esse entendimento mesmo da funcionalidade da profissão aos interesses de manutenção da ordem burguesa só se torna possível em uma conjuntura de crise dessa mesma ordem, crise que abre possibilidades ao corpo profissional identificar-se com os interesses das classes subalternas contestando o conservadorismo no interior da profissão.

A industrialização levada a cabo nos estreitos limites da manutenção do domínio imperialista no continente tinha como contraface o aumento da força social da classe trabalhadora urbana que forçava sua entrada na História expondo as contradições da burguesia associada e dependente. É esse ambiente de convergência das lutas anti-imperialistas na América Latina que irá minar as bases de sustentação do serviço social tradicional e configurar as problemáticas centrais do movimento de reconceituação, bem como a diversidade de concepções presentes e a necessidade do recurso à tradição marxista. Não é à toa que a questão do desenvolvimento se colocava como um divisor de águas: esta era a questão fundamental situada na fenda entre projetos de classe antagônicos. Daí a contraposição do projeto de modernização conservadora, ao norte, às alternativas reformistas-democráticas e à vertente propriamente revolucionária. O processo de ruptura com o conservadorismo na profissão seria interrompido, justamente, pelo caminho ditatorial encontrado pela burgue-

sia desses países como forma de conter o desenvolvimento nos estreitos limites de sua herança colonial e das exigências do capital financeiro internacional.

Essa primeira aproximação com o marxismo tem, portanto, fundamento na própria dinâmica da luta de classes no período. Esta é que fornecerá a base material à exigência de um novo marco teórico para lidar com a questão social, que se apresentava agora como demandas concretas de sujeitos coletivos em luta. Entretanto, se o filtro da militância política acabara por impulsionar essa aproximação à tradição marxista, ele seria responsável também por suas lacunas e limites. A ideia de que o engajamento nas lutas sociais poderia, por si só, levar à consciência teórica dos fundamentos da dominação capitalista teria demarcado certo utilitarismo e ecletismo na utilização das fontes, com um destaque para o escasso recurso aos originais da obra marxiana. Cria-se assim um fosso entre as intenções expressas pela prática política e seus fundamentos teóricos, sintetizado por Iamamoto nas tendências fatalistas, onde o poder é tido como algo monolítico e o próprio serviço social como necessariamente subjugado aos interesses dominantes, e no messianismo, marcado pelo voluntarismo político incapaz de apreender o movimento do real sobre o qual atua (PAULO NETTO, 1991; IAMAMOTO, 2004).

É interessante notar a alteração que se daria nesse quadro e o protagonismo brasileiro no contexto de crise da ditadura. As contradições que se avolumaram durante o desenvolvimento impulsionado pelos regimes militares fizeram emergir, em fins da década de 1970, a luta de classes que estava contida nos subterrâneos da arena político-institucional. É o forte movimento democrático-popular da década de 80 que forneceria um solo fértil para que o Serviço Social reapresentasse em novo patamar as questões colocadas pela reconceituação aprofundando a relação com a tradição marxista. É a partir da vinculação entre a vanguarda teórica e política da profissão e o movimento democrático-popular que o Serviço Social irá se consolidar como espaço de produção de saberes, formular seu código de ética e seu projeto ético-político.

O amadurecimento teórico na relação com a tradição marxista teria, assim, desenvolvido sua maturidade em estreita relação com aquele movimento em ascensão. O desafio que se colocava então era traduzir essa orientação teórica em linhas de intervenção prática na realidade por parte dos profissionais. Nos últimos anos da década de 1980 e início da década de 1990 ocorre, no entanto, a convergência de três processos que iriam alterar, em nossa opinião, a relação entre teoria e prática que vinha sendo desenvolvida: a crise do socialismo real no leste europeu, a reestruturação produtiva e a ascensão do neoliberalismo.

Apesar da conjuntura desfavorável às ideias de Marx oriundas da falência do socialismo no leste, Paulo Netto (1991) antevia uma progressiva incorporação da tradição marxista na formação dos profissionais, a partir do desenvolvimento já alcançado, mas também pelos condicionantes que extrapolam a profissão, com destaque para o crescente protagonismo da classe trabalhadora herdada da década de 1980 e às exigências de crítica do padrão excludente do desenvolvimento periférico.

A década de 1990 iria relativizar enormemente esse prognóstico, não obstante tenha se materializado nessa época bases sólidas de contestação ao serviço social tradicional. Se de um lado, de fato, a tradição marxista se consolida como referencial teórico hegemônico nos cursos de graduação e pós-graduação, esta já não encontra o mesmo eco no exercício da profissão. É que a possibilidade de o profissional do Serviço Social identificar-se com um projeto societário alternativo à ordem do capital e traduzir esta identidade em linhas de intervenção profissional não depende apenas do marco teórico de sua formação, mas principalmente da correlação de forças encontrada na luta de classes a cada período.

A ascensão do neoliberalismo, combinada com a desindustrialização e a reestruturação produtiva iriam minar nos anos 90 o protagonismo proletário acima referido, desmontando também a base social do sindicalismo combativo. Consolida-se um novo trato com a Questão Social, onde as demandas voltam a se apresentar na perspectiva da refilantropização das reivindicações de classe, diante das quais exige-se do profissional a filtragem das demandas dentro das estreitas possibilidades colocadas por esta ou aquela política pública.

A questão passa a ser como orientar a intervenção profissional de acordo com projetos sociais coletivos da classe trabalhadora no momento em que esta não se apresenta sequer como classe em si, ou seja, onde a própria luta de classes deixa de ter contornos mais nítidos. Cria-se, dessa forma, a sensação de uma defasagem agora não mais entre as intenções colocadas pela prática profissional, mas entre os pressupostos da teoria e a vivência da prática profissional, criando a impressão de que *na prática, a teoria é outra*. Se tal afirmação, característica do senso comum, parece ganhar sentido entre os profissionais, acreditamos que de nada nos adianta manifestar-se teoricamente contra ela, se não entendermos a base real na qual se sustenta. Segundo Forti e Guerra (2010), tal afirmativa têm origem em concepções equivocadas dos assistentes sociais acerca de seu trabalho, reforçando o pragmatismo no interior da profissão e valorizando uma noção de prática que nega a importância da teoria. Caberia ao profissional do serviço social desvencilhar-se do senso comum, apropriando-se das teorias macroscópicas que possibilitem um maior conhecimento da realidade onde atua.

Não entendemos por senso comum uma mera falsificação do real, mas a forma compósita com a qual os seres humanos constroem sua visão de mundo a partir da realidade vivenciada de forma imediata. Em

outras palavras, o que dá força e sentido ao senso comum é a sua correspondência com a realidade vivida. Dessa forma, não é uma alternativa do profissional simplesmente livrar-se do senso comum através do conhecimento teórico. O conhecimento teórico da realidade não pode minar a base de sustentação do senso comum sem transformá-la na prática.

As autoras inserem como *requisito imprescindível* do trabalho profissional do assistente social a "capacidade de captar criticamente essa realidade social que é contraditória e dinâmica, o que pressupõe a busca de superação teórica, política e ética" (FORTI; GUERRA, 2010, p. 8). Contudo, se entendemos o Assistente Social como um *intelectual subalterno* aos interesses da dominação burguesa (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 95) que "recebe assalariamento em função da requisição patronal/institucional de participar no sentido de viabilizar a subordinação do trabalho à produção/ao capital" (FORTI; GUERRA, 2010, p. 8), tal capacidade não se insere como requisito por parte daqueles que demandam o trabalho profissional. Ao contrário, nos parece que essa tarefa exige desse profissional justamente restringir sua prática ao domínio da própria imediaticidade, que encobre o movimento do real e, portanto, as contradições entre interesses antagônicos nos quais sua ação profissional se insere.

Como vimos a exigência contida no método marxiano em apreender o real como totalidade é indissociável da vinculação a um projeto societário contra-hegemônico. Se a presença da tradição marxista na formação profissional traz consigo essa exigência, a teoria não tem, por si só, condição de alterar a prática profissional. É que há, de fato, uma distância entre a teoria e as possibilidades que este profissional encontra de vinculação de sua prática a um projeto contra-hegemônico. As possibilidades de enxergar o seu fazer profissional situado na fenda que separa interesses de classe depende da dinâmica da própria luta de classes. As classes sociais mesmas se forjam nessa luta. O profissional possui uma dimensão intelectual, mas é o próprio movimento da realidade que serve de alimento à teoria.

A possibilidade de posicionar teoria e prática ao sul da fenda diante da escolha entre projetos societários distintos depende da constituição do proletariado como classe para si ou, em outros termos, depende da passagem da luta de sua fase econômico-corporativa para o momento propriamente ético-político. É isso o que explica o fosso momentâneo entre teoria e prática, colocando a primeira como elemento secundário:

> No processo, porém, repetem-se continuamente momentos nos quais entre a massa e os intelectuais (ou alguns deles, ou um grupo deles) se produz uma separação, uma perda de contato, e, portanto, a impressão de "acessório", de complementar, de subordinado. A insistência sobre o elemento "prático" da ligação teoria-prática – após se ter cindido, separado e não apenas distinguido os dois elementos (o que é uma operação meramente mecânica e convencional) – significa que se está atravessando uma fase histórica relativamente primitiva, uma fase ainda econômico-corporativa, na qual se transforma quantitativamente o quadro geral da "estrutura" e a qualidade-superestrutura adequada está em vias de surgir, mas não está organicamente formada. (GRAMSCI, 1999, p. 105).

A unidade entre teoria e prática não se dá de forma imediata e individualizada, ela é, segundo Gramsci, um devir histórico. Não se trata de um condicionamento mecânico do pensamento pelos limites da prática a cada conjuntura, trata-se, como vimos, de levar a cabo a tarefa de converter as ideias em força material de transformação das condições existentes ou, nas palavras de Gramsci, transformar a filosofia em *vida*. A vinculação dos intelectuais à uma classe social passa, assim, por elaborar e tornar "coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocavam como a sua atividade prática, constituindo um bloco cultural e social" (GRAMSCI, 1999, p. 100).

Considerações Finais

O enfrentamento ao conservadorismo no interior da profissão passa, nos dias atuais, pela necessidade de recuperar o que acreditamos ser o núcleo central que fornece a vitalidade da tradição marxista: a centralidade da política, aqui entendida como a análise da correlação de forças entre as classes a cada conjuntura, o que é a principal expressão concreta das contradições que brotam de uma estrutura social. Trata-se de entender o nível de consciência alcançado pelos trabalhadores e o modo como formulam suas reivindicações a cada período e como orientar a prática profissional a auxiliar no processo de constituição do proletariado em classe. O próprio objeto de trabalho do assistente social comporta essa possibilidade. Como afirma Iamamoto (2004, p. 28), a questão social "sendo desigualdade é também rebeldia". Exatamente por terem seu trabalho situado entre interesses de classe distintos torna-se possível rebelar-se contra as exigências de manutenção da sociedade burguesa.

Em uma conjuntura de aumento progressivo da barbárie social, o desafio lançado pela autora de decifrar as novas mediações pelas quais se expressa a questão social adquire uma certa urgência. Revelar no interior das contradições as possibilidades de resistência e organização que já se encontravam latentes no próprio cotidiano vivido pela classe trabalhadora, é o que permite, transformarem o posicionamento de classe presente em sua formação em linhas de intervenção consequentes no cotidiano do fazer profissional.

Acreditamos, por fim, que a ruptura definitiva com o conservadorismo na prática profissional é também, assim como a unidade entre teoria e prática, um devir histórico. Ela exige não só que o profissional do serviço social transite ao sul da fenda vinculando-se aos problemas vividos pela classe trabalhadora. Ela exige também e principalmente, para ficarmos com a bela imagem que resgatamos de Jack London no início desse artigo, que a própria classe possa romper com os limites da vida cotidiana desse profissional, rompendo as barreiras da própria dominação. É necessário que a teoria possa ser superada pela História.

Referências

FORTI, V.; GUERRA, Y. (org.). *Serviço Social: Temas, textos e contextos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere,* volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

IAMAMOTO, M. V. *O serviço social na contemporaneidade:* trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e serviço social no Brasil:* esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2014.

LONDON, J. *Contos.* São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, K. *A ideologia alemã.* São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K. *A revolução antes da revolução.* São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. *Contribuição à critica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

MARX, K. *Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel:* introdução. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. O Capital. Vol. 1. São Paulo, Nova Cultural, 1988.

PAULO NETTO, J. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 2001.

PAULO NETTO, J. Notas sobre marxismo e Serviço Social, suas relações no Brasil e a questão de seu ensino. *In*: CADERNOS ABESS IV. *Ensino em Serviço Social*: Pluralismo e Formação Profissional. São Paulo: Cortez, 1991.

PAULO NETTO, J. O Serviço Social e a tradição marxista. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 10, n. 30, p. 89-102, maio/ago. 1989.

Eduardo Mara
dumaraseso@gmail.com
Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
Docente do Centro Universitário Joaquim Nabuco (UNINABUCO)

UNINABUCO
Rua Francisco Vitta, 385 – apto 102. Cordeiro.
Recife – PE - Brasil
CEP: 50630-190

Agradecimentos
Não se aplica.

Agência financiadora
Não se aplica.

Contribuições das autoras
Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica.

Consentimento para publicação
Consentimento do autor.

Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

 DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p548

ESPAÇO TEMA LIVRE

Financiamento à ciência no Brasil: distribuição entre as grandes áreas do conhecimento

Daniella Borges Ribeiro[1]
https://orcid.org/0000-0001-9264-7618

Edineia Figueira dos Anjos Oliveira[2]
https://orcid.org/ 0000-0002-4138-0842

Mirian Cátia Vieira Basílio Denadai[3]
https://orcid.org/ 0000-0003-0713-9382

Maria Lúcia Teixeira Garcia[4]
https://orcid.org/ 0000-0003-2672-9310

[1] Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Economia Doméstica, Curso de Serviço Social, Viçosa, MG, Brasil
[2] Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Vitória, ES, Brasil
[3] Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento de Serviço Social, Vitória, ES, Brasil
[4] Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Vitória, ES, Brasil

Financiamento à ciência no Brasil: distribuição entre as grandes áreas do conhecimento
Resumo: Este artigo analisa a direção dada às pesquisas científicas aprovadas pelo CNPq entre os anos de 2011 e 2014, identificando a relação entre o público e o privado e a destinação de recursos financeiros para as grandes áreas do conhecimento. Trata-se de uma pesquisa documental baseada em dados coletados do sistema eletrônico do CNPq, de abordagem quali-quantitativa. Os dados demonstraram o progressivo direcionamento de recursos públicos para o financiamento de pesquisas em instituições privadas, bem como a desigual distribuição entre as áreas e grandes áreas de conhecimento
Palavras-chave: Ciência. CNPq. Financiamento.

Financing for science in Brazil: distribution among major areas of knowledge
Abstract: This article analyzes the direction given to scientific research approved by CNPq between the years 2011 and 2014, identifying the relationship between the public and the private sector and the allocation of financial resources to large areas of knowledge. This is a documentary research based on data collected from the CNPq electronic system, with a qualitative quantitative approach. The data demonstrated the progressive targeting of public resources for the financing of research in private institutions, as well as the uneven distribution between areas and large areas of knowledge.
Keywords: Science. CNPq. Financing.

Recebido em 25.02.2020. Aprovado em 15.03.2020. Revisado em 24.06.2020.

© O(s) Autor(es). 2020 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Introdução

Embora as pesquisas científicas no Brasil tenham sido desenvolvidas inicialmente em institutos próprios, há de se destacar que a expansão desta atividade se deu a partir da sua incorporação como uma atividade essencial nas universidades públicas (CURY, 2005). Essa assertiva se sustenta, pois cerca de 90% das pesquisas brasileiras são desenvolvidas nas universidades públicas, sendo o principal lócus desta produção os programas de pós-graduação *stricto sensu* (BUENO, 2014).

Se por um lado, o desenvolvimento da ciência é fundamental para descobertas importantes e que deveriam ser apropriadas por todos, por outro, o modo de produção capitalista anseia se apropriar dos resultados científicos em favor da reprodução ampliada ou alargada do capital[1] (RIBEIRO, 2015). Assim, a produção de conhecimentos científicos pode auxiliar no enfrentamento das múltiplas expressões da questão social, mas pode também aprofundá-las, adensando as desigualdades sociais. Trata-se, portanto, de uma disputa entre classes sociais distintas em torno da produção e apropriação do conhecimento científico e de seus resultados.

A EC 95/2016 "[...] desmonta o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia [...] o orçamento do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação e Comunicações para investimento [...] está previsto na ordem de um terço do que era 10 anos atrás" [...]

Desde uma mirada histórica, vemos que a expansão das pesquisas só foi possível a partir da incorporação desta atividade pela pós-graduação *stricto sensu* (CURY, 2005). Este nível de ensino[2], que ainda era incipiente nas décadas de 1930 e 1940, contou com o apoio fundamental de duas instituições criadas em 1951 para a sua consolidação: o Conselho Nacional de Pesquisa (CNP)[3] e a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A criação destas instituições esteve ligada aos interesses da chamada modernização da universidade que neste momento a incluía como um importante espaço para a realização de pesquisas que possibilitassem o desenvolvimento tecnológico, entendido na época como prerrogativa para o desenvolvimento do país. Há também que se destacar que o desenvolvimento tecnológico aparecia como um elemento fundamental em período de *guerra fria* (CURY, 2005).

A Lei nº 1.310 de 15 de janeiro de 1951, sancionada pelo presidente Dutra, criou o Conselho Nacional de Pesquisas (CNP) como uma autarquia ligada a Presidência da República (BRASIL, 2015)[4]. Dada as divergências e a oposição dos Estados Unidos quanto a atividade nuclear, em 1956 esta atividade foi transferida para a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) retirando do CNP esta atribuição. Não mais se envolvendo diretamente nas pesquisas nucleares para a fabricação da energia atômica o CNP passou a fomentar pesquisas nas áreas da física, biologia, tecnologia e ciências da terra. Somente em 1965[5] as ciências humanas e sociais foram incluídas nas ações de fomento do CNP passando este órgão a estimular todas as áreas do conhecimento (OLIVEIRA, 2003). A Lei nº 6.129 de 6 de novembro de 1974 não só transformou o CNP em CNPq como o vinculou a Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Esta Lei também instituiu o CNPq como fundação e colocou sob sua responsabilidade a elaboração dos Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT) (BRASIL, 1974). Em 1985 quando foi criado o Ministério de Ciência e Tecnologia (Decreto nº 91.146/1985) o Conselho passou a fazer parte deste Ministério[6] (BRASIL, 2015a).

Embora a realização de pesquisas ainda se dê majoritariamente nas universidades públicas, o Estado brasileiro fortaleceu o discurso da necessidade de alocação de recursos públicos para as instituições privadas e delegou às universidades públicas a captação de recursos no mercado, colocando em risco a autonomia dos pesquisadores frente às empresas financiadoras[7]. Dessa forma, o Estado brasileiro, ao invés de estimular ainda mais a ciência produzida nas universidades com dinheiro público e a sua socialização, permite o escoamento de recursos financeiros para a produção de pesquisas privadas e rentáveis ao capital. O cenário de disputa por recursos públicos para o desenvolvimento de pesquisas agrava-se ainda mais quando consideramos a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 95) em 2016, que impõe o congelamento dos gastos públicos pelos próximos 20 anos (BRASIL, 2016). A EC 95/2016 "[...] desmonta o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia [...] o orçamento do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação e Comunicações para investimento [...] está previsto na ordem de um terço do que era 10 anos atrás" (SOCIEDADE...; 2018). Em termos concretos, em 2019, o Ministério da Educação teve congelados 5,8 bilhões e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 2,1 bilhões (SAYURI, 2019).

É nesse cenário que é mister refletir sobre quais pesquisas estão sendo desenvolvidas e qual tem sido a direção dada às mesmas. Também é preciso saber se a produção de conhecimentos tem sido desenvolvida

levando-se em consideração o princípio constitucional da autonomia científica. Este artigo tem como objetivo geral analisar a direção dada às pesquisas científicas aprovadas pelo CNPq entre os anos de 2011 e 2014, identificando a relação entre o público e o privado e a destinação de recursos financeiros para as grandes áreas do conhecimento. Sendo assim, este artigo discute o tema da ciência e a disputa em torno da sua produção e apropriação. Além disso, demonstra como dados retirados de sistemas eletrônicos podem ser usados para a produção de conhecimentos, para a realização de uma intervenção profissional qualificada e para a luta política, o que contempla os objetivos deste número da revista.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa documental, quali-quantitativa, com documentos de acesso público. Utilizamos os dados brutos encontrados no site do CNPq e dados encaminhados por esta agência via Sistema E-sic. Os dados qualitativos foram analisados por meio da análise de conteúdo e os quantitativos através da análise estatística descritiva. Para a coleta de dados inicialmente utilizamos o site do CNPq e por meio do link *chamadas encerradas* identificamos todos os editais lançados por esta agência entre os anos de 2011 e 2014. Em seguida, procedemos à leitura dos documentos, anotamos as características dos editais e excluímos do nosso estudo todos os editais de bolsas, Programa Ciência sem Fronteiras e auxílios para editoração e eventos. Foram elegíveis para esta pesquisa apenas os editais de apoio à pesquisa[8] que receberam recursos que não fossem apenas bolsas.

Posteriormente, investigamos no site do CNPq (no link *chamadas resultados*) a quantidade de projetos que foram aprovados dos editais selecionados e consultamos uma tabela enviada pelo CNPq (por meio do sistema E-sic) a quantidade de projetos submetidos à esta agência, para sabermos qual a demanda versus quantidade de projetos aprovados. Para o levantamento dos recursos financeiros destinados às grandes áreas do conhecimento utilizamos o sistema *Dados abertos*[9]. Nesta fase de coleta de dados, notamos que os recursos financeiros distribuídos para as pesquisas por ano de aprovação do *sistema Dados abertos*, se comparado, não condiz com a quantidade de projetos aprovados da lista do site do CNPq do link *chamadas encerradas*. Isso ocorre, ou porque alguns pesquisadores recorrem, podendo alcançar a aprovação de seu projeto após o recurso, ou pelo fato dos recursos serem repassados em parcelas, podendo ser contabilizado o restante do montante no ano seguinte. Assim, para a sistematização dos valores recebidos para as pesquisas utilizamos as tabelas do sistema *Dados abertos* (porque possui informações sobre os valores repassados aos pesquisadores). Os valores financeiros foram deflacionados por meio da calculadora cidadã e o índice para a correção escolhido foi o IGP-DI. Separamos os valores repassados aos pesquisadores por ano e na calculadora cidadã utilizamos como data inicial dezembro do ano em que o recurso foi recebido e como data final dezembro de 2019.

Foram elegíveis para esta pesquisa 16 editais de apoio ao pesquisador lançados pelo CNPq no ano de 2011. A estes editais foram submetidos 18.716 projetos de pesquisa, sendo aprovados 4.801 projetos e encontrados na listagem de recursos financeiros, 4.701 projetos. Em relação ao ano de 2012 foram analisados 31 editais, para os quais houve 17.449 submissões, 5.278 projetos aprovados e 4.656 projetos encontrados na lista do sistema *Dados abertos*. No ano de 2013 foram escolhidos 55 editais, sendo encaminhados 30.732 projetos de pesquisa, dos quais 6.852 foram aprovados, e na listagem de recursos encontramos 8.415 pesquisas que receberam financiamento que não fossem apenas na modalidade bolsa. Quanto ao ano de 2014 foram analisados 28 editais, que receberam 23.445 submissões com 7.096 aprovações, e encontrados na lista de recursos 6.888 projetos. Desse modo, esta pesquisa conta com dados sobre 130 editais lançados pelo CNPq entre 2011 e 2014 cujos pesquisadores receberam recursos financeiros que não fossem apenas bolsas (Quadro 1).

Quadro 1. Síntese dos Editais elegíveis para a pesquisa

Edital	Número de Projetos aprovados	Nº de projetos encontrados com os recursos financeiros recebidos	Edital	Número de Projetos aprovados	Nº de projetos encontrados com os recursos financeiros recebidos
01/2011	12	12	30/2013	13	13
05/2011	05	05	31/2013	16	16
06/2011	200	200	33/2013	13	13
07/2011	643	638	35/2013	13	12
08/2011	08	08	36/2013	09	08

09/2011	39	38	37/2013	38	Não encontrados
12/2011	05	07	38/2013	24	Não encontrados
13/2011	17	17	39/2013	22	Não encontrados
14/2011	3.761	3.723	40/2013	48	Não encontrados
17/2011	08	08	41/2013	14	Não encontrados
18/2011	21	21	43/2013	575	568
19/2011	58	Não encontrados	47/2013	23	23
20/2011	08	08	48/2013	26	Não encontrados
21/2011	09	09	49/2013	24	Não encontrados
22/2011	04	04	51/2013	15	15
26/2011	03	03	56/2013	17	Não encontrados
04/2012	03	03	57/2013	23	22
10/2012	29	29	62/2013	07	07
11/2012	38	38	63/2013	13	13
13/2012	04	04	64/2013	20	19
14/2012	3.836	3.569	65/2013	10	09
15/2012	09	Não encontrados	67/2013	37	35
16/2012	24	Não encontrados	68/2013	14	14
17/2012	265	Não encontrados	73/2013	10	10
18/2012	452	449	75/2013	22	22
19/2012	17	17	76/2013	13	13
20/2012	03	03	77/2013	12	12
21/2012	05	Não encontrados	79/2013	91	Não encontrados
23/2012	17	17	80/2013	66	55
25/2012	10	10	81/2013	93	Não encontrados
26/2012	35	35	82/2013	25	Não encontrados
27/2012	32	31	84/2013	62	Não encontrados
29/2012	13	13	86/2013	0	0
30/2012	08	08	88/2013	06	06
31/2012	01	Não encontrados	89/2013	86	Não encontrados
32/2012	145	141	91/2013	65	Não encontrados
34/2012	26	26	94/2013	318	Não encontrados
35/2012	43	Não encontrados	04/2014	0	0
36/2012	29	30	05/2014	17	17
39/2012	30	29	07/2014	08	08
40/2012	76	77	11/2014	89	87
41/2012	08	08	12/2014	88	Não encontrados
42/2012	66	66	14/2014	5.536	5.409
43/2012	04	04	16/2014	0	103
45/2012	20	19	17/2014	472	409
46/2012	22	22	18/2014	03	03
52/2012	08	08	21/2014	08	11
05/2013	12	Não encontrados	22/2014	597	579
06/2013	24	20	26/2014	16	16
07/2013	27	26	27/2014	17	17
08/2013	31	30	28/2014	16	16
09/2013	03	03	29/2014	10	09
12/2013	05	05	30/2014	19	19
13/2013	14	14	31/2014	13	13
14/2013	4.629	7.250	32/2014	14	14
15/2013	29	28	33/2014	12	12
16/2013	06	01	34/2014	14	14
17/2013	50	Não encontrados	35/2014	15	15
22/2013	31	30	36/2014	13	13
23/2013	28	26	37/2014	14	14
24/2013	37	34	38/2014	25	25
26/2013	06	06	39/2014	19	19
27/2013	07	07	40/2014	23	23
28/2013	18	18	46/2014	15	15
29/2013	12	12	47/2014	23	08

O CNPq e as demandas por recursos para pesquisas

O número de projetos de pesquisas submetidos e aprovados pelo CNPq entre os anos de 2011 e 2014 demonstram que os editais funcionam não apenas para a indução de pesquisas por áreas e/ou temas considerados estratégicos, mas também para a otimização dos recursos disponíveis e a possível alocação de parte dos recursos para o setor privado, pois, alguns editais são específicos para o setor privado[10], outros permitem a concorrência deste setor com as instituições públicas. Entre 2011 e 2014, dos 130 editais de apoio ao pesquisador analisados, foram submetidas 90.342 propostas das quais 24.660 foram aprovadas, ou seja, um atendimento de 27,3% da demanda. Os recursos, distribuídos por meio de editais, permitem duas constatações iniciais: menos de 1/3 das demandas é atendida; a distribuição dos recursos é desigual por áreas de conhecimento. Isso se agrava quando observamos os limites das universidades na alocação de recursos próprios para a realização de pesquisa.

Para a submissão de projetos de pesquisa ao CNPq existem alguns critérios previamente definidos nos editais. Dos 130 editais analisados, 108 (83,1%) exigiam a titulação de doutor ao proponente responsável pelo projeto. Dessa forma, afirmamos que dos 24.660 projetos aprovados, pelo menos 22.900 (92,9%) tiveram como proponentes pesquisadores doutores. Sobre as instituições que poderiam ser descritas como executoras dos projetos de pesquisa a serem financiados pelo CNPq, 04 (3,1%)[11] editais foram destinados exclusivamente às instituições públicas, os outros permitiram a participação do setor privado com fins lucrativos ou sem fins lucrativos.

É preciso salientar que o Estado tem incentivado o setor privado no que tange a pesquisa tanto repassando recursos financeiros, quanto permitindo a associação das universidades públicas às instituições privadas. Nesse sentido, podemos citar a Lei de Inovação Tecnológica (Lei nº 10.973/2004) que possui três eixos principais: o estabelecimento de parcerias entre as IES e as empresas; o estímulo à participação das universidades e centros de pesquisa no processo de inovação e o incentivo à inovação tecnológica nas empresas (BRASIL, [2019]). Esta lei permite e incentiva a utilização das universidades públicas para a realização de pesquisas que serão apropriadas por empresas, dando um sentido extremamente utilitário a produção do conhecimento. A Lei de Inovação Tecnológica se articula com a Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005) que permite a subvenção econômica e isenção fiscal às empresas que afirmarem, através da autodeclararão, o compromisso em realizar pesquisas voltadas à inovação tecnológica (LIMA, 2007). Por isso, alguns autores como Lima (2007) e Neves (2004) chamam a atenção para a conversão do professor universitário de instituição pública em empreendedor, sendo uma das leis que respaldam esta atividade a Lei de Inovação Tecnológica.

Distribuição das propostas aprovadas por tema

Dos 130 editais estudados, 121 (93,1%) definiram os temas a serem estudados; 04 (3,1%) definiram a área a ser pesquisada e apenas 05 (3,8%) não definiram temas e áreas para as pesquisas. Os temas e áreas indicados estão listados nos quadros abaixo:

Quadro 2. Temáticas induzidas em 2011.

Nº do edital	Temáticas	Nº de projetos enviados	Projetos encontrados com os recursos financeiros
01	Energia e Meio ambiente, com foco em energias renováveis; Saúde e Meio ambiente, com foco em doenças negligenciadas e alimentação e nutrição funcional.	52	12
05	Matemática, Física e Biodiversidade.	36	05
06	**Sem tema e sem área previamente definidos**[12].	565	200
07	**Área de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas**.	1.559	638
08	Consolidação e melhoria da infraestrutura de parques tecnológicos.	57	08
09	Melhoria da infraestrutura de incubadoras para prestação de serviços a empresas de base tecnológica.	142	38
12	Matemática; nanomagnetismo, estruturas e informação quântica; web Science; computação de alto desempenho e gerenciamento de dados para aplicações de alta performance; células-tronco e câncer; mudanças climáticas e desastres naturais; doenças emergentes e mudanças ambientais.	12	07
13	Bioma Caatinga.	108	17

14	**Sem tema e sem área previamente definidos**[13].	15.806	3.723
17	Nanociência e Nanotecnologia	20	08
18	Engenharias e demais áreas tecnológicas; Ciências Exatas e da Terra; Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde; Computação e Tecnologias da Informação; Tecnologia Aeroespacial; Fármacos; Produção Agrícola Sustentável; Petróleo, Gás e Carvão Mineral; Energias Renováveis; Tecnologia Mineral; Tecnologia Nuclear; Biotecnologia; Nanotecnologia e Novos Materiais; Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais; Tecnologias de transição para a economia verde; Biodiversidade e Bioprospecção; Ciências do Mar; Indústria Criativa; Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva; Formação de Tecnólogos.	23	21
19	Agricultura (carne, frutas e soja); Agronegócios; Agropecuária; Biodiversidade; Biologia; Biomedicina; Biotecnologia, Ciência e Tecnologia de Alimentos; Ciência e Tecnologia de Materiais; Ciência e Tecnologias Físicas; Ciências Agrárias; Ciências Aplicadas; Ciências Biomédicas; Ciências da Terra, Oceano e Atmosfera; Ciências Espaciais; Ciências Físicas e Matemáticas; Ciências Humanas e Sociais; Ciências Marinhas; Ciências Químicas; Competitividade Agroindustrial e Pesqueira; Energia Nuclear e Espacial; Ensino de Ciências; Materiais Avançados; Meio Ambiente; Microeletrônica, Mineração; Nanotecnologia; Produção e Sanidade Vegetal e Animal; Recursos Naturais; Recursos Renováveis e não-Renováveis; Represas para Hidroelétricas; Risco e Vulnerabilidade Social para Eventos Naturais e Ambientais; Saúde; Tecnologias da Informação e Comunicação; Tecnologias Limpas; Todas as áreas do conhecimento; Turismo.	269	Não encontrado
20	Nanobiotecnologia (liberação controlada de fármacos e/ou nanoencapsulamento; nanomateiriais para bioengenharia; nanopartículas para monitoramento e/ou diagnóstico em saúde; e, nanotoxicologia e/ou nanorregulação).	18	08
21	Nanotecnologia (Agronegócio, Eletrônica, Energia, Materiais, Meio ambiente, Nanobiotecnologia, Saúde, Sensores e/ou reguladores e seus impactos).	28	09
22	Cartas de sensibilidade ambiental para derramamentos de óleo para quatro bacias sedimentares marítimas: Bacia da Foz do Amazonas, Bacia do Pará-Maranhão/ Barreirinhas, Bacia de Campos e Bacia de Pelotas.	05	04
26	Segurança Alimentar, Bioenergia e/ou Biotecnologia Industrial.	16	03

Elaborado pelas autoras.

Quadro 3. Temáticas induzidas em 2012.

Nº do edital	Temáticas	Nº de projetos enviados	Projetos encontrados com os recursos financeiros
04	Nanotecnologia, materiais poliméricos	05	03
10	Saúde bucal	194	29
11	Urbanização	1.011	38
13	Tecnologias da informação e comunicação	61	04
14	**Sem tema e sem área previamente definidos**[14].	9.985	3.569
15	Agricultura e alimentação, gestão de recursos naturais, mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável e humano, governança, tecnologia e inovação	15	Não encontrado
16	Nanociência e nanotecnologia	338	Não encontrado
17	Competitividade das empresas	1.558	Não encontrado
18	**Área Ciências humanas, sociais e sociais aplicadas.**	1.594	449
19	Tecnologia da informação e comunicação, ciência e tecnologia para os oceanos, ciências da vida, tecnologias limpas e energias renováveis	36	17

20	Bioprodutos e bioprocessos aplicados à saúde humana	109	03
21	Biotecnologia	35	Não encontrado
23	Vigilância sanitária	92	17
25	Métodos alternativos ao uso de animais e modelo de pele humana reconstituída	48	10
26	Assentamento rural	113	35
27	Inovação em educação alimentar e nutricional	144	31
29	Engenharias e demais áreas tecnológicas; Ciências Exatas e da Terra: Física, Química, Geociências; Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde; Computação e Tecnologias da Informação; Tecnologia Aeroespacial; Fármacos; Produção Agrícola Sustentável; Petróleo, Gás e Carvão Mineral; Energias Renováveis; Tecnologia Mineral; Tecnologia Nuclear; Biotecnologia; Nanotecnologia e Novos Materiais; Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais; Tecnologias de transição para a economia verde; Biodiversidade e Bioprospecção; Ciências do Mar; Indústria Criativa; Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva; e Formação de Tecnólogos.	19	13
30	Bioenergia e biomassa, energia solar, sistemas de distribuição de energia, tecnologia	16	08
31	Financiamento em saúde	16	Não encontrado
32	Gênero	365	141
34	Ecologia	107	26
35	Biodiversidade e ecossistemas	122	Não encontrado
36	Terapia celular	116	30
39	Arquipélago e ilhas oceânicas	72	29
40	Doenças negligenciadas	506	77
41	Doenças e biofarmácia	34	08
42	Pesca e aquicultura	410	66
43	Segurança alimentar, bioenergia, biotecnologia industrial.	12	04
45	Biodiversidade brasileira	210	19
46	Agroecologia e sistemas orgânicos de produção	58	22
52	Biotecnologia; Microeletrônica; Nanotecnologia; Pesquisa Aeroespacial; Energia Nuclear; Ciências Ambientais; Ecologia; Ciências Agrárias; e Ciências da Saúde.	48	08

Elaborado pelas autoras.

Quadro 4. Temáticas induzidas em 2013.

Nº do edital	Temáticas	Nº de projetos enviados	Projetos encontrados com os recursos financeiros
05	Saúde	187	Não encontrado
06	Saúde	164	20
07	Saúde	138	26
08	Saúde	91	30
09	Alimentação funcional; Conversão de biomassa, microalgas e desagregação microbiana; Biorremediação, biolixiviação, reabilitação ambiental e sensores nanobiotecnológicos; Biofármacos; Biomateriais; e Biologia sintética.	14	03
12	Biotecnologia e saúde, especialmente produtos biotecnológicos; Agricultura, incluindo bioenergia.	678	05
13	Tecnologias da Informação e Computação; Geociências, incluindo Oceanografia e Mudanças Climáticas; Engenharia, Ciência dos Materiais e Nanotecnologia; Ciências da saúde e biomédicas; Matemática; e Energias renováveis, eficiência energética, e tecnologias de baixo carbono.	66	14

14	**Sem tema e sem área previamente definidos**[15].	16.504	7.250
15	Avaliação de medicamentos, produtos ou insumos nacionais prioritários para o Sistema Único de Saúde (SUS)	118	28
16	HIV/AIDS; Malária; Tuberculose; Biotecnologia; Sistemas de Conhecimento Tradicional; Energia alternativa e renovável; Tecnologia da Informação e Comunicação.	33	01
17	Agricultura e Agronegócios; Alimentação e Nutrição; Aquicultura e Pesca; Arqueologia; Biociências Moleculares; Biocombustíveis; Biodiversidade; Biotecnologia; Ciência e Tecnologia dos Materiais; Ciências Aplicadas; Ciências Biomédicas; Ciências da Saúde; Ciências da Terra, Oceano e Atmosfera; Ciências do Mar; Ciências Espaciais; Ciências Físicas; Ciências Humanas e Sociais; Ciências Químicas; Computação e Telecomunicações; Controle de Qualidade; Desenvolvimento Sustentável; Ecologia; Energia Nuclear; Energias Alternativas; Engenharias; Farmacologia de Produtos Naturais; Geofísica do Petróleo; Geologia e Hidrologia; Gestão Tecnológica; Meio Ambiente, Energia e Telecomunicações; Melhoramento Genético; Metalurgia e Mineração; Metrologia; Mudanças Climáticas; Nanotecnologia e Novos Materiais; Oceanografia; Química; Recursos Hídricos; Recursos Renováveis e não-Renováveis; Saúde; Tecnologia da Informação e Comunicação; Tecnologias Limpas; Turismo e Artesanato.Obs. A Itália permitia a submissão de projetos para todas as áreas do conhecimento.	454	Não encontrado
22	Aerodinâmica; Materiais de Aplicação Aeroespacial; Sistemas de Propulsão; Robótica e Armar Inteligentes; Sensores de Uso Aeroespacial; Simuladores; Hipervelocidade; Estruturas; Guiamento e Controle; Sistemas de Comando e Controles.	288	30
23	Transporte aquaviário e da construção naval.	104	26
24	Desenvolvimento social	292	34
26	Melhoramento de cultivares e de produtos da agropecuária, horticultura e aquicultura; Biorremediação; Biorrefinarias e subsequente conversão de biomassa em energia e commodities químicas; Desenvolvimento de enzimas com aplicação na indústria de alimentos; e Produtos e ferramentas biotecnológicas com aplicação em saúde animal.	37	06
27	Desenvolvimento e inovação de bioprodutos e/ou bioprocessos aplicados à produção de vacinas recombinantes para prevenção de zoonoses em animais.	37	07
28	Engenharia de Sistemas Biológicos.	191	18
29	Desenvolvimento de novos produtos de alimentação, cosméticos, fármacos ou outras aplicações industriais, relacionadas às seguintes espécies: Caju; Guaraná; Açaí e juçara; Umbu e Jabuticaba.	155	12
30	Desenvolvimento de produtos e processos biotecnológicos (biolixiviação e biorremediação) para minimizar ou solucionar problemas ambientais causados pela atividade humana, tais como resíduos industriais, domésticos, agropecuários, provenientes de mineradoras, da produção de petróleo e derivados, da produção de combustíveis, tratamento de esgoto e águas superficiais, subterrâneas e residuais, da indústria pesqueira, poluentes, entre outros.	185	13
31	Doenças Endócrinas e Metabólicas	297	16
33	Tecnologia em Redes Elétricas Inteligentes	78	13
35	Gerenciamento de Recursos Hídricos	113	12
36	Conservação da água e manejo, recuperação e conservação do solo e da biodiversidade	141	08
37	Mudanças Climáticas	287	Não encontrado
38	Agronegócio (inovação tecnológica para insumos agrícolas)	322	Não encontrado
39	Agronegócio (agregação de Valor às Cadeias Produtivas de Frutas e Lácteos).	310	Não encontrado
40	Desenvolvimento e inovação voltados para a cadeia produtiva do biodiesel.	397	Não encontrado
41	Política de saúde	57	Não encontrado
43	**Área Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas**	1.492	568
47	Novas Terapias Portadoras de Futuro	127	23
48	Agronegócio (produção agropecuária sustentável e agroecologia).	131	Não encontrado
49	Tecnologias para geração de energia solar fotovoltaica, LEDs e fontes luminosas inovadoras e para sistemas de iluminação de alta eficiência	129	Não encontrado

51	Inovação no setor mineral	3.983	15
56	Desenvolvimento e Inovação para a Produção de Biocombustíveis e Bioprodutos a partir de Microalgas	98	Não encontrado
57	Avaliação de Tecnologias em Saúde	72	22
62	Pesquisa e Desenvolvimento em Ilhas Oceânicas	56	07
63	Rede de Pesquisa em Biotecnologia Marinha	58	13
64	Programa Antártico Brasileiro	63	19
65	Pesquisa e Desenvolvimento em Meteorologia e Climatologia	46	09
67	Coleções biológicas	256	35
68	Atmosfera na Amazônia	51	14
73	Medicamentos fitoterápicos oriundos de espécies nativas da flora brasileira	276	10
75	Desenvolvimento e Inovação em Tecnologia s de Conversão de Combustíveis com Foco em Combustíveis Sólidos	63	22
76	Desenvolvimento tecnológico em terras raras	95	13
77	Pesquisa, desenvolvimento e inovação em Biotecnologia na Amazônia Ocidental, com foco nas áreas de fármacos, fitoterápicos e cosméticos.	51	12
79	Redes Regionais de Pesquisa em Biodiversidade e Biotecnologia, para o desenvolvimento sustentável das Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, com vistas à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais dos biomas abrangidos por essas regiões.	247	Não encontrado
80	Economia Criativa	168	55
81	Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção	171	Não encontrado
82	Segurança Alimentar e Nutricional	67	Não encontrado
84	Tecnologia Assistiva	134	Não encontrado
86	Censo dos trabalhadores de vigilância sanitária	01	0
88	Engenharias e demais áreas tecnológicas; Ciências Exatas e da Terra: Física, Química, Geociências; Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde; Computação e Tecnologias da Informação; Tecnologia Aeroespacial; Fármacos; Produção Agrícola Sustentável; Petróleo, Gás e Carvão Mineral; Energias Renováveis; Tecnologia Mineral; Tecnologia Nuclear; Biotecnologia; Nanotecnologia e Novos Materiais; Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais; Tecnologias de transição para a economia verde; Biodiversidade e Bioprospecção; Ciências do Mar;Indústria Criativa; Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva; e Formação de Tecnólogos.	16	06
89	Projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e extensão de incubadoras tecnológicas de empreendimentos econômicos solidários	108	Não encontrado
91	Desenvolvimento do Esporte em suas diferentes dimensões	490	Não encontrado
94	Aeroespacial e Defesa; Agropecuária; Alimentos; Automobilística; Biotecnologia; Calçados; Construção Civil; Economia Criativa; Energia; Energia Nuclear; Energia Renovável; Fármacos e Complexo Industrial da Saúde; Indústria Naval; Metal-mecânica; Mineração; Nanotecnologia; Petróleo e gás; Pesca e Aquicultura; Tecnologia Assistiva; Tecnologias Educacionais; Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs); Tecnologias para Sustentabilidade; Têxtil/Vestuário.	545	Não encontrado

Elaborado pelas autoras.

Quadro 5. Temáticas induzidas em 2014.

Nº do edital	Temáticas	Nº de projetos enviados	Projetos encontrados com os recursos financeiros
04	Censo dos trabalhadores de vigilância sanitária	03	0
05	Pesquisas em Vigilância Sanitária	112	17
07	Biotecnologia	29	08

11	Desenvolvimento territorial	202	87
12	Ferramentas de software, hardware e/ou serviços de TI	1.078	Não encontrado
14	**Sem tema e sem área previamente definidos**[16]	16.907	5.409
16	Tecnologias ambientais e mitigação de mudanças climáticas; Biotecnologia e uso sustentável da biodiversidade; Agricultura; Saúde e fármacos; Espaço, defesa e segurança nacional; Desenvolvimento urbano; Segurança pública; Fontes alternativas de energias renováveis, biocombustíveis e bioenergia; Nanotecnologia; Pesquisa Nuclear; Tecnologia da informação e comunicação; Controle e Gerenciamento de Tráfego Aéreo	345	103
17	Áreas temáticas estratégicas do Plano Brasil Maior e demais áreas: Aeroespacial e Defesa; Agropecuária; Alimentos; Automobilística; Biotecnologia; Calçados; Construção Civil; Economia Criativa; Energia; Energia Nuclear; Energias Renováveis; Fármacos e Complexo Industrial da Saúde; Gastronomia; Indústria Naval; Logística; Metalmecânica; Mineração; Nanotecnologia; Petróleo e gás; Pesca e Aquicultura; Tecnologias Ambientais e para a sustentabilidade; Tecnologias Assistivas; Tecnologias Educacionais; Tecnológicas de etnodesenvolvimento em terras indígenas; Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC); Têxtil/Vestuário; Tecnologias Sociais.	1.536	409
18	Perdas pós-colheita de grãos	15	03
21	Saúde da População Negra no Brasil	89	11
22	Área Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas	1.260	579
26	Distúrbios Neuropsiquiátricos	157	16
27	Doenças Neurodegenerativas	218	17
28	Medicina Regenerativa	68	16
29	Segurança Internacional e Defesa Nacional	36	09
30	DST-Aids	63	19
31	Doença de Chagas	110	13
32	Leishmanioses	132	14
33	Doenças Cardiovasculares	151	12
34	Doenças Respiratórias Crônicas	113	14
35	Doenças Raras	39	15
36	Doenças Renais	131	13
37	Helmintíases	82	14
38	Sistemas Orgânicos de Produção de Base Agroecológica	53	25
39	Agroecologia	66	19
40	Sementes e Extrativismo	85	23
46	Segurança alimentar; Saúde pública; Desenvolvimento agrícola e pecuário; Inclusão social, e Mudanças climáticas e eventos extremos.	226	15
47	Saúde	139	08

Elaborado pelas autoras.

Em termos de frequência das palavras utilizadas nesses editais, destacamos as 10 mais recorrentes: Tecnologia(s) (49 vezes), Ciência(s) (41 vezes), Saúde (28), Biotecnologia (17), Desenvolvimento (16), Nanotecnologia (13), Energia (12), Materiais (10), Biodiversidade (9), Informação (9). É possível notar a tecnologia e inovação como centralidade nos editais, e a ciência sendo associada aos produtos configurando-se como uma ciência instrumental, como nos aponta Marilena Chauí (2001). Para esta autora, à universidade transformada em organização social tem-se solicitado um comportamento análogo ao funcionamento de empresas, inclusive com a encomenda de pesquisas para satisfazer as necessidades de determinados setores da economia. Como demonstramos, dos 130 editais pesquisados 121 (93,1%) indicavam previamente o tema a ser pesquisado. Essa forte indução, limita as possibilidades de escolha dos pesquisadores quanto ao que e para quê pesquisar, o que nos permite afirmar que a autonomia científica da universidade e, consequentemente, dos pesquisadores nela inseridos está fortemente comprometida.

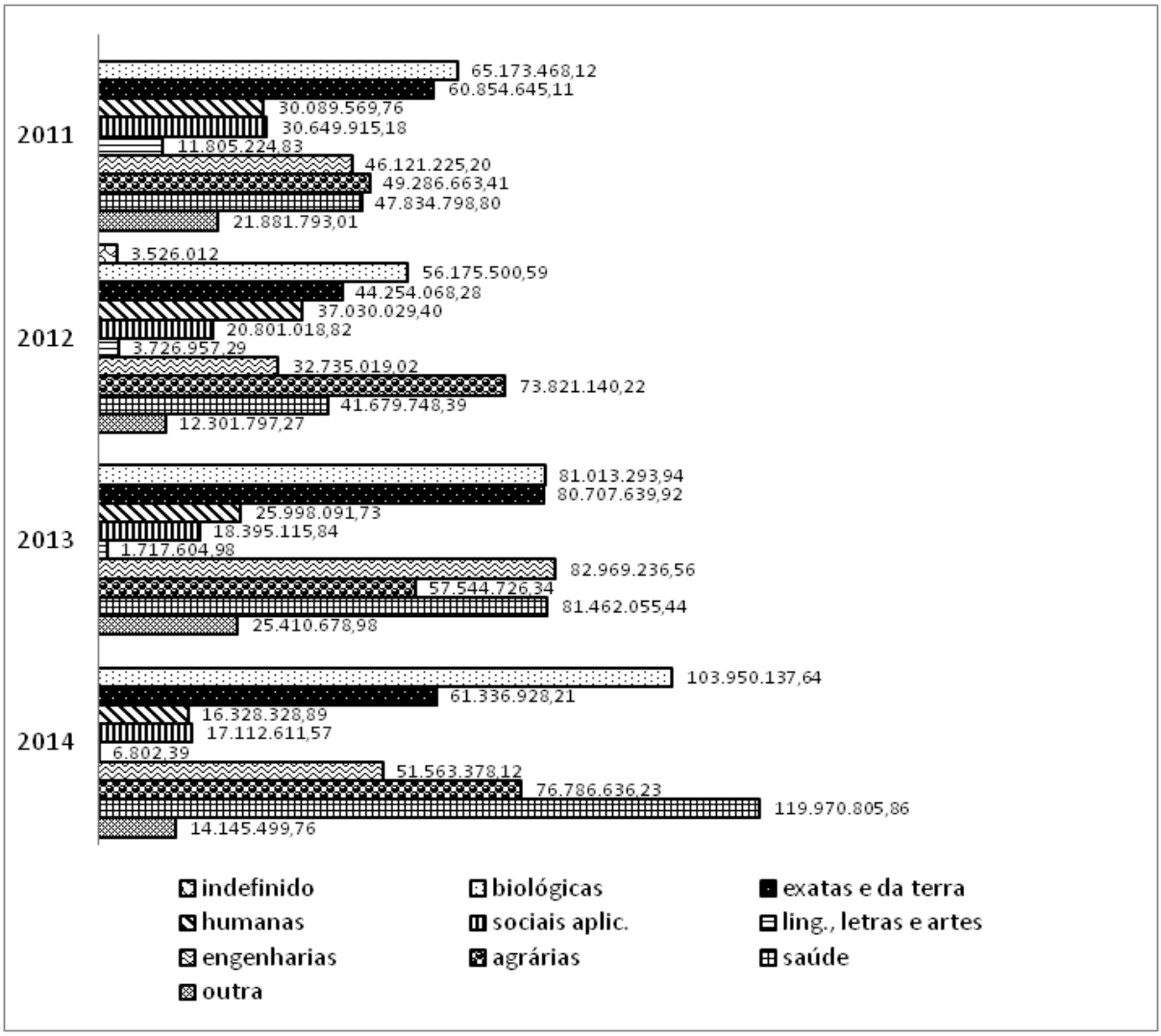
Esta direção dada à produção de conhecimentos no país vincula-se a um documento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações intitulado Livro Azul. Este livro foi publicado em 2010 (resultante das recomen-

dações da 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação ocorrida no mesmo ano) e afirma a necessidade de transformação do conhecimento em inovação e na parceria entre as instituições de ensino, de pesquisa e as empresas, além da cooperação internacional. Esta parceria é enfatizada constantemente com elogios a Lei de Inovação e a Lei do Bem (BRASIL, 2010). O Livro Azul determina o incentivo de pesquisas cujos temas são relacionados à agricultura, bioenergia, tecnologias da informação e comunicação, saúde, exploração das reservas de petróleo e gás do pré-sal, tecnologia nuclear, espaço e defesa, tecnologias portadoras de futuro e outras energias[12] (BRASIL, 2010).

Recursos financeiros destinados às pesquisas

Dos recursos repassados pelo CNPq referentes aos editais de 2011 observa-se que as ciências biológicas seguidas das ciências exatas e da terra receberam a maior parte dos recursos, R$ 65.173.468,12 e R$ 60.854.645,11 respectivamente. No ano de 2012 a grande área mais contemplada foi a ciências agrárias com o repasse de R$ 73.821.140,22. Em 2013 foram às engenharias (R$ 82.969.236,56), ciências da saúde (R$ 81.462.055,44) e ciências biológicas (R$ 81.013.293,94). Em 2014 as ciências da saúde (R$ 119.970.805,86) e biológicas (R$ 103.950.137,64) (Gráfico 1) (BRASIL, 2015). Observa-se que os menores investimentos em todos os anos pesquisados foram para a grande área de linguística, letras e artes; ciências humanas e ciências sociais aplicadas, corroborando com o debate realizado ao longo deste trabalho sobre a indução de pesquisas em outras áreas.

Gráfico 1. Recursos para as pesquisas.



Elaborado pelas autoras, 2020.

Considerações Finais

Essa pesquisa demonstra que o Estado cada vez mais se utiliza de estratégias legais para garantir o redirecionamento do fundo público para instituições privadas. O lançamento de editais para a realização de pesquisas com critérios mais flexíveis para a entrada de instituições privadas, sem a exigência de mestres e doutores, demonstra tais estratégias. As parcerias entre as instituições públicas e o setor privado são vistas como forma de incentivar as empresas frente à competitividade internacional. Como a realização de pesquisas demanda um alto financiamento, interessa ao empresariado que este investimento seja realizado com recursos do fundo público, mas que os seus resultados sejam apropriados pelo setor privado. Ou seja, embora as universidades ainda se constituam como os principais loci da produção de conhecimentos científicos, o Estado (através das agências de fomento) tem incentivado e financiado com dinheiro público pesquisas realizadas por empresas ou pesquisas realizadas por instituições públicas em parceria com as empresas.

Outra questão importante diz respeito à indução de pesquisas em determinadas áreas e temas, sendo linguística, letras e artes; ciências humanas e ciências sociais aplicadas as áreas que receberam o menor recurso para o desenvolvimento de pesquisas. Neste item é preciso considerar a prioridade dada para o desenvolvimento de pesquisas voltadas para o desenvolvimento do mercado, sustentando o processo de valorização do capital.

Embora não tenha sido aprovada uma única lei para regulamentar o princípio da autonomia universitária (e da autonomia científica) devemos considerar que a autonomia com o viés privatista já é normatizada por leis aparentemente isoladas (como a Lei de Inovação Tecnológica). Avaliamos assim, que o Estado e o mercado atuam no sentido de restringirem cada vez mais os relativos graus de autonomia científica das universidades públicas brasileiras.

Sendo assim, a produção de conhecimentos que poderia potencializar a satisfação das necessidades dos trabalhadores brasileiros encontra-se subordinada a criação de produtos e serviços a serem vendidos ou a processos que tem por objetivo aumentar a produtividade do trabalho. Há ainda de se mencionar que a venda dos resultados das pesquisas corrompem o compromisso científico do retorno coletivo dos resultados de estudos feitos com recursos públicos.

Referências

BARROS, E. M. C. de. *Política de Pós-Graduação no Brasil (1975/1990)*: um estudo da participação da comunidade científica. São Carlos: EdUFSCar, 1998.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Emenda constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016***.** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 17 fev. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). *Investimentos do CNPq em CT&I.* Brasília, 2015. Disponível em: http://fomentonacional.cnpq.br/dmfomento/home/fmthome.jsp? Acesso em: 01 out. 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). *História do CNPq.* Brasília, 2015a. Disponível em: http://centrodememoria.cnpq.br/Missao2.html. Acesso em: 17 jun. 2015.

BRASIL. *Decreto nº 56.122, de 27 de abril de 1965*. Aprova o Regulamento do Conselho Nacional de Pesquisas. Brasília, DF: Presidência da República, 1965. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-56122-27-abril-1965-396426-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 17 fev. 2020.

BRASIL. *Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.* Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm. Acesso em: 17 fev. 2020.

BRASIL. *Lei nº 6.129 de 6 de novembro de 1974*. Dispõe sobre a transformação do Conselho Nacional de Pesquisas em Conselho Nacional de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico (CNPq) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da Republica, 1974. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6129.htm. Acesso em: 17 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. *Livro Azul da 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável.* Brasília, 2010. Disponível em: http://www.mct.gov.br/upd_blob/0221/221783.pdf. Acesso em: 08 out. 2015.

BUENO, A. P. A Universidade e os projetos para o país. *Revista Caros Amigos*, São Paulo, ano 18, n. 70, p. 23-24, 2014.

CHAUÍ, M. *Escritos sobre Universidade.* São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CURY, C. R. J. Quadragésimo Ano do Parecer CFE n. 977/65. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 30, p. 07-20, 2005.

LIMA, K. R. de S. *Contra-reforma na Educação Superior:* de FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007.

NEVES, L. M. W. A Reforma Universitária do governo Lula transforma a universidade em um negócio. *Jornal da Associação dos Docentes da UFF*, Niterói, p. 7 - 8, 1 ago. 2004.

OLIVEIRA, A. de. *Política Científica no Brasil:* análise das políticas de fomento à pesquisa do CNPq. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.
RIBEIRO, D. B. A Crise do Capital e seus Rebatimentos para a Produção de Conhecimentos. *Revista Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 14, p. 314-326, 2015.
SAYURI, J. Os problemas da pós-graduação no Brasil e a importância da ciência. *Nexo Jornal,* 2019. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/reportagem/2019/04/21/Os-problemas-da-pós-graduação-no-Brasil.-E-a-importância-da-ciência. Acesso em: 17 fev. 2020.
SOCIEDADE Brasileira de Progresso para a ciência pede fim da EC 95 a candidatos. *SBPC na Mídia*, 2018. Disponível em: http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/sociedade-brasileira-de-progresso-para-a-ciencia-pede-fim-da-ec-95-a-candidatos/. Acesso em: 17 fev. 2020.

Notas

1 Sugerimos o artigo de Ribeiro (2015) que discute as contribuições proporcionadas pela ciência moderna para o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo e como ela serve como meio de controle da força de trabalho e de valorização do capital.
2 Apesar da Lei de Diretrizes e Bases de 1961 (LDB) abordar a pós-graduação entendia-se que ela não era suficiente para a normatização do ensino nesse grau. Assim, o parecer CFE nº 977/65, que foi homologado pelo Ministro da Educação em 1966, passou a conceituar e normatizar os cursos de pós-graduação no Brasil sendo este parecer um marco para a institucionalização da pós-graduação no país (CURY, 2005).
3 A Lei nº 6.129 de 6 de novembro de 1974 transformou o Conselho Nacional de Pesquisas (CNP) em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (BARROS, 1998).
4 Este foi o primeiro órgão sistemático de coordenação da política de ciência e tecnologia (BARROS, 1998).
5 Decreto nº 56.122, de 27 de abril de 1965 (BRASIL, 1965).
6 Atualmente chamado de Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).
7 Pensemos, por exemplo, na descoberta de vacinas e a venda destes produtos, o que deixará grande parte da população sem acesso a esse benefício.
8 O CNPq atua por meio do incentivo à capacitação de recursos humanos (assim como a CAPES) e também no fomento à pesquisa. O incentivo à capacitação é realizado mediante a concessão de bolsas de estudo no país e no exterior. Já o fomento à pesquisa acontece por meio do apoio aos projetos de pesquisa, a editoração e a realização de eventos (BRASIL, 2015a).
9 Endereço eletrônico: http://dadosabertos.cnpq.br/pt_BR/organization/cnpq.
10 Os editais 17/2012 e 12/2014, por exemplo, são específicos para empresas privadas com fins lucrativos.
11 Editais 94/2013; 17/2014; 40/2014; 11/2014.
12 Edital Casadinho/Procad.
13 Edital Universal.
14 Edital Universal.
15 Edital Universal.
16 Edital Universal.
17 Nas tecnologias portadoras de futuro "estão incluídas a nanotecnologia, a biotecnologia e algumas formas de energia que, embora já presentes em algumas aplicações, terão papel relevante na indústria do futuro. [...] Por conta da preocupação ambiental, outras formas de geração de energia, com baixa emissão de CO2, passarão a ser gradualmente implementadas. Entre as que terão participação crescente na matriz energética brasileira podem ser consideradas a energia fotovoltaica, a eólica, a utilização do hidrogênio nas células combustíveis e a energia nuclear" (BRASIL, 2010, p. 51).

Daniella Borges Ribeiro
dborgesribeiro@yahoo.com.br
Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFS)
Docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Viçosa

UFV
Av. Peter Henry Rolfs, s/n, Campus Universitário
Viçosa – Minas Gerais – Brasil
CEP: 36570-900

Edineia Figueira dos Anjos Oliveira
eoliveiranjos@yahoo.com.br
Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Mirian Cátia Vieira Basílio Denadai
mirianbasilio@yahoo.com.br
Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Maria Lúcia Teixeira Garcia
lucia-garcia@uol.com.br
Doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo.
Docente do curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

UFES
Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras
Vitória – Espirito Santo – Brasil
CEP: 29075-910

Agradecimentos
Aos (as) técnicos (as) do CNPq que nos auxiliaram respondendo as dúvidas enviadas pelo sistema E-Sic.

Agência financiadora
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [Edital CAPES/Print] número 88887.311889/2018-00, Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo [FAPES/CAPES PROFIX 10/2018 e Edital FAPES/CNPq Nº 22/2018].

Contribuições das autoras
Daniella Borges Ribeiro - Coleta, Construção e redação do artigo.
Edineia F. A. Oliveira - Redação, revisão e edição do trabalho.
Mirian Cátia V. B. Denadai - Redação, revisão e edição do trabalho.
Maria Lúcia T. Garcia - Redação, revisão e edição do trabalho.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica.

Consentimento para publicação
Consentimento das autoras.

Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

 DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p562

ESPAÇO TEMA LIVRE

O impacto do "milagre econômico" sobre a classe trabalhadora segundo a imprensa alternativa

Ana Elisa Lara Paulino[1]
https://orcid.org/0000-0003-0125-3985

[1] Universidade do Sagrado Coração, Curso de História, Bauru, SP, Brasil

O impacto do "milagre econômico" sobre a classe trabalhadora segundo a imprensa alternativa
Resumo: O presente artigo objetiva compreender, por meio da imprensa alternativa, as consequências que as classes trabalhadoras sofreram durante o período do chamado "milagre econômico" (1968-1973), período que buscava principalmente a ascensão das empresas multinacionais e da elite privilegiada do país. Através de uma análise realizada por publicações dos Jornais *Politika*, *Opinião* e *O Pasquim*, referente aos anos de 1971 e 1973, é possível compreender os diferentes tipos de situações econômicas e sociais pelas quais as classes eram submetidas e quais as atitudes que tomavam perante a conjuntura. Além de publicações da imprensa alternativa como fonte primária, realizou-se revisão bibliográfica e análise de dados estatísticos da economia da época. No entanto, é possível perceber que em busca de uma economia em crescimento, a força de trabalho do proletariado era intensivamente explorada por grupos dominantes e pelo Estado, descartando a qualidade de vida e direitos trabalhistas.
Palavras-chave: Ditadura Militar. Milagre Econômico. Classe trabalhadora. Imprensa Alternativa.

The impact of the "economic miracle" on the working class according to the alternative press.
Abstract: This article aims to understand, through the alternative press, the consequences that the working classes suffered during the period of the so-called "economic miracle" (1968-1973), a period that mainly sought the rise of multinational companies and the country's privileged elite. Through an analysis carried out by publications of the newspapers Politika, Opinion and O Pasquim, referring to the years of 1971 and 1973, it is possible to understand the different types of economic and social situations by which the classes were subjected and what attitudes they took before the conjuncture. In addition to publications from the alternative press as a primary source, a bibliographic review and analysis of statistical data on the economy of the time was carried out. However, it is possible to see that in search of a growing economy, the proletariat's workforce was intensively exploited by dominant groups and the state, discarding the quality of life and labor rights.
Keywords: Military Dictatorship. Economic Miracle. Working Class. Alternative Press.

Recebido em 20.05.2020. Aprovado em 03.06.2020. Revisado em 05.07.2020.

© O(s) Autor(es). 2020 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Introdução

O chamado milagre econômico brasileiro ocorreu no período linha dura da ditadura militar do país, entre os anos de 1968 até 1973, ocasião que teve como presidentes Artur da Costa e Silva até 1969 e Emílio Garrastazu Médici até o final do milagre, período esse conhecido também como anos de chumbo. Neste artigo, analisaremos o impacto do chamado "milagre econômico" sobre a classe trabalhadora industrial, em destaque dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, por meio da imprensa alternativa, especialmente os Jornais *Politika, Opinião* e *O Pasquim.*

O termo "milagre econômico" foi muito utilizado principalmente pela imprensa oficial nacional e internacional, buscando explicar o crescimento rápido de dados da economia brasileira no período referido. Segundo Habert (1992, p.11), "as empresas multinacionais consideravam o Brasil área segura e rentável para seus investimentos", sendo assim, a princípio, as indústrias multinacionais mais estimuladas para investir no Brasil foram as automobilísticas, seguidas das químicas e farmacêuticas. Contudo, o desenvolvimento maior foi o das indústrias estrangeiras de bens duráveis (elétrica, autopeças, veículos, eletrodomésticos) e mesmo que o desenvolvimento maior tenha sido na área de bens duráveis, a indústria em geral tive seu crescimento intensificado.

De acordo com Habert (1992, p. 12), "Ao final de cada balanço econômico, o governo e a burguesia parabenizavam-se pelos números, pelo 'clima de calma e tranquilidade' que diziam existir no País e, é claro, pelas altíssimas taxas de lucros obtidos". O Brasil passa a ser então um país de aparências, onde só eram observados e levados em conta dados da economia industrial pela ótica da burguesia, deixando de lado a análise socioeconômica de quem realizava a real produção interna do país, a massa de trabalhadores assalariados, que se encontrava mais da metade recebendo menos de um salário mínimo, e em péssimas condições sociais e de trabalho, sendo o Brasil um dos primeiros países em assuntos como subnutrição, mortalidade infantil e acidentes de trabalho (HABERT, 1992).

O desenvolvimento das empresas e o alto rendimento de capital da classe detentora dos meios de produção eram consequências justamente do descaso no qual o governo tinha com o proletariado e com a questão socioambiental do país, mantendo os salários sempre baixos, más condições de trabalho e de vida, depredação ecológica, e uma autoritária forma de governo. Quaisquer manifestações por melhorias sociais, ambientais e salariais eram respondidas de forma violenta e agressiva. Como destaca Oliveira (1987, p. 28):

> Na periferia de São Paulo cerca de 80% dos domicílios não eram servidos por rede de esgoto, enquanto 54% não possuíam rede de água. [...]. Os índices de mortalidade infantil também dão conta da deterioração da vida do trabalhador nesse período de milagre, quando, por exemplo, se compara que entre as décadas de 40 e 50 a taxa de mortalidade infantil diminui de 30%, e na década seguinte decresce de 32%, enquanto que, ao contrário, entre 60/75 ocorre acréscimo de 37%.

Para se entender os impactos do *boom* da economia brasileira, especialmente sobre a classe trabalhadora, devemos também analisar o contexto geral no qual o país estava vivendo em relação à sua economia, à sua política e principalmente sobre as condições de vida da população. Na questão econômica, o país divulgava seus recordes estatísticos, no entanto, contava com um grande aumento na dívida externa, que saltara de 3,9 bilhões no começo do milagre para 12,5 bilhões no final, além do crescimento da desigualdade social, com 78,8% da população ganhando menos do que dois salários mínimos (ALVES, 2005).

Em sua vertente política, o governo da época era extremamente repressivo, qualquer movimentação trabalhista ou contestação governamental era respondida de forma violenta por dirigentes do Estado. As censuras também eram uma característica forte do governo, fazendo com que os jornais de imprensa alternativa tivessem grande parte de suas publicações vetadas, principalmente textos críticos que destacassem o sistema trabalhista dando voz ao operariado. Dessa forma, a conscientização da sociedade perante questões políticas e socioeconômicas se tornava praticamente impossível. De acordo com Abreu (2000, p. 80), "Os burocratas do Departamento de Censura da Polícia Federal exerciam a tarefa de simultaneamente, zelar pela 'família brasileira' e evitar qualquer tipo de contestação política - assumida ou metafórica - que pusesse em xeque o regime militar".

Em relação ao contexto social, depara-se com a massa da população à margem das preocupações do Estado nacional, em condições de trabalho e de vida deploráveis; as horas de trabalho necessárias para a compra de alimentação mensal foram respectivamente aumentadas. Em menos de dez anos a média mensal de horas de trabalho teve um profundo aumento, saltando de 65 horas e 05 minutos em 1959, para 101 horas e 35 minutos em 1968 (início do milagre), e intensificando-se ainda mais em 1973 (final do milagre), totalizando em 147 horas e 04 minutos a quantia necessária de horas trabalhadas para a compra da alimentação mensal mínima (ALVES, 2005). Além do aumento também do índice de subnutrição, de mortalidade infantil e de acidentes de trabalho, como afirma Habert (1992, p. 12-13):

> 72 milhões de brasileiros (67% da população) eram subnutridos. A taxa de mortalidade infantil aumentou não só nas regiões tradicionalmente atrasadas como também nas mais industrializadas [...] estima-se que dos 36 milhões de pessoas que compunham a PEA (População Economicamente Ativa), dois milhões foram vítimas de acidentes de trabalho.

Analisando todas essas questões, percebemos que o "milagre econômico", de milagroso não tinha nada, afinal o que levou a ser denominado dessa forma, foram basicamente três pilares:

> O aprofundamento da exploração da classe trabalhadora submetida ao arrocho salarial, às mais duras condições de trabalho e à repressão política; a ação do Estado garantindo a expansão capitalista e a consolidação do grande capital nacional e internacional; e a entrada maciça de capitais estrangeiros na forma de investimentos e de empréstimos. (HABERT, 1992, p. 13-14).

Além de todos os problemas existentes, a classe trabalhadora foi submetida também ao chamado "arrocho salarial", no qual o salário mínimo não acompanhava o reajuste da inflação. Com isso, as empresas estrangeiras e as empresas privadas nacionais se sentiam atraídas pelo baixo preço da força de trabalho, logo a desigualdade social se tornou ainda maior. O governo não estava preocupado em realizar a distribuição de capital e consequentemente disponibilizar uma economia estável para toda a população, mas, sim, preocupado em aumentar o tamanho do bolo econômico[1] para a classe privilegiadas. Foram realizados grandes investimentos estrangeiros concebidos pelo Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), resultando na maior dívida externa do país.

Entretanto, partir de revisão bibliográfica e conteúdos publicados em jornais da imprensa alternativa (*O Pasquim, Opinião e Politika*), analisamos a seguir como o governo militar, por meio da censura, limitava as críticas e a divulgação de dados que expunham a real situação da classe trabalhadora.

A resistência através de jornais da imprensa alternativa

Para tratarmos a respeito dos conteúdos divulgados nos jornais da imprensa alternativa, devemos compreender que eles não eram compostos por operários em sua íntegra, mas também por pessoas que detinham amplo conhecimento intelectual com forte criticidade, e que consequentemente disponibilizavam em suas publicações discussões críticas em relação as situações socioeconômicas pelas quais a classe trabalhadora brasileira era submetida, além de temas da política atual da época e suas influências sobre a população.

Os impressos que analisamos neste artigo não fazem parte da grande imprensa ou imprensa oficial, mas, sim, da chamada imprensa alternativa ou imprensa nanica, que se opunha perante as atitudes do regime militar e davam notoriedade as classes populares. Essa imprensa buscava expor suas opiniões, fossem elas políticas, econômicas, sociais ou culturais, e tinha um papel indispensável na resistência brasileira perante a ditadura. É possível obter essa compreensão a partir das afirmações de Kucinski (2001, p. 05):

> Em contraste com a complacência da grande imprensa para com a ditadura militar, os jornais alternativos cobravam com veemência a restauração da democracia e do respeito aos direitos humanos e faziam a crítica do modelo econômico. Inclusive nos anos de seu aparente sucesso, durante o chamado "milagre econômico", de 1968 a 1973. Destoavam, assim, do discurso triunfalista do governo ecoado pela grande imprensa, gerando todo um discurso alternativo. Opunham-se por princípio ao discurso oficial.

A imprensa alternativa se viabilizava de diversas formas de contestação, resistência e críticas a grande parte de atitudes tomadas pelo governo militar, mas para que todas essas questões fossem possíveis ela era constituída por quatro significados essenciais, são eles:

> O de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma oposição entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos de 1960 e 1970, de protagonizar as transformações sociais que pregavam (KUCINSKI, 2001, p. 05).

Buscaremos agora apresentar os periódicos e suas particularidades, explicitando seus objetivos, sua formação e algumas outras informações como, por exemplo, a quem suas publicações eram referidas e dirigidas.

O Pasquim foi um jornal brasileiro que teve seu lançamento no ano de 1969. Originário do Estado do Rio de Janeiro, contava com a colaboração de grandes nomes como o de Sérgio de Magalhães Gomes Jaguaribe (Jaguar) como editor de humor. Havia ainda o editor chefe Tarso de Castro, o editor gráfico Carlos Prósperi e mais, Ziraldo

Alves Pinto, Henrique de Sousa Filho (Henfil), Millôr Fernandes, Luis Carlos Maciel, Paulo Francis, Ivan Lessa, Miguel Paiva, Claudius Ceccon e Sérgio Augusto, além de participações especiais como as de Caetano Veloso, Chico Buarque e Vinicius de Moraes (AUGUSTO; JAGUAR, 2006). Os ideólogos do jornal e os demais colaboradores discutiam questões sociais, políticas e econômicas pelas quais o país passava, um jornal composto por indivíduos que davam grande importância para debates que se voltavam para o operariado brasileiro e pelas péssimas condições que se encontravam, disponibilizando assim informações referentes as classes populares.

Diversos autores (CHINEM, 1995; KUCINSKI, 2001; AYMORE, 2016) compreendem que *O Pasquim* foi um grande defensor da democracia e da liberdade, considerado o mais importante na luta pela liberdade de expressão e direito à informação, revolucionando a imprensa da época com seu humor e linguajar despojado, diferente da grande imprensa pela qual tinha repúdio. Com sua forma irreverente e diferente dos padrões de jornais da época, *O Pasquim* tinha como leitores os mais diversos tipos de pessoas, mas principalmente jovens, artistas e pessoas que se opunham ao sistema ditatorial, em sua maioria sujeitos que não se incluíam na classe média, afinal essa classe era um dos alvos de críticas do jornal. Sendo um impresso muito forte e atrevido, resistiu a diversas formas de censura, à prisão de grande parte da redação, bombas em sua sede, e diversas outras formas de boicote, driblando a ditadura e encerrando suas atividades apenas em 1991.

Durante o "milagre econômico", em contrapartida, a questão social foi se agravando cada vez mais, resultando em uma população carente de atenção do Estado, encontrando-se no Brasil altos índices de subnutrição, excessivos dados de acidentes de trabalho, surtos de doenças " verminoses intestinais, malária, doença de chagas e esquistossomose - e a fome.

Opinião foi um semanário que circulou entre os anos de 1972 a 1975, também originário do Rio de Janeiro. Segundo Kucinski (2001), o jornal foi liderado por Raimundo Pereira, financiado por Fernando Gasparian e contava em sua formação com diversos intelectuais e políticos da esquerda, além de conter a participação secreta da Ação Popular (AP). Fernando Gasparian, homem de grande apreço pelas questões políticas, vivendo-as sempre de forma intensa e ativa, sofreu árduo desgaste em razão do golpe de 1964. Após o golpe militar se manteve exilado durante três anos em Oxford e com a morte de Rubens Paiva ocorreu o impulso final para a ideia de lançar um jornal de oposição do Brasil, ideia essa que se efetiva futuramente. Raimundo Pereira, líder do semanário, foi um jornalista de grande prestígio profissional, perpassou por diversos jornais e revistas, sempre predominando a essência crítica em seus textos e publicações. Raimundo Pereira, no período do auge da ditadura militar brasileira, passou a compreender que "a grande imprensa havia adotado uma 'estratégia de adesão', havia se vendido 'no sentido mais amplo da palavra'" (KUCINSKI, 2001, p. 163), foi assim que aceitou a proposta de criar um impresso, que passaria posteriormente a ser denominado *Opinião.*

Ao contrário de *O Pasquim*, o Jornal *Opinião* não transformava o medo da sociedade brasileira em humor como forma de contestação, mas apresentava conteúdo editorial intelectualizado e com informações estrangeiras. Logo os vetos sobre suas publicações acabavam sendo mais recorrentes, pois o modo de apresentar suas noticiais eram de forma direta e explicita, sem o mesmo "jogo de cintura" do que *O Pasquim*. Assim, podemos observar na Figura 1 censura em grande parte da página em que apresentava informações a respeito de crise política envolvendo políticos ativos em cargos públicos, além de partidos como MDB e ARENA, como podemos notar nos trechos a seguir:

> O presidente Médici decretou terça-feira da semana passada a cassação do mandato e a suspensão dos direitos políticos, por 10 anos, do prefeito de Anápolis, João Batista Júnior, do MDB, e declarou o Município área de segurança nacional. A crise surgiu quando o governador Leonino Caiado criou a Comissão de Investigação Sumária para fazer uma devassa em várias Prefeituras do Estado. As lideranças políticas do Estado, em especial o senador Paulo Guerra e o governado Eraldo Gueiros, também receberam do presidente Médici recomendações para que a crise da ARENA em Pernambuco não prejudicasse a unidade do partido e nem tão pouco o momento sucessório [...] O exemplo da crise política na ARENA de Pernambuco contribuiu para acentuar divergências no Ceará, em São Paulo e no Paraná (OPINIÃO, 1973, p. 3).

O veto sobre informações aprofundadas ou detalhadas a respeito de questões como essas da imagem eram recorrentes, afinal o governo militar se autovangloriava pela sua suposta calma, coerência e honestidade. Logo uma crise como essa não seria adequada e muito menos deveria ser exposta e apresentada à população, pois demonstraria desequilíbrio do sistema político brasileiro, podendo acarretar agitação de ideias e movimentação da população, algo no qual o sistema ditatorial não almejava.

Figura 1 - Veto em página do jornal



Fonte: Opinião (1973). Acervo: D'incao Instituto de Ensino, Bauru, SP.

O semanário continha público leitor em geral de jovens mais abastados, porém, que compreendiam as dificuldades das quais o Brasil vinha enfrentando, e dava notoriedade à classe trabalhadora. Seu objetivo em busca da construção de uma nova esquerda era notável, como afirma Gaspari (2002):

> [...] ia buscar uma numa nova esquerda mundial projetos de militância desligados da velha proposição marxista, na qual todas as atividades revolucionárias deveriam confluir para o grande projeto da tomada de poder. Em Opinião havia espaço para as mulheres, os negros e os homossexuais como tais, sem que fizessem parte de uma marcha da humanidade em direção ao socialismo.

O Jornal *Politika* foi um impresso menos popular e consequentemente temos menos informações a seu respeito, porém, ainda assim, apresenta importantes publicações voltadas para questões críticas existentes no Brasil, como o "milagre econômico". Foi um semanário produzido por "jornalistas cariocas veteranos em cobertura política – Oliveira Bastos, Sebastião Nery, Jorge França e Adirson de Barros" (KUCINSKI, 2001, p. 49). Um impresso de oposição idiossincrática, com pouquíssimas publicidades e propagandas, mas com muitas informações extremamente bem fundamentadas, e com embasamento muito forte na política, na economia, devido a isso utilizava muitos gráficos e tabelas que exibiam dados fundamentados por fontes como Organização das Nações Unidas, Anuários de Estatísticas do Trabalho, Anuários Estatísticos do Brasil. Possuía publicações de grandes professores, escritores e economistas, como Paul Israel Singer e Bresser Pereira. Foi um jornal criado também no Rio de Janeiro, no ano de 1971, tendo pouca duração e circulando apenas até o ano de 1973, sendo fechado principalmente devido à falta de recursos. Kucinski (2001, p. 49) afirma que:

> O Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), entregou ao governo um dossiê acusando Politika de ser uma 'plataforma de difusão do PCB, MR8 e políticos cassados e exilados' e propondo uma ação combinada de repressão contra o jornal, incluindo a devassa fiscal. Submetido a pressões e à censura prévia, Politika fechou carregado de dívidas.

A partir da análise dos semanários da imprensa alternativa apresentados acima, passamos agora a estudar publicações divulgadas por meio desses impressos para criticar as ações do governo e dar ênfase às situações pelas quais o proletariado era submetida.

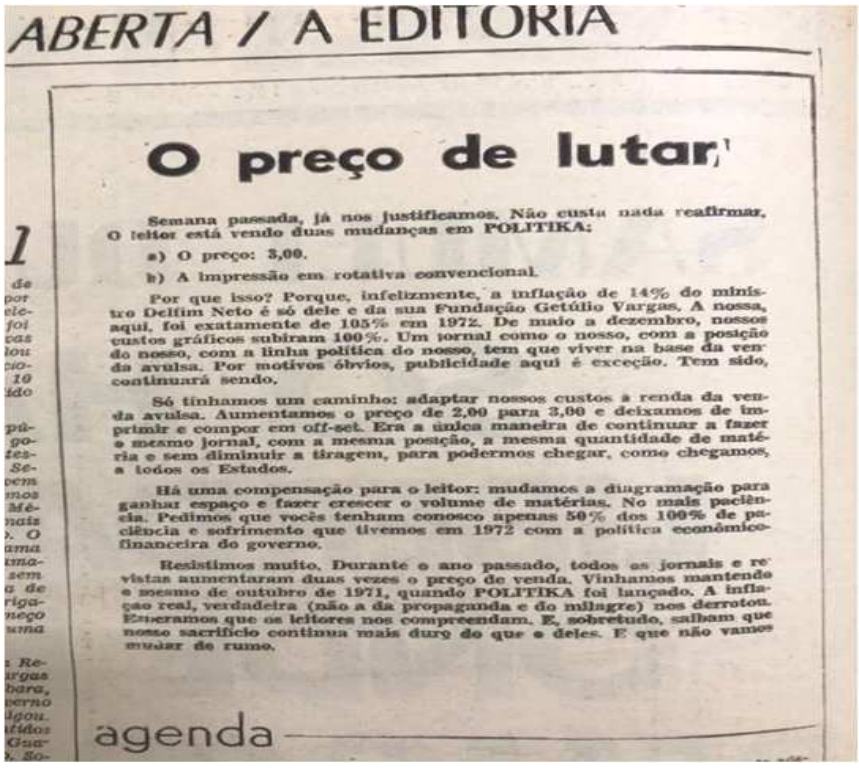
A crítica por meio das publicações

Os jornais se mostravam como ferramentas de resistência perante a situação na qual o Brasil se encontrava, além de estar diretamente comprometido com a classe trabalhadora, também passava a visão e se incluía dentro dessa classe, afinal decorrente disso, sofria dos males proporcionados pelo governo durante o período aqui estudado.

Na Figura 2 notamos como a inflação ocorrida no período do milagre afetou diretamente a redação do jornal *Politika*, que precisou aumentar o valor de seus impressos, isso fez com que o jornal tivesse que se "explicar" para os leitores, utilizando também um tom de "revolta", insatisfação e de crítica explicita ao governo e ao ministro Delfim Neto, fazendo uma colocação em relação à inflação, em que levanta a questão de que os dados expostos pelo Ministério da Fazenda eram falsos e que a realidade da inflação era muito mais grave do que haviam exposto, como considerado no *Politika* (1972) "[...] infelizmente a inflação de 14% do ministro Delfim Neto é só dele e da sua Fundação Getúlio Vargas. A nossa aqui, foi exatamente de 105% em 1972".

Os editores buscam fazer com que os leitores se conscientizem da situação na qual o governo estava submetendo a economia brasileira. Vejam: "Pedimos que vocês tenham conosco apenas 50% dos 100% de paciência e sofrimento que tivemos em 1972 com a política econômico-financeira do governo" (POLITIKA, 1972).

Figura 2 - O preço de lutar



ABERTA / A EDITORIA

O preço de lutar

Semana passada, já nos justificamos. Não custa nada reafirmar. O leitor está vendo duas mudanças em POLITIKA:

a) O preço: 3,00.

b) A impressão em rotativa convencional.

Por que isso? Porque, infelizmente, a inflação de 14% do ministro Delfim Neto é só dele e da sua Fundação Getúlio Vargas. A nossa, aqui, foi exatamente de 105% em 1972. De maio a dezembro, nossos custos gráficos subiram 100%. Um jornal como o nosso, com a posição do nosso, com a linha política do nosso, tem que viver na base da venda avulsa. Por motivos óbvios, publicidade aqui é exceção. Tem sido, continuará sendo.

Só tínhamos um caminho: adaptar nossos custos à renda da venda avulsa. Aumentamos o preço de 2,00 para 3,00 e deixamos de imprimir e compor em off-set. Era a única maneira de continuar a fazer o mesmo jornal, com a mesma posição, a mesma quantidade de matéria e sem diminuir a tiragem, para podermos chegar, como chegamos, a todos os Estados.

Há uma compensação para o leitor: mudamos a diagramação para ganhar espaço e fazer crescer o volume de matérias. No mais paciência. Pedimos que vocês tenham conosco apenas 50% dos 100% de paciência e sofrimento que tivemos em 1972 com a política econômico-financeira do governo.

Resistimos muito. Durante o ano passado, todos os jornais e revistas aumentaram duas vezes o preço de venda. Vínhamos mantendo o mesmo de outubro de 1971, quando POLITIKA foi lançado. A inflação real, verdadeira (não a da propaganda e do milagre) nos derrotou. Esperamos que os leitores nos compreendam. E, sobretudo, saibam que nosso sacrifício continua mais duro do que o deles. E que não vamos mudar de rumo.

agenda

Fonte: Politika (1973). Acervo: D´incao Instituto de Ensino, Bauru, SP.

Na publicação do Jornal *Opinião*, apresentada na Figura 3, conseguimos analisar que a redação busca demonstrar como se encontra a vida social do proletariado, em tempos de "milagre econômico", com problemas de desemprego, que automaticamente proporcionava o desamparo e a fome da população, além de diversos surtos de doenças que assolavam a massa de trabalhadores. Observem o trecho de *Opinião* (1973): "Grande parte da população apenas sobrevive de duras penas, seja no campo, seja na cidade, tendo por companheira a fome e por inquilinos as verminoses intestinais, a malária, a doença de chagas e a esquistossomose".

Em relação à questão econômica, afirma-se em um trecho da imagem que: "Em 1960, os 80% mais pobres da população economicamente ativa detinham 35% da renda nacional. Em 1970, esta porcentagem caiu para 27,5%" (OPINIÃO, 1973), consequentemente passamos a compreender que todo o restante da renda era destinado para apenas 20% da população.

Continuando com a análise da imagem, conseguimos compreender pela afirmação da publicação que além dos problemas anteriores, contávamos também com um crescimento populacional elevado, vindo principalmente da classe socioeconômica inferior, trazendo assim dificuldades ainda maiores para essa classe social. Desse modo, a própria publicação revela que: "eis a confirmação de que o interesse maior está voltado para a economia do país (como uma entidade abstrata) e quase nada para o bem-estar e a felicidade do povo, que é a razão de ser do Estado e do país" (OPINIÃO,1973).

Figura 3 - O bem-estar social como prioridade



O bem-estar social como prioridade

Em artigo publicado em OPINIÃO (n.º 38, intitulado *Entre o Campo e a Máquina*, o senhor Paulo Singer pretende demonstrar que o desemprego, tanto no Brasil como no exterior, não deve ser vinculado a fatores tais como "explosão demográfica", êxodo rural e utilização crescente da tecnologia. Para isso, utiliza-se de um raciocínio aparentemente lógico e convincente, mas que, em profundidade, nem sempre está apoiado em princípios e "axiomas" verdadeiros.

O primeiro aspecto refere-se ao crescimento demográfico. Sobre este ponto, diz a articulista:

"O crescimento demográfico, principalmente num país como o Brasil, ...é um dos mais importantes condicionantes de crescimento econômico. Sabe-se que o desenvolvimento industrial exige amplo mercado interno no qual a produção passa a ser realizada em grande escala, de modo a baratear o seu custo".

Por este parágrafo e por alguns outros que se seguem, pode-se chegar talvez ao âmago (seria muita pretensão?) do pensamento do sr. Singer. Vê-se logo que ele não está preocupado com o desemprego em si, nem quer o que isso possa significar em termos de sofrimento e de miséria. O seu centro de interesses é outro: o homem é visto sobretudo como um consumidor. Ora, aumentando a população, aumenta o consumo interno, o que é indispensável para o aumento da produção e da industrialização em grande escala. O desenvolvimento industrial gera o crescimento econômico.

Esse raciocínio estaria perfeito e seria incontestável se cada cidadão pudesse ser realmente um consumidor. É sabido, no entanto, que isso não ocorre. Grande parte da população apenas sobrevive a duras penas, seja no campo, seja na cidade, tendo por companheira a fome e por inquilinos as verminoses intestinais, a malária, a doença de Chagas e a esquistossomose. A outra parcela, constituída pela classe pobre e a média-baixa, pode ser chamada de consumidora; no entanto esse consumo é feito a preços muito acima do preço de custo, porque os produtos, desde o sapato até o televisor e a casa própria, são financiados a longo prazo, em virtude da impossibilidade de aquisição "à vista" e da proliferação de financiadoras que crescem graças aos incentivos fiscais.

Como consequência, vêm ocorrendo duas coisas:

1) O consumo do supérfluo, em detrimento do essencial, como carne, leite e pão.

2) Agravamento da inflação, que pesa e se faz sentir sobretudo nos produtos de consumo imediato (alimentos), porque estes não podem ser obviamente financiados.

O próprio sr. Singer diz mais à frente:

"É preciso não esquecer, no entanto, que a *maioria* de nossa população não tem poder aquisitivo para participar de fato do mercado de bens industriais. Os dados da repartição de renda levam a crer que possivelmente *mais da metade* da população está à margem deste mercado".

O sr. Singer fala em "maioria" e em "mais da metade". Eu me atreveria a chegar a valores como 70 a 80%.

O *Jornal de Debates* n.º 4 (12 a 20/3/73), com base em dados do Censo de 1970, refere que 86,7% da população tem renda mensal inferior a Cr$ 466,00.

É fato sabido, e as estatísticas estão aí para provar isso, que as taxas de natalidade são maiores nas classes sócio-econômicas inferiores. Observa-se o terrível paradoxo de que quanto menor a renda familiar maior a prole. Ocorre então que o crescimento demográfico faz-se às expensas sobretudo das classes menos favorecidas. Esse fato, aliado ao modelo de desenvolvimento adotado no país (em que um dos incentivos à implantação de empresas, tanto nacionais como estrangeiras, é a mão-de-obra barata), faz com que haja uma gradativa concentração de renda. Em 1960, os 80% mais pobres da população economicamente ativa detinham 35% da renda nacional. Em 1970, esta percentagem caiu para 27,5%.

O sr. Singer é de opinião no entanto que, como em valores absolutos, ocorre um incremento populacional em todas as camadas sociais, o fato de existir também aumento do número de consumidores com grande poder aquisitivo, isso por si só justifica o crescimento demográfico. Diz textualmente:

"Isso não significa que o crescimento da população não teve efeitos. O crescimento da população contribuiu para a expansão tanto da parcela que constitui nesse mercado interno como da parcela que dele está excluída".

Eis a confirmação de que o interesse maior está voltado para a economia do país (como uma entidade abstrata) e quase nada para o bem-estar e a felicidade do povo, que é a razão de ser do Estado e do país.

Não sou favorável ao controle da natalidade como o praticado em alguns países, em que se utiliza a esterilização, o abortamento oficial, etc. Porém não seria nada mau, se se partisse para o controle, com base em métodos educativos que atingissem principalmente as classes mais pobres.

O sr. Singer analisa também e procura provar que nem o êxodo rural nem o progresso tecnológico é responsável pelo desemprego. Ele argumenta que a utilização da tecnologia moderna na agricultura, com a substituição parcial da força de trabalho humano pela máquina, apesar de determinar o fluxo migratório do campo para as cidades, com o esperado aumento urbano de mão-de-obra ociosa, gera o incremento da produção agrícola e o incentivo à industrialização em maior escala de produtos tais como tratores, fertilizantes, inseticidas, etc. Com isso, haveria a necessidade da montagem de novas indústrias, com a consequente absorção da mão-de-obra ociosa.

O sr. Singer esquece, no entanto, que o avanço da técnica se verifica também, e principalmente no meio urbano, e que o fantasma do desemprego ocorre nos dias atuais também nos países desenvolvidos, como os Estados Unidos, a Inglaterra, etc., onde se supõe que a economia de mercado esteja suficientemente madura.

Para o articulista, a máquina, ao tomar o lugar de homem, é capaz de produzir maior quantidade de bens em menor tempo. Esse excedente de tempo pode ter três destinos:

1) "Ser passado aos consumidores, mediante uma baixa de preço" dos produtos, o que permitiria àqueles comprá-los em maior quantidade, aumentando desta forma o consumo, a produção e portanto a utilização da mão-de-obra que havia sido desbancada pela máquina. Eu contesto este item, dizendo que dificilmente acontece no nosso país os produtos baixarem de preço. O raciocínio contudo seria válido para os países desenvolvidos, onde ao aumento da produção corresponde realmente à queda do preço do produto.

2) "Ser apropriado pelas empresas, que passam a ter custos menores e portanto lucros, maiores. Estes lucros podem ser utilizados para novas inversões", o que determina a "recriação" de novos empregos. Neste caso, estou de acordo com o sr. Singer. Porém ainda aí enormes distorções têm ocorrido com tais inversões, como ele mesmo concorda: "... o avanço tecnológico está permitindo a produção de um excedente cada vez maior, porém este excedente está servindo predominantemente à expansão do consumo improdutivo e não para inversões produtivas. Dada a grande e crescente concentração da renda, o que se vê é um crescimento imoderado de consumo de luxo"...

3) "É possível finalmente que os consumidores guardem o dinheiro que lhes sobra, graças à queda dos preços, ou que as empresas façam o mesmo com os seus lucros incrementados ou os remetam ao exterior. É só nestas hipóteses que o emprego eliminado...não é recriado"... Sobre este ponto, o próprio sr. Singer é favorável à ocorrência do desemprego.

Em linhas gerais portanto, para que o progresso tecnológico não causasse o desemprego, seria necessário que os empresários optassem sempre por investir seus lucros na produção de bens de consumo geral, o que levaria fatalmente a absorver pelo menos sem parte a mão-de-obra excedente.

É uma possibilidade entre outras. A industrialização deve ser realizada, não há dúvida, não como um fim em si mesma, mas visando sobretudo a paz social e o bem-estar da humanidade.

Paulo de Tarso São Thiago

opinião

Uma publicação da

Fonte: São Thiago (1973).

A Figura 4 é uma publicação do Jornal *O Pasquim* do ano de 1971. Analisando-a, compreendemos que ela busca fazer uma representação de como o governo militar influenciava a sociedade brasileira por meio das propagandas e slogans como "Brasil, ame-o ou deixe-o" e "Brasil Grande". O semanário realiza críticas a essas

influências governamentais, de modo que se a sociedade deve amar a sua pátria sem contestação, automaticamente sua pátria deveria amá-la também, no entanto esse amor reciproco não existe partindo do governo e das grandes empresas multinacionais que estavam lucrando com a mão de obra barata da classe trabalhadora.

É justamente a partir dessa questão que Ziraldo (cartunista do jornal) expressa sua crítica, representando-a por meio das falas dos personagens quando expressam ou questionam o ideal de amor perante o país. Tomemos como destaque a fala de um dos personagens: *"Quem ama, maltrata!"* (O PASQUIM, 1971). Esse personagem passa impressão de ser um trabalhador de origem simples, afinal se encontra magro e a conversar com um sujeito da mesma classe, o qual está retratado com pés descalços e rosto surrado, o indivíduo está servindo de acento para um homem maior que ele, viçoso e com roupas sofisticadas, esse homem "sofisticado" pode ser entendido como representação das empresas multinacionais ou do próprio Estado. Logo aí, notamos a crítica do cartunista, mostrando que a classe trabalhadora é explorada e sofre com as atitudes tomadas pelo Estado e pelos grandes empresários, no entanto é alienada pelo discurso nacionalista empregado pelo governo.

Destaca-se também a fala de mais um personagem do cartum: "*você já reparou uma coisa? só ama o Brasil quem tem carro...*" (O PASQUIM, 1971). Ao observar esse personagem e o indivíduo com quem ele conversa conseguimos detectar que fazem parte da classe trabalhadora, pois são representados com rostos surrados, roupas simples e estão a fazer uma observação crítica expondo o fato que somente pessoas que conseguem ter carros amam o Brasil.

A burguesia brasileira e estrangeira foram as únicas classes favorecidas pelo "milagre econômico". Isso fica evidente aos realizarmos a análise dos dados já apresentados no artigo em relação à quantia da população que recebia um ou menos de um salário mínimo, pois notamos que apenas a classe economicamente superior teria condições de comprar automóveis, afinal a massa de trabalhadores assalariados em si continha apenas o dinheiro para a alimentação mínima mensal, tendo até mesmo que muitas vezes recorrer ao trabalho infantil, dispondo seus filhos ao trabalho para poder completar o sustento da família, como afirmado por Camargo (1976, p. 93 apud HABERT,1992, p. 18):

> Os filhos menores são obrigados a abandonar os estudos e são impelidos para empregos mal remunerados ou para as ruas, engrossando o contingente dos que aprendem a "se virar" no mundo marginal. Só na Grande São Paulo, em 1971, 20% dos menores em idade escolar (dos 7 aos 14 anos) estavam fora da escola.

Figura 4 - O jogo do amor



Fonte: O Pasquim (1971). Acervo: D´incao Instituto de Ensino, Bauru, SP.

Considerações finais

O chamado "milagre econômico" brasileiro proporcionou crescimento acelerado no país, fazendo com que, dessa forma, diversas empresas multinacionais criassem filiais no Brasil que passaram a ter um alto desempenho de produtividade devido às péssimas condições de trabalho e ausências de direitos trabalhistas.

A análise realizada no presente artigo deixa evidente a compreensão de como a classe trabalhadora era submetida a diversas formas de exploração perante a questão econômica, incluindo, por exemplo, o arrocho salarial que passou a subjugar o trabalhador a horas de trabalho mais extensas para conseguir o valor de alimentação mínima mensal, além de más condições que sujeitavam o proletariado a acidentes de trabalho. Contava também com um governo repressivo e agressivo, que retirava a liberdade de expressão e impossibilitava reivindicações trabalhistas, além de limitar as informações ao público, censurando jornais que buscavam publicar reportagens críticas, dados estatísticos e que dava notoriedade aos trabalhadores da sociedade.

Durante o "milagre econômico", em contrapartida, a questão social foi se agravando cada vez mais, resultando em uma população carente de atenção do Estado, encontrando-se no Brasil altos índices de subnutrição, excessivos dados de acidentes de trabalho, surtos de doenças " verminoses intestinais, malária, doença de chagas e esquistossomose - e a fome.

Com as análises realizadas de jornais da imprensa alternativa e revisão bibliográfica referente à situação socioeconômica do país, ficou evidente que o conhecido "boom" da economia brasileira, estava camuflado pela manipulação do governo, que se dava por meio de divulgações de dados estatísticos alterados, como foi apresentado no decorrer do artigo na publicação do jornal que contesta a divulgação feita pelo Ministério da Fazenda sobre os dados da inflação brasileira.

A partir das análises dos Jornais *Politika, Opinião e O Pasquim*, semanários que fizeram parte da histórica imprensa alternativa, ficam explícitas as formas pelas quais esses jornais buscaram, por meio de publicações, expor e contestar as atitudes governamentais, as quais acarretavam sérios problemas socioeconômicos sobre a massa de trabalhadores da sociedade. Além das críticas ao sistema, empenhavam-se em dar visibilidade ao proletariado, mostrando, assim, que o Brasil era composto não apenas por dados exatos da economia, mas também por seres humanos, que sofriam com diversos problemas sociais e econômicos devido à situação em que o país se encontrava na época.

Por fim, podemos concluir destacando o fato de que a classe trabalhadora brasileira se encontrou durante todo o período do "milagre econômico" desprovida de atenção do Estado, resultando em uma população carente de bem-estar social, algo considerado incabível, afinal o povo é a razão de ser do Estado e do país.

Referências

ABREU, J. B. *As manobras da informação*. Rio de Janeiro: EDUFF, 2000.

AUGUSTO, S., JAGUAR. *O melhor do Pasquim.* Rio de Janeiro: Desiderata, 2006.

ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil 1964-1984*. Bauru: EDUSC, 2005.

AYMORE, L. M. *O Pasquim no contexto de formação da indústria cultura do Brasil. In*: XXIII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA. São Paulo: 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.sp.anpuh.org/resources/anais/48/1475258731_ARQUIVO_t23.pdf Acesso em: 17 set. 2019.

CHINEM, R. *Imprensa alternativa jornalismo de oposição e inovação.* São Paulo: Ática. 1995.

GASPARI, E. *Ditadura escancarada.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. (org.). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. (EAD Série educação a distância).

HABERT, N. *A década de 70.* São Paulo: Ática, 1992.

KUCINSKI, B. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa.* São Paulo: EccentricDuo. 2001. Disponível em: http://kucinski.com.br/pdf/livros_jornrevPrint.pdf. Acesso em: 16 out. 2019.

MACIEL, D. Ditadura militar e capital monopolista: estruturação, dinâmica e legado. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 32, p. 64-78, jan./jun. 2014. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/25692/pdf. Acesso em: 20 nov. 2019.

OLIVEIRA, S. M. F. Os trabalhadores urbanos e a ditadura militar. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 24-36, abr./jun. 1987.

OPINIÃO. *Nove meses de crise.* Rio de Janeiro: 1973. Acervo: D´íncao Instituto de Ensino, Bauru, SP.

POLITIKA. *O preço de lutar.* Rio de Janeiro: 1973. Acervo: D´incao Instituto de Ensino, Bauru, SP.

SÃO THIAGO, P. T. O bem-estar social como prioridade. *Opinião,* Jornal, Rio de Janeiro: 1973. Acervo: D´incao Instituto de Ensino, Bauru, SP.

ZIRALDO, A. P. *O jogo do amor.* O Pasquim, Semanário. Rio de Janeiro: 1971. Acervo: D´incao Instituto de Ensino, Bauru, SP.

Nota

1 Expressão utilizada por Habert (1992).

Ana Elisa Lara Paulino
anaelisapaulino98@gmail.com
Graduada em História pela Universidade do Sagrado Coração (UNISAGRADO)
Professor de História da Rede Estadual de Ensino do Estado de São Paulo

UNISAGRADO
Rua Irmã Arminda, 10-50, Jardim Brasil
Bauru – São Paulo – Brasil
CEP: 17011-160

Agradecimentos
Não se aplica.

Agência financiadora
Não se aplica.

Contribuições das autoras
Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica.

Consentimento para publicação
Consentimento da autora.

Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

 DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p572

ESPAÇO TEMA LIVRE

Trabalho, teleologia e causalidade: as formas originárias da práxis social em Lukács

Reginaldo Pereira França Junior[1]
https://orcid.org/0000-0002-6097-6756

[1] Universidade Federal de Campina Grande, Unidade Acadêmica de Direito e Serviço Social, Curso de Serviço Social, Sousa, PB, Brasil

Trabalho, teleologia e causalidade: as formas originárias da práxis social em Lukács
Resumo: Este artigo visa compreender as reflexões de Lukács sobre os fundamentos ontológicos do trabalho, tendo este como nascedouro da práxis social, considerando as complexas cadeias que o estruturam. A exposição das categorias está ancorada nos fundamentos da ontologia do ser social. Como categoria guiada por uma necessidade cada vez mais social, sustentado pela consciência, mediado pela natureza, meios e fins, o trabalho possibilita a emergência da práxis social, afiançando teleologia e causalidade, tornando-se núcleo fundante do ser social.
Palavras-chave: Trabalho. Ontologia. Ser social. Práxis.

Work, teleology and causality: the original forms of social praxis in Lukács
Abstract: This article aims at understanding Lukács' reflections on the ontological foundations of labour, taking it as the birthplace of social praxis, considering the complex chains that structure it. The exposition of the categories is anchored in the foundations of the ontology of social being. As a category guided by an increasingly social need, sustained by consciousness, mediated by nature, means and ends, work enables the emergence of social praxis, affirming teleology and causality, becoming the founding nucleus of social being.
Keywords: Work. Ontology. Social Being. Praxis.

Recebido em 28.02.2020. Aprovado em 25.04.2020. Revisado em 14.05.2020.

© O(s) Autor(es). 2020 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Introdução

As *exéquias* do trabalho, prematuramente defendidas pelos ideólogos neoliberais no bojo do colapso que levou a cabo a maior experiência socialista do século passado, acentuaram afirmações generalizantes das teorias *modernas* que marcavam o fim da sociedade do trabalho, o fim da história, como afirmara um entusiasta Fukuyama (1992). Coadunam-se com o colapso da URSS, a ascensão da combinação de fatores econômicos e ideopolíticos embalados pelo programático eixo neoliberalizante da era Reagan-Thatcher, que anunciavam a existência de uma suposta *nova história* da humanidade, revelando, em seu cerne, profundas e irreversíveis determinações na vida social e, evidentemente, no mundo do trabalho.

Malfadado foi o *funeral* do mundo do trabalho propugnado pelos apologetas do capital, fracasso este que, diante de uma incontestável refutação às teses marxianas do valor-trabalho, " esta como uma das chaves heurísticas para compreensão da dinâmica do capitalismo e, sobretudo, a partir da complexidade do capitalismo em tempos agudos -, reacendeu o debate sobre o trabalho, " se é que esteve um dia em fogo morto -, retomando as categorias[1] indispensáveis para o entendimento do trabalho como produtor de valor, bem como sua finalidade cada vez mais social.

Nessa direção, tais reflexões sobre o trabalho necessitam ser compreendidas, instituindo-se as mediações necessárias, a partir de um método que se estabeleça diante da base material da vida, entendida ontologicamente como ponto de partida de toda sociabilidade humana, no sentido de compreendê-la a partir de uma "[...] análise radicalmente crítica da gênese, do desenvolvimento, da consolidação e dos vetores de crises da sociedade burguesa e da ordem capitalista" (PAULO NETTO, 2009, p. 157).

Nesse sentido, muito longe de esgotar o debate, nosso objetivo neste artigo introdutório é compreender o significado ontológico do trabalho, mediado com complexas cadeias causais que vão possibilitar colocar em movimento teleologia e causalidade, afiançando a emergência de um ser refinado, que possibilita a existência da mundaneidade social, ou seja, o ser social e suas inúmeras mediações complexas, originadas no trabalho.

A fim de possibilitar uma reflexão fiel a concretude da vida, tomamos como referência os esforços teórico-metodológicos e éticos presentes na obra de György Lukács, que, intentando fazer *renascer o marxismo*, empreendeu um rigoroso estudo sobre as origens do ser social, tendo o trabalho enquanto forma originária da práxis social, fundamento este que nos servirá de base para as reflexões deste artigo.

O trabalho como forma originária da práxis social

Embora profundamente determinado pelas relações sociais de produção vigentes, o trabalho, compreendido como uma autoconstrução sóciohistórica, se inscreve como exclusiva possibilidade posta *ao e* pelo homem, a partir da realização de complexas mediações e atividades que lhe possibilitam dirigir-se rumo à construção de elementos indispensáveis ao seu reconhecimento como ser social. Assim, o trabalho, "[...] a sociabilidade, a consciência, a universalidade e a liberdade" (BARROCO, 2010, p. 116), situam-se como atividades mediadoras, autocriativas, universais, que possibilitam o estabelecimento das bases rumo ao refinamento social mais elevado, bem como o latente desenvolvimento de todas as potencialidades dirigidas ao humano-genérico.

Enquanto atividade que imputa ao humano-genérico um refinamento social cada vez mais elevado, é necessário entender que o trabalho, na condição de uma categoria indispensável à emergência do ser social, requer o distanciamento da imediatidade latente dos instintos, pois objetiva, por meio do intercâmbio com a natureza, determinada transformação almejada, profundamente mediatizada pela satisfação das necessidades humanas, bem como ruma em direção à sua humanização.

Esse distanciamento remete o humano-genérico na direção do conteúdo ontológico do qual o trabalho é legatário e do qual demonstra ser uma categoria, " mediada por outras igualmente importantes " fundante para a emergência de um novo tipo de ser, mais refinado, dotado de sentidos. Ainda que este conteúdo seja profundamente cooptado, alterado e determinado pelas relações sociais de produção, o trabalho resguarda a fundação deste novo tipo de ser. Tomadas como referência, as categorias fundadas no método, podemos retomar Lukács (2013, p. 286) quando afirma que "o trabalho dá lugar a uma dupla transformação. Por um lado, o próprio ser humano que trabalha é transformado por seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, sua natureza, desenvolve as potências que nela se encontram latentes".

Compreendida como a primeira forma de objetividade, afirma-se de que não há homem sem natureza, porém é factível o reconhecimento da existência da natureza sem homem, e, deste modo, esta natureza não consiste em uma imaterialidade idealizada[2]. Esta natureza é insuprimível, compreendida como um terreno prenhe de legalidades próprias, embora mediante a emergência do ser social ela não altere seu estatuto, de

modo que mesmo diante do contínuo afastamento das barreiras realizado pelos homens a partir do trabalho, sua legalidade permanece intocada.

Mediada pelo trabalho e pelas capacidades humano-genéricas frente a um continuado e sistemático processo de pores teleológicos é que tal natureza se impõe, bem como oferece respostas aos carecimentos humanos, figurando-se numa via de mão dupla, ao tornar-se núcleo fundante para a satisfação das necessidades do humano-genérico e terreno concreto para o desenvolvimento da sua autotransformação, centrado em uma socialização cada vez mais pura (TERTULIAN, 1995).

O trabalho, além de constituir-se como uma atividade ontológica para o ser social, pois lhe confere humanidade, tributa determinado estatuto diante da transformação da natureza e, por consequência, a sua imediata e inegável transformação enquanto ser social, diante de um processo definido por pores teleológicos. Assim, "[...] só é lícito falar do ser social quando se compreende que a sua gênese, o seu distinguir-se da sua própria base e o seu processo de tornar-se algo autônomo se baseiam no trabalho, isto é, na continuada realização de posições teleológicas" (LUKÁCS, 1981, p. 11).

Ao situar a relação homem-natureza, não poderia justapô-la de maneira fracionada e acidentada à sociedade, pois, considerando natureza, trabalho, meio e fim, mediados pela produção, desembocam no processo de trabalho, dirigindo a um determinado fim, que possibilita a emergência de determinado produto, afiançando a existência da mundaneidade social.

Dito isso, recusa-se a compreensão justaposta desta relação, situando que a síntese dessa nova esfera social revela a existência de uma objetivação legatária de determinações a partir da totalidade social que, contraditória e heterogênea, coloca em movimento teleologia e causalidade, considerando a inegável existência da natureza, porém com profundos traços de mutação na esfera da consciência humana (LUKÁCS, 2013).

Diante da transformação das bases da natureza, o trabalho somente pode ser considerado como atividade consciente a partir das formas de projeção na consciência, dirigidas à satisfação de necessidades sociais, mas se afigura como teleologia ao passo que leva a cabo sua objetivação, pois não é lícito falar em teleologia sem causalidade, categorias estas como chaves heurísticas para compreensão da vida social (TERTULIAN, 1995).

Neste sentido, teleologia e causalidade

> [...] não são, como apareciam nas análises gnosiológicas ou lógicas, princípios mutuamente excludentes no desdobramento do processo, do ser-aí do ser-assim das coisas, mas, ao contrário, princípios mutuamente heterogêneos, que, no entanto, apesar da sua contraditoriedade, somente em comum, numa coexistência dinâmica indissociável, podem constituir o fundamento ontológico de determinados complexos dinâmicos, complexos que só no campo do ser social são ontologicamente possíveis, cuja ação nessa coexistência dinâmica constitui característica principal desse grau do ser (LUKÁCS, 2013, p. 89).

Além da função de sociabilização por meio do trabalho, o homem, ao projetar finalidades, constrói, na esfera da consciência, determinada forma que será objetivada. O produto desse processo situa-se como uma construção mental antecipada nessa mesma consciência que, impulsionada por necessidades, sustentada por uma intelecção, nervos e músculos, tendo instrumentos que mediam esse processo, materializa-se a partir de um intercâmbio entre homem e natureza, possibilitando a concreção dessa abstração (FRANÇA JÚNIOR; LARA, 2015).

O trabalho para realizar-se pressupõe um reflexo correto, ou seja, um reconhecimento válido sobre a matéria que será transformada, mediada por alternativas diante dos meios mais adequados a corresponder-lhe às necessidades. A teoria do reflexo refere-se às escolhas conscientes dos meios e instrumentos que fornecem ao ser social "[...] utilidade ou não de um reflexo determinado. A realização da 'verdade' contida no reflexo depende dos fins escolhidos pelo homem" (FREDERICO, 2005, p. 125). É certo que o espelhamento da realidade se situa como processo indispensável, que possibilita ao homem dissociar-se de seu ambiente, o que vai manifestar-se diretamente na confrontação entre sujeito e objeto.

Lukács (2013, p. 66) afirma que "[...] no espelhamento da realidade a reprodução se destaca da realidade reproduzida, coagulando-se numa 'realidade' própria na consciência [...]", ao passo que, nessa consciência, tal reflexo é apenas uma mera reprodução, destacando que dela deriva uma nova forma de objetividade, mas que não cria uma realidade, pois, assim pensada, perderia seu estatuto ontológico. Tal reprodução não é idêntica diante daquilo que reproduz, "[...] pelo contrário, no plano ontológico, o ser social se subdivide em dois momentos heterogêneos, que do ponto de vista do ser não só estão diante um do outro como heterogêneos" (LUKÁCS, 2013, p.66), revelando uma factível dualidade que se opõe: o ser social e seu espelhamento na esfera da consciência.

O espelhamento funda-se em uma peculiar contradição, visto que tal espelhamento da realidade não se figura como um *não ser*, por ser apenas um reflexo (mas não menos importante), mas se torna indispensável na mediação de causalidades. É, ao mesmo tempo, elemento que conduz a emergência de novas objetividades

frente ao ser social, sendo que este espelhamento, mesmo não sendo um *ser* em síntese, não carrega nenhum tipo de dado gnosiológico, pois ele é tributário de um estatuto ontológico.

Assim,

> [...] o espelhamento tem uma natureza peculiar contraditória: por um lado, ele é o exato oposto de qualquer ser, precisamente porque ele é espelhamento, não é ser; por outro lado, e ao mesmo tempo, é o veículo através do qual surgem novas objetividades no ser social, para a reprodução deste no mesmo nível ou em um nível mais alto (LUKÁCS, 2013, p. 67).

Como expressão de uma processualidade determinada por uma complexidade muito ampla, tal interação entre opostos não anula as capacidades de objetivação do ser social, pelo contrário, ela vai irrigar as mediações indispensáveis diante dos pores teleológicos que, na condição de causalidade posta, demonstram a estatura do trabalho para o ser social.

O trabalho, como medida da emergência da liberdade, é condição para o desenvolvimento das suas forças liberadoras, se coloca diante do domínio pelos seres humanos, das restrições impostas pelas barreiras naturais e sua consequente superação, mediando potências afiançadoras do autorreconhecimento da sua condição de ser social. Afirma seu lugar como sujeito individual e coletivo, que responde, imediatamente, a carências e cria novas necessidades cada vez mais sociais.

Lukács (2013, p. 62) acentua a diferencialidade entre o ser social e demais animais da natureza, sobretudo aqueles considerados mais desenvolvidos, afirmando que "[...] parece um fato inegável, todavia, ela se mantém sempre como um pálido momento parcial subordinado ao seu processo de reprodução biologicamente fundado e que se desenvolve segundo as leis da biologia".

Tributa-se à esfera da reprodução biológica desses animais um epifenômeno do ser orgânico, a serviço de uma existência biológica, figurando-se de modo estagnado, onde o mutismo de um determinado tipo de desenvolvimento impera. Tal condição se coloca como um beco sem saída em qualquer estágio de sua existência, por não haver nenhum tipo de desenvolvimento que se imponha como teleologia e causalidade.

Prévia ideação ou teleologia configura-se como uma categoria exclusiva do humano-genérico que, estabelecendo-se no campo das ideias e dirigindo-se à objetivação, valendo-se de determinados meios, transforma a teleologia em causalidade posta, tratando-se de uma indispensabilidade presente na relação entre humano-genérico e natureza. Teleologia e causalidade têm no trabalho elemento mediador, sustentado pela capacidade humana em reconhecer as propriedades e os princípios presentes na legalidade da natureza.

O ser social, "[...] ao apreender os nexos da malha causal, ao assumi-los na consciência por meio da reprodução ideal, torna-se capaz de transformar a matéria natural, produzindo, deste modo, um objeto apto a satisfazer suas necessidades e carências" (FORTES, 2016, p. 50). O homem é um ser que dá respostas.

Ao compreender que esse ser social possibilita respostas aos carecimentos mais variados, importa entender que tal processualidade se inscreve no terreno da base material que insta o ser social a emitir respostas cada vez mais sociais. Nesta base, a vida somente pode ser considerada como tal tendo como ponto de partida a esfera inorgânica, consubstanciada pelo incessante intercâmbio do homem – mediado pelo trabalho – enquanto ser natural, com a natureza, e esse intercâmbio possibilita que este ser natural se ancore enquanto esfera ontológica particular no interior da totalidade do ser em geral, ou seja, essa processualidade afiança a emergência de um ser mais complexo, mais desenvolvido (FRANÇA JÚNIOR, 2018).

As esferas constitutivas do ser social não se limitam apenas às bases inorgânicas, mesmo que elas se situem como base de sustentação, mediadas por outras categorias, à emergência deste ser desenvolvido. Não há possibilidade da existência das bases orgânicas sem aquelas determinadas pelas primeiras, as inorgânicas,

pois não há possibilidade de inversão das prioridades ontológicas nelas contidas, ou seja, as matérias orgânicas não podem prescindir dos elementos inorgânicos que as engendram (LUKÁCS, 2013).

Tais esferas se constituem como um complexo determinado, que situa o humano-genérico como um complexo de complexos, tendo como base o avanço do processo de desenvolvimento das formações sociais (qualitativamente mais complexas), tendo em vista que "[...] quanto maior a variedade de relações sociais que ela (sociedade) contenha, maior será a articulação das vidas individuais com a história coletiva" (LESSA, 2008, p. 76), o que não anula sua prioridade, pelo contrário, assegura, mediada, com outras categoriais mais complexas e superiores, a emergência deste novo tipo de ser.

Nessa direção, o trabalho necessita ser apreendido a partir da sua base, tendo em vista seu caráter coletivo, pois as necessidades de outros sujeitos permitem que o trabalho apresente determinada finalidade social, reconhecendo as particularidades desta categoria, entre elas, os pores teleológicos primários – que se situam no bojo de um particular tipo de desenvolvimento social, sendo este restrito às esferas econômicas –, dirigidos diante da satisfação das necessidades sociais, inaugurando, assim, o processo em direção à realização do valor de uso. O trabalho determinado nessa esfera de desenvolvimento social não o impõe diante de um determinismo frente à economia; essa esfera econômica segue, invariavelmente, "[...] acrescida de níveis mais complexos que irão compor a sociedade" (FREDERICO, 2005, p. 133).

A realização dos pores teleológicos somente se constitui como possibilidade a partir do acesso às cadeias causais que lhes engendram, sendo que esta causalidade se afigura como terreno que se precede de determinada projeção finalística. Compreendidas nesta direção, as bases causais seguem ilimitadas, diante de uma infinidade imanente, posto que a chamada consciência ponente segue adstrita a determinados horizontes objetiváveis (TERTULIAN, 1995).

Essa consciência ponente situa-se como uma célula que compõe a emergência da vida social, na medida em que se atribui a ela inúmeras mediações, entre elas, o trabalho, é imprescindível deslindar a relação entre natureza e sociedade, ao passo que a primeira segue dominada por uma causalidade imanente e a segunda se coloca frente a constantes posicionamentos finalísticos, conscientes, diante de alternativas de escolhas postas à sua decisão de valor, situando, deste modo, frente a uma incontestável e indissolúvel relação causal-finalística.

Esse movimento permite dar legalidade e efetividade ao "[...] caráter de irredutibilidade do mundo dos valores" (LUKÁCS, 2013, p. 52), como produto da consciência que impõe à causalidade posta profundamente mediada por projeções finalísticas. Assim, somente "[...] podemos falar racionalmente do ser social quando concebemos que a sua gênese, o seu distinguir-se, a sua própria base e seu tornar-se autônomo baseiam-se no trabalho, isto é, na contínua realização de pores teleológicos" (LUKÁCS, 2013, p. 52).

A imbricação entre teleologia e causalidade inscreve-se como uma latente expressão de uma teleologia primária, indispensável para impulsionar o homem rumo a um novo tipo de ser, frente à satisfação de necessidades crescentes, bem como diante das necessidades econômicas. Mas, ocorre no conjunto desta complexidade, determinadas posições que saltam da base material da vida e fixam-se diante de pores que influenciam comportamentos; os pores teleológicos secundários.

Diferentemente dos pores teleológicos primários, baseados na relação direta com a natureza, os pores teleológicos secundários dão origem a um momento pelo qual o processo se inverte e a práxis humano-social inscreve como algo qualitativamente novo, no sentido de que essa práxis humana situe como uma forma superior, soerguendo-se cristalizada de mediações, no sentido de provocar determinados graus de influências frente ao comportamento humano, direcionada à consciência dos seres sociais.

Os pores teleológicos secundários inscrevem-se frente ao campo das ideologias, ao realizar uma práxis social dirigida a influenciar outros seres sociais e conduzi-los a responderem mediante alternativas postas. Trata-se de uma "[...] tentativa de induzir outra pessoa (ou grupo de pessoas) a realizar, por sua parte, pores teleológicos concretos" (LUKÁCS, 2013, p. 83).

Nesse sentido, a ideologia, dimensionada a partir dos conflitos sociais, "[...] filtra os problemas que afloram da consciência e orienta a intervenção dos homens" (FREDERICO, 2005, p. 137), indica sua prioridade em direcionar a tomada de decisões influenciadas por outros homens. Porém, com a prevalência das categorias econômicas, esse processo inverte-se, segue por ele apropriado, tendo em vista que esta crescente dominação direta "[...] cede lugar ao dinamismo da lógica econômica e às técnicas de convencimento que atrelam os indivíduos ao sistema social" (FREDERICO, 2005, p. 137).

Diante do momento em que o ser social se dirige frente ao estabelecimento de uma relação necessariamente consciente e histórica com outros seres sociais, no sentido de objetivar determinado trabalho, ele possibilita que o pôr teleológico secundário transponha as características imediatas do trabalho, na direção da constituição de uma processualidade que incide diretamente sobre as condutas humanas, projetando a consciência humana e impulsionando ações concretas. Os pores teleológicos secundários, mediados pelo trabalho,

remetem o ser social rumo à práxis social, sendo esta entendida como um campo prenhe de possibilidades de transformação. Com relação à práxis social, Lukács (1978, p. 5) afirma que o

> [...] homem torna-se um ser que dá respostas precisamente na medida em que – paralelamente ao desenvolvimento social e em proporção crescente – ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los.

Tendo-a como base genética frente às projeções mentais cada vez mais aperfeiçoadas deste ser social, é considerável que, na mesma medida de aperfeiçoamento, sua práxis siga cada vez mais social, visto que, para atingir esse nível qualitativamente novo diante da práxis, supõe o desenvolvimento ulterior da universalidade, da consciência, da liberdade e da sociabilidade. Sem elas não é possível ascender a uma práxis social emancipatória.

Não há determinada linearidade diante deste processo, pois este se constitui de modo muito particular, levando em consideração determinados tipos de desenvolvimento - considerando os tipos de classes sociais, estratos sociais desiguais, por exemplo a depender da esfera social na qual a processualidade se inscreve, visto que, a partir das determinações das totalidades sociais, cada vez mais ricas e complexas e estas determinações figuram-se diante de inúmeras mediações entre os indivíduos e o gênero humano.

Considerando as determinadas formas e complexificações originadas desta práxis, categorizada como *ações interativas*, acabam assumindo uma supremacia diante dos níveis inferiores, "[...] de tal modo que as mudanças ulteriores do sujeito, por mais importantes que sejam, certamente são produtos de estágios mais evoluídos, superiores de um ponto de vista social, e, no entanto, têm seu fundamento ontológico na forma originária do simples trabalho" (LUKÁCS, 1981, p. 41).

A práxis como ação geradora da liberdade

O trabalho, como medida da emergência da liberdade, é condição para o desenvolvimento das suas forças liberadoras, se coloca diante do domínio pelos seres humanos, das restrições impostas pelas barreiras naturais e sua consequente superação, mediando potências afiançadoras do autorreconhecimento da sua condição de ser social. Afirma seu lugar como sujeito individual e coletivo, que responde, imediatamente, a carências e cria novas necessidades cada vez mais sociais.

A existência do trabalho como capacidade dirigida à liberdade não pode ser compreendida como uma categoria descolada do real e das mediações que a enriquecem, pois, pensando deste modo, trabalho e liberdade tornar-se-iam valores puramente abstratos. Sua afirmação como capacidade livre requer precisá-la como uma atividade criadora, consciente, diante da superação da sua restrição por vezes *simplista*, como atividade puramente de sobrevivência ou, como afirma Barroco (2010, p. 61), de "exploração e dominação entre os homens".

Ao situar liberdade, falamos de alternativas possíveis frente a possibilidades fundadas diante do tempo histórico de uma base material da qual o ser social se (re)produz, levando em conta padrões ético-morais individuais e/ou coletivos que o influenciam. As alternativas demonstram determinada passagem daquilo que antes era uma possibilidade e, agora, transmuta-se em uma realidade posta, residindo aí, atos de escolhas e decisões conscientes (LUKÁCS, 2013).

Mediante determinada ação liberadora dos elementos que impulsionam a liberdade, aqui falamos de uma liberdade substantiva, dirigida ao pleno exercício da grandeza humana, e é necessário destacar que tais mediações se colocam diante de uma posição de devir ético, que supõe a adesão de valores igualmente ratificados frente a um tipo de liberdade que, superados seus limites restritos, dados na esfera do cotidiano, se coloque diante da universalidade.

Entendida como uma expressão latente da práxis, a ética ultrapassa os limites de um *dever-ser* na direção de situar-se como uma ação universal, calcada nos domínios do *vir a ser*, de modo que se configura essa ética tendo por base uma teleologia que se inscreve a partir de tipos de decisões que derivam ações práticas, dirigidas à superação daqueles elementos que obstaculizam a criação de necessidades e potencialidades livres (LUKÁCS, 2013).

Esta capacidade ética não se coloca como uma abstração, ela segue mediatizada pelas esferas constitutivas da totalidade social, considerando a concretude da vida. Superada esta compreensão rumo a uma objetivação que lhe confira objetividade - diante de uma legalidade que, mediada pelo trabalho, ancorada em valores universais, possibilite a emergência de uma atividade livre, criativa, consciente -, a situe como uma capacidade direcionada a "[...] despojar os fins externos de seu caráter de pura necessidade natural para estabelecê-los como fins que o indivíduo fixa a si mesmo, de maneira que se torne a realização e objetivação do sujeito, ou seja, liberdade real, cuja atividade é precisamente o trabalho" (MARX, 2013, p. 101).

Esse novo tipo de ser segue ancorado por processos consubstanciados frente a um alargamento da sociabilização, fundado no trabalho e este último, por sua vez, mediado pelas esferas constitutivas da vida. Faz-se necessário destacar o salto ontológico como momento único, exclusivo e decisivo no desenvolvimento deste ser social.

O salto ontológico se coloca diante de dois momentos, sendo que, no primeiro, este salto se manifesta a partir do desenvolvimento das formas de linguagem, das formas de consciência e pelo trabalho, colocando o homem na direção do *ser-em-si* do gênero humano, mediando o indivíduo ao gênero, entendido numa dimensão que transita entre o ser particular e o universal.

Tais formas, a partir das mediações consideradas com as esferas inorgânicas e orgânicas, impõem ao homem seguir em direção à superação do estado de mutismo, que, presente nos animais desprovidos de consciência, promove um efetivo distanciamento das formas ulteriores presentes no desenvolvimento humano-social, evidenciando, assim, uma ruptura de tal paralisia em direção à generidade *para-si*.

Esta ruptura ratifica quão mais avançada essa sociedade se torna, mais suas determinações operantes se tornam enriquecidas, *multímodas*, ainda que muito determinadas por *velhas* contradições diante do desenvolvimento. Posto diante da ruptura de tal paralisia frente a este movimento operado por inúmeras cadeias causais,

> se mostra um novo traço essencial da generidade não mais-muda frente àquela muda. Esta última está fundada biologicamente, por isso age imediatamente, sem necessidade de uma consciência mediadora. A generidade humana supera desde o início essa imediaticidade, por isso necessita sempre de atos mediadores conscientes, para em geral poder funcionar. Essa separação do novo ser da objetividade natural se apresenta desde o início. Mesmo o mais insignificante instrumento, produto etc. do trabalho, desde logo possui um ser essencialmente social. [...] No próprio homem, o salto – mediado pelo trabalho e pela linguagem – para além da generidade muda (apenas biológica) não é mais reversível (LUKÁCS, 2010, p. 115).

A processualidade contida neste primeiro salto, a partir da linguagem, das formas de consciência e pelo trabalho, é situada por Frederico (2005, p. 126) como a formação do "[...] ser social e os dois polos que o integram: o indivíduo e a sociedade", determinando que a existência destes polos seguem uma determinabilidade que, profundamente encadeada de legalidades, prenhe de incongruências, descontinuísmos e antagonismos, revela o primado da totalidade da vida social e sua dinamicidade.

Uma leitura desavisada imporia a este movimento uma suposta linearidade histórica, como uma sucessão de fatos epifenomênicos e justapostos, ao tentar validar a riqueza desta processualidade descolada da práxis originada no trabalho e do desenvolvimento do ser humano como respostas deste às carências postas. A passagem entre a esfera inorgânica e orgânica rumo à social é preenchida de legalidades em que a ruptura segue enriquecida dos conteúdos que carrega, sendo que cada esfera desenvolve frente à relativa autonomia diante das outras legalidades específicas, que lhe confere diferenciação diante das demais.

O segundo momento que compreende o salto ontológico se constitui pelo contínuo processo de reconciliação entre as particularidades do indivíduo e as determinações presentes diante do gênero humano, rumo à superação dos descompassos e incongruências que se lhe apresentam como inegáveis e indispensáveis formas constituintes. Pode-se considerar essa reconciliação ao longo da história como a pré-história da sociedade humana, isto é, do gênero humano.

Pode-se referir ao indivíduo e à sociedade como *polos*, tendo como base um desenvolvimento muito particular, evidentemente marcado por contradições e por profundos tensionamentos, lhes conferindo um particular e efetivo movimento. Neste conjunto, busca-se refletir sobre o constante processo de (re)produção da vida social como elemento que "[...] conduz à individuação do sujeito e à socialização crescente da sociedade" (FREDERICO, 2005, p. 126), o que nos leva a compreender, frente ao campo das (re)produções, que tal incessante superação dos descompassos remete à esfera de um profundo esvaziamento particular, rumo ao "[...] *processo de elevação acima da particularidade* [situado como] *processo de síntese a partir do qual se realiza o indivíduo*" (HELLER, 2002, p. 88, grifos da autora).

Ao serem suspensos os antagonismos presentes e inerentes a estes polos, emerge a possibilidade do *homem-em-si* romper com o ser determinado e reproduzido frente às relações sociais de produção, rumo à constituição de um *homem para-si,* ascendido à genericidade humana, momento pelo qual o humano-genérico libera suas potências latentes, até então limitadas às esferas de uma reprodução restrita e *monocausal*, rumo ao que Markus (1974, apud BARROCO, 2010) chamou de autoconsciência, ou seja, uma autotranscendência de caráter prático do ser social em relação aos limites impostos encontrados na natureza em relação ao ser individual.

Esta processualidade apenas se opera diante da práxis humana, profundamente enriquecida por uma *démarche* prenhe de necessidades, que antes como um ente ideal, objetiva-se e se coloca como causalidade posta em suas mais complexas mediações. Assim, considera-se que o salto ontológico se impõe como uma

> [...] mudança qualitativa e estrutural do ser, na qual a fase inicial contém certamente em si determinadas premissas e possibilidades das fases sucessivas e superiores, mas estas não podem se desenvolver daquelas a partir de uma simples e retilínea continuidade (LUKÁCS, 1979, p. 95).

A compressão do salto ontológico, centrado a partir da transmutação dos elementos pré-humanos para a atualidade do estágio mais refinado, fornece as bases de constituição do ser social. Este, entendido como uma expressão da genericidade humana, não se coloca como uma processualidade destituída de legalidades e profundas mediações que a forjam, bem como não seria lícito situá-lo como um acontecimento *unímodo*, sustentado por uma vontade exclusivamente subjetiva deste ser que ruma a níveis mais elevados de socialização. Sua essência segue radicada na ruptura com as continuidades chamadas de normais por Lukács (1979), contrapondo os equívocos presentes na compreensão de um suposto "nascimento repentino ou gradual" diante da historicidade desta nova forma de ser.

O salto ontológico se situa no bojo das determinações da base material presente e irrigada pela vida social, o que pressupõe o reconhecimento das relações sociais de produção, entendida aí a presença da cessação (desigual e contraditória) dos estados pregressos que engendram e circunscrevem legalidades. Compreendidas deste modo, as "[...] formas de objetividade do ser social se desenvolvem à medida que surge e se explicita a práxis social, a partir do ser natural, tornando-se cada vez mais claramente sociais" (LUKÁCS, 1979, p. 17).

O salto não é, de modo algum, anulado ou negado pela lentidão que constitui esse momento particular do homem, bem como diante de suas *inúmeras formas intermediárias*, pois é diante da teleologia e suas objetivações postas em movimento que se engendra uma transformação das formas ulteriores daquele ser, para um ser *para-si*.

Para Lukács, (1969, apud ABENDROTH, *et al.,* 1969, p. 16), o

> [...] homem é em si um ser complexo, no sentido biológico; mas como complexo humano não pode ser decomposto, não havendo possibilidade de atomização do ser social, continuando sua afirmação, ao passo que [...] compreender os fenômenos sociais, devo considerar a sociedade, desde o princípio, como um *complexo* de *complexos*.

Tais conteúdos sociais mais puros circunscrevem-se diante das inúmeras contradições que se operam na estreita relação entre sujeito e sociedade, concebidas aqui as determinações operadas pelas relações sociais, tendo como célula originária processos anteriores que vão irrigar as esferas constitutivas da totalidade pela qual emerge e consequentemente se (re)produz.

Isso nos remete a entender o edifício categorial do pensamento de Lukács em direção à supressão das formas *determinadoras* das relações sociais de produção atuais, o que possibilita compreender que a transição ou o salto dessa sociabilidade para um novo tipo de socialidade necessita ser portador de uma nova universalização, que precisa se afirmar, tendo em consideração que tais *fenômenos transitórios* ou as forças pertencentes ao novo ser se desenvolvam; sem isso, não há possibilidade alguma deste novo emergir, residindo aqui elementos do debate sobre a ética.

Considerações finais

Concebido como um ser que responde, o homem tem nas alternativas de escolhas as formas essenciais para julgar os valores para ele necessários e, em decorrência do seu lugar na concretude da vida, vai determinar as escolhas das respostas mais indispensáveis à sua (re) produção.

Essas escolhas seguem influenciadas pelos pores teleológicos secundários como um campo prenhe de ideologia, porém, como as formas de desenvolvimento econômico não são dirigidas a uma finalidade específica, por não serem portadoras de uma teleologia, acirra-se, deste modo, seu antagonismo com o desenvolvimento humano.

É necessário compreender que o desenvolvimento das forças produtivas e o acirramento das relações sociais de produção em direção a níveis mais elevados de concentração da riqueza socialmente produzida operaram uma profunda alteração na composição do capital, na sua relação com o trabalho, criando uma crescente passagem da mais-valia absoluta em direção à mais-valia relativa.

Esse processo impacta o trabalho e os trabalhadores, sobretudo em tempos nos quais a dinâmica de reprodução do capitalismo impôs profundas alterações no processo produtivo, o que esgarçou ainda mais a conflituosa relação do homem com o objeto por ele produzido como resultado do seu trabalho. Diante do crescente direcionamento das forças produtivas rumo à automatização do processo produtivo, o capitalismo

criou uma nova divisão do trabalho, que produz um contingente de especialistas em dirimir os conflitos sociais (FREDERICO, 2005), que pode se substabelecer na direção da ocultação da realidade, com rebatimentos no processo de individuação, tendo como expressão máxima a filáucia, que forja tipos de indivíduos, como uma síntese máxima da (re)produção social.

No plano imediato, a presença de variantes e determinadas formas frente ao cotidiano se estabelece, a partir da compreensão de que este é terreno fértil à reificação, mesmo centrado numa insuprimibilidade considerada, estas formas sobre o cotidiano prescrevem um evidente obscurecimento do "realmente essencial no plano ontológico". O cotidiano situa em uma relação imediata deste obscurecimento no plano ontológico, e impõe um reducionismo do real, sendo que, para tanto, ele se funda em deduções profundamente alienadas e enraizadas, alterando as formas de compreensão da realidade. É necessário dirigir a práxis humana na direção da contestação e suplantação da imediatidade presente na cotidianidade, no sentido de situá-la diante de inúmeras possibilidades, visando à apreensão de um lídimo *ser-em-si,* considerando que os "[...] meios de domínio intelectual do ser sejam submetidos a uma permanente consideração crítica" (LUKÁCS, 2013, p. 37).

Diante da superação dos limites que impõem ao ser social determinações externas à sua expansão como um ser social realmente existente e autoconstruído, ou seja, o que Lukács (2013) anuncia como a consagração de uma genericidade humana, coloca-se uma práxis social construída socialmente, frente à mutualidade entre os homens, concebida como um processo pelo qual a cooperação se firma como uma atividade geradora da liberdade.

Tal momento não pode ser idealizado ou subjetivado, apenas, tendo em vista que é pelo trabalho que se coloca em movimento o incontestável processo entre teleologia e causalidade, que determina uma causalidade posta. A existência inequívoca entre a cooperação humana diante das dimensões liberadoras pelo trabalho não se constitui de modo automático, pois este movimento posto necessita colar-se frente a inúmeras mediações, entre elas a consideração de uma racionalidade crítica, diante de uma operante dialética, que nega suas bases constitutivas, dando origem, ressalvadas as necessárias mediações, a um novo tipo de ser.

É impossível situar o trabalho como uma categoria "autônoma" diante das demais, tendo em vista que se trata de uma atividade inerente ao ser social, que possibilita + considerando o movimento posto pela teleologia e causalidade, no tempo do uso de meios necessários - mediar o homem às esferas constitutivas da vida e da sociedade. Tal processualidade segue profundamente determinada e capturada pelas relações sociais de produção, mas não perdeu sua substância social para o ser social.

Na conflituosa relação entre o capital e o trabalho, relação esta que vem, segundo Frederico; Teixeira (2008, p. 125), situar o capitalismo sob a égide de "uma forma social de integração mediada pelas coisas que, por assim ser, transforma os homens em objetos e as coisas, que são objetos, em sujeitos das relações sociais", o que impõe a necessária reflexão do alargamento do processo de apropriação da força do trabalho humano pelas relações sociais de produção que, mais atual que nunca, revela o esvaziamento dos sentidos do ser social.

Embora a relação siga profundamente transmutada entre sujeito e objeto nos termos impostos pelas relações sociais de produção capitalistas, o trabalho ainda segue + mediado com inúmeros complexos ontológicos -, afiançando a existência da mundaneidade social, ao passo que, colocando em movimento teleologia e causalidade, afigura-se no terreno de legalidades muito particulares, que confere ao ser social profundas e incontáveis cadeias sociais ancoradoras de sua existência legítima.

Referências

ABENDROTH, W et al. *Conversando com Lukács*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

BARROCO, M. L. S. *Ética e Serviço Social*: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2010.

EÖRSI. I. Diálogos sobre o 'Pensamento vivido': última entrevista de Lukács. *Revista Ensaio*, São Paulo, n. 15-16, 1986.

FREDERICO, C. *Marx, Lukács a arte na pesquisa ontológica*. Natal: Ed. EDUFRN, 2005.

FREDERICO, C.; TEIXEIRA, F. *Marx no século XXI*. São Paulo: Cortez, 2008.

HELLER, A. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

FRANÇA JÚNIOR, R; LARA, R. Trabalho e Ser Social: reflexões sobre a ontologia lukacsiana e sua incidência no Projeto Ético-Político Profissional. *Textos e Contextos*, Porto Alegre, v. 14, n. 1, 2015. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/17406/13306. Acesso em: maio 2019.

FRANÇA JUNIOR, R. P. *A odisséia do ser social*: O mundo do trabalho nas produções científicas no Serviço Social brasileiro. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2018.

LESSA, S; TONET, I. *Introdução à filosofia de Marx.* São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *Revista Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, n. 1, 1978.

LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social:* os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
LUKÁCS, G. O Trabalho. *In:* LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social*. Roma: Riuniti, 1981.
LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II.* São Paulo: Boitempo, 2013.
LUKÁCS, G. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.
MARX, K. *O capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
PAULO NETTO, J. Introdução ao método na teoria Social. *In*: *Serviço Social*: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
TERTULIAN, N. Uma apresentação à Ontologia do ser social de Lukács. *Crítica marxista*, São Paulo: Brasiliense, n. 2, p. 54, 1995.

Notas

1 Em relação às categorias, afirma Lukács (apud EÖRSI, 1986, p. 85) que elas são formas de ser, o que jamais remove, a partir do método marxiano, sua legalidade diante da historicidade, registrando o autor que "não é que a história se desenvolva no interior do sistema das categorias, mas, ao contrário, a história é a transformação do sistema das categorias".

2 Cabe situar inúmeras teodiceias criadas a partir da necessidade de situar a natureza e a história a um finalismo, sob o domínio de imagens criadas pelo homem. Ver Frederico (2005).

Reginaldo Pereira França Junior
reginaldo.francajr@gmail.com
Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
Professor Adjunto do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

UFCG
Rodovia Governador Antônio Mariz (BR-230) S/Nº, KM 466,5
Fazenda Cezário, Sousa – PB, Brasil.
CEP: 58800-120

Agradecimentos
À Lucia Barroco e João Antônio Rodrigues (in memorian)
À Anderson Henrique Vieira, pela revisão gramatical deste texto.

Agência financiadora
Não se aplica.

Contribuições das autoras
Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica.

Consentimento para publicação
Consentimento do autor.

Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

 DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p582

ESPAÇO TEMA LIVRE

Ajustes espaciais em escala amazônica ou contagem regressiva dos direitos territoriais

Luis Fernando Novoa Garzon[1]
https://orcid.org/0000-0003-2280-7959

[1] Universidade Federal de Rondônia, Departamento de Ciências Sociais, Porto Velho, RO, Brasil

Ajustes espaciais em escala amazônica ou contagem regressiva dos direitos territoriais
Resumo: O propósito deste texto é reunir e sistematizar processos de contestação social e técnica de estudos ambientais contratados por consórcios empresariais - e respectivos processos de licenciamento ambiental " em curso ou já formalmente concluídos. As controvérsias técnicas e sociais em torno dos grandes projetos hidrelétricos na Amazônia podem ser convertidas em fóruns multisetoriais que constituam espaços de mútua *tradução* entre metodologias e procedimentos científicos e conhecimentos tradicionais e ainda entre interesses nacionais, locais e difusos. Dispor e articular esses elementos de aprendizado mútuo é condição para o surgimento de novos paradigmas na concepção e implementação de estudos de impacto ambiental no Brasil. O texto pretende ademais demonstrar, a partir da implementação das Usinas Hidrelétricas Santo Antônio e Jirau no rio Madeira (Rondônia, Brasil), os caminhos institucionais e discursivos específicos adotados na expansão da fronteira elétrica na Amazônia, que precificam e nivelam por baixo padrões de proteção ambiental e de direitos sociais e culturais vigentes no País.
Palavras-chave: Licenciamento ambiental de grandes projetos. Desterritorialização. Direitos territoriais. Comunidades ribeirinhas amazônicas.

English Title: Spatial adjustments in amazonian scale or countdown of territorial rights
Abstract: We propose to systematize social and technical pleas against environmental studies hired by entrepreneurial consortia – and their respective environmental licencing processes – ongoing or formally completed. The technical and social controversies around great hydroelectric projects in Amazônia could be converted into multisetorial foruns that give room to mutual translation between scientific methodologies and procedures and traditional knowledge and national, local and diffuse interests. Arrange and coordinate these mutual learning elements is a prerequisite for the emergence of new paradigms in the design of environmental impact studies in Brazil. This study intends to demonstrate, from the implementation of the Santo Antônio and Jirau Hydroelectric Power Plants on the Madeira River (Rondônia, Brazil), the specific institutional and discursive paths adopted in the expansion of this new electric frontier, which precificate and demean environmental protection standards and social and current environmental rights.
Keywords: Environmental licensing in megaprojects. Deterritorialization. Territorial rights. Amazon riverside communities.

Recebido em 02.11.2019. Aprovado em 03.04.2020. Revisado em 27.06.2020.

© O(s) Autor(es). 2020 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Introdução

Os Grandes Projetos Hidrelétricos implementados na região amazônica na última década seguem antitéticos a qualquer planejamento regional e/ou a processos de encadeamento econômico. O que emerge é uma região *ex post*, o próprio *habitat* corporativo, feito para e pelo grande negócio, como fica claro nos casos das hidrelétricas de Belo Monte (PA) e Santo Antônio e Jirau (RO). O conglomerado hidrelétrico brasileiro, ao se financeirizar celeremente, desencadeou dinâmicas econômicas concentradoras cujo controle e gestão dependem de graus equivalentes de centralidade política no e através do Estado. Faz-se necessário, pois, detalhar de que forma as grandes empresas do setor, associadas a conglomerados minero-siderúrgicos, financeiros e de construção, se inseriram no Estado brasileiro, sobressaltando um perfil específico de conglomeração e de especialização da economia brasileira.

A conjugação dos interesses dos oligopólios, baseados no uso e/ou no fornecimento intensivo de recursos naturais, por um lado requer mais centralização no planejamento da incorporação territorial (Avaliações Ambientais Integradas, eixos, corredores, inventários autolicenciados de bacias etc.). Por outro, na implantação e operacionalização dos projetos, defendem a descentralização do licenciamento e controle, porque agilizam a mercantilização do acervo de recursos naturais disponibilizados e seu respectivo fatiamento, também segundo a correlação do poder local/regional.

Suspensos os propósitos formalmente *reequilibradores* e reafirmados os privilégios corporativos pétreos, as novas Grandes Hidrelétricas na Amazônia, em seu modo de entronização, dão por nulos os territórios indígenas e os das demais comunidades tradicionais. A região incorporada, agora como província hidrelétrica, representa um marco superior de capitalização e despossessão pelo que franqueia em termos de novas disponibilizações territoriais a partir da prévia anulação de valiosas subjetividades coletivas formadas e recriadas ao longo dos rios amazônicos.

A premissa, aqui experimentada ensaisticamente, é que os processos de implementação de infraestrutura de larga escala no Brasil dependem de cidadelas de poder irrestrito, *não lugares* políticos; em outros termos, em zonas autonomizadas e despidas de qualquer contratualidade social. A fórmula de desastres entronizados por meio de estudos ambientais precários e agências reguladoras mutiladas teve na implementação das hidrelétricas no rio Madeira, na Amazônia brasileira, sua máxima clarividência.

O que pode ser Amazônia no país das *commodities*

A região amazônica tem cumprido um rebaixado papel de suporte e aprofundamento do "padrão de especialização produtiva" (OSÓRIO, 2012, p. 41), notabilizado pelo uso intensivo de recursos naturais, pela flexibilização de direitos territoriais e de normativas ambientais e pela precarização e desvalorização da força de trabalho. Em suma, a região foi posta a serviço de sua própria negação. Não casualmente, os setores considerados catalizadores desse modelo - a indústria extrativa mineral, o agronegócio e a infraestrutura dedicada ao escoamento de *commodities* - estão firmemente ancorados na Amazônia e seguem em contínua expansão.

Reterritorializações instauradas com base na interpenetração entre grupos privados e aparelhos governamentais e intergovernamentais tendem a obter imediata abrangência regional e continental, acompanhando redefinições estratégicas e locacionais dos capitais de diversas origens envolvidas. Quem vai pavimentando esse caminho, por dentro da nação descosturada, são elites desenraizadas, simultaneamente empreendedoras de genocídios e ecocídios.

A Amazônia foi se incumbindo de funções agropecuárias e minerais crescentes, na sequência da marcha para o (centro) oeste a partir dos anos 1960 (OLIVEIRA; REICHTUL, 1973). A consolidação das fronteiras agrícola, mineral e energética na Amazônia décadas depois expressa como se deu o processo de homogeneização do espaço econômico nacional por meio da garantia de ampliação das taxas de lucro nas margens geográficas, nos espaços periféricos subalternizados, naquilo que Brandão (2010, p. 60) designa de "fuga para frente e para dentro". O modo predominante de realização de valor no Brasil se caracteriza por uma sequência calculada de ofensivas ao setor público, a bens ambientais de interesse difuso e às territorialidades tradicionais, demarcando ausências e presenças, definindo reconhecimentos e responsabilidades condicionados a patamares mínimos de retorno e segurança do capital.

Os distintos biomas do país e as formas sociais conviviais que se formaram na inter-relação com eles traduzem-se em condições territoriais indispensáveis à acumulação (SANTOS; SILVEIRA, 2004) e por conseguinte, passam a ser mensurados em termos dedutíveis para os investidores tais como blocos de jazidas, áreas agricultáveis, potencial de geração de megawatts, créditos-carbono, e respectivas mercadorias futuras.

O país, a partir da Ditadura empresarial-militar de 1964, adotou um planejamento territorial próprio de um "colonialismo interno" (CASANOVA, 2007, p. 432), em que se procurava incorporar a Amazônia à estru-

tura produtiva do centro-sul do País por meio de obras viárias e de incentivos fiscais. A partir dos anos 1990, quando o Brasil assume a condição de franja auxiliar do processo expansivo das cadeias transnacionais de valorização do capital, as mediações políticas derivadas da anterior divisão inter-regional do trabalho foram sendo substituídas por fórmulas territoriais flexíveis condizentes com novas estratégias de deslocalização dos investimentos e ajustes espaciais consecutivos.

Nessa periferia da periferia é que se forja a forma-padrão de apropriação de recursos territorializados em larga escala: o modelo energo-minero-metalúrgico que condena a região amazônica a ser uma eterna sucessão de enclaves em rotação " um enorme menu territorial à disposição de investidores privados e suas encomendas. Novas parcerias entre capitais e reconfigurações passam a ser fundadas na garantia de dinamismos adicionais e extraordinários para a realização de valor nesses setores matriciais. O que retoricamente se temia, a chamada *internacionalização da Amazônia*, tornou-se agora uma premissa regulatória: prerrogativas máximas para os investimentos, sem distinção. O que atrai de fato os investidores, notadamente os chineses, para além da aquisição e capitalização de blocos de recursos naturais isoladamente, é a possibilidade de empresariar o controle e a gestão de extensas faixas territoriais.

A sintetização da Amazônia como estoque de matérias-primas e plataforma logística para seu armazenamento e escoamento requereu devastações físicas e simbólicas de ambientes naturais e culturas entrelaçadas, de territorialidades de povos indígenas, de quilombolas, de camponeses extrativistas, pescadores e ribeirinhos. A concepção da Amazônia como reserva de riqueza a ser apropriada, como *espaço vazio* a ser preenchido a todo custo, vincula-se a uma percepção *capitalistocêntrica*[1] que nega a possibilidade de qualquer alteridade sistêmica. Nessa ótica autorreferente, pressupõe-se a existência de um nível econômico-tecnológico superior por puro mérito civilizador. Demérito, portanto, dos não abrangidos, dos *de fora*, dos não prontamente assimiláveis às relações sociais apresentadas como *competitivas*. Bloqueio e desqualificação daqueles mesmos olhares e vozes não engolfados pelo discurso técnico-científico, para que não haja controvérsias e desgaste acerca do que seriam requisitos indispensáveis do crescimento econômico (ZHOURI *et al.*, 2014).

É desse modo que a precarização dos direitos territoriais alimenta a precarização dos direitos sociais como um todo: desconta-se na natureza dos menos competitivos os custos adicionais da última e da próxima crise financeira. Evidência de que não pode haver riqueza nova sem devastações prévias de biomas, culturas e saberes.

Esse movimento dissipador e desorganizador transparece no esforço recodificador da parte do *circuito superior* da sociedade brasileira, identificado por Alfredo W. B. Almeida (2012). Se após os anos 1930, no Brasil, os códigos (de água, mineração, ambiental e o relativo aos povos indígenas) expressavam ou reverenciavam pactos apresentados como tendencialmente universalizantes " neste caso específico, como vetores da *construção nacional* - as recodificações efetuadas a partir de 2010 procuram tornar compulsórios processos de apropriação e exploração dos recursos naturais em nome do *interesse nacional*. Inalienáveis agora passam a ser os direitos dos investidores, proclama o perene governo da crise, independente do mandatário. A fórmula dessa recodificação ou re-regulamentação é a descostura de padrões de homologia social por meio da utilização de *normas abertas*, normas contratualizáveis e descentralizáveis a fim de que os particularismos dominantes possam ser traduzidos sem dificuldade como o interesse geral ou nacional.

A depender dos promotores e legitimadores dessa interminável frente de despossessão, só restará apagamento e amnésia. E não adianta supor compensações do tipo uma devastação ali, uma preservação acolá. Acordos que cheguem prontos e pré-moldados - a embalarem licenciamentos expressos - pressupõem um *território médio* de direitos, postos em patamares descendentes, na ordem inversa da máxima mobilidade dos capitais. (ACSELRAD, 2009; FASSIN, 2007).

O modelo rentista-neoextrativista (CARVALHO; MILANEZ; GUERRA, 2018), ao qual o País foi entregue nas últimas décadas, combina reiteradas expropriações primárias ao longo da fronteira econômica, com formas espoliativas de última geração. Conferindo-se absoluta discricionaridade privada às concessões minerárias, energéticas e dos setores de infraestrutura, não há mais eco de soberania possível. Com a permissão de multiplicação da dívida pública e o uso ilimitado de derivativos financeiros, com destaque para os

mercados futuros de *commodities*, o País perde qualquer pretensão de definir contornos sociais, implodidos os regimes de convivência e direitos territoriais decorrentes.

O ajuste do rio Madeira produziu um espaço construído (*built environment*) primeiramente na forma de plataforma elétrica e depois na de plataforma logística: mais um suporte dedicado ao processo de acumulação (HARVEY, 2005). Enquanto isso, todos que se relacionavam com o rio e seus ciclos naturais desaparecem como sujeitos, como titulares de territórios e de direitos. Quem considera tolerável apagar modos de vida singulares para que existam corredores elétricos e graneleiros, avaliza o método de limpeza social que marca a chamada modernização conservadora, ou seja, avanço de dinâmicas expropriatórias articuladas, arcaicas e modernas.

Não perdura nem sombra ou aura do que possa ser interesse difuso ou do que seja uso múltiplo das águas. Os grandes barramentos hidrelétricos determinaram uma intervenção homogeneizadora no rio Madeira, constrangendo a pesca, agricultura de várzea, a silvicultura, o transporte de pequenas embarcações, vedando na prática um conjunto de manifestações socioculturais próprias às comunidades ribeirinhas.

Não havendo reversão do cenário de transferência da prerrogativa de planejamento e gestão do território para arranjos privados oligopolistas, a condição ribeirinha se reduzirá a uma classificação temporária, a uma nova clientela da indústria da miséria. Mais candidatos para arregimentação de regimes de trabalho anômalos, maior disseminação da informalidade empreendedora de regressões sociais inauditas. É desse modo que a precarização dos direitos territoriais alimenta a precarização dos direitos sociais como um todo: desconta-se na natureza dos menos competitivos os custos adicionais da última e da próxima crise financeira. Evidência de que não pode haver riqueza nova sem devastações prévias de biomas, culturas e saberes.

Precarização exemplar essa que reduz ou extingue espaços pactuados de interação social e de reconhecimento, incluindo toda a legislação e normativas protetivas decorrentes desses pactos. O intento de pôr fim ao padrão geral encerra a busca por qualquer generalização, ou seja, qualquer universalização de benefícios civilizatórios. Um meio digno, real e almejável para todos parece inconciliável com a máxima ostentação da prosperidade, como novo sentido e espírito do capitalismo financeirizado e global, mais ainda nas periferias intermediárias, que precisam replicar desigualdades sociais e regionais em escala ampliada.

O princípio legitimatório do combate às desigualdades no Brasil, que presidiu o intento redemocratizador após 1985 e que pontificou o ordenamento constitucional de 1988 (BRASIL, 2000), parece ter se exaurido em 2016. Condições econômicas, referentes ao controle transnacional e financeiro da riqueza; e condições políticas, referentes à dilapidação da força social organizada e ao esvaziamento das instituições representativas, permitiram a emergência de uma agenda ultraliberal para a economia e uma agenda neofascista de militarização dos territórios e de controle da conduta.

O licenciamento líquido e os interesses pétreos

Não há como separar a desenvoltura dos negócios intensivos em recursos naturais no Brasil nas duas últimas décadas do retraimento das normativas ambientais vigentes no País. A Política Nacional de Meio Ambiente (BRASIL, 1981) que era aceita pacificamente como premissa de legitimidade e soberania nacional entre as décadas de 1980 e 1990 passou a ser representada no discurso empresarial como trava e custo adicional a partir do *boom* de *commodities* nos anos 2000, o que fez com o País adotasse desde então um modelo de especialização produtiva baseado no fornecimento de suprimentos a partir do uso intensivo de recursos naturais.

O licenciamento ambiental, portanto, é apenas a ponta do fio que, se recolhido, nos leva até o modelo hegemônico de uma nova - e pretensamente vantajosa - primarização do País. O seu desmanche expõe o resultado da contenda entre duas dinâmicas: territorialização empresarial *versus* territorialização social. O que está em jogo é o poder das empresas de afetarem nossas vidas *versus* a nossa capacidade de limitar e condicionar este mesmo poder. Um licenciamento *redux,* ou em modo *fast track,* servirá para estabilizar e legitimar relações sociais e espaciais já profundamente assimétricas. Tanto assim que o que tem prevalecido no desenho institucional de Instituições Financeiras Multilaterais e Governos ultraliberais mundo afora é o cruzamento das agências que regulam e/ou estimulam setores produtivos e de infraestrutura com as agências reguladoras de meio ambiente, em transversalidade abastardada. O licenciamento ambiental se torna assim um mero sucedâneo do metabolismo empresarial e se subordina a ele, tendo como função regular os efeitos indesejáveis da descoordenação de capitais atuando sem o devido paralelismo (ACSELRAD, 2007).

Mesmo assim se tornou corrente, seja no campo empresarial, seja no campo governamental conexo, maldizer as dificuldades produzidas pelo licenciamento ambiental. O "meio ambiente", os ambientalistas, ribeirinhos, quilombolas e etnias originárias são apresentados, portanto, como obstáculos ao crescimento, à expansão das safras agrícolas e da geração hidrelétrica, corresponsáveis de qualquer *apagão* ou desabastecimento que venha a ocorrer.

Quem não teme a desintegração do País, não teme trajetórias de colapso ambiental. Ao contrário, a iminência do colapso serve de parâmetro para a modelagem de novos meios técnicos destrutivo-criativos e para a governança da escassez. A desigual apropriação e a exclusividade de acesso a bens naturais é, nessa ótica, condição de sua *conservação*. Os pretensos limites ambientais à marcha voraz do crescimento econômico, ao invés de se estabelecerem como uma contradição sistêmica fundamental, são antes anteparos discursivos para a criação de novas frentes de acumulação.

Grandes projetos e suas afetações permanentes

Os reservatórios de Santo Antônio e Jirau (Rondônia-Brasil) foram minimizados nos estudos em desconsideração deliberada dos efeitos de sedimentação e de remanso, e agigantados na prática com a sobre-elevação permanente dos corpos tributários e dos igarapés que antes afluíam, no período da vazante, para o rio Madeira. Esse rico e diverso trançado hídrico, diretamente vinculado à dinâmica do rio Madeira, passou a ser submetido a um permanente efeito de *repiquete*[2], incluindo o afogamento daquilo que eram florestas ombrófilas densas, florestas úmidas adaptadas a cheias sazonais, mas não a sobrecheias permanentes. As águas represadas extravasam os eixos de drenagem anteriores, condenando assim extensas áreas florestadas por inundação e comprometendo ainda mais a qualidade da água que circula nesses reservatórios. Esses impactos não admitidos nos Estudos de Impacto, compõem o rol dos chamados impactos continuados de grandes projetos inconcludentes em seus efeitos (FARIAS JÚNIOR, 2016).

A outorga da Agência Nacional de Água a concessionárias privadas que operam hidrelétricas a fio d'água, por definição, não admite uso de regularização do rio através do reservatório. Dois barramentos, ainda que nominalmente a fio d'água, no mais caudaloso afluente do rio Amazonas, redefinem completamente a sua vazão e feição. Como presumir que as UHEs Santo Antônio e Jirau, motorizadas com 50 mega-turbinas operando em cada uma das usinas, tendo cada turbina com capacidade de gerar 70,0 MW (mais do que o dobro do teto de geração de uma pequena central hidrelétrica), não fossem produzir mudanças drásticas na dinâmica hidrosedimentológica na bacia do rio Madeira e na bacia amazônica como um todo (LATRUBESSE *et al*., 2017)?

A alegação apriorística, sem estudos adicionais e específicos de cada caso, de que o dispositivo não altera a vazão dos rios (vazão afluente = vazão defluente) se tornou uma conveniente escusa para não haver responsabilidade determinável por sobrealagamentos a montante e desbarrancamentos a jusante. Abstração que sai muito cara para quem vive ao lado de um rio com variações de cota e vazão condicionadas por dois reservatórios geridos para maximizarem a geração de energia. Por isso, não tem cabimento afirmar que a opção por turbinas bulbo e usinas a fio d'água no rio Madeira atendeu a alguma diretiva de redução de danos ambientais.

Gigantescas usinas a fio d'agua em rios amazônicos implicam em alterações não menos arrasadoras que aquelas produzidas por hidrelétricas com reservatórios convencionais, como a UHE Tucuruí. As *novas tecnologias* anunciadas para a exploração do potencial hidrelétrico do rio Madeira são antes novas tecnologias de poder do capital e de silenciamento da crítica, que dependeram de uma aplicada engenharia reversa do processo de licenciamento ambiental e da sistemática de concessões e outorgas. A dita inovação serviu de pretexto para inaugurar um novo ciclo de grandes projetos hidrelétricos na Amazônia, apenas na embalagem mais "sustentáveis" e "inclusivos". As alterações qualitativas nos meios físico, biótico e socioeconômico do rio Madeira não se tornaram menos irreversíveis ou menos absolutas por conta da proporção relativamente menor dos reservatórios das usinas *a fio d'água*, como foi reiteradamente afirmado pela publicidade empresarial.

Além disso, por conta da retenção intensificada de sedimentos a montante dos barramentos e do efeito-remanso, os dois reservatórios não cessam de se expandir lateralmente, engolfando tributários, igarapés, lagos e baixadas. E não é apenas a lâmina da água dos dois lagos que se expande. Há indícios de elevação do lençol freático nas imediações, o que pode tornar o solo inaproveitável, seja para o uso agrícola ou urbano. A questão de fundo é onde começam e onde terminam esses *reservatórios especiais*.

Quanto a sedimentos e peixes, não importa o tamanho dos reservatórios, eles serão sempre barreiras físicas. E foi principalmente por conta desses dois quesitos que a primeira equipe técnica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) emitiu, em 2007, o Parecer Técnico conclusivo pela inviabilidade ambiental dos empreendimentos[3]. Foram obstáculos passageiros, contornáveis apenas para fins de aprovação a toque de caixa das sucessivas licenças. A partir do início da operação das duas hidrelétricas, em 2012, verificaram-se extensos processos de sedimentação a montante, com o consequente espraiamento lateral dos reservatórios, e processos erosivos a jusante, que levaram a desbarrancamentos de amplo espectro, nas duas margens, dezenas de quilômetros abaixo do paredão da UHE Santo Antônio.

Não havia também estudos acumulados que permitissem simulações minimamente confiáveis quanto ao esteio encachoeirado e ao modo de subida dos cardumes de peixes migradores para que os sistemas de

transposição de peixes tivessem alguma chance de proporcionar a manutenção das *mesmas condições naturais do rio*. Cumpre notar que a monumental e piscosa Cachoeira do Teotônio, submersa entre os dois reservatórios, atestava o itinerário anterior de espécies de grande valor para os pescadores do rio Madeira como dourada, piramutaba, babão e filhote que ali se concentravam por conta da dinâmica específica da piracema dessas espécies. Barrado o seu trânsito, sofreram significativa diminuição em termos absolutos.

Os sistemas de transposição de peixes instalados pelas duas hidrelétricas no rio Madeira não passaram por testes apropriados e até mesmo estudos oficiais admitem a falta de certeza quanto ao seu funcionamento[4] (AGOSTINHO, 2007). Dito e feito. O ciclo imemorial da vida, subindo e descendo, foi de repente estancado, como pode ser verificado na variação da produção pesqueira, a montante e a jusante, antes e depois da operação das usinas.

A Licença prévia das obras, absorvendo parcialmente o espírito do Parecer técnico tornado sem efeito, determinou a otimização da vazão de sedimentos, ovos, larvas e juvenis de peixes migradores. A aplicação do princípio da máxima circularidade e mobilidade do que seria gangrenado com os barramentos ficou, contudo, a cargo das concessionárias controladas pela Odebrecht e Suez, que se ocuparam, isso sim, com a otimização dos reservatórios e com a colocação de blocos de energia no mercado livre[5]. Mobilidade apenas dos danos, em todos os quadrantes da bacia do rio Madeira.

Passagens e possíveis saídas

O esgarçamento da legislação ambiental brasileira para que nela coubesse o licenciamento das hidrelétricas no rio Madeira foi prototípico, no sentido de ser considerado "parte de uma tendência no Brasil para a flexibilização das exigências ambientais e abreviação do processo de licenciamento" (FEARNSIDE, 2014); nos marcos de uma "trajetória de autolicenciamento dos empreendimentos privados com diligente chancela 'pública' que os imuniza contra eventuais contestações jurídicas" (NOVOA GARZON, 2008, p. 45), ou ainda um licenciamento em que "diversidades socioculturais são anuladas em função de uma visão parcelar legitimada pela cientificização e juridificação das políticas e imposta com o propósito de representação do bem comum" (ZHOURI, 2008, p. 100).

A ação de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público Federal em Rondônia contra o então Presidente do IBAMA evidencia o tensionamento legal produzido, ao afirmar que a concessão das licenças para Santo Antônio e Jirau "encerra um dos maiores crimes ambientais impostos à sociedade" (RONDÔNIA, 2009, p. 11).

O reconhecimento da incerteza e da precaução como princípios norteadores e vinculantes do planejamento dos estudos ambientais pode instaurar um processo de aprendizagem social sobre os limites da ciência e sobre possíveis formas de discussão pública informada desses mesmos limites. Faz-se, portanto, necessário intercambiar experiências de mensuração, diferenciação e de responsabilização por desastres socioambientais induzidos, com os demais centros e grupos de pesquisa situados na Amazônia e/ou dedicados a estudos amazônicos. É a contribuição que nos parece mais elementar no momento em que outros projetos hidrelétricos e de infraestrutura, similarmente monstruosos, estão em vias de implementação ou de estudos.

O que se propõe, além de revisões profundas nos processos de licenciamento ambiental (em curso ou já formalmente concluídos), é sistematizar a aparente cacofonia que se manifesta nas controvérsias técnicas e sociais em torno dos grandes projetos hidrelétricos na Amazônia. Quanto os *layouts* das Usinas a fio d´água se aproximaram da expectativa de reduzir alagamentos e seus efeitos subsequentes? E mesmo com reservatórios menores que aqueles verificáveis no primeiro ciclo de grandes hidrelétricas na Amazônia, o quanto foi comprometida a pesca artesanal, o quanto foram inviabilizadas as culturas de várzea, o quanto foi brutal e degradante o deslocamento de milhares de famílias ribeirinhas, o quanto esses barramentos comprometeram a dinâmica hidrossedimentológica e da vida na bacia amazônica como um todo?

Os remanescentes pós-hidrelétricas bem o sabem na condição de migrantes forçados, estrangeiros em seu próprio País, párias sociais, sem lugar na cadeia evolutiva do "progresso" combinado e rateado. A supressão objetiva de sujeitos referidos por décadas e séculos a unidades de trabalho familiar polivalentes e cooperativas, estreitamente vinculadas aos ciclos hidrológico e climático, é uma premissa para a invenção dos ribeirinhos como *novos pobres* (ESCOBAR, 1998), deslocados do espaço porque deslocados do tempo. Da invisibilidade em que viviam " que paradoxalmente produziu autonomia provinda da multivariada economia da várzea amazônica - alcançaram uma visibilidade hierarquizante e discriminadora. A lógica da despossessão, que marca os megaprojetos, retira o que antes proporcionava autonomia e multiplica vetores de dependência que acentuam a despossessão inicial.

Sem regulação ou fiscalização, multiplicam-se na Amazônia empreendimentos especializados em recursos naturais e em abstrair os elementos sociais neles intrínsecos. Não casualmente é nas frentes de expansão que se

concentram os massacres de camponeses, quilombolas e de indígenas, que mais se devastam unidades de conservação e territórios tradicionais e onde mais se aplicam regimes de trabalho em condições análogas à escravidão.

A despeito da violência e celeridade das agendas verticais ditadas pelos grandes grupos econômicos na Amazônia, as comunidades tradicionais não cessam de representar o mundo ao seu modo, buscando reconstruir suas memórias no presente-futuro por meio de suas novas apostas e lutas por reconhecimento. Enquanto o rio Madeira vai sendo incorporado por ciclos econômicos exógenos, tramas clandestinas vão sendo refeitas. A difícil (re)existência (PORTO-GONÇALVES, 2004) se coloca não somente no esforço da reconstrução material de fontes de renda, mas também na reconstrução cognitiva e afetiva, no sentido da reapropriação social de futuros possíveis.

Nenhuma alternativa às *alternativas infernais* – nos termos de Isabelle Stengers (2015), pseudoalternativas que circunscrevem atores antagonistas ao horizonte das opções previamente definidas pelos atores do bloco dominante – pode surgir sem regulação ativa da tecnologia, sem caminhos socialmente construídos para administrar incertezas e impor limites ao poder dos investimentos.

Referências

ACSELRAD, H. Mapeamentos, identidades e territórios. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 33., 2009, Caxambu. *Anais* [...]. Caxambu, MG: ANPOCS, 2009. p. 1-39.

ACSELRAD, H. Vigiar e unir: a agenda da sustentabilidade urbana? *Revista VeraCidade*, ano 2, n 2, p. 1-11, 2007. Disponível em: http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v2/images/veracidade/pdf/artigo%20vigiar%20e%20unir.pdf. Acesso em: 3 set. 2019.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUA (ANA). *Manual de procedimentos técnicos e administrativos de outorga de direito de uso de recursos hídricos da Agência Nacional de Águas*. Brasília: ANA, 2013.

AGOSTINHO, A. A. *Parecer sobre o mecanismo de transposição previsto para os reservatórios de Santo Antonio e Jirau.* Brasília: IBAMA/DILIQ, abr. 2007.

ALMEIDA, A. W. B. de. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a "proteção" e o "protecionismo". *Cadernos CRH*, n. 64, p. 63-72, 2012.

BRANDÃO, C. Acumulação Primitiva Permanente e Desenvolvimento Capitalista no Brasil Contemporâneo. In: *Capitalismo globalizado e recursos territoriais - fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2010.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição Federal de 1988*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

BRASIL. *Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981*. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF, 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm. Acesso em: 22 jun. 2019.

CARVALHO A. M. P.; MILANEZ B.; GUERRA, E. Rentismo-neoextrativismo: a inserção dependente do Brasil nos percursos do capitalismo mundializado (1990-2017). *In*: RIGOTTO, R. M.; AGUIAR, A. C. P.; RIBEIRO, L. A. D. (org.). *Tramas para a justiça ambiental:* diálogo de saberes e práxis emancipatórias. Fortaleza: Edições UFC, 2018.

CASANOVA, G. P. Colonialismo interno (uma redefinição). *In*: AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S.; ALTVATER, A.; BORON, A. A. (org.). *A teoria marxista hoje:* problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2007. p. 432-458.

ESCOBAR, A. *La invención del Tercer Mundo:* construcción y deconstrucción del desarrollo. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 1998.

FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. *Megaprojetos inconcludentes e territórios conquistados: diferentes processos sociais de territorialização da comunidade quilombola de*
Cachoeira Porteira, Oriximiná, Pará. Tese (Doutorado), PPGAS da Universidade Federal do Amazonas, UFAM, 2016.

FASSIN, D. Humanitarianism as a Politics of Life. *Public Culture*, n. 19, p. 499-520, 2007.

FEARNSIDE, P. Barragens do rio Madeira – Sedimentos 2: O primeiro cenário oficial. *Amazônia Real,* [Manaus], 2014. Não paginado. Disponível em: http://amazoniareal.com.br/barragens-do-rio-madeira-sedimentos-2-o-primeiro-cenario-oficial/. Acesso em: 28 jun. 2019.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). *Parecer Técnico nº 14.* Brasília. COHID/CGENE/DILIQ, mar. 2007.

LATRUBESSE, E., ARIMA, E., DUNNE, T. et al. Damming the rivers of the Amazon basin. *Nature,* 546, 363–369 (2017).

NOVOA GARZON, L. F. O licenciamento automático dos grandes projetos de infra-estrutura no Brasil: o caso das usinas no rio Madeira. *Revista Universidade & Sociedade,* n. 42, p. 37-58, 2008.

OLIVEIRA, F. de; REICHSTUL, H. P. Mudanças na divisão interregional do trabalho no Brasil. *Estudos Cebrap*, v. 4, p. 131-68, 1973.

OSÓRIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. *In*: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (org.). *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 37-86.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *In*: SADER, E. (org.). *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

RONDONIA. Ministério Público Federal. *Ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra Roberto Messias Franco, presidente do IBAMA*. Porto Velho, RO: Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado de Rondônia, 2009. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/pgr/copy_of_pdfs/acao_jirau.pdf. Acesso em: 3 nov. 2019.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
MOORE, Jason W. The Capitalocene, Part I: on the nature and origins of our ecological crisis, *The Journal of Peasant Studies*, march 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1080/03066150.2016.1235036. Acesso em: out. 2019.
STENGERS, I. A esquerda, de maneira vital, tem necessidade de que as pessoas pensem. *Portal Climacon Mudanças Climáticas*, Campinas, maio 2015. Disponível em: http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/?p=2965. Acesso em: 22 jun. 2019.
ZHOURI, A. Justiça ambiental, diversidade cultural e *accountability*: desafios para a governança ambiental. *Revista. Brasileira de Ciências Sociais,* v. 23, n. 68, p. 97-107, 2008.
ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. *A insustentável Leveza da Política Ambiental*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

Notas

1 Conceituação que se aproxima do que autores como Jason Moore (2017) denominam como Capitaloceno, como um espaço global inteiramente sintetizável, mantidas suas bases de produção e reprodução.

2 Fenômeno regionalmente assim denominado quando se dão as cheias do rio Madeira e o fluxo dos tributários, canais, igarapés, furos e entradas de lagos sofre uma reversão. Dá-se, nesse período, o preenchimento de toda várzea adjacente, em um rico ciclo sucessivo de retroalimentação biótica da bacia. Como os projetistas fazem questão de dizer, com as barragens, os níveis d'água máximos dos reservatórios alcançarão *níveis pouco superiores aos das cheias naturais do rio*. A questão é que esses níveis ficaram nesse patamar máximo de forma perene. A consequência inequívoca tem sido a observância de um desastroso *repiquete* permanente nesses corpos hídricos conexos.

3 Diz o parecer, em sua conclusão: "Dado o elevado grau de incerteza envolvido no processo; a identificação de áreas afetadas não contempladas no Estudo; o não dimensionamento de vários impactos com ausência de medidas mitigadoras e de controle ambiental necessárias à garantia do bem-estar das populações e uso sustentável dos recursos naturais; e a necessária observância do Princípio da Precaução, a equipe técnica concluiu não ser possível atestar a viabilidade ambiental dos aproveitamentos Hidrelétricos Santo Antônio e Jirau, sendo imperiosa a realização de novo Estudo de Impacto Ambiental, mais abrangente, tanto em território nacional como em territórios transfonteiriços, incluindo a realização de novas audiências públicas. Portanto, recomenda-se a não emissão da Licença Prévia". (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, 2007).

4 Um dos pareceristas contratados pelo IBAMA admite que "não há, entretanto, estudos similares para reservatórios menores ou com águas mais túrbidas e velozes (baixo tempo de residência), como é o caso dos dois projetados para o rio Madeira. Embora possa apresentar resultados distintos, o fato dos peixes migradores e suas fases iniciais terem que transpor dois reservatórios a jusante confere um grande grau de incerteza em qualquer prognóstico sobre o tema" (AGOSTINHO, 2007).

5 *Mercado livre* é uma câmara de comercialização de curto prazo de energia elétrica que movimenta lotes de energia pré-negociados e que norteia, ponta-cabeça, o *mercado regulado* que deveria servir à população.

Luis Fernando Novoa Garzon
l.novoa@unir.br
Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ)
Professor adjunto da Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

UNIR
BR 364, Km 9, 5, sentido Rio Branco
Porto Velho – Rondônia – Brasil
CEP: 76801-059

Agradecimentos
Bruna de Almeida Gonçalves (In memoriam).

Agência financiadora
Não se aplica.

Contribuições do autor
Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica.

Consentimento para publicação
Consentimento do autor.

Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

 DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p590

ESPAÇO TEMA LIVRE

Sobre el método progresivo-regresivo sartreano: una perspectiva para el trabajo social

Monica Solange De Martino[1]
https://orcid.org/0000-0002-1586-6531

[1] Universidad de la República, Facultad de Ciencias Sociales, Departamento de Trabajo Social, Montevideo, URU

Sobre el método progresivo- regresivo sartreano: una perspectiva para el trabajo social
Resumen: El artículo debate una perspectiva epistemológica generalmente omitida por el Trabajo Social especialmente a la hora de aplicar técnicas biográficas diversas. Nos referimos a los aportes de Sartre como una expresión del pensamiento marxista del Siglo XX. Las reflexiones que se sintetizan, de orden teórico/metodológico y tecno/operativo derivan de nuestra experiencia como investigadoras con métodos biográficos y no remiten a un proyecto concreto. Los objetivos del artículo son: 1.- alimentar el debate sobre las formas de pensar las prácticas profesionales como mediación entre expresiones macroscópicas y microscópicas de la vida social; 2.- en tal sentido subrayar la importancia de establecer relaciones entre lo singular y lo universal como forma de no cosificar el conocimiento en categorías universales y abstractas y; 3.- ordenar algunas advertencias o riesgos para aquellxs profesionales que incursionen en la aplicación de técnicas biográficas en el afán de comprender la existencia humana como expresión del espíritu epocal.
Palabras claves: Práctica Profesional. Método Progresivo- Regresivo. Filosofía. Sartre.

On the Sartrean progressive-regressive method: a perspective for social work
Abstract: The article discusses an epistemological perspective generally omitted by Social Work especially when applying various biographical techniques. We refer to Sartre's contributions as an expression of Marxist thought in the 20th century. The reflections that are synthesized, of a theoretical / methodological and techno / operational nature derive from our experience as researchers with biographical methods and do not refer to a specific project. The objectives of the article are: 1.- to feed the debate on the ways of thinking professional practices as a mediation between macroscopic and microscopic expressions of social life; 2. in this sense, underline the importance of establishing relationships between the singular and the universal as a way of not objectifying knowledge into universal and abstract categories and; 3. order some warnings or risks for those professionals who venture into the application of biographical techniques in an effort to understand human existence as an expression of the epochal spirit.
Key words: Professional Practice. Progressive-Regressive Method. Philosophy. Sartre.

Sobre o método progressivo-regressivo de Sartre: uma perspectiva para o trabalho social
Resumo: O artigo discute uma perspectiva epistemológica geralmente omitida pelo Serviço Social, especialmente ao aplicar várias técnicas biográficas. Referimo-nos às contribuições de Sartre como uma expressão do pensamento marxista do século XX. As reflexões sintetizadas, de caráter teórico- metodológico e tecno-operacional, derivam de nossa experiência como pesquisadores com métodos biográficos. Os objetivos do artigo são: 1. alimentar o debate sobre as formas de pensar as práticas profissionais como mediação entre expressões macroscópicas e microscópicas da vida social; 2. nesse sentido, sublinhar a importância de estabelecer relações entre o singular e o universal como forma de não objetivar o conhecimento em categorias universais e abstratas; 3. solicitar alguns avisos ou riscos para os profissionais que se aventurarem na aplicação de técnicas biográficas, em um esforço para entender a existência humana como uma expressão do espírito da época.
Palavras-chave: Prática Profissional. Método Progressivo-Regressivo. Filosofia. Sartre.

Recebido em 14.02.2020. Aprovado em 15.03.2020. Revisado em 18.06.2020.

© El(Los) Autor(es). 2020 **Acceso Abierto** Esta obra está licenciada bajo los términos de la Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.es), que permite copiar, distribuir y reproducir en cualquier medio, así como también adaptar, transformar y crear a partir de este material, desde que para fines no comerciales, y que usted fornezca el crédito debido a los autores y a la fuente, insiera un enlace para la Licencia Creative Commons e indique si fueron hechas alteraciones.

Introducción

El artículo presenta, desde el vamos, una dificultad no explícita: mientras que el marxismo continúa teniendo una presencia viva en el mundo académico y profesional, parecería no ser así en el caso de su vertiente existencialista. Existe una meta primera a alcanzar y es que el presente trabajo permita entablar puentes de debate y reflexión conjuntas, de manera respetuosa y enriquecedora entre las diversas posturas filosóficas presentes en nuestra profesión, sin ser previamente catalogado de idealista o anacrónico.

El elenco de técnicas narrativas asociadas a la recuperación biográfica se ha ampliado en diversos campos disciplinarios, con el afán de abordar la experiencia humana en un contexto social complejo y poco condescendiente con la humanidad en su conjunto. En el campo asistencial, es el interés por la experiencia de vivir en la pobreza, el que alienta la aplicación de tales técnicas, especialmente en su versión de narrativas del yo (Chicchi, 2000; De La Paz y Díaz, 2013; Guerrero, 2013). No es extraño que tales técnicas adquieran relieve, cuando la tónica de la política pública asistencial es la hiperindividualización de los problemas sociales y la exigencia de dar respuestas biográficas a problemas estructurales (Castel, 1986; De Martino, 2014). El desafío debe ser entendido con claridad meridiana, tales técnicas deben evitar hipostasiar tanto al individuo como al conjunto de condiciones sociales que lo determinan. ¿Cómo lograr tan delicado equilibrio entre individuo y sociedad, dilema histórico de las ciencias sociales y humanas?

Jean Paul Sartre, dentro del campo del pensamiento marxiano, ha tratado de elaborar una respuesta teórico-metodológica que asume tal desafío. Aunque hija de los debates del Siglo XX dentro del campo marxiano, es aún válida para otorgar soporte y densidad a los abordajes biográficos que deberían siempre pretender acceder a la experiencia del ser como totalización de una realidad que se expresa en términos universales y no sólo singulares. A estos tópicos destina su obra póstuma, *Crítica de la Razón Dialéctica* (CRD).

El método progresivo-regresivo (Sartre, 2004a, p. 80-144) al que hace referencia este artículo expresa la preocupación de Sartre por la existencia humana, esto es, por seres singulares y por cómo los procesos históricos se entrelazan en sus vidas. En pocas palabras, su preocupación es entender la experiencia humana en una sociedad de clase y, paralelamente, hacer inteligible su Historia, tarea para la cual el pensamiento marxista y marxiano no habría elaborado, según el autor, el entretejido de mediaciones necesarias y suficientes. Este método es el punto de encuentro, el nudo neurálgico entre el existencialismo y el marxismo especialmente porque el autor entiende que el marxismo carece de un arsenal teórico-metodológico para comprender la vida y subjetividad del ser humano, como ser singular y universal al mismo tiempo. Sartre acusa al marxismo por otorgar a la subjetividad, a la existencia humana, un lugar mínimo y dependiente de otras mediaciones universales (clase, modo de producción, relaciones técnicas y sociales de producción). El mayor aporte del autor francés lo constituye el colocar dicha subjetividad en diálogo con la época y con las concretas condiciones materiales que determinan la existencia humana, lo que habilita su conexión entre aquellas mediaciones abstractas y universales arriba mencionadas (Sartre, 2004a).

El método progresivo-regresivo (Sartre, 2004a, p. 80-144) al que hace referencia este artículo expresa la preocupación de Sartre por la existencia humana, esto es, por seres singulares y por cómo los procesos históricos se entrelazan en sus vidas. En pocas palabras, su preocupación es entender la experiencia humana en una sociedad de clase y, paralelamente, hacer inteligible su Historia, tarea para la cual el pensamiento marxista y marxiano no habría elaborado, según el autor, el entretejido de mediaciones necesarias y suficientes.

No obstante tal crítica no está exenta de ciertos reconocimientos y apegos a principios marxistas. Sartre (2004a, p. 26) nos dice: [Marx estaba] "convencido de que los hechos nunca son apariencias aisladas; que si se producen juntos es siempre dentro de la más alta unidad de un todo, en la que están ligados entre sí por relaciones internas y en la que la presencia de uno modifica profundamente al otro". Si Sartre se encuentra comprometido

con la recuperación del sujeto en su calidad de singular, también lo está con otra comprensión o forma de entender la totalidad. En base a lo expresado en la cita anterior, la totalidad, categoría central para Marx, se convierte en CRD en una totalidad móvil, una totalidad que se totaliza a sí misma, en permanente movilidad, transformándose en "una filosofía que se convierte en el mundo" (Sartre, 2004a, p. 36) a través de la razón. La dialéctica minuciosa propuesta por Sartre exige un flujo constante de la razón entre procesos universales y singulares, desde aquellos procesos económicos más objetivos hasta las oscuridades de la psiquis humana. Ese ansía por la totalidad *totalizada* en tales términos, es una de las preocupaciones centrales del autor.

Expresando su fidelidad, Sartre rescata a Marx indicando sus esfuerzos por no "forzar" un "universal" a la hora de explicar un "particular". Es decir, indica que Marx no sometía a distorsión ninguna mediación abstracta para alcanzar la comprensión de una situación particular compleja. Según el autor parisino *El 18 Brumario de Luis Bonaparte* es un buen ejemplo de cómo Marx (1998) intentó comprender el concepto de pequeña burguesía a partir de sus características antes de 1848, pero también teniendo en cuenta su posterior evolución. Es decir, a partir de situaciones concretas observó si era necesario modificar o no el concepto *abstracto* (Sartre, 2004a, p. 32-33). A partir de este ejemplo, Sartre nos dice que la historia debe ser considerada como totalidad, pero muy especialmente como totalización; es decir, una totalidad que necesita un totalizador para ser totalización (Sartre, 2004a) Esto no es un juego de palabras. Para Sartre, el concepto de totalidad abre el camino a posturas mecanicistas que pueden cosificar la propia totalidad, dándole un carácter inerte, inanimado. La totalidad cambia, se complejiza, *crece* y necesita ser reconstituida por el ser, a partir de la razón dialéctica, que coloca al ser humano en una posición activa frente al mundo y al conocimiento. La totalidad entendida como totalización, implica la propia dinámica dialéctica entre las diversas dimensiones de la realidad (universales, singulares, particulares) e implica el ser humano activo, histórica y cognitivamente, para comprender y reproducir racionalmente esa totalidad en totalización. La totalidad no sólo por su dinámica intrínseca es totalización, se convierte en ella por la mediación de la razón dialéctica desplegada por el ser para comprender la realidad. Es a esa totalización en andamiento que deben remitirse los hechos particulares de los seres humanos en tanto singulares. De no entenderlo así, se puede caer en banalizaciones, en un total divorcio entre teoría y praxis; lo singular y lo universal se tornarían en abstracciones formales, cosificadas, compartimentadas y alejadas entre sí (Sartre, 2004a). Esta es la preocupación y fundamentación que nos orienta a la hora de pensar no solo la investigación biográfica sino también el abordaje de diversas problemáticas que a atraviesan seres y grupos humanos concretos. Es esa razón activa y totalizadora la que debe mover la acción y el espíritu del profesional. A partir de esta postura, delinearemos a modo de cierre, algunas advertencias a la hora de aplicacar métodos o técnicas biográficas en los rígidos marcos de una política pública basada en la mera responsabilidad humana sobre su situación y destino.

Dilemas del método sartreano

Si bien Sartre plantea su método como una suerte de ortopedia o correctivo al materialismo dialéctico bajo su forma economicista, la fidelidad de Sartre a Marx y Engels creemos no puede ser discutida. El autor reitera en sus textos: "El modo de producción de la vida material domina en general el desarrollo de la vida social, política e intelectual" (Sartre, 2004a, p. 31). Ya es famoso el párrafo inicial de su ensayo *El Método Progresivo Regresivo:* "He dicho que aceptamos sin reservas las tesis expuestas por Engels en su carta a Marx: "Los Hombres hacen la historia por sí mismos en un medio dado que los condiciona" (Sartre, 2004a, p. 80). Para retomar luego a Engels pocas páginas después: "Los hombres hacen la historia sobre la base de condiciones reales anteriores ...) pero son *ellos* los que la hacen, y no las condiciones anteriores, si no serían los simples vehículos de fuerzas inhumanas que dirigirán a través de ellos el mundo social" (Sartre, 2004a, p. 81-82). Dentro de esta fidelidad también se encuentra el punto fundamental de encuentro y crítica del existencialismo sartreano al marxismo: la relación entre universal y particular, es decir, el rescate de la praxis humana frente al avance de un marxismo empobrecido teóricamente que subordinó la existencia y experiencia humana a *universales* tomados como leyes absolutas (Aronson, 2019). En palabras de Manigat (2017), Sartre nos dice:

> Si el materialismo histórico superó el unilateralismo de los análisis del rol del individuo en los acontecimientos sociales en cuanto problemática estructurante del género biográfico, su sistematización como método de síntesis favoreció un pan-objetivismo que redujo la subjetividad a un epifenómeno (Sartre como se cita em Manigat, 2017, p. 812).

Sartre propone pensar al ser humano como universal y singular al mismo tiempo, o como singular y genérico humano en palabras de Heller (1972). Para abordar esta naturaleza del ser, la densidad del análisis del

material empírico recogido a través de diversas técnicas y el intelecto formado del profesional, deben contornear minuciosamente lo biográfico, tratando de rescatarlo del *baño de ácido sulfúrico* al que fuera expuesto por un marxismo mecanicista que tan solo lo abordaba como *portador* o *soporte* de estructuras (Sartre, 2004a, p. 47).

Para ello el autor replantea un nuevo posicionamiento del marxismo en el elenco de las ciencias sociales y humanas (Sartre, 2004a) Es así como la psicología y la sociología aparecen como sustantivas a la hora de comprender lo humano, abandonando así la idea de una ciencia omnipresente, representada por el materialismo histórico-dialéctico. Para entretejer el conjunto de mediaciones que el marxismo ignoró a la hora de arrojar luz sobre la experiencia humana, será necesario: 1. recuperar significaciones primitivas y primarias a través del psicoanálisis; y 2. comprender diversos hechos, grupos e instituciones sociales que el ser atraviesa en su vida, para lo cual la sociología se torna sumamente pertinente. La dialéctica *ágil y paciente* (Arribas, 2005) de Sartre va desbrozando, en tal compañía, las diversas mediaciones entre lo universal (lo conocido abstractamente) y los singular (la vivencia humana).

> Sin ser infiel a las máximas marxistas, el existencialismo entiende encontrar las mediaciones que permitan engendrar lo concreto singular, la vida, la lucha real y con fecha, la persona a partir de las contradicciones generales de las fuerzas productivas y de las relaciones de producción (Sartre, 2004a, p. 58).

Pero esto no se reduce a la mera aproximación al grupo familiar, a las entidades psíquicas y otros grupos primarios. Hay que poder lograr en toda su complejidad la reconstrucción imaginaria del cruce de caminos en que se encuentran los actores de la historia, esto es, poder colocarse en ese instante preciso de lo vivido en el que el sujeto se sobrepone al conjunto de las condiciones dadas, las hace suyas o interioriza, y las transforma en un movimiento de externalización (movimiento progresivo) (Arribas, 2005).

Como veremos posteriormente, esa dialéctica de la objetivo-subjetivizado y la exteriorización de lo ya internalizado son la base del proyecto humano la fuerza motora del individuo como *salto y fuga hacia adelante* (Sartre, 2004a, p. 86) hacia un futuro que aún no es. En tal sentido, las exteriorizaciones de lo internalizado, la objetivación de esa subjetividad previamente permeada por lo objetivo, tendrá siempre un matiz contingente. Existe espacio para lo contingente, para lo imprevisto, para la *no pensado* en esta propuesta sartreana. Por ello el profesional deberá tomar nota de lo que fue, es o ha sido plausible en esa vida humana pero también de todo aquel *proyecto* fracasado, en tanto nueva objetivación. (Sartre, 2004a & De Martino, 2014).

Pero Sartre no es el fundador del método biográfico dentro del campo del marxismo. Una primera interpretación sobre las experiencias singulares la aportan Marx y Engels. Las leyes del mundo capitalista, no solo el carácter privado de la propiedad, esto es, la cooperación entre los individuos como algo impuesto y no consciente que respalda tal tipo de propiedad; la producción de bienes diversos y mercancías y su desigual distribución, parecerían ser, en el marxismo, fuerzas poderosas independientes, autónomas que los individuos soportan y se ven constreñidos por ellas. Tales leyes generales distribuyen "como mano invisible la felicidad y la desgracia entre los hombres, creando y destruyendo imperios, alumbrando pueblos y haciéndolos desaparecer" (Marx y Engels, 1968, p. 37). Pero para el autor parisino, estas leyes se tornan en un chaleco de fuerzas para el ser. Así, recuerda que si bien Marx en *La Guerra Civil en Francia* indica el papel importantísimo de algunos individuos (Thiers, Blanqui) lo cierto es que la historia de la insurrección parecería estar ya definida más allá de tales personalidades (Sartre, 2004a). Manigat (2017) trae a la palestra a Plejánov porque el propio Sartre (2004a, p. 37 y ss.) lo trae a colación en pasajes apasionados, señalando que intentó construir una perspectiva que arroja luz sobre la relación entre singulares, circunstancias y tendencias históricas. Tratando de balancear el énfasis entre condiciones objetivas y una posible exageración del papel de lo individual, Plejánov indicó que los individuos pueden transformar la expresión de los hechos históricos en cierta medida, pero no su rumbo general, su tendencia histórica. Es imposible, para el autor, pensar que la acción de ciertos individuos pueda modificar la historia, las tendencias sociales. Sustituir tendencias universales por la potencia de lo biográfico constituye toda una "ilusión óptica" (Plejánov como se cita en Manigat, 2017, p. 816). Por otra parte, Plejánov deja clara su posición: la potencia de lo individual, la fuerza de uno o varios personajes, dependerán de su caudal educativo, político, acorde a la clase social a la que pertenecen. La densidad de un proceso social, de una corriente artística, de una escuela de pensamiento, "está determinada por la importancia que tiene para la clase o capa social cuyos gustos expresa y por el papel social de esta clase o capa (Plejánov como se cita en Manigat, 2017, p. 816). Esta es una frase precautoria, casi prescriptiva, realizada para evitar la *ilusión óptica* que coloca el énfasis en lo meramente subjetivo o psicológico. La postura de Plejánov fue toda una advertencia para aquellos que intentaron comprender el singular a partir del método biográfico señalando la *seducción* que debe evitarse, esto es, la seducción del personaje y su vida, que habilitarían la hipersubjetivizacion de los procesos sociales e históricos.

Desviaciones objetivistas en el pensamiento marxista: la anulación de la subjetividad

Como ya dijéramos aquella advertencia de Plejánov hizo mella en el pensamiento marxista y funcionó casi como un consejo de sentido común (Manigat, 2017). Como ya fuera dicho, fue Engels quien dotará de mayor profundad la premisa marxista de que los seres humanos construimos nuestra historia bajo circunstancias no elegidas, heredadas del pasado (Marx, 1998). Engel aporta su particular visión en la conocida carta a Joseph Blosch (Engels, 2001, p. 1). Engels asumirá los procesos históricos como producto de "los conflictos entre muchas voluntades individuales" [...] que se fundan en una media total, en una resultante común". Los aspectos que hacen a la vida de todo singular y a su voluntad, parecería que queda anulada por el entretejido de las muchas individualidades y por esa *media total* (Remley, 2012). Para agregar, posteriormente, que los procesos históricos son "el producto de una potencia única que como un todo, actúa sin conciencia y sin voluntad" (Engels, s/f, p. 78-79). Tal vez sean estas definiciones de Engels las que impulsaron dentro del marxismo del siglo XX, el desdibujamiento de la subjetividad, de los individuos singulares y sus experiencias. Sartre es un acérrimo crítico a esta postura, indicando que la fetichización de los procesos universales conlleva una razón que también fetichiza las determinaciones abstractas que en parte los explica. Esto hace que todo hecho, proceso y vivencia se transforme en una "realidad independiente que se impone a los individuos" (Sartre, 2004a, p. 114).

Como resultado, hipostasiar lo objetivo se tradujo, en el campo académico marxiano, en la expulsión de todo rasgo biográfico, propio e irreductible a todo singular, de todo individuo concreto. Quedaron así fuera de juego, a la hora de comprender al ser humano y su existencia, todo rasgo psicológico, volitivo, personal. Fue este alto costo el que pagó el marxismo reduccionista, al colocar en un segundo plano la subjetividad y todo atisbo de individualidad: los seres singulares aparecían preformados por la historia, pero parecería que no importa conocer cómo el singular la y se conforma en ella.

Al respecto y como ya fuera dicho, Sartre respeta la máxima marxista de que el individuo hace su historia bajo condiciones que no ha podido elegir, pero Sartre agrega un concepto clave en su construcción teórica: la escasez de bienes y mercancías de diversa índole que caracterizan tales condiciones. Tal escasez estructural tensa las relaciones entre los individuos, ya que como negatividad original una vez interiorizada, corre el riesgo de transformarse en violencia (Sartre, 1973; Vásquez, 2012), En tal sentido, si bien Sartre comparte que el modo de producción de la vida material determina la vida en general, existe un matiz que lo diferencia. Esto es así porque "las transformaciones de las relaciones sociales y los progresos de la técnica no han liberado al hombre del yugo de la escasez" (Sartre, 2004a, p. 39). Aun reconociendo ello, Sartre no acuerda con colocar a la subjetividad como epifenómeno oponiéndose a las concepciones de Engels en términos de la dialéctica de la historia como una ley ajena a la accion humana y a la historia como una *media* de las vidas singulares.

Por el contrario, para abordar ese nudo entre agencia humana y estructura social ya no como una ecuación o promedio de acciones individuales, Sartre ha colocado el énfasis en el conocimiento de la construcción de los individuos concretos a partir de una nueva relación con otras disciplinas humanas y sociales. En tal sentido, para indagar la constitución de un singular, dentro del marco de un mundo que lo determina, realizará un aporte sumamente innovador: rescatar el lugar de la infancia, para comprender cómo se viven las condiciones materiales de existencia. Lo dice claramente al señalar que a los marxistas:

> [...] sólo les preocupan los adultos; al leerles podría creerse que nacemos a la edad en que ganamos nuestro primer salario [...]. Todo ocurre como si los hombres sintieran su alienación y su reificación primero en su propio trabajo, cuando, cada cual lo vive, como niño en el trabajo de sus padres. Al chocar contra unas interpretaciones que son en demasía exclusivamente sexuales, se aprovechan para condenar un método de interpretación que pretende simplemente reemplazar en cada uno a la naturaleza por la Historia (Sartre, 2004a, pp. 61-62).

Pero la infancia no es un momento de la vida idealizado por Sartre, es más bien un *paraíso envenenado* al decir de Lebrun (2018), pues la infancia es el momento de la adscripción a un grupo social y el psicoanálisis permite, además, analizar la interiorización no sólo de una clase, sino también, a modo de ejemplo, de modelos parentales y estereotipos de género. Sartre dota de una fuerte significación al psicoanálisis ya que permite balancear los condicionamientos objetivos con la influencia y determinación de la infancia en la vida adulta (Sartre, 2004a, p. 61-62). No obstante rechazó el concepto de inconsciente y coloca en primer la conciencia. Las problemáticas emocionales o psicológicas pasan así a ser entendidas como elecciones hechas a partir de una *mala fe* (Sartre, 2013) que es reconocida por el ser humano singular, pero no asumida conscientemente.[1] El *pansensualismo* psicoanalítico (Arribas, 2005) dio lugar a una suerte de psicoanálisis existencial que indicar que la personalidad individual surgirá de cómo se introyecta la clase de pertenencia a través de la familia y de cómo el individuo se desarraiga de ella a partir de la huida existencial de situaciones de escasez o rarificación (Sartre, 2004a, p. 92)[2].

El individuo, en tanto singular, tomará decisiones sobre su vida, en ese camino de desarraigo familiar (Lebrun, 2018) y de huida de la escasez tanto subjetiva como objetiva Para ello atravesará diversos campos de lo social, objetos de estudio de la sociología especialmente. En tales campos prácticos el ser es y se construye. Reconocerlos y conocerlos plantea el desafío de cómo superar la reducción marxista de la vida a las relaciones de producción, pero también cómo evitar la reducción que realiza una sociología positivista, analítico-sintética. Lo que Sartre pretende es analizar dichos campos prácticos, su influencia en la vida de los individuos y en la conformación de la personalidad, lo que exige una apropiación critica de las herramientas propias de esa sociología no dialéctica, de tal manera que el análisis de tales campos abone el descubrimiento y definición de las mediaciones entre determinaciones abstractas y universales y la vida de los hombres como singulares. A modo de ejemplo:

> [...] la presión de su grupo de producción, pero si, como es el caso de la gran ciudad, vive bastante lejos de su lugar de trabajo, estará sometido también a la presión de su grupo de habitación. Ahora bien, esos grupos ejercen acciones diversas sobre sus miembros. A veces, la "manzana" o el "barrio" (o suburbio) frenan en cada cual el impulso dado por la fábrica o el taller (Sartre, 2004a, p. 65-66).

Estos simples ejemplos de campos prácticos obligan a reflexionar sobre las tensiones entre ellos como "realidades vividas por sí mismas y que poseen eficacias particulares" y que "se interponen como una pantalla entre el individuo y los intereses generales de su clase" (Sartre, 2004a, p. 65). Además ponen de manifiesto el esfuerzo sartreano por conectar las diversas esferas de lo social con la totalidad de las relaciones sociales, dado el énfasis colocado a lo grupal. Los grupos como campos prácticos se transforman en *colectivos* en tanto la praxis individual se convierte en colectiva (Sartre, 2004a, 2004b) habilitando la superación del solipsismo propio de *La Náusea* (Sartre, 2011).

Es interesante puntualizar que infancia, familia y diversos tipos de grupos o instituciones, habilitan ese *ser de clase* del que habla Sartre que constituye la impronta del individuo como singular (Sartre, 2004a, p. 103). Esta indagación sobre la relación singular entre clase e infancia dentro de sus particulares condiciones, son los insumos que permitirían, de acuerdo al autor, analizar la subjetividad y el proceso histórico, o en pocas palabras, al individuo y su época. Esto es, por elevación, una crítica y una propuesta al marxismo mecanicista. El reduccionismo marxista posee una carácter progresivo y sintético: parte de categorías abstractas y universales (relaciones y modo de producción, etc.) para comprender objetos particulares y ubicarlos en su época. Sartre, por su parte, plantea un método progresivo-sintético y regresivo -analítico (Sartre, 2004a).

Basándose en el método historiográfico de Lefevbre (1981)[3], el autor plantea que, en el primer momento, deben analizarse profundamente y a-históricamente el hecho o situación particular. En un segundo momento, regresivamente, el analista debe llegar a las condiciones de posibilidad relativas a tal situación. ¿Cómo fue posible? ¿Por qué esta situación y no otra? ¿Era posible otra alternativa? Se trata de un viaje a través de la época donde el analista debe relacionar al individuo singular, no solo con su entorno sino con su sociedad fundamentalmente. Para ello, la intimidad, la vida familiar, los procesos históricos se relacionan y entrecruzan en un vaivén entre biografía – época (Sartre, 2004a, pp. 118-119). Un tercer momento obliga al analista a avanzar progresivamente- especialmente con la ayuda del psicoanálisis- para analizar cómo el individuo interiorizó las condiciones materiales de existencia no elegidas. Por último, en una espiral dialéctico, el analista retorna sobre el mismo camino volviendo a los hechos actuales para dejar en claro el proceso de interiorización y exteriorización de tales condicionamientos estructurales. De esta manera podríamos "determinará la biografía profundizando la época y la época profundizando la biografía (Sartre, 2004a, p. 119).

Grüner (2006, pp. 131-132) realiza una muy buena síntesis del método sartreano:

> a. una fase de descripción fenomenológica, de observación sobre la base de la experiencia y de una teoría (o una serie articulada de hipótesis) general; b. un momento "analítico progresivo" que retorna sobre la historia del grupo en cuestión para definir, fechar y periodizar las etapas y transformaciones de esa historia; c. un momento "progresivo sintético", que sigue siendo histórico-genético, pero que vuelve del pasado al presente en un intento por redefinir este último de manera más determinada y compleja que en la fase inicial, formulando además hipótesis tendenciales para el desarrollo futuro.

Este movimiento dialéctico permite y se asocia con lo que Sartre ha denominado como el proceso de totalización/destotalización/retotalización, llevada a cabo por un sujeto cognoscente que despliega una dialéctica minuciosa, tratando de evitar lo que el marxismo economicista realiza: "En lugar de la búsqueda totalizadora tenemos una escolástica de la totalidad. El principio heurístico "buscar el todo a través de las partes" se ha convertido en la práctica terrorista "liquidar la particularidad" (Sartre, 2004a, p. 34).

Sartre definirá su método como un vaivén entre el objeto (que resume la época como conjunto de significaciones) y la época (que contiene al objeto en su totalización) que permite alcanzar la singularidad de lo histórico, las diferencias entre los singulares, la profundidad de las experiencias humanas y las particularidades del proceso histórico. Al colocar al hombre como totalizador y lo social e individual como totalidad totalizada, otorga al ser humano: (i) la condición de ser producto de su pasado y de la Historia.; (ii) su carácter de respuesta al presente; y (iii) su naturaleza de apuesta al futuro. El futuro determina nuestro presente y en nuestro presente se condensan nuestras determinaciones y objetivaciones pasadas. También le imputa otros matices al ser humano. A saber: (i) el hombre es negatividad (niega el presente por su proyecto); (ii) es síntesis de lo objetivo y subjetivo, es mediación de una objetividad a otra por medio de la interiorización; y (iii) es ser y no ser al mismo tiempo ya que al proyectarse está también fuera de un campo práctico concreto en términos de intencionalidad. (Sartre, 2004a, pp. 80-144)[4].

Lo importante es tener claro que, por medio de este método, diversas ciencias sociales y humanas colaboran en el conocimiento de lo concreto porque las categorías abstractas del marxismo fungen como ordenadoras de una investigación interdisciplinaria y no como categorías a priori, cosificadas, que hunden toda subjetividad. De tal manera, y regresando al inicio del artículo, la aplicación de tal método transforma la totalidad en una *totalidad viva,* que se concreta en un proceso de totalización por parte de una mente totalizadora, que colocar cada hecho singular en relación con el todo.

> cada hecho, una vez establecido, se interroga y se establece como parte de un todo; y es sobre él [...] como se determina, a título de hipótesis, la totalidad, en el seno de la cual encontrará su verdad. De tal manera, el marxismo vivo, es heurístico: en relación con su búsqueda concerta, sus principios y sus saberes anteriores aparecerán como principios reguladores (Sartre, 2004a, pp. 32-33).

La biografía aparece así como un constante proceso de exteriorización de situaciones, de procesos sociales condicionantes, previamente interiorizados, subjetivizados. Ahora bien, no menos importante es que el profesional, en el transcurso de tal recorrido intelectual, puedan abordar como unidad aquellos tres momentos. Para ello es decisivo el concepto del hombre como *proyecto* (Sartre, 2004a) en la medida que reúne aquellas elecciones y decisiones que dan un sentido a la vida y una dirección axiológica a la misma. La experiencia histórica de los individuos es posible, gracias a ese proceso (proyecto) que impulsa al ser humano a un *salto y fuga hacia adelante* (Sartre, 2004a) es decir, el impulso por superar condiciones objetivas dadas y *condicionantes* (he aquí la escasez entrando en juego) hacia nuevas experiencias guiadas por valores que devienen de lo objetivo interiorizado. Esta dialéctica entre lo objetivo y lo subjetivo hace que ya no sean abordados como compartimentos estancos, sino como una unidad en tensión, donde lo subjetivo es "un momento necesario de lo objetivo" (Sartre, 2004a, p. 89).

En breves palabras, concebir al ser humano como proyecto, es reconocer como viven, sufren e interiorizan subjetivamente sus diversos condicionamientos (familiares, de clase, culturales, psicológicos), es reconocer también, cómo la escasez es incorporada subjetivamente y guiada axiológicamente.

Conclusiones finales

Tres tendencias se entrecruzan en este capitalismo tardío (De Martino, 2014, 2015). El despojamiento de todo cimiento estructural de los problemas socio-culturales y políticos. En segundo lugar, la traducción de estos últimos en hechos estrictamente individuales y de connotación biográfica. Y, por último, la responsabilización de individuos, familias y otros grupos primarios respecto a sus problemas, que son también relativos al orden social. Como ya fuera dicho, esta hiperindividialización e hiperresponsabilización tal vez se relacione con el predominio de ciertas técnicas que apelan a la narración del yo sobre sus circunstancias y procesos. En el campo asistencial esto es relativamente claro: ante la definición biográfica de problemas estructurales, obviamente el imperativo es sondear el devenir humano, como responsable por la administración de los riesgos por los que atraviesa (De Martino, 2015De tal manera que el ser humano que accede a la asistencia, pierde estatus ontológico siendo una mera sumatoria de atributos en general negativos. Ese *homo pauper* construido cultural y materialmente, reúne atributos negativos imputados a la pobreza y funciona a manera de un nuevo *antrophos* especialmente en los marcos de la asistencia (De Martino, 2018). Pero ahora es el concepto de riesgo quien asume dicho estatus, ya que parecería que aquellos que no administran sus riesgos de manera biográfica, son individuos de riesgo. Sobrevuela aquella denominación propia del Siglo XIX de *clases peligrosas*, aunque se utilice el eufemismo de *en riesgo* (Castel, 1986).

De allí la necesidad de analizar una propuesta que sondea al individuo en tanto singular que expresa un universal, resumidamente, un orden social y su espíritu. Tal hiperindividualización de los problemas estructurales, debe contrarrestarse con la necesaria relación entre las determinaciones abstractas (leyes del capitalismo) y las vidas singulares.

Luego de lo escrito, es necesario enfatizar algunos aspectos, a modo de advertencias o posibles riesgos tanto de orden teórico/metodológico como tecno-operativo, a la hora del abordaje de diversas problemáticas humanas a través de técnicas o métodos biográficos. Tales aspectos se separan a los solos efectos de la exposición.

En primer lugar, debe recordarse la máxima sartreana que nos indica que el hombre se construye a partir de lo que la sociedad y los otros han hecho de él. Y se construye a partir de una conciencia situada, de un en sí anclado en la carencia y que se proyecta a partir de acciones volitivas axiológicamente guiadas, como ya fuera dicho. Pero lo que queremos indicar aquí es que, en el rescate de esa conciencia situada, por tanto limitada, las instituciones juegan un papel fundamental. La praxis individual, que debe ser descubierta y comprendida, es síntesis de condiciones estructurales y de la libertad humana, por limitada que se encuentre. En tal sentido, cobra relevancia la frase: "Valéry es un intelectual pequeño-burgués, no cabe la menor duda. Pero todo intelectual pequeño-burgués no es Valéry" (Sartre, 2004a, p. 57). Es decir, sólo será posible aprehender la singularidad si se la sitúa en un todo específico, sincrónica y diacrónicamente. Debe recordarse que los hechos singulares no son ni verdaderos ni falsos por naturaleza; su condición de verdad o no, solo puede ser comprendida si relacionamos "la mediación de las diferentes totalidades parciales con la totalización en curso" (Sartre, 2004a, p. 44). En otras palabras, deberá tenerse en cuenta que el singular no totaliza lo universal en tanto universal, Lo totaliza específicamente, esto es, a través de mediaciones como lo son los diversos grupos prácticos (familia, barrio, lugar de trabajo, sindicato, grupo de pares, diversas instituciones) Pero el movimiento es un vaivén: el orden social lo totaliza a él, lo condiciona e impregna a través de instituciones que se focalizan en el singular. Esto significa un proceso de totalización recíproca, en el que identificar y analizar el significado de grupos e instituciones es primordial, especialmente en términos de su intervención en la vida cotidiana de los seres humanos y a modo de vectores para totalizar lo universal. Desde el otro "lado", debemos verlas desde la perspectiva del ser singular, quien las introyectará o interiorizará de manera vertical (biográficamente) y horizontal (las características del todo social en el que vive). En las matrices de protección asistencial, lo institucional se revela como una mediación que necesariamente deberá ser incorporada, ya que el estado es una meta institución con una función animadora de los escasos recursos de los pobres (Donzelot, 2017; Costa, 2018).

En segundo lugar y de manera complementaria al ítem anterior, no debe dejarse de lado el análisis de los grupos primarios, pero con los recaudos indicados por Ferrarorti (1981). Esto es, el grupo primario posee una función aorística, es decir, sería el número dentro de una serie entre el hoy y el futuro, en sentido aristotélico pero es un número indefinido, sin una clara proyección al futuro, es denso pero amorfo. En tal sentido, los grupos primarios son la síntesis del orden social que debe ser necesariamente desplegada dialécticamente, en el sentido en el que venimos hablando desde inicios del artículo. Especialmente como espacio de introyección de las condiciones de existencia, de la inscripción a una clase y de conformación de la psiquis humana, procesos profundos y desconocidos, por ello un lugar insondable en la serie del transcurrir de la vida. Pero también deben analizarse como espacio primigenio a partir de los cuáles comenzará la serie de "saltos y fugas" hacia el futuro que aún no es. Lo aorístico de los grupos primarios debe ser necesariamente desanudado y proyectado.

Esta importancia de los grupos primarios trae a colación otro aspecto a destacar, que debería ser contemplado. Sartre es claro en ello, en una nota al pie: el profesional o investigador que se embarca en la aplicación de técnicas biográficas, hará parte de la misma, en cierto sentido (Sartre, 2004a, p. 37) Por tanto es básico registrar el feed-back, la retroalimentación de la relación sujeto-objeto. El/la otro/a nunca será mi objeto de conocimiento, la pureza de la objetividad es inalcanzable en este tipo de técnicas. Ese conocimiento objetivamente inalcanzable significa que necesariamente deberé incorporar a mi análisis la intersubjetividad creada en el encuentro y, por otra parte, también necesariamente deberé tener en cuenta que el otro u otra no es mi objeto, sino que lo es su interrelación con una totalidad viva (Ferrarorti, 1981, 1991). Esto significa un pensamiento sumamente complejo y afinado en el siguiente sentido:

> Que Valéry es un intelectual pequeño burgués está fuera de dudas. Pero no todos los intelectuales pequeño burgueses son Valéry. La inadecuación heurística del Marxismo – y permítasenos agregar, del método biográfico tradicional- está contenida en esas dos proposiciones. Para aprehender los procesos que producen a la persona y sus producciones dentro de una clase y sociedad dadas en un momento histórico dado, el Marxismo carece –al igual que la sociología- de una jerarquía de mediaciones... [Uno debe] encontrar las mediaciones que pueden dar nacimiento a lo singular concreto, la vida, y la lucha histórica real, fuera de las contradicciones generales de las fuerzas productivas y las relaciones de producción (Sartre, 2004a, p.57-58)

El tercer aspecto a señalar es el relativo al *proyecto*, que define la condición humana y no es una mera concepción filosófica. Es una construcción fáctica e imperativamente debe ser una construcción fáctica también para el profesional o investigador. Una construcción fáctica que debe totalizar intención y realidad; voluntad y proyecto ya sea éste exitoso o fracasado. Al decir de Sartre: "La verdad de la praxis imaginaria está en la praxis real, y aquélla, en la medida en que se tiene por simplemente imaginaria, envuelve unos retornos implícitos a ésta como a su interpretación" (Sartre, 2004a, p. 49). Lo real y lo imaginario (lo que impulsa el salto hacia adelante y la fuga de la escasez) se reúnen en una praxis concreta que se expresa en las diversas objetivaciones en las que el sujeto enraíza su vida. Tales objetivaciones deberán ser debidamente comprendidas en esa dialéctica entre lo real y lo imaginario, lo subjetivo y lo objetivo, lo volitivo y lo imprevisto, en una síntesis que disuelva tales pares dicotómicos en una unidad racional y fáctica a la vez. Este carácter fáctico es resaltado por Gorz y Macció (1969) en un escrito ya clásico: "[Para Sartre] ...la dialéctica no tiene base alguna a menos que en primer lugar tenga experiencia de sí misma "como un doble movimiento en el saber y en el ser" (p. 115).

Resumidamente, en la trama existente entre lo universal y lo singular, entre ser y saber, pensamos que existen algunas mediaciones que deberán necesariamente ser tenidas en cuenta a la hora de la aplicación del método. A saber: 1.- la concepción del individuo como proyecto, mediación de naturaleza práctica entre lo dado y a lo que se aspira; 2. - las necesidades sentidas, materiales y simbólicas; las creencias de los agentes – individuales o colectivos – sobre sí mismos. Esto es, aspectos subjetivos/simbólicos/imaginarios; 3.- los hechos concretos desarrollados por tales agentes. Aspectos objetivos/materiales/ prácticos. Lo que se hace a partir de lo que se cree hacer. Estos dos últimos puntos no nos deben hacer creer en una dicotomía entre los subjetivo y lo objetivo, sino en el análisis de los campos prácticos en los que estos aspectos se expresan en conductas concretas; 4.- aquellas mediaciones provenientes de la biografía personal; 5. - aquellas otras provenientes de las estructuras históricamente consideradas; 6. - la relación entre el ser –consciente y el mundo; e, 7. - ideologías y acciones de los agentes como campos prácticos donde se totaliza una praxis ya colectiva (Sartre, 2004b).

Por último, todo profesional que apueste al método sartreano deberá tener en cuenta que más que un carácter correctivo tiene un carácter eminentemente político. Expresa la lucha contra toda expresión idealista aún dentro del campo del marxismo. Idealismo que en la existencia humana percibió un peligro, el de subjetivizar. Luchar contra todo tipo de idealismo significa, en el marco de este articulo y dentro de sus límites, reconstruir una totalización viva, que coloque nuevamente a los seres humanos y su experiencia como derivados y constituyente de un orden social y no como epifenómenos meramente subjetivos y biográficos. Significa desanclar a los seres humanos de los dominios de un lenguaje institucional que reduce su voluntad y libertad a límites, a veces, atroces e inimaginables. Simplemente permite aportar cierta cordura y coherencia epistemológica al accionar profesional, ni más ni menos.

Referencias

Aronson, R. (2019). Revisting Existential Marxism. *Sartre Studies International,* 25(2), 92-98.

Arribas, S. (2005). *Jean-Paul Sartre: La dialéctica ágil y paciente.* Madrid: CSIC.

De Martino, M. (2014). *Familias y Estado en Uruguay. Continuidades críticas 1984-2005. Lecturas para el Trabajo Social.* Montevideo: CSIC-UDELAR.

De Martino, M. (2015). La tecnificación del trabajo asistencial: Algunos puntos actuales de tensión. *Prisma Social,* 15, 492-525.

De Martino, M. (2018). Programas de Transferencia de Renta Condicionada, una lectura desde el concepto de Pobreza. En De Sena, A. (ed.) *La intervención Social en el Inicio del Siglo XXI*: Editorial Estudios Sociológicos.

Castel, R. (1986). De la peligrosidad al riesgo. En Alvarez-Uría, F. & Varela, J., *Material de sociología critica* (pp. 219-243). Madrid: La Piqueta.

Chicchi, F. (2000) Approccio biografico e grounded theory: una proposta metodologica per l'analisi delle nuove forme di debolezza sociales. *Revista Sociología del Lavoro,* 78/79, 28-56.

Costa, P. Para una crítica del régimen epistemopolítico neo-positivista en Salud Mental: Notas a partir de J. Samja y JP Sartre. (2018). En Actas de la 17 Jornadas de Investigación, Montevideo, 2018. Montevideo: Universidad de la República, 2018.

De La Paz, P. & Díaz, M. (2013) Trabajo Social con Narrativas orientado a la Resignificación con Personas Inmigrantes. *Portularia,* 13 (2), 39-47.

Donzelot, J. (2017) De la invención de lo social a la ciudad asediada. Entrevista a Jacques Donzelot. *Cuadernos de Trabajo Social*, 30 (2), 273-284.

Engels, F. Carta a Joseph Bloch (21-22 septiembre 1890). En Archivo Marx/Engels. *Índice de Correspondencia*, p. 1-1. Digitalizado en 2001. Disponible en: https://www.marxists.org/espanol/m-e/cartas/e21-9-90.htm.

Ferrarorti, F. (1981). On the autonomy of the Biographical Method. En Bertaux, D. (Ed.) *Biography and Society: The Life History Approach in the Social Sciences.* London: Sage.

Ferrarorti, F. (1991). *La historia y lo cotidiano.* Barcelona: Península.

Gorz, A. & Macció M. (1969). *Sartre y Marx. La dialéctica sartreana y la crítica de la dialéctica objetivista*. Córdoba: Pasado y Presente.
Grüner, E. (2006). *Lecturas Culpables. Marx(ismos) y la Praxis del Conocimiento*. En: Borón, A.; Amadeo, J.; González, S. (comp). La Teoría Marxista Hoy. Problemas y Perspectivas. Buenos Aires: Clacso.
Guerrero, J. (2013). Recursos Narrativos para el Trabajo Social en Grupos. *Humanismo y Trabajo Social,* 12, 95-108.
Heller, A. (1972). *Historia y Vida Cotidiana.* México: Grijalbo.
Lebrun, G. (2018). Les Mots ouy les préjugés de l´enfance. *Les Temps Modernes,* 73 (700), 18-35.
Lefebvre, H. (1981). Perspectivas de sociologia rural. En Martins, J. de S. (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec.
Manigat, M. (2017). Biografía y Marxismo: alcance del método progresivo-regresivo sartreano. *Revista Mexicana de Sociología,* 79 (4), 811-836.
Marx, K. (1998) *El Dieciocho Brumario de Luis Bonaparte.* Buenos Aires: NEED.
Marx, K. & Engels, F. (1968). *La ideología alemana.* Montevideo: Pueblos Unidos.
Remley, W. (2012). Sartre and Engels: The Critique of Dialectical Reason and the confrontation on the dialectics of nature. *Sartre Studies International,* 18 (2), 19-48.
Sartre, JP (1973). *Bosquejo de una teoría de las emociones.* Madrid: Alianza.
Sartre, JP (2004a). *Crítica de la razón dialéctica.* Tomo I. Buenos Aires: Losada.
Sartre, JP (2004b). *Crítica de la razón dialéctica.* Tomo II. Buenos Aires: Losada.
Sartre, JP (2011). *La Náusea.* Barcelona: Ediciones Destino.
Sartre, JP (2013). *El Ser y la Nada*. Buenos Aires: Losada.
Vásquez, A. (2012). Sartre teoría fenomenológica de las emociones, existencialismo y conciencias posicional del mundo. *Nómadas: Critical Journal of Social and Juridical Sciences,* 36 (4).

Notas

1 Mala fé como autoengaño, como autocosificación del ser que niega su calidad de *ser para sí* y su libertad, por mínima que esta sea.

2 En este aspecto, podemos encontrar cierta sintonía con Heller (1972) para quien el papel de los grupos primarios es fundamental para experimentar la clase a la que se pertenece y las relaciones establecidas con otras clases.

3 En el artículo titulado *Perspectivas de la Sociología Rural,* Lefebvre (1981) nos indica que, analizando la realidad campesina de su época, su complejidad podría ser inteligible a partir de una perspectiva, que denominaba horizontal y de otra que denominaba vertical, estando ambas en sintonía dialéctica. La primera remitía a las grandes diferencias observadas en las estructuras agrarias de la época, en diversas sociedades, desde Estados Unidos a la URSS. Mientras que la complejidad vertical tenía una identidad estrictamente histórica. El autor ubicó estructuras y modalidades pertenecientes a diversas épocas conviviendo en el mismo territorio o sociedad. Propone un método que posee tres momentos, que requieren técnicas y disciplinas auxiliares. A saber: (i) Momento Descriptivo. Es decir, describir todas las facetas del fenómeno; (ii) Momento Analítico-Regresivo: consiste en ubicar la estructura agraria en cuestión en el tiempo, es decir, a partir de sus primeros antecedentes. En esta etapa debe *fecharse* el fenómeno desde sus primeras expresiones. y (iii) Momento histórico-genético, que implica analizar la estructura agraria en términos del desarrollo ulterior de sus *antecedentes* identificados en la fase anterior. Culminado tal proceso metodológico, el fenómeno podría ser explicado, no sólo descripto, especialmente al cumplir la tercera fase. Veamos ahora la única cita a pie de página que Sartre (2004a, pp. 41-42) dedica a este artículo pionero de Lefebvre. "Nosotros creemos válido este método – con la modificación que pueden imponerle sus objetos – en todos los dominios de la antropología. Es éste el que aplicaremos a las significaciones, a los individuos mismos, a las relaciones concretas entre los individuos. Este es el único que puede ser heurístico y el único que destaca la originalidad del hecho permitiendo las comparaciones".

4 Sartre hace referencia en estas páginas al *Ser para Sí* de su obra *El Ser y la Nada*. El *Para Sí* es pura negatividad del *En Sí*, denso y pura existencia o positividad. El *Para Sí* desorganiza al En Sí, incorporando a su positividad autocomplaciente, el mundo y sus tensiones. Remitimos a su obra *El Ser y la Nada,* ya que los límites de este trabajo nos impiden explayarnos sobre su concepción del ser (Sarte, 2013).

Mónica Solange De Martino
monica.demartino@cienciassociales.edu.uy
Doctora en Ciencias Sociales pela Universidade de Campinas (UNICAMP)
Profesora da Universidad de la República (UDELAR)

UDELAR
Constituyente 1503 – Piso 4to.
Montevideo - Uruguay
CEP. 11200

Agradecimientos
Não se aplica.

Agencia financiadora
No se aplica.

Contribuciones de los autores
No se aplica.

Aprobación por Comisión de Ética y consentimiento para participación
No se aplica.

Consentimiento para publicación
Consentimento da autora.

Conflicto de intereses
No hay conflicto de interese.

ESPAÇO ESPECIAL

O confronto de projetos societários na América Latina no Século XXI: uma nova guinada do mundo?

Beatriz Augusto de Paiva[1]
https://orcid.org/0000-0002-1325-8276

Elaine Jussara Tavares[2]
https://orcid.org/0000-0003-2807-352X

[1] Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Instituto de Estudos Latino-Americanos, Florianópolis, SC, Brasil
[2] Universidade Federal de Santa Catarina, Instituto de Estudos Latino-Americanos, Florianópolis, SC, Brasil

O confronto de projetos societários na América Latina no Século XXI: uma nova guinada do mundo?
Resumo: A intenção primordial deste artigo é apresentar elementos explicativos da conjuntura social na América Latina, desde uma mirada que se alonga e reflui ao Século XX, buscando as reminiscências do imperialismo e fascismo frente ao atual contexto socioeconômico de destrutiva ofensiva do capital. Tal ofensiva, erguida sobre os escombros dos direitos sociais das classes trabalhadoras, ganha elementos explicativos na remissão aos projetos de luta democrática, esboçados em meio a sonhos e ilusões nos primeiros anos dos anos 2000. Em nossa hipótese, vivemos, nas duas décadas do Século XXI, a reedição de processos históricos, que, todavia, ganham novas manifestações e formas particulares ao serem confrontados à dialética da luta de classes, que reatualiza a disjuntiva entre capitalismo e democracia, na submissão aos interesses imperialistas.
Palavras-chaves: Imperialismo e fascismo. América Latina. Ofensiva do capital. Regressão democrática.

The dispute over (macro)social projects in Latin America in the 21st century: a new twist in the world?
Abstract: The goal of this article is to present explanatory elements of the social situation in Latin America, from a view that extends and goes back to the 20th century, looking for the reminiscences of Imperialism and fascism in the current socioeconomic context of the destructive advance of capitalism. This advance, built up on the wreckage of the social rights of the working classes, incorporates explanatory elements in the reference to projects of democratic struggle, outlined in the middle of dreams and illusions in the early years of the 2000s. In our hypothesis, what we live in the two decades of the 21st Century is the reissue of historical processes, which, however, incorporate new manifestations and particular forms when confronted with the dialectic of class struggle, which updates the disjunction between capitalism and democracy, in submission to imperialist interests.
Keywords: Imperialism and fascism. Latin America. Advance of capitalism. Democratic regression.

Recebido em 24.06.2020. Aprovado em 01.07.2020. Revisado em 10.07.2020.

© O(s) Autor(es). 2020 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Introdução

Este trabalho reúne reflexões de natureza teórica que aludem ao universo político-ideológico da dominação de classe, com inflexões mediatas e imediatas para a luta das classes trabalhadoras, em suas diferentes dimensões, territórios, agendas e sujeitos constitutivos. O horizonte histórico é a América Latina, assumida como espaço sócio-histórico que dá sentido aos processos estruturais e culturais onde a realidade brasileira é conformada, com suas contradições ditadas pela dinâmica imperialista que sobredetermina os destinos da região, confinada em sua condição capitalista periférica e dependente. A perspectiva teórico-metodológica se filia à tradição marxista, adensada pelos conhecimentos produzidos no âmbito da Teoria Marxista da Dependência (TMD), de maneira a alcançar um universo categorial que seja capaz de iluminar a particularidade dos fenômenos estruturais que singularizam as dinâmicas concretas, sem abrir mão dos conteúdos essenciais e universais do pensamento revolucionário que se afirma com Karl Marx e seu legado.

Nesta perspectiva, e por intencionar elementos explicativos da conjuntura social destes últimos tempos, a mirada se alonga e reflui ao século XX, com anúncio do atual contexto socioeconômico de destrutiva ofensiva do capital. Esta ofensiva se avoluma, erguida sobre os escombros dos direitos sociais das classes trabalhadoras, progressivamente destruídos junto com os projetos de radicalização democrática, esboçados em meio a sonhos e ilusões nos primeiros anos do Século XXI, com uma tímida programática de pseudo-enfrentamento da reconversão e desertificação neoliberal. Assim, o Século XX se perpetua nestas duas décadas que o sucederam, com o que ele produziu de mais regressivo.

Em nossa hipótese, vivemos nas duas décadas do Século XXI a reedição de processos de históricos, que, todavia ganham novas manifestações e formas particulares, ao serem remetidas à dialética da luta de classes, em cada tempo e território concreto. Tal condensação histórica hoje sugere a simultaneidade não só dos tristes episódios e momentos agudizados ao longo dos 1900, mas dos deletérios processos de caráter político-ideológicos, cujo recorrido podem contribuir para a elucidação de impasses do tempo presente. A rigor, supomos, retornam revigorados à cena atual *contra valores* incidentes sobre a relação capital e trabalho, seja no processo produtivo diretamente, seja enquanto universo da política, que considerávamos, até bem pouco, refutados lá na distante primeira metade do século XX. Especificamente apontamos a regressão democrática e a ofensiva ultraliberal com conotações protofascistas, como face lunar do agravamento da superexploração do trabalho e saqueio do território nacional e das riquezas naturais, bem como na esfera da reprodução social, solapando os esquemas democratizadores que são reivindicados pelas massas trabalhadoras, ao longo das lutas emancipatórias neste continente, como os direitos vinculados à seguridade social e à proteção ao trabalho, ainda que num horizonte heterogêneo e restrito.

Pretendemos, nos dois primeiros subitens deste artigo recuperar algumas análises que nos auxiliam na apreensão da ideologia fascista ou protofascista neste tempo oscilante e dilatado no qual tem instruído, aberta ou dissimuladamente, a agenda política do capital com seus componentes de perversão, desumanidade e pulsão de morte. Sem a pretensão de uma progressão linear ou de um debate exaustivo, pretende-se apresentar reflexões sobre reminiscências e vestígios do fascismo nas relações de poder que perpassam os fluxos da ofensiva do capital, entendendo que podem ser insumos fecundos no deciframento de aspectos contraditórios da conjuntura atual, cuja apreensão crítica está a desafiar fortemente a esquerda latino-americana e mundial.

Na parte com os demais subitens, apresentamos outro recorrido, desta vez de acontecimentos recentes da conjuntura latino-americana cujo desfecho tende a ganhar maior nitidez explicativa, quando remetidos ao espectro teórico que aponta para a perenidade do elementos *fascistizantes,* seja como realidade histórica seja como ideologia, a fermentar processos políticos de dominação, com seus traços próprios, antidemocráticos e violentos, seja quando necessário ou simplesmente quando possível.

A título de síntese conclusiva, cabe retornar à pergunta inicial que mobiliza estas reflexões, inspirada pela advertência potente de Rosa de Luxemburgo (2011) sobre a *guinada do mundo,* tomada como fio condutor neste artigo. Por meio dela, sabemos que a ofensiva imperialista - que desencadeou a primeira guerra mundial - e todas as demais, como vivemos neste trágico Século XX, poderia ter abatido de morte a luta revolucionária contra o capital. Hoje reconhecemos que ela resistiu, mas certamente sem a força necessária para a almejada transformação definitiva, que moveu a vida dos militantes e lutadores sociais nestes mais de 100 anos de luta anticapitalista mundial.

O cenário da pandemia de um vírus mortal, como o COVID19, que se abateu pelo mundo no ano de 2020, deixa a economia capitalista em inédita recessão mundial, porque planetária: todos os países sofrerão com os efeitos da pandemia. Sendo, assim, um combinado desses tende a exigir da luta revolucionária ação contundente.

Finalmente, cabe registrar que por meio desta reflexão de natureza teórica procuramos contribuir, de alguma forma, ao processo de resistência e de defesa do povo latino-americano em sua luta por terra,

trabalho, soberania e liberdade, e ainda dizer que este artigo se inscreve no âmbito do projeto de pesquisa vinculado ao Instituto de Estudos Latino-Americanos - IELA/UFSC.

A ordem imperialista

Em 1916, Rosa Luxemburgo, em sua importante obra *A crise da social-democracia*, também conhecida como *Brochura de Junios,* celebrizou a expressão *socialismo ou barbárie*, atualizando o vaticínio de Engels em O Anti-Düring:

> Friedrich Engels disse uma vez: a sociedade burguesa encontra-se perante um dilema - ou a passagem ao socialismo ou regressão à barbárie. O que significa "regressão à barbárie" no nível atual da civilização europeia? Até hoje todos nós lemos e repetimos essas palavras sem pensar, sem ter ideia de sua terrível gravidade. Se olharmos à nossa volta neste momento, veremos o que significa a regressão da sociedade burguesa à barbárie. O triunfo do imperialismo leva ao aniquilamento da civilização - ocasionalmente enquanto durar uma guerra moderna, e definitivamente, se o período das guerras mundiais que está começando continuar sem obstáculos até as últimas consequências. Hoje encontramo-nos exatamente como Friedrich Engels previu há uma gerac'aÞo, 40 anos atrás. Perante a escolha: ou o triunfo do imperialismo e a decadência de toda a civilizac'aÞo, como na antiga Roma, despovoamento, desolac'aÞo, degeneração, um grande cemiteìrio; ou vitoìria do socialismo, isto eì, da ação combativa consciente do proletariado internacional contra o imperialismo e contra o seu meìtodo: a guerra (LUXEMBURGO, 2011, p.29).

Portanto, é preciso ressaltar, como bem acentuou Michael Löwy (2014, p.89), que "foi Rosa Luxemburgo quem *inventou*, no sentido pleno da palavra, a expressão *'socialismo ou barbárie'*, que teria tanto impacto no curso do século XX.", e ainda hoje, como resgatamos neste artigo. Assim, analisa:

> Se se refere a Engels, é talvez para tentar dar legitimidade maior a uma tese bastante heterodoxa. Evidentemente, foi a guerra - e o desmoronamento do movimento operário internacional, em agosto de 1914 - que terminou abalando sua convicção na vitória inevitável do socialismo. [...] Pode-se discutir o significado do conceito de "barbárie": trata-se, sem dúvida, de uma barbárie moderna, "civilizada", portanto a comparação com a Roma Antiga é pouco útil e, nesse caso, a afirmação da *brochura Junius* revela-se profética: o fascismo alemão, manifestação suprema da barbárie moderna, resultou da derrota do socialismo (LÖWY, 2014, p.89).

O período era o da I Grande Guerra Mundial e, para a genial revolucionária, se o Imperialismo seguisse em frente triunfante, a decadência de toda a civilização seria inevitável, representando uma verdadeira *guinada no mundo*. Imersos em plena guerra mundial imperialista, o movimento operário revolucionário encontrava-se no momento crucial, pois, segundo Rosa Luxemburgo (2011), não vislumbravam o como seu destino na guerra poderia significar sua própria destruição. Com sua crítica implacável contra a guerra mundial na polêmica com o partido social-democrata alemão, hoje vemos a justeza de suas teses antibeìlicas e de seus discursos pela desobediência das massas trabalhadoras. Como brilhantemente Luxemburgo analisou:

> Uma coisa eì certa, a guerra mundial representa uma *guinada para o mundo*. É uma ilusão insensata imaginar que precisamos apenas sobreviver à guerra, como um coelho esperando o fim da tempestade embaixo de um arbusto para, em seguida, recair alegremente na velha rotina. A guerra mundial mudou as condições de nossa luta e, sobretudo, a nós mesmos. Não é que tenham mudado ou se amenizado as leis fundamentais do desenvolvimento capitalista, da guerra de vida e morte entre capital e trabalho. [...] Mas o ritmo do desenvolvimento recebeu um poderoso impulso de erupção do vulcão imperialista; a violência dos conflitos no interior da sociedade e a enormidade das tarefas que se apresentam de imediato ao proletariado socialista fazem que tudo que ocorreu até hoje na história do movimento operário apareça como um delicioso idílio (LUXEMBURGO, 2011, p 21).

A análise de Luxemburgo (2011), além de corajosa, é certeira: (I) *o imperialismo elegeu definitivamente o seu meìtodo: a guerra;* (II) E, em meio a duas guerras mundiais, *o fascismo, embora militarmente derrotado, fraturou fortemente a luta socialista*, pois seguiu combatendo os ideais igualitários e emancipadores dos povos mundo afora, e na América Latina ainda mais, alvo prioritário da polaridade comandada pelos Estados Unidos da América (EUA), tornando-se um insumo implacável da dinâmica capi-

talista imperialista na moldagem dos *contravalores* reacionários. Neste sentido, Rosa de Luxemburgo (2011) ainda (III) adverte que a guerra imperialista, sem modificar um milímetro as *leis fundamentais do desenvolvimento capitalista,* efetivamente dá existência à manifestação suprema da barbárie moderna, concluindo que *tudo que ocorreu na história do movimento operário apareça como um delicioso idílio,* a partir do que se inaugura com a nova dinâmica de poder. O conflito militar pode se deslocar no planeta, inclusive pode acontecer no coração mesmo do imperialismo, mas no fundo não são as nações e suas bandeiras que guerreiam: é o capital multinacional, espoliando violentamente territórios e riquezas naturais, que mata o povo, onde as vítimas são sempre os trabalhadores e suas famílias. A luta de classes e a revolução socialista ganham outros contornos mais dramáticos, a partir de então.

As fundamentais determinações econômicas e políticas que peculiarizam as transformações do capitalismo no Século XXI têm sua gênese na vitória do Imperialismo na I Guerra, depois na II e na nova partilha do mundo e do poder que se processa a partir de então (LENIN, 1982). A nova dinâmica de acumulação e valorização hegemonizada pelo capital financeiro, e seu imenso poder, decorrente de sua associação com as forças armamentistas das nações imperialistas vão conduzir os conflitos em escala nacional, regional e mundial.

Sendo assim, é possível dizer, com a convicção que Rosa Luxemburgo revelou, e que depois a história sancionou, que a regressão à barbárie é uma tendência ainda mais evidente do que as forças civilizatórias que o capitalismo tenha empreendido. Se o nazi-fascismo atingiu seu auge e derrocada no conflito de 1939-45, algum transformismo permitiu que se mantivesse presente nos contravalores do reacionarismo, desde então.

A indústria ideológica e o novo fascismo

Sabemos, que *a partilha do mundo* entre os países centrais ganhou outra dinâmica com o advento do mundo socialista, e a guerra fria exigiu transferir os mecanismos de dominação para o interior das sociedades nacionais, de forma a alcançar a contenção da luta de classes, que passará por distintas dinâmicas, fluxos e regressões. Na segunda metade dos anos 1980, o mundo todo se transformava: a crise estrutural do capitalismo - iniciada nos anos 1973 - ganha outra dinâmica. As economias ocidentais do sul do mundo entram em ritmo pós-guerra fria. O mundo bipolar se fora. Resta a unipolaridade do capital e dos senhores da Guerra, vindos dos EUA.

O colapso dos regimes socialistas europeus, aliada às transformações na estrutura produtiva, com a introdução da microeletrônica, robótica e depois com a informática, permitiram que o capital inaugurasse novas políticas econômicas recessivas: desde lá as classes trabalhadoras do mundo perdem direitos, emprego, renda, proteção social, ainda que em algumas conjunturas específicas tenham conseguido ampliar, como no pacto brasileiro da nova república, consignados na Constituição Federal de 1988. De lá pra cá, as crises se alternam, com regressões e muita resistência, com aposta real (mas talvez ingênua) na democracia formal conquistada. O Estado de bem-estar social com pleno emprego foi uma resposta ao regime comunista, que definhou com a reconversão neoliberal, dos anos 1990, dado o fim do horizonte contestador. Mas há outras. Theodor Adorno, em 1951, no texto *A teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista*, alertou:

> Como seria impossível para o fascismo ganhar as massas por meio de argumentos racionais, sua propaganda deve necessariamente ser defletida do pensamento discursivo; deve ser orientada psicologicamente, e tem de mobilizar processos irracionais, inconscientes e regressivos (ADORNO, 2019).

A propaganda fascista passa a ser componente da indústria cultural de massas, seja na televisão, publicidade, seja por meio de produções artísticas, enriquecida por mecanismos subjetivos, percebidos por Adorno, com base na obra Freudiana. Como mostra ainda o filósofo *frankfurtiano*, essa tarefa ideológica encontra facilitadores em componente subjetivos presentes na população, "pelo estado de espírito de todos aqueles estratos da sociedade que sofrem frustrações sem sentido e desenvolvem, por isso, uma mentalidade mesquinha e irracional" (ADORNO, 2019). Ao deslocarem-se do espaço da política *strictu sensu*, ganham capilaridade na vida cotidiana, com minucioso arranjo tecnológico próprios da sociedade de consumo, como diz ainda Adorno: "O segredo da propaganda fascista pode bem ser o fato de que ela simplesmente toma os homens pelo que eles são - os verdadeiros filhos da cultura de massa estandardizada atual, amplamente despojados de autonomia e espontaneidade" (ADORNO, 2019).

Na medida em que ela é reforço e sustentáculo do descomunal poder do capital em suas distintas agências e dimensões, tem somente a tarefa de *reproduzir a mentalidade existente para seus próprios propósitos,* como diz Adorno, ao contrário da luta revolucionária que precisa se dedicar exaustivamente ao difícil trabalho de base, que possa se constituir em processo de desalienação e de despertar de uma nova consciência de classe, o fascismo não precisa induzir a qualquer mudança mental, intelectual, ética, ou existen-

cial. Ele é a repetição compulsiva do individualismo, da competitividade, de ideais supremacistas e racistas, do machismo, da homofobia. Assim, a propaganda fascista "se apóia absolutamente na estrutura total tanto quanto em cada traço particular do caráter autoritário, que é, ele mesmo, produto de uma internalização dos aspectos irracionais da sociedade moderna" (ADORNO, 2019). Desta forma, não é surpreendente que as massas trabalhadoras se filiem aos contravalores que a oprimem. Não é surpreendente, mas é uma triste sina civilizatória.

A temática do fascismo como identidade do capital é parte das contribuições da filosofia marxista e da sociologia, permanecendo como referência ideológica potente nos esquemas de dominação econômica e da mercadorização da vida. Este último aspecto mereceu análises importantes do pensamento crítico latino-americano, que encontra na obra do filósofo venezuelano Ludovico Silva (2013) um acento esclarecedor, ao vincular a ideologia do capital com o processo de extração de mais-valia, na dimensão totalitária do capital que se apropria e manipula níveis da consciência individual, degenerando aspectos humanistas e civilizatórios, identificada aqui como uma espécie de perpetuação do pensamento protofascista. Segundo ele,

> [...] A indústria ideológica explora o homem naquilo que é especificamente seu: a consciência. E o explora colocando sob essa consciência uma ideologia que não é a desse homem, mas a do capitalismo, e que, por isso, produz uma alienação (ideológica). A mais-valia ideológica é, assim, dada pelo grau de adesão inconsciente de cada homem ao capitalismo. Esse grau de adesão é, realmente, um excedente de seu trabalho espiritual: é uma porção de seu trabalho espiritual, que deixa de lhe pertencer e que passa a engrossar o capital ideológico do capitalismo, cuja finalidade não é outra que preservar as relações de produção materiais, que originam o capital material. A mais-valia ideológica, originalmente produzida e dialeticamente determinada pela mais-valia material, se converte não apenas em sua experiência ideal, mas também em sua guardiã e protetora desde o próprio interior de cada homem [...]" (SILVA, 2013, p. 188).

Além da obra monumental de Antonio Gramsci, que tratou de desnudar e enfrentar o fascismo italiano de forma que custou a sua vida, o genial escritor Pier Paolo Pasolini, em seus textos no livro Escritos corsários (1975) se dedicou a ampliar as noções clássicas de fascismo identificadas com o regime de Mussolini, para atualizá-lo nas suas relações políticas contemporâneas. Mais especificamente nos anos 1960 e 1970, Pasolini (2020) desenvolve ao longo de sua obra teórica e artística uma ampla criìtica do fascismo, tomado como forc'a regressiva permanente e disruptiva na organizac'aÞo nacional da Itaìlia. Dando nome à profunda alienação que passa a dominar as mentes, tido por ele primeiro sintoma da mutac'aÞo *conservadora*, fala na *indiferenciac'aÞo***,** sendo, ao mesmo tempo, fruto e razaÞo de um movimento de cristalizac'aÞo de um novo suìdito (o consumidor) que se curvava para um novo poder (o neocapitalismo). Ele foi assassinado pelo fascismo, lembremos. Ao problematizar a ascensão das corporações multinacionais, as relações entre governo e máfia na Itália e, sobretudo, o que ele chama de Novo Poder ou novo fascismo, dá ênfase ao advento de uma sociedade de consumo global, que promove um verdadeiro extermínio das formas de vida não pasteurizadas pelo capital. Como genial intérprete de seu tempo, prenunciou a gigantesca ofensiva do capitalismo que ocorreu nas décadas seguintes, que por sua vez abriu toda uma era de crise estrutural como a que vivemos hoje.

Outro italiano, já mais contemporâneo, Umberto Eco (A LIÇÃO..., 2009), analisa o que chama de fascismo eterno, no extraordinário texto o "Ur-Fascismo", produzido originalmente para uma conferência na Universidade Columbia, em abril de 1995. Após rememorar sua experiência pessoal sob o governo de Mussolini, ressalta que embora os regimes políticos possam ser derrotados e as ideologias deslegitimadas, por trás deles "há sempre um modo de pensar e de sentir, uma série de hábitos culturais, uma nebulosa de instintos obscuros e de pulsões insondáveis" (A LIÇÃO..., 2009, p.1). Desta forma, indaga: "Há, então, um outro fantasma que ronda a Europa (para não falar de outras partes do mundo)?" (A LIÇÃO..., 2009, p.1). Já que este fantasma nos ronda, o autor propõe algumas características ao novo fascismo, em síntese: 1) culto à tradição; 2) constante estado de ameaça - Tomam a vida como guerra permanente; 3) abuso e medo ao diferente; 4) obsessão a conspirações; 5) controle e repressão da sexualidade; 6) linguagem limitada e repetitiva; 7) repulsa ao moderno, hoje reconhecido nas pautas identitárias; 8) não aceitação do pensamento crítico; 9) apelo aos frustrados e economicamente instáveis e/ou inseguros; 10) fantasioso heroísmo; 11) o machismo; 12) o racismo. Assim, adverte:

> Devemos ficar atentos para que o sentido dessas palavras não seja esquecido de novo. O *Ur-Fascismo* ainda está a nosso redor, às vezes em trajes civis. Seria muito confortável para nós se alguém surgisse na boca de cena do mundo para dizer: "Quero reabrir Auschwitz, quero que os camisas-negras desfilem outra vez pelas praças italianas!". Ai de mim, a vida não é fácil assim! O *Ur-Fascismo* pode voltar sob as vestes mais inocentes. Nosso dever é desmascará-lo e apontar o indicador para cada uma de suas novas formas – a cada dia, em cada lugar do mundo (A LIÇÃO..., 2009, p. 1).

Enfim, o *fascismo eterno* instala a guerra permanente contra os trabalhadores em luta reivindicatória, contra os movimentos mais críticos organizados de esquerda, contra os ideais igualitários, contra as pautas emancipatórias. Contemporaneamente, são típicos desta ideologia a alegórica mas absolutamente irracional refutação de conhecimentos científicos consagrados, como o evolucionismo darwiniano e o heliocentrismo ou o aquecimento global. Advogar o terraplanismo, combater vacinas e protocolos da Organização Mundial da Saúde (OMS) diante de um vírus mortal e desconhecido como o COVID19, que parou o mundo numa pandemia, relativizar a escalada crescente do feminicídio e dos ataques homofóbicos e transfóbicos, as tentativas de naturalização do racismo contra os povos indígenas e a população preta, e a deplorável exaltação supremacista (que nada mais é do que uma nova cruzada eugenista) se somam ao quadro de estímulo à violência armada e ao fanatismo religioso anti-humanista.

As duas décadas do século XXI se constituíram como palco de importantes experiências democratizantes, mas, por outro lado, contraditoriamente, serviram à expansão da agenda mais regressiva dos direitos sociais vinculados ao trabalho e aos direitos humanos, que regrediram violentamente em termos políticos, econômicos e sociais. O cenário mundial e brasileiro é de profunda crise estrutural capitalista, com tendência disruptiva no horizonte, ao tempo em que exige a mobilização social para reagir à reatualização da violência racial, sexista, homofóbica, fundamentalista, metabolizada com as mais duras medidas regressivas da gestão econômica, que não pode ocultar as razões e os sujeitos que operam tais políticas. Ao lado da desmobilização e resignação, a este contingente de desorganizados ou imersos no individualismo possessivo, egoísta, coabitam os grupos políticos e sociais mais violentos. A milícia é uma realidade nacional. O medo e a insegurança - introjetada como a ideologia do risco social, da pós-modernidade - foi progressivamente ocupando as subjetividades.

Nesse sentido, há muitos elementos que requerem ponderação histórica, e quem sabe a dialética liberte da sensação de que nada pode ser feito. Muito foi feito, e os erros e perdas estão fecundos de ensinamentos. A conjuntura recente da América Latina, paradoxalmente, nos confirma que o caráter perene da ideologia fascista hoje é a própria construção da dominação Imperialista de sempre, o que pode nos tirar do assombro, mas não de uma grande encruzilhada histórica.

Imperialismo e fascismo no dilema latino-americano

Na América Latina, a reedição ou perenização do fascismo é tema explicativo da conjuntura política de décadas de ditaduras no Século XX, ao longo de todo o continente. No ensaio *Notas sobre o Fascismo na América Latina,* Florestan Fernandes (1981) assim o descreve:

> O fascismo, porém, como ideologia e utopia, persistiu até hoje, tanto de modo difuso, quanto como uma poderosa força política organizada. Não só ainda existem regimes explicitamente fascistas em vários países; uma nova manifestação do fascismo tende a tomar corpo: através de traços e mesmo de tendências mais ou menos abertas ou dissimuladas, a versão industrialista "forte" da democracia pluralista contém estruturas e dinamismos fascistas. Na verdade, a chamada "defesa da democracia" somente modificou o caráter e a orientação do fascismo, evidentes na rigidez política do padrão de hegemonia burguesa, no uso do poder político estatal para evitar ou impedir a transição para o socialismo, na tecnocratização e militarização das "funções normais" do Estado capitalista (FERNANDES, 1981, p. 15).

A persistência do fascismo frente aos processos democráticos expressa de forma nua e crua a rigidez política do padrão de hegemonia burguesa, especialmente pela simbiose entre imperialismo e os tenazes da dependência.

Com a preocupação de tornar inteligível a luta democrática no interior das ditaduras latino-americanas, Theotonio dos Santos, em 1978, escrevia o importante livro *Socialismo ou Fascismo: o novo caráter da dependencia e o dilema latino-americano,* em que analisou detidamente os rumos econômicos, políticos e sociais que os países latino-americanos estavam submetidos, no horizonte de aprofundamento da dependência dos governos ditatoriais e da destruição das liberdades democráticas. Esta obra está mais atual do que nunca. Assim, Theotonio dos Santos (2018) indaga*: Em quais setores de classe o fascismo será apoiado no Brasil?*

> Já vimos o papel dos setores reacionários da pequena burguesia e da classe média, que, ameaçados por uma constante proletarização, produto da crise, procuram "salvar" sua classe e a "nação" que acreditam representar. Outro setor que é parcialmente uma massa de potencial manobra do fascismo é o subproletariado, as grandes populações de vilarejos e campos de emergência que não possuem atividades econômicas fixas e que, diante de sua insegurança social, desenvolvem o imediatismo e o oportunismo que disponibiliza ao

> primeiro grupo ousado e de recursos que os mobiliza. [...] Sua instabilidade econômica e o baixo nível de suas necessidades fazem com que setores importantes sejam presas fáceis de políticas reacionárias, rebeldes desocupados e dispostos a ações violentas, quaisquer que sejam (SANTOS, 2018, 313).

Latifundiários, empresas multinacionais, setores religiosos conservadores, como Santos (2018) explica, a grande burguesia apenas se aproxima do movimento fascista quando começa a se apresentar com forte potencial e quando não vê outra saída para a crise. Então a burguesia dirige o movimento fascista e o transforma em seu instrumento político, dando-lhe condições para chegar ao poder. O observatório era a América Latina. Somos nós, portanto.

Caminhos da soberania latino-americana

Todavia, pode-se dizer que o continente latino-americano viveu sua fugaz primavera. Quando Hugo Chávez venceu as eleições na Venezuela, em 1998, com 56% dos votos (FRANCE PRESSE, 2010), no primeiro turno, poucos analistas poderiam supor que o continente latino-americano iria viver um extraordinário período de ascensão das demandas populares. Os países - em sua maioria - vinham de longas ditaduras, seguidas de processos chamados de *abertura democrática* bastante estranhos, marcados pelas ranhuras de um processo altamente controlado. Como foi o caso do Brasil, que viveu a chamada transição democrática bem à moda autoritária, como Florestan Fernandes (1986) analisa em seu belo livro *Nova República?*

A temática do fascismo como identidade do capital é parte das contribuições da filosofia marxista e da sociologia, permanecendo como referência ideológica potente nos esquemas de dominação econômica e da mercadorização da vida

Primeiro, o país passou por uma eleição indireta e depois elegendo diretamente um desconhecido, que acabou sendo deposto por corrupção. Em nova eleição, voltou a se jogar nos braços da direita, elegendo Fernando Henrique Cardoso, um homem sem qualquer vínculo com a realidade da maioria da população, encarnando com indisfarçável orgulho o papel de ideólogo e arquiteto da destruição neoliberal, como analisa Ruy Mauro Marini (1992). A mesma lógica de retorno de representantes das oligarquias ou burguesias vinha sendo seguida nos demais países. E mesmo depois de ferozes anos de violência e terror, a América Latina continuava se recusando a trilhar o caminho aberto por Cuba em 1959.

Assim que por desconhecimento da realidade dos países irmãos, a notícia da vitória de um tenente-coronel na Venezuela aparecia bem mais como um novo ciclo de militares metendo-se nos destinos das nações[1]. Mas, no pequeno país do norte da América do Sul, a população havia dado vez a uma proposta nova, depois de ver todo o tecido político de sua terceira república completamente puído. O sonho era de que o presidente eleito, que percorrera o país com a promessa de refundar a república a partir de uma Constituinte popular, fosse realmente cumprir a promessa. Então, para a completa surpresa do mundo político e econômico, o militar eleito deu início imediatamente à discussão, formação e funcionamento de uma Constituinte livre e soberana. Pela primeira vez, em décadas, a população encontrava espaço para suas demandas e, mais, ocupava politicamente esses espaços, tornando-se parte do processo. A Constituinte se fez, desde a base, e acabou protagonizando uma mudança radical no constitucionalismo latino-americano. Sem o uso das armas, a população venezuelana mudou a forma da república, criando - para além dos já conhecidos três poderes da república burguesa, mais dois: o poder judiciário e o poder popular. Sendo que esse último o de maior poder. Ou seja, acima do executivo. Em dezembro de 1999, 71% dos venezuelanos aprovaram, em eleições diretas, a nova carta (FRANCE PRESSE, 2010).

E, a mudança não cessaram no novo constitucionalismo. O presidente da República, eleito em 1998, decidiu então que deveria se colocar novamente em xeque, diante de seu povo, a partir da nova Constituição e chamou então novas eleições presidenciais para julho de 2000, a qual ganhou com larga maioria, 59% dos votos (FRANCE PRESSE, 2010). Legitimava assim um processo inédito, jamais visto nesse espaço geográfico. Aquilo era perigoso demais para a velha ordem imperial que observava o processo venezuelano desde cima, conspirando golpes contrarevolucionários. Tal como muitos na América Latina, era comum, talvez que, por vício histórico, esperar que Chavez também iria descambar para o

autoritarismo tão comum nas paragens latino-americanas. Mas, não foi assim. O processo constituinte já havia mostrado que ali estava um governo de outra cepa. Os discursos de Hugo Chávez miravam o imperialismo estadunidense e apontavam para a democracia radical, participativa. Não bastasse isso, acenava com a constituição do sonho de Bolívar, que era o de unir a Pátria Grande, e planeja usar os recursos do petróleo, que sempre estivera nas mãos da elite local, para garantir melhorias à maioria da população. O alerta vermelho foi ligado em Washington.

A partir daí, os Estados Unidos, governado então por George Bush Jr., tramam um golpe contra Chávez junto com a elite local venezuelana. Era preciso sufocar a voz que se aliava a Cuba e bradava contra o imperialismo. Assim, em 11 de abril de 2001, setores militares ligados à velha classe dominante e instruídos pela Casa Branca, sequestram Chávez e anunciam o fim do governo (PETRAS, 2019). O empresário Pedro Carmona se declara presidente, fecha a Assembleia Nacional e anuncia que Hugo Chávez havia renunciado. O golpe dura pouco. A população, informada sobre o sequestro e o golpe, cerca o Palácio de Miraflores, vem de todos os cantos do país e insiste na devolução do presidente ao cargo. Foram dois dias de intensa mobilização popular. No dia 13 de abril, o palácio é retomado pelos chavistas, o golpe é sufocado e Chávez volta em triunfo. Aquela era uma vitória grandiosa demais (PETRAS, 2019).

O fato é que o rastro de soberania aberto por Chávez começa a se espalhar pela América Latina. O Haiti elege Jean-Bertrand Aristide, um ex-padre, ligado à teologia da libertação em 2001. Em 2002, as eleições gerais colocam um petista, Luiz Inácio Lula da Silva na presidência e em 2003, quando então começa o governo de Lula, a Argentina escolhe um peronista, Nestor Kirchner, para dirigir a nação. Em 2005, o povo equatoriano protagoniza uma rebelião que joga para fora do palácio o então presidente Lúcio Gutierrez e vai abrir uma vereda para a eleição de Rafael Correa, em 2007. Também em 2005 é a vez da Bolívia fazer história, elegendo Evo Morales para presidência. Tabaré Vasquez, no mesmo ano, assume o governo no Uruguai. Chile, Honduras, El Salvador, Nicarágua e Guatemala também elegem presidentes mais à esquerda e assim vai se formando um mapa até então impensável. A América latina parece viver a sua primavera dos povos.

Impulsionado por Hugo Chávez começa a caminhar um projeto de soberania e de articulação dos povos da Pátria Grande. São criadas novas instituições como a Unasur, o Banco do Sul, a Petrocaribe, o Mercosul se fortalece. A Venezuela cria a Telesur, braço comunicacional para unir todos os países sob novas bases informativas. *Acá se ven las caras,* diz o mote da rede de televisão. E assim é. Um rosto latino-americano, uma estética original. Nunca antes esse pedaço de Abya Yala havia experimentado uma conjuntura tão favorável para as demandas populares, e tudo ao mesmo tempo. Sobrava um ou outra ilha de entreguismo, como a Colômbia e o Peru. Mas, os demais países agarraram-se à cauda do cometa venezuelano, apontando novas possibilidades para os povos. Tendo Fidel e Cuba como guia, a Venezuela mais do que buscar caminhos de união, sinalizava um avançar para o socialismo.

O império não dorme

Enquanto o processo de tomada de consciência anti-imperialista acontecia na América Latina, os EUA tinham suas baterias voltadas para o Oriente Médio. Por lá havia todo um processo de lenta e inexorável destruição iniciada com a guerra do golfo em 1990. Mas, na América Latina não havia ilusões de que o império estivesse dando pouca importância aos avanços que aconteciam. Era visível que, mesmo com os canhões voltados para o Oriente, as embaixadas estadunidenses nos países em levante seguiam alerta e tramando nas sombras. Tanto que a primeira tentativa de golpe na Venezuela, em 2001, teve participação direta dos EUA (PETRAS, 2019). Afinal, a maior reserva de petróleo do mundo não poderia ficar servindo ao próprio povo. As ações de boicote ao governo de Hugo Chávez foram se sucedendo até a sua morte, e seguem agora contra Nicolás Maduro. Não houve um único dia de paz na Venezuela, sempre acossada pelas desestabilizações, boicotes, bloqueios organizados desde Washington.

Como a quartelada promovida contra Chávez não deu resultado, os EUA resolveram fazer o usual no continente: atuar sorrateiramente, visando estrangular os inimigos, a partir de ações desencadeadas no entorno. Assim, em 2004, decidiu sequestrar o presidente do Haiti, Jean-Bertrand Aristide, jogando o pequeno país num inferno que dura até os dias de hoje. Sem usar um único soldado, os EUA se valeram das forças da ONU, supostamente humanitárias. A justificativa para a intervenção era de que o presidente Aristide não estava agindo no interesse do Haiti (TAVARES, 2016). Os EUA, sim. Tanto que desse lá, destruíram o país, que segue ocupado por tropas, com seu povo vivendo as mais perversas violências.

Intervir militarmente no Caribe não causou problemas aos EUA, tanto que ao longo da ação no Haiti pode contar com o apoio de países como a Bolívia e o Brasil, ambos governados por governos de coalização de centro-esquerda. O Brasil, de Lula, chegou a liderar as tropas por anos a fio[2].

Mas, havia que interferir também na América Central. Com as ações da Petrocaribe, da Unasur e Banco do Sul a Venezuela e seu projeto socialista estava conseguindo inserção em muitos países do estreito braço que une as Américas. Honduras, particularmente, parecia um aliado importante. Com um governo mais aberto ao diálogo para os projetos populares, as parcerias começaram a se fazer. E tanto que o presidente de Honduras decidiu também iniciar um processo de mudança constitucional. Foi a dica para o ataque. As forças alienígenas começaram outra vez a se movimentar, construindo um tipo diferenciado de golpe, que iria culminar em 28 de junho de 2009, quando o exército local sequestrou o presidente Mel Zelaya, levando-o para fora do país e obrigando-o a assinar uma carta de renúncia (TAVARES, 2016). O Congresso apoiou o golpe e instituiu um novo presidente. Honduras, tal qual o Haiti, também passou a registrar um longo processo de destruição política, com assassinatos sistemáticos e cirúrgicos de lideranças sociais visando calar a população.

O mesmo tipo de golpe vai acontecer no Paraguai, também governando por um ex-padre ligado à Teologia da Libertação. Acusado de fomentar um massacre de camponeses, Fernando Lugo é levado a um processo de impedimento que acontece em tempo recorde, menos de 24 horas, praticamente sem direito a defesa. Foi no ano de 2012 (TAVARES, 2012). Ele tinha sido eleito depois de romper com mais de 60 anos de dominação da elite paraguaia e o Congresso não hesitou em julga-lo sumariamente, por algo sobre o qual não havia qualquer prova. A América Latina começa a perceber que a verdade era algo absolutamente secundário quando se tratava dos interesses das elites *criollas* e do império estadunidense.

Finalmente em 2016 foi a vez do Brasil. Acusada de usar um artifício chamado de *pedaladas fiscais*, procedimentos regulares, que praticamente todos os governos fizeram e sem qualquer tipificação legal específica, a presidenta Dilma Roussef foi retirada do governo por um processo de impedimento eivado de absurdos (TAVARES, 2016a). Estava consolidado mais um golpe contra populações que haviam decidido por novos caminhos. Assume o vice, que fomentou e apoiou o golpe, e o Brasil começou a descer a ladeira que nos traz aos dias atuais. O golpe alcançou, pela monumental manipulação midiática e político-parlamentar-judicial, apoio popular.

A realidade é abundante de elementos substantivos que demonstram que a questão do racismo segue decisiva, nestes tempos de regressão civilizatória, dada a ofensiva veloz e sempre violenta dos processos de espoliação e de acumulação do capital, e particularmente no capitalismo dependente brasileiro, que se erigiu desde a escravização tardia. Todos estes componentes, em maior ou menos grau, comparecem na atual conjuntura latino-americana, com diversos matizes. Destacamos exemplos recentes como a Bolívia. Lá o imperialismo contrarevolucionário aciona o racismo como força-mobilizadora do golpe violento contra o governo de Morales-Garcia Linera. Três eventos são sintomas nítidos: (1) a caminhada da vergonha da Prefeita Patrícia Arce, em Cochabamba, com seus cabelos quase raspados e toda manchada de tinta vermelha, arrastada pelas ruas de Vinto; (2) A retirada da bandeira *Whipala*, das comunidades indígenas, símbolo do Estado pluri-nacional; (3) e o delirante uso da Bíblia, como substitutivo da Constituição Revolucionária Boliviana pela senadora que se autoproclamou presidente. São símbolos por cima do metal precioso, do Lítio e do gás.

Já nos países como Argentina, Uruguai, Guatemala e El Salvador as táticas foram bem diferentes. Não houve golpe clássico, nem o moderno jurídico/parlamentar. Lá, atuou o ainda mais atual tipo de golpe: o midiático. É sobre eles que vamos falar, mostrando como o fascismo vai se imiscuindo no processo, gerando um monstro que hoje parece tomar conta de todo o continente, incluindo os Estados Unidos.

Os novos personagens formados pelo *Uatizapi*

O processo de retomada da América Latina pelos inimigos das classes populares teve pelos menos três traços comuns em todos os espaços: as novas tecnologias de informação, a mentira (ideologia) e a ascensão de uma prática protofascista, em nova espécie antropológica, conforme cunhada por Theodor Adorno, em 1950. Assim Adorno caracteriza o sujeito *homem autoritário*:

> Em contraste com o fanático de velho estilo, esse último parece combinar as ideias e habilidades típicas da sociedade altamente industrializada com crenças irracionais ou antirracionais. Ele é ao mesmo tempo esclarecido e supersticioso, orgulhoso de ser um individualista e sempre temeroso de não ser igual aos outros, ciumento de sua independência e inclinado a se submeter cegamente ao poder e à autoridade (ADORNO, 2019).

O golpe contra Hugo Chávez, em 2001, foi iminentemente midiático. Através dos meios televisivos comerciais os golpistas empurraram para a população a mentira da renúncia. Mas, não contavam com a articulação de outro tipo de mídia - a comunitária - que agiu rápido e conseguiu repassar informações seguras sobre o que acontecia em Miraflores. Foi a partir de uma rádio comunitária que os venezuelanos

souberam que não tinha acontecido renúncia e desde aí conseguiram organizar a resistência. Nesse caso, a rede comunitária conseguiu ter eficácia para combater os meios comerciais, que atuavam com informações falsas. Um caso raro, visto que nos demais países nenhum governo conseguiu formar uma estrutura de comunicação popular capaz de atingir a massa. Na Venezuela foram essas rádios que transmitiram e ajudaram a articular a retomada do governo.

Nos golpes que se seguiram a vida já estava sendo tomada pelas novas formas de comunicação em rede. A internet cada vez mais sendo espaço de reprodução da mentira, elemento que ficou patente na construção da opinião pública sobre a chamada *primavera árabe* que, mais que primavera foi um duro inverno para os povos daquela região. A proliferação e o acesso facilitado às redes sociais, tais como o facebook e o whatsapp, levou a formulação da mentira às raias da perfeição. Essas mentiram foram largamente utilizadas para justificar a *ocupação humanitária* no Haiti, a deposição de Mel Zelaya, o impedimento de Fernando Lugo, o impedimento de Dilma Roussef, bem como a vitória de Maurício Macri, na Argentina e a retomada pela direita dos governos da América Central. Já mais no presente, essas redes tiveram papel preponderante na vitória de Bolsonaro, no Brasil, e da direita outra vez no Uruguai. Importante ressaltar ainda que essa usina da mentira - chamada de *Fake News* - também ajudou a investir Donald Trump no governo estadunidense. Uma onda aparentemente imparável de pessoas sem qualquer tradição política, mas que justificavam sua necessidade na condução das nações em nome do ataque à corrupção e em nome de deus.

Mas, não bastasse essa comunicação em massa, ancorada nas mentiras, ter ajudado a eleger e/ou derrocar governos, outra face foi se constituindo insidiosamente nos grupos familiares, de amigos e de conhecidos: o comportamento fascista. A estratégia de disseminação de valores antidemocráticos não foi algo que brotou da multidão, como muitos analistas apontaram nas grandes manifestações de 2013, no Brasil, quando grupos aparentemente não-organizados exigiram, muitas vezes violentamente, que não fossem levantadas as bandeiras partidárias. Não. Esses foram comportamentos induzidos por campanhas massivas que passaram a circular nos celulares pessoais fortalecendo o aparecimento do que Adorno chama de *fascista em potencial*, ou seja, o sujeito autoritário, capaz de formar uma turba barulhenta com um padrão psicológico bem demarcado. A ideologia fascista, disseminada à exaustão, e até nos grupos mais inocentes como os das famílias, foi fazendo com que ideias, pensamento e sentimentos que as pessoas mantinham bem escondido dentro de si pudessem ser verbalizadas publicamente sem medo mais. Esse sujeito autoritário não apenas passou a se expressar nos meios de comunicação com desenvoltura, defendendo as ideias mais estapafúrdias, como passou a se manifestar nas ruas, até então espaço prioritariamente da esquerda. Não apenas no Brasil, com os chamados bolsonaristas, mas em vários outros países latino-americanos e nos EUA. Esta é uma contradição a demarcar, conforme aponta Theotonio dos Santos:

> O movimento fascista em geral surge em meios pequeno-burgueses, do *lúmpen* proletariado e dos setores da oligarquia latifundiária. Enquanto permanece restrito a estes setores, geralmente tem uma vida vegetativa, financiamento escasso e tendências ideológicas anticapitalistas, e anticomunistas. O fascismo somente se converte em uma força capaz de chegar ao poder e nele permanecer no poder quando atrai o interesse e o apoio do grande capital. O apoio surge quando este setor necessita dos grupos fascistas para enfrentar o comunismo ou revolução popular. A grande burguesia admite pactuar com esses grupos de párias, mas só aceita entregar-lhes o poder em último caso, quando sua base social estiver profundamente minada. O movimento fascista pode cumprir o papel de regenerador do capitalismo porque expressa exatamente os temores, os desejos, as ambições e os valores pequeno-burgueses, livres das travas sociais que cotidianamente sufocam a pequena burguesia (SANTOS, 2018, p. 87).

O processo de fascistização do cotidiano se fortaleceu na Venezuela, quando a direita local passou a incentivar, organizar e preparar grupos violentos que se manifestavam nas ruas em ações pontuais, extremamente agudas, as chamadas *guarimbas* nas quais chegaram a queimar vivos militantes chavistas. No México, a ação violenta do narcotráfico, com assassinatos e massacres, também se imiscuiu na vida político-partidária e qualquer ação mais a esquerda de pessoas ou organizações podia ser punida com morte. O caso emblemático do assassinato de 43 estudantes de magistério de uma escola rural, alinhados à esquerda, não deixava dúvidas de que o banditismo tinha cor e partido (MARIA, 2015). Não era apenas algo relacionado às drogas. Na Colômbia, campanhas contra as FARC potencializam também a violência contra qualquer liderança social. Tudo isso circula exaustivamente pelos grupos e nas redes sociais. Em países como o Paraguai, Chile, Peru, Guatemala, El Salvador, elegeram-se governantes com perfil extremamente conservador, beirando ao fascismo, o que expressa com bastante clareza o caráter fascista dos eleitores.

O horizonte antifascista

Tudo isso parece fazer parte de uma onda mundial muito bem orquestrada pelo sistema capitalista. Florestan Fernandes (1981; 1986), mais uma vez é fundamental para percepção das sutilezas sociológicas desse processo, ao advertir que as crises políticas com que se defrontam os países latino-americanos são, na verdade, crises estruturais do sistema capitalista. Na medida em que os setores sociais dominantes permanecerem capazes de preservar o monopólio social do poder e do poder político estatal, o *totalitarismo* de classe, com suas implicações políticas, continuará a ser um processo histórico-social repetitivo. Em outra direção, o estágio de produção e acumulação do capital também são monitorados pela modernização controlada de fora, haja visto a condição do capitalismo associado e dependente nos países latino-americanos. Assim, a militarização e a tecnocratização das estruturas e funções do Estado tendem a crescer, suscitando novas tendências de fascistização generalizada, o que quer dizer que é lícito constatar que a fascistização localizada se transmute em fascistização global, ou seja, setores da burocracia e do Estado, bem como da grande empresa corporativa, com seus contra-valores antidemocráticos pode suplantar todas as instituições-chaves, em todos os níveis de organização da sociedade. O fascismo é um movimento dinâmico e ambicioso.

> Finalmente, como reação de autodefesa contra a democratização, as variedades radical-populares de democracia e a revolução socialista – ainda o fantasma da "ameaça comunista", de "novas Cubas" etc. – é possível que essa tendência adquira, muito mais cedo do que se pensa, dimensões mais ostensivas, agressivas e "dinâmicas", com uma nova reelaboração do elemento ideológico ou organizatório e da manipulação das massas. Essas perspectivas são sombrias (FERNANDES, 1981, p. 33).

Em direção análoga, Danilo Carneiro, do Grupo *Tortura Nunca Mais* do Rio de Janeiro, é um dos estudiosos que defende a ideia de que o fascismo nada mais é do que a sombra do capitalismo. Está colado nele em todos os momentos da vida e assoma principalmente nos momentos de crise. "O fascismo fica escondido como sombra, mas assume sua imagem própria na crise. Ele foi derrotado militarmente lá atrás, mas não foi derrotado ideologicamente. Ele é como um camaleão e assume uma forma ou outra conforme a crise" (CARNEIRO, 2029).

No Brasil, hoje dirigido por um protofascista, essa face autoritária, preconceituosa e elitista está explícita e aparece sem pejo. Todos esses fascistas que existiam em potência agora estão autorizados pelo mandatário principal da nação. Logo, expressam e destilam seu ódio contra os *comunistas*, que é uma categoria abrangente na qual cabem todas aquelas pessoas que não são, ou pensam, como o presidente Bolsonaro.

Seguiremos no diálogo com os autores, porque este tema não dispensa aliados, assim, no sentido de apontar um paradoxo que se instala na política desde este novo paradigma da violência, Nildo Ouriques afirma:

> De resto, a democracia liberal admite em seu interior a manifestação e o exercício da violência por parte do Estado e das forças sociais comprometidas com a ordem dominante. Não há anomalia alguma, muito menos ovo de serpente, quando um liberal desavisado ou grande parte da esquerda domesticada acusa que o ódio e a violência estão saindo dos trilhos. O antidoto real para os "excessos" produzidos pelo liberalismo não brotará da consciência social sem dentes para morder implícita na defesa dos pobres, mas de um projeto de classe - o socialismo - e o correspondente movimento de massas em sua defesa (OURIQUES, 2018, p. 1).

Esse é o drama latino-americano dos nossos dias. E isso faz com que a guerra contra o fascismo seja urgente e necessária. Pois, se ele um dia foi derrotado pela força das armas, ainda está aí, à espreita, engendrando mecanismos de perpetuação. Essa boa hora parece ser agora, como propugna Theotonio dos Santos:

> A luta antifascista assume, em consequência, um caráter universal e continental. E mesmo que o programa mínimo imediato da frente das forças antifascistas deve restringir-se ao objetivo concreto de paralisar a repressão e derrubar seus executores, estes objetivos não são suficientes para despertar confiança e a iniciativa política das grandes massas. Elas devem ser advertidas de que a destruição efetiva do fascismo só pode se alcançar levando às últimas consequências a luta contra o imperialismo, o latifúndio, os monopólios e iniciando a construção de uma sociedade socialista (SANTOS, 2018, p. 96).

Por distintos observatórios não é exagero afirmar, como István Meszáros (2003), que o século XXI parece ser o palco definitivo da barbárie. Após demonstrar em seu livro homônimo porque o "impulso irresistível do capital para integração monopolística global (tende a ocorrer) a qualquer custo, mesmo colocando em risco a sobrevivência da humanidade" (MESZÁROS, 2003, p. 13) recorre também à Rosa Luxemburgo, afirmando,

porém, que hoje a dura alternativa apontada pela grande revolucionária possui uma densidade qualitativamente diferente, após um século de simbiose entre a 'destruição produtiva' e 'produção destrutiva', por isso a frase de Rosa de Luxemburgo adquiriu uma trágica urgência:

> Se eu tivesse de modificar as palavras dramáticas de Rosa de Luxemburgo com relação aos novos perigos que nos esperam, acrescentaria a "socialismo ou barbárie" a frase "barbárie se tivermos sorte"- no sentido de que o extermínio da humanidade é um elemento inerente ao curso do desenvolvimento do capital (MESZÁROS, 2003, p. 108-109).

"Não existem rota conciliatórias de fuga" (MESZÁROS, 2003, p. 107). Neste sentido, concordamos com o filósofo húngaro, que revela a total impossibilidade de se dotar o sistema de uma *terceira via* que permita - com a aceitação submissa da ordem dominante - alterar a destruição generalizada que está em curso, de caráter econômico, social, políticos e militar, além, obviamente, da destruição ecológica que está em curso.

Este horizonte anuncia a necessidade da luta anti-imperialista, antifascista, anticapitalista para o mundo. E essa batalha é a batalha que temos de travar, no campo das ideias, e no campo da vida mesma. A força popular organizada, de rebeldia e de contestação, pode demorar a chegar aqui no Brasil, mas também aqui não há que enfrentar a solidão, o medo real da morte, com a pandemia, o desemprego crescente, a fome. E como aprendemos nas redes sociais, dito por uma trabalhadora rural maranhense: *medo a gente tem, mas não usa;* se o atual governo brasileiro sofisticar seus traços *proto-fascistas em uma* formulação orgânica até então inexistente, que articule o autoritarismo e a agenda do grande capital internacional, com a ruptura total dos ordenamentos republicanos, os brasileiros estarão diante de um dilema ainda mais contundente : *Ou o socialismo ou o meteoro,* como nos adverte a juventude sábia das redes sociais. Barbárie já temos, os dados e as medidas mostram e as ameaças também anunciam que tudo pode piorar, rapidamente

Considerações finais

O fio condutor de nosso artigo tratou de buscar os vestígios do espólio de guerra obtido pelo capital imperialista em mais de um século da partilha do mundo, que dão sentido às antinomias da conjuntura, nestes difíceis anos do século XXI. No entanto, como as guerras são nicho de negócios poderosos, a possibilidade de redesenho de novos conflitos que se seguem é permanente. Daí o comércio armamentista (cujo lobby elege presidentes aqui a acolá) e a mistificada guerra às drogas, notabilizados por serem um potente mecanismo de contenção social dos pobres, em geral, jovens pretos ou indígenas, confinados em territórios conflagrados.

Sobretudo somos despojos do capital estadunidenses, nós povos e territórios latino-americanos, bem como de outras regiões do sul do mundo, que estão à mercê da exploração permanentes e espoliação renovadas.

Rosa Luxemburgo foi mesmo exata: o *imperialismo*, com seu meìtodo, representa uma *guinada do mundo*.

Mas há outros espólios: a *reminiscência do fascismo* como enfrentamento permanente dos ideais e da luta socialista, combatendo os ideais igualitários e emancipadores dos povos mundo afora, e na América Latina, é de fato um insumo implacável da dinâmica imperialista. Na moldagem destes *contravalores* reacionários, emergiram recentemente no Brasil mulheres e homens sinistros a ponto eleitos país afora, efetivamente capitaneados por um dos representantes mais caricatos deste infeliz e violento projeto.

Toda luta do movimento operário até as guerras imperialistas - comparado com os processos politico-econômicos que as sucederam - pode mesmo ser *considerada como um delicioso idílio.* Pensemos no que militantes e indivíduos comuns enfrentam no cotidiano de um sistema que pode tudo, contanto que o seu *desenvolvimento capitalista* não seja interrompido ou suas leis fundamentais alteradas. A luta de classes e a revolução socialista ganham outros contornos mais dramáticos, a partir de então.

O caminho da luta anti-imperialista, antifascista e anticapitalista é estreito e longo, mas precisa ser trilhado para além da condição da resistência. Resistir é ficar parado, segurando o monstro, impedindo que ele avance. As nossas experiências históricas nos mostram que os povos organizados na América latina podem muito mais do isso. Eles têm a condição e o desejo do ataque. Mas, para isso, há que estar preparado, há que ter também a capacitação para a vivência em comum num novo mundo desprovido da conhecida lógica do capital.

Um dos aprendizados mais valiosos que buscamos no IELA/UFSC é o encontro de mundos com os povos originários. Eles nos tem ensinado, ao longo de mais de 500 anos, como, apesar de terem tido seus territórios invadidos e suas vidas esfaceladas, há elementos unificadores que conseguem não apenas fazer com

que resistam nas condições mais duras, mas também vivenciem sua maneira de viver ancestral, que é uma forma de ataque, para além da resistência. Quando os originários insistem na lógica do comum, seja no que diz respeito aos bens naturais ou a propriedade eles mostram que estão bem mais preparados para um mundo socialista do que os não-indígenas. Há no seu ethos, na sua cosmovivência, a dimensão material explícita dessa forma de viver que se ampara no equilíbrio da natureza, no respeito a toda vida que vive, o que é um caminho seguro para uma existência na qual o outro, distinto, também é respeitado. Os povos indígenas nunca perderam o fio da meada que tece a vida comunitária. Mesmo os desgarrados que, por força da ação do capital, precisam sair do mundo da aldeia, ainda conseguem agarrar a ponta do novelo da sua cosmovivência e jogam para dentro do mundo dos não-indígenas lampejos de outra forma de viver, que é possível.

O caminho é o que já foi apontado: a possibilidade da caminhada conjunta dos trabalhadores - e de todas as suas particularidades - a partir da proposta coletiva do mundo comunista, com as propostas de cosmovivência dos povos originários (TAVARES, 2019), dialeticamente recuperadas, levando em conta a luta de mais de 500 anos contra o capital.

Referências

A LIÇÃO de Umberto Eco contra o fascismo eterno. Porto Alegre: Carta Maior, 19 nov, 2009. Disponível em: https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-licao-de-Umberto-Eco-contra-o-fascismo-eterno/4/15330. Acesso em: 3 mar. 2020.

ADORNO, T. W. *The Authoritarian Personality*. Nova York: Editora Verso, 2019.

CARNEIRO, D. Depoimento Oral. *Jornadas Bolivarianas*. Florianópolis: UFSC/IELA, 2019.

FERNANDES, F. Nova República?. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1986.

FERNANDES, F. Poder e Contra-poder na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FRANCE PRESSE. Venezuela: as 14 eleições da era Chávez. *G1*, São Paulo, 27 ago. 2010. Disponível em: http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/09/venezuela-as-14-eleicoes-da-era-chavez.html. Acesso em: 3 mar. 2020.

LENIN, V. I. *Imperialismo*, fase superior do Capitalismo. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1982.

LÖWY, M. A centelha se acende na ação: a autoeducação dos trabalhadores no pensamento de Rosa Luxemburgo. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 28, n. 55, p. 27-38, set. 2014.

LUXEMBURGO, R. A Crise da Social Democracia, *In*: LUXEMBURGO, R. Textos Escolhidos. São Paulo: Editora UNESP, 2011. p.15-144.

MARIA, A. Caso de 43 estudantes evidencia (também) racismo mexicano. *Envolverde Carta Capital*, 29 jan. 2015. Disponível em: https://envolverde.cartacapital.com.br/caso-de-43-estudantes-evidencia-tambem-racismo-mexicano/. Acesso em: 9 jul. 2020.

MARINI, R. M. América Latina: dependência e integração. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

MESZÁROS, I. O Século XXI. Socialismo ou Barbárie?. São Paulo: Boitempo, 2009.

OURIQUES, N. *Raízes no Libertador*. Bolivarianismo e poder popular na Venezuela. Florianópolis: Insular, 2005.

OURIQUES, N. Sobre o ódio e a tolerância na política. *Nildo Ouriques Blog,* 14 out. 2018. Disponível em: http://nildouriques.blogspot.com/2018/10/sobre-o-odio-e-tolerancia-na-politica.html. Acesso em: 3 mar. 2020.

PASOLINI, P. P. *Escritos Corsários.* São Paulo: Editora 34, 2020.

PETRAS, J. Estados Unidos e Venezuela: Um contexto histórico. *IELA UFSC*, Florianópolis, 27 maio 2019. Disponível em: http://www.iela.ufsc.br/noticia/estados-unidos-e-venezuela-um-contexto-historico. Acesso em: 9 jul. 2020.

SANTOS, T. dos. *Socialismo ou Fascismo*, o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano. Florianópolis: Insular, 2018.

SILVA, L. *A mais-valia ideológica*. Florianópolis: Insular/IELA. 2013.

TAVARES, E. Golpe no Paraguai é concretizado pelo Senado. *IELA UFSC*, Florianópolis, 22 de jun. 2012. Disponível em: http://www.iela.ufsc.br/noticia/golpe-no-paraguai-e-concretizado-pelo-senado. Acesso em: 9 jul. 2020.

TAVARES, E. J. Terra e Território na América Latina - o desafio indígena na era do capital. 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/199435/Tese%20diagramada%20Elaine.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 3 mar. 2020.

TAVARES, E. Mais um golpe, América Latina sob ataque. *IELA UFSC*, Florianópolis, 31 ago. 2016. Disponível em: http://www.iela.ufsc.br/noticia/mais-um-golpe-america-latina-sob-ataque. Acesso em: 9 jul. 2020.

TAVARES, E. O golpe e a ponte para o passado. *IELA UFSC*, Florianópolis, 13 maio 2016a. Disponível em: http://www.iela.ufsc.br/noticia/o-golpe-e-ponte-para-o-passado. Acesso em: 9 jul. 2020.

Notas

1 Conforme estudos pioneiros do IELA, registramos análises sobre a Venezuela em livro que reúne as conferências nas I Jornadas Bolivarianas, em 2004. Cf: OURIQUES, N. Raízes no Libertador. Bolivarianismo e poder popular na Venezuela. Florianópolis: Insular, 2005.

2 Investigamos o "dano colateral" do crescente emprego das Forças Armadas em operações de segurança pública: civis inocentes mortos, casos sem solução e famílias sem Justiça. Esta série foi finalista do Global Shining Light Award, prêmio entregue a cada dois anos pela Rede Internacional de Jornalistas Investigativos. Cf: https://apublica.org/especial/efeitocolateral/

Beatriz Augusto de Paiva
beapaiva@gmail.com
Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)
Professora Titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Elaine Jussara Tavares
eteia8@gmail.com
Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Jornalista do Instituto de Estudos Latino-americanos (IELA)

UFSC
Centro Socioeconômico (CSE) - Primeiro andar - Bloco D
R. Eng. Agronômico Andrei Cristian Ferreira, s/n – Trindade
Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
CEP: 88040-900

Agradecimentos
Como o futuro nos espreita e o presente não nos imobiliza, nos tornamos mais fortes estudando e militando por uma América Latina unida. Um agradecimento carinhoso ao nosso grupo de pesquisa, especialmente às professoras Dilceane Carraro, Cristiane Luiza Sabino de Souza e Heloísa Teles, do Grupo Veias Abertas. Além delas, somos gratas aos nossos estudantes de graduação e de pós-graduação que, como o Maicón Claudio da Silva, partilham do projeto de pesquisa "A questão do Estado no capitalismo dependente: cartografia categorial desde a Teoria Marxista da Dependência". De longe, temos a colaboração das Professoras Mirella Farias Rocha (UFRJ) e Roberta Traspadini (UNILA), de perto e desde antigamente, dos velhos companheiros do IELA/UFSC, os quais agradecemos a caminhada comum, em nome do presidente Professor Nildo Ouriques.

Agência financiadora
Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica

Contribuições das autoras
O artigo foi elaborado pelas autoras em todas as partes.

Consentimento para publicação
Consentimento das autoras.

Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

ESPAÇO ESPECIAL

A crise que não se parece com nenhuma outra: reflexões sobre a "corona-crise"

José Álvaro de Lima Cardoso [1]
https://orcid.org/0000-0001-5962-2056

[1] Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio Econômicos, Escritório Regional de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

A crise que não se parece com nenhuma outra: reflexões sobre a "corona-crise"

Resumo: O objetivo deste artigo é aprofundar o debate sobre a crise econômica mundial, que já vinha se configurando, mas que foi imensamente catalisada pela crise do Covid-19. A análise, amparada em dados de instituições especializadas, procura, a partir dos indicadores da crise global, fazer sempre o contraponto com o Brasil. Uma das conclusões em destaque no texto é a de que a crise atual, também chamada de "corona-crise", é uma das mais relevantes da história, e já supera a Grande Depressão de 1929, especialmente na velocidade com que a economia mundial se deteriora. Nesta crise, a piora dos indicadores macros econômicos e sociais, que nos anos de 1930, se desenvolveram em três anos, ocorreu em três semanas. O artigo também constata que o Brasil enfrenta um somatório de crises simultâneas, que se influenciam mutuamente.

Palavras-chave: Crise. Econômica. Internacional. Desemprego. Depressão.

Recebido em 08.05.2020. Aprovado em 15.06.2020. Revisado em 02.07.2020.

© O(s) Autor(es). 2020 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Introdução

Este artigo traz inicialmente uma análise do desenvolvimento das crises (econômica e sanitária) nos diversos países do mundo, objetivando entender a gravidade do problema e a forma como os vários governos o estão enfrentando. O mundo atravessa hoje o que alguns economistas denominaram de "corona-crise". A brutal crise econômica em curso, comparável à Grande Depressão de 1929, não foi causada, e sim acelerada pela pandemia do Covid-19. Esta já é a maior crise econômica e financeira global desde os anos de 1930, e foi denominada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) de "*great lockdown*". Se esta crise ainda não superou a de 1929 (é difícil ser categórico, em face da escassez de indicadores comparáveis entre uma crise e outra), a julgar pela velocidade dos acontecimentos, irá superá-la.

Do ponto de vista médico essa crise é muito grave. Um grupo de pesquisadores da Escola de Saúde Pública da Universidade Harvard[1], chegou à conclusão de que os esforços de distanciamento social para evitar o colapso hospitalar diante da pandemia de covid-19 podem ser necessários, ao menos de modo intermitente, até 2022. No mundo todo, a pandemia está longe de ser "democrática", como desejariam alguns. É óbvio que quem morre são os mais pobres. As classes médias estão sendo atingidas, mas os grupos vulneráveis economicamente são os mais impactados e respondem pelo grosso das mortes. Estima-se que um quarto da população mundial vive em favelas. No Brasil são 13,6 milhões nessa condição. Isso significa que, muitas vezes, oito ou nove pessoas, se amontoam em um, ou dois cômodos. Nessa condição é impossível evitar a aglomeração de pessoas, sair para a rua acaba sendo inevitável.

A partir desse olhar sobre o que acontece no mundo, procuramos analisar um pouco o quadro no Brasil, que atravessa uma crise política e econômica dramáticas. A crise brasileira atual é muito grave, porque sintetiza:

a) crise econômica mundial inusitada;
b) crise dramática da economia brasileira: país vem de três anos de estagnação, após dois anos de brutal recessão (2015/2016). Recessão muito piorada pelo golpe de Estado de 2016;
c) uma pandemia que já é a mais grave do último século;
d) crise política aguda, com grande polarização na sociedade.

Essa conjunção de crises acontece no momento em que o Brasil tem o pior governo da história: o mais entreguista e o mais servil a interesses geopolíticos gigantescos. Um governo que pretende inviabilizar o país enquanto nação e que planeja destruir completamente a soberania brasileira, entregar a Amazônia, a nossa fronteira marítima. Que está destruindo a ciência nacional, sucateia as universidades federais e os Institutos Federais, cortou o orçamento científico em mais de 60%. A lista de atrocidades cometidas a partir do golpe de 2016, que foi muito aumentada neste governo, é muito longa.

Em decorrência dessa combinação macabra, o Brasil é o caso mais problemático do mundo, no que se refere ao enfrentamento da pandemia e está se tornando o epicentro mundial da doença, rapidamente. É que o controle da pandemia pressupõe foco, estratégia e planejamento, além de compromisso com o bem-estar da população, elementos absolutamente estranhos a esse governo, em todas as áreas.

Neste texto, inicialmente abordamos a crise econômica no mundo, procurando analisar como os diversos países têm procurado enfrentá-las, verificando as diferenças e semelhanças na abordagem do problema. Num segundo momento analisamos brevemente a situação da economia estadunidense, em função do peso que tem na economia mundial e do fato de que, na condição de cabeça dos países imperialistas, suas ações têm sempre grande repercussão mundial.

Posteriormente, trazemos alguns elementos que ilustram a gravidade da crise no mundo e as opções de enfrentamento adotadas nos diferentes países. Em seguida, analisamos o caso brasileiro, que, no momento, enfrenta o que se pode denominar de "tempestade perfeita". Finalmente, como notas conclusivas, procuramos refletir sobre algumas tendências gerais no mundo, nos aspectos econômicos e políticos.

Crise econômica espalhada no mundo

A previsão do FMI[2] é que o Produto Interno Bruto (PIB) da economia global cairá 3% em 2020. Para efeitos comparativos, a recessão da crise financeira global de 2008 registrou um recuo do PIB de -0,1% em 2009. Com esses números de queda do produto global pode-se imaginar o que isso significará em termos de elevação da pobreza e da fome no mundo.

Na previsão do FMI o comércio internacional apresentará queda de volume em -11% em 2020. O relatório estima ainda que dos 189 países no mundo 170 terão queda na variação do PIB, o que revela a abrangência da crise atual. Os preços das commodities caíram dramaticamente em função da retração da demanda. O retrocesso maior está sendo por conta do petróleo, que teve queda sem precedentes do consumo:

o barril WTI, referência para o mercado americano, tem apresentado cotação negativa. Os especialistas estimam que o preço do petróleo caia mais de 40% em 2020, devido à baixa demanda global.

Obviamente todas estas projeções devem ser olhadas com cautela, na medida em que o desempenho da economia global irá depender da interação de fatores de difícil previsão, como a evolução da pandemia, da intensidade e duração das medidas de isolamento, dimensão do choque de oferta devido à interrupção de cadeias produtivas, da repercussão do choque financeiro etc. Isso significa que o desempenho da economia global poderá ser ainda pior do que o que tem sido projetado pelas instituições mundiais, como FMI e Banco Mundial.

A previsão do FMI é que o grupo das economias avançadas será o principal responsável pela contração da economia global neste ano. Possivelmente em função de que a crise sanitária teve seu epicentro sucessivo nas economias mais ricas do planeta, atingindo primeiramente a China, posteriormente a Europa e, em abril os Estados Unidos[3]. Esse conjunto de países ricos deverá ter queda do PIB de 6,1%, ou seja, deverá cair em percentual dobrado em relação à média mundial. O maior declínio do PIB deverá ser registrado na Área do Euro (-7,5%), devido à gravidade da epidemia na Itália e na Espanha e, em menor medida, na França e na Alemanha. Recuos intensos nos desempenhos econômicos também são esperados para o Reino Unido (-6,5%), Estados Unidos (-5,9%) e Japão (-5,2%), países que compõem o centro imperialista mundial. Numa situação não tão adversa estão os países que tiveram maior êxito na contenção do covid-19, como China, Singapura, Hong Kong, Coreia do Sul, Vietnã.

Nos países subdesenvolvidos as crises são várias e adquirem contornos específicos:

a) um choque sanitário, em face a sistemas precários, ou inexistentes, de saúde pública;
b) choque econômico brutal, com colapso da demanda externa e interna;
c) queda dos preços das commodities;
d) fortes depreciações cambiais.

Os fatores acima, graves por si só, potencializam-se mutuamente. A previsão do FMI é de uma queda de 1% na variação média do PIB no grupo das economias subdesenvolvidas (que o Fundo chama de países emergentes e em desenvolvimento). Esse resultado esconde, contudo, forte heterogeneidade. A chamada Ásia emergente deve apenas se desacelerar, mantendo-se com desempenho positivo (+1% no ano), em função principalmente de China (+1,2%) e Índia (+1,9%). Mas outras regiões, como a América Latina e a Europa emergente, terão queda acentuada do seu PIB, possivelmente acima de 5%. Para o Brasil, a previsão do FMI e do Banco Mundial é de uma queda de 5%, pelo menos. Será um desempenho abaixo do da América Latina, para o qual os organismos de análise econômica estão prevendo contração de 4,6% (Banco Mundial).

A gravidade da crise pode ser mais bem avaliada a partir dos indicadores da Alemanha, maior economia da Europa. A economia desse país já vinha numa espécie de "limbo". Em 2019, por exemplo, teve o pior crescimento dos últimos seis anos (0,6%). Mas a pandemia causada pelo Novo coronavírus colocou essa economia numa situação ainda mais precária, levando, possivelmente à mais grave recessão do pós-segunda guerra. O desemprego, de 5,8%, aumentou 13,2% em abril, a maior alta de um mês desde 1991. É a primeira vez no pós-guerra que a taxa de desemprego cresce durante o mês de abril, que marca o início da primavera no Hemisfério Norte, período do qual há um esperado aquecimento do mercado de trabalho.

A queda do PIB alemão, pela previsão do governo, deverá chegar a 6,3% neste ano, a maior desde que estes cálculos começaram a ser divulgados, em 1970. Outro indicador da gravidade da situação alemã são os números da produção industrial, que já vêm em queda desde 2019, mas é um problema que agora se acentuou. No mês de março a Alemanha sofreu redução histórica de 9,2% na produção industrial, na comparação com fevereiro. Segundo a Destatis, agência de estatísticas do país, foi a maior queda verificada desde o início da construção da base de dados, em janeiro de 1991. A queda só não foi maior porque o setor de construção civil apresentou aumento da produção de 1,8% no mês. Comparados com março de 2019, a produção industrial alemã apresentou queda de 11,6%.

A crise da maior economia da Europa teve um efeito imediato sobre toda a zona do Euro. Para 2020, prevê-se que a contração do PIB chegue a 7,5% para o conjunto dos 19 países da zona do Euro. Nesse quadro, o desemprego na Eurozona começou a disparar, 7,4% (quase 12 milhões de desempregados) em março. Os países campeões do desemprego na Europa são a Grécia com o maior índice 16,4% (dados de janeiro), seguida pela Espanha, com 14,5% também no mês de março. Além da elevação brutal do desemprego, a deterioração do mercado de trabalho é acrescida do aumento da informalidade em toda a região.

A previsão é que somente os países emergentes da Ásia terão um crescimento positivo de +1%, incluindo a China, que pode esperar um aumento de 1,2% em seu PIB, e Índia, cujo crescimento previsto é 1,9%. O FMI prevê uma queda de 1,6% no PIB da África Subsaariana (região ao sul do Saara), que deve experimentar um decrescimento de 1,6%, com risco de uma crise alimentar. Tudo indica que haverá na região um brutal aumento da fome. No mundo todo a crise evidenciou um conjunto de desigualdades, agora aumentadas: renda,

educação, acesso à equipamento digital, acesso à Internet, outras. Além das desigualdades ligadas ao patrimônio, como acesso à habitação, fundamental em tempos de isolamento social.

Pelo que se observa em termos de desenvolvimento da crise, a tendência é a pandemia piorar muito a situação da classe trabalhadora e acirrar a luta de classes. Assim, é ilusão achar que as contradições de classe, e entre países imperialistas e subdesenvolvidos, irão amainar por causa da pandemia. A pobreza e a insegurança no emprego se intensificaram ainda mais com o resultado da crise. Em cada país capitalista a burguesia procura manobrar a crise e seus desdobramentos, a partir de seus interesses de classe. As saídas nunca são neutras, mas moldadas a partir dos interesses de quem detém o poder.

O processo de crise econômica está sendo muito mais profundo e acelerado do que o observado na crise de 2008 e na Grande Depressão de 1929. O economista Noriel Roubini - cujas análises que antes eram consideradas pessimistas, são agora vistas como realistas - registra que naquelas duas grandes crises as bolsas de valores caíram em 50% ou mais, os mercados de crédito congelaram, as grandes falências aconteceram, as taxas de desemprego subiram acima de 10% e o PIB encolheu a uma taxa anualizada de 10% ou mais. Mas todos esses fenômenos aconteceram em três anos, ou mais. Na atual crise, registra Roubini, tudo isso se materializou em três semanas. Em três semanas, um mês, os elementos que compõem a chamada demanda agregada (consumo, gasto de capital, exportações) se encontram em queda livre, como nunca observado antes. É como se tivéssemos a reincidência de uma grave doença, cujos impactos sobre o organismo acontecem, na reincidência, de forma muito mais veloz. A informação é duplamente negativa: volta da doença e a velocidade com que ela se espalha. Obviamente parte dessa velocidade de propagação da crise está relacionada com a globalização da economia, e da informação, especialmente em relação à 1929. Mas em 2007 a economia era tão globalizada quanto hoje. A velocidade com que a informação circula nos mercados hoje é parecida com a existente em 2007/2008.

A gravidade da crise pode ser medida também com base no que está acontecendo com a economia chinesa, motor da economia mundial nos últimos anos: contração de 6,8% do PIB no primeiro trimestre de 2020, em comparação com o mesmo período no ano anterior. Pior queda em um único trimestre que a China registrou desde que começou a publicar esses números, em 1992. A previsão de crescimento (1,2% para o ano, como vimos), representa o pior desempenho anual do PIB do país desde a recessão de 1976, quando a morte do líder do Partido Comunista Mao Tsé-Tung encerrou um tumulto social e econômico de uma década (há 44 anos atrás). O raciocínio é elementar: se a China, economia mais dinâmica do mundo, um país que deu uma verdadeira aula de como se enfrenta uma peste, teve o pior trimestre da história, e que tem projeto nacional de desenvolvimento, o que pode acontecer com o Brasil, que é o pior caso de enfrentamento da doença do mundo?

Crise na economia norte-americana

A intensidade dos problemas econômicos nos Estados Unidos, epicentro do capitalismo global, é um termômetro da gravidade da crise atual. O FMI calcula que a economia norte-americana irá apresentar retração em 5,9% no seu Produto Interno Bruto (PIB), fato inédito. Este resultado interrompe 10 anos de crescimento, ciclo iniciado em 2010, a partir da grande recessão mundial ocorrida no período 2007-2009. Período de crescimento, aliás, considerado incomum não só pela sua duração, como também pela taxa razoável de crescimento (2% ao ano, em média).

A queda abrupta e profunda do PIB levou a um crescimento dramático do desemprego na maior economia do planeta. O país registrou em abril um índice de desemprego de 14,7%, o mais elevado em mais de 70 anos e a maior taxa de desemprego desde que os registros começaram a ser realizados em 1948. Ainda em fevereiro deste ano, o desemprego chegava ao menor percentual da história, de 3,5%, o que mostra o agravamento do problema em tempo tão curto, resultado da pandemia. Segundo o Departamento de Emprego dos Estados Unidos, até 20,5 milhões de pessoas perderam o emprego em abril último.

Segundo informações oficiais, a crise atual destruiu, no primeiro mês, todos os empregos gerados após a grande crise econômica de 2007/2009. Para efeito de comparação, durante aquela crise, os Estados Unidos, teriam alcançado um pico de desemprego na casa de 10%, em outubro de 2009. No período todo da crise teriam sidos destruídos mais de 8 milhões de postos de trabalho, contra mais de 20 milhões em um mês, nesta crise. A brutal taxa de desemprego nos Estados Unidos é agravada pela imensa desigualdade, que aflora no indicador de desemprego: para o índice geral, que por si só é explosivo, ele ainda varia bastante entre as etnias. Entre os brancos o desemprego foi de 14,2% em abril, para os afro-americanos foi de 16,7% e, entre os hispânicos chegou a 18,9%.

Mesmo usufruindo de todas as vantagens de ser o principal país imperialista da terra, os EUA enfrentam grandes contradições internas, porque o seu modelo de desenvolvimento gera grande desigualdade social. Pelo

menos desde o governo de Ronald Reagan (1981/1989), o estado de bem-estar norte-americano, que já era fraco, foi sendo paulatinamente destruído. Se estima que atualmente existam mais de 40 milhões de pobres nos EUA. Cerca de 40% dos estadunidenses se queixam de que não conseguem cobrir despesas inesperadas com emergências, que ultrapassem 400 dólares[4]. O fato de que os EUA tenham um número tão grande na condição de pobreza, representa uma verdadeira bomba relógio. Uma sublevação dos trabalhadores dentro do país imperialista mais rico do mundo teria um efeito político, econômico e social, simplesmente imprevisível. Risco que deve ter influenciado a decisão dos EUA, há cerca de uma década, de "retomar" os governos da América Latina para sua área de influência.

A gravidade da crise e as ações de enfrentamento em todo o mundo

No sistema capitalista o mercado de trabalho funciona como uma "variável de ajuste" do empresariado. Na hora H, quando a crise aperta, o empresariado demite os trabalhadores, sem mais delongas. Daí a luta entre as classes em torno da legislação trabalhista. Os empresários odeiam regulamentação do mercado de trabalho porque, quando surge a crise, aquela significa um obstáculo no ajuste de custos. A existência do posto de trabalho, no sistema capitalista, só se justifica, se o capitalista puder se apropriar de uma parte do valor produzido pelo trabalhador. Caso não seja esta a lógica, o sistema não seria capitalista. No caso do Brasil, país subdesenvolvido e dependente, nunca houve uma cultura de preservação dos empregos (rara, aliás, mesmo nos países capitalistas centrais), que garantisse minimamente o bem-estar das pessoas e o mercado consumidor interno.

Na hora do agravamento da crise econômica os empresários têm uma hierarquia de estratégias para enfrentar o problema, na qual o sacrifício do emprego é a primeira a ser utilizada. A taxa de rotatividade no Brasil, inclusive, sempre nas alturas, revela como as demissões sempre foram a estratégia preferida dos patrões na hora do aperto trazido pela crise. Se a taxa de rotatividade é monstruosa, a ponto de em algumas categorias rodar 100% dos trabalhadores em um único ano, é porque não é oneroso demitir, como sempre os patrões alegaram no Brasil.

A pandemia não causou a crise econômica, apenas a acelerou. Algumas análises dão a impressão de que a economia vinha em céu de brigadeiro, de vento em popa, quando veio a pandemia e causou a crise. O fato é que o tsunami já vinha se armando há um bom tempo. A epidemia apenas antecipou o agravamento da crise. As contradições que levaram à crise de 2007/2008 (causadas pela financeirização da economia) se mantém, não foram resolvidas. Pelo contrário, algumas foram agravadas. Seria de se esperar que uma nova crise adviria mais cedo ou mais tarde. O impacto das duas crises reunidas, sobre a economia e a política no mundo está sendo e será ainda mais dramático. Como o Covid-19 é uma doença desconhecida, para a qual ainda não existe vacina (demorará ainda alguns meses, talvez anos), não se pode estimar ainda a profundidade e a extensão da crise.

Sobre a situação pós-pandemia há um leque de possibilidades. Temos visto algumas análises extremamente otimistas, sobre o pós-Covid-19: de que o mundo será mais harmônico, de que o medo da doença vai aproximar as pessoas, de que o mundo ficará mais solidário. É uma abordagem muito otimista, no mínimo. Não será uma doença que irá acabar com o conflito capital versus trabalho no mundo. Dependendo do que acontecer, a coisa pode piorar. Por exemplo, o governo brasileiro está aproveitando a pandemia para transferir o ônus da crise para o trabalhador, através de inúmeras medidas como as MP 937 e MP 905. Nesse quadro, quando acabar a pandemia o trabalhador estará mais pobre, o padrão de renda e emprego, que já vinha em processo de deterioração, estará em outro patamar.

Se as políticas neoliberais foram fundamentais para transferir, pelo menos em parte, a crise do centro do sistema para a periferia capitalista, ao mesmo tempo elas destruíram as já precárias políticas públicas de atendimento à população, a começar pelos sistemas públicos de saúde e educação. Os Estados Unidos enfrentam uma situação caótica, tornando-se rapidamente o epicentro da pandemia no mundo, com mais de 105 mil mortes e 1,8 milhão de pessoas infectadas pelo Covid-19, até 30 de maio de 2020. De outro lado, o Estado chinês colocou seus recursos e sua força organizadora na resposta à pandemia. A estruturação do atendimento aos pacientes realizada de forma extremamente ágil, a organização da população, a adaptação da produção industrial às necessidades de combate à doença, a construção de hospitais em tempo recorde, a disponibilização de um grande número de testes " ações basicamente levadas à cabo pelo Estado – encaminharam para um rápido controle da doença. Por mais influenciável que seja pela mídia hegemônica, uma parte das pessoas percebe essas diferenças[5].

Para sentirmos o drama da crise, é didático prestar atenção no que os países ricos vêm fazendo para enfrentá-la. As medidas que esses países, que normalmente têm informações privilegiadas, estão tomando, nos devem servir de alerta acerca da gravidade da crise. A Alemanha, por exemplo, a "pátria da austeridade

fiscal" (4º PIB do mundo), está colocando 35% do seu PIB no combate às crises. Os Estados Unidos aprovaram o mais importante plano econômico da história da economia mundial. A previsão é de um gasto inicial de quase dois trilhões de dólares, equivalente a cerca de R$ 10 trilhões (para efeito de comparação, o PIB brasileiro no ano passado foi de R$ 7,3 trilhões). Irão colocar no final da pandemia, mais dois trilhões de dólares. Essa fábula de dinheiro, um antídoto contra a crise econômica e a pandemia, prevê injeções maciças nas empresas e até nos bolsos dos cidadãos.

O grosso desses investimentos nos países ricos, está sendo feito nas empresas. Os Estados são comandados pelas burguesias de cada país. Lá, como aqui, os governos querem resolver o problema da burguesia. Claro que tem diferenças, no tratamento dos trabalhadores lá e aqui, porque o Brasil é um país subdesenvolvido e dependente. Os Estados Unidos é o país imperialista principal do globo, que drena recursos do mundo todo para garantir os seus interesses. Acabou inclusive de coordenar um golpe no Brasil para tomar o pré-sal e outras riquezas. Assim como em vários países latino-americanos. Portanto tem muito mais recursos, inclusive para colocar dinheiro diretamente no bolso da maioria da população. Os repasses diretos de dinheiro, que alcançaram a maior parte dos cidadãos norte-americanos, são de 1.200 dólares por pessoa adulta e 500 dólares por cada menor de idade. Essa ajuda direta aos cidadãos poderá alcançar 500 bilhões de dólares. O plano prevê também uma linha de crédito de 367 bilhões de dólares para pequenas e médias empresas, e um fundo de 500 bilhões para indústrias, cidades e estados. Os trabalhadores demitidos receberão o seguro-desemprego durante quatro meses, no valor habitualmente pago em seu Estado, mais um dinheiro extra de 600 dólares.

Essa conjunção de crises acontece no momento em que o Brasil tem o pior governo da história: o mais entreguista e o mais servil a interesses geopolíticos gigantescos. Um governo que pretende inviabilizar o país enquanto nação e que planeja destruir completamente a soberania brasileira, entregar a Amazônia, a nossa fronteira marítima.

Da mesma forma que nos Estados Unidos, a União Europeia (UE) fez um pacote de medidas econômicas de 500 bilhões de euros (2,8 trilhões de reais, 40% do PIB brasileiro) para apoiar países, empresas e trabalhadores durante a pandemia causada pelo coronavírus. O pacote de medidas adotadas consiste em três pilares: uma linha de crédito do Mecanismo de Estabilidade Europeu, o fundo de resgate da zona do euro, com 240 bilhões de euros em empréstimos; um fundo de garantia do Banco Europeu de Investimento com até 200 bilhões de euros em créditos para empresas; e um fundo temporário com 100 bilhões de euros para ajudar no pagamento de salários de trabalhadores e evitar demissões. (Ou seja, na melhor das hipóteses, 20% apenas do valor vai para os trabalhadores).

Boa parte das economias já precisavam de políticas fiscais vigorosas, antes mesmo da crise da coronavírus. A Itália, por exemplo, o país mais atingido pelo surto na Europa, já estava quase em recessão antes do coronavírus. É o caso também da Alemanha, considerado o motor da economia europeia, que cresceu meros 0,6% em 2019, uma notável desaceleração em relação a 2017 (2,5%) e 2018 (1,5%). Este plano de ajuda às empresas na Alemanha é mais significativo do que o utilizado na crise financeira de 2008. A crise sanitária apenas piorou muito uma situação que já era ruim.

O risco dessa crise afetar o sistema mundial é muito mais grave em 2020, do que foi em 1979, 1987 ou 2008. O risco é mais alto de contaminação do mercado de derivati vos, o que envolve trilhões de dólares. É uma verdadeira fábula de dinheiro aplicada em papéis sem lastro, investimentos financeiros completamente descolados da esfera real da economia.

A perspectiva de uma grande crise internacional, acelerada por uma brutal pandemia, está levando todos os governos a optarem por ações drásticas, em todo o mundo. Não apenas no campo fiscal, tributário e creditício, mas em áreas diretamente ligadas ao controle da doença. Por exemplo, na Espanha o governo determinou que as autoridades de saúde estatais do país assumam o controle de hospitais privados, para atender e hospitalizar pacientes com coronavírus. Segundo o ministro da saúde da Espanha, a medida visa garantir por todos os meios a saúde e o interesse público e permitir que os cidadãos possam ser atendidos em condições de igualdade. O Ministério da Saúde espanhol determinou também que as empresas e laboratórios particulares que façam diagnósticos ou produzam máscaras e outros utensílios que possam ser usados no combate ao coronavírus, devem informar ao governo da sua existência e da sua capacidade produtiva em até 48 horas.

A crise é tão grave que foi ativada pela primeira vez uma cláusula de escape geral do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC). Com a decisão, os 19 países da zona do euro poderão injetar em suas economias "tudo que precisarem de recursos". O PEC, agora suspenso, limita o déficit público a 3% e a dívida pública a 60% do PIB, sob pena de sanções econômicas. Com o acionamento da cláusula os países poderão ter déficit elevado e contrair dívida pública acima de 60% do PIB.

No mesmo dia 20 de fevereiro, o governo britânico anunciou um novo pacote de estímulos para a economia do Reino Unido enfrentar a crise decorrente da doença. Serão mais 38 bilhões de libras (mais de R$ 223 bilhões). Estes recursos serão usados para garantir o pagamento de 80% dos salários dos trabalhadores do país pelo período de três meses, a partir de 1º de março. Com este já são três os pacotes de medidas em menos de duas semanas, totalizando 418 bilhões de libras, ou R$ 2,5 trilhões. Estamos falando de um montante equivalente a 34% do PIB brasileiro para medidas de contenção às crises econômica e sanitária. Nunca em toda a história do Estado britânico foi dado um incentivo à economia dessa magnitude, o que nos dá uma ideia do tamanho do tsunami que está se armando no horizonte. As garantias dos salários, inicialmente são para três meses, entre março e maio. Mas, se a crise se aprofundar o prazo pode ser estendido. O governo britânico afirma que não há limites para o valor que pretende gastar.

Na Inglaterra, além do pagamento de 80% dos salários, (o que significará o gasto de 8 bilhões de libras, quase R$ 47 bilhões), haverá também a suspensão do IVA (Imposto sobre o Valor Agregado). Esta renúncia ao imposto, para estimular o funcionamento do comércio, representará a perda de receitas na casa dos 30 bilhões de libras (mais de R$ 176 bilhões). É um valor equivalente a 1,5% PIB inglês. O pacote inclui ainda uma ajuda para locatários de imóveis, em 30% do valor do aluguel. Ademais, todos os negócios do ramo da hotelaria e restauração tiveram as taxas governamentais suspensas, para garantia de sua sobrevivência.

A pandemia segundo a OIT, na previsão mais moderada poderá aumentar em 5,3 milhões o número de desempregados no mundo. No pior cenário, é possível que o número de desempregados cresça em 24,7 milhões, num universo, segundo a Organização, de 188 milhões de desempregados em 2019. Conforme previsão da OIT aumentará também o subemprego, com as inevitáveis reduções das jornadas de trabalho e dos salários. A Organização divulgou um cálculo da perda de renda pelos trabalhadores, com a crise, que deve ficar entre US$ 860 bilhões e US$ 3,4 trilhões até o fim deste ano.

Em 2009, o declínio da produção e do comércio mundial foi interrompido pelos enormes investimentos em infraestrutura feitos pela China. Em 2020, isso já não ocorre e nem há a tendência de isso acontecer, em razão dos ataques que o país sofre para desempenhar aquele mesmo papel. O regime interestatal relativamente cooperativo de 2008-2009, que viu a criação do G20, deu lugar a uma intensa rivalidade comercial e a um grande aumento do protecionismo, provocado fundamentalmente pelo governo de Donald Trump.

Em 2008, as economias ditas emergentes escapam amplamente da crise financeira de 2008 e se recuperam em 2009. Agora elas foram atingidas de forma imediata. Foi o caso do Brasil. Em 1929, a economia mundial era internacionalizada, mas não globalizada. Demorou mais de um ano para que a crise chegasse à Europa. Em 2020, foram necessárias apenas algumas semanas para que a paralisação da produção na China se transformasse em crise global.

Como destacou recentemente o pensador francês Chesne, em 1929, o capitalismo ainda estava em expansão nos anos 1930 e experimentaria, a partir do início dos anos 1940, um longo ciclo de acumulação (ciclo de Kondratiev), impulsionado, em grande parte, pela tecnologia, mas também pela tarefa de completar a expansão mundial das relações de produção capitalistas. Hoje, o capitalismo mundial está diante de uma parede. Ele está sendo confrontado por suas consequências sociais e econômicas, pelo aquecimento global e pelas tecnologias dominantes em razão da inteligência artificial.

A tecnologia do processo de produção é dominada pela robótica, o que reduz drasticamente a necessidade de mão de obra em muitas indústrias e setores de serviços. Quanto à tecnologia materializada nos produtos, sua capacidade de servir como impulsionador da retomada de acumulação depende da importância dos investimentos que a sua utilização supõe. Isso tanto em relação aos ramos industriais onde nascem como em atividades adjacentes. Também dependem da ampliação da demanda criada pela sua utilização social. No que diz respeito à reorganização, tudo o que se pode dizer com certeza é que a importância da China no mundo, aumentará. O processo de reprodução expandida do capital enfrenta uma parede que está ligada às características da tecnologia apresentadas acima e às consequências negativas, mesmo para a acumulação, das mudanças climáticas.

E o Brasil?

Quem detém o poder, como sempre aconteceu em todas as grandes crises no Brasil, está aproveitando a crise atual para liquidar de vez com os direitos dos trabalhadores. Por exemplo, no início de abril foi aprovado

o PL 9236/17, que prevê pagamento de um auxílio emergencial aos mais pobres no valor de R$ 600 mensais (durante três meses para as pessoas de baixa renda afetadas pela crise sanitária). Além do valor negociado ser muito baixo (uma cesta de alimentos, com 13 produtos essenciais para uma pessoa no mês de março/20, custou em média R$ 517,00 em Florianópolis), o benefício até hoje não chegou nas mãos de uma boa parte das pessoas que necessitam. Em todas as regiões do Brasil, milhares de trabalhadores denunciam que não conseguem sacar o recurso em função das exigências burocráticas.

O detalhe importante é que, pelas condições de tecnologia existentes hoje, e pela existência do Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal, montado pelos governos anteriores ao golpe de 2016, o benefício poderia começar a ser pago no mesmo dia de aprovação do PL no Congresso Nacional. Do ponto de vista prático, dada a importância do benefício, justificaria colocar até as Forças Armadas e Forças Auxiliares, para viabilizar imediatamente a chegada do recurso no bolso de quem já está passando fome. Não fazer isso é, claramente, uma opção do governo, que está preocupado em gastar o menos possível com os pobres, visando sobrar mais recurso para os ricos em geral.

Enquanto a população se concentra no enfrentamento da pandemia, e boa parte dela luta para colocar comida na mesa, aproveitam para fazer os trabalhadores pagarem a conta da crise, sozinhos. Um exemplo de como as elites endinheiradas no Brasil tratam a população. O Ministério Público do Estado Mato Grosso, instituiu no mês de abril um "Bônus covid" de até R$ 1.000,00 para procuradores, promotores e servidores usarem em gastos de saúde durante a pandemia. A medida, de 04 de maio de 2020, terá um custo de R$ 680 mil por mês. Procuradores e promotores têm direito a R$ 1.000,00 e os demais servidores a R$ 500,00. O ato administrativo do Ministério Público de Mato Grosso, surge num momento em que a população mofa nas filas da Caixa Econômica Federal tentando sacar os miseráveis R$ 600,00, para não morrer de fome.

Um segundo exemplo da "consideração" com que tratam o povo no Brasil. No dia 06 a Câmara dos Deputados aprovou em segundo turno a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 10/2020, que permite ao Banco Central (BC) adquirir papéis podres dos grandes bancos e investidores, sem nenhum limite de valor. Especialistas que acompanham de perto o assunto, afirmam que a PEC irá aumentar a dívida pública em vários trilhões de reais. Enquanto o governo propõe destinar R$ 200,00 reais mensais para os desempregados e desamparados (os R$ 600,00 vieram através de negociação, a partir de uma proposta de R$ 1.000,00 da oposição) aprovam uma PEC que irá aumentar exponencialmente a dívida pública, a qual, no final das contas, será paga pela população.

O grande empresariado se sente tão à vontade, num país onde metade da população está dependendo dos R$ 600,00 da Renda Emergencial para não morrer de fome, que às vezes alguns deles tem ataques de "sinceridade inconveniente": Guilherme Benchimol, presidente e fundador da XP Investimentos, afirmou recentemente que o Brasil está indo no caminho certo e já superou o coronavírus nas classes altas e médias. Afirmou em entrevista: "Acompanhando um pouco os nossos números, eu diria que o Brasil está bem. Nossas curvas não estão tão exponenciais ainda, a gente vem conseguindo achatar. Teremos uma fotografia mais clara nas próximas duas a três semanas. O pico da doença já passou quando a gente analisa a classe média, classe média alta".

Por outro lado, há um verdadeiro dilúvio de capitais internacionais que escapam do Brasil. A saída líquida de dólares da economia brasileira no ano passado (entradas menos saídas) foi de US$ 44,77 bilhões, maior evasão de divisas do Brasil em toda a série histórica, iniciada em 1982. Mas somente neste ano já fugiram praticamente os valores observados em todo o ano passado. Os grandes "investidores" têm grande sede de lucros e pernas longas. Têm também informações privilegiadas, as quais nós, meros vendedores da força de trabalho, não temos acesso. O recorde anterior de fuga de capitais tinha sido registrado em 1999, quando o saldo cambial (diferença entre as entradas e saídas de dólares) ficou negativo em US$ 16,18 bilhões. Somente em março, o Banco Central já injetou US$ 15,245 bilhões em recursos novos no mercado de câmbio, tentando conter a escalada do dólar. Mesmo assim, o real é a moeda que mais se desvalorizou no mundo, neste ano.

Considerações finais

A partir do diagnóstico colocado, é possível projetar algumas tendências gerais na evolução da economia mundial, conforme segue:

1.Aumento do endividamento e inadimplência

Diferentemente de 2007/2009, agora, em 2020, há uma fraqueza das ferramentas monetárias que foram tão importantes em setembro de 2008; a perda de eficácia das intervenções dos bancos centrais e o nível já elevado das dívidas públicas no início da pandemia. A resposta à crise do covid-19 requer um aumento dos

déficits fiscais dos países em uma ordem de 10% do PIB ou mais. E isso acontece em um momento em que os níveis da dívida pública em muitos países já eram altos, senão insustentáveis. A perda de renda para muitas famílias e empresas pode gerar uma inadimplência em massa.

No Brasil a situação será pior: recentemente a Câmara dos Deputados aprovou em segundo turno a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 10/2020, que permite ao Banco Central (BC) adquirir papéis podres dos grandes bancos e investidores, sem limite algum. São papéis que estão acumulados há 15 anos, e que significarão um prejuízo do erário público de trilhões de reais! Enquanto a população se distrai, tentado sobreviver ao coronavírus e à fome, aproveitam para depenar o erário público.

2. Necessidade de maiores investimentos em sistemas de saúde

A crise do coronavírus mostrou o fracasso dos países que destruíram seus sistemas públicos de saúde, durante décadas de políticas neoliberais. Fica evidente a importância de destinar maiores gastos aos sistemas públicos de saúde. A consequência é que o "financiamento" dessas eventuais despesas com saúde aumentará ainda mais as dívidas implícitas dos atuais sistemas de assistência médica e de seguridade social, já que a população economicamente ativa (e pagadora de impostos) está ficando menor em relação à população que precisa de assistência (os idosos).

3. Risco de deflação

A crise do coronavírus também está criando uma "folga" na produção de bens e criando desemprego (além de provocar um colapso dos preços de commodities, como petróleo e metais industriais, cuja demanda diminuiu dramaticamente). Isso torna provável a deflação de preços de uma forma geral. A população não tem renda para consumir os produtos e por isso seus preços caem. Mas o fenômeno gera desemprego em massa e pobreza. A deflação significa que o paciente está debilitado, a economia está perdendo os seus sinais vitais.

4. Crise no mercado de trabalho

Milhões de pessoas estão perdendo seus empregos ou tendo sua renda diminuída, as diferenças de "renda" e "riqueza" da economia do século XXI se ampliarão ainda mais. As empresas de economias avançadas repassarão a produção de regiões de baixo custo para mercados domésticos de alto custo, a fim de se proteger de eventuais riscos. Mas nesse caso, essa tendência acelerará o ritmo da automação, pressionando os salários para baixo, aumentando ainda mais a xenofobia.

5. "Desglobalização"

"A pandemia está acelerando as tendências de desglobalização", segundo o economista Noriel Roubini. Os Estados Unidos e a China se dissociarão mais rapidamente, e a maioria dos países responderá adotando políticas ainda mais protecionistas para proteger empresas e trabalhadores domésticos de rupturas globais.

Como diz Roubini, o mundo pós-pandemia "será marcado por restrições mais rígidas ao movimento de bens, serviços, capital, trabalho, tecnologia, dados e informações".

6. As restrições de imigração e comércio tendem a aumentar

Em condições de maior insegurança econômica, haverá um forte impulso de bode expiatório de estrangeiros e de comércio para a crise.

7. Aumentam as tensões entre Estado Unidos e China

Com o governo Trump fazendo todos os esforços para culpar a China pela pandemia, a disputa dos países no comércio, tecnologia, investimento, dados e acordos monetários se intensificará, contaminando o mundo todo. Se dependesse da postura dos Estados Unidos, a disputa viraria guerra rapidamente.

Referências

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. E*stados Unidos & China: duas estratégias na luta pela hegemonia.* Disponível em: https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/Estados Unidos-china-duas-estrategias-na-luta-pela-hegemonia/. Acesso em: 10 maio 2020.

MOURA, J. Pico de Covid-19 nas classes altas já passou; o desafio é que o Brasil tem muita favela, diz presidente da XP. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/brasil-esta-indo-bem-no-controle-do-coronavirus-e-pico-nas-classes-altas-ja-passou-diz-presidente-da-xp.shtml. Acesso em: 07 maio 2020.

MINEIRO, Adhemar. A *crise internacional do coronavírus*: uma conjuntura difícil no curto-prazo, e de mudanças importantes no médio e no longo prazo. 2020. Disponível em https://www.uscs.edu.br/boletim/5732.pdf. Acesso em: 10 maio 2020.

RUSSO JÚNIOR, Carlos. 40 milhões de miseráveis: the new yorker expõe face oculta e cruel dos estados unidos. *Diálogos do Sul*, 14 abr. 2020. Disponível em: https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/permalink/64142. Acesso em: 10 maio 2020.

Notas

1 Artigo publicado no dia 14.02.20, na revista Science, e repercutido em sites de informações brasileiros.
2 Cenário Básico do Fundo, divulgado em abril/2020.
3 Ver Mineiro, Adhemar: A crise internacional do coronavírus: Uma conjuntura difícil no curto-prazo, e de mudanças importantes no médio e no longo prazo. Maio de 2020.
4 Ver Russo Júnior (2020).
5 O Vietnã é também, hoje, exemplo para o mundo de como enfrentar a pandemia. Com quase 96 milhões de habitantes e ocupando área pouco maior que a de Goiás, até 30.05.20 não tinha registrado uma única morte de covid-19 entre os 328 infectados, dos quais 279 já estavam curados. O isolamento social findou a 22 de abril, embora sejam mantidas medidas restritivas para bares, clubes, spas, teatros, centros esportivos etc. Estão proibidas reuniões com mais de 20 pessoas, e restaurantes e lanchonetes devem obedecer às diretrizes das autoridades locais. O país, que faz fronteira com a China, já havia adquirido experiência de como lidar com outras modalidades de coronavírus, como a SARS (2002) e a MERS (2012).

José Álvaro de Lima Cardoso
Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Economista e Supervisor Técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio Econômicos, Escritório Regional de Santa Catarina (DIEESE)

DIEESE
Avenida Mauro Ramos, 1624 – Centro
Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
CEP 88020-302

Agradecimentos
Não se aplica.

Agência financiadora
Não se aplica.

Contribuições das autoras
Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica.

Consentimento para publicação
Consentimento do autor.

Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

SPECIAL SECTION

The crisis that looks like no other: reflections on the "corona-crisis"

José Álvaro de Lima Cardoso[1]
https://orcid.org/0000-0001-5962-2056

[1] Inter-union Department of Statistics and Socio-Economic Studies, Office of Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brazil

The crisis that looks like no other: reflections on the "corona-crisis"

Abstract: The objective of this text is to deepen the debate about a global economic crisis, which was already forming, but immensely catalyzed by the Covid-19 crisis. The analysis, comparison of data from authorized institutions, seeks, based on the indicators of the global crisis, to always do or contradict Brazil. One of the conclusions highlighted in the text is the current crisis, also called "Corona Crisis", is one of the most relevant in history and has already overcome the Great Depression of 1929, mainly in the speed with which the world economy is deteriorating. In this crisis, the worsening of macroeconomic and social indicators, which developed in the 1930s in three years, occurred in three weeks. The article also concludes that Brazil faces a sum of simultaneous crises, which influence each other.

Keywords: Crisis. Economical. International. Unemployment. Depression.

Received 08.05.2020. Approved 15.06.2020. Revised 02.07.2020.

© The Author(s). 2020 **Open Access** This article is distributed under the terms of the Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License (http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/), which permits use, distribution, and reproduction in any medium, since it's for non-commercial purposes, and provided you give appropriate credit to the original author(s) and the source, provide a link to the Creative Commons license, and indicate if changes were made.

Introduction

The following text initially presents an analysis of the development of crises (economic and health) in the different countries of the world, aiming to understand the seriousness of the problem and the way in which the various governments are facing it. Today, the world is going through what some economists have called the "corona-crisis". The ongoing brutal economic crisis, comparable to the Great Depression of 1929, was not caused, but accelerated by the Covid-19 pandemic. This is already the biggest global economic and financial crisis since the 1930s, and was called by the International Monetary Fund (IMF) a "great lockdown". If this crisis has not yet surpassed that of 1929 (it is difficult to be categorical, given the scarcity of comparable indicators between one crisis and another), judging by the speed of events, it will overcome it.

From a medical point of view, this crisis is very serious. A group of researchers from the Harvard University School of Public Health[1] came to the conclusion that efforts at social distancing to prevent hospital collapse in the face of the covid-19 pandemic may be necessary, at least intermittently, by 2022. Worldwide, the pandemic is far from being "democratic", as some would like. It is obvious that those who die are the poorest. The middle classes are being affected, but the economically vulnerable groups are the most impacted and account for the bulk of deaths. Estimate that a quarter of the world population lives in slums. In Brazil there are 13.6 million in this condition. This means that, often, eight or nine people huddle together in one or two rooms. In this condition it is impossible to avoid the crowding of people, going out into the street is inevitable.

From this perspective of what happens in the world, we try to analyze the situation in Brazil a little, which is going through a dramatic political and economic crisis. The current Brazilian crisis is very serious, because it summarizes:

1. unusual world economic crisis;
2. dramatic crisis in the Brazilian economy: the country has been experiencing three years of stagnation, after two years of brutal recession (2015/2016). Recession much worse by the 2016 coup d'état;
3. a pandemic that is already the most serious in the last century;
4. acute political crisis, with great polarization in society.

This conjunction of crises occurs at a time when Brazil has the worst government in history: the most surrendered and the most servile to gigantic geopolitical interests. A government that intends to make the country unfeasible as a nation and that plans to completely destroy Brazilian sovereignty, hand over the Amazon, our maritime border. That is destroying national science, scrapping federal universities and Federal Institutes, cut the scientific budget by more than 60%. The list of atrocities committed since the 2016 coup, which was greatly increased in this government, is very long.

As a result of this macabre combination, Brazil is the most problematic case in the world, in terms of coping with the pandemic and is fast becoming the global epicenter of the disease. It is that the control of the pandemic presupposes focus, strategy and planning, in addition to a commitment to the well-being of the population, elements absolutely foreign to this government, in all areas.

In the text below, we initially approach the economic crisis in the world, seeking to analyze how the different countries have tried to face them, verifying the differences and similarities in the approach to the problem. In a second moment, we briefly analyze the situation of the American economy, due to the weight it has in the world economy and the fact that, as the head of the imperialist countries, its actions always have great worldwide repercussions.

Subsequently, we bring some elements that illustrate the seriousness of the crisis in the world and the coping options adopted in different countries. Then, we analyze the Brazilian case, which, at the moment, faces what can be called "perfect storm". Finally, as concluding notes, we seek to reflect on some general trends in the world, in economic and political aspects.

Economic crisis spread worldwide

The IMF[2] forecast is that the Gross Domestic Product (GDP) of the global economy will fall by 3% in 2020. For comparative purposes, the recession of the 2008 global financial crisis registered a decline in GDP of -0.1% in 2009. With these falling numbers of the global product, one can imagine what this will mean in terms of rising poverty and hunger in the world.

In the IMF forecast, international trade will show a drop in volume of -11% in 2020. The report also estimates that of the 189 countries in the world 170 will have a drop in the variation of GDP, which reveals the scope of the current crisis. Commodity prices have dropped dramatically due to the retraction in demand. The biggest setback is due to oil, which had an unprecedented drop in consumption: the WTI barrel, a

reference for the American market, has shown a negative price. Experts estimate that the price of oil will drop by more than 40% in 2020, due to low global demand.

Obviously, all these projections must be looked at with caution, as the performance of the global economy will depend on the interaction of factors that are difficult to predict, such as the evolution of the pandemic, the intensity and duration of the isolation measures, the size of the supply shock due the interruption of production chains, the impact of the financial shock, etc. This means that the performance of the global economy may be even worse than what has been projected by world institutions, such as the IMF and the World Bank.

The IMF forecast is that the group of advanced economies will be the main responsible for the contraction of the global economy this year. Possibly due to the fact that the health crisis had its successive epicenter in the richest economies on the planet, first reaching China, later Europe and, in April, the United States[3]. This group of rich countries should have a 6.1% drop in GDP, in other words, it should fall in a double percentage in relation to the world average. The greatest decline in GDP is likely to be registered in the Euro Area (-7.5%), due to the seriousness of the epidemic in Italy and Spain and, to a lesser extent, in France and Germany. Intense decreases in economic performance are also expected for the United Kingdom (-6.5%), the United States (-5.9%) and Japan (-5.2%), countries that make up the world imperialist center. In a not so adverse situation are the countries that have had the most success in containing the covi-19, such as China, Singapore, Hong Kong, South Korea, Vietnam.

In underdeveloped countries, crises are diverse and take on specific shapes:

1. a health shock in the face of precarious, or non-existent, public health systems;
2. brutal economic shock, with collapse of external and internal demand;
3. fall in commodity prices;
4. strong exchange rate depreciations.

The above factors, serious in themselves, potentiate each other. The IMF forecast is for a 1% drop in the average GDP variation in the group of underdeveloped economies (which the Fund calls emerging and developing countries). This result, however, hides strong heterogeneity. The so-called emerging Asia should only decelerate, maintaining a positive performance (+ 1% in the year), mainly due to China (+ 1.2%) and India (+ 1.9%). But other regions, such as Latin America and emerging Europe, will see a sharp drop in their GDP, possibly above 5%. For Brazil, the IMF and World Bank forecast is for a decrease of at least 5%. It will be a performance below that of Latin America, for which the economic analysis agencies are forecasting a 4.6% contraction (World Bank).

The severity of the crisis can best be assessed using indicators from Germany, Europe's largest economy. The country's economy was already in a kind of "limbo". In 2019, for example, it had the worst growth in the last 6 years (0.6%). But the pandemic caused by the New coronavirus has put this economy in an even more precarious situation, possibly leading to the most serious post-World War II recession. Unemployment, of 5.8%, increased 13.2% in April, the highest one-month high since 1991. It is the first time in the post-war that the unemployment rate has risen during the month of April, which marks the beginning in the Northern Hemisphere, during which the labor market is expected to warm up.

The drop in German GDP, according to the government forecast, is expected to reach 6.3% this year, the biggest since these calculations started to be released in 1970. Another indicator of the seriousness of the German situation is the numbers of industrial production, which have been falling since 2019, but it is a problem that has now become more acute. In March, Germany suffered a 9.2% historical reduction in industrial production, compared to February. According to Destatis, the country's statistics agency, it was the biggest drop seen since the beginning of the construction of the database, in January 1991. The drop was not only greater because the construction sector showed an increase in production of 1.8 % in the month. Compared with March 2019, German industrial production fell by 11.6%.

The crisis in Europe's largest economy had an immediate effect on the entire Eurozone. For 2020, GDP contraction is expected to reach 7.5% for all 19 countries in the Euro zone. In this context, unemployment in the Eurozone started to skyrocket, 7.4% (almost 12 million unemployed) in March. The champion countries of unemployment in Europe are Greece with the highest index 16.4% (data from January), followed by Spain, with 14.5% also in March. In addition to the brutal rise in unemployment, the deterioration of the labor market is compounded by increased informality across the region.

The forecast is that only emerging countries in Asia will see positive growth of + 1%, including China, which can expect a 1.2% increase in their GDP, and India, whose expected growth is 1.9%. The IMF predicts a 1.6% drop in GDP in sub-Saharan Africa (region south of the Sahara), which is expected to experience a 1.6% decrease, with the risk of a food crisis. Everything indicates that there will be a brutal increase in hunger in the region. Worldwide, the crisis has highlighted a series of inequalities, now increasing: income, education, access to digital equipment, access to the Internet, others. In addition to inequalities linked to heritage, such as access to housing, which is fundamental in times of social isolation.

From what is observed in terms of the development of the crisis, the tendency is for the pandemic to worsen the situation of the working class and intensify the class struggle. Thus, it is an illusion to think that class contradictions, and between imperialist and underdeveloped countries, will subside because of the pandemic. Poverty and job insecurity have intensified even further as a result of the crisis. In each capitalist country, the bourgeoisie seeks to maneuver the crisis and its consequences, based on its class interests. The exits are never neutral, but shaped by the interests of those who hold power.

The economic crisis process is going much deeper and faster than that observed in the crisis of 2008 and the Great Depression of 1929. The economist Noriel Roubini - whose analyzes that were previously considered pessimistic, are now seen as realistic - notes that in those two major crises stock exchanges fell by 50% or more, credit markets froze, major bankruptcies happened, unemployment rates rose above 10% and GDP shrank at an annualized rate of 10% or more. But all of these phenomena took place in three years or more. In the current crisis, says Roubini, all this materialized in three weeks. In three weeks, a month, the elements that make up the so-called aggregate demand (consumption, capital expenditure, exports) are in free fall, as never seen before. It is as if we had a recurrence of a serious disease, whose impacts on the organism happen, in the recurrence, in a much faster way. The information is doubly negative: the disease returns and the speed with which it spreads. Obviously part of this speed of propagation of the crisis is related to the globalization of the economy, and of information, especially in relation to 1929. But in 2007 the economy was as globalized as today. The speed with which information circulates in the markets today, is similar to that existing in 2007/2008.

The severity of the crisis can also be measured on the basis of what is happening to the Chinese economy, the engine of the world economy in recent years: contraction of 6.8% of GDP in the first quarter of 2020, compared to the same period in the previous year. . Worst single-quarter drop China has recorded since it began publishing these figures in 1992. The growth forecast (1.2% for the year, as we have seen), represents the country's worst annual GDP performance since the recession of 1976, when the death of Communist Party leader Mao Zedong ended a decade-long social and economic turmoil (44 years ago). The reasoning is elementary: if China, the most dynamic economy in the world, a country that gave a real lesson in how to face a plague, had the worst quarter in history, and that has a national development project, what can happen with the Brazil, which is the worst case of coping with the disease in the world?

Crisis in the American economy

The intensity of economic problems in the United States, the epicenter of global capitalism, is a thermometer of the seriousness of the current crisis. The IMF estimates that the North American economy will present a 5.9% retraction in its Gross Domestic Product (GDP), an unprecedented fact. This result interrupts 10 years of growth, a cycle that started in 2010, following the great global recession that occurred in the period 2007-2009. Growth period, moreover, considered unusual not only for its duration, but also for the reasonable rate of growth (2% per year, on average).

The sharp and sharp drop in GDP has led to a dramatic rise in unemployment in the largest economy on the planet. The country recorded an unemployment rate of 14.7% in April, the highest in more than 70 years and the highest unemployment rate since records began to be made in 1948. Still in February this year, unemployment reached the lowest percentage in history, 3.5%, which shows the worsening of the problem in such a short time, as a result of the pandemic. According to the United States Department of Employment, up to 20.5 million people lost their jobs last April.

According to official information, the current crisis destroyed, in the first month, all jobs generated after the great economic crisis of 2007/2009. For comparison, during that crisis, the United States would have reached an unemployment peak of around 10% in October 2009. During the entire period of the crisis, more than 8 million jobs would have been destroyed, against more than 20 million in a month, in this crisis. The brutal unemployment rate in the United States, is aggravated by the immense inequality, which emerges in the unemployment indicator: for the general index, which in itself is explosive, it still varies considerably between ethnic groups. Among whites, unemployment was 14.2% in April, for African Americans it was 16.7%, and among Hispanics reached 18.9%.

Even taking advantage of all the advantages of being the main imperialist country on earth, the USA faces great internal contradictions, because its development model generates great social inequality. At least since the government of Ronald Reagan (1981/1989), the American welfare state, which was already weak, has been gradually destroyed. It is estimated that there are currently more than 40 million poor people in the USA. About 40% of Americans complain that they are unable to cover unexpected expenses for emergencies, which exceed $ 400[4] The fact that the United States has such a large number in poverty is a real time bomb. A

workers' uprising within the richest imperialist country in the world would have a political, economic and social effect, simply unpredictable. Risk that must have influenced the US decision, about a decade ago, to "retake" the governments of Latin America to their area of influence.

The seriousness of the crisis and the actions to confront it worldwide

In the capitalist system, the labor market functions as an "adjustment variable" for the business community. At time H, when the crisis gets worse, businessmen dismiss the workers without further ado. Hence the class struggle over labor law. Entrepreneurs hate labor market regulation because, when the crisis arises, it means an obstacle to adjusting costs. The existence of a job in the capitalist system is only justified if the capitalist can appropriate a part of the value produced by the worker. If this is not the logic, the system would not be capitalist. In the case of Brazil, an underdeveloped and dependent country, there has never been a culture of job preservation (rare, indeed, even in the central capitalist countries), which minimally guaranteed the well-being of people and the domestic consumer market.

When the economic crisis worsens, entrepreneurs have a hierarchy of strategies to face the problem, in which the sacrifice of employment is the first to be used. The turnover rate in Brazil, even, always at heights, reveals how layoffs have always been the bosses' preferred strategy at the time of the crisis brought on by the crisis. If the turnover rate is monstrous, to the point that in some categories 100% of workers work in a single year, it is because it is not costly to fire, as the bosses have always claimed in Brazil.

The pandemic did not cause the economic crisis, it only accelerated it. Some analyzes give the impression that the economy was in a brigadier sky, with a strong wind, when the pandemic came and caused the crisis. The fact is that the tsunami had been arming for a long time. The epidemic only anticipated the worsening of the crisis. The contradictions that led to the 2007/2008 crisis (caused by the financialization of the economy) remain, have not been resolved. On the contrary, some have been aggravated. One would expect that a new crisis would come sooner or later. The impact of the two crises brought together, on the economy and politics in the world is being and will be even more dramatic. As Covid-19 is an unknown disease, for which there is still no vaccine (it will take a few months, perhaps years), the depth and extent of the crisis ca nnot yet be estimated.

Regarding the post-pandemic situation, there are a range of possibilities. We have seen some extremely optimistic analyzes, about post-Covid-19: that the world will be more harmonious, that the fear of the disease will bring people together, that the world will be more sympathetic. It is a very optimistic approach, to say the least. It will not be a disease that will end the capital versus labor conflict in the world. Depending on what happens, things can get worse. For example, the Brazilian government is taking advantage of the pandemic to transfer the burden of the crisis to the worker, through numerous measures such as MP 937 and MP 905. In this context, when the pandemic ends, the worker will be poorer, the income pattern and employment, which was already in a process of deterioration, will be at another level.

If neoliberal policies were fundamental to transfer, at least in part, the crisis from the center of the system to the capitalist periphery, at the same time they destroyed the already precarious public policies for serving the population, starting with the public health and education systems. The United States faces a chaotic situation, quickly becoming the epicenter of the pandemic in the world, with more than 105,000 deaths and 1.8 million people infected by Covid-19, as of 30.05.20. On the other hand, the Chinese state has put its resources and its organizing force in response to the pandemic. The structuring of patient care carried out in an extremely agile way, the organization of the population, the adaptation of industrial production to the needs of fighting the disease, the construction of hospitals in record time, the availability of a large number of tests - actions basically taken to carried out by the State - referred for a quick control of the disease. However influential it may be by the hegemonic media, a part of people perceives these differences[5].

In order to feel the drama of the crisis, it is didactic to pay attention to what the rich countries have been doing to face it. The measures that these countries, which normally have privileged information, are taking, should serve as a warning about the seriousness of the crisis. Germany, for example, the "homeland of fiscal austerity" (4th GDP in the world), is putting 35% of its GDP (4th in the world) in fighting crises. The United States approved the most important economic plan in the history of the world economy. The forecast is for an initial expenditure of almost two trillion dollars, equivalent to about R $ 10 trillion (for comparison, the Brazilian GDP last year was R $ 7.3 trillion). They will put another two trillion dollars at the end of the pandemic. This fable of money, an antidote against the economic crisis and the pandemic, foresees massive injections in companies and even in the pockets of citizens.

The bulk of these investments in rich countries are being made in companies. States are commanded by the bourgeoisies of each country. There, as here, governments want to solve the problem of the bourgeoisie. Of

course, there are differences in the treatment of workers there and here, because Brazil is an underdeveloped and dependent country. The United States is the leading imperialist country on the globe, draining resources from around the world to guarantee its interests. He even finished coordinating a coup in Brazil to take the pre-salt and other wealth. As in several Latin American countries. So, it has many more resources, including to put money directly in the pocket of the majority of the population. Direct transfers of money, which reached the majority of US citizens, are $ 1,200 per adult and $ 500 per minor. Such direct aid to citizens could reach $ 500 billion. The plan also includes a $ 367 billion credit line for small and medium-sized businesses, and a $ 500 billion fund for industries, cities and states. The dismissed workers will receive unemployment insurance for four months, in the amount usually paid in their state, plus an extra $ 600.

As in the United States, the European Union (EU) made a package of economic measures of 500 billion euros (2.8 trillion reais, 40% of Brazilian GDP) to support countries, companies and workers during the pandemic caused by the coronavirus. The package of measures adopted consists of three pillars: a credit line from the European Stability Mechanism, the eurozone rescue fund, with EUR 240 billion in loans; a European Investment Bank guarantee fund with up to 200 billion euros in loans to companies; and a temporary fund with 100 billion euros to help pay workers' wages and prevent layoffs. (That is, at best, only 20% of the value goes to workers).

Much of the economies already needed vigorous fiscal policies, even before the coronavirus crisis. Italy, for example, the country hardest hit by the outbreak in Europe, was almost in recession before the coronavirus. This is also the case in Germany, considered the engine of the European economy, which grew by a mere 0.6% in 2019, a notable deceleration in relation to 2017 (2.5%) and 2018 (1.5%). This plan to help companies in Germany is more significant than the one used in the 2008 financial crisis. The health crisis only made a situation that was already bad worse.

This conjunction of crises occurs at a time when Brazil has the worst government in history: the most surrendered and the most servile to gigantic geopolitical interests. A government that intends to make the country unfeasible as a nation and that plans to completely destroy Brazilian sovereignty, hand over the Amazon, our maritime border.

The risk of this crisis affecting the world system is much more serious in 2020 than it was in 1979, 1987 or 2008. The risk is higher of contamination in the derivatives market, which involves trillions of dollars. It is a true fable of money applied to unsupported papers, financial investments completely detached from the real sphere of the economy.

The prospect of a major international crisis, accelerated by a brutal pandemic, is driving all governments to take drastic action, worldwide. Not only in the fiscal, tax and credit fields, but in areas directly linked to disease control. For example, in Spain the government has determined that the country's state health authorities take control of private hospitals, to care for and hospitalize patients with coronavirus. According to the Spanish Minister of Health, the measure aims to guarantee health and public interest by all means and allow citizens to be treated on an equal basis. The Spanish Ministry of Health has also determined that companies and private laboratories that make diagnoses or produce masks and other tools that can be used to fight the coronavirus, must inform the government of their existence and their productive capacity within 48 hours.

The crisis is so serious that a general escape clause from the Stability and Growth Pact (PEC) was activated for the first time. With the decision, the 19 eurozone countries will be able to inject into their economies "everything that needs resources". The PEC, now suspended, limits the public deficit to 3% and the public debt to 60% of GDP, under penalty of economic sanctions. With the activation of the clause, countries may have a high deficit and contract public debt above 60% of GDP.

On the same day 20.02, the British government announced a new stimulus package for the UK economy to face the crisis resulting from the disease. It will be over 38 billion pounds (more than R $ 223 billion). These funds will be used to guarantee the payment of 80% of the wages of the country's workers for a period of three months, starting from the 1st. March. With this, there are already three packages of measures in less than two weeks, totaling 418 billion pounds, or R $ 2.5 trillion. We are talking about an amount equivalent to 34% of the Brazilian GDP for measures to contain the economic and health crises. Never in the history of the British State has an encouraging the economy of this magnitude, which gives us

an idea of the size of the tsunami that is arming on the horizon. Salary guarantees are initially for three months between March and May. But if the crisis deepens, the deadline can be extended. The British government says there are no limits to the amount you want to spend.

In England, in addition to the payment of 80% of wages, (which will mean spending 8 billion pounds, almost R $ 47 billion), there will also be a suspension of VAT (Value Added Tax). This tax waiver, to stimulate the functioning of trade, will represent a loss of revenue of around £ 30 billion (more than R $ 176 billion). It is a value equivalent to 1.5% English GDP. The package also includes help for renters of real estate, at 30% of the rent. In addition, all business in the hotel and restaurant industry has had government fees suspended to ensure their survival.

The pandemic according to the ILO, in the most moderate forecast could increase the number of unemployed in the world by 5.3 million. In the worst case scenario, it is possible that the number of unemployed will grow by 24.7 million, in a universe, according to the Organization, of 188 million unemployed in 2019. Under ILO forecast, underemployment will also increase, with the inevitable reductions in working hours and wages. The Organization released a calculation of the loss of income by workers, with the crisis, which is expected to be between US $ 860 billion and US $ 3.4 trillion by the end of this year.

In 2009, the decline in world production and trade was halted by the huge investments in infrastructure made by China. In 2020, this no longer occurs and there is no tendency for it to happen, due to the attacks that the country suffers to play that same role. The relatively cooperative interstate regime of 2008-2009, which saw the creation of the G20, gave way to intense commercial rivalry and a great increase in protectionism, caused mainly by the Donald Trump administration.

In 2008, the so-called emerging economies largely escaped the financial crisis of 2008 and recovered in 2009. Now they have been hit immediately. This was the case in Brazil. In 1929, the world economy was internationalized, but not globalized. It took more than a year for the crisis to reach Europe. In 2020, it only took a few weeks for the production stoppage in China to turn into a global crisis.

As the French thinker Chesne recently pointed out in 1929, capitalism was still expanding in the 1930s and would experience, from the beginning of the 1940s, a long cycle of accumulation (Kondratiev cycle), driven, in large part, by technology , but also for the task of completing the worldwide expansion of capitalist production relations. Today, world capitalism is facing a wall. He is being confronted by its social and economic consequences, by global warming and by the dominant technologies due to artificial intelligence.

Production process technology is dominated by robotics, which dramatically reduces the need for labor in many industries and service sectors. As for the technology materialized in the products, its ability to serve as a driver for the resumption of accumulation depends on the importance of the investments that its use implies. This is true both in relation to the industrial branches where they are born and in adjacent activities. They also depend on the expansion of demand created by their social use. With regard to reorganization, all that can be said with certainty is that China's importance in the world will increase. The process of expanded reproduction of capital faces a wall that is linked to the characteristics of technology presented above and to the negative consequences, even for the accumulation, of climate change.

And Brazil?

Whoever holds power, as has always happened in all major crises in Brazil, is taking advantage of the current crisis to put an end to the rights of workers. For example, in early April PL 9236/17 was approved, which provides for the payment of emergency aid to the poorest in the amount of R$ 600 per month (for three months for low-income people affected by the health crisis). In addition to the negotiated value being very low (a food basket, with 13 essential products for one person in March/2020, cost an average of R$ 517.00 in Florianópolis), the benefit has not reached the hands of today. part of the people in need. In all regions of Brazil, thousands of workers report that they are unable to withdraw their funds due to bureaucratic requirements.

The important detail is that, due to the technology conditions existing today, and due to the existence of the Federal Government's Unique Registry for Social Programs, set up by the governments prior to the 2016 coup, the benefit could start to be paid on the same day of the PL's approval in the National Congress. From a practical point of view, given the importance of the benefit, it would justify placing even the Armed Forces and Auxiliary Forces, to immediately make the arrival of the resource in the pocket of those who are already starving. Not doing so is clearly an option of the government, which is concerned with spending as little as possible on the poor, with a view to leaving more resources for the rich in general.

While the population is concentrating on facing the pandemic, and much of it struggles to put food on the table, they take the opportunity to make the workers pay the bill for the crisis, alone. An example of how

wealthy elites in Brazil treat the population. The Public Ministry of the State of Mato Grosso, in April, instituted a "Bonus covid" of up to R $ 1,000 for prosecutors, prosecutors and civil servants to use in health expenses during the pandemic. The measure, from May 4, 2020, will cost R $ 680 thousand per month. Attorneys and prosecutors are entitled to R $ 1,000 and the other civil servants to R $ 500. The administrative act of the Public Prosecutor of Mato Grosso comes at a time when the population gets angry at the Caixa Econômica Federal lines trying to withdraw the miserable R $ 600, 00, so as not to starve.

A second example of the "consideration" with which the people in Brazil are treated. On the 6th, the Chamber of Deputies approved, in a second round, the Proposed Amendment to the Constitution (PEC) 10/2020, which allows the Central Bank (BC) to acquire rotten papers from large banks and investors, without any limit on the amount. Experts who follow the matter closely say that the PEC will increase the public debt by several trillion reais. While the government proposes to allocate R $ 200 reais per month to the unemployed and helpless (the R$ 600.00 came through negotiation, based on a proposal of R$ 1,000.00 from the opposition), they approve a PEC that will increase the debt exponentially which, in the end, will be paid by the population.

The large business community feels so at ease, in a country where half the population is dependent on R$ 600.00 in Emergency Income to avoid starving, that sometimes some of them have attacks of "inconvenient sincerity": Guilherme Benchimol, president and founder of XP Investimentos, recently stated that Brazil is going the right way and has already overcome the coronavirus in the upper and middle classes. He said in an interview: "Following our numbers a little, I would say that Brazil is doing well. Our curves are not as exponential yet, we have been able to flatten them. We will have a clearer picture in the next two to three weeks. The peak of the disease has passed when we analyze the middle class, upper middle class". On the other hand, there is a real deluge of international capital that escapes Brazil. The net outflow of dollars from the Brazilian economy last year (inflows less outflows) was US $ 44.77 billion, the largest foreign exchange evasion in Brazil in the entire historical series, which started in 1982. But this year alone, the values have practically fled observed throughout the past year. The big "investors" have a great thirst for profits and long legs. They also have privileged information, which we, mere salespeople of the workforce, do not have access to. The previous record of capital flight had been set in 1999, when the foreign exchange balance (difference between dollar inflows and outflows) was negative at US $ 16.18 billion. In March alone, the Central Bank already injected US $ 15.245 billion in new resources in the foreign exchange market, trying to contain the dollar's escalation. Even so, the real is the currency that has devalued the most in the world this year.

Final considerations

From the diagnosis made, it is possible to project some general trends in the evolution of the world economy, as follows:

1. Increase in indebtedness and defaults

Unlike 2007/2009, now, in 2020, there is a weakness in the monetary tools that were so important in September 2008; the loss of effectiveness of central bank interventions and the already high level of public debt at the beginning of the pandemic. The response to the covid-19 crisis requires an increase in countries' fiscal deficits of around 10% of GDP or more. And that happens at a time when public debt levels in many countries were already high, if not unsustainable. The loss of income for many families and businesses can generate massive defaults.

In Brazil, the situation will be worse: the Chamber of Deputies recently approved, in a second round, the Proposed Amendment to the Constitution (PEC) 10/2020, which allows the Central Bank (BC) to acquire rotten papers from large banks and investors, without any limit. These are papers that have been accumulated for 15 years, and that will mean a loss to the public treasury of trillions of reais! While the population is distracted, trying to survive the coronavirus and hunger, they take the opportunity to pluck the public purse.

2. Need for greater investments in health systems

The coronavirus crisis showed the failure of countries that destroyed their public health systems during decades of neoliberal policies. The importance of allocating greater expenditures to public health systems is evident. The consequence is that the "financing" of these eventual health expenditures will further increase the implicit debts of the current health care and social security systems, since the economically active (and tax-paying) population is getting smaller compared to the population that needs assistance (the elderly).

3. Risk of deflation

The coronavirus crisis is also creating a "slack" in the production of goods and creating unemployment (in addition to causing a collapse in the prices of commodities, such as oil and industrial metals, whose demand has decreased dramatically). This makes price deflation generally likely. The population has no income to consume the products and therefore their prices fall. But the phenomenon generates mass unemployment and poverty. Deflation means that the patient is weakened, the economy is losing its vital signs.

4. Crisis in the labor market

Millions of people are losing their jobs or having their income reduced, the differences in "income" and "wealth" of the 21st century economy will widen further. Firms in advanced economies will transfer production from low-cost regions to high-cost domestic markets in order to protect themselves from potential risks. But in this case, this trend will accelerate the pace of automation, pushing down wages, further increasing xenophobia.

5. "Deglobalization"

The pandemic is accelerating trends in deglobalization, according to economist Noriel Roubini. The United States and China will dissociate more quickly, and most countries will respond by adopting even more protectionist policies to protect companies and domestic workers from global disruptions.

As Roubini says, the post-pandemic world "will be marked by stricter restrictions on the movement of goods, services, capital, labor, technology, data and information".

6. Immigration and trade restrictions tend to increase

Under conditions of greater economic insecurity, there will be a strong scapegoat for foreigners and trade for the crisis.

7. Tensions between US and China increase

With the Trump administration making every effort to blame China for the pandemic. The dispute between countries in trade, technology, investment, data and monetary agreements will intensify, contaminating the world. If it depended on the US stance, the dispute would quickly turn into war.

References

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. E*stados Unidos & China: duas estratégias na luta pela hegemonia.* Disponível em: https:/ /outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/Estados Unidos-china-duas-estrategias-na-luta-pela-hegemonia/. Acesso em: 10 maio 2020.

MOURA, J. Pico de Covid-19 nas classes altas já passou; o desafio é que o Brasil tem muita favela, diz presidente da XP. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/brasil-esta-indo-bem-no-controle-do-coronavirus-e-pico-nas-classes-altas-ja-passou-diz-presidente-da-xp.shtml. Acesso em: 07 maio 2020.

MINEIRO, Adhemar. A *crise internacional do coronavírus*: uma conjuntura difícil no curto-prazo, e de mudanças importantes no médio e no longo prazo. 2020. Disponível em https://www.uscs.edu.br/boletim/5732.pdf. Acesso em: 10 maio 2020.

RUSSO JÚNIOR, Carlos. 40 milhões de miseráveis: the new yorker expõe face oculta e cruel dos estados unidos. *Diálogos do Sul*, 14 abr. 2020. Disponível em: https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/permalink/64142. Acesso em: 10 maio 2020.

Note

1 Article published on February 14, 20, in the journal Science, and reflected on Brazilian information sites.

2 Basic Scenario of the Fund, released in April / 2020.

3 Mineiro, Adhemar: The international coronavirus crisis: a difficult situation in the short term, and major changes in the medium and long term. May 2020

4 Russo Júnior (2020).

5 Vietnam is also today an example to the world of how to face the pandemic. With almost 96 million inhabitants and occupying an area slightly larger than that of Goiás, until 30.05.20 it had not registered a single death of covid-19 among the 328 infected, of which 279 were already cured. Social isolation ended on April 22, although restrictive measures are maintained for bars, clubs, spas, theaters, sports centers. Meetings with more than 20 people are prohibited, and restaurants and cafeterias must obey the guidelines of local authorities. The country, which borders on China, had already acquired experience on how to deal with other types of coronavirus, such as SARS (2002) and MERS (2012).

José Álvaro de Lima Cardoso
PhD in Human Sciences from the Federal University of Santa Catarina (UFSC)
Economist and Technical Supervisor of the Inter-Union Department of Statistics and Socio-Economic Studies, Regional Office of Santa Catarina (DIEESE)

DIEESE
Avenida Mauro Ramos, 1624 – Centro
Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
CEP 88020-302

Acknowledgement
Not applicable.

Financial support
Not applicable.

Contributions of authors
Not applicable.

Approval by the Ethical Committee and consent to participate
Not applicable.

Consent to publish
Consent author.

Conflict of interest
Not applicable.

ESPAÇO ESPECIAL

Entre a vida e a morte: Estado, racismo e a "pandemia do extermínio" no Brasil

Simone Sobral Sampaio[1]
https://orcid.org/0000-0003-3452-5414

Gustavo Meneghetti[2]
https://orcid.org/0000-0002-9101-2896

[1] Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, SC, Brasil
[2] Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Comarca de Imaruí, Imaruí, SC, Brasil

Entre a vida e a morte: Estado, racismo e a "pandemia do extermínio" no Brasil
Resumo: Escrito em tempos de pandemia sanitária, este artigo aborda uma outra grave "pandemia" em curso no Brasil, que tem provocado o extermínio sistemático, principalmente, dos negros/pobres/jovens, cujas vidas são consideradas descartáveis. Mostra como o Estado se utiliza do racismo estrutural para controlar a vida e a morte dos corpos negros. Enfatiza que a lógica da criminalização e do extermínio é essencialmente política: para manter a ordem social vigente, é preciso controlar a rebeldia popular.
Palavras-chave: Racismo Estrutural. Estado. Criminalização. Extermínio.

Between the life and the death: State, racism and the "extermination pandemic" in Brazil
Abstract: Written in times of sanitary pandemic, this article approaches another serious "pandemic" underway in Brazil, which has caused the systematic extermination, mainly, of the blacks/poors/youngs, whose lives are considered disposables. It shows how the State uses the structural racism to control the life and the death of blacks bodies. It emphasizes that the logic of the criminalization and extermination is essentially political: for maintain the current social order, it is necessary to control the popular rebellion.
Keywords: Structural Racism. State. Criminalization. Extermination.

Recebido em 06.06.2020. Aprovado em 16.06.2020. Revisado em 10.07.2020

© O(s) Autor(es). 2020 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Introdução

Todo camburão tem um pouco de navio negreiro
(Marcelo Yuka – O Rappa)

Ao tempo em que escrevemos estas páginas (maio de 2020), assistimos atordoados à pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-19), que tem infectado milhões de pessoas e provocado mortes nos quatro cantos do mundo. Num cenário de guerra, diante do iminente colapso do sistema público de saúde, o governo do estado do Rio de Janeiro já elaborou um protocolo de atendimento, estabelecendo critérios para escolher quem terá acesso a um leito hospitalar e quem será liberado para morrer em casa.

Não obstante, segue em curso, especialmente no Brasil, uma outra "pandemia" cujas mortes não têm causado grande comoção ou indignação. Uma "pandemia" que não é excepcional tampouco temporária; ao contrário, é cotidiana, sistemática, dirigida e focalizada, vitimando um público-alvo bem delimitado: negros/pobres/jovens. Nessa "pandemia", o Estado também decide, direta ou indiretamente, quem pode viver e quem deve morrer. Para essa "pandemia", não há previsão de retorno à normalidade porque ela própria faz parte da normalidade da vida social, principalmente nas favelas e nos bairros mais pobres das cidades brasileiras.

Essa espécie não rara de "pandemia do extermínio" não dá trégua nem mesmo durante uma verdadeira pandemia sanitária. No dia 15 de maio de 2020, uma operação policial deixou treze mortos no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, sendo que seis corpos foram transportados, pelos próprios moradores, até a saída da comunidade, numa cena aterrorizante (MENDONÇA, 2020). Mostrar os corpos como forma de, ao mesmo tempo, evidenciar o que ninguém quer ver e reivindicar que a matança pare.

Poucos dias depois, em 18 de maio de 2020, foi a vez de João Pedro Matos Pinto (14 anos) perder a vida numa operação conjunta das polícias civil e federal no Morro do Salgueiro, em São Gonçalo/RJ. O jovem negro foi atingido por um tiro de fuzil dentro de casa e seu corpo foi encontrado pela família apenas no dia seguinte, já no Instituto Médico Legal (COELHO, 2020).

Corpos negros alvejados, abatidos, caídos. Vidas ceifadas, sonhos interrompidos. Não são erros de policiais que "passaram do ponto" ou agiram sob "violenta emoção". Não são simplesmente crimes cometidos por determinados agentes estatais e que devem ser apurados. Antes de tudo, estamos diante de uma política de Estado. Uma política de extermínio que tem no racismo estrutural a razão de sua existência e que coloca os jovens negros das periferias, literalmente, entre a vida e a morte. A morte que cabe à população negra é demonstrativa do valor que lhe é dado pelo *status quo* dominante.

Neste artigo, partimos de uma análise sobre as concepções teóricas de racismo (individualista, institucional, culturalista e estrutural), examinando as determinações históricas presentes na realidade brasileira, que tem o racismo como marca indelével. Na sequência, dialogamos com a análise foucaultiana sobre o biopoder, em que o "racismo" se constitui como dispositivo central na organização do Estado moderno, autorizando a produção da morte em nome da vida. Para Foucault, o Estado moderno já nasce racista, o que o autoriza a hierarquizar, segregar e eliminar uma determinada população sob o pretexto da defesa da sociedade. É nesse espectro que ganha inteligibilidade as estatísticas de extermínio que grassam no Brasil, onde a prisão se torna um dispositivo de barragem e controle da revolta popular. Por fim, concluímos que os processos de criminalização e extermínio, sustentados pelo racismo estrutural, são estratégicos para a reprodução da ordem social vigente.

Somos Todos Racistas! A Perspectiva do Racismo Estrutural

Nos dias de hoje, muito se tem falado sobre o racismo, seja por aqueles que simplesmente negam a sua existência, seja por aqueles que o reconhecem e propõem diferentes formas de combatê-lo. Nos debates da vida cotidiana, vemos com frequência acusações e defesas relacionadas ao fato de ser ou não ser racista. Mas, afinal, de que racismo se trata? Em nossa análise, a concepção que se tem acerca da origem e da natureza do racismo faz toda a diferença.

Por isso, preliminarmente, é importante traçar algumas linhas de interpretação teórica. Antes de mais nada, é preciso rechaçar aquela visão típica do liberalismo de que o racismo é um problema de natureza individual. Quer seja na forma de uma suposta doença ou estado patológico, quer seja na forma de um desvio de conduta no sentido moral, aqui o racismo jamais transcende o âmbito do indivíduo isolado.

Segundo Almeida (2018), esta concepção individualista pode até mesmo não admitir a ocorrência do racismo, mas apenas do "preconceito", ressaltando uma certa natureza psicológica do fenômeno. "Sob este ângulo", diz o autor (2018, p. 28), "não haveria sociedades ou instituições racistas, mas indivíduos racistas, que

agem isoladamente ou em grupo". Via de regra, a solução apontada é a responsabilização criminal de tais indivíduos, com a expectativa de corrigir seu comportamento por meio do tratamento penal.

Uma segunda concepção entende que o racismo não se restringe a comportamentos individuais, estando presente no próprio funcionamento das instituições, com a aplicação de privilégios e desvantagens com base na distinção de raça. Para os teóricos do racismo institucional, os conflitos e as desigualdades raciais são elementos inerentes ao funcionamento das instituições. Esta concepção atribui centralidade ao poder, enfatizando que o racismo é, essencialmente, uma forma de dominação (ALMEIDA, 2018).

Sem dúvida, a concepção institucional do racismo promove um salto qualitativo, na medida em que supera a abordagem individual e, também, introduz a dimensão do poder enquanto elemento constitutivo das relações raciais. Contudo, as instituições estão condicionadas a uma determinada estrutura social, sendo que o racismo institucional, em última instância, faz parte dessa mesma estrutura. "Dito de modo mais direto: *as instituições são racistas porque a sociedade é racista*" (ALMEIDA, 2018, p. 36, grifo do autor).

Com efeito, o racismo configura um problema, simultaneamente, econômico e político. Não é um fenômeno conjuntural ou localizado, pois faz parte do modo regular de funcionamento da sociedade capitalista. É uma relação social que põe frente a frente brancos e negros (ou não brancos), enquanto pertencentes a raças não apenas distintas, mas desiguais e hierarquizadas, consideradas, ideologicamente, como superior e inferior.

Sob esta perspectiva estrutural, o racismo constitui um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Nesse sentido, o preconceito e a discriminação raciais, sistematicamente dirigidos a determinados grupos racializados, correspondem a manifestações individuais, coletivas e até institucionais do racismo estrutural, podendo ocorrer de maneira consciente ou inconsciente.

Desse modo, o racismo não pode ser superado através de políticas públicas e medidas legais ou institucionais, ainda que, obviamente, elas sejam importantes e atendam aos interesses e necessidades da população negra (pensemos, por exemplo, nas ações afirmativas). Representatividade importa, claro, mas não é suficiente. Isso porque, em razão do caráter estrutural, o combate ao racismo requer profundas transformações econômicas, sociais e políticas.

> Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo "normal" com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo *racismo é regra e não exceção* (ALMEIDA, 2018, p. 38, grifo do autor).

Podemos acrescentar, ainda, uma outra concepção, segundo a qual o racismo nada mais é do que uma lamentável herança da escravidão colonial. Numa abordagem culturalista, seria um conjunto de hábitos e costumes legados pelo passado e que, a despeito da modernização capitalista, não puderam ser superados ou eliminados.

Ora, o racismo não é uma sobra inconveniente da sociedade escravista, um elemento alienígena ao progresso prometido pelo capitalismo, ao contrário, é imanente à sua estrutura. Na sociedade capitalista, o racismo herdado do antigo regime é incorporado às suas relações sociais determinantes, adquirindo uma forma capitalista e sendo reproduzido por mecanismos de poder e dominação[1].

Até porque não podemos ignorar a conexão histórica existente entre capitalismo e escravidão. Como demonstrou Eric Williams (2012), as condições que permitiram o desenvolvimento da indústria britânica derivam do "comércio marítimo triangular", formado pela Inglaterra com seus artigos manufaturados, pela África com sua mercadoria humana e pelas Índias Ocidentais (ilhas do Caribe) com suas matérias-primas coloniais. "Os lucros obtidos", afirma o autor (2012, p. 90), "forneceram um dos principais fluxos da acumulação do capital que, na Inglaterra, financiou a Revolução Industrial". Foi esse capital que financiou a máquina a vapor, sendo a escravidão, pois, a base da acumulação capitalista.

Segundo Ianni (1978), na mesma época em que, na Europa, implantava-se o trabalho livre, nas colônias do Novo Mundo se criavam as *plantations*, os engenhos e as *encomiendas*, que eram baseados no trabalho escravo. Paradoxalmente, enquanto na Europa ocorria o processo chamado de acumulação primitiva, com o surgimento do trabalhador livre, nas fazendas do Novo Mundo ainda era tempo de escravidão. "Foi esse o contexto histórico no qual se criou o trabalhador livre, na Europa, e o trabalhador escravo, no Novo Mundo. Sob esse aspecto, pois, o escravo, negro ou mulato, índio ou mestiço, esteve na origem do operário" (IANNI, 1978, p. 6).

Aliás, a própria abolição da escravatura deve ser problematizada. Pensemos no Brasil, onde a abolição foi um "negócio de brancos", na expressão utilizada por Octávio Ianni. Com isso não queremos dizer que os negros não assumiram protagonismo radical para alterar a sua condição de escravizados, mas atentamos para as injunções decorrentes desse processo. Qual o significado político e econômico da abolição para os negros que eram escravizados? Que lugar eles passaram a ter na sociedade de classes brasileira? Foram eles alçados

à condição política de cidadãos? Tiveram acesso à terra e à moradia? Como trabalhadores livres, puderam eles ingressar no mercado de trabalho em igualdade de condições?

Conforme a historiografia de Clóvis Moura (1994), a passagem da escravidão para o trabalho livre não prejudicou os interesses das oligarquias latifundiárias. Em que pese tenham perdido os escravizados, elas continuaram na posse da terra e, ainda, contaram com a chegada dos trabalhadores estrangeiros.

De um lado, por meio da Lei da Terra de 1850, o Estado abdicou do direito de doar terras e passou a vendê-las a quem tivesse dinheiro para adquiri-las, o que, no fundo, tinha como finalidade evitar que uma lei abolicionista incluísse a doação de terras aos egressos das senzalas, a título de indenização. De outro lado, o governo brasileiro implantou uma política oficial de importação de trabalhadores estrangeiros, que eram considerados de raças superiores e, portanto, mais capazes e qualificados, em comparação aos ex-escravos negros, isso sob o discurso racista do branqueamento da população brasileira (MOURA, 1994).

Nesse contexto, segundo Florestan Fernandes (2008), enquanto o imigrante branco, como agente por excelência do trabalho livre, praticamente monopolizou as oportunidades de trabalho e ascensão social, o negro, como antigo agente do trabalho escravo, foi relegado para ocupações marginais, com pouca ou nenhuma mobilidade social. Ao negro restava, então, duas alternativas irremediáveis: aceitar a incorporação à "escória" do operariado urbano ou procurar na "vagabundagem" e na "criminalidade" meios de sobrevivência. Para ele, sobrava o "trabalho sujo", ou mais precisamente, "trabalho de negro", bem como os mocambos e cortiços para morar.

É assim que, a partir da emergência da sociedade de classes brasileira, com a passagem de escravo a trabalhador livre, o negro vai se incorporando, gradualmente, às classes sociais em formação. Para Ianni (1978), essa dupla condição, de raça e de classe social, absorve-se uma na outra de forma recíproca, o que tende a se acentuar à medida que o negro vai se transformando em trabalhador assalariado, tornando mais complexa sua consciência política.

Raça e classe social, portanto, na perspectiva estrutural que estamos propondo, são elementos absolutamente indissociáveis.

O Estado Moderno Nasceu Racista

Podemos acrescentar à complexidade das análises acima que o racismo se coloca como o dispositivo da eficiência (fazer certo as coisas) e da eficácia (fazer as coisas certas) do Estado moderno. O racismo introduziu um corte entre os dignos de vida e os indignos, os que podem morrer sem prejuízo social, ou melhor, os que devem morrer para, justamente, manter saudável a sociedade. O Estado, como detentor da prerrogativa de proteção da vida, seleciona as suas ameaças e as elimina, se julgar necessário. A formação do Estado moderno tem no racismo o marcador seletivo privilegiado de sua função de defesa da vida. Nessa perspectiva:

> Com efeito, que é o racismo? É, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer. No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros (FOUCAULT, 1999, p. 304).

No Brasil, o corte hierarquizante foi levado ao limite. Ele foi econômico – radicalmente econômico –, alheando do mercado principal, o mercado de trabalho, todos os que fossem negros. Depois o corte sobre "os que fossem negros" começa a ganhar ares liberais com o discurso da igualdade e do mérito; o corte político: a sua rebeldia deveria parecer patológica, inclusive entre os seus; a luta da classe trabalhadora branca só não ignorou, totalmente, os negros porque as reivindicações destes em muito favorece a todos. Nesse sentido, não tem como ir contra a necessidade com que se forjou a classe trabalhadora no Brasil. Corte cultural, impõe hierarquias monumentais. Corte social, os indóceis, difíceis de governar. E ele, o corte moral com sua qualificação de certas raças como superiores e outras como inferiores. Esse processo de fragmentação – dispositivo do racismo – produziu tanto uma defasagem no interior da própria população negra, como serviu para despedaçar a classe trabalhadora.

O corte, a distinção, a defasagem, a partir do domínio biológico, foram determinantes para produzir um "descompasso" entre brancos e negros, relegando a estes últimos o lugar da marginalização em todos os âmbitos da sociedade brasileira. A população negra no Brasil é marcada por inúmeros golpes que serviram para a sua inferiorização e para o embrutecimento social.

Essa primeira função é imprescindível para o exercício da segunda função do Estado moderno, isto é, a função guerreira de "matar, tirar a vida" em nome da vida. Para isso, a produção do inimigo é condição

fundamental; o inimigo não apenas como ameaça à segurança do indivíduo, mas à sua segurança enquanto espécie. Assim, a relação guerreira, funcionalizada pelo racismo, permite "a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), e o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura" (FOUCAULT, 1999, p. 305). Nesse sentido, a admissibilidade do assassinato estatal é garantida pelo racismo, condição primordial para a introdução da morte nas relações do biopoder[2].

São altas as taxas do assassinato estatal sobre a população negra brasileira, seja na forma de sua eliminação sumária, seja na morte pela guetização, seja o desprezo quanto às suas necessidades sociais, deixando-a morrer sem comoção social. Essa produção do extermínio da população negra é dada por ela ser considerada perigosa para o conjunto da população, como se a sua proliferação ameaçasse o fortalecimento da população branca, considerada adequada. Sobre isso, o projeto de miscigenação foi exemplar como estratégia de embranquecimento da população brasileira, como justificativa para torná-la "forte e saudável".

O racismo materializa o perigo, latente ou manifesto, discriminando a morte em nome da vida. O racismo é o direito de matar, por meio de diferentes tipos de morte: tirar a vida, causar danos, exilar seja fora do país ou em guetos. "E, claro, por tirar a vida não entendo simplesmente o assassínio direto, mas também tudo o que pode ser assassínio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição etc." (FOUCAULT, 1999, p. 306). É a partir do direito de matar que o extermínio da população originária das Américas garantiu o colonialismo. Em nome desse mesmo direito, é possível expor milhões ao *front*, quando o Estado julgar necessário. A prisão também pode ser um exemplo, pois nela a tática penal serve à condução da guerra de determinados grupos sociais contra outros; a prisão como peça tática de uma guerra social. Nesse sentido, é sobretudo na designação do criminoso como "inimigo social" que se mostra a guerra produzida pelo racismo, pois que a população negra é apresentada como perigosa.

A produção da classe perigosa no Brasil é o efeito do percurso repressivo que apresentou o negro como irracional e suas manifestações de rebeldia como patológicas, retirando dele a sua dimensão humana. Nessa perspectiva, o pensamento racista conforma a construção da periculosidade da população negra. Como nos diz Clóvis Moura (2019, p. 36), a população negra brasileira ocupa o lugar da "[...] marginalização, pobreza, discriminação e rejeição social por parte dos grandes segmentos da população brasileira".

Esse processo é construído, dentre outros dispositivos, pelo longo percurso de segregação da população negra brasileira construído na relação da divisão social do trabalho e a divisão racial do trabalho. Clóvis Moura demonstra como a inferiorização do negro foi determinante para a sua imobilidade no mercado de trabalho e para o seu rebaixamento em todos os campos da vida social. Um longo e sistemático processo de barragem social fez com que a grande massa negra ocupe

> as favelas, invasões, cortiços, calçadas à noite, áreas de mendicância, pardieiros, prédios abandonados, albergues, aproveitadores de restos de comida, e por extensão os marginais, delinquentes, ladrões contra o património, baixas prostitutas, lumpens, desempregados, horistas de empresas multinacionais, catadores de lixo, lixeiros, domésticas, faxineiras, *margaridas,* desempregadas, alcoólatras, assaltantes, portadores das neuroses das grandes cidades, malandros e desinteressados no trabalho, encontra-se em estado de semianomia.
>
> Essa grande massa negra — repetimos —, sistematicamente barrada socialmente, através de inúmeros mecanismos e subterfúgios estratégicos, colocada como o rescaldo de uma sociedade que já tem grandes franjas marginalizadas em consequência da sua estrutura de capitalismo dependente, é rejeitada e estigmatizada, inclusive por alguns grupos da classe média negra que não entram em contato com ela, não lhe transmitem identidade e consciência étnicas, finalmente não a aceitam como o centro nevrálgico do dilema racial no Brasil e, com isto, reproduzem uma ideologia que justifica vê-la como periférica, como o negativo do próprio problema do negro (MOURA, 2019, p. 31).

Em seu texto "Estratégia do imobilismo social contra o negro no mercado de trabalho", Clóvis Moura (1988a) nos conta que, mesmo cem anos após a abolição no Brasil, a população negra continuou nos piores estratos da vida social, devido a múltiplos mecanismos promovidos pela classe dominante racista. Em sua análise da dinâmica de barragem do racismo brasileiro, o autor afirma que esta é invisível e ativa, que se perpetua e se renova por meio de inúmeros mecanismos reguladores e repressivos. Esses mecanismos foram pouco a pouco racionalizados pelo discurso científico e, ainda, articulam duas pontes ideológicas:

> A primeira é de que com a miscigenação nós democratizamos a sociedade brasileira, criando aqui a maior democracia racial do mundo; a segunda de que se os negros e os demais segmentos não brancos estão na atual posição econômica, social e cultural, a culpa é exclusivamente deles que não souberam aproveitar o grande

> leque de oportunidades que essa sociedade lhes deu. Com isto, identifica-se o crime e a marginalização com a população negra, transformando-se as populações não brancas em criminosos em potencial. Têm de andar com a carteira profissional assinada, comportar-se bem nos lugares públicos, não reclamar dos seus direitos quando violados e, principalmente, encarar a polícia como um órgão de poder todo poderoso que pode mandar um negro "passar correndo" ou jogá-lo em um camburão e eliminá-lo em uma estrada. Negro se mata primeiro para depois saber se é criminoso, é um slogan dos órgãos de segurança (MOURA, 1988a, p. 46).

A ideologia do preconceito de cor torna operacionalizável a inferiorização e a imobilização dos negros, ao reunir distintos mecanismos seletivos que reproduzem a estrutura social brasileira, fortemente marcada por uma dura estratificação subalternizante que fixa a população negra no subtrabalho ou no cárcere.

Estas distintas análises sobre o racismo nos mostram não apenas como processos de opressão e dominação caminham juntos (como, por exemplo, a divisão racial do trabalho no Brasil), mas principalmente como as formas de opressão não são efeitos secundários, pelo contrário, são inerentes à sociedade capitalista de forma a lhe estruturar. De diferentes formas e por diferentes meios, o capitalismo como relação social produz o racismo. No caso da sociedade brasileira, conter a população negra é elemento integrante dessa formação social, cuja marca fundamental é a violência.

O que verificamos é que o racismo, além de ser marcado pela ideologia, é uma tecnologia de poder determinante do Estado na produção de vidas matáveis, à medida que transforma uma parte da população em perigosa, incorrigível e descartável, sendo por meio de instituições que regulam a forma legalismo e ilegalismo, por meio do dispositivo da criminalidade, que a morte encontra o seu lugar legítimo e soberano.

Vidas Descartáveis: Criminalização e Extermínio de Jovens Negros no Brasil

Para exercer o controle social, tanto sobre indivíduos quanto sobre a população, o Estado moderno se utiliza de um robusto aparato institucional, incluindo a polícia, o Judiciário e a prisão, que são as instituições responsáveis pela aplicação da lei penal e que, juntas, compõem o chamado sistema penal. Em suas funções declaradas, o sistema penal serviria para combater a criminalidade e a violência, garantir a segurança e a ordem públicas e defender a sociedade contra seus inimigos internos. Mas, afinal, qual é a funcionalidade real deste sistema repressivo/punitivo?

Em sua clássica obra, *Vigiar e Punir*, Foucault (2013) nos traz uma categoria fundamental para compreender o que faz e para que serve o sistema penal. Essa categoria, a "penalidade", pode ser entendida como uma espécie de gestão diferencial ou desigual das ilegalidades, que estabelece limites de tolerância sob os quais algumas ilegalidades são permitidas enquanto outras são proibidas e perseguidas, variando conforme o pertencimento de classe do infrator.

> A penalidade seria então uma maneira de gerir as ilegalidades, de riscar limites de tolerância, de dar terreno a alguns, de fazer pressão sobre outros, de excluir uma parte, de tornar útil outra, de neutralizar estes, de tirar proveito daqueles. Em resumo, a penalidade não "reprimiria" pura e simplesmente as ilegalidades; ela as "diferenciaria", faria sua "economia" geral. E se podemos falar de uma justiça não é só porque a própria lei ou a maneira de aplicá-la servem aos interesses de uma classe, é porque toda a gestão diferencial das ilegalidades por intermédio da penalidade faz parte desses mecanismos de dominação. Os castigos legais devem ser recolocados numa estratégia global das ilegalidades. O "fracasso" da prisão pode sem dúvida ser compreendido a partir daí (FOUCAULT, 2013, p. 258).

Para Alessandro Baratta (2011), esse caráter seletivo do sistema penal cumpre, basicamente, duas funções na sociedade capitalista. Em primeiro lugar, priorizando a punição de determinados comportamentos ilegais, oculta a existência de outros comportamentos também ilegais e que podem provocar maior dano social, imunizando-os, assim, do processo de criminalização. Em segundo lugar, ao aplicar penas que estigmatizam preferencialmente indivíduos das classes subalternas, impede as possibilidades de ascensão social destes indivíduos, mantendo, assim, o cenário de desigualdade[3].

E quanto à periferia do capitalismo, quais seriam as particularidades dos sistemas penais? Segundo Castro (2005), na América Latina existe um "sistema penal subterrâneo", funcionando à margem da lei e sob as aparências do sistema penal oficial. Nesse sistema subterrâneo, procedimentos proibidos por lei são largamente utilizados no controle das classes subalternas, como faz prova a violência das incursões policiais, as violações de domicílio, os abusos de autoridade, as prisões sem condenação, as execuções sumárias, bem como as diversas formas de desrespeito aos direitos humanos.

Não por acaso, Zaffaroni (2001) caracteriza o exercício do poder punitivo, na região marginal latino-americana, como sendo um "genocídio em ato". Aqui, na periferia do capitalismo, os sistemas penais não estariam deslegitimados pelas promessas não cumpridas, por sua ineficiência, incapacidade etc., mas por sua violência institucional, suas omissões e cumplicidades, por sua própria letalidade.

Com efeito, as prisões periféricas não seguem o modelo panóptico-disciplinar das prisões centrais, tão bem analisado por Foucault. Na nossa região marginal, a prisão não cumpre a função de disciplinar o detento para o trabalho industrial, restringindo-se ao controle *tout court* das maiorias pobres e marginalizadas, cuja força de trabalho pode ser simplesmente descartada (ZAFFARONI, 2001).

Na América Latina, historicamente, as prisões reproduzem o suplício sobre os corpos dos detentos, não havendo o deslocamento punitivo aludido por Foucault, do corpo para a alma. Aqui, a violência é a forma de punir por excelência, principalmente contra índios, mestiços e negros (das senzalas às favelas), razão pela qual os corpos "nunca saíram de cena como objeto de punição" (ANDRADE, 2012).

Nesse contexto, segundo Andrade (2012), a lógica da criminalização convive de forma simbiótica com a lógica do extermínio, estabelecendo-se uma complexa interação entre controle penal formal e controle penal informal, entre sistema penal oficial e sistema penal subterrâneo, entre pena pública de prisão e pena privada de morte, entre perda da liberdade e perda da vida, transbordando as dores do aprisionamento para ancorar na eliminação humana, sobretudo daqueles sujeitos que "não têm lugar no mundo".

Um bom liberal diria que é preciso fazer respeitar o princípio da legalidade, envidando esforços para que a polícia apreenda em vez de matar, para que o Judiciário julgue com o devido processo legal em vez de violá-lo, para que a prisão reeduque o detento em vez de torturá-lo. É certo que, diante de um "sistema penal genocida", que ignora flagrantemente garantias constitucionais (como, por exemplo, a presunção de inocência), o garantismo jurídico-penal jamais pode ser abdicado, constituindo, aliás, um *lócus* de resistência. Contudo, a criminalização que ocorre por dentro da lei e o extermínio conduzido fora da lei não são polos opostos; muito pelo contrário, são duas faces da mesma moeda:

> Sem dúvida, o genocídio é inseparável da criminalização, sendo duas faces da mesma moeda, que vivem juntas e se alimentam reciprocamente. A criminalização não é uma alternativa legal e humanizada ao genocídio, pois, na verdade, é ela quem permite ou viabiliza a matança de jovens pobres e negros. Em todo caso, a criminalização antecede ou sucede ao genocídio, podendo se dar até postumamente, como forma de justificativa. É por isso que, quase sempre, a vítima tinha "passagem" ou era considerada "suspeita", reagindo ou não à ação das forças de segurança. Nessa parte periférica do mundo, o genocídio criminaliza e a criminalização mata, tudo ao mesmo tempo, sendo mais correto falar do par genocídio-criminalização (MENEGHETTI, 2018, p. 6).

Dito isso, podemos avançar para trazer alguns dados empíricos atuais sobre a realidade brasileira. Basicamente, duas estatísticas nos parecem fundamentais. Em primeiro lugar, sobre o encarceramento em massa. Segundo o último levantamento nacional de informações penitenciárias, atualizado em junho de 2017, havia mais de 726 mil pessoas privadas de liberdade no Brasil, com uma taxa de aprisionamento de 349,78 pessoas presas para cada 100 mil habitantes; no período entre 2000 e 2017, houve aumento de mais de 200% no número absoluto de presos e de mais de 150% na taxa de aprisionamento (BRASIL, 2019). Assim, o Brasil alcançou a marca de terceira maior população carcerária do mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da China.

E quem são estas pessoas presas? Quais suas principais características socioeconômicas? A maior parte da população carcerária é composta por jovens, sendo 54% com idade entre 18 e 29 anos. Em relação à raça/etnia, enquanto 35,4% são brancos, o total de negros (incluindo pretos e pardos) chega a 66,3%. Quanto à escolaridade, a maioria dos presos, 51,3%, possui ensino fundamental incompleto. "É possível observar que a maior parte dos custodiados é composta por: jovens, pretos, pardos e com baixa escolaridade. O crime de roubo e de tráfico de drogas foram os responsáveis pela maior parte das prisões" (BRASIL, 2019, p. 68).

Esse conjunto de informações estatísticas é exemplar não apenas das marcas da produção da criminalização, como também representa um mecanismo que corrobora com mais práticas punitivas ao tomar como verdadeira a realidade em si mesma por ele ofertada, ao oferecer o "perfil" do criminoso como peça natural do cenário, colaborando com o estabelecimento de um *continuum* na engrenagem do extermínio.

A população carcerária brasileira demonstra que a prisão é o lugar onde uns podem ser deixados de lado, estocados para o bem da sociedade. Dessa forma, a prisão aparece como dispositivo próprio não para quem cometeu uma infração, mas, antes de tudo, para alguém que demonstrou um comportamento inadequado, que deve ser, rapidamente, punido, para que o comportamento irregular não se alastre como contágio entre os indivíduos de seu meio. Para a população negra, uma infração é sempre uma infração penal. Para o Estado, o ato cometido é apenas revelador de sua natureza precária, movida por baixas inclinações; vidas

que já dão mostras de sua dissolução e irregularidade. Assim, confinar o indivíduo é confinar a natureza desviante que ele carrega, trancar o que ele é.

Uma segunda estatística importante é aquela que retrata a violência letal no país. Segundo os dados do último *Atlas da Violência*, foram mais de 65 mil homicídios no ano de 2017, o que significa uma taxa de 31,6 mortes para cada 100 mil habitantes, sendo o maior índice da história. Desse total de vítimas, mais da metade, 54,5%, eram jovens entre 15 e 29 anos de idade, o que representa uma taxa de 69,9 mortes para cada 100 mil habitantes jovens, configurando um recorde de "juventude perdida" (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019).

Ao contrário da pandemia sanitária, a curva ascendente do encarceramento e do extermínio da juventude negra e pobre não tem nenhuma previsão de achatamento, estabilização e queda. É uma "pandemia" em expansão irrefreável, que tem recebido o investimento do poder público e o apoio de parcela considerável da sociedade brasileira, sobretudo nesses tempos de retrocesso e autoritarismo político.

A desigualdade racial entre as vítimas da violência letal no Brasil é ainda mais evidente, ao ponto de 75,5% das pessoas assassinadas em 2017 serem negras (pretas ou pardas). Naquele ano, a taxa de homicídios entre os não negros foi de 16,0 por 100 mil, ao passo que, entre os negros, chegou a 43,1 por 100 mil; proporcionalmente, para cada indivíduo não negro assassinado, foram mortos 2,7 indivíduos negros. No período de 2007 a 2017, enquanto a taxa de homicídios de não negros aumentou 3,3%, a taxa de homicídios de negros cresceu 33,1% (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019).

Uma parte não desprezível dessas mortes têm sido ocasionada diretamente pela ação das forças estatais de segurança, em especial pelas polícias. Segundo o último *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, foram mais de 6 mil mortes decorrentes de intervenções policiais em 2018, sendo 17 vítimas por dia, com um crescimento de 19,6% em relação ao ano anterior; na média nacional, a cada 100 mortes violentas intencionais, 11 delas foram provocadas pelas polícias, sendo que, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, este índice praticamente dobra (20 e 23, respectivamente). Dentre as vítimas da letalidade policial, 99,3% eram homens, 77,9% eram jovens entre 15 e 29 anos e 75,4% eram negros[4] (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019).

Com efeito, a violência policial não é um fato isolado, tampouco um equívoco dessa ou daquela operação; ela é sistemática, rotineira, "normal". Esta violência fardada também não é fruto de agentes policiais despreparados ou mesmo mal-intencionados, que cometeriam um desvio de conduta no exercício de suas funções profissionais. Não é pura e simplesmente um crime policial, cujo problema é a impunidade. Sua natureza é institucional, não individual.

Ao pesquisar os chamados "autos de resistência", referentes a homicídios praticados por policiais em serviço no Rio de Janeiro, no período entre 2003 e 2009, D'Elia Filho (2015) sustenta que existe uma política pública, com razões de Estado, a ensejar a alta letalidade do sistema penal. Segundo o autor, essa política de extermínio de inimigos adquire forma jurídica na tese da legítima defesa, mas a exclusão da ilicitude não deriva da apuração dos fatos e sim da condição da vítima, do local do "confronto" e da apreensão de armas e drogas. A vítima, assim, é desqualificada e criminalizada como justificativa para sua morte, mesmo quando alvejada por diversos disparos de armas de fogo, mesmo quando atingida pelas costas.

> A violência policial não é um erro de procedimento de alguns policiais despreparados. É uma política de Estado no Brasil, que recebe o apoio e o incentivo de parcela da sociedade. Punir policiais que são identificados no abuso do uso da força, inclusive a letal, não irá resolver o problema. Muito pelo contrário, punir os policiais é a forma que o Estado tem de não se comprometer com a sua própria política [...] (D'ELIA FILHO, 2015, p. 5).

No centro dessa política de Estado de extermínio, que tem na favela seu principal cenário, está a propalada "guerra às drogas". Uma espécie de "guerra santa", uma cruzada religiosa que precisa extirpar o mal, o grande inimigo público, o "traficante-herege que pretende se apossar da alma das crianças", como diz Nilo Batista

(2002). Longe de reduzir o comércio e o consumo das drogas consideradas ilícitas, a política antidrogas tem servido, na verdade, como um pretexto infalível para justificar o controle violento de determinados territórios e populações. O discurso beligerante produz um consenso em torno do autoritarismo e permite instaurar uma espécie de "vale-tudo", legitimando as operações militares, as batidas policiais, as detenções arbitrárias e, claro, as "mortes em confronto".

> Da droga, queremos destacar sua capacidade, quase mágica, de simultaneamente fascinar e aterrorizar, e de aglutinar consenso na condenação a ela, e ao mesmo tempo, por contraste, de legitimar todas as iniciativas que a combatem. É como na fábula do rei Midas (que transformava em ouro tudo o que tocava), mas ao contrário: tudo o que a droga toca se transforma em lixo. Assim, uma trouxinha de maconha colocada pela polícia no carro de um inimigo ou de um suposto delinquente é um passaporte gratuito para a morte. A própria imprensa registra essa ocorrência como um fato natural (geralmente diz: "Polícia mata traficante em troca de tiros"). O anjo exterminador se bate contra o mal, e a plateia aplaude (CASTRO, 2005, p. 172).

Sob o pretexto da "guerra às drogas", milhares de jovens negros, pobres e habitantes das periferias têm sido, diuturnamente, criminalizados, encarcerados e exterminados. Ao pesquisar quem são os ditos traficantes de drogas ilícitas, D'Elia Filho (2007) revela que a grande maioria dos presos no comércio varejista de drogas é composta pelos chamados "aviões", "esticas", "mulas", etc., os quais obtêm lucros insignificantes no negócio, não passando de "acionistas do nada", na expressão do criminólogo norueguês Nils Christie. Além disso, longe de serem "bandidos violentos e perigosos", como propagado pela mídia sensacionalista, a imensa maioria é flagrada sem portar sequer um revólver. "Menos de 10% dos presos no tráfico de entorpecentes portam arma de fogo, o que nos leva a concluir que a chamada 'guerra contra as drogas' tem como alvo o setor mais fraco e inofensivo do comércio ilícito de drogas" (D'ELIA FILHO, 2007, p. 117).

Não obstante, a criminalização e o extermínio continuam implacáveis. E isso por razões não tanto econômicas, mas essencialmente políticas. A estratégia das classes dominantes e das elites brancas é secular: o uso do medo como dispositivo de controle social. Segundo Clóvis Moura (1988b), durante todo o escravismo brasileiro, a práxis política do negro – a quilombagem e as diversas "rebeliões da senzala"[5] – gerou uma espécie de "síndrome do medo" na classe senhorial, impactando diretamente nas medidas de repressão, que se estendiam do açoite à execução sumária, passando pela tortura. "Uma verdadeira paranoia apoderou-se dos membros da classe senhorial", diz o autor (1988b, p. 231), "e determinou o seu comportamento básico em relação às medidas repressivas contra os negros em geral".

Vera Malaguti Batista (2003), ao reconstituir a história do medo na cidade do Rio de Janeiro, traçou um paralelo entre a década de 30 do século XIX e os anos 90 do século XX. No período imperial, sobretudo após a Revolta dos Malês de 1835, havia um grande temor diante do perigo da insurreição escrava, criando-se um clima de caos e desordem para justificar o uso de medidas drásticas de repressão. Na conjuntura contemporânea, surgiu uma nova onda de pânico para separar, de forma maniqueísta, os chamados "cidadãos de bem" e os ditos "bandidos"; um novo discurso do medo onde a favela aparece como o lugar da desordem e da violência, cuja ameaça deve ser removida, se necessário, através de uma intervenção militar.

> No Brasil, a difusão do medo do caos e da desordem tem sempre servido para detonar estratégias de neutralização e disciplinamento planejado das massas empobrecidas. O ordenamento introduzido pela escravidão na formação socioeconômica sofre diversos abalos a qualquer ameaça de insurreição. O fim da escravidão e a implantação da República (fenômenos quase concomitantes) não romperam jamais aquele ordenamento. Nem do ponto de vista socioeconômico, nem do cultural. Daí as consecutivas ondas de medo da rebelião negra, da descida dos morros. Elas são necessárias para a implantação de políticas de lei e ordem. A massa negra, escrava ou liberta, se transforma num gigantesco Zumbi que assombra a civilização; dos quilombos ao arrastão nas praias cariocas (BATISTA, 2003, p. 21).

Vemos, portanto, historicamente, o mesmo discurso do medo funcionando como dispositivo de controle social. De um lado, a paranoia da classe senhorial e o temor da quilombagem dos escravos negros; de outro lado, o pânico das classes dominantes e o medo da descida dos morros. Passado (escravista) e presente (capitalista) ligados pelo racismo estrutural. Outrora como agora, a raiz do medo é mais política do que econômica. O que amedronta não é a ameaça individual à riqueza material, mas o perigo de uma (re)ação política coletiva contra a ordem social burguesa. É como se, a qualquer momento, o espírito de Zumbi dos Palmares pudesse tomar conta dos jovens negros e pobres das periferias.

No Brasil, criou-se o mito de que as relações entre brancos e negros, assim como as relações entre senhores e escravos, seriam mais igualitárias e corresponderiam a uma "democracia racial". Expressando o

caráter dissimulado do racismo brasileiro, este mito contrasta com o extermínio sistemático da população negra. Para além das estratégias de branqueamento da raça e da cultura[6], a eliminação pura e simples da população negra, sobretudo dos jovens, chega ao ponto de 75% das pessoas assassinadas no país serem negras.

> Devemos compreender 'democracia racial' como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o *apartheid* da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país. Da classificação grosseira dos negros como selvagens e inferiores, ao enaltecimento das virtudes da mistura de sangue como tentativa de erradicação da "mancha negra"; da operatividade do "sincretismo" religioso à abolição legal da questão negra através da Lei de Segurança Nacional e da omissão censitária – manipulando todos esses métodos e recursos – a história não oficial do Brasil registra o longo e antigo genocídio que se vem perpetrando contra o afro-brasileiro. Monstruosa máquina ironicamente designada "democracia racial" que só concede aos negros um único "privilégio": aquele de se tornarem brancos, por dentro e por fora. A palavra-senha desse imperialismo da brancura, e do capitalismo que lhe é inerente, responde a apelidos bastardos como *assimilação*, *aculturação*, *miscigenação*; mas sabemos que embaixo da superfície teórica permanece intocada a crença na inferioridade do africano e seus descendentes (NASCIMENTO, 1978, p. 93, grifo do autor).

Nos tempos da escravidão e do colonialismo, os negros escravos conheciam a morte pelo excesso de trabalho braçal e desgastante, pelas doenças não tratadas, pelos abusos punitivos do feitor, pelos confrontos com os capitães-do-mato, pelas execuções públicas. Nos dias atuais, os negros livres têm suas vidas ceifadas nos homicídios de todas as espécies, nos tiroteios com a polícia, nas "balas perdidas", nas rebeliões nos presídios e penitenciárias, nas execuções privadas, nas ocultações de cadáver. Vidas humanas consideradas, literalmente, descartáveis.

Considerações Finais

Ao contrário da pandemia sanitária, a curva ascendente do encarceramento e do extermínio da juventude negra e pobre não tem nenhuma previsão de achatamento, estabilização e queda. É uma "pandemia" em expansão irrefreável, que tem recebido o investimento do poder público e o apoio de parcela considerável da sociedade brasileira, sobretudo nesses tempos de retrocesso e autoritarismo político.

Uma população inteira tem como destino certo o extermínio. No caso da população negra-pobre-jovem, pesa sobre ela estigmas de toda ordem, de violenta à perigosa, de imoral à vadia, como se fizessem parte de sua própria anatomia. Mas a sanha de matar, ao punir essa população, recobre ainda o seu caráter enquanto ameaça política de denúncia e contestação à ordem estabelecida, pois que seus corpos são, também, testemunhos da incapacidade e falência da sociedade capitalista.

Ao capitalismo importa a resignação da vida que coube a ela, suas formas de contestação e rebeldia não apenas são intoleradas como, igualmente, invisibilizadas pela sua criminalização. Nada deve escapar aos dispositivos de controle sobre essa população. Trata-se de produzir uma equação que, independente de seus fatores, reforce o estigma e a ameaça que conformam seus corpos; independente de suas práticas, ela precisa sempre representar perigo à vida social.

Como se pôde ver ao longo deste artigo, as formas de extermínio da população negra não são apenas gestadas por mecanismos repressivos, mas por intensos processos de produção de discursos que legitimam o seu extermínio, ao produzir a vida descartável com cor e endereço certo.

O processo de criminalização da população negra brasileira serve e reforça a ideia de que ela representa uma ameaça, de que os bairros onde mora concentram criminalidade. Ao mesmo tempo, apresenta um argumento circular que autoriza mais violência por parte do Estado, pois a sua condição de perigoso se impõe como elemento suficiente para a produção de um singular processo de criminalização. Se alguém é criminalizado é devido ser perigoso, assim criminalizar produz a prova dos nove que atesta a sua condição de perigoso na produção de um discurso que volta para si mesmo como se fora coerente e, portanto, verdadeiro.

Importante reforçar que a natureza do perigo é, eminentemente, política. Utilizar de pechas e toda sorte de desqualificação à população negra para atestar sua periculosidade serve para justificar medidas administrativas racionais de banimento, como, por exemplo, encarceramento, estigmas, segregação, eliminação sumária, que podem ser acionadas diante de qualquer manifestação de raiva e cólera por parte dessa população.

Ao adentrar nos debates sobre a lei referente ao furto de madeira, no artigo publicado na *Gazeta Renana* em 1842, o jovem Marx (2017) já descobrira algo fundamental: o que move um processo de criminalização é sempre um interesse material, simultaneamente econômico e político. Ao defender a coleta de

madeira como um direito consuetudinário dos pobres, contra os interesses dos proprietários fundiários, Marx percebe que o ato de dizer "isto é crime" é um ato estritamente político.

Do mesmo modo, o ato de selecionar determinados indivíduos para serem "criminosos" também é um ato estritamente político. Em todo caso, é um ato que produz efeitos políticos. O principal desses efeitos talvez seja o de produzir uma cisão no interior da classe e da raça, levantando um muro para separar os trabalhadores honestos dos "vagabundos" ou "bandidos", bem como para distinguir o "bom negro" ou "negro cordial" do "negro perigoso". Afinal de contas, para manter a ordem social vigente, é preciso controlar a rebeldia popular.

Eis a lógica essencialmente política subjacente à criminalização e ao extermínio dos jovens negros: contê-los, controlá-los, inferiorizá-los, docilizá-los, desencorajá-los, anulá-los, colocá-los dramaticamente entre a vida e a morte. Até quando perdurará essa "pandemia"? Até quando aceitaremos isso como normalidade?

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte/MG: Letramento, 2018.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Pelas mãos da criminologia*: o controle penal para além da (des)ilusão. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2012.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*: introdução à sociologia do direito penal. 6. ed. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2011.

BATISTA, Nilo. *Matrizes ibéricas do sistema penal brasileiro – I*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2002.

BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro*: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento nacional de informações penitenciárias, atualização junho de 2017*. Brasília: 2019. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf. Acesso em: 24 maio 2020.

CASTRO, Lola Aniyar de. *Criminologia da libertação*. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2005.

COELHO, Leonardo. Polícia sumiu com João Pedro após atirar nele. Foi achado morto. *Ponte Jornalismo*, São Paulo, 19 maio 2020. Disponível em: https://ponte.org/policia-sumiu-com-joao-pedro-apos-atirar-nele-foi-achado-morto/. Acesso em: 21 maio 2020.

D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone. *Acionistas do nada*: quem são os traficantes de drogas. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

D'ELIA FILHO. *Indignos de vida*: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*: o legado da "raça branca". 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019*. São Paulo: FBSP, 2019. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf. Acesso em: 26 maio 2020.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade*. A vontade de saber. 2. ed. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*: nascimento da prisão. 41. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

IANNI, Octávio. *Escravidão e racismo*. São Paulo: Hucitec, 1978.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). *Atlas da Violência 2019*. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: IPEA; FBSP, 2019. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Atlas-da-Violencia-2019_05jun_vers%C3%A3o-coletiva.pdf. Acesso em: 26 maio 2020.

MARX, Karl. *Os despossuídos*: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. São Paulo: Boitempo, 2017.

MENDONÇA, Jeniffer. O massacre que interrompeu a quarentena no Complexo do Alemão. *Ponte Jornalismo*, São Paulo, 17 maio 2020. Disponível em: https://ponte.org/o-massacre-que-interrompeu-a-quarentena-no-complexo-do-alemao/. Acesso em: 21 maio 2020.

MENEGHETTI, Gustavo. *Na mira do sistema penal*: o processo de criminalização de adolescentes pobres, negros e moradores da periferia. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

MOURA, Clóvis. *Dialética Radical do Brasil Negro*. São Paulo: Anita, 1994.

MOURA, Clóvis. Estratégia do imobilismo social contra o negro no mercado de trabalho. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 44-46, abr./jun. 1988a. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v02n02/v02n02_08.pdf. Acesso em: 20 maio 2020.

MOURA, Clóvis. *História do Negro Brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988b.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do Negro Brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro*: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e Escravidão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em busca das penas perdidas*: a perda da legitimidade do sistema penal. 5. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

Notas

1 "O conflito social de classe não é único conflito existente na sociedade capitalista. Há outros conflitos que ainda que se articulem com as relações de classe, não se originam delas e, tampouco *desapareceriam com ela*: são conflitos raciais, sexuais, religiosos, culturais e regionais que podem remontar a períodos anteriores ao capitalismo, *mas que nele tomam uma forma especificamente capitalista*. Portanto, entender a dinâmica dos conflitos raciais e sexuais é absolutamente essencial à compreensão do capitalismo, visto que a dominação de classe se realiza nas mais variadas formas de opressão racial e sexual" (ALMEIDA, 2018, p. 75, grifo do autor).

2 O Biopoder é um termo criado por Michel Foucault, formulado na genealogia das relações de poder e tematizado, especialmente, durante toda a década de 1970. O Biopoder tem como alvo a população (natalidade, mortalidade, esperança de vida, fecundidade, incidências de doença, habitat), tomada como fenômeno político e econômico, sendo uma tecnologia de poder "[...] indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos da população aos processos econômicos" (FOUCAULT, 1979, p. 132).

3 "Ou seja: não só as normas do direito penal se formam e se aplicam seletivamente, refletindo as relações de desigualdade existentes, mas o direito penal exerce, também, uma função ativa, de reprodução e de produção, com respeito às relações de desigualdade" (BARATTA, 2011, p. 166).

4 De outro lado, foram 343 policiais civis e militares assassinados em 2018, havendo uma redução de 10,4% em comparação ao ano anterior. Dentre as vítimas, 97% eram homens, 65,5% tinham entre 30 e 49 anos e 51,7% eram negros (FBSP, 2019). Já no tocante às mortes no interior do sistema penitenciário, não há dados estatísticos disponíveis. Sabemos, por exemplo, que, no início de 2017, ocorreram três grandes rebeliões em presídios dos estados do Amazonas, de Roraima e do Rio Grande do Norte, totalizando mais de uma centena de detentos mortos.

5 "Entendemos por quilombagem o movimento de rebeldia permanente organizado e dirigido pelos próprios escravos que se verificou durante o escravismo brasileiro em todo o território nacional. Movimento de mudança social provocado, ele foi uma força de desgaste significativa ao sistema escravista, solapou as suas bases em diversos níveis – econômico, social e militar – e influiu poderosamente para que esse tipo de trabalho entrasse em crise e fosse substituído pelo trabalho livre" (MOURA, 1992, p. 22).

6 Para Abdias do Nascimento (1978), o "genocídio" do negro começa já na estratégia de branqueamento da raça, isto é, na tentativa de clarear a população brasileira, através da política imigratória e da miscigenação étnica. Além disso, uma outra estratégia de "genocídio" é o processo de assimilação cultural ou aculturação, utilizado para destruir o negro como criador de uma cultura própria, africana ou afrobrasileira.

Simone Sobral Sampaio
simone.s@ufsc.br
Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSS/UFSC)

UFSC
Campus Reitor João David Ferreira Lima – Trindade
Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
CEP: 88040-900

Gustavo Meneghetti
gustavo.meneghetti@tjsc.jus.br
Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Assistente Social do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC)

TJSC – Fórum da Comarca de Imaruí
Av. Governador Celso Ramos, 388 – Centro
Imaruí – Santa Catarina – Brasil
CEP: 88770-000

Agradecimentos
Os autores agradecem à Revista Katálysis pela oportunidade de divulgação do seu trabalho.

Agência financiadora
Não se aplica.

Contribuições dos autores
O texto foi elaborado em conjunto pelos autores.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica.

Consentimento para publicação
Consentimento dos autores.

Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

 DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p648

ESPAÇO ESPECIAL

Superexploração e saúde: a reprodução da força de trabalho nas economias dependentes

Diego de Oliveira Souza[1]
https://orcid.org/0000-0002-1103-5474

Ana Maria Moura Araujo[2]
https://orcid.org/0000-0002-8270-0005

[1] Universidade Federal de Alagoas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Maceió, AL, Brasil
[2] Universidade Federal de Alagoas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Maceió, AL, Brasil

Superexploração e saúde: a reprodução da força de trabalho nas economias dependentes
Resumo: Partimos do pressuposto de que o capitalismo desenvolvido e o capitalismo dependente resultam de processos históricos – imbricados – que ocorreram no âmbito do sistema mundial, mas que possuem particularidades nas formas de reprodução dos seus capitais. No capitalismo dependente, entendemos que o fundamento dessa reprodução particular se dá através da superexploração da força de trabalho. No processo de determinação social da saúde, constitui-se como princípio basilar o modo como as forças produtivas e as relações sociais de produção transformam-se em mais ou menos saúde. Procuramos, então, demonstrar como essa forma particular de reprodução do capital, decorrente da superexploração da força de trabalho, desdobra-se em mediações decisivas para a saúde dos trabalhadores.
Palavras-chave: Capitalismo dependente. Superexploração. Saúde do trabalhador.

Superexploitation and health: the reproduction of the workforce in dependent economies
Abstract: We started this paper from the assumption that the developed capitalism and dependent capitalism are the result of historical processes - interwined - that occurred within the scope of the world system, but having particularities in the forms of reproduction of their capital. In dependent capitalism, we understand that the foundation of this particular way of reproduction is through the superexploitation of the labor force. In the process of social determination of health, the way in which the productive forces and the social relations of production become more or less health is constituted as a basic principle. We, then, aim to demonstrate how this particular form of capital reproduction, resulting from the superexploitation of the workforce, unfolds in decisive mediations for workers' health.
Keywords: Dependent capitalism. Superexploitation. Worker's health.

Recebido em 28.04.2020. Aprovado em 30.05.2020. Revisado em 08.06.2020.

© O(s) Autor(es). 2020 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Introdução

Entender as particularidades dos objetos de estudo em face do movimento dialético da realidade, mas sem abandonar as determinações universais, é um dos desafios intelectuais peremptórios numa abordagem que se pretenda materialista histórica. Seja numa análise genérica do ser social, seja numa análise mais específica – como no nosso caso em relação à questão da saúde dos trabalhadores –, esse movimento entre as dimensões da realidade é tarefa impreterível, porquanto constitui uma premissa ontologicamente ineliminável. Sobre isso, Lukács (2018a) toma como exemplo a análise da linguagem para a demonstração do caráter decisivo das categorias universalidade (generalidade), particularidade e singularidade no processo cognoscente e chega à seguinte conclusão:

> Não foi involuntário que na descrição de um estado de fato muitíssimo elementar tenhamos recorrido a categorias filosóficas como generalidade, particularidade e singularidade. Com um exemplo drástico queríamos mostrar o quão cedo, em qual estágio mais primitivo, as mais importantes categorias do conhecimento da realidade já devem aflorar praticamente. (LUKÁCS, 2018a, p. 171).

No nosso caminho de investigação sobre a saúde dos trabalhadores, se ignorássemos o movimento entre singular, particular e universal, correríamos o risco de engessar realidades particulares nos moldes de um movimento de produção e reprodução do capital peculiar aos países pioneiros. Deixaríamos escapar problemas de saúde (e suas respostas) que lá não existem (porque refletem peculiaridades econômicas, políticas etc. também ali inexistentes) ou, o que seria ainda pior, cairíamos num particularismo que conferiria, cada vez mais, autonomia aos processos e fenômenos que se distinguem das experiências clássicas, e que só são acessíveis, radicalmente, quando considerados em suas relações com a totalidade do sistema do capital. Ignoradas as mediações da totalidade para esses processos particulares, a sua investigação ou o seu enfrentamento se tornam, sempre, tarefa de Sísifo, apenas sustentada pelas fantasias gnosiologicistas.

A nosso ver, as análises que se debruçam sobre as particularidades com a preocupação de não se descolar da universalidade que as determina, carregam, em si, uma impostação ontológica que se pode constatar desde Marx, no seu estudo de caráter mais genérico sobre o capital. No que diz respeito ao estudo de realidades econômicas não clássicas, essa tarefa tem tido a importante contribuição da Teoria Marxista da Dependência (TMD), no tocante à particularidade das economias dependentes da América Latina e, do ponto de vista metodológico, sublinha, de modo incisivo, a importância da apreensão do caráter dialético da (na) história ante o singular, o particular e o universal[1].

Vale destacar uma breve preocupação metodológica apresentada por Ruy Mauro Marini na sua "Dialética da dependência":

> Na identificação desses elementos, as categorias marxistas devem ser aplicadas à realidade como instrumentos de análise e antecipações de seu desenvolvimento posterior. Por outro lado, essas categorias não podem substituir ou mistificar os fenômenos a que se aplicam~ é por isso que a análise tem de ponderá-las, sem que isso implique, em nenhum caso, romper com a linha do raciocínio marxista, enxertando-lhe corpos que lhe são estranhos e que não podem, portanto, ser assimilados por ela. O rigor conceitual e metodológico: a isso se reduz em última instância a ortodoxia marxista. Qualquer limitação para o processo de investigação que dali se derive já não tem nada relacionado com a ortodoxia, mas apenas com o dogmatismo. (MARINI, 2011a, p. 133).

Marini (2011a) chama a atenção para o fato de que as categorias (aquelas apreendidas da análise ontológica da realidade e que, portanto, exprimem o caráter universal de seu movimento), ainda que devam ser requisitadas com rigor, sem ecletismo, não podem substituir, mistificar ou explicar, *a priori*, as realidades particulares, sem ponderações e sem levar em conta as mediações de cada momento do real. É esse raciocínio que se evidencia na sua preocupação com a particularidade das economias dependentes.

Nessa esteira metodológica, a TMD construiu seu legado teórico, a partir do qual é possível entender a formação econômica e social brasileira e, em níveis ainda mais particulares, os processos e fenômenos nela inseridos, a exemplo da questão da saúde dos trabalhadores. É nesse ponto que se constitui nosso objeto de estudo, quando seguimos[2] no contínuo processo de entender a relação trabalho-saúde – em particular, pela mediação de classe presente na questão aqui mencionada – mas agora considerando a particularidade de sua relação ante os mecanismos da superexploração.

Com o objetivo de realizar uma reflexão ontológica acerca da relação trabalho-saúde pela mediação da categoria superexploração, apresentamos este ensaio teórico em duas seções. Na primeira, resgatamos aspectos da universalidade dessa relação, com ênfase para a saúde da classe trabalhadora, quando dialogamos com

teóricos do movimento operário italiano das décadas de 1960 e 1970 e da Medicina Social Latino-Americana. Na próxima seção, intentamos conceituar a categoria da superexploração, no intuito de observar as particularidades que se estabelecem na relação entre trabalho e saúde nas nações que se inseriram na dinâmica universal capitalista como polo desfavorecido.

Fundamentos ontológicos da relação trabalho e saúde

O primeiro princípio a ser considerado na relação trabalho-saúde é o fato de que a saúde, enquanto complexo social fundado pelo trabalho, reproduz particularmente o caráter genérico do ser social.

> O surgimento do ser social, o tornar-se-humano do ser humano, conecta-se aqui de modo ontologicamente necessário. Todavia, desde o início, o tornar-se-humano, a ativa (pelo trabalho) adaptação ao ambiente, traz em si uma tendência a se elevar acima da determinabilidade biológica, em sucessivos, ainda que jamais completáveis, descolar-se desta. (LUKÁCS, 2018b, p. 182).

Com efeito, a saúde precisa ser pensada por esse prisma, considerando sempre uma relação entre a esfera ontológica natural (biológica) e a social, relação que se constitui no salto (apenas possível por meio do trabalho) que encerra uma dialética de rupturas e continuidades entre as distintas instâncias ontológicas.

Nesses termos,

> Pensar em processo social dessa forma significa, também para o caso da saúde, vislumbrar uma dinâmica articulação entre biológico e social, indivíduo e coletividade, que se expressa de diferentes formas. Esta é a essência do processo saúde-doença, de natureza radicalmente histórica, engendrada a partir das (e nas) relações sociais, e não como uma espécie de núcleo imutável definido aprioristicamente. (SOUZA, 2016, p. 343).

Apenas pela natureza geral do ser social, a saúde, enquanto particularidade dessa instância ontológica, pode, também, reproduzir a relação entre esfera biológica e esfera social, que lhe é peculiar. Obviamente, por se situar naquela esfera ontológica mais complexa, a dinâmica social assume prioridade ontológica, determinando-lhe com maior ênfase e afastando-se das barreiras naturais, mas delas nunca prescindindo. Como síntese deste raciocínio, apresentamos a assertiva de Breilh:

> Visto así el orden de cosas, la salud no obedece a un orden exclusivamente individual, sino un que es proceso complejo, socialmente determinado, aspecto que muchas veces desaparece del pensamiento en la salud pública, debido al predominio de una visión biomédica, que reduce la problemática al estrecho límite de los trastornos o malestares individuales, su curación y la prevención individual. La determinación social va y viene dialécticamente entre las dimensiones general, particular y singular: se reproduce de lo general a lo particular, y se genera de lo particular a lo general. En el proceso se dan formas de subsunción en las cuales los procesos de la dimensión más simple se desarrollan bajo subsunción respecto a las más complejas y entonces aparece que la relación social-natural, o social-biológico ocurre como un movimiento entre partes de un todo concatenado que es la naturaleza. (BREILH, 2013, p. 20).

Considerando, então, o processo de determinação social da saúde, constitui-se como princípio basilar o modo como as forças produtivas e as relações sociais de produção transformam-se em mais ou menos saúde, em especial nas sociedades de classes. Assim, acha-se a mediação da categoria classe social com posição central na constituição do processo saúde-doença em geral. Pensar a saúde humana geral pressupõe, nas sociedades de classe, pensar sobremodo na saúde da classe que produz a riqueza, logo, que produz o mundo (social). No capitalismo, tal premissa assume complexidade sem precedentes, guiando-nos até a questão da saúde dos trabalhadores, como chave analítica para entender a relação trabalho-saúde.

Consoante Maccacaro (1980, p. 73), "La salud obrera es la única que, liberándose, libera también la salud de los demás hombres". A marcante frase de Maccacaro (1980) carrega consigo a ideia da prioridade ontológica que a questão de classe possui para qualquer processo social inserido no sistema do capital, inclusive para a saúde. Decifrar a saúde da classe trabalhadora – enquanto particularidade do antagonismo entre capital e trabalho – é o passo decisivo para o entendimento da determinação social da saúde (em geral) e, ao mesmo tempo, contribui para as conexões necessárias no desvelamento da dinâmica do capital na sua totalidade.

A prioridade ontológica da questão da saúde dos trabalhadores para entender a saúde em geral no capitalismo se constitui, entre outras razões, porque ela mesma se coloca como um processo social exclu-

sivamente capitalista. Isso porque a relação trabalho-saúde em sociedades pré-capitalistas se constituiu a partir de outras premissas:

> Apesar de as classes exploradas do escravismo e do feudalismo (escravos e servos, respectivamente) sofrerem com graves problemas de saúde, a dinâmica da problemática enfrentada por eles era outra. Portanto, a 'questão' da qual tratamos consiste num processo exclusivamente capitalista. Primeiro, porque a dinâmica da produção nas sociedades pré-capitalistas não era voltada para a acumulação de capital, o que resulta numa dinâmica de destruição da saúde completamente distinta. Desse modo, a razão de ser da degradação da saúde não estava hipotecada ao acúmulo de capital, considerando que, de acordo com Marx (1988b), a produção no escravismo e no feudalismo estava voltada para a subsistência da pólis e do feudo, respectivamente, mas não para o mercado; como também não existiam as mediações necessárias para transformar a intensificação da exploração do trabalhador (e todas as doenças e sofrimento daí decorrentes) em propriedade privada de mais meios de produção e mais força de trabalho. Segundo, porque não existiam os meios para que se atendessem às necessidades materiais de todos, pois a produção de riqueza era limitada pelo subdesenvolvimento dos meios de produção, determinando um quadro de escassez responsável por boa parte das doenças. (SOUZA, 2019a, p. 61-62).

Com efeito, a questão que se apresenta no escravismo e no feudalismo é qualitativamente diferente da questão da saúde da classe trabalhadora. Vejamos o cerne de tal distinção em face do sistema do capital:

> Ao contrário, no capitalismo, os meios de produção se desenvolvem ao ponto de permitir a superação da escassez pregressa, produzindo riqueza material em um novo patamar, mas que se concentra nas mãos da classe capitalista, ao passo que o proletariado enfrenta o processo de exploração e dominação, com a consequente pauperização. Em meio ao pauperismo, a classe trabalhadora tem sérias restrições no atendimento de necessidades elementares, persistindo em padrões de reprodução incompatíveis com a saúde e com a vida. (SOUZA, 2019a, p. 62).

Marcada essa diferença da saúde da classe trabalhadora para com a saúde de servos e escravos, não se pode deixar de anotar que o antagonismo de classe é levado às últimas consequências com o sistema de capital, sendo a questão da saúde dos trabalhadores uma via objetiva de materialidade desse antagonismo. Assim,

> […] a 'questão' se move apoiada numa 'contradição' tipicamente capitalista (especialmente evidente na origem de cada reordenação da esfera produtiva), qual seja: o capital degrada aquilo de que depende sua existência. Isso porque ele não pode prescindir da exploração sobre o trabalho (porquanto esta é a sua razão de ser), ao tempo que essa exploração determina o desgaste, o aviltamento, a degradação, enfim, a ameaça permanente às condições de saúde da classe trabalhadora, do trabalho e, assim, do próprio capital. (SOUZA, 2019a, p. 78).

Em suma, podemos dizer que, genericamente, a questão de que aqui tratamos se faz expressão particular do antagonismo entre capital e trabalho, o que ficou evidente desde os primeiros movimentos históricos do capitalismo, sobremaneira com sua consolidação no bojo da Revolução Industrial. Lembremos que Marx (1988a) descreve os efeitos da introdução da maquinaria no processo de produção, com prolongamentos da jornada de trabalho e intensificação dos ritmos consignados ao aumento de produtividade estabelecido na concorrência entre os capitais singulares, visando extrair o máximo possível dos meios de produção, em dada composição orgânica do capital.

Marx (1988a), mesmo sem ser estudioso, diretamente, das questões de saúde, correlaciona tais efeitos a um processo de adoecimento e desgaste dos trabalhadores sem precedentes na história humana, refletindo-se, concomitantemente, na pauperização decorrente do processo de acumulação de riqueza (sob a forma de capital). Inspirados no pensamento de Marx naquele contexto histórico, os intelectuais do movimento operário italiano, a exemplo de Maccacaro (1980) e Berlinguer (1983), interpretaram a particularidade da realidade italiana em meados do século XX e chegaram à conclusão de que a questão da saúde da classe trabalhadora engendra-se na equação "exploração = menos saúde".

Ante o processo de produção do capital, forja-se a questão da saúde dos trabalhadores, com todas as respostas que demanda, no sentido de amenizá-la, escondê-la ou enfrentá-la parcialmente. Aqui não nos deteremos no detalhamento dessas respostas[3], embora a menção a elas se faça importante para pensar essa questão no tempo histórico, dinamicamente. Óbvio que esses preceitos gerais aqui brevemente recuperados não dão conta dessa dinâmica de modo pleno. Há importantes diferenças entre o que mencionamos sobre o período da grande indústria descrito por Marx (1988a) e o que acontece na

contemporaneidade, nas próprias nações de capitalismo desenvolvido. Considerando-se as diferenças das distintas formações econômicas, as lacunas analíticas podem ser ainda mais complexas, pois tais distinções revelam novos elementos a que o debate não deve se furtar.

A necessidade de entender a dinâmica própria do processo de valorização nas economias dependentes lança luz sobre a particularidade enquanto categoria de importância analítica, no sentido de não perder de vista a dinâmica dialética da realidade. Conforme Chasin (1998, p. 19): "[…] O particular é diferente. O particular é um campo infinito. A particularidade é o instrumento da concreção. É um instrumento que vai limitando, determinando a universalidade". Para o nosso propósito, um olhar mais atento para a relação trabalho-saúde nas economias dependentes permite observar que, sem ignorar a importante presença daquela equação mais geral (exploração = menos saúde), ela não consegue dar conta da plenitude dos mecanismos ali presentes. O debate, portanto, deve perpassar a análise da categoria superexploração, como forma peculiar a partir da qual, predominantemente, ocorre o processo de valorização nessas economias. Dela desdobram-se mediações decisivas para a saúde da classe trabalhadora, consoante apresentaremos a seguir.

A superexploração da força de trabalho como pedra de toque da saúde nas economias dependentes

As ciências sociais latino-americanas viveram dos anos 1950 a meados dos anos 1970 um dos períodos mais produtivos da sua história. Há elementos-chave que levam às ciências sociais a se questionarem sobre as especificidades do desenvolvimento da América Latina. O que destacamos aqui é a consciência generalizada – em nível de organismos internacionais e governos da região – sobre a necessidade de encontrar explicações aos problemas do atraso e de assumir o tema do desenvolvimento como uma tarefa.

A busca pelo desenvolvimento se dá em meio a uma ampla reorganização da economia mundial. Enquanto a Europa se reerguia da Segunda Grande Guerra, na África, vários países alcançavam sua independência, tornando-se novos sujeitos no cenário econômico internacional. Concomitantemente, a América Latina se integrava ao mercado mundial com uma série de nações pobres e subdesenvolvidas. A recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU) fundou comissões temporárias para analisar a condição econômica e social dessas nações e garantir que esses países fossem inseridos nas relações econômicas internacionais. Tratava-se, também, de buscar explicações e justificativas ao atraso desses países, para oferecer-lhes uma solução.

Em fevereiro de 1948, é criada a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)[4], comprometida com a elaboração de estratégias de desenvolvimento para os países latino-americanos.

De acordo com Traspadini e Stedile, a CEPAL

> centrava sua explicação sobre a realidade do atraso latino-americano a partir do conceito de desenvolvimento desigual, fruto de uma relação díspar entre países denominados centro (com tecnologia estendida por todos os setores de forma similar – homogênea e diversificada) e periferia (com concentração do avanço em um setor em contraste com os demais setores – heterogênea e especializada). (TRASPADINI; STEDILE, p. 2011, p. 22-3).

De acordo com Colistete (2001), o aspecto central da teoria cepalina do subdesenvolvimento foi elaborado entre 1949 – com a chegada de Prebisch ao escritório da CEPAL – e o final dos anos 1950. Esse autor aponta que, devido a seu desenvolvimento ter se dado durante anos em vários trabalhos da CEPAL, e ainda, por ter sua origem num contexto onde havia diversos estudos direcionados às economias latino-americanas, "a teoria cepalina manteve-se essencialmente como uma teoria não formal, na qual a elaboração de hipóteses, conceitos e implicações foi conduzida paralelamente à descrição de aspectos da realidade econômica da América Latina" (COLISTETE, 2001, p. 22-3).

No entanto, a frequente qualificação das propostas[5] mais centrais com novas suposições acabou por minar a consistência da teoria cepalina. As primeiras mudanças aconteceram já no início dos anos 1960, ao ser realizado um esforço mais rigoroso na descrição das condições necessárias para que a diversificação industrial fosse considerada efetiva, isto é, apta a superar a condição periférica. Outras alterações também ocorreram nos anos seguintes, muito mais radicais, e que levaram a propostas mais definidas sobre os limites e os problemas do (sub)desenvolvimento latino-americano – aqui evidenciado, em particular, pelo conceito de dependência. Essas modificações tiveram uma significativa importância no enfraquecimento interno e na capacidade explicativa da teoria cepalina, o que contribuiu para a (relativa) derrocada de sua influência ente outras correntes teóricas já a partir da segunda metade dos anos 1960 (COLISTETE, 2001).

É da necessidade de compreender o capitalismo latino-americano como uma forma particular do desenvolvimento capitalista que nasce a possibilidade de estabelecer cortes teóricos importantes no desenvolvimento

das ciências sociais latino-americanas. Nesse contexto, na década de 1960, intelectuais latino-americanos problematizaram as contradições do desenvolvimento da América Latina a partir da estreita observação de sua relação com as engrenagens do sistema do capital. Entre eles, destacaram-se os brasileiros Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, que refletiram sobre o processo de formação socioeconômica na América Latina e elaboraram a Teoria Marxista da Dependência (TMD), que desvendou a lógica de sua integração subordinada à economia capitalista mundial.

Segundo Osorio (2016), a incorporação pelo marxismo da categoria da "dependência" foi um dos elementos que potencializaram o avanço das ciências sociais nesses anos. No entanto, esse não foi um processo fácil nem isento de contradições. Pelo contrário, foi somente depois de uma década de discussões, avanços e retrocessos, que essa categoria conseguiu romper definitivamente com o cordão umbilical burguês que caracteriza seu nascimento na América Latina.

De acordo com Marini, a tarefa primordial da teoria marxista da dependência consiste em

> [...] determinar a legalidade específica pela qual se rege a economia dependente. Isso supõe, desde logo, situar seu estudo no contexto mais amplo das leis de desenvolvimento do sistema em seu conjunto e definir os graus intermediários pelos quais essas leis se vão especificando. É assim que a simultaneidade da dependência e do desenvolvimento poderá ser entendida. (MARINI, 2011b, p. 184).

Ao considerar o processo de constituição da economia mundial, Ruy Mauro Marini (2011a) persegue a ideia de que a América Latina se desenvolverá em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Ele afirma que a dependência deve ser "entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência". (MARINI, 2011a, p. 134-5).

A prioridade ontológica da questão da saúde dos trabalhadores para entender a saúde em geral no capitalismo se constitui, entre outras razões, porque ela mesma se coloca como um processo social exclusivamente capitalista.

Assim, ao analisar o papel que a América Latina cumpre na dinâmica de acumulação capitalista mundial e como sua função implica modificações sobre como os mecanismos de exploração são utilizados de forma concreta na periferia, Marini (2011a) observa que a superexploração da força de trabalho constitui o padrão de reprodução do capital nos países da região, devido à transferência de valor[6] própria dos frutos do progresso técnico que ficam nas mãos dos países que, hegemonicamente, dominam as relações internacionais.

De acordo com Marini (2011a), nos países dependentes, as principais fontes de acumulação não estão diretamente ligadas à produtividade do trabalho, mas sim à maior exploração da própria força de trabalho. Identifica, dessa maneira, três mecanismos que, combinados ou não, podem ocorrer na superexploração da força de trabalho: 1) o aumento da intensidade do trabalho (produção de mais-valia relativa); 2) a extensão da jornada de trabalho (produção de mais-valia absoluta); e 3) a remuneração do trabalhador abaixo do valor da sua força de trabalho, sem que esta baixa remuneração seja acompanhada pela diminuição do valor das mercadorias e serviços que compõem a cesta básica do trabalhador.

Cabe destacar que a utilização desses mecanismos só se constitui de modo simultâneo no aumento da taxa de mais-valia e na superexploração da força de trabalho, quando o fundo de consumo apropriado nesse processo é transferido para o fundo de acumulação do capital (OSORIO, 2013). Podemos afirmar que a característica fundamental da superexploração é a remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor[7] e que ela se realiza sob diversas formas, algumas vezes interferindo diretamente no valor diário da força de trabalho, e outras, mediadas, interferindo no seu valor total, mas sempre com significativas repercussões no desgaste mental e físico do trabalhador.

Conforme Marini,

> [...] nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a

> possibilidade de consumo estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos [...] significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração da força de trabalho. (MARINI, 2011a, p. 149-150).

É que, como sabemos, o valor diário da força de trabalho é calculado considerando, além das condições dominantes na época, a sua duração média, isto é, o tempo de duração normal da vida de um trabalhador[8]. Se hoje um indivíduo consegue trabalhar por trinta anos sob condições normais e ter mais vinte anos de aposentadoria, "o pagamento diário da força de trabalho deve permitir a ele reproduzir-se de tal forma que possa apresentar-se ao mercado de trabalho durante trinta anos e viver os vinte anos restantes aposentado em condições normais de existência, e não menos". (OSORIO, 2012, p. 51).

Uma remuneração abaixo do necessário para uma reprodução normal de um trabalhador ou uma jornada de trabalho que gere sobredesgaste (seja pelo prolongamento ou pela intensificação do trabalho) e reduza o tempo de vida útil e de vida total, constituem casos em que o capital está se apropriando hoje dos anos futuros de trabalho e de vida[9]. Estamos, assim, diante de processos de superexploração, pois não há equivalência entre a remuneração e o valor da força de trabalho (OSORIO, 2012).

Anota Osorio:

> Podem produzir-se processos de trabalho que aumentem a jornada ou a intensidade a tal ponto que, apesar do pagamento de horas extras ou de incrementos salariais pelos incrementos das mercadorias produzidas, terminem reduzindo a vida útil e a vida total do trabalhador. Isso porque, embora seja possível ter acesso à quantidade necessária (e inclusive a uma quantidade maior) de bens que satisfaçam os meios de vida para assegurar a reprodução do trabalhador, este não pode dispor das horas e dias de descanso necessários para repor o desgaste físico e mental de longas e intensas jornadas. Quando isso ocorre, o salário extra só recompensa uma parte dos anos futuros de que o capital se apropria com jornadas extenuantes ou de trabalho redobrado. (OSORIO, 2012, p. 51).

Assim como o prolongamento da jornada de trabalho, o aumento da intensidade supõe uma maior quantidade de trabalho despendida, com incrementos da remuneração para o maior desgaste físico e mental. O que argumentamos aqui é que também há um ponto a partir do qual remunerações maiores tornam-se insuficientes para compensar tal desgaste se este é ampliado de tal forma que se reduza a vida útil e a vida total do trabalhador, ocasionando, muitas vezes, doenças físicas e psicológicas.

No tocante à condição de vida dos trabalhadores da América Latina, concordamos com Osorio (2012) quando afirma que uma insuficiência do fundo de consumo provocada pelo rebaixamento do pagamento da força de trabalho influi negativamente sobre o fundo de vida, uma vez que o consumo individual do trabalhador na satisfação de necessidades mediante o acesso aos meios de subsistência necessários, assim como o seu repouso, cumpre uma função indispensável à reposição de suas energias físicas e mentais.

A superexploração é a pedra de toque do processo de desgaste e adoecimento da classe trabalhadora das nações de economia dependente, a exemplo daquelas que compõem a América Latina. Tal condição se manifesta, historicamente, em indicadores de saúde desiguais entre os trabalhadores das nações mencionadas e aquelas de capitalismo clássico, quando se observam mais acidentes e mortes dos trabalhadores nos países dependentes[10], assim como a maior presença de outras formas de adoecimento[11], ligadas diretamente ao trabalho ou decorrentes da precária vida determinada pelo roubo de seu fundo de consumo.

Como a saúde consiste num processo objetivamente existente e determinado, fundamentalmente, pelas forças produtivas e pelas relações sociais de produção, a análise do caso particular da América Latina revela uma relação orgânica entre a saúde da classe trabalhadora e a superexploração a que se encontra submetida. Esse processo, nas economias dependentes, mostra-se ainda mais agressivo, refletindo o movimento desigual através do qual o antagonismo entre capital e trabalho se reproduz mundialmente.

Considerações finais

Tendo em vista a tese de que a saúde em geral possui seu cerne constituído em torno da saúde da classe trabalhadora, recuperamos as formulações das vertentes mais críticas da Saúde Coletiva, em diálogo com Marx, a fim de demonstrar que a exploração é a chave analítica para entender como o processo de produção e reprodução do capitalismo se metamorfoseia em menos saúde.

Seguindo nessa esteira teórica, mostramos que o sistema do capital, enquanto organismo mundialmente articulado, introduz particularidades no processo de produção daquelas economias que se inserem nesse siste-

ma de forma subordinada. Em geral, para compensar os mecanismos de transferência de valor que lhes são desfavoráveis, as nações de economia dependente constituem férteis arenas para a consubstanciação de mecanismos particulares de exploração que dão origem ao que a TMD denominou de superexploração, devido às diferenças em relação ao processo tal como ocorre nas economias avançadas.

As discrepâncias de saúde em países como os latino-americanos ante os países de economia avançada são reflexo desse processo particular de superexploração, marcando as diferenças num processo ontologicamente unitário, no sentido de constituir uma universalidade dialética. Portanto, a categoria superexploração deve ocupar espaço nas investigações científicas e filosóficas que se proponham a entender a dimensão social da saúde nos países dependentes, mas sem perder de vista a totalidade social.

Referências

BERLINGUER, G. *A saúde nas fábricas*. Tradução Hanna Augusta Rothschild, José Rubem de A. Bonfim. São Paulo: Cebes-Hucitec, 1983.

BREILH, J. La determinación social de la salud como herramienta de transformación hacia una nueva salud pública (salud colectiva). *Revista Facultad Nacional de Salud Pública*, Medellín, v. 31, supl. 1, p. 13-27, 2013.

BUSCHINELLI, J. T. P. *Epidemiologia das doenças profissionais registradas no Brasil na década de 80*. 1993. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública)"Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1993.

CHASIN, J. *O método dialético.* Aulas ministradas durante o curso de pós-graduação em Filosofia Política, promovido pelo Departamento de Filosofia e História da Universidade Federal de Alagoas, 1998. Mimeografado.

COLISTETE, R. P. O desenvolvimento cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 41, p. 21-33, jan./abr. 2001.

LAAT, E. F. de. *Trabalho e risco no corte manual de cana-de-açúcar*: a maratona perigosa nos canaviais. 2010. 210f. Tese (Doutorado)"Universidade Metodista de Piracicaba, Faculdade de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo, Santa Bárbara D'Oeste, 2010.

LUKÁCS, G. *Para a ontologia do ser social.* Volume 14. Maceió: Coletivo Veredas, 2018a.

LUKÁCS, G. *Prolegômenos e para a ontologia do ser social*. Volume 13. Maceió: Coletivo Veredas, 2018b.

MACCACARO, G. Clase y salud. *In*: BASAGLIA, F; GIOVANNINI, E; MINIATI, S.; PINTOR, L.; PIRELLA, A. *et al*. *La salud de los trabajadores*: aportes para una política de salud. México: Nueva Imagen, 1980.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. 1973. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.). *Ruy Mauro Marini*: vida e obra. – 2. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011. (p. 131-172).

MARINI, Ruy Mauro. Sobre a dialética da dependência. 1973. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.). *Ruy Mauro Marini*: vida e obra. – 2. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011. (p. 173-185).

MARX, K. *O Capital*: crítica da economia política. Livro primeiro, Tomo II. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988a.

MARX, K. *O Capital*: crítica da economia política. Livro primeiro, Tomo I. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988b.

OSORIO, J. *Teoría marxista de la dependencia:* historia, fundamentos, debates y contribuiciones. 1. ed. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2016.

OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. *In*: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (org.). *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012. cap. 2, p. 37-86.

OSORIO, J. Fundamentos da superexploração. *In*: ALMEIDA FILHO, N. *Desenvolvimento e dependência*: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013.

SOUZA, D. de O. A questão da saúde dos trabalhadores na perspectiva histórico-ontológica. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2012.

SOUZA, D. de O.; MELO, A. I. S. C. de; VASCONCELLOS, L. C. F. de. A saúde dos trabalhadores em "questão": anotações para uma abordagem histórico-ontológica. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 34, p. 107-136, 2015.

SOUZA, D. de O. A Saúde na perspectiva da "Ontologia do Ser Social". *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 337-354, maio/ago. 2016.

SOUZA, D. de O. *Saúde do(s) trabalhador(es)*: análise ontológica da "questão" e do "campo". Maceió: Edufal, 2019a.

SOUZA, D. de O. A desconstrução (dos limites) do "campo da saúde do trabalhador". *Em pauta*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 43, p. 74-89, 2019b.

SOUZA, D.; ARAUJO, A. Superexploração da força de trabalho e saúde: uma aproximação ao debate. In: NASCIMENTO, A.; FIDELIS, T.; NUNES, E. (org.). *Economia, política e dependência:* contribuições para análise do Estado e da superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. Maceió: Edufal, 2020.

TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (org.). Introdução. *In*: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (org.). *Ruy Mauro Marini*: vida e obra. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VERÇOZA, L. V. *Os homens-cangurus dos canaviais alagoanos*: um estudo sobre trabalho e saúde. Maceió: Edufal, 2018.

Notas

1 Aqui argumentamos que a TMD apresenta uma preocupação genuinamente ontológica, embora não denomine a si mesma como uma abordagem ontológica. Convém esclarecer que após Lukács, restou demonstrado o caráter ontológico do método de Marx, ainda que muitos marxistas, ao recorrerem a tal método, não consigam ou não julguem necessário enfatizar o seu cunho ontológico. Assim, há um leque considerável de importantes contribuições marxistas (com acertos e erros) que não se autoproclamam ontológicas, porém estão nessa seara graças ao método de Marx. Também pode ocorrer o contrário: casos nos quais teóricos explicitam sua intenção de seguir o método de Marx e assumem um caminho ontológico, mas que, pelas confusões, distorções ou desventuras gnosiologicistas, afastam-se da ontologia marxiana.

2 Em oportunidades anteriores, um dos autores deste texto pôde debater aspectos mais gerais da questão da saúde dos trabalhadores (SOUZA, 2012; SOUZA; MELO; VASCONCELLOS, 2015; SOUZA, 2019a), inclusive no BRASIL (SOUZA, 2019b). Juntos, os dois autores do artigo já apresentaram considerações preliminares sobre essa questão no Brasil, com suporte teórico da TMD (ARAUJO; SOUZA, 2020).

3 No bojo dessas respostas, podemos citar as formas institucionais de enfrentar a questão, mediante o conhecimento técnico-científico dos profissionais de saúde, a serviço da burguesia ou do Estado; as políticas sociais de saúde ou a ela afins; as lutas dos próprios trabalhadores organizados em sindicatos ou nos movimentos sociais, tendo como pauta direta a saúde ou questões a ela ligadas etc. Para aprofundar este debate, recomendamos a leitura de Souza (2019b).

4 Sediada em Santiago, Chile, e sob a direção do economista argentino Raúl Prebisch [1901-1986], a Cepal tornou-se a matriz de um pensamento original sobre a realidade econômica da América Latina. Osorio (2016, p. 43) observa que "la CEPAL nace en un momento particular de América Latina, cuando comienza a ganar forma y fuerza un nuevo patrón de reproducción del capital, el industrial, en manos de una burguesía industrial todavía débil, y que busca apoyo en el Estado para impulsarlo. Las propuestas de la CEPAL se convertirán en el proyecto de esa fracción burguesa y, desde el Estado, en el proyecto de nación em los países de mayor desarrollo en la región, el cual, en su implementación, presentará diversos grados de conflito com los intereses del capital".

5 Colistete (2001) afirma que é possível identificar o núcleo básico da teoria cepalina do subdesenvolvimento a partir de duas proposições básicas: a primeira delas sustenta que "as economias latino-americanas teriam desenvolvido estruturas pouco diversificadas e pouco integradas com um setor primário-exportador dinâmico, mas incapaz de difundir progresso técnico para o resto da economia, de empregar produtivamente o conjunto da mão de obra e de permitir o crescimento sustentado dos salários reais" (id. ibid., p. 23). A segunda aponta que "o ritmo da incorporação do progresso técnico e o aumento de produtividade seriam significativamente maiores nas economias industriais (centro) do que nas economias especializadas em produtos primários (periferia), o que levaria por si só a uma diferenciação da renda favorável às primeiras. Além disso, os preços de exportação dos produtos primários tenderiam a apresentar uma evolução desfavorável frente aos bens manufaturados produzidos pelos países industrializados. Como resultado, haveria uma tendência à deterioração dos termos de troca que afetaria negativamente os países latino-americanos através da transferência dos ganhos de produtividade no setor primário-exportador para os países industrializados" (id. ibid., p. 23).

6 A categoria da transferência de valor, como um dos principais elementos que embasam a tese de Marini, por si só, mereceria uma exposição mais aprofundada, que vai além do objetivo aqui pretendido. É necessário destacar que essa categoria equivale às trocas desiguais que as economias dependentes arcam em direção às economias centrais, que se originaram às custas da natureza de sua integração ao mercado mundial. Conforme Marini (2011a), diante dessas transferências de valor, os capitalistas das economias dependentes utilizam um "mecanismo de compensação" que, "[...] sem impedir a transferência [...], permite neutralizá-la total ou parcialmente mediante o aumento do valor realizado". (MARINI, 2011a, p. 145-146).

7 É importante destacar que, nesta perspectiva, as formas para aumentar a taxa de mais-valia não teriam por que se confundir, pois elas não implicam em si mesmas a remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor. Osorio (2013, p. 63) reforça que: "É possível estender a jornada de trabalho a magnitudes razoáveis, em períodos exclusivos, e o pagamento das horas extras poderia compensar esse maior desgaste. O mesmo pode acontecer em relação à intensidade. Apenas prolongamentos permanentes da jornada de trabalho fazem com que o fundo de vida seja reduzido. Ainda mais em caso de prolongamentos regulares e desmedidos, em que nenhum pagamento extra permite compensar o desgaste. Somente nestes casos esta forma de aumentar a taxa de mais-valia se torna uma forma de superexploração. Idêntico raciocínio pode ser estendido em relação ao aumento da intensidade do trabalho".

8 "Se o proprietário da força de trabalho trabalhou hoje, ele deve poder repetir o mesmo processo amanhã, sob as mesmas condições de força e saúde. A soma dos meios de subsistência deve, pois, ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como indivíduo trabalhador em seu estado de vida normal. As próprias necessidades naturais, como alimentação, roupa, aquecimento, moradia etc., são diferentes de acordo com o clima e outras peculiaridades naturais de um país. Por outro lado, o âmbito das assim chamadas necessidades básicas, assim como o modo de sua satisfação, é ele mesmo um produto histórico e depende, por isso, grandemente do nível cultural de um país, entre outras coisas também essencialmente sob que condições, e, portanto, com que hábitos e aspirações de vida, se constituiu a classe dos trabalhadores livres. Em antítese às outras mercadorias a determinação do valor da força de trabalho contém, por conseguinte, um elemento histórico e moral. No entanto, para determinado país, em determinado período, o âmbito médio dos meios de subsistência básicos é dado". (MARX, 1988b, p. 137).

9 Marx (1988b, p. 180) argumenta sobre tal situação quando, sob a forma de discurso de um operário para um capitalista, demonstra que: "Se o período médio que um trabalhador médio pode viver com um volume razoável de trabalho corresponde a 30 anos, o valor de minha força de trabalho que me pagas, um dia pelo outro, é 1/365x30 ou 1/3.650 de seu valor global. Se, porém, tu a consomes em 10 anos, pagas-me diariamente 1/10.950 em vez de 1/3.650 seu valor total, portanto, apenas 1/3 de seu valor de 1 dia, e furtas-me assim diariamente 2/3 do valor de minha mercadoria. Pagas-me a força de trabalho de 1 dia, quando utilizas a de 3 dias".

10 Há um clássico estudo de Buschinelli (1993) que evidencia um pouco dessa história desigual em relação aos indicadores de saúde. O autor informa

que, a título de exemplo, em 1984, a Espanha registrou 2.582 casos de doenças ocupacionais, o que equivale a um coeficiente de 2,92 para cada 10 mil trabalhadores. Em Portugal, foram registrados 600 casos em 1980, correspondendo a um coeficiente de 2,06 casos para cada 10 mil trabalhadores por ano. Já no Chile, em 1983, houve registro de 6.943 casos ou coeficiente de 27,69 casos por 10 mil trabalhadores, revelando um coeficiente que chega a ser até dez vezes maior. Para o autor, essa tendência se mantém na maioria dos países latino-americanos e avançou à década de 1990 (acrescentaríamos que chega aos dias de hoje). Acrescente-se a isso o fato de que na América Latina há grande subnotificação, uma vez que menos de 4% das doenças ditas ocupacionais são notificadas (LAAT, 2010).

11 Souza (2012) destaca que problemas de saúde superados ou controlados nos países mais ricos continuam presentes no Brasil (o que vale, também, para a América Latina), a exemplo de intoxicações por metais pesados, algumas pneumoconioses e doenças transmissíveis ligadas à situação de pobreza. Outro exemplo emblemático reside nos graves acidentes ou, até mesmo, em morte no trabalho com trabalhadores da agricultura, como denunciam os estudos de Laat (2010) e Verçoza (2018) a respeito dos cortadores de cana-de-açúcar.

Diego de Oliveira Souza
diego.souza@arapiraca.ufal.br
Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Ana Maria Moura Araujo
Mestranda pela Universidade Federal de Alagoas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (UFAL)

UFAL
Av. Lourival Melo Mota, S/N, Tabuleiro do Martins
Maceió – Alagoas – Brasil
CEP: 57072-970

Agradecimentos
Agradecemos ao PPGSS/UFAL e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Agência financiadora
Não se aplica.

Contribuições dos autores
Os autores contribuíram igualmente em todas as etapas da elaboração do artigo.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica.

Consentimento para publicação
Consentimento dos autores.

Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

 DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p658

ESPAÇO ESPECIAL

Fetichismo da técnica e geração de valor no trabalho do profissional em saúde

Fillipe Manoel Santos Cavalcanti[1]
https://orcid.org/0000-0002-5624-4587

Maria Virgínia Borges Amaral[2]
https://orcid.org/0000-0002-6112-984X

[1] Universidade Federal de Alagoas, Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura, Maceió, AL, Brasil
[2] Universidade Federal de Alagoas, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura, Maceió, AL, Brasil

Fetichismo da técnica e geração de valor no trabalho do profissional em saúde

Resumo: Este artigo analisa o processo de determinação capitalista de produção de mais valor no trabalho do profissional em saúde, em sua articulação constitutiva com o fetiche da técnica. O presente estudo demonstrou que o trabalho dos profissionais em saúde no capitalismo é convertido numa mercadoria, cuja finalidade é a geração de mais valor a partir dos serviços de saúde. Viu-se que o processo de geração de valor do trabalho nesse campo conforma-se aos parâmetros de atendimento das demandas de reprodução do capital e necessita de um centralismo fetichizado sobre o conjunto de técnicas que compõem tal setor. Demonstra-se, assim, com este estudo, que o tecnicismo, materializado no profissional em saúde, contribui com a exploração de mais-valia relativa e de conformação ideológica alinhada aos interesses da classe dominante na sociedade do capital.
Palavras-chave: Tecnicismo. Teoria do Valor. Materialismo Histórico.

Technique fetishism and value production in the health professional's work

Abstract: This assay analyses the process of capitalist determination producing high-value in the work of the health professional, in its constitutive articulation with the fetish of the technique. The present study demonstrated that the work of health professionals in capitalism is converted into a commodity, the purpose of which is to produce high-value from health services. It was realized that the process of production value on work in this field, conforms to the parameters to achieve the demands of capital reproduction and requires a fetishized centralism about the set of techniques that compose this sector. Thus, it is demonstrated with this study that the technicality of the health professional contributes to the exploration of relative high-value and ideological conformation aligned with the interests of the dominant class in the capital society.
Keywords: Technicality. Value theory. Historical materialism

Recebido em 29.03.2020. Aprovado em 06.04.2020. Revisado em 25.05.2020.

© O(s) Autor(es). 2020 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Introdução

O *reconhecimento*, com repercussões políticas e econômicas, dos trabalhadores em saúde, " e aqui a referência é, fundamentalmente, os trabalhadores com formação escolar de nível superior, " se expressa, basicamente, em duas instâncias indissociáveis: uma social, diretamente ligada ao cotidiano da população em virtude da necessidade imediata, individual e coletiva, para com os cuidados de saúde; a outra legal, caracterizada pela institucionalização da ação desses profissionais por meio de decretos: os que tratam do direito ao trabalho no campo da saúde e os que definem os princípios éticos e políticos para esses trabalhadores atuarem, implicando a *formação profissional* por meio de um currículo previamente estabelecido com vistas a atender a demandas sociais e mercadológicas.

Quando se trata da instância legal do reconhecimento, cabe lembrar a Resolução nº 218, de 06 de março de 1997, definida pelo Plenário do Conselho Nacional de Saúde (CNS), em Sexagésima Terceira Reunião Ordinária, realizada nos dias 05 e 06 de março de 1997. Esse Plenário recorreu às competências e atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, para "reconhecer como profissionais de saúde de nível superior as seguintes categorias", diz: 1. Assistentes Sociais; 2. Biólogos; 3. Profissionais de Educação Física; 4. Enfermeiros; 5. Farmacêuticos; 6. Fisioterapeutas; 7. Fonoaudiólogos; 8. Médicos; 9. Médicos Veterinários; 10. Nutricionistas; 11. Odontólogos; 12. Psicólogos; e 13. Terapeutas Ocupacionais (Ministério da Saúde, 1997).

Além de reconhecer as mencionadas categorias como profissionais de saúde, o CNS, nessa mesma Resolução, reforça em suas considerações a concepção de saúde como *direito de todos e dever do Estado*; corrobora a compreensão de que o processo saúde/adoecimento está relacionado à condição de vida e de trabalho, colocando como uma questão fundamental para a *integralidade da atenção à saúde e a participação social* o acesso igualitário de todos aos serviços de promoção e recuperação da saúde. Nessa linha de considerações para *enquadrar* os profissionais da saúde em categorias, reafirmou a importância do Sistema Único de Saúde (SUS); "a importância da ação interdisciplinar no âmbito da saúde; e o reconhecimento da imprescindibilidade das ações realizadas pelos diferentes profissionais de nível superior [...]" (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1997).

Para este estudo, em virtude de experiências investigativas que temos realizado acerca do trabalho de profissionais em saúde com formação superior[1], propõe-se uma análise com foco no trabalho da enfermeira. Mas ao adentrar em aspectos supostamente específicos desse campo profissional, como é o caso de uma formação tecnicista, percebe-se que embora pareça uma particularidade do trabalho da enfermeira, é, na verdade, uma característica da profissionalização da saúde: sobressair-se a técnica na formação e na prática profissional.

Muitos estudos atêm-se à bipolaridade que se expressa na realidade " o singular e o universal. Contudo, na perspectiva de análise em que se ancorou a investigação cujo resultado está exposto neste artigo; a particularidade[2] une os dois extremos, singularidade e universalidade; é a categoria dialética que "une, na diferença, realidade e pensamento" (AMARAL, 2016, p. 53). A formação tecnicista da qual trata este estudo é um desses pontos que, na sociedade capitalista, em que impera o pragmatismo, produz um efeito singular de ação imediatista, simulando evidências de universalização do saber e da ação. A formação tecnicista impõe-se como uma condição do trabalho de profissionais da saúde para a geração de valor face às determinações e consequências ideológicas do tecnicismo. A mediação, ou particularidade, entre a singularidade " o ser de um trabalho em saúde " e a universalidade " a categoria dos trabalhadores em saúde – seria silenciada por esse discurso da formação tecnicista. Propõe-se, pois, a partir do trabalho de um profissional (no caso deste estudo, frisemos, a enfermeira) do grupo categorizado pela referida Resolução nº 218, de 06 de março de 1997, analisar os efeitos desse princípio tecnicista, que se constitui um tema transversal em todos os processos de formação profissional dos trabalhadores da saúde nesta sociedade sob o controle do capital.

Geração de valor e o trabalho da enfermeira

Assim como todos os profissionais categorizados pelo CNS na Resolução citada, o profissional de saúde se situa em nível educacional superior. Essa condição permite a tal profissional exercer, simultaneamente, as funções gerenciais e assistenciais do trabalho de enfermagem (SANTOS; MELO, 2019). Evidencia-se uma discrepância entre as funções exercidas por essa classe profissional e o salário pago pelo seu trabalho, sobretudo se considerada a geração do valor pelo trabalho em saúde na produção capitalista, sob um amplo processo de precarização desse trabalho.

É importante destacar que apesar dessa discrepância ser expressão da realidade objetiva no trabalho das enfermeiras, um silenciamento[3] é materializado no discurso dessas profissionais: as *queixas* e as pautas políticas de luta são organizadas e acomodadas dentro do horizonte de reprodução da sociedade do capital. Tais

ações são revestidas de aspectos políticos eleitorais, gerenciais e legais, produzindo efeitos de justificativas da condição de precarização do trabalho. A superficialidade e a imediaticidade com que é tratada a questão não permitem a essas trabalhadoras alcançarem as determinações da reprodução de capital que incidem no processo de exploração do seu trabalho: a geração de mais valor e de trabalho não pago.

Apesar de constituir, em termos numéricos, a maior força de trabalho em saúde no Brasil, com mais de 2 milhões de trabalhadoras (CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM, 2019), a força política da enfermagem não reflete seu quantitativo de pessoas, sendo esta uma das consequências do tecnicismo historicamente constituído e prevalente na formação e na atuação desta categoria profissional. Embora sejam plausíveis as iniciativas escolásticas de muitas teorizações sobre o aspecto tecnicista do trabalho da enfermeira ao longo do século XX e início do século XXI, também é perceptível o fortalecimento desse aspecto, nos processos produtivos e educacionais, decorrente das exigências que a sociedade capitalista impõe à formação da enfermeira.

Assim, pode-se dizer que, como os demais trabalhadores da saúde, a enfermeira trabalha para alcançar uma finalidade previamente determinada pelos interesses da sociedade. O trabalho da enfermeira se constitui numa ação teleológica (intencionalmente orientada a um fim) que, em meio ao seu processo, materializa produtos que possuem utilidade para o consumo humano[4], contribuindo para a produção e reprodução da vida humana em sociedade. Trata-se de um trabalho que se complexifica pela sua imaterialidade – um trabalho imaterial (consumido no ato) –, tendo como objeto o corpo socialmente referenciado (MENDES-GONÇALVES, 2017).

O tecnicismo, no sistema de capital, é uma condição fundante dos processos econômicos; é uma das formas que determina e orienta o trabalho nesse tipo de sociedade; é a expressão sintética e madurecida da atual divisão social e técnica do trabalho.

Com isso, está-se considerando nesta discussão que as formas de valor do trabalho da enfermeira e seus derivados são intimamente determinados e relacionados às formas com que historicamente a humanidade organiza materialmente sua reprodução. A enfermagem é uma prática social voltada ao atendimento de demandas específicas postas historicamente nesta sociedade. Isso nos conduz ao entendimento de que as determinações contemporâneas do valor do trabalho de enfermagem são relativas ao processo de reprodução do capital. Em sua determinação mais profunda, "[...] o sistema do capital é orientado para a expansão e movido pela acumulação" (MÉSZÁROS, 2002, p. 100). A irresistível e irrefreável razão de ser do capital é reproduzir-se. A condição fundamental para essa reprodução é a produção de mercadoria. Marx (2013, p. 58) confere que o capital é irrealizável sem a produção e a circulação de mercadorias. Nesse processo, a produção de coisas com utilidade para o consumo humano (portadoras de valores de uso) precisa ser subsumida à produção de valores de troca, implicando, segundo Marx, uma relação quantitativa de troca "entre valores de uso de espécies diferentes, [...], relação que muda constantemente no tempo e no espaço". Então, nesse processo de circulação de mercadoria configurado pela troca de valores tem-se uma relação social identificada como capital. O capital, conforme entende Marx (2013), é uma relação social que se sustenta na subordinação do trabalho à sua necessidade de reprodução. Trabalho vivo transformado em capital e consequentemente convertido em trabalho morto, acumulado e alienado ao sujeito que trabalha.

No trabalho da enfermeira, a imposição do capital ao trabalho determina a razão da necessidade desse profissional. Esse trabalho é requisitado em tempos e espaços diferentes, tanto é incorporado no cotidiano da população por meio das políticas públicas de saúde realizadas no setor de serviços, como é solicitado a agir em ocasiões específicas que acometem essa população, como é o caso das pandemias ou do agravamento das condições insalubres dos centros urbanos industriais em que vive parte da população produtiva. Mas, também, é o capital que disponibiliza os meios e o acesso ao saber científico para que esse trabalhador realize a sua atividade profissional. É dessa forma que se pode entender a enfermagem como uma prática da sociedade capitalista que se realiza, em todas as suas instâncias, sob as determinações do capital. Ao atender tais demandas, o trabalho da enfermeira é convertido em mercadoria, porque produz mais trabalho; fortalece a circulação da força de trabalho no processo produtivo, intervindo na condição de saúde (ou de doença) do trabalhador para a reprodução do capital. Cabe, então, dizer, a partir do entendimento de Mendes-Gonçalves (2017), que o trabalho da enfermeira, ao ser integrado ao setor de serviços, gera mais valor, basicamente, de três formas: (1) recuperação e manutenção da força de trabalho; (2) geração de mais valor por seus próprios trabalhadores; e (3) geração de demanda para consumo.

Cumpre lembrar que a expressão do valor do trabalho da enfermeira – mercadoria que se troca por dinheiro (salário) – não revela seu preço, mas seu valor, uma vez que o preço de uma mercadoria é a denominação monetária do trabalho objetivado nela mesma (MARX, 2013). Assim, o papel da monetarização, enquanto coeficiente que regula e iguala o valor das mercadorias, permite a discrepância entre a capacidade da força de trabalho em produzir valor e o valor monetarizado dessa força. Em termos monetários, o valor precificado da força de trabalho da enfermeira é, quase sempre, menor que o valor gerado por essa força no processo de trabalho.

A seguir, situa-se o ponto fundamental de codeterminação entre o processo de produção de mais-valia e o fetiche da técnica: o tecnicismo é uma força indispensável na ampliação da extração de mais-valia, pois faz aumentar, na mesma carga horária, a produção de bens e serviços por uma determinada força de trabalho. O tecnicismo possibilita ao capitalista, dessa maneira, aumentar sua lucratividade, ao pagar a mesma quantia monetária por uma mercadoria que é capaz de gerar ainda mais valor, assim como entende Marx (2013) ao tratar sobre a extração de mais-valia relativa.

A *fetichização da técnica* e suas bases materiais

O tecnicismo é uma forma particular de fetiche. Sua caracterização específica se dá pela *fetichização da técnica* no processo de reprodução social. Entende-se que no desenvolvimento do capitalismo a atividade econômica é um complexo predominante entre os outros complexos sociais e a técnica é um "momento parcial do desenvolvimento econômico", não é um momento predominante; não é "um *fatum* autônomo e insuperável da Era Moderna" (LUKÁCS, 2013, p. 260). Nesse ponto da história da sociedade do capital, incorre-se na *fetichização da técnica;* há o simulacro da predominância da técnica, o predomínio do *tecnicismo*, assim como as *táticas e estratégias*, no desenvolvimento econômico e, consequentemente, na manutenção do *status quo* do capitalismo. Cumpre dizer que a importância da técnica está atrelada ao processo de reprodução social. Lukács (2013, p. 262) explicita que, "Assim como na própria economia, a técnica é parte importante, mas sempre apenas derivada do desenvolvimento das forças produtivas, sobretudo dos homens (do trabalho), das relações interpessoais (divisão do trabalho, estratificação de classe etc.)".

Nessa linha de reflexão entende-se que a fetichização da técnica produz um efeito de silenciamento no trabalho. A evidência de automação da técnica criada na sociedade capitalista dos tempos atuais busca separar a realidade do pensamento, implicando na limitação da capacidade de conhecer e entender a complexidade do trabalho nesta sociedade.

É importante dizer que a importância da técnica está em satisfazer necessidades humanas, otimizar o processo de trabalho e aumentar sua produtividade. Por isso, não se trata de uma abordagem negativista ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento técnico, ou de desprezar a sua importância, mas de "[...] afastar do cérebro dos homens o fatalismo fetichizado e mostrar que a técnica foi sempre e apenas um meio no desenvolvimento das forças produtivas, que as forças produtivas, em última análise, são sempre os homens e suas capacidades [...]" (LUKÁCS, 2014, p. 71).

A forma fetichizada da técnica é caracterizada por sua capacidade de produzir estranhamento: a técnica, ao se tornar uma força alienada, projeta-se para fora do ser que a desenvolve (exterioriza-se) e se volta contra ele, como uma força hostil que o controla. Esse processo de alienação, decorrente do fetichismo, inverte a ordem ontológica do processo. Agora o criador (o ser, no processo de trabalho) perde o controle sobre sua criação (a técnica) e os destinos deste ser e do trabalho social passam a depender do movimento *autônomo* das técnicas. Estas, agora, assumem poderes fantasmagóricos sobre o trabalho e sobre as pessoas. O trabalho humano social, desta feita, tende a ser controlado pela determinação estranhada da técnica.

O fetiche da técnica produz um efeito de deslocamento da finalidade do instrumento na atividade produtiva: não é o trabalhador que usa a técnica para seus fins, mas a técnica se apropria do trabalhador e o domina, fazendo dele um agente do *tecnicismo.* Na produção capitalista, trabalhadores se tornam extensões da técnica, meios de sua realização, e se subordinam ao seu movimento, em obediência a uma finalidade que lhe é estranha. O tecnicismo consiste, portanto, na criação de um reflexo subjetivo que cria uma pseudorrealidade, na qual as características sociais da atividade humana são transferidas e ressignificadas como propriedades naturais sociais das técnicas e, por isso, também refletem a relação social dos produtores com seu trabalho como algo que existe fora deles, apenas entre técnicas.

O poder fantasmagórico do tecnicismo não é, todavia, da ordem do espírito, mas advém da ordem material galgada na forma com que os homens se relacionam enquanto produtores. Nesse sentido, entende-se que há de se buscar a função social do tecnicismo na sociedade do capital. A necessidade do capital que requisita o fetichismo da técnica é a de criar uma *realidade* apartada do pensamento, da crítica à essa realidade, e em detrimento das necessidades humanas, na qual a centralidade do produto social do trabalho esteja

associada à racionalidade utilitarista e imediata da técnica na produção (direta e indireta) de mercadorias em formas compatíveis com os parâmetros estruturais do sistema do capital.

No capitalismo, existem duas razões complementares e articuladas que requisitam esse fetiche: uma econômica e outra ideológica. O motivo econômico da necessidade do tecnicismo no sistema do capital vem da condição de que a (re)produção de mais-valia é a lei absoluta do modo de produção capitalista (MARX, 2013). Em sua determinação mais profunda, "[...] o sistema do capital é orientado para a expansão e movido pela acumulação" (MÉSZÁROS, 2002, p. 100).

Como a necessidade de reprodução e acumulação sempre crescente é imperativa e não alternativa, a centralidade do processo social precisou voltar-se para a crescente produção-circulação-consumo de mercadorias, forma clássica de realização do capital. O capital *precisa* subordinar os vários complexos à garantia de sua reprodução econômica; precisa se constituir como uma forma de controle de abrangência totalizadora, de modo que a educação, a política, a arte, o direito e a enfermagem, em meio às suas autonomias relativas, se alinham aos parâmetros estruturais do sistema. Nesse sentido, "[...] o modo de operação do sistema do capital é a exceção e não a regra, no que diz respeito ao intercâmbio produtivo dos seres humanos com a natureza e entre si" (MÉSZÁROS, 2002, p. 96).

Decorre desse *modus operandi* uma das novidades históricas do sistema do capital em relação aos seus antecessores históricos: a *perda de controle* sobre os processos de tomada de decisão decorrente da separação imperativa e negativa entre produtores e a totalidade do processo produtivo. De fato, o capital é uma relação que escapa a qualquer controle adequado duradouro ou a uma autorrestrição racional, e precisa ser assim (!), pois essa incontrolabilidade é a base para a possibilidade de sua ascensão histórica como fundamento da produção. Assim,

> ao se livrar das restrições subjetivas e objetivas da autossuficiência, o capital se transforma no mais dinâmico e mais competente *extrator do trabalho excedente* em toda a história. Além do mais, as restrições subjetivas e objetivas da autossuficiência são eliminadas de uma forma inteiramente reificada, com todas as mistificações inerentes à noção de 'trabalho livre contratual'. [...] o capital ultrapassa infatigavelmente todos os obstáculos e limites com que historicamente se depara, adotando até as formas de controle mais surpreendentes e intrigantes – aparentemente em discordância com seu caráter e funcionalmente 'híbridas' – se as condições o exigirem (MÉSZÁROS, 2002, p. 103, 104, grifo do autor).

O isolamento dos produtores em produtores privados é a condição material tanto do fetiche da mercadoria quanto do fetiche da técnica. No fetiche da mercadoria, são elas próprias que se relacionam entre si, ganhando vida própria. No tecnicismo, acontece coisa semelhante: são as técnicas que se relacionam no processo de trabalho. O ser é reduzido à posição de executor dessas técnicas, que, por sua vez, tornam-se autônomas e donas de um processo entre sujeitos.

A incontrolabilidade e a orientação à expansão-acumulação fazem com que o tecnicismo desponte no capitalismo como a forma *par excellence* de reprodução econômica do capital, aquela que mais se alinha aos seus imperativos reprodutivos. Em outras palavras, a forma tecnicista é a mais eficaz, ou melhor, é a única forma compatível com a demanda sempre crescente de reprodução e acumulação exigida pelo capital.

Marx (1996, p. 246) explica que a composição do capital tem de ser compreendida em um duplo sentido. Primeiramente na perspectiva do valor, sendo esta "[...] determinada pela proporção em que se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, soma global dos salários". O segundo sentido, o da matéria (como ela funciona no processo de produção), compreende cada capital se repartindo em dois: (1) na forma de meios de produção; e (2) na forma de força de trabalho viva. A composição material do capital é, conforme Marx (1996, p. 246), determinada pela "[...] proporção entre, por um lado, a massa dos meios de produção utilizados e, por outro lado, o montante de trabalho exigido para seu emprego". Marx chamou a primeira de "composição-valor" e a segunda de "composição técnica" do capital. Dessa forma, a composição orgânica do capital é a correlação da determinação da composição-valor pela composição técnica.

Diante dessa condição, entende-se porque o *tecnicismo* está organicamente presente nas bases da reprodução do capital. Afinal, somente elevando a técnica a uma condição fetichizada, ou seja, a sua execução dissociada da função ontológica cada vez mais potencializada, é que podem ser produzidas mercadorias e mais valor, de acordo com as demandas necessárias ao funcionamento do sistema. O tecnicismo, então, garante a reprodução expansiva do capital, ampliando a sua composição-valor (o desenvolvimento tecnológico dos meios de produção) e a sua composição técnica (o montante de trabalho exigido para seu emprego). É essa ampliação quanti-qualitativa do capital que proporciona as variadas formas de extração da mais-valia absoluta e relativa.

O tecnicismo, desse modo, não se limita a uma tendência pedagógica ou a alguma outra forma epistemológico-gnosiológica. O tecnicismo, no sistema de capital, é uma condição fundante dos processos econômicos; é uma das

formas que determina e orienta o trabalho nesse tipo de sociedade; é a expressão sintética e madurecida da atual divisão social e técnica do trabalho. As suas manifestações no trabalho em saúde, nas ciências, na política, no direito e nos outros complexos sociais são expressões da determinação dialética e ideológica da sua condição econômica original: a centralidade na técnica alienada nos processos do trabalho em detrimento da apreensão consciente da totalidade e da historicidade desse processo com a realidade social.

Mas, lembremos que a dimensão econômica do tecnicismo é apenas uma parte desse fetiche, o qual, pelo próprio fato de ser um fetiche, necessita obrigatoriamente cumprir uma função ideológica. Ressalte-se, ainda, que, apesar de apresentarmos as dimensões econômicas e ideológicas em momentos distintos, tais dimensões se dão em unidade e de forma indissociável, uma vez que toda ideologia é orientada para a prática. Dessa maneira, entende-se que as condições de produção materiais da vida são determinadas dialeticamente, entre outros complexos, pela Ideologia.

A função ideológica central do tecnicismo se assenta na necessidade que o sistema do capital tem de encontrar algum denominador comum para a dualidade, expressa em classes sociais antagônicas, decorrente da exploração do capital sobre o trabalho. Diante disso, "[...] um complicado sistema de divisão social hierárquica do trabalho deve ser superposto à divisão do trabalho funcional/técnica (e, mais tarde, tecnológica altamente integrada) como força cimentadora pouco segura [...] de todo o complexo" (MÉSZÁROS, 2002, p. 99).

O funcionamento *adequado* desse complicado sistema de divisão hierárquica do trabalho superposto à divisão funcional/técnica só é possível por conta da predominância da racionalidade técnica, alienada na execução do processo de trabalho. Essa centralidade se caracteriza por se comportar como uma espécie de *prisão* da subjetividade do ser social ao caráter técnico da execução da tarefa, de modo que as tomadas de decisão regularmente se limitam apenas às escolhas das melhores técnicas em determinado ofício. Esse proceder contribui também para o entendimento de que o suposto desenvolver das capacidades produtivas deve se limitar à descoberta de melhores técnicas, tecnologias e suas implementações. Uma vez centrado na racionalidade técnica, o trabalhador (e aqui especificamente a enfermeira, como todo trabalhador em saúde) tende a perder a capacidade de apreensão da totalidade do processo, afastando-se das tomadas de decisão, favorecendo o processo de exploração do seu trabalho pelo capital.

Fetiche da técnica e produção de valor no trabalho da enfermeira

Na história da enfermagem moderna vê-se o processo que a constitui como uma prática eminentemente tecnicista, implicando o *tornar-se* enquanto tal. Na incursão da enfermagem – com seu prosseguir representado pelos esforços de Florence Nightingale – na busca por uma determinada cientificidade, pode-se identificar o início do que viria a ser o seu caráter tecnicista. O predomínio da técnica no processo de consolidação do trabalho da enfermeira vai se transformando no eixo orientador do processo de cientificidade da enfermagem.

A teoria ambientalista formulada por Florence Nightingale, por exemplo, de acordo com Ericson (2019), menciona em suas proposições o humanismo na inter-relação do cuidado de enfermagem com os ambientes social, político e ecológico. Nightingale (2010), apesar de centrada nos fatores biológicos, considerava a saúde como um processo e não apenas como o estado de manifestação patológica do agravo. Outro destaque da concepção nightingaleana, que se pode lembrar aqui, é a ampliação conceitual no que se refere ao foco assistencial do trabalho em saúde: em lugar de uma assistência centrada na doença, Nightingale preconizava uma atuação centrada na pessoa doente e nas condições imediatas do ambiente (NIGHTINGALE, 2010; OGUISSO, 2007). Entretanto, essa abordagem, mesmo representando avanços significativos, ainda permanecia focada no indivíduo; e na atuação da enfermeira predominava, cada vez mais, o caráter técnico do trabalho.

Assim, o tecnicismo se expressará no trabalho da enfermeira e o conduzirá a importantes implicações. A divisão técnica do trabalho, decorrente da necessidade do capitalismo pela sua maneira alienada, implicou a criação de duas categorias distintas na enfermagem: as *nurses* e as *lady-nurses*. Conforme Ericson (2019, p. 22), "as enfermeiras ditas de cabeceira, voltadas ao trabalho manual, eram consideradas nurses (enfermeiras); já as enfermeiras que realizavam a supervisão da equipe e a gerência do serviço de enfermagem, eram chamadas lady-nurses [...]".

No Brasil, a divisão técnica do trabalho em enfermagem se expressa em cinco categorias, sendo três oficiais e duas complementares. As divisões oficiais compreendem o trabalho da enfermeira (registram-se, hoje, no Brasil, 521.454 profissionais), auxiliar de enfermagem (uma média de 413.763 profissionais) e técnico de enfermagem (tem-se 1.206.406 profissionais). Por sua vez, as complementares englobam os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e os cuidadores (SANTOS; MELO, 2019).

O efeito econômico dessa divisão do trabalho, enquanto expressão do tecnicismo na enfermagem no Brasil, é o de barateamento da força de trabalho da enfermeira a partir da geração de mais valor. Vejamos: um

profissional de nível escolar médio custa ao dono da empresa hospitalar e/ou ao Estado, uma parcela monetária (salário) consideravelmente menor que aquela paga a um trabalhador de nível de ensino superior. Com uma força de trabalho barateada, a tendência é que os custos diminuam e os lucros aumentem. Além disso, a divisão do trabalho, nesses moldes, implica uma fragmentação da atividade que impede a apreensão por parte da enfermeira do processo geral de seu trabalho. Os resultados decorrentes são as ampliações do caráter fragmentado da assistência, do tecnicismo e do estranhamento entre os entes do/no processo, distanciando cada vez mais o pensamento da realidade.

Esse tipo de fragmentação, característica de todo processo de profissionalização, já era realizado dentro dos limites da atuação profissional, e ainda mais o é em relação à reprodução social mais ampla. Não era finalidade do trabalho da enfermeira uma análise/atuação em articulação com a totalidade social ou o incentivo à participação política. A enfermagem, segundo Florence Nightingale (2010), deveria interessar-se em *servir à sociedade*, dentro dos limites técnicos que eram de sua competência – inclusive servindo à equipe médica.

O não questionamento das contradições sociais decorrentes da incontrolabilidade necessária ao capital é garantia do seu *bom* funcionamento. A técnica, ao tornar-se fetichizada, faz com que o trabalhador não tenha como prioridade a identificação das causas dos problemas com os quais lida no seu cotidiano de trabalho; não conhece o movimento do capital e suas contradições estruturais. Com isso, o foco cairá sobre as manifestações mais fenomênicas e superficiais dos problemas (as técnicas e teorias ultrapassadas, a gerências dos recursos pelo Estado, a forma do Estado). Entendemos ser esse o momento expressivo da junção e da indissociabilidade das funções econômicas e ideológicas do tecnicismo na garantia da expansão e acumulação do capital.

Os elementos expostos permitem reposicionar o tecnicismo, não somente como um projeto de origem teórica, nascido da "iluminação" de alguns intelectuais apologéticos que *descobriram* a forma mais eficaz de formação da força de trabalho para as necessidades de expansão do capital, mas também como uma condição elementar básica e inevitável da própria natureza do capital, quando este se torna a relação fundamental da reprodução social. Nesse sentido, o caráter tecnicista do trabalho da enfermeira não deve ser entendido como uma série de casualidades históricas, mas como parte de um projeto histórico de dominação social orientado pela extração de mais-valia e geração de valor.

Algumas considerações

Parafraseando Pêcheux (2014), a enfermeira, como todos os trabalhadores de formação superior da saúde, não se torna tecnicista pela graça do céu. Nem tão pouco essa condição é imposta pelo sujeito Florence Nightingale, ou unicamente pela determinação positivista na busca por um modelo de cientificidade. A enfermeira torna-se tecnicista porque essa é uma necessidade imperativa do capital para o trabalho em saúde e em todos os setores de serviço com os quais contribui, direta ou indiretamente, para a geração de lucro.

Por fim, a partir da pesquisa que resultou na sistematização exposta neste artigo, pode-se dizer que o tecnicismo é uma condição ontogênica do trabalho no capitalismo, um imperativo do capital no seu processo de expansão e acumulação. Devido ao fato de ser um imperativo das necessidades de reprodução do capital, o tecnicismo não sumirá ou perderá força nos *complexos* da sociedade capitalista[5], sobretudo o econômico. O trabalho em saúde, como o da enfermeira, enfrenta essa realidade. Mesmo com as diversas condenações escolásticas de muitas teorizações sobre o tecnicismo ao longo do século XX e início do século XXI, o mesmo continua seu predomínio real na determinação dos processos produtivos e educacionais do trabalho da enfermeira.

Desta feita, a tarefa de romper com o caráter tecnicista do trabalho da enfermeira vai muito além das críticas acadêmicas e político-formais. Ela perpassa a condição de tomar para si a luta histórica do nosso tempo: romper, em todas as suas determinações estruturais, com a sociedade do capital. Eis, de fato, o desafio.

Referências

AMARAL, M. V. B. *Discurso e relações de trabalho*. Maceió: Edufal, 2016.

AMARAL, M. V. B. A condição do trabalho e o serviço social no setor sucroenergético. *In*: AMARAL, M. V. B. (org.). *Capital X Trabalho no campo:* questão agrária, agricultura familiar e trabalho no setor sucroenérgetico. Maceió: EDUFAL, 2011. v. 1. p. 1-1.

AMARAL, M. V. B. A volatilidade do trabalho do profissional em Serviço Social em tempos de crise. *In*: AMARAL, M. V. B.; ALCÂNTARA, N. (org.). *Trabalho, Política, Vida Cotidiana, Serviço Social*. Maceió: EDUFAL, 2015. v. 1. p. 35-54.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Enfermagem em números. *COFEN*, Brasília, DF: 2019. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/enfermagem-em-numeros. Acesso em: 6 abr. 2020.

ERICSON, S. Processos de modelização na institucionalização de saberes no campo de enfermagem. *In*: AMARAL, M. V. B.; ERICSON, S. *Do discurso: fundamentos e práticas*. Maceió: Edufal, 2019.
LUKÁCS, G. *Conversando com Lukács*. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.
LUKÁCS, G. O Particular à luz do Materialismo Dialético. *In*: LUKÁCS, G. *Introdução a uma estética Marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2013.
MARX, K. *O Capital:* crítica da economia política. Livro 1. 31. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
MARX, K. *O Capital:* crítica da Economia Política. Livro 1. Tomo II. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
MENDES-GONÇALVES, R. B. *Saúde, sociedade e história*. São Paulo: Rede Unida, 2017.
MÉSZÁROS, I. *Para além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 218, de 06 de março de 1997*. O Plenário do Conselho Nacional de Saúde em Sexagésima Terceira Reunião Ordinária, realizada no dia 05 e 06 de março de 1997, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990. [Brasília, DF]: Conselho Nacional de Saúde, 1997. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1997/res0218_06_03_1997.html. Acesso em: 6 abr. 2020.
NIGHTINGALE, F. *Anotações de enfermagem*: o que é, e o que não é. Tradução Janaina Belém. São Paulo: Rideel, 2010.
OGUISSO, T. A influência francesa na enfermagem brasileira. *In*: OGUISSO, T. (org.). *Trajetória histórica e legal da enfermagem*. Barueri, SP: Manole, 2007. p. 130-158.
ORLANDI, E. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1992.
PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2014.
SANTOS, T. A. dos; MELO, C. M. M. *Valor do trabalho da enfermeira.* Salvador: Edufba, 2019.

Notas

1 É o caso dos estudos sobre o trabalho do Assistente Social realizados por Amaral (2011, 2015).

2 As categorias filosóficas da singularidade, universalidade e particularidade são categorias dialéticas que se manifestam na realidade histórico-social, possibilitando a condições estruturais dessa realidade e as transformando historicamente. Concebe-se essas categorias na perspectiva marxista explicitada por Lukács (1978): *O particular à luz do materialismo dialético*; e por Chasin (1995).

3 *Silenciamento* é uma expressão derivada da concepção de silêncio como instância de significação no discurso, conforme o desenvolvimento teórico desse conceito por Orlandi (1992, p. 75). Para a autora o *silenciamento* é uma forma de silêncio; trata-se de uma política do silêncio "que se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva" (AMARAL, 2016, p. 177, nota 123).

4 Faz-se aqui referência aos atos sistemáticos de gerência, pesquisa, ensino e assistência que se destinam manutenção da vida (SANTOS; MELO, 2019).

5 Conferir – *Complexo de complexos* – Lukács (2013, p. 201-302).

Fillipe Manoel Santos Cavalcanti
fillipe.msv@gmail.com
Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Doutorando no Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

UFAL
Campus A. C. Simões. Av. Lourival Melo Mota, S/N, Tabuleiro do Martins
Maceió – AL – Brasil
CEP: 57072-970

Maria Virgínia Borges Amaral
mvirginia39@gmail.com
Doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Professora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

UFAL
Campus A. C. Simões. Av. Lourival Melo Mota, S/N, Tabuleiro do Martins
Maceió – AL – Brasil
CEP: 57072-970

Agradecimentos
Aos profissionais de saúde, em especial as enfermeiras, que lutam com suor, sangue e com a vida para cuidar dos corpos da classe trabalhadora.

Agência financiadora
Não se aplica.

Contribuições das autoras
O artigo foi redigido por ambos autores.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica.

Consentimento para publicação
Não se aplica.

Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

ESPAÇO ESPECIAL

Forças produtivas e compleições corporais: do trabalho braçal ao trabalho confinado

Maurício Beck[1]
https://orcid.org/0000-0002-8681-1626

[1] Universidade Estadual de Santa Cruz, Programa de Pós-Graduação em Letras, Ilhéus, BA, Brasil

Forças produtivas e compleições corporais: do trabalho braçal ao trabalho confinado

Resumo: O presente artigo tem por objetivo desenvolver uma reflexão sobre o corpo do trabalhador, o trabalho do corpo e a imagética do corpo no entremeio das perspectivas da teoria materialista do discurso, do materialismo histórico, da genealogia foucaultiana, da historiografia brasileira e da sociologia do trabalho contemporâneo. Sem buscar ser exaustivo e sem visar uma complementaridade entre essas perspectivas, o artigo propõe a tese de um corpo histórico, cuja compleição, imagética, ideal e sofrimentos (dos corpos de trabalhadores e não trabalhadores) são sobredeterminados pela morfologia do trabalho de dada formação social. Como ilustração do atual trabalhador imóvel e confinado, abordam-se as condições contemporâneas do trabalho do operador de telemarketing. Por fim, tecem-se algumas considerações sobre imobilização e condicionamento dos corpos e o confinamento do trabalhador urbano durante o expediente laboral. Da exposição de novos modos de sofrimento no trabalho engendra-se uma crítica materialista da crítica hegemônica à corpolatria contemporânea.

Palavras-chave: Discurso. Compleição corporal. Trabalho confinado.

Productive forces and body compositions: from manual labor to confined labor

Abstract: This article aims to develop a reflection on the laborer's body, the body work and the body imagery in the midst of the discourse materialist theory perspectives, of the historical materialism, of the Foucaultian genealogy, of the Brazilian historiography and of the contemporary work sociology. Without seeking to be exhaustive and without aiming at a complementarity among these perspectives, the article proposes the thesis of a historical body, whose composition, imagery, ideal and sufferings (of the bodies of laborers and non-laborers) are overdetermined by work's morphology of the given social formation. As an illustration of the current immobile and confined laborer, the contemporary labor conditions of the telemarketing operator are addressed. Finally, some considerations are made about the bodies' immobilization and conditioning and the urban laborer's confinement during working hours. From the exposure of new means of suffering at work a materialist critique of contemporary body idolatry hegemonic criticism is generated.

Keywords: Discourse. Body composition. Confined labor.

Recebido em 15.02.2020. Aprovado em 07.04.2020. Revisado em 07.07.2020.

© O(s) Autor(es). 2020 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Introdução

A igreja diz que o corpo é uma culpa.
A ciência diz que o corpo é uma máquina.
A publicidade diz que o corpo é um negócio.
E o corpo diz: eu sou uma festa.
Eduardo Galeano

Discorrer sobre o corpo em uma perspectiva materialista é a proposta maior do presente texto. Para tanto, procederemos por uma abordagem multifacetada, tendo em conta a ênfase teórica e analítica que o corpo, enquanto objeto de investigação, ganhou nas décadas iniciais do século XXI. Serão apresentadas três perspectivas a guisa de introdução, o escopo é mostrar certa convergência entre elas, desde que tomemos a chave interpretativa do trabalho do corpo e do corpo do trabalhador. Ademais, faremos incursões pelos campos da historiografia, da sociologia do trabalho e, para arrematar, enfocaremos a morfologia laboral e os modos de sofrimento no trabalho da operadora de telemarketing.

A escolha do enfoque nas condições do ofício da teleoperadora se justifica tendo em vista que este ofício tem sido uma das principais vias de acesso ao trabalho formal para os jovens de centros urbanos, em especial na região nordeste do Brasil. Por outro lado, é nossa tese que a atual morfologia do trabalho urbano é condicionada pela imobilização e pelo confinamento do corpo do trabalhador, em contraste com o chamado trabalho braçal outrora majoritário. Consideramos o ofício do operador de telemarketing um caso típico do trabalho confinado.

Vias de acesso ao corpo

Para realizar uma reflexão sobre o corpo como discurso e como força produtiva, imaginamos vários caminhos muito diferentes. Uma primeira possibilidade seria a de abordar a circulação exponencial da imagem dos corpos na Sociedade do Espetáculo. Trataríamos, por um lado, de retomar as formulações de Guy Debord (1997, p. 14) sobre o espetáculo: "não um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas mediada por imagens". Por outro, teríamos também de atualizar algumas de suas reflexões, pois a invisibilidade do espectador anônimo das mídias do século passado deu lugar a uma crescente visibilização dos sujeitos, agora convertidos em atores de si mesmos, na vitrina digital das redes sociais. Captura, registro, exposição e circulação de imagens de corpos configuram cada vez mais intensamente nosso laço social.

Entretanto, o que parece marcar esse começo de século é uma convergência entre a Sociedade do Espetáculo, relação social mediada por imagens, com intensificação da interlocução entre sujeitos via redes sociais, constituindo um discurso que interpela indivíduos em sujeitos via *selfies*, *storys*, *posts*, compartilhamentos, comentários. Se uma imagem não vale mil palavras, pode magnetizar mais curtidas e cativar mais *views*. O sujeito se significa tornando-se mais visível. Já não tiramos fotografias para guardá-las em uma gaveta, mas para fazer circular nossas imagens, nossos rostos sorridentes, nossos corpos desejáveis (ou não) e nossas circunstâncias felizes ou nem tanto.

Outro caminho, mais pavimentado atualmente, seria partir para uma crítica ideológica do imaginário hipertrofiado do corpo. No intento de desconstruir os padrões estéticos de uma heteronomia coercitiva, aquela dos significados estabilizados da beleza magra ou atlética de corpos individualizados, apolíneos. Como efeito dessa crítica dois resultados possíveis: ou o sujeito desconstruído (falsa desidentificação voluntarista), ou o sujeito cínico (falsa desidentificação quietista)[1]. Em outros termos, o bom ou o mau alter ego do velho Barão de Münchhausen, supostamente cientes das causas que os determinam, citados por Pêcheux (1997)?

Terceiro caminho possível: levar a sério o materialismo de Marx, como disse certa vez Foucault (2007a), e primeiramente abordar não a ideologia, o discurso ou o imaginário do corpo, mas sua materialidade própria. Não a materialidade biofísica, mas a materialidade histórica do corpo em toda sua espessura. Tratar-se-ia, antes, de compreender o corpo inserido na base socioeconômica. Corpo mais ou menos arregimentado nas relações produtivas, compleição física como efeito de dadas condições de produção.

> Trata-se do homem de ferro contra o homem de carne e osso. A subsunção de seu trabalho ao capital - a absorção de seu trabalho pelo capital -, que está no cerne da produção capitalista, surge aqui como um fator tecnológico. A pedra fundamental está posta: o trabalho morto no movimento dotado de inteligência e o vivo existindo apenas como um de seus órgãos conscientes. A conexão viva do corpo da oficina não se funda mais na cooperação, mas sim no sistema de máquinas que forma agora, a partir do movimento de um

> motor primário e do abarcamento da totalidade das oficinas, a unidade ampla à qual estas últimas, ao continuarem sendo compostas por trabalhadores, mantêm-se subordinadas. (MARX, 1994, p. 108).

Eis a contradição posta entre trabalho vivo e trabalho morto, entre homem e máquina. O corpo do trabalhador como um dos órgãos conscientes do corpo maquinal da indústria. Trabalho morto para Marx é outro nome para meios de produção. Isto quer dizer que todo rol de instrumentos, ferramentas, tecnologias - da enxada ao computador – é oriundo do trabalho braçal e simbólico humano (MARX, 1994). A labuta pregressa de uma infinidade de trabalhadores passados nos legou os atuais meios de produção. Os mesmos meios que agora assujeitam o trabalho vivo, os corpos e as mentes dos trabalhadores. São os meios de produção que engendram como efeitos colaterais dadas compleições corporais. Ou seja, não haveria nada de natural na compleição física de trabalhadores e de não trabalhadores.

Ora, esse corpo como produto do trabalho não deixa de estar presente mesmo em Foucault:

> Não se trata de cuidar do corpo, em massa, *grosso modo*, como se fosse uma unidade indissociável, mas de trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica – movimentos, gestos, atitude, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo. [...] Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada. (FOUCAULT, 2007b, p. 118-119, grifo do autor).

Note-se, no entanto, que o foco foucaultiano é um sobretrabalho disciplinar que aumenta a potência produtiva, ao mesmo tempo em que enfraquece a potência política dos corpos. É nesse sentido, o do disciplinamento dos corpos, que Foucault diz ter levado mais a sério o materialismo de Marx. E é esta genealogia de práticas disciplinares e de processos de normatização-individualização que Pêcheux alude em *Só Há causa Daquilo que Falha* "para que se comece, enfim, a compreender o processo de resistência-revolta-revolução da luta ideológica de classes". (PÊCHEUX, 1997, p. 303).

Corpo como objeto de práticas disciplinares para melhor inserção do trabalhador em dado modo de produção, eis a contribuição da genealogia de Foucault. Mas, se ajustarmos ainda mais o foco, o corpo do trabalhador pode ser definido como "uma força produtiva, um instrumento de produção, uma aparelhagem tecnológica que se define por suas relações complementares ou contraditórias com outras forças produtivas" (BRÖHM, 2007, p. 342). De modo que, em nossa leitura, o corpo não ganha força, não conforma sua (in)docilidade somente via práticas disciplinares engendradas para tanto. O corpo do trabalhador também se transforma pelo e no cerne do trabalho explorado. E transforma-se pela via da transformação que o trabalho social engendra nos meios circundantes. (Ou seja, nos meios de produção e nos meios de reprodução das condições de produção)._Com isso, inoculamos na genealogia disciplinar de Foucault (2007b), as transformações e contradições das relações de produção.

O corpo do trabalhador também se transforma pelo e no cerne do trabalho explorado. E transforma-se pela via da transformação que o trabalho social engendra nos meios circundantes. (Ou seja, nos meios de produção e nos meios de reprodução das condições de produção).

O entrecruzamento dos três caminhos evocados acima (o da análise das imagens dos corpos, o da crítica do ideal do corpo, e o da materialidade histórica dos corpos imbricados aos meios de produção) talvez seja a melhor alternativa para responder certa questão intrigante: qual seria a correlação entre a mudança de ênfase, em nossas atuais atividades laborais, do dito trabalho braçal para o trabalho dito intelectual, a transformação na compleição de nossos corpos e as formas como os percebemos e os desejamos contemporaneamente?

Pode-se pensar, por exemplo, na imobilização do corpo no trabalho em contradição com o imaginário de beleza do corpo muscular, atlético e esbelto. Para além da crítica a este ideal de corpo, talvez caiba ler nele um indício de um problema de outra ordem: não apenas imperativo estético inalcançável, mas antes o sintoma de uma sutil forma de precariedade do trabalho sentado, confinado. Uma forma de sofrimento laboral que produz seus *antídotos*: formas de remediar o mal-estar da disciplina de imobilidade do corpo por meio de outras disciplinas, *fitness*.

Tratar-se-ia não tanto, ou tão somente, de criticar os ditos padrões de beleza e a disseminação pletórica de imagens na Sociedade do Espetáculo do Corpo de nossa época, mas de analisar as formas de existência

concretas, as formas de trabalho, de rotina, de circulação e de precariedade a que estão sujeitos os corpos dos trabalhadores no capitalismo do século XXI. Pois,

> A força muscular humana foi fator predominante até, sobretudo, o advento das máquinas movidas a carvão, a vapor e especialmente o uso da energia elétrica. O declínio da necessidade de se contar com a força para a produção se fez acompanhar da valorização de habilidades físicas específicas, como a capacidade de manter o ritmo dos movimentos ou sua precisão. [...] adquirindo gestos disciplinados e hábitos musculares, os operários, vistos como "homens máquinas", seriam capazes de alcançar o máximo rendimento no trabalho, com um dispêndio mínimo de energia. (BERCITO, 2011, p. 375-376).

Para Orlandi, "o sujeito urbano é o corpo em que o 'capital' está investido" (2004, p. 28). Investimento de capital, que se aplica sobre os corpos de indivíduos tornados "homens máquinas". Capital como laço social que constitui o sujeito urbano por meio de um investimento simbólico, na ótica discursiva de Orlandi, mas também e, sobretudo, de um investimento econômico. Pois, para o capital, trata-se de interpelar sujeitos como mão de obra via contrato de trabalho. E, desse modo, inserir os corpos, devidamente arregimentados para a produção industrial ou dita pós-industrial, no espaço urbano do chão da fábrica, da cadeira do escritório, de atrás do balcão no comércio. Espaço fechado, confinado, delimitado que engendra corpos imobilizados em tarefas de rotina cronometrada.

Operadora de telemarketing: gestos simbólicos

> Este mito [o de Sísifo] só é trágico porque seu herói é consciente. O que seria a sua pena se a esperança de triunfar o sustentasse a cada passo? O operário de hoje trabalha todos os dias de sua vida nas mesmas tarefas, e esse destino não é menos absurdo. Mas só é trágico nos raros momentos em que se torna consciente. Sísifo, proletário dos deuses, impotente e revoltado, conhece toda a extensão de sua miserável condição: pensa nela durante sua descida. (CAMUS, 2012, p. 123).

A Almaviva do Brasil constitui uma sociedade de Telemarketing e Informática do Grupo Almaviva, *The Italian Innovation Company*. Segundo a apresentação na homepage da empresa[2], a Almaviva é a líder italiana na oferta de soluções de *Information & Communication Technology*, na estratégia de negócio com o foco no cliente e em sistemas de gestão de conhecimento para a administração pública, entidades de previdência e setores industrial e de telecomunicações, transporte e logística, território e ambiente, defesa e segurança, bancos e companhias de seguros. No Brasil, diferentemente de outros países, a Almaviva estabeleceu escritórios operacionais com a contratação em massa de operadores de telemarketing.

O outro lado da história é que a Almaviva é também alvo de centenas de reclamações trabalhistas, sobretudo em Maceió, uma das cidades em que opera desde 2013. As condições de trabalho da teleoperadora são reconhecidamente estressantes pelas próprias mídias do mercado, possivelmente devido à condição de trabalhador interpelado como intermediador de interesses entre consumidores descontentes e vigilantes empregadores. Ademais, a Almaviva tem sido acusada especificamente de impor ritmos acelerados de trabalho por meio de um severo controle do deslocamento físico dos funcionários. Entre os problemas de saúde mais frequentes encontram-se os de trato urinário. Foi relatado que os empregados da Almaviva recebiam uma *squeeze*, recipiente para líquidos, limitando a ingestão de água a uma quantidade delimitada, assim como somente poderiam usar o banheiro em dois pequenos intervalos de dez minutos durante o expediente de seis horas e vinte minutos (ALMEIDA; SIQUEIRA, 2016).

Há de se notar que estas condições de trabalho funcionam via imobilização dos corpos para maior eficácia das faculdades ditas intelectuais. A operadora de telemarketing deve fazer o uso mais eficaz e destro dos dispositivos tecnológicos na interlocução com o cliente. Sua força física é reduzida ao mínimo, sua destreza digital, sua acuidade visual, sua atenção e sua capacidade de verbalização e argumentação devem operar em um tempo cronometrado com precisão. A materialidade mais corpórea de seu ofício se concentra na modulação vocálica.

> Muitas empresas de telemarketing padronizaram os diálogos – os scripts e os fluxogramas de atendimento são predeterminados –, objetivando facilitar a rotinização do trabalho das teleoperadoras, através da prescrição de uma norma de comportamento que direciona inclusive a entonação da voz. E o controle das emoções da teleoperadora pela empresa é outro fator importante: a teleoperadora deve ter autocontrole, para reverter situações de agressividade que frequentemente sofrem e manter o padrão de atendimento, tanto no que se refere ao tom da fala como também ao script predeterminado. (ANTUNES, 2014, p.48).

O trabalho explorado se torna mais preciso, mais destro no manuseio do trabalho morto, e o corpo ainda mais imobilizado para a execução de tarefas especializadas, que não exigem nem força e nem deslocamento físico, mas apenas gestos digitais, regrados movimentos manuais para a execução cronometrada do dito trabalho simbólico. Trabalho este que não deixa de ser microfísico, labuta que ainda exige braços e dedos a seu dispor, enquanto o restante do corpo permanece imóvel, presumidamente em repouso. Em contraste com este suposto repouso corporal, o esgotamento não deixa de ocorrer, convergindo com os sofrimentos do trabalhador informal uberizado[3]. Ambos são instados a laborar dentro de um imperativo desempenho.

> O sujeito de desempenho [empreendedor e explorador de si mesmo] esgotado, depressivo está, de certo modo, desgastado consigo mesmo. Está cansado, esgotado de si mesmo, de lutar consigo mesmo. [...] Desgasta-se correndo numa roda de hamster que gira cada vez mais rápida ao redor de si mesma. [...] Essa autocoação, que se apresenta como liberdade, acaba sendo fatal para ele. *O burnout é o resultado da concorrência absoluta.* (HAN, 2017, p. 91-100, grifo do autor).

Se o contraste do trabalho confinado com o trabalhador braçal é flagrante, o que não é tão evidente são as novas formas de sofrimento e as condições de precarização no mundo do trabalho confinado. Daí a necessidade de se problematizar a hierarquia entre o trabalho manual e o intelectual. Primeiro porque os supostos privilégios do dito trabalho intelectual de outrora foram corroídos em concomitância com o declínio da necessidade da força física no modo de produção capitalista contemporâneo. Para Baitello Júnior (2012, p. 75), "todos somos levados a crer que estar sentado significa estar ocupando um lugar de honra." Em contraste,

> Ainda hoje, em recantos retirados do nosso Brasil, onde as casas ainda são de chão batido, encontram-se comunidades e aldeias sem cadeiras. Simplesmente porque elas não são necessárias. Quem se agacha descansa e dispensa a cadeira. Se observarmos as crianças, vamos verificar que elas tendem a brincar agachadas ou sentadas no chão. Já nós adultos temos grande dificuldade para nos agacharmos e ficar agachados por longo tempo. As cadeiras já encurtaram nossos músculos e tendões. (BAITELLO JÚNIOR, 2012, p. 76).

Por conseguinte, se o corpo do trabalhador confinado de hoje diverge do corpo do trabalhador braçal de ontem, então as formas de sofrimento mudaram no mesmo sentido. De modo que é estranhamente familiar que o corpo ideal visto, por exemplo, no protagonista de ação cinematográfico, que se dissemina entre inúmeras mídias de nossa época seja feito à imagem e à semelhança do trabalhador braçal de outrora e de alhures.

Segundo Antunes (2014), surgiram novas morfologias no trabalho contemporâneo e o chamado proletariado de serviços se constitui como uma nova parcela da classe trabalhadora brasileira. Seus sofrimentos decorrem tanto da imobilização do corpo e do confinamento quanto da demanda pela sinergia sorridente exigida para dar conta de tensões entre capital, trabalho e consumo. Ou, ainda conforme Antunes, das exigências de metas, da rotinização do trabalho, do despotismo dos coordenadores e dos supervisores, dos baixos salários, dos adoecimentos por efeito das condições de trabalho. O mal-estar da teleoperadora é, em síntese, o de ter a obrigação de permanecer sentada e fazer semblante face às contradições da chamada sociedade do desempenho.

Considerações Finais

Desde o Fédon de Platão (387 a. C.), valora-se o que chamamos de corpo em contraste com o que chamamos de alma. É na voz de Sócrates, personagem maior daquele texto, que se estabelecem as clássicas dicotomias das filosofias ocidentais: corpo/alma, sentimento/razão, cópia/realidade, esquecimento/memória, mortalidade/imortalidade. De modo que o corpo abrigaria tudo que é tido como negativo nessa dicotomia. Na perspectiva do dualismo socrático-platônico, antes de a alma habitar um corpo, ela tinha como residência a cidade das Almas, lócus das ideias puras, da verdade do mundo e da essência das coisas. Não é errado supor nesta raiz platônica uma das matrizes ideológicas de determinados discursos de distanciamento do corpo e de suas paixões para se alçar à "verdade-em-si", a "beleza-em-si", o "conhecimento-em-si". Em vista disso, um dos escopos do presente texto foi empreender uma crítica da crítica acadêmica em torno das práticas e dos discursos associados à corpolatria. Com efeito, se, por um lado, a temática da cultura do corpo ou do culto ao corpo acaba deixando de lado o corpo no trabalho e o trabalho do corpo, por outro, a crítica predominante parece ainda imbuída da desvaloração platônica do corpo e da reafirmação implícita dos valores do "mundo das ideias", da vida intelectivo-teórica e, desse modo, deixa de perceber o quanto o "culto ao corpo" é ainda idealista e platônico.

Na perspectiva materialista, o ideal do corpo belo e esbelto é acima de tudo um ideal (socioeconomicamente sobre determinado, não pura forma de manipulação de dada superestrutura) e, ao mesmo tempo, parece ser sintoma das contradições da atual morfologia do trabalho urbano, majoritariamente confinado. Morfologia que impõe a imobilização do corpo durante a maior parte do expediente, sem que qualquer esforço cardiovascular ou muscular seja necessário. Em contraste, os discursos médico, *fitness*, entre outros, demandam do atual trabalhador um investimento individualizado em outra disciplina (diferente daquela que primeiro imobilizou seu corpo) para romper com um suposto "estilo de vida sedentário". Desse modo, as contradições e precariedades da atual morfologia do trabalho são contornadas e deslocadas pela via da responsabilização individual do trabalhador confinado. Nosso Sísifo contemporâneo, proletário de serviços, labuta imóvel e, no final do expediente, ao invés de refletir sobre o sem sentido de sua vida, é instado a fazer trabalho muscular, se exercitar, e pagar para tanto.

Referências

ALMEIDA, C.; SIQUEIRA, V. Almaviva é acusada de adoecer operadores de telemarketing. *Cada minuto*, Maceió, mar. 2016. Disponivel em: https://www.cadaminuto.com.br/noticia/283897/2016/03/13/almavivae-acusada-de-adoecer-operadores-de-telemarketing. Acesso em: 10 out. 2019.

ANTUNES, R. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil**.** *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 28, n. 81, p. 39-53, ago. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000200004. Acesso em: 07 fev. 2020.

BALDINI, L. J. S.; DI NIZO, P. L. O Cinismo como prática ideológica. *Estudos da Língua(gem)*, v. 13, n. 2, p. 131-158, dez. 2015. Disponível em: http://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/1305. Acesso em: 06 abr. 2020.

BAITELLO JUNIOR, N. *O pensamento sentado*: sobre glúteos, cadeiras e imagens. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2012.

BERCITO, S. de D. R. Corpos-máquinas: trabalhadores na produção industrial em São Paulo (décadas de 1930 e1940). *In:* DEL PRIORI; M.; AMANTINO, M. (org.). *História do corpo no Brasil.* São Paulo: UNESP, 2011. p. 371-404.

BRÖHM, J-M. "Depois de mim, o dilúvio!" Imagens da morte e da negação do corpo em Marx. *In:* NÓVOA, J. (org.). *Incontornável Marx*. Salvador. São Paulo: EDUFBA; EDUNESP, 2007. p. 339-367.

CAMUS, A. *O Mito de Sísifo.* Tradução de Ari Roitman e Paulina Watch. 2. ed. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2012.

DEBORD, G. *A Sociedade do Espetáculo*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder.* Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2007a.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. História da Violência nas Prisões. Tradução de Raquel Ramalhete Petrópolis: Vozes, 2007b.

HAN, B. *Sociedade do Cansaço*. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017.

MARX, K. Maquinaria e trabalho vivo (os efeitos da mecanização sobre o trabalhador). *Crítica Marxista*, São Paulo, Brasiliense, v. 1, n. 1, p. 103-110, 1994.

ORLANDI, E. P. *Cidade dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso*: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi, Lourenço Chacon Jurado Filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana Mabel Serrani. São Paulo: Ed. Unicamp, 1997.

Notas

1 Quietista porque fatalista, desengajada. Ou seja, é uma forma cínica de o sujeito pertencer a uma dada formação discursiva pela via de "um certo modo de relação com o saber, em que o sujeito não se filia diretamente, nem se desfilia, mas permanece no horizonte de uma tomada de posição desengajada". (BALDINI; DI NIZO, 2015, p. 146). Em contraponto, a falsa desidentificação voluntarista imaginária se realizar por meio de uma vontade (ou atitude) plenamente engajada, com vistas a uma perfectibilidade moral. Pêcheux (1997) faz menção às contradições do quietismo, em que o tempo e a experiência trabalhariam a favor da revolução, não havendo razão para nenhuma intervenção teórica ou política frente ao determinismo da História; ou do salto voluntarista, posição de crença em um engajamento político e teórico todo poderoso. Ambas as posições perpassam a história do marxismo no século XX.

2 Disponível em: https://www.almavivadobrasil.com.br/pt-br/. Acesso em: 9 out. 2019.

3 Embora o motorista de Uber também tenha seu corpo imobilizado no interior do veículo automotivo, no caso dos entregadores do Ifood, serviço em crescimento nas cidades grandes e médias, na opção bicicleta, retomam o uso e abuso de certa força muscular e potência cardiovascular no exercício de atividade remunerada. Contudo, este parece ser uma exceção à regularidade do trabalho confinado.

Maurício Beck
pardalbeck@gmail.com
Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (UFAL)
Professor visitante do Programa de Pós-graduação em Letras: linguagens e representações (PPGL-UESC)

UESC
Campus Soane Nazaré de Andrade, Rodovia Jorge Amado, km 16 – Bairro Salobrinho.
Ilhéus – Bahia – Brasil
CEP: 45662-900

Agradecimentos
Agradeço a leitura de Lucimara Santa Fé e ao trabalho de tradução para o inglês do título e do resumo de Luana Thibes.

Agência financiadora
Não se aplica.

Contribuições das autoras
Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica.

Consentimento para publicação
Não se aplica.

Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

 DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p674

ESPAÇO ESPECIAL

Por que o trabalho na cana tem moído gente e espalhado bagaços?

Sabrina Ângela França da Silva Cruz[1]
https://orcid.org/0000-0003-4886-2702

[1] Universidade Federal de Alagoas, Curso de Enfermagem, Arapiraca, AL, Brasil

Por que o trabalho na cana tem moído gente e espalhado bagaços?
Resumo: O objetivo deste artigo é refletir sobre o processo de trabalho no corte da cana e o adoecimento e mortes de trabalhadores. A perspectiva teórica do trabalho é marxista e utiliza como instrumento metodológico de coleta de dados o estudo bibliográfico. Os resultados da investigação evidenciam que a compreensão do processo de trabalho no corte da cana é imprescindível na elucidação do adoecimento e mortes de trabalhadores. Ademais, na flexibilização canavieira, tanto se generalizam a redução dos postos de trabalho como o aumento da intensidade do trabalho; por uma variedade de estratégicas que se intensificam, como o pagamento por produção. O artigo conclui que o corpo do trabalhador, seja por adoecimento, mortes ou traumas físico-psíquicos, materializa a superexploração da força de trabalho no corte da cana, o que revela, por sua vez, o caráter destruidor que a acumulação do capital da agroindústria canavieira possui sobre seus trabalhadores.
Palavras-chave: Processo de trabalho. Trabalho canavieiro. Adoecimento. Superexploração.

Why has sugarcane work grind people and spread bagasse?
Abstract: The purpose of this article is to ponder on the work process in cutting cane and the illness and deaths of workers. The theoretical perspective is based on Marxist and the bibliographic study is used as methodological instrument for data collection. The results of the investigation reveal that the understanding of the work process in cutting cane is essential in elucidating the illness and deaths of workers. Furthermore, in sugarcane flexibilization, both the reduction of jobs and the increase in labor intensity are widespread; by a variety of intensifying strategies, such as payment for production. The article concludes that the worker's body, whether due to illness, death or physical-psychological traumas, materializes the overexploitation of the workforce in cutting cane, exposing the destructive character that the accumulation of capital of the sugarcane agroindustry has on its workers.
Keywords: Work process. Sugarcane work. Illness. Overexploitation.

Recebido em 16.04.2020. Aprovado em 10.06.2020. Revisado em 26.07.2020.

© O(s) Autor(es). 2020 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Introdução

O presente artigo aborda sobre o processo de trabalho no corte da cana e sua relação com o adoecimento e mortes de trabalhadores. A perspectiva adotada por este trabalho é de inspiração marxista e tem como instrumento metodológico o estudo bibliográfico, feito através do levantamento e análise de informações e depoimentos em documentos de órgãos oficiais[1]; teses, dissertações e artigos de revistas que tiveram por objeto o tema do trabalho no setor sucroalcooleiro.

À semelhança do trabalho alienado que se realizava no tempo histórico das formulações de Marx, século XIX, o sofrimento do trabalhador no desenvolvimento da atividade produtiva ainda continua como uma característica fundamental do processo de trabalho, no século XXI. O trabalhador atual, a despeito de todas as conquistas e avanços em relação às condições impostas ao trabalhador no século XIX, persevera na mesma situação de esforço e desgaste para a satisfação das necessidades da reprodução ampliada do capital. O trabalhador ainda realiza um autossacrifício na ordem do capital, cuja expressão pode ser percebida pelos adoecimentos em plena idade ativa. Ou ainda, pela morte súbita de trabalhadores, karoshi no Japão, birôla[2] em São Paulo e canguru[3] em Alagoas, para citar algumas doenças.

Dessa maneira, sob a perspectiva marxista, pode-se dizer que as problemáticas atuais em torno de processos mais flexíveis de trabalho acentuam o adoecimento do trabalhador e que as doenças ocupacionais relacionam-se menos com as disposições biológicas e as anormalidades orgânicas[4] que acometem isoladamente os indivíduos, e mais, "senão fundamentalmente, com a organização e com a realização da atividade laboral em condições que, nas sociedades contemporâneas, assinalam-se pela flexibilização, precarização e intensificação do trabalho" (PLANCHEREL; QUEIROZ; SANTOS, 2011, p. 59).

No caso do setor sucroalcooleiro brasileiro, a intensificação do trabalho e as práticas flexíveis desse setor, entre os que desenvolvem o corte da cana, materializam-se no próprio corpo dos trabalhadores e são indicadores representativos da superexploração da força[5] de trabalho, uma vez que implica, no presente, no seu esgotamento prematuro.

Processos de trabalho no corte da cana e desgaste da força de trabalho

Observa-se que desde a década de 1970 até os dias atuais, o processo de corte da cana permanece o mesmo na modalidade manual. Sendo considerado um bom desempenho no corte da cana quando essa é cortada ao rés do chão[6], exigindo dessa maneira total curvatura do corpo do trabalhador (SILVA, 2013), e grande dispêndio de energia do mesmo.

Nas Usinas, um trabalhador costuma cortar toda a cana de um retângulo, no qual possui cerca de 8,5 metros de largura, "contendo cinco ruas de cana (linhas em que é plantada a cana, com 1,5 metro de distância entre elas), por um comprimento que varia de trabalhador para trabalhador" (ALVES, 2007, p. 30). O pequeno retângulo, contido no retângulo maior, é o talhão, chamado entre os trabalhadores de eito[7]. O comprimento de um eito varia de região para região e depende tanto do ritmo do trabalho como da resistência física de cada trabalhador.

Em São Paulo, maior produtor de cana-de-açúcar do Brasil, o eito é composto geralmente por cinco ruas[8]; já em Alagoas[9], varia entre sete e nove ruas. Apesar de estudos apontarem que a quantidade de cana cortada por trabalhador é maior na região de São Paulo em comparação ao Nordeste, é importante considerar que na realidade nordestina a área a ser percorrida pelo trabalhador para cortar cana é bem maior do que a área em São Paulo.

Além de eitos maiores no Nordeste (e em Alagoas) do que os encontrados em São Paulo[10], há também terrenos íngremes, como as áreas serranas em que a plantação de cana se encontra como, na região Norte da mata alagoana. Terreno acidentado e eitos maiores contribuem para um maior desgaste do trabalhador, além interferirem na produtividade do trabalho (VERÇOZA, 2012). Essa realidade acontece, porque como se verá a seguir, a atividade do corte de cana envolve outras tarefas, como limpeza da cana e a organização desta para o carregamento. Com eitos maiores o trabalhador levará mais tempo para deslocamento e organização da cana no centro do eito, o que interfere na quantidade de cana cortada.

Para a reorganização da etapa de corte, os trabalhadores utilizam como instrumento o facão ou o podão. Os pés de cana devem ser cortados rente ao chão, onde se encontra a maior concentração de sacarose. Porém, deve ser feito com muito cuidado e precisão, para que a raiz não seja atingida, não prejudicando assim as safras seguintes. A quantidade de cana cortada por trabalhador[11] dependerá tanto da habilidade como de sua resistência física deste.

De acordo com Alves (2008a):

> [...] o trabalhador abraça um feixe de cana (contendo entre três e dez canas), curva-se e flexiona as pernas para cortar a base da cana. [...] O corte rente ao chão não pode atingir a raiz para não prejudicar a rebrota, na medida em que a cana permite, em média, cinco cortes consecutivos. Isso significa que **o corte rente ao chão deve ser um corte preciso, que exige do trabalhador força e destreza, porque um erro pode ocasionar um corte da cana com toco alto, ou pode atingir as raízes, ou ainda, um acidente grave, pois o podão pode atingir o pé, as pernas do trabalhador** (ALVES, 2008a, p. 28, grifo nosso).

Depois do corte, o trabalhador ainda poda "a parte superior da cana, onde estão as folhas verdes". "Em algumas usinas os trabalhadores têm de cortar o pendão no ar; em outras, é permitido que ele corte no chão", ou ainda no chão na fileira do meio, segundo Alves (2007, p. 31). Nesse último caso, em que se permite o corte das pontas no chão no meio do eito, muitas vezes o trabalhador utiliza um outro instrumento[12] de trabalho, já que a separação da cana e do pendão no chão com os pés é um processo cansativo. O instrumento usado é semelhante a uma haste de madeira com uma ponta; o trabalhador utiliza-o com uma mão, "empunha a haste, afasta-as da cana" e, com a outra mão, empunha o facão, "corta as ponteiras" da cana (ALVES, 2007, p. 31).

A respeito do esforço físico nesse processo de trabalho, Silva (2013, p. 375) afirma que "em dez minutos o trabalhador derruba 400 kg de cana, desfere 131 golpes de podão, faz 138 inflexões, num ciclo de 5,6 segundos para cada ação". No final do dia, esse trabalhador terá desferido "3.792 golpes de podão e feito 3.994 flexões com rotação da coluna. A carga cardiovascular é alta, acima de 40%, e, em momentos de pico, os batimentos cardíacos chegam a 200 por minuto". Isso tudo, em um ambiente no qual a temperatura chega "acima de 27 graus centígrados, com muita fuligem no ar (SILVA, 2013, p. 375)".

Segundo Alves (2006, p. 95), o trabalhador nessa atividade

> não apenas anda 4.400 metros por dia, mas transporta, em seus braços, 6 toneladas de cana, com um peso equivalente a 15 kg, a uma distância que varia de 1,5 a 3 metros. Além de todo este dispêndio de energia, andando, golpeando, contorcendo-se, flexionando-se e carregando peso, o trabalhador sob o sol utiliza uma vestimenta composta de botina com biqueira de aço, perneiras de couro até o joelho, calças de brim, camisa de manga comprida com mangote, também de brim, luvas de raspa de couro, lenço no rosto e pescoço, e chapéu ou boné. Este dispêndio de energia sob o sol, com esta vestimenta, leva a que os trabalhadores suem abundantemente e percam muita água. Junto com o suor perdem sais minerais, e a perda de água e sais minerais leva à desidratação e à frequente ocorrência de câimbras.

O trabalhador canavieiro, além de limpar a cana, com eliminação do pendão, e transportá-la "até a linha central do eito (3ª linha)", também deve arrumar a cana para o carregamento mecânico[13]. Muitas usinas exigem que o trabalhador arrume a cana aos montes, distando um metro de um para o outro; "em outras usinas, é permitido ao trabalhador dispô-las esteiradas, sem a necessidade dos montes separados" (ALVES, 2007, p. 31-32). O corte da cana possui especificidades que variam de usina para usina e, apesar da quantidade de cana cortada por trabalhador depender tanto da habilidade/destreza, como da resistência física, a realização do trabalho, não. Isso porque as usinas possuem exigências próprias para a realização do trabalho. Ao contrário do que se pode pensar, o trabalho de cortar cana é prescrito e determinado previamente "pelos departamentos técnicos de cada uma das usinas, bem como pelo departamento agrícola e pela diretoria de recursos humanos". Dessa forma, as exigências na forma de realização do trabalho "interferem na capacidade de produção do cortador de cana" (ALVES, 2007, p. 32).

Modificadas as exigências das usinas para que o trabalhador mantenha a produtividade sobre as novas condições, este deverá despender uma quantidade maior de energia. Esse esforço que resulta em adoecimentos diversos também fornece aos usineiros uma maior extração de mais-valia, nesse caso em específico, de mais-valia absoluta (MARX, 1974).

De acordo com Alves (2007, p. 32):

> Em algumas usinas a disposição da cana esteirada e a realização do corte da ponteira no chão permitem aos trabalhadores cortar 30% a mais do que outros que são obrigados a cortar a ponteira no ar e a dispor a cana em montes. [...]. Porém, do ponto de vista das usinas, a disposição em montes facilita a atividade de carregamento e reduz a quantidade de terra levada pela cana do campo para usina.

Descrevendo o esforço que os trabalhadores canavieiros realizam nos complexos agroindustriais, Alves (2007, p. 32) os compara a um "atleta corredor fundista", pois em geral são trabalhadores com pouca massa muscular, pouca gordura e muita resistência física, semelhante às características físicas desse tipo de

atleta. Nem todo indivíduo aguenta o processo de trabalho canavieiro; alguns, de fato, ficam *borrados*, para usar a expressão de Silva (2013, p. 359).

É diante desse desgaste físico que as usinas, para reduzir os casos de desidratação e as câimbras advindas do esforço, e consequente perda de água no corpo, fazem uso no campo de uma substância administrada como soro:

> Algumas usinas afirmam tratar-se apenas de soro caseiro, uma mistura de sal e açúcar em água. Outras usinas dizem que além de sal e açúcar, o soro contém potássio e outros sais minerais, além de substâncias que dão cor e sabor, tornando o soro uma espécie de refresco. Outras usinas, ainda, admitem que os soros têm componentes energéticos. Porém, até este momento as autoridades sanitárias não sabem a composição de todos os soros e suplementos energéticos distribuídos pelas usinas aos trabalhadores, nem sabem quais os efeitos que esses suplementos podem causar a curto, médio e longo prazo sobre a saúde de trabalhadores submetidos a forte esforço físico e com carência nutricional e hídrica (ALVES, 2008b, p. 10).

Alguns trabalhadores recusam-se a tomar o soro da usina, por não saberem o que ele contém; por essa razão, muitos recorrem ao soro intravenoso em hospitais públicos:

> Ministrar soro na veia de cortadores de cana é um procedimento médico comum em todos os hospitais da zona canavieira de São Paulo. No final da tarde e no início da noite, principalmente nos dias mais quentes e secos, comuns durante o pico da safra de cana, é normal que os ambulatórios desses hospitais fiquem repletos de cortadores de cana precisando desse tipo de atendimento. (ALVES, 2006, p. 11).

Além de todo o desgaste físico e psíquico advindo do processo de trabalho, os trabalhadores ainda são mal alimentados e mal alojados. Sua saúde é desconsiderada pelas usinas; ademais, recebem pelo trabalho valores extremamente baixos, característicos de uma situação de superexploração. A situação encontrada em Alagoas, na usina Santa Clotilde, pelo grupo móvel do Ministério do Trabalho, descrita por Calado (2008, p. 1)[14], é emblemática:

> O alimento é trazido de casa pelo trabalhador. Eles começam sua jornada às 5 horas e só termina às 17 horas. O trabalhador rural Adriano Silva denunciou que todo o material de proteção (luva, bota, óculo, garrafa, bota etc.) está sendo descontado no salário. Eles recebem em torno de R$ 220,00 por quinzena no corte da cana. Trabalham de segunda a sábado. O trabalhador rural José Robson fez mais uma grave denúncia. Disse que, se adoecer, tem que ir a junta médica da usina para ter direito à licença. Se a licença não for da usina, não tem valor, e o trabalhador levará falta. O seu colega José da Silva, que trabalha no corte da cana desde os 8 anos de idade, hoje com 58 anos, teve forte dor de cabeça, foi hospitalizado, e recebeu 15 dias de licença médica. Ele precisou fazer vários exames, foi internado, mas quando se apresentou no setor médico da usina, só recebeu dois dias de licença, e recebeu treze dias de falta. Eles também denunciaram que nos dias em que a Usina Santa Clotilde ficou parada, por conta da interdição do MPT, os trabalhadores receberam dois dias de faltas. O sistema de escravidão do corte da cana nas usinas, não dá espaço para as mulheres. Elas só trabalham no plantio, adubando ou colocando veneno, por conta da produção. A usina tabela a tonelada da cana da seguinte maneira: de uma a três toneladas: R$ 3,50; de quatro a cinco: R$ 4,00; de cinco toneladas por diante: R$ 5,00.

No processo extenuante de cortar cana, os trabalhadores ainda se acham expostos ao perigo no processo de queimada. Conforme matéria da *Folha de São Paulo* em 2009,

> o trabalhador da Usina Bela Vista, de Pontal/SP, Sidnei dos Santos, 40 anos, morreu carbonizado na noite de 12 de julho de 2009, enquanto ateava fogo na cana. O trabalhador usava um botijão de gás e uma mangueira como lança-chamas. A prática é comum na região, embora extremamente irregular, segundo a NR31. (COISSI, 2009).

A queima da cana acarreta para os trabalhadores canavieiros outros riscos à saúde[15] pelo número variado de substâncias tóxicas que essa prática contém, tais como *monóxido de carbono*, *amônia* e *metano*. A queima da cana tem como objetivo facilitar a colheita manual. Todavia, os efeitos dessa prática sobre o homem e a natureza são nefastos. Sobre os trabalhadores, as micropartículas (PM10)[16] da fuligem da cana, como "material fino, [...] poluente que apresenta maior toxidade", chegam "às porções mais profundas do sistema respiratório, transpõem a barreira epitelial, atingem o interstício pulmonar e são responsáveis pelo desencadeamento de doenças graves" (ARBEX *et al.,* 2004 apud SILVA, 2013, p. 376).

Um acordo entre o governo federal e os produtores canavieiros prevê o fim das queimadas[17] no território nacional nos próximos anos. A realidade atual, de transição, por um lado tem promovido o aumento no corte mecanizado e, por outro, a diminuição de postos de trabalho[18].

A intensificação do trabalho no corte da cana e os adoecimentos e mortes nos canaviais

O processo de trabalho de cortar cana, apesar de ser o mesmo desde os anos de 1970, tem tido seu ritmo modificado com o advento da reestruturação produtiva a partir dos anos de 1990. De acordo com Alves (2006, p. 96), "a produtividade média cresceu 100%; passou de seis toneladas/homem/dia, na década de 1980, a 12 toneladas de cana por dia, na década de 1990". Um conjunto de aspectos corroborou para essa nova realidade:

a) O aumento de trabalhadores *disponíveis* para o corte de cana, devido a três fatores: i. o aumento da mecanização do corte de cana. ii. o aumento do desemprego geral, provocado por duas décadas de baixo crescimento econômico. iii. a expansão da fronteira agrícola, destruindo as formas de reprodução da pequena propriedade agrícola familiar e disponibilizando força de trabalho[19].
b) A seleção "mais apurada pelos departamentos de recursos humanos das usinas, que levou à escolha de trabalhadores mais jovens, à redução da contratação de mulheres e à possibilidade de contratação de trabalhadores oriundos de regiões mais distantes de São Paulo" (ALVES, 2006, p. 7).
c) A utilização de período de experiência, "no qual os trabalhadores que não conseguissem atingir a nova média de produção, dez toneladas de cana por dia, eram demitidos antes de completar três meses de contrato" (ALVES, 2006, p. 7).

Para Novaes (2007b, p. 171-172), a seleção para o trabalho nas usinas, segundo o critério de produtividade por cana cortada, é uma prática nos Complexos Agroindustriais canavieiros:

> Para serem selecionados pela usina, os candidatos terão que cortar no mínimo dez toneladas de cana/dia. Caso contrário eles serão demitidos. Geralmente essa "poda" se faz até sessenta dias após a admissão. O sistema de seleção funciona dessa maneira. Sem nomear a usina, relato um caso que observei. A Usina X contratou 5 mil trabalhadores no início da safra. No primeiro mês calculou-se o rendimento médio dessa turma. No caso analisado, foram descartados dois mil trabalhadores, que não conseguiram alcançar a média. No segundo mês, o mesmo procedimento se repete, agora com três mil trabalhadores. Nessa etapa, foram "podados" mais mil trabalhadores que tiveram uma produção inferior à média da turma. Assim, os dois mil trabalhadores, altamente produtivos, selecionados nesse processo, conseguiram realizar o quantum de produção dos cinco mil trabalhadores que iniciaram a safra. Esses trabalhadores selecionados chegam a cortar até vinte toneladas de cana/dia e manter uma média mensal entre 12 e 17 toneladas dia.

Em outro trabalho, Novaes (2007a, p. 97, grifo do autor) revela que as "usinas vão formando grupos de trabalhadores seletos, os super-homens da produção, *os campeões de produtividade.* Quando identificados, são muito valorizados pelas usinas e pelos empreiteiros". A esses homens seletos são oferecidos contratos *por tempo indeterminado* ou "emprego garantido nos próximos anos como trabalhadores safristas" (NOVAES, 2007a, p. 97).

O momento atual para os trabalhadores canavieiros é de grande concorrência, tanto dos trabalhadores entre si como entre trabalhadores e máquinas[20]. Já analisado por Marx na Inglaterra no século XIX, "o momento de transição do trabalho manual para o mecanizado gera o aumento da exploração por meio de métodos os mais variados" (SILVA, 2013, p. 372), mediante a combinação da mecanização com o corte manual de alta produtividade (ALVES, 2007). É nesse cenário que se intensificam as diversas formas de pagamento, sendo uma delas o pagamento por produção.

Apesar de o pagamento por produção advir da reestruturação produtiva dos anos de 1990, nos anos 2000 essa prática se generalizou nas usinas brasileiras e constitui hoje um dos principais mecanismos para o aumento da produtividade, concomitantemente à redução dos custos de produção.

O pagamento por produção torna o ritmo do trabalho nos canaviais mais acelerado, o que se deve a um fator externo ao trabalhador. Apesar de o ritmo e da destreza no corte dependerem da habilidade individual de cada sujeito, é a forma de pagamento, por produção, o elemento *acelerador* desse processo. De acordo com Alves (2007, p. 35), "o pagamento por produção significa que, se trabalhar mais, o trabalhador canavieiro ganhará mais". Como se trata de trabalhadores cujos limites estão *na linha de pobreza*, a motivação destes se dará pelo "ganho monetário, na forma de salário, obtido durante os oito meses de safra de cana, de forma que seja suficiente para mantê-lo e toda a sua família durante todo o ano (12 meses)". Em virtude disso, é de interesse do trabalhador esforçar-se para obter um maior rendimento, já que o trabalho dura apenas oito meses, mas a necessidade de alimentação sua e de sua família ocorre em um período

maior, os 12 meses do ano[21]. Dessa forma, "é um salário que reforça as diferenças de habilidade, força, energia, perseverança dos trabalhadores individualmente, provocando diferenças nos seus rendimentos e o estabelecimento de concorrência entre eles" (SILVA, 1999, p. 86).

Foi nessa mesma direção que Marx (1985, p. 141) apontou que no trabalho por peça, "é naturalmente do interesse pessoal do trabalhador aplicar sua força de trabalho o mais intensamente possível". Esse tipo de trabalho "facilita ao capitalista elevar o grau normal de intensidade. Do mesmo modo, é interesse pessoal do trabalhador prolongar a jornada de trabalho, pois, com isso, sobe seu salário diário ou semanal".

Todavia, diferentemente do trabalho por peça, descrito por Marx, o trabalho por produção na cana não possui, *a priori*, o controle do trabalhador sobre o quanto foi produzido por ele, diversamente das demais formas de trabalho por peça. Isso porque o trabalhador corta cana e sua produção é auferida em metros lineares, embora o valor atribuído ao metro cortado por esse mesmo trabalhador seja dado em toneladas[22]. Dessa forma, para saber o valor do metro cortado, é preciso que haja uma conversão de valor da tonelada para valor do metro. Somente nas usinas ocorre a conversão da tonelada para metros, já que "apenas elas dispõem de balança calibradas para fazer um cálculo exato" (ALVES, 2007, p. 35).

Como o valor da cana cortada é medido em metro, e este depende de seu peso, variando de acordo com o tipo e a variedade da cana cortada, cortar mais metros de cana não necessariamente indica uma maior remuneração no final do dia. Quem trabalha mais, não necessariamente ganha mais.

Segundo Alves (2008a, p. 14):

> Na maior parte dos pagamentos por produção, os trabalhadores trabalham por 'peça' produzida, e estas têm o seu valor fixado antes da realização do trabalho. O valor da cana cortada só é conhecido pelos trabalhadores depois que o trabalho é realizado, e ainda depende de uma conversão de valores que é realizada à revelia dos trabalhadores. Na cana, os trabalhadores são remunerados por metro de cana cortada, mas só está previamente fixado o valor da tonelada de cana cortada.

Apesar da reinvindicação dos trabalhadores[23] pelo pagamento de cana cortada em metros lineares e não por toneladas, esta não tem sido atendida pelos usineiros; segundo estes, "é impossível adotar o pagamento por metro, porque a unidade de medida em todas as etapas do processo produtivo é a tonelada de cana" (ALVES, 2007, p. 36). Entretanto, o que se tem de fato é que estes perderiam o controle no processo de produção. Caso um trabalhador ganhasse por metros lineares, ele poderia estabelecer "metas de produção a partir de suas necessidades". Um trabalhador poderia assim interromper o seu trabalho antes do fim do mês, caso atingisse um *quantum* de rendimento e produção suficiente para suas necessidades de reprodução, segundo o seu julgamento. Se assim fosse, "as usinas subordinariam a sua lógica de produção à lógica de reprodução dos trabalhadores" (ALVES, 2007, p. 36).

Sem dúvidas, o atendimento das reivindicações dos trabalhadores tornaria o cálculo[24] da produção do trabalho mais simplificado, "na medida em que exigiria do trabalhador o domínio apenas de duas operações matemáticas (multiplicação e soma)[25]". Assim, "a fixação do valor do metro, no lugar do valor da tonelada, acabaria com o roubo no pagamento dos cortadores de cana" (ALVES, 2008b, p. 16).

A cana cortada por cada indivíduo é reservada e pesada em local separado, sem a presença do trabalhador. A produtividade do trabalho é medida pelo peso da cana cortada, o qual é aferido pelas usinas. É comum a queixa por parte dos trabalhadores sobre medições imprecisas de sua produtividade. Segundo o DIEESE, "os erros ou fraudes na medição rebaixam 21% da remuneração dos cortadores de cana"[26]. (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2007, p. 19).

Alves (2006, p. 93) esclarece:

> Adam Smith e Karl Marx criticavam essa forma de pagamento, chamando-a de perversa e desumana, analisando apenas as formas de pagamento por produção em situações em que os trabalhadores controlavam seu processo de trabalho e tinham, ao final do dia, pleno conhecimento do quanto tinham auferido em salário, pois multiplicavam a quantidade produzida pelo valor da unidade. [...] Os cortadores de cana sabem apenas quantos metros de cana cortaram em um dia, mas não sabem o valor do metro de cana cortado. Esse desconhecimento é decorrente do metro linear de cana não ter um valor fixado previamente. O valor do metro só é fixado depois que a cana foi pesada; portanto, embora um metro seja igual a um metro, o valor do metro de cana é diferente do valor de outro metro de cana, na medida em que seus pesos são diferentes. O valor do metro de cana para cada talhão é atribuído pela usina depois que a cana é pesada em suas balanças, localizadas distantes do eito. [...] O peso da cana varia em função da qualidade da cana naquele espaço, e a qualidade da cana naquele espaço depende, por sua vez, de uma série de variáveis (variedade da cana, fertilidade do solo, sombreamento etc.). Nas usinas, onde estão localizadas as balanças, é feita a conversão

> do valor da tonelada para o valor do metro. Como é feito nas usinas, pelo seu departamento técnico, esse cálculo não tem o controle do trabalhador; portanto, entre aquelas situações de trabalho analisadas pelos dois pensadores, nos séculos XVIII e XIX, e as praticadas no corte de cana, no século XXI, há uma enorme distância. [...] Hoje, os trabalhadores não controlam nem a medida do seu trabalho, nem o valor do seu trabalho. [...] Desta forma, fica claro que o pagamento por produção é uma forma de pagamento arcaica, perversa e desgastante. No caso da cana é mais perverso ainda, pois o ganho não depende apenas dos trabalhadores, mas de uma conversão feita pelo departamento técnico das usinas.

A conversão do valor do trabalho de tonelada de cana em metros funciona, na verdade, como uma isca para o trabalhador, uma vez que este, por não saber o valor diário do quanto cortou de cana, lança-se a cortar mais nos dias seguintes. Apesar de os acordos coletivos definirem o valor do metro de cana cortado, segundo os vários tipos de cana – de primeiro corte, segundo e demais, cana de 18 meses, cana queimada, cana caída e enrolada –, este só é definido mediante a conversão em toneladas.

Esta conversão é definida pelas usinas segundo uma operação descrita a seguir por Alves (2008a, p. 17-18):

a) o campeão (caminhão) deveria chegar ao talhão a ser pesado bem cedo, logo no início do corte;
b) uma comissão formada por trabalhadores e representantes das usinas deveria escolher três pontos do talhão a serem amostrados, isto é, a cana desses três pontos representaria todas as canas do talhão;
c) o campeão seria carregado com quantidades iguais de cana dos três pontos e seria observada a quantidade de metros necessária para encher o caminhão;
d) a comissão acompanharia o caminhão até a balança e verificaria a pesagem do caminhão;
e) a comissão faria os cálculos para a conversão: (a) divisão do peso do caminhão, medido em toneladas, pelos metros de cana apurados no enchimento do caminhão, obtendo-se desta divisão a quantidade de quilos de cana existentes em cada metro; (b) divisão do valor da tonelada por mil, obtendo-se o valor do quilo; (c) multiplicação do valor do quilo pela quantidade de quilos de cada metro, obtendo-se assim o valor do metro de cana;
f) os membros da comissão voltariam ao talhão e comunicariam ao encarregado da turma (feitor) o valor do metro daquele talhão, e este o comunicaria a todos os trabalhadores do talhão;
g) Ao final do dia seria medida em metros a produção de todos os trabalhadores, e cada um deles receberia um recibo contendo a quantidade de metros cortada, o valor do metro e o ganho obtido no dia.

As condições sociais e políticas para um sistema de acompanhamento do trabalhador nas pesagens dentro das usinas não se tornou viável até então, mesmo existindo esse sistema desde 1986. O acompanhamento do trabalhador nas várias etapas – amostragem da cana, pesagem, entre outras – leva o trabalhador *fiscal* a perder meio dia de trabalho. Como este trabalha por produção, a "fiscalização" da pesagem dificilmente se efetiva. Além do mais, "aqueles que se dispõem a participar se sentem marcados pelos *gatos*, fiscais e encarregados, e temem perder seus empregos" (ALVES, 2007, p. 38). Desse modo, a conversão de toneladas em metros torna-se um processo realizado exclusivamente pelas usinas.

Sobre essa realidade no estado de Alagoas

> A Comissão da Pastoral da Terra (CPT) encontrou várias irregularidades na usina Santa Clotilde, localizada na cidade de Rio Largo, após a deflagração da força-tarefa pelo grupo móvel do Ministério do Trabalho. Os trabalhadores denunciaram que não houve tantas mudanças depois do trabalho da força-tarefa. Muitos estão sem luva e sem o amolador de foice. **A pesagem da cana-de-açúcar continua sendo feita sem a presença dos trabalhadores. O cortador de cana Cícero Silva aponta que cada trabalhador retira 30 braços de cana. Para eles, de cinco a seis braços corresponde a uma tonelada. Os fiscais apenas olham para a quantidade de cana amontoada, e não fazem a medição; registram o suposto número. José da Silva e os colegas confirmaram que não conferem o que o fiscal marcou.** A maioria dos cortadores de cana só possui o primeiro grau incompleto. Muitos nem sabem ler. Eles confessaram que só trabalham no corte da cana porque precisam. "Isso não é vida para ninguém" (CALADO, 2008, p. 1, grifo nosso).

Apesar de a situação acima descrita ser extremamente favorecedora à fraude, já que a medição da cana cortada é medida *no olho* e sem utilização de qualquer instrumento, mesmo nas situações em que a mensuração do metro cortado em campo é realizada por instrumentos há queixas de fraude e *roubo* por parte das usinas. Isso porque, antes da transformação da tonelada em metros, é preciso medir o metro cortado por cada trabalhador, ou seja, mesurar a área cortada em campo. Enquanto no Sudeste essa medição dos metros cortados no campo é dada pelo uso do compasso[27], no Nordeste usa-se a vara.

Segundo Verçoza (2012, p. 66), "a vara é o instrumento utilizado por usinas de alguns estados do Nordeste para medir a metragem das canas cortadas", principalmente em Alagoas, hoje o principal produtor

nordestino de cana. A vara amplia a possibilidade de fraudes; "no pulo da vara o usineiro dá mais um pulo do gato, pois pode subtrair metros que foram efetivamente cortados" (Ib. Ibid.). O Encontro dos Trabalhadores Canavieiros da Região Nordeste (2005, p. 10) apresentou essa questão no seu relatório final:

> Os sistemas oficiais de unidades de medidas não são utilizados nas lavouras canavieiras nordestinas, e, como ocorre nas demais regiões canavieiras do país, os instrumentos de medidas também não são oficiais, não podendo, portanto, estar sujeitos a aferições dos órgãos oficiais. A unidade de comprimento utilizada é a braça, equivalente a 2,20 m, e o instrumento é a vara. [...] Os roubos ocorrem pela imprecisão do protocolo de medida praticado com a vara, que prevê um salto que exige experiência e precisão do trabalhador responsável, chamado de cabo de turma. No entanto, como as variações ocorridas são, na grande maioria das vezes, contrárias aos trabalhadores, pode-se afirmar que as medições são fraudulentas.

O salário por produção "tem permitido às empresas do setor aumentar a produtividade sem aumentar a remuneração dos trabalhadores" (PORTELLA, 2013, p. 1). Como a produtividade do trabalho é no momento atual, para esses grupos de trabalhadores, mais do que nunca um fator de suma importância para se manterem no emprego, mortes e adoecimentos para o cumprimento de metas com a cana cortada não são situações tão incomuns nesse universo de trabalhadores.

Segundo matéria do jornal *Primeira Página*, de São Carlos (SP), divulgada em 5 de setembro de 2009:

> Um trabalhador da usina Zanin de Araraquara/SP morreu enquanto cortava cana, supostamente por excesso de esforço, no dia 29 de junho de 2009. Segundo denúncias encaminhadas à Pastoral dos Migrantes, sediada em Guariba, desde 2004 ocorreram 23 mortes, supostamente por excesso de esforço nos canaviais paulistas (JORNAL PRIMEIRA PÁGINA, 2009 apud SILVA, 2013, p. 372).

Alves (2008a, p. 12) chama atenção para o difícil estabelecimento do nexo causal exigido pelas usinas na atribuição das mortes por excesso de trabalho entre os cortadores de cana, isso porque "os atestados de óbito desses trabalhadores são vagos, e também porque o excesso de trabalho não deixa marcas visíveis externamente (como um trauma), nem internamente, como uma causa química (envenenamento, por exemplo)".

Conforme Aparecida Moraes Silva (2013, p. 377), o trabalho por produção foi "responsável pelas 23 mortes nas usinas do Estado de São Paulo, supostamente por exaustão, ocorridas no período de 2004 a 2009". Segundo essa autora, além das mortes, tem-se também *mais de 400 trabalhadores* registrados pelo INSS "com 'incapacidade permanente', no período de 1999 a 2006, no Estado de São Paulo" (SILVA, 2013, p. 377). E ainda:

> no período de 2002 a 2006, foram concedidos 32.208 auxílios-doença previdenciários, 216 aposentadorias por invalidez, 7.028 auxílios-doença acidentários, sete aposentadorias por invalidez acidentária, 38 pensões por mortes acidentárias e 15 auxílios-acidente. Os casos notificados foram: dorsalgia (12%); fratura no nível do punho e da mão (4%); sinovite e tenossinovite (4%); outros transtornos de discos intervertebrais (3%); ferimento do punho e da mão (3%); hérnia inguinal (2%); luxação, entorse e distensão das articulações e dos ligamentos do joelho (2%); fratura da perna, incluindo tornozelo (2%); hipertensão essencial (primária) (2%); fratura do antebraço (2%); outras categorias (64%). (SILVA, 2013, p. 377).

Essa realidade de adoecimento e mortes reflete a realidade de superexploração vivida nesse ramo de atividade, já que este setor num país dependente como o Brasil, possui as condições de trabalho como garantidoras de *altos níveis de produtividade* (SILVA, 2013), o que corrobora para a manutenção do país como competitivo no mercado de açúcar e etanol[28]. As usinas, entretanto, não admitem explicitamente que sua maior produtividade e a fonte de lucro hoje advenham da superexploração da força de trabalho, e não do investimento em capital.

É comum nos complexos agroindustriais o estímulo de prêmios para os campeões de produtividade, como cestas básicas, celulares, entre outros, "como o caso de uma delas, onde o trabalhador que atingir 27 ton./semana ganha uma gratificação de 3%" (ENCONTRO DOS TRABALHADORES CANAVIEIROS DA REGIÃO NORDESTE, 2005, p. 10). Tem-se o depoimento de um trabalhador nordestino transcrito do Encontro dos Trabalhadores Canavieiros da Região Nordeste (2005, p. 11): "após cortar 22 toneladas de cana por dia, desmaiei e fui para o hospital, onde passei o dia tomando soro para me recuperar".

> Diante da realidade do processo de trabalho canavieiro hoje, e das condições de trabalho assinaladas, é possível dizer que o "avanço tecnológico *stricto sensu",* nos complexos agroindustriais, não se apresenta como o maior responsável pelas novas exigências para o trabalho nessa atividade, mas a "necessidade de

> maior produtividade do trabalho, que, por sua vez, requer maior dispêndio de energia física, com salários historicamente rebaixados" (ALVES, 2007, p. 44).

A intensidade do trabalho no eito da cana revela que o processo de valorização do capital por meio de novos arranjos no trabalho, como a mecanização da colheita da cana, apresenta-se como prejuízo para o trabalhador, pois significa tanto a "perda do emprego [como] até a precarização das condições de trabalho, já que a cana que sobra para os cortadores no talhão é a pior cana para se cortar, o que, além de exigir maior esforço e desgaste físico de seu corpo, diminui consideravelmente a sua produção" (SANTOS, 2013, p. 206).

Sobre a seleção para o trabalho do corte da cana, como bem indica Alves (2007), essa é cada vez mais apurada, "a depender da disponibilidade de material humano existente. O processo de seleção dos trabalhadores é feito de acordo com a sua ficha de trabalho na própria usina, onde consta a sua produtividade". A preferência das usinas é por trabalhadores "mais jovens (fortes, pacatos, educados, cordatos e mais necessitados) (ALVES, 2007, p. 40)". É entre os migrantes que as usinas têm encontrado *trabalhadores mais adequados para o trabalho*.

No caso do setor sucroalcooleiro brasileiro, a intensificação do trabalho e as práticas flexíveis desse setor, entre os que desenvolvem o corte da cana, materializam-se no próprio corpo dos trabalhadores e são indicadores representativos da superexploração da força[5] de trabalho, uma vez que implica, no presente, no seu esgotamento prematuro.

A grande disponibilidade de indivíduos para o quadro de vagas ofertadas nos complexos agroindustriais tem proporcionado cada vez mais trabalhadores acostumados a realizar tarefas repetitivas, cansativas e de grande dispêndio de energia. "Trabalhadores com tais características não são encontrados nas cidades do interior paulista", chama atenção Alves (2007, p. 44). Isso porque a pequena produção familiar em muitas regiões de São Paulo é reduzida, não sendo comum a introdução de jovens ou crianças nos tratos agrícolas ou em outra atividade de cunho mais penoso.

No Nordeste, ao contrário, crianças e jovens encontram-se engajadas nas atividades agrícolas familiares desde cedo, na chamada agricultura de toco; trata-se de crianças e jovens "criados segundo as tradições da pequena produção familiar"; estão, "desde muito jovens aptos ao duro trabalho agrícola, ao passo que os jovens das regiões canavieiras apenas se defrontam com o trabalho duro sob o sol quando completam 18 anos" (ALVES, 2007, p. 45). Por isso, esses *trabalhadores do Nordeste*, migrantes, encontram-se mais "adaptados às novas exigências de corte de cana, em termos de produtividade, dispêndio de energia e baixa remuneração" (Ib. Ibid.).

Em recente estudo sobre a realidade de Alagoas, Verçoza (2016)[29] trouxe evidências significativas de que o trabalho do corte da cana pode gerar mortes. Segundo o autor, no corte da cana em Alagoas alguns trabalhadores ultrapassaram o limite de carga cardiovascular em níveis extremos, atingindo "elevadíssimos índices de frequência cardíaca máxima" (VERÇOZA, 2016, p. 150). Trabalhadores considerados de excelente saúde cardíaca chegaram a ultrapassar o limite da frequência cardíaca máxima teórica, "chegando, respectivamente, a picos críticos de 187 e 200 batimentos por minutos[30]" no momento em que cortavam cana. A ultrapassagem do limite cardíaco máximo teórico coloca em risco de morte os indivíduos, pois "nenhuma atividade física deverá ultrapassar esse limite crítico, com risco imediato de sérias complicações à saúde" (DOMINGUES FILHO, 1993 apud LAAT, 2008, p. 155).

E ainda:

> O monitoramento da frequência cardíaca dos cortadores de cana ao longo da jornada de trabalho (que dura em média 11 horas!), revelou a superação do limite de risco de carga cardiovascular estabelecido pela literatura (RODEGERS, 1986 e LAMBERS, *et al.*, 1994), indicando que esse dispêndio de energia extremo (atingindo média de 36,68% de CCV!) acarreta desgaste prematuro das energias "físicas e espirituais" do trabalhador. Esse altíssimo nível de esforço, realizado em calor inimaginável e com movimentos repetitivos em posições flexionadas, resulta em gasto calórico médio diário de 3.517,95 kcal, ingestão de 8,9 litros de água e fortes dores no corpo e na alma (mais de 80% dos trabalhadores avaliados convivem com dores na coluna e nos punhos!) (LAAT, 2008, p. 167).

O estudo apresentado acima evidencia o alto grau de superexploração vivido pelos indivíduos que se lançam a cortar cana, seja no Nordeste ou em qualquer outra região brasileira. Ademais, atesta o nexo causal entre o trabalho de cortar cana e as mortes e adoecimentos nos canaviais brasileiros[31].

Além dos aspectos cardíacos que o trabalho no corte da cana provoca, essa atividade também pode contribuir para a *morte súbita*, provocada por um quadro de câimbras por todo o corpo, no qual a vítima apresenta braços encolhidos junto ao tronco, em uma posição semelhante à de um animal. Em Alagoas, esse quadro de câimbras é conhecido entre os trabalhadores como *canguru*; no Sudeste, esses mesmos sintomas recebem o nome de *birôla*. Para a medicina, as câimbras por todo o corpo decorrem de um distúrbio hidroeletrolítico, o qual se relaciona ao quadro de desidratação que a atividade de cortar cana provoca. A "perda de eletrólitos e de sais minerais provocada pela alta intensidade do trabalho e pela longa jornada laboral sob o sol escaldante", se não tratada de imediato, "em alguns casos, pode levar à morte súbita" (CUNHA, 2016, p. 1). Apesar de tais doenças serem parte da vivência dos trabalhadores nos canaviais brasileiros, essa é uma realidade "praticamente desconhecida fora dos eitos, e esse ocultamento contribui para que continue existindo" (CUNHA, 2016, p. 1).

Verçoza (2016) discorre sobre o *canguru* em Alagoas:

> Entrevistamos um trabalhador que estava há dois anos afastado do serviço. Na infância ele foi morador de usina, e com 14 anos de idade assumiu pela primeira vez o eito sozinho. Já adulto, chegava a cortar até 15 toneladas de cana em um dia. Desmaiou duas vezes em decorrência "do canguru". "É a mesma coisa de você estar morrendo. Você revira os olhos e não consegue falar". Nos últimos anos da sua vida laboral, sentia dores insuportáveis na coluna e no ombro. Recorria à automedicação para prosseguir no trabalho. Atualmente ele se encontra com 48 anos de ida; tem dias que não consegue levantar nem sequer uma colher. A cada cinco meses, vai ao INSS de São Miguel dos Campos levando novos exames (pagos por ele na rede particular) para renovar o benefício junto à Perícia Médica. No fim da entrevista, perguntei-lhe: Qual o sonho que o senhor gostaria de realizar? **"Rapaz, eu não tenho mais nenhum. Não tenho mais nada para realizar; é só esperar a hora de morrer mesmo"**. (VERÇOZA, 2016, p. 146, grifo do autor).

O relato acima explicita a superexploração vivida no corte da cana; indivíduos estão se tornando inválidos para o trabalho na agricultura em plena idade ativa, devido ao alto grau de esforço despendido com a atividade de cortar cana. Seja através do aniquilamento da própria vida, seja pelo aniquilamento dos sonhos, a cana tem moído gente e espalhado os bagaços. No caso de Alagoas, de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2013), no ano de 2012, cinco mortes por acidente de trabalho no território das usinas de Alagoas foram registradas pelo órgão. Além disso, no que concerne apenas "aos acidentes de trabalho", 59% dos registros em Alagoas correspondiam à agroindústria canavieira; em números absolutos, 3.334 acidentes de trabalho em 2012. Desses casos, 2.190 (65%) se deram com trabalhadores que desenvolviam tarefas do cultivo ou colheita da cana. Há, ainda, nesse cenário, a subnotificação de acidentes de trabalho, a indicar que a realidade de acidentes no corte da cana certamente é maior.

Considerações Finais

Ao desvelar o processo de trabalho do corte da cana percebe-se que o mesmo é eivado por aspectos de superexploração, os quais se evidenciam pelo desgaste da força físico-psíquica dos trabalhadores nessa atividade.

No setor sucroalcooleiro brasileiro, percebe-se que o adoecimento e as mortes nos canaviais possuem estreita relação com as práticas flexíveis de trabalho, via terceirização da mão de obra e salário por produção. Na verdade, os trabalhadores desse setor, na sua maioria, são migrantes que se *autoexploram*, já que o salário por produção atua sobre eles como requisito tanto para remuneração como para que se mantenham no trabalho. A concorrência entre os próprios trabalhadores para atingir a média diária de cana cortada – de 10 a 12 toneladas – tem desgastado a vida de homens e mulheres e os colocado em situações de adoecimento e morte prematura.

As condições de precarização do trabalho no setor canavieiro, portanto, aliam-se diretamente à degradação da saúde do trabalhador. O que evidencia que não apenas estamos diante da precarização do trabalho, no sentido de precarização da força de trabalho enquanto mercadoria, mas também a própria precarização do homem que trabalha[32], no sentido de corrosão do ser humano como ser genérico. Além do que, as diversas formas de trabalho precário e o uso de mecanismos de recrutamento da força de trabalho como a terceirização, por meio dos *gatos*, atuam para a própria expansão e acumulação do capital na agroindústria canavieira.

Referências

ALVES, F. Migração de Trabalhadores Rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo: Será esse um fenômeno casual ou recorrente da estratégica empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro? *In*: NOVAES, J. R.; ALVES, F. (org.). *Migrantes*. Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EdUFSCar, 2007. p. 87-117.

ALVES, F. Modernização da agricultura e sindicalismo: luta dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto-SP. 1991. Tese (doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 1991.

ALVES, F. Por que morrem os cortadores de cana? *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 90-98, set./dez. 2006.

ALVES, F. Processo de trabalho e danos à saúde dos cortadores de cana. *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, São Paulo, v. 3, n. 2, abr./ago. 2008b. Disponível em: www.interfacehs.sp.senac.br. Acesso em: 20 set. 2016.

ALVES, F. Trabalho e trabalhadores no corte de cana: ainda a polêmica sobre o pagamento por produção e as mortes por excesso de trabalho. *In*: BISON, N.; PEREIRA, J.C.A. (org.). *Agrocombustíveis, solução?* A vida por um fio no eito dos canaviais. São Paulo: CCJ, 2008a.

ALVES, G. Capitalismo global: Nova morfologia social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. *In*: PLANCHEREL, A. A.; BERTOLDO, E. *Trabalho e Capitalismo Contemporâneo*. Maceió: Edufal, 2011. p. 37-58.

BRASIL. Setor de Fabricação e Refino de Açúcar (CNAE Grupo 107): Perfil dos Acidentes de Trabalho no Estado de Alagoas. Relatório Alagoas - Parte 2. Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho/SIT/TEM/Grupo Técnico de Estatística Aplicada/ENIT/SIT/MTE, 2013.

CALADO, J. CPT encontra irregularidade na Usina Santa Clotilde. *Comissão Pastoral da Terra*, Alagoas, 23 jul. 2008. Disponível em: http://cptalagoas.blogspot.com.br/2008/07/cpt-encontra-irregularidades-na-usina.html. Acesso em: 20 set. 2016.

CARREIRO, L. M. Morte por excesso de trabalho (Karoshi). *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região*, Belo Horizonte, v. 46, n. 76, p. 131-141, jul./dez. 2007.

COISSI, J. Lavrador morre carbonizado em canavial. *Folha de São Paulo*, Ribeirão Preto, 13 jul. 2009. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri1307200902.htm. Acesso em: 28 set. 2016.

CONTAMINACIÓN por micropartículas aumenta la mortalidad de imediato. *El Tiempo*. Colombia, 6 jan. 2015. Disponível em: http://www.eltiempo.com/estilo-de-vida/salud/contaminacion-microparticulas-como-las-generadas-por-el-trafico-eleva-la-mortalidad-a-corto-plazo/15061295. Acesso em: 29 jan. 2016.

CUNHA, T. Pesquisa da UFSCar traça perfil dos cortadores de cana-de-açúcar. *G1 Globo*, São Carlos, 21 out. 2016. Disponível em: http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/10/pesquisa-da-ufscar-traca-perfil-dos-cortadores-de-cana-de-acucar.html. Acesso em: 20 set. 2019.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Desempenho do setor sucroalcooleiro brasileiro e os trabalhadores. *Estudos e Pesquisas*, ano 3, n. 30, fev. 2007.

ENCONTRO DOS TRABALHADORES CANAVIEIROS DA REGIÃO NORDESTE, 1, nov. 2005. Igarassu, PE. *Anais* [...]. Igarassu, PE: FUNDACENTRO, 2005. Disponível em: http://www.fundacentro.gov.br/biblioteca/biblioteca-digital/download/AcervoDigital/34/NORDESTE%20_%20FINAL-pdf. Acesso em: 20 set. 2019.

IAMAMOTO, M. V. *Trabalho e Indivíduo Social*: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LAAT, E. F. de. Trabalho e risco no corte manual de cana-de-açúcar: a maratona perigosa nos canaviais. *In*: SEMINÁRIO CONDIÇÕES DE TRABALHO NO PLANTIO E CORTE DE CANA, 2008, Campinas, *Anais* [...]. Campinas, SP: Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, 2008.

MARINI, R. M. *Dialética da dependência.* Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, K. *O Capital*: Crítica da economia política. Livro III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1974.

MARX, K. *O Capital*: crítica da economia política. Vol. I, Livro I, Tomo I e II São Paulo: Nova Cultural, 1985.

NOVAES, J. R. P. Campeões de produtividade: dores e febres nos canaviais paulistas. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 59, p. 167-177, abr. 2007b.

NOVAES, J. R. P. Idas e Vindas: Disparidades e Conexões Regionais: Um estudo sobre o trabalho temporário de nordes2007tinos na safra da cana paulista. *In*: NOVAES, J. R.; ALVES, F. (org.). *Migrantes*: Trabalho e Trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os Heróis do agronegócio brasileiro), 2007a.

OLIVEIRA, F. Prefácio. *In*: NOVAES, J. R.; ALVES, F. (org.). *Migrantes*: Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EdUFSCar, 2007.

PIATTO, M.; COSTA JUNIOR, C. Redução da queima da cana-de-açúcar e das emissões de GEE: um exemplo para os outros setores do agronegócio. *Imaflora*, Piracicaba, SP, 27 mar. 2016. Disponível em:http://imaflora.blogspot.com.br/2016/01/reducao-da-queima-da-cana-de-acucar-e.html. Acesso em: 29 set. 2016.

PLANCHEREL, A. A.; QUEIROZ, A. S; SANTOS, C. O "Canguru" no universo canavieiro alagoano: saúde e precarização do trabalho na indústria açucareira. *In*: PLANCHEREL, A. A. BERTOLDO, E. (org.). *Trabalho e Capitalismo Contemporâneo*. Maceió: Edufal, p. 59-80, 2011.

PORTELLA, C. Salário vinculado ao volume de cana cortada eleva exploração do cortador. *Carta Maior*, 10 out. 2013. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Salario-vinculado-ao-volume-de-cana-cortada-eleva-exploracao-do-cortador/7/29385. Acesso em: 20 set. 2016.

SANTOS, A. P. *O Moinho satânico do agronegócio canavieiro no Brasil*: Dependência e Superexploração do trabalho na região de Ribeirão Preto - SP. 2013. Tese (Doutorado) "Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2013.
SILVA CRUZ, S. Â. F. da. Migrantes temporários da cana de Alagoas: homens de vida amarga no doce rio de açúcar e álcool. 2017. Tese (Doutorado em Serviço Social) -Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
SILVA, M. A. M. *Errantes do Fim do Século*. 1. ed. São Paulo: EdUNESP, 1999.
SILVA, M. A. M. "Sabe o que é ficar borrado no eito da cana?" *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 359-391, 2013.
SILVA, M. A. M. Trabalho e trabalhadores na região do "mar de cana e do rio de álcool". *In*: NOVAES, J. R.; ALVES, F. (org.). *Migrantes*, Trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EdUFSCar, p. 55-86, 2007.
VERÇOZA, L. V. de. *Trabalhadores nos canaviais de Alagoas*: um estudo sobre as condições de trabalho e resistência. 2012. Dissertação (Mestrado) " Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.
VERÇOZA, L. V. de. *Os saltos do "canguru" nos canaviais alagoanos*: Um estudo sobre trabalho e saúde. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, 2016.

Notas

1 Relatórios do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).
2 O termo *karoshi* é utilizado no Japão para definir *morte por excesso de trabalho;* KARO significa excesso de trabalho e SHI, morte. O *karoshi* é descrito na literatura sociomédica como um quadro clínico extremo (ligado ao estresse ocupacional) com morte súbita por patologia coronária isquêmica ou cerebrovascular (CARREIRO, 2007). Birôla é uma espécie de cãibra, contrações espasmódicas e dolorosas dos músculos. Conhecida como doença ocupacional oriunda da atividade do corte da cana (PLANCHEREL; QUEIROZ; SANTOS, 2011).
3 Denominação utilizada entre os trabalhadores do Nordeste para a doença birôla.
4 Como evidenciado pelo trabalho de Plancherel, Queiroz e Santos (2011), intitulado de *O canguru* no universo canavieiro alagoano: saúde e precarização do trabalho na agroindústria açucareira.
5 A superexploração é uma categoria teórica, entendida como uma particularidade da exploração no capitalismo dependente (MARINI, 2000).
6 A parte inferior da cana é onde encontra-se a maior quantidade de sacarose.
7 Cf. "Trata-se de um retângulo de cana com área variável, porque o comprimento é verificado, ao final do dia, quando o trabalho é concluído. É o comprimento do eito que será o indicador do ganho diário de cada trabalhador. Portanto, o que receberá pelo dia de trabalho é o comprimento do eito, medido em metros lineares e multiplicado pelo valor do metro" (ALVES, 2007, p. 30).
8 Esta foi uma das conquistas da greve de Guariba em 1984: o rebaixamento do eito paulista para cinco ruas. Ver mais a esse respeito em Francisco Alves (1991).
9 Ainda na primeira metade do século XX o estado alagoano se tornou o maior produtor de açúcar no Nordeste e o segundo no país (SILVA CRUZ, 2017).
10 Em São Paulo, a cana encontra-se em terreno plano, o que facilita o corte e a mecanização da lavoura.
11 O trabalho no corte da cana, apesar de ser um trabalho individual, apresenta também uma natureza coletiva, como chamou atenção Iamamoto (2006), já que o trabalho social médio, individual, é parte contínua do trabalho coletivo agroindustrial, enquanto operação total. Segundo Santos (2013, p. 199), "este tipo de trabalho se desenvolve a partir da reunião de grande quantidade de trabalhadores ao mesmo tempo e no mesmo espaço de trabalho (canavial), que atuam de forma organizada, no mesmo processo de produção (agroindustrial), voltado para a produção do mesmo tipo de mercadoria (açúcar e álcool), sob o comando do mesmo capital".
12 Segundo Novaes (2007b), esse instrumento chegou nos canaviais paulistas por meio de migrantes nordestinos.
13 Em algumas regiões do Nordeste, o carregamento ainda é animal. (ENCONTRO DOS TRABALHADORES CANAVIEIROS DA REGIÃO NORDESTE, 2005).
14 Divulgado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT/AL) (CALADO, 2008).
15 Além dos prejuízos à saúde dos indivíduos, a queima da cana é uma prática bastante danosa ao meio ambiente. Para saber mais a esse respeito, consultar Santos (2013).
16 Um estudo francês revela que a elevação da concentração de micropartículas (PM10) em 10 microgramas por metro cúbico pode elevar a mortalidade em 0,51% nos próximos cinco dias, após a inalação dessas micropartículas. (CONTAMINACIÓN..., 2015).
17 "Um decreto federal de julho de 1998 determinou a eliminação total até 2021 do uso de queimadas nas colheitas de cana-de-açúcar em todo o território nacional. A proibição é gradativa e começou a ser colocada em prática em áreas passíveis de mecanização da colheita em terrenos onde a declividade não ultrapasse 12%. O decreto prevê para até 2031 que áreas de difícil mecanização também sejam incluídas na proibição" (PIATTO; COSTA JUNIOR, 2016).
18 Segundo Silva (2013), a área plantada da cana no estado de São Paulo passou de 1987 para 2008 de 4,35 milhões de hectares para 8,92 milhões, ou seja, o dobro da área em um período de aproximadamente 20 anos.
19 Alves (2006) faz referência à expansão para o cerrado (sul do Piauí) e para região pré-amazônica maranhense.
20 Os acordos para o fim da queima da cana têm sido apontados por estudiosos do setor como um dos fatores responsáveis para a intensificação da mecanização na colheita da cana-de-açúcar. Tal mecanização, além de acelerar o trabalho manual, combinado nesse processo com a própria mecanização, tem reduzido postos de trabalho.

21 O trabalho na entressafra da cana nem sempre ocorre, uma vez que a quantidade de trabalhadores requeridos para o trabalho nos complexos agroindustriais é bem inferior à do período de safra. Já se o trabalhador se deslocar para uma região não produtora de cana, a agricultura de subsistência torna-se, muitas vezes, sua única possibilidade de remuneração monetária. Sabe-se que esta atividade, demanda uma série de outros fatores, como o clima e o próprio acesso à terra.

22 O peso da tonelada da cana é dado por uma série de fatores: variedade da cana, fertilidade do solo, sombreamento etc. (ALVES, 2006).

23 Nas greves deflagradas em 1986, em Araras, no estado de São Paulo, e posteriormente em todo o país (ALVES, 2007).

24 Cf. "[...] o cálculo econômico, antes mesmo de ser reconhecido pela teoria econômica, é fundamento das decisões dos agentes econômicos do capitalismo, a burguesia, no caso" (OLIVEIRA, 2007, p. 23).

25 Ib. Ibid.

26 Palestra realizada pelo professor Paulo José Adissi, pesquisador da UFPB, no Encontro dos Trabalhadores Canavieiros da Região Sudeste, em São Carlos, SP, de 26 a 28 de outubro de 2005. (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2007).

27 O compasso é considerado um instrumento mais preciso do que a vara porque ele deixa uma marca no chão.

28 O Brasil possui a produção mais barata de açúcar e álcool do mundo.

29 O autor desenvolveu pesquisa em parceria com áreas do conhecimento ligadas a saúde: médicos cardiologistas, Fisioterapeutas e Educadores físicos, entre outros profissionais, fizeram parte da pesquisa.

30 Segundo avaliação da pesquisa de Verçoza, o limite máximo teórico de batimentos do trabalhador que atingiu 200 bpm deveria ser de 194 bpm, já o trabalhador que atingiu o pico máximo de 187 bpm ultrapassou o seu máximo teórico, que é de 184 bpm. A medição da carga cardiovascular do trabalho foi realizada pelo acompanhamento da frequência cardíaca ao longo da jornada laboral. "Os dados foram levantados mediante o uso do monitor de frequência cardíaca, modelo Polar RC3 GPS, que foi ativado minutos antes de os trabalhadores entrarem no ônibus que os leva ao eito; no fim da jornada laboral, o monitor era desligado". (VERÇOZA, 2016, p. 150).

31 Isso porque o nexo causal exigido pelas usinas na atribuição das mortes por excesso de trabalho entre os cortadores de cana é de difícil definição.

32 "Ao usar a expressão 'homem que trabalha', Lukács salienta a cisão histórico-ontológica que constitui as individualidades pessoais de classe. No capitalismo, o trabalhador assalariado é, por um lado, força de trabalho como mercadoria; e, por outro lado, ser humano genérico (na perspectiva ontológica, é um animal que se fez homem através do trabalho)" (ALVES, 2011, p. 58).

Sabrina Ângela França da Silva Cruz
sabrina.cruz@arapiraca.ufal.br
Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Professora Adjunta da Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca (UFAL)

UFAL
Universidade Federal de Alagoas – Campus Arapiraca.
Av. Manoel Severino Barbosa, s/n., Sementeira.
Arapiraca – AL – Brasil
CEP: 57309-005

Agradecimentos
O presente trabalho foi desenvolvido no processo de doutoramento e, nesse sentido, reconhece inúmeras contribuições na sua realização. Assim, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro pelo acolhimento. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida durante o período de 6 (seis) meses de doutoramento no estado do Rio de Janeiro. À Comissão Pastoral da Terra, na pessoa de seu coordenador em Alagoas Carlos Lima, pelas informações valiosas disponibilizadas. E ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) do estado de Pernambuco por possibilitar o acesso a relatórios e dados de natureza secundária sobre o estado de Alagoas.

Agência financiadora
Não se aplica.

Contribuições das autoras
Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica.

Consentimento para publicação
Consentimento da autora.

Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

ESPAÇO ESPECIAL

Ser docente no Século XXI: o trabalho em uma universidade pública brasileira

Maria de Fátima Ferreira Queiróz[1]
https://orcid.org/0000-0003-2701-3939

Laiany Lara Emiliano[2]
https://orcid.org/0000-0001-7241-0074

[1] Universidade Federal de São Paulo, Departamento de Políticas Públicas e Saúde Coletiva, Programa de Pós-Graduação Ensino em Ciências da Saúde, Santos, SP, Brasil
[2] Universidade Federal de São Paulo, Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais, Santos, SP, Brasil

Ser docente no Século XXI: o trabalho em uma universidade pública brasileira
Resumo: O artigo apresenta as condições do trabalho docente em uma universidade pública brasileira em contexto de mudanças no setor da educação. O objetivo é analisar as percepções de docentes sobre o trabalho em relação à organização do trabalho e às implicações no binômio saúde/doença. Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa pautado em entrevistas semiestruturadas sobre questões que abordam o processo de trabalho dos docentes, a partir de suas experiências, desejos e sensações. Foram entrevistados sete docentes, e a análise da fala teve como base o método do discurso do sujeito coletivo. Os resultados apresentam as condições de trabalho dos docentes sob processo de intensificação, prolongamento de jornadas e adoecimento desses trabalhadores. No cenário apresentado o trabalho vem atrelado a difusas engrenagens evidenciadas nos aspectos da organização do trabalho. Aborda-se um tema atual, que responde à necessidade de compreender o trabalho e seus efeitos deletérios visando contribuir com futuras transformações.
Palavras-chave: Condições de trabalho. Trabalho docente. Educação - docente. Saúde - docente.

Teacher in the 21st Century: working conditions in a Brazilian public university
Abstract: The article presents the conditions of teaching work at a Brazilian public university in the context of changes in the education sector. The objective is to analyze teachers' perceptions about work in relation to work organization and the implications for the health / disease binomial. This is a study with a qualitative approach based on semi-structured interviews on issues that address the work process of teachers, based on their experiences, desires and sensations. Seven teachers were interviewed, and the speech analysis was based on the collective subject's speech method. The results show the working conditions of teachers under intensification process, extension of working hours and illness of these workers. In the scenario presented, the work is linked to diffuse gears evidenced in aspects of work organization. A current theme is addressed, which responds to the need to understand work and its deleterious effects in order to contribute to future transformations.
Keywords: Work conditions. Teaching work. Education - teacher. Health - teacher

Recebido em 01.06.2020. Aprovado em 03.07.2020. Revisado em 10.07.2020.

© O(s) Autor(es). 2020 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Introdução

As novas formas de organização do trabalho impostas pela política capitalista neoliberal, em termos de exploração do trabalho e transações comerciais em um mundo globalizado, atingem os trabalhadores do setor da educação com reformas educacionais que transformam as condições e organização do trabalho nas universidades e afetam, sobremaneira, o trabalho docente. O trabalho na conformação neoliberal produz processos de precarização, e condições precárias que envolvem: o alinhamento da escola à empresa e dos conteúdos ensinados às exigências do mercado, tendo em vista formar trabalhadores para a obtenção de maior eficiência, produtividade e lucro em uma sociedade competitiva. Caracterizado como um ramo de atividade de prestação de serviços o trabalho na universidade não gera um produto numericamente quantificável, como no ramo industrial, por exemplo, não se inclui, portanto, na medida de produção, ou seja, o quanto se produziu em termos reais e em termos de valor. Assim, a medida do trabalho docente se fundamenta na produtividade, o quanto este produz em termos da capacidade de ensinar, de atuar com o intelecto e apresentar à sociedade os resultados de seu desempenho na construção do conhecimento em ciência. A pressão por produção intelectual está incluída no novo modelo de universidade com parâmetros de avaliação que mede a produtividade docente em quantidade de artigos em revistas indexadas, em aulas, em projetos de pesquisa e ações de extensão. Inclui-se a avaliação da produtividade e, em algumas universidades públicas, a atuação na gestão. Compõe ainda o panorama de trabalho docente o constante retrocesso nos direitos, adquiridos em lutas, com vistas à desvalorização do trabalhador no âmbito da universidade; a precarização das condições de trabalho; a retirada constante de conquistas na carreira docente e a redução no número de professores em relação aos estudantes.

Na universidade pública o processo de desmonte não foge à regra do projeto neoliberal e acrescenta um panorama ainda mais complexo no que se refere às transformações do Estado, que ora passa de executor para regulador e em defesa do capital, e as propostas de privatização dos bens públicos. Nesse processo histórico, o trabalho se intensifica com o prolongamento de jornada nem sempre visível pela própria natureza do trabalho docente, com menos docentes disponíveis para cumprir as tarefas, enfim, mais trabalho é exigido. Conta-se ainda com a introdução de novas tecnologias digitais e maior tempo de uso do trabalho online. Nessas condições os docentes estão a adoecer, às vezes sem se reconhecer sob determinantes do adoecimento, e trabalhando com maior intensidade para manter seu lugar no espaço social que é a universidade.

Apesar de toda a intensificação do processo de trabalho e a fragmentação entre o trabalho no espaço da universidade e no espaço da vida pessoal, além de todas as exigências de trabalho sob condições precárias, aparece no discurso um desejo pautado na concepção de uma educação de qualidade, de um compromisso maior da universidade pública com a formação dos estudantes no Brasil.

Ressalta-se que o trabalho humano é essencial na vida em sociedade, na vida do ser humano que trabalha e constrói sua trajetória para e pelo trabalho, e trabalho é compreendido como central na sociedade capitalista neoliberal. Ancorado por esta concepção, abordar o trabalho docente e suas condições, com a perspectiva de compreensão deste pela fala dos trabalhadores, é uma posição assumida na pesquisa, e considera-se ainda que se trata de temática atual que responde a necessidade de detectar os efeitos deletérios do trabalho sobre o corpo dos trabalhadores. Além disso, pode se configurar como um dos caminhos na direção da construção de propostas de transformações.

Nesse contexto que envolve o "trabalhar" na ótica daqueles que efetivamente desenvolvem o trabalho, busca-se neste artigo abordar a realidade do trabalho docente na Universidade Federal de São Paulo – *Campus* Baixada Santista, com base em pesquisa realizada no período de 2017 a 2018[1], identificando as expressões dos impactos da organização do trabalho na vida destes/as trabalhadores/as em um cenário histórico de mudanças na educação superior pública. Assim, este artigo tem por objetivo analisar as percepções de docentes sobre o trabalho na universidade em relação à organização do trabalho e às implicações no binômio saúde/doença.

O desenvolvimento da pesquisa se amparou em método com abordagem qualitativa pautado em entrevistas semiestruturadas com docentes da Universidade Federal de São Paulo. O método empregado nessa

etapa da pesquisa visou entender o processo de trabalho dos docentes na Universidade, ou seja, como ocorre a organização do trabalho; os conflitos entre o gerenciamento e entre colegas e a percepção dos docentes sobre o adoecimento gerado pelo trabalho na Universidade. Para a coleta dessas informações foi realizada abordagem qualitativa, pois este tipo de pesquisa apresenta superioridade metodológica quando aborda temáticas sobre processos organizacionais, suas ligações informais e não estruturadas[2]. Entende-se ainda que "o cotidiano da sala de aula, o da cultura organizacional de uma empresa e do trabalho das mulheres e dos homens, por exemplo, são objetos privilegiados de uma abordagem qualitativa"[3]. Para mais, grande parte das pesquisas qualitativas adota a "análise do discurso" já que, dar voz aos indivíduos, é uma das formas mais adequadas para operar o resgate das representações dos sujeitos[4].

Diante da opção pelo método, o discurso dos docentes foi coletado por meio de entrevistas semiestruturadas, utilizando-se gravação digital e com a posterior transcrição literal das gravações obtidas. A entrevista foi conduzida por questões que abordaram as temáticas: *Como é seu trabalho? O que te traz tensão? Como você se sente no trabalho?* e *O que você mais deseja para seu trabalho?* As entrevistas foram realizadas no espaço da Universidade, em ambiente reservado que permitiu garantir o sigilo das informações fornecidas pelos docentes e tiveram duração média de uma hora.

A análise da fala dos trabalhadores teve como base o método do Discurso do Sujeito Coletivo (LEFÉVRE; LEFÉVRE; TEIXEIRA, 2000), amplamente usado no campo da Saúde Coletiva e com resultados significativos de apreensão da realidade dos entrevistados. A Proposta do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) implica a utilização de quatro figuras metodológicas elaboradas para ajudar a organizar e tabular depoimentos e demais discursos. Essas figuras são: a ancoragem, a ideia central, as expressões-chave e o discurso do sujeito coletivo. Quase todo discurso tem ancoragem na medida em que está sempre alicerçado em pressupostos teóricos, conceitos, hipóteses. O DSC busca construir com pedaços de discursos individuais, como em um quebra-cabeça, tantos discursos-síntese quanto se fazem necessários para expressar uma "dada" figura, ou seja, um dado pensar ou representação social sobre um fenômeno. No percurso metodológico, como primeiro passo para a construção do Discurso do Sujeito Coletivo, foram analisados os discursos em estado bruto, de sete docentes, extraindo as ideias centrais e suas expressões-chave relatadas por estes em suas respectivas expressões características individuais no que dizia respeito ao seu trabalho na universidade. Posterior a esta análise se construiu o discurso do sujeito coletivo sobre as temáticas pesquisadas.

Para o desenho qualitativo a seleção dos docentes foi definida a partir dos respondentes aos questionários na fase quantitativa da pesquisa realizada em 2016-2017. Os/as docentes foram convidados/as a conceder as entrevistas e assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido.

Este artigo está estruturado na exposição sobre o trabalho docente de forma geral, apresentação dos docentes e sua caracterização frente à docência, os resultados e discussão das entrevistas analisadas utilizando o discurso do sujeito coletivo e finaliza com considerações que possam contribuir no avanços de estudos que aprofundem a vivência docente no trabalho transformado pela ideologia capitalista neoliberal.

O trabalho docente

As transformações na educação superior pública brasileira benevolente às transfigurações do sistema capitalista vêm contornando o desenho das recentes pesquisas sobre a temática *trabalho docente*. Observa-se no contexto estudado o sistema nevrálgico do 'novo capitalismo na educação', o qual tende a se impor baseando-se em uma sujeição direta da escola à razão econômica. As metamorfoses na educação pública, de acordo com Laval (2019, p. 15), "estão ligadas a uma transformação que vai além dos quadros institucionais, essas mudanças assumem múltiplas formas que vêm afetando o trabalho do/as professores/as, seus benefícios simbólicos e vantagens materiais".

A partir da década de 1970, o capital implementou um processo de reestruturação em escala global, visando tanto a recuperação do seu padrão de acumulação quanto a reposição da hegemonia no interior do espaço produtivo. A educação, submersa às implementações do processo de restruturação produtiva, adquire um novo modelo de produção com base no circuito de mercado. "Em um cenário de tensão no qual desencadeavam-se ciclos e greves e lutas sociais, com o objetivo de recuperar formas econômicas, políticas e ideológicas da dominação burguesa" (ANTUNES; BRAGA, 2009, p. 233), o *capitalismo acadêmico*[5] como resultado amplo desse processo passa a determinar os mecanismos de produção em escolas e universidades no qual conhecimento acadêmico passa a ser oferecido como venda de bens e serviços (LAVAL, 2019, p. 29).

Sob intenso movimento de concorrência, a educação atrelada ao processo de "desindustrialização, privatização e advento das políticas neoliberais" (ANTUNES; BRAGA, 2009, p. 236), observa-se professores/as submetidos as mesmas condições de trabalhadores/as fabris (FRANCELINO, 2003 apud LIMA; LIMA-FILHO, 2009, p. 63) e amalgamados por valores empresariais.

As pesquisas de Arbex, Souza e Mendonça (2013, p. 264), desenvolvida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, e de Guarany (2014, p. 216), indicam que o trabalho docente não ficou incólume às transformações ocorridas no mundo do trabalho. As pesquisas constatam que situações como excesso de atividades acadêmicas, demandas de tarefas, ambiente competitivo entre colegas na universidade, falta de apoio para melhorar condições mínimas de trabalho são algumas queixas relatadas por docentes nas universidades.

Frente às particularidades do trabalho docente, o adoecimento, o mal-estar e sua relação com a precarização do trabalho são evidenciados nas pesquisas de Penteado e Souza Neto (2019, p. 137-138) e Lalla Júnior (2019, p. 39) como expressão de um movimento alicerçado em um modelo de gestão da política educacional que busca eficiência de todo o processo acadêmico, a partir de técnicas advindas de formas de financiamento, de avalição e controle do trabalho com o pretexto de melhoria de qualidade.

O que essas teses trazem em comum, cada uma a seu modo, é que as transformações na organização do trabalho nas universidades têm afetado os docentes no nível de sua saúde e estabelecendo condições de vulnerabilidade diante das exigências de produção. Observa-se dentre os estudos que a nova forma de gestão na educação pública impõe um novo ritmo de processo de trabalho que parece intensificar o sofrimento físico e mental.

O trabalho docente no *Campus* Baixada Santista apoia-se em um Projeto Político Pedagógico que baseia suas ações nos princípios da educação multiprofissional e interdisciplinar, valorizando o trabalho em equipe e a integração no processo de ensino, pesquisa e extensão, respeitando a especificidade da formação de cada profissão. Segundo Queiróz *et al.* (2015, p. 941), nesse contexto o trabalho "demanda uma atuação que rompe com a estrutura tradicional centrada em disciplinas e na formação específica de cada perfil profissional, ampliando as possibilidades de troca e tornando mais permeáveis os canais de interação entre atuações profissionais". Nesse sentido, todos os cursos têm um desenho curricular estruturado em quatro eixos de formação, com módulos que aglutinam áreas temáticas afins, que perpassam os anos de graduação. Essa estruturação exige atividades que colocam o docente em constante contato com a comunidade santista onde se desenvolvem vivências com os estudantes de todos os cursos do *Campus*, em turmas interprofissionais. A organização das atividades privilegia a interdisciplinaridade e procura-se desenvolver ações com os serviços de saúde de Santos, fortalecendo parcerias. O trabalho docente nesse modelo pedagógico inovador exige, consequentemente, uma atuação diferenciada e acrescida de mais trabalho aos docentes que se encontram concursados no quadro da universidade.

Nesse sentido, as atuais condições de trabalho dos docentes vêm produzindo particularidades que expressam a complexidade em que se encontra o mundo do trabalho, e em particular o trabalho na formação de estudantes, futuros trabalhadores. Assim, neste artigo, com base nos relatos dos docentes, busca-se conhecer suas experiências e os múltiplos vetores que vêm se configurando como implicações à sua saúde.

O grupo de docentes em investigação

Embora este artigo aborde a fase qualitativa de pesquisa quantitativa/qualitativa realizada, antes de iniciar a apresentação da análise qualitativa dos discursos toma-se por importante colocar entre parênteses aspectos da fase quantitativa[6] que possam contribuir com conhecimentos que visam ampliar a compreensão da percepção dos docentes sobre seu trabalho.

Sobre questões referentes à organização do trabalho e agravos à saúde desses trabalhadores e trabalhadoras foram entrevistados (utilizando-se o questionário como instrumento de pesquisa) 67 docentes do C*ampus* Universitário com uma amostra de 32,2%, total de 208 docentes, entre 2016 e 2017. As respostas sobre as questões relacionadas a aspectos da organização do trabalho indicam que 88,1% dos docentes entrevistados consideram que o número de docentes existente "hoje" no campus não está dentro do necessário para realizar as atividades propostas pelo modelo pedagógico, consequentemente 82,1% dos entrevistados consideram que o número de docentes é insuficiente para a execução do trabalho, e 95,5% identificam que há conflitos entre os docentes do campus. Apontam que seu trabalho é fragmentado (89,6%), é realizado em ritmo acelerado (92,5%), que vivem frequentemente situações de tensão no trabalho (79,1%) e sente-se estressados ao realizar seu trabalho na universidade (79,1%). Indicam ainda que seu trabalho não é reconhecido na totalidade (graduação, extensão e pesquisa) pela universidade (79,1%) e nem por seus colegas docentes (71,6%). Destaca-se as questões referentes à jornada de trabalho, pois os resultados demostram que os docentes trabalham mais de oito horas por dia (85,1%) e nos finais de semana (89,6%). Uma das questões da estrutura do trabalho se referiu à burocracia. Os docentes entendem que existem processos excessivamente burocráticos na universidade (94,0%) e consideram que a burocracia na realização ou na organização das atividades na universidade torna seu trabalho mais estressante (88,1%). Diante desse quadro de apreensões sobre o trabalho, os docentes foram pesquisados sobre algumas condições de sua saúde e os indicadores apontam que estes estão fadigados com prevalência, para este grupo, de 62,7%; 58,2 indicam a presença de cervicalgia/dor na região do pescoço

e também a lombalgia (dor lombar) os atinge com prevalência de 58,2%. Todos os índices se apresentam altos e quando relacionados esses agravos à saúde com os aspectos da organização do trabalho foi detectado que a fadiga mostra-se em associação estatisticamente significativa ao *reduzido número de docentes no campus para realizar as atividades* (x^2 =5,50; p = 0,01); à *excessiva burocracia das atividades na universidade* (x^2 =7,10; p = 0,00); ao *ritmo acelerado de trabalho* (x^2 =4,20; p = 0,04); ao *trabalho fragmentado* (x^2 =7,82; p = 0,00) e às *constantes interrupções nas tarefas* (x^2 =5,51; p = 0,01). Com relação à cervicalgia/dor na região do pescoço, as associações se referiram à *tarefa interrompida* (x^2 =6,64; p = 0,01); ao *trabalho nos finais de semana* (x^2 = 4,61; p = 0,03), ao *trabalho não reconhecido pela universidade na sua totalidade (graduação, extensão, pesquisa)* (x^2 =10,4; p = 0,00); ao *ritmo acelerado de trabalho* (x^2=4,85; p = 0,02) e ao *viver frequente tensão no trabalho* (x^2 =10,6; p = 0,00). Com referência a outras doenças presentes, os docentes relataram que sofrem de problemas gastrointestinais (34,3%), cardiovasculares (19,4%), problemas fonoaudiológicos (13,4%) e auditivos (7,5%).

Na abordagem quantitativa constata-se a percepção do grupo de docentes sobre o seu trabalho diante de aspectos da organização do trabalho, pois referem trabalhar em ritmo acelerado, além das oito horas e em finais de semana, vivem situação de tensão no trabalho, e outras situações de precarização das condições do trabalho. E, nesse andar da vida de trabalho, os docentes estão a adoecer. Esse retrato apresentado tem objetivo de permitir uma aproximação na compreensão dos discursos desenvolvidos neste artigo. Oferece-se a possibilidade de ampliar o olhar sobre o adoecimento no trabalho em um dado momento histórico de suas vidas profissionais. Os olhares e saberes se complementam nas análises com a possibilidade da "quantidade", a expressão do conjunto de trabalhadores em pesquisa sobre o trabalho, e da "qualidade", a expressão individual (ou coletiva) das sensações e percepções dos atores sociais no campo da educação com suas vozes a expressar o que lhes afeta no trabalho diário.

Fecha-se o parêntese para caminhar com os sete docentes, coletando os dados a partir de entrevistas, selecionados aleatoriamente, por sorteio, a partir dos 67 pesquisados. Os sete docentes discorreram sobre o modo de trabalhar na universidade em uma sociedade capitalista neoliberal que sofre com a constante exigência de trabalho e mais produtividade.

A caracterização dos docentes é apresentada no Quadro 1. Foram atribuídos nomes fictícios ao grupo entrevistado com o objetivo de preservar suas identidades.

Quadro 1 - Características dos docentes entrevistados, maio de 2018, Santos, SP

Docente* (*latim* e português)	Idade	Sexo	Tempo na docência	Tempo na Unifesp
Andromeda/Andrômeda	48	Feminino	17 anos	7 anos
Draco/Dragão	34	Masculino	6 anos	1 ano
Phoenix/Fênix	53	Masculino	20 anos	7 anos
Lyra/Lira	45	Feminino	6 anos	5 anos
Columba/Pomba	46	Feminino	19 anos	6 anos
Pegasus/ Pégaso	55	Masculino	24 anos	3 anos
Orion/Órion (Caçador)	53	Masculino	22 anos	3 anos

* Escolheu-se nomes de constelações no sentido de valorizar o trabalho docente: como estrelas potentes a iluminar o céu escuro.
Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

O tempo médio de experiência como docentes na Unifesp, campus Baixada Santista, é igual ou inferior a sete anos, comparado com o tempo de docência em suas trajetórias de vida. A Universidade Federal de São Paulo, com uma história recente, remonta do processo de Expansão Universitária no Brasil, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (FAVATO; RUIZ, 2018), e inicia suas atividades no ano de 2016. Seis entrevistados caracterizam-se com idades entre 45 anos e mais, o que mostra um quadro de docentes com idades mais avançadas e apresentou-se um equilíbrio em relação ao gênero.

As atividades acadêmicas no *Campus* Baixada Santista remetem, a partir da percepção da realidade de trabalho dos/as professores/as, a um cenário no qual a intensificação do trabalho é um fator relacionado às sensações adversas desse coletivo de trabalhadores/as. Nesse sentido, numa perspectiva de conhecer o traba-

lho e as condições que afetam os trabalhadores e trabalhadoras, toma-se como fundamental escutar esses trabalhadores/as da docência sobre sua situação de trabalho em uma universidade pública brasileira.

Expressão dos docentes sobre seu trabalho e processo saúde/doença na universidade

Retoma-se aqui quão fundamental se coloca conhecer o trabalho na sua forma real. Uma explanação clara sobre esta temática é encontrada em Laurell e Noriega (1987, p. 21) quando referem que "a realidade cotidiana do trabalho tem sido o ponto cego [...] da maioria dos observadores e analistas da sociedade". Continuam descrevendo que "é urgente penetrar os muros dos centros do trabalho e mostrar o que ali acontece para que deixem de ser âmbito de experiência individual e se tornem áreas socializadas e legítimas de ação e de transformação". Assim, com o significado que envolve conhecer o trabalho, toma-se neste artigo o trabalho docente relatado oralmente por seus atores que expressaram a realidade das atividades no cotidiano universitário, um passo ao rompimento dos muros do centro do trabalho.

Diante do contexto da produção/produtividade acadêmica, uma primeira questão no discurso dos entrevistados se refere à manifestação do pensamento sobre o trabalho do docente na universidade, no sentido de como o trabalho realmente se desenvolve. Parte-se da temática emergente: como é o trabalho? Os docentes expõem a partir de suas particularidades e como resultado manifesta-se pontualmente a demanda de trabalho, relacionando-a à carga horária:

> *[...]A gente tem uma dada carga horária em sala de aula com turmas que variam de 30 a 40 alunos, para cada semestre essa carga horária se altera, o MEC[7] indica que cada professor de universidade pública assuma 12 horas aulas na graduação, o indicativo é que de fato 8 horas seria o ideal, dificilmente colegas conseguem ficar com 8 horas, tem gente que está 12 horas e tem professor/a que está dando 16 horas aula a 20 horas aula. Meu trabalho é uma rotina estruturada nos próprios pilares da universidade, eu trabalho com disciplinas na graduação e pós-graduação, atividades de extensão, atividades de monitoria, orientação de TCC, orientação de teses (mestrado, doutorado), atividade de gestão, representações em comissões, pesquisa de iniciação científica, coordenação, grupos de pesquisa, reuniões, ou seja, tenho que preparar três aulas por semana, dar três aulas, o que implica em preparar aula, ler textos, ver filmes, organizar uma proposta para a disciplina, uma proposta de prova, lançar nota no sistema, juntando com essa parte de gestão, coordenação, pesquisa e extensão e tem também reuniões via Skype, ou seja, o trabalho é imenso, né! Então, o trabalho de dar aula, ele traz um monte de outros trabalhos para além de dar aula!* (Discurso do sujeito Coletivo, 2017-2018).

O trabalho é enunciado de forma intensa, definido como "imenso", e o rol de atividades é relatado como sendo de forma contínua, se assemelhando a um "quase sem fôlego". A atividade de trabalho não é resumida a dar aulas pois, as exigências são mais amplas abrangendo o tripé ensino-pesquisa-extensão na formação de estudantes e, de certo modo, a própria formação docente, ou seja, o fortalecimento do *saber fazer* a docência. O docente necessita de um tempo para a necessária reflexão sobre o que se aprende vivenciando, experenciando. O grande entrave no trabalho fica representado pelo processo de duração temporal deste, que se intensifica por exigências múltiplas a serem concretizadas em determinado tempo, e se entenderá mais à frente, neste artigo, que o tempo de trabalho se amplia invadindo a vida diária dos docentes fora do momento de trabalho. A intensificação do trabalho docente nesse contexto pode ser compreendida como uma expressão dos processos de metamorfose pelas quais vem passando a educação superior no Brasil. Segundo Oliveira (2000, p. 18), "parece haver nas atuais políticas de educação superior uma lógica econômica produtivista que implica em uma remodelação do sistema educacional", e a remodelação também modifica o trabalho de quem ensina em novas conformações, novas regras. Com base nos estudos de Svartman, Crochik e Massola (2015), essa remodelação no contexto universitário vem sendo empreendida desde a década de 1980 na qual a reestruturação produtiva passa a se inserir na dinâmica de trabalho de docentes. Essa fase corresponde à desestruturação da sociedade industrial "fordista" e de seu padrão característico de emprego (LAVAL, 2019, p. 36). Nesse sentido, costura-se uma concepção pautada em valores mercadológicos e individualistas atribuindo à educação um caráter empresarial. Os efeitos do empreendimento educacional podem ser compreendidos no cenário particular de produção relatadas a seguir pelos/as docentes:

> *[...] então...é uma semana bastante atribulada e cheia para poder dar conta de todas essas atividades...tem o aspecto reuniões, tem um monte de reunião aqui e a Gestão sempre está envolvida, a gente faz reunião de curso, de departamento, assume outras funções de Gestão no campus, além de ensino, pesquisa e extensão*

> *tem tarefas burocráticas e administrativas que a gente assume né, ao mesmo tempo a gente é cobrado para ter certa produtividade, para ter uma quantidade de artigos, sobra pouco tempo para a pesquisa então você acaba fazendo a pesquisa em casa à noite com o tempo que sobra. Cada professor/a organiza sua vida acadêmica, sua vida profissional, mas eu vejo os meus colegas do mesmo jeito que eu, ou seja, trabalhando de manhã, de tarde, de noite, de madrugada e final de semana pelo acúmulo de coisas; falo para meus colegas que eu nunca trabalhei tanto na minha vida, às vezes não ter horário pra jantar, não ter horário para tomar lanche, sair esbaforida de uma reunião à outra....se eu tiver uma dor de barriga, se eu estiver morrendo de fome, eu tenho que suspender uma coisa dessas.* (Discurso do sujeito Coletivo, 2017-2018).

As particularidades de produção docente trazem um cenário no qual muitas tarefas são sobrepostas, incluindo as atividades que envolvem a gestão administrativa e pedagógica. A demanda de trabalho vem capturando seus espaços de descanso e impactando diretamente em suas necessidades básicas de saúde durante seu cotidiano de trabalho. Evidencia-se um vazamento no qual a organização de trabalho fundamentada sob extensas atividades parece ocupar o dia, a noite e a madrugada dos docentes. No discurso, o trabalho penetra o momento, historicamente construído, de não trabalho, ou seja, um momento de estar em casa, de lazer, de outras atividades não incluídas como momento de produção assalariada. Trata-se da contaminação da hora de não trabalho pelo trabalho. A jornada de trabalho é um ponto fundamental na discussão atual sobre a exploração contida no projeto do capital neoliberal. Não se trata de um aspecto que entra recentemente no mundo do trabalho e sim uma problemática antiga sobre o trabalho e sua duração. O tempo do trabalho atinge diretamente o corpo dos trabalhadores e afeta sua energia vital para trabalhar, produzir. Marx (2013, p. 305-311), no século XIX, colocou em discussão a grandeza da jornada de trabalho descrevendo que a avidez do capitalista por mais trabalho se manifesta como um ímpeto por um prolongamento ilimitado da jornada de trabalho. O *mais trabalho* na conceituação marxista trata o prolongamento do trabalho como mais-trabalho, aquele além da jornada delimitada pela parte do dia em que o trabalhador tem necessariamente que trabalhar para sua autoconservação. Marx (2013, p. 306) descreve que:

> Durante um dia natural de 24 horas, uma pessoa despende apenas uma determinada quantidade de força vital. Durante uma parte do dia essa força tem de descansar, dormir, durante outra parte do dia, a pessoa tem que satisfazer outras necessidades, como alimentar-se, limpar-se, vestir-se etc. Além desses puramente físicos há também limites morais que impedem o prolongamento da jornada de trabalho. O trabalhador precisa de tempo para satisfazer as necessidades intelectuais e sociais.

A necessidade de absorver mais trabalho é, segundo Marx, um impulso vital do capital, o impulso de autovalorizar, de criar mais valor. No modelo da atual produtividade acadêmica o *mais trabalho* parece uma constante em que o trabalho ultrapassa as condições de energia física e intelectual dos docentes. No trabalho realizado dia e noite e finais de semana emerge a intensificação que pode ser devido ao prolongamento da jornada, acrescido de mais trabalho, ou ao fato do docente trabalhar só as 8 horas contratuais e responder às crescentes e infindáveis exigências do trabalho o intensificando, e nesse caso refere-se a outra forma de *mais trabalho* no mundo globalizado. De acordo com Rosso (2008, p. 21), "quanto maior é a intensidade, mais trabalho é produzido, no mesmo período de tempo considerado". Nas duas condições apontadas atenta-se que o *mais trabalho* e a intensificação são fatores presentes na execução das atividades dos docentes no âmbito da universidade pública federal.

A condição do trabalho docente é afetada por tensões no espaço universitário a partir da experiência em relação à dinâmica interna incorporada pela competição entre os docentes:

> *[...] Dentro das disputas políticas que existe em qualquer universidade, em qualquer experiência humana a gente tem política, às vezes tem que lidar com tensões entre colegas, acho que tem uma dinâmica interna bastante complicada, tem competitividade grande, onde um conjunto de docentes tem posicionamentos diversos, compreensões de homem, de mundo e de sociedade distintas e uma direção política distinta, obviamente causa quando vai para uma assembleia docente e aquilo que estou defendendo não está sendo escutado e aí vejo outra direção de docentes em um campo mais conservador, esse trabalho na Gestão te joga dentro de determinadas tensões em função de interesses que não são interesses necessariamente compartilhados, em vários momentos você tem um interesse de um grupo e não de outro, eu odeio, isso me desgasta psicologicamente e fisicamente.* (Discurso do sujeito Coletivo, 2017-2018).

A competitividade entre os docentes é observada a partir das tensões de interesses que desmobilizam uma possível construção coletiva e a competição pode ser compreendida como uma expressão advinda do modelo empresa, conforme descreve Areosa (2017, p. 248):

> a elevada competição e o crescente individualismo no modelo empresa implicam que os/as trabalhadores/as estejam desligados uns dos outros, favorecendo um sentimento de solidão suscetível de provocar uma anomia social destruindo os sentimentos mais nobres de humanismo.

A formação de pequenos grupos de um campo mais conservador, segundo os/as trabalhadores/as, possui interesses individuais e não compartilhados com a categoria passando a gerar as seguintes experiências do ponto de vida profissional:

> *[...] está sendo uma experiência péssima do ponto de vista profissional, eu entendo que têm pessoas que adoecem né por conta do trabalho burocrático. A Gestão para mim é um sacrifício, é muito doloroso, por que eu sei que posso estar produzindo efeitos negativos para coletividade, é o que tem tido mais peso nas minhas frustrações, essa falta desse espírito coletivo, dessa organização política, dessa lacuna na universidade; uma hora se fragiliza o movimento docente, aí daqui a pouco vem um ou dois chamando para reunião, nessa reunião tem cinco docentes, daqui a pouco tem dez e aí se falar sobre a possibilidade de Greve vem uns cem, acho que isso me incomoda*. (Discurso do sujeito Coletivo, 2017-2018).

Há um pensamento dominante entre os docentes diante da formação de grupos caracterizados por seus interesses individuais e competitividade, professores/as estão a concorrer entre si tal como grandes empresários concorrem. Segundo Engels (2010, p. 117, grifo do autor):

> A concorrência é a expressão mais completa da guerra de todos contra todos que impera na moderna sociedade burguesa. Essa guerra sendo uma guerra pela vida, pela existência, por *tudo*, não se trava apenas em diferentes classes, mas também entre os diferentes membros dessas classes: cada um constitui um obstáculo para o outro e, por isso, todos procuram eliminar quem quer que se lhes cruze o caminho e tente disputar seu lugar.

Os docentes sentem uma tensão muito pesada do ponto de vista psíquico e emocional nessa relação entre colegas. Há uma dificuldade inerente ao rearranjo da organização do trabalho sob influência da própria conjuntura política do País, que vem dificultando cada vez mais a construção coletiva da classe. A percepção dos/as trabalhadores/as destaca uma condição existente da categoria como se ela estivesse agindo segundo sua própria vontade. Essa condição se assemelha à condição mencionada por Engels (2010), em que a burguesia oferece ao proletariado os meios de subsistência em troca de seu trabalho, o que dá uma aparência de que está estabelecido livremente com a classe dominante um contrato, sem constrangimentos, como se o proletariado fosse o autor do seu próprio destino, uma liberdade que deixa ao trabalhador/a como alternativa à aceitação das condições impostas pela burguesia. Eis a concorrência entre docentes!

A experiência em ser docente no Século XXI no Brasil é como participar de um jogo político em que nada é dito explicitamente. O espaço de trabalho é rodeado de armadilhas políticas onde a universidade é a expressão da sociedade. Segundo Severino (1986, p. 7), Marx mostra que "todas as formas de pensamento e representação, elaboradas pela consciência humana – aspectos morais, filosóficas, jurídicas, científicas e políticas ", dependem diretamente das relações de produção e de trabalho, correspondente todas às determinadas fases da história. O autor refere ainda que "para Marx não se trata de renunciar ao pensamento enquanto atividade da consciência, mas de não o desvincular de suas condições históricas reais de produção".

Nesse sentido, a universidade não é uma caixinha, como expresso no discurso:

> *[...] já sei lidar que essa universidade não é uma caixinha numa ilha, essa universidade é a sociedade. Isso é uma tensão pra mim e eu já adoeci, né. A docência é uma experiência de solidão, há uma falta de lugar é...da subjetividade né, de encontrar esses sujeitos e reconhecê-los. A universidade favorece esse espaço da solidão e isso incomoda e não é uma questão minha, é uma questão nossa da época, mas que a gente vive isso individualmente como um conflito.* (Discurso do sujeito Coletivo, 2017-2018).

Diante da vivência do conflito, a formação docente, de acordo com Severino (1986, p. XIV),

> deve levá-lo a discutir o significado da educação e de seu trabalho no contexto da vida social concreta, e uma vez que ela encontra-se em constante tensionamento e conflito individual, o sentido de sua existência e a eficácia de sua ação estão intimamente desligados do sentido de uma coletividade concreta.

Há um não lugar à subjetividade do/a trabalhador/a e os docentes percebem seu *adoecimento* a partir da sua experiência de solidão e sofrimento presente no relato a seguir:

> *[...] Me sinto cansada, mas contraditoriamente feliz! Os gregos já diziam que todo conhecimento produz dor. É aquela dor de você tomar consciência de algo que você não sabia que existia no mundo, e então essa dor da perda de verdades em função da constituição de outras verdades você perde à si para pensar a partir de um outro, de uma outra perspectiva; isso qualquer conhecimento traz, por exemplo, que existam tantas resistências ideológicas, porque abrir mão de minha ideologia é abrir mão do chão que eu piso e essa ideia da desalienação, da tomada de consciência é...ela produz dor...tem um sofrimento que não é direto, é um sofrimento indireto por conta da quantidade de tarefas. Por exemplo, nos últimos três meses eu dormi muito pouco por conta da quantidade de trabalho, acho que tem um sofrimento ali de às vezes não estar com a família, de ter dificuldade em conciliar a vida pessoal, projetos além da vida profissional, uma vez que a vida profissional não resume tudo que a gente é, né?* (Discurso do sujeito Coletivo, 2017-2018).

Há uma dimensão do adoecimento docente que é percebida indiretamente, ou seja, a demanda do trabalho que passa a contaminar as esferas da vida pessoal apresentada nesse contexto. Porém, conforme descrito no discurso, a felicidade no trabalho é permeada pelo cansaço, o sofrimento e a dor, chamando a atenção para a contradição, a dualidade dos efeitos do trabalho. *Eu dormi muito pouco por conta da quantidade de trabalho*. Na condição de vida apontada, a hora do não trabalho é contaminada pelo trabalho na vida pessoal, inclusive nas necessidades básicas de descanso que é interrompida pela intensificação do trabalho. Assim, emerge novamente o discurso da carga horária e da intensificação do trabalho. A sensação de frustração mencionada pelos docentes parece intensificar-se na medida em que avanços nos cortes da educação pública passam a produzir efeitos mais profundos no período de 2016 a 2017 como relatam os/as professores/as:

> *[...] Esta completando um ano que eu estou em tratamento psiquiátrico; estou tomando antidepressivo, porque chegou um momento em que eu percebi que eu precisava, porque eu estava completamente desmotivado e uma melancolia profunda, e isso coincidiu com a passagem de 2016 a 2017. A gente vive uma situação mais delicada, muitas vezes estressante, pela falta de infraestrutura, falta de apoio, precariedades, então você se depara o tempo todo com limitações de toda a ordem própria da política pública, todas as retaliações, cortes, acho que isso impacta diretamente no nosso trabalho. Desde o impeachment[8] até a PEC do fim do mundo[9], mais a ocupação aqui do campus[10], todas essas frustrações no exercício da profissão, chegou em um momento em que eu quebrei e fui procurar uma psiquiatra, mesmo com tantas frustrações é ruim ter essa consciência...se eu não tomar este medicamento eu vou adoecer mais...e não vou conseguir fazer o que eu tenho que fazer, eu vou descumprir o que eu tenho por contrato ou então assumo esse adoecimento. Tem uma parte de mim que não está em mim que está em um frasco, essa sensação é horrível! Ou seja, tem uma parte de mim que eu só consigo ter por que tem um frasco cheio de comprimidos do meu lado e seu não botar isso na boca eu não consigo ser o que eu tenho que ser, é horrível essa sensação, é muito ruim!* (Discurso do sujeito Coletivo, 2017-2018).

O operário moderno, nesse caso um Ser docente, pode aparecer como um Ser em liberdade, uma vez que não é vendido de maneira definitiva, mas pouco a pouco, diariamente, semanalmente, semestralmente, e não é vendido de um proprietário a outro, mas vende-se a ele mesmo, porque não é escravo de um indivíduo, é escravo de toda a classe proprietária. A produção/produtividade e a venda intensificada de si vêm promovendo condições precárias de trabalho e adoecimento aos docentes. Segundo Le Breton (2013, p. 59) "o indivíduo adapta sua vigilância ou sua resistência com auxílio de estimulantes psíquicos, como os antidepressivos, entre outros, ou no combate aos efeitos do estresse, melancolia, tomando tranquilizantes para acalmar suas tensões". Esses produtos medicamentosos participam nas técnicas de uma gestão do humor e do uso de si na escala produtiva. Contribuem para a manutenção do sistema de produção docente, isto é, uma manutenção para a aceleração do ritmo de trabalho, metas e desempenho. Produz a si um outro estado de corpo docente que dê conta do que está em contrato, das exigências de produção acadêmica, com *uma parte de mim que está no frasco*.

Na contramão da desconstrução do Ser docente as necessidades e os desejos de um trabalho com melhores condições podem assegurar, em parte, a sobrevivência no trabalho dentro do espaço universitário. Os/as docentes têm consciência dos aspectos do trabalho que os afeta de forma negativa e a partir desta constatação lhes é possível idealizar e construir ideias que podem se materializar em ações de transformação, que pode levar à luta por melhores condições de trabalho. Os entrevistados/as reconhecem as dificuldades, os entraves, de seu trabalho e apresentam o que desejam em termos de uma universidade pública e do trabalho nela desenvolvido.

> *[...] O que eu mais desejo para meu trabalho? Ter condições para desenvolvê-lo! Até mesmo essa parte de gestão que eu falei que é horripilante! Se eu tivesse melhores condições, por exemplo, eu participei de uma visita do MEC no campus. Os avaliadores do MEC vieram pra cima dos professores cobrando*

> *estrutura, acessibilidade, laboratório físico com técnico. "Tá! Mas a gente não tem mais verba de repasse para a universidade, a gente não tem concurso, mal está conseguindo pagar a conta de luz, então...como é que você está exigindo um espaço físico se nem dinheiro a gente tem para fazer concurso e contratar recurso humano; está havendo cortes do governo federal então o MEC está vindo jogar nas nossas costas algo que é da competência deles, concurso não é a gente quem decide, é recurso público! O MEC que tem que abrir, então é verba do governo federal e eles vem culpabilizar os professores por conta da estrutura da universidade, ou seja, a gente está vivendo esse momento que é um horror, é inquisitorial! Isso é Santa Inquisição medieval mesmo, é a culpabilização dos hereges, é como se o pecado de tudo estivesse na gente. Como é possível coordenar se a gente tem falta de pessoal de apoio, da secretaria muitas das coisas sou eu que faço, ou seja, não temos um corpo técnico que dê suporte e que garanta, é como se a gente tivesse na universidade pública agonizando, sabe? Você olha para um futuro "incerto" entre aspas, porque a tendência que a gente está vendo é que não vai conseguir segurar, mas aí vai ser um processo histórico desse jeito se angustiando por quer a gente sabe que não precisa ser assim só para manter interesses do Capital na educação. Então eu queria estar construindo educação pública de qualidade, eu queria que ela fosse a instituição que mais recebe incentivos e dá oportunidades para o jovem brasileiro, eu não queria que a universidade pública fosse elitista, eu queria que os processos seletivos para entrar na universidade pública fossem cada vez menores no sentido de ter oportunidades de acesso sem muita seletividade, estamos vivendo exatamente o extremo oposto que é a falta de investimento público, ameaça de privatização que vai selecionar ainda mais, porque só entra quem vai poder pagar, ou seja, o fim da universidade pública. Eu gostaria muito de chegar a uma situação em que essas tensões diminuíssem, que não houvesse espaço para machismo, racismo e homofobia, transfobia, então que a universidade pudesse ser efetivamente democrática. Eu acho que o que eu mais desejo é reconhecimento enquanto intelectual, enquanto professor pesquisador, e também ter financiamento para pesquisa, financiamento para a contratação de mais professores, seria o ideal! Saber que minha pesquisa pode ser útil para processos de transformação! Nesse espaço o que eu mais desejo é que a gente possa construir coletivamente relações mais sólidas na universidade com todos os sujeitos, com os docentes, funcionários e estudantes, o que eu desejaria é que a gente tivesse um espaço de apoio ao docente para trocar e conversar. Bem, é o que eu mais desejo, mas tudo isso implicaria em por exemplo que o Brasil fosse outro também né!*

Apesar de toda a intensificação do processo de trabalho e a fragmentação entre o trabalho no espaço da universidade e no espaço da vida pessoal, além de todas as exigências de trabalho sob condições precárias, aparece no discurso um desejo pautado na concepção de uma educação de qualidade, de um compromisso maior da universidade pública com a formação dos estudantes no Brasil. Pleiteiam o reconhecimento de seu trabalho *enquanto intelectual, enquanto professor pesquisador*.

Areosa (2017, p. 256) refere que:

> as pessoas procuram muitas vezes provar o seu valor por meio do trabalho; mas, as atuais formas de gestão empresarial irradiam indiferença, e por isso mesmo a satisfação, o reconhecimento e a realização pessoal no trabalho parecem estar constantemente a ser procrastinados.

Como horizonte de realização no trabalho, os docentes desejam um trabalho menos individual e mais coletivo com todos os trabalhadores da universidade quebrando com a hierarquia que se estabeleceu entre os tipos de trabalho e de trabalhadores, entre docentes, funcionários e estudantes. Apontam o limite de uma transformação unicamente na "ilha" universidade lembrando que já indicaram que a *universidade não é uma caixinha numa ilha*. A transformação deve ser da sociedade e, nesse âmbito, Severino (1986, p. XIV) afirma que "o educador precisa entender-se como membro de uma sociedade envolvida num processo histórico. Ele não é uma individualidade solta, o sentido de sua existência e a eficácia de sua ação estão intimamente ligados ao sentido da existência de uma coletividade muito concreta".

As transformações do educador exigem uma nova consciência social. É preciso compreender que o processo de trabalho docente está atrelado à formação de trabalhadores para dar continuidade ao processo de reprodução do capital. Os estudantes de hoje serão inseridos no mundo do trabalho, na estrutura capitalista neoliberal, ou estarão em desemprego que acarretará outra forma de sofrimento. Nessa concepção, Severino (1986, p. XIV) nos chama a atenção sobre "a imprescindibilidade de uma nova consciência social do educador, a ser gestada mediante uma formação política, cuja construção deve ser iniciada já durante seus estudos". E quem forma os futuros docentes? São os docentes de hoje, de agora, que estão a sofrer com o trabalho e sem condições de trabalho para a construção de um olhar crítico sobre a sociedade.

Considerações finais

Ao objetivar a análise das condições de trabalho dos docentes no contexto de desmonte da universidade pública federal, este artigo defende que as transformações ocorridas pelas exigências do produtivismo acadêmico estão implicadas na vivência desses trabalhadores e, ao mesmo tempo, podem determinar o caminho do processo saúde/doença quando o trabalho é acrescido de longas jornadas e realizadas com intensificação.

No cenário apresentado pelos docentes percebe-se que o trabalho vem atrelado a difusas engrenagens evidenciadas nos aspectos da organização do trabalho na universidade e do contexto econômico, social e político no qual ela se entrepõe. Diante das particularidades do trabalho docente destaca-se um cenário de injeção de efeitos na reorganização da produção na educação pública. Observa-se a partir da percepção docente sobre a intensificação do trabalho temáticas que abordam a execução das tarefas atreladas a questões relacionadas à gestão e competitividade; à tensão no trabalho e alta demanda de atividades; ao infinito trabalho em casa, que atravessa as horas de sono, e ao adoecimento físico e mental. Os docentes sentem-se cansados, adoecidos e compreendem o papel da organização do trabalho, embora não nomeiem "organização do trabalho" dessa forma, na geração de agravos à saúde.

A nova gestão pautada no produtivismo acadêmico impõe a invasão do momento de não trabalho pelo trabalho e soma-se a estas condições a redução do financiamento da universidade pública, e de docentes, com o intuito de cumprir com uma pauta neoliberal. Pela via da escuta e da construção dos discursos, a pesquisa apontou questões importantes do trabalho que estão afetando o grupo de docentes pesquisado. Portanto, entende-se que a construção de pesquisas que abordem esta temática e possam aprofundar o conhecimento sobre os processos de trabalho docente, incluindo o prolongamento de jornadas, podem trazer à tona os fatores que geram sofrimento e adoecimento aos trabalhadores. Com esse aprofundamento se poderá construir indicadores que contribuam para transformar o trabalho docente na universidade, no sentido de aliviar carga mental e física a estes trabalhadores.

Referências

AREOSA, J. Capitalismo e precarização do trabalho. *In*: VELOSO, L. *et al. Anarquismo, trabalho e sociedade*. Coimbra: Almedina, 2017. p. 239-269.

ANTUNES, R.; BRAGA, R. (org.). *Infoproletáriados:* degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARBEX, P. S; SOUZA, K. R; MENDONÇA, A. L. O. Trabalho docente, readaptação e saúde: a experiência dos professores de uma universidade pública. *Physis,* Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 263-284, 2013.

CARMO, A. B. ; BATALHA, C. V.; MIQUELETTI, E. A. PEC 241: Do Acontecimento Político ao Acontecimento Linguístico. APEB.frp. *Passagens de Paris*, 14, 156-169, 2017. Disponível em: www.apebfr.org/passagesdeparis Acesso em: 10 jan. 2020.

COLADO, E. I. Capitalismo académico y globalización: la universidad reinventada. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 24, n. 84, p. 1059-1067, 2003.

DESLAURIERS, J-P.; KÉRISIT, M. O delineamento da pesquisa qualitativa. *In*: POUPART, J. *et al*. *A Pesquisa Qualitativa-Enfoques epistemológicos e metodológicos*. 2. ed. São Paulo: Vozes, 2010. p. 130-131.

EMILIANO, L. L.; QUEIRÓZ, M. F.F. Nas dobras da eficiência: a relação entre trabalho e saúde de docentes de uma universidade pública brasileira. *In*: CABREIRA, P. P. (org.). *História do Movimento Operário e Conflitos Sociais em Portugal:* "Tempos Modernos, Jornadas Antigas". (Atas do III e IV CHTMOCSP & III COCTV). Lisboa: IHC, 2020. ISBN: 978-989-8956-20-0.

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

FAVATO, M. N; RUIZ, M. J. F. Reuni: política para a democratização da educação superior? *Revista Eletrônica de Educação*, São Carlos, v. 12, n. 2, p. 448-463, 2018.

GUARANY, A. M. B. *Trabalho Docente, Carreira Docente:* elementos que impactam a saúde mental dos docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro: estudo de caso. 2014. 144f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

LALLA JÚNIOR, J. R. *Desafios, dificuldades e incertezas no trabalho do professor universitário:* Estudo de caso em uma universidade pública no interior do Estado de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) " Faculdade de Medicina, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Botucatu, São Paulo, 2019.

LAURELL, A.; NORIEGA, M. *Processo de Produção e Saúde-Trabalho e desgaste operário.* São Paulo: Hucitec, 1898.

LAVAL, C. *A escola não é uma empresa:* o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Tradução Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

LE BRETON, D. *Adeus ao corpo:* Antropologia e sociedade. 6. ed. São Paulo: Papirus, 2013.

LEFÈVRE, F.; LEFÉVRE, A. M. C.; TEIXEIRA. J. J. V. *O Discurso do Sujeito Coletivo:* uma abordagem metodológica em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul: EDUSC, 2000.

LIMA, M. F.; LIMA-FILHO, D. O. Condições de trabalho e saúde do/a professor/a universitário/a. *Ciências e Cognição*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 63-82, 2009.
MARX, K. *O Capital*. V.1. São Paulo: Boitempo, 2103.
OLIVEIRA, J. F. *A reestruturação da educação superior no Brasil e o processo de metamorfose das universidades federais:* o caso da Universidade Federal de Goiás. 2000. 210f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
PENTEADO, R. Z.; SOUZA NETO, S. de. Mal-estar, sofrimento e adoecimento do professor: de narrativas do trabalho e da cultura docente à docência como profissão. *Saúde e sociedade*, São Paulo, v. 28, n. 1, 2019, p. 135-153.
QUEIRÓZ, M. F. F. *et al*. Grupo PET-Saúde/Vigilância em Saúde do Trabalhador Portuário: vivência compartilhada. *Interface Comunicação, Saúde, Educação*, v. 19, supl. 1, p. 931-49, 2015.
REAL, D. C. *Primavera Secundarista*: Engajamento Estudantil nas Ocupações de Vitória – ES em 2016. 2016. 159f. Tese (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2016.
ROSSO, S. D. *Mais trabalho!* A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.
SEVERINO, A. J. *Educação, Ideologia e Contra Ideologia*. São Paulo: E.P.U., 1986.
SIMIONI, A. M. C.; LEFÉVRE, F.; PEREIRA, I. M. T. B. *Metodologia Qualitativa nas Pesquisas em Saúde Coletiva: Considerações Teóricas e Instrumentais*. Série Monográfica nº 2. Eixo promoção de Saúde, Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário. Universidade de São Paulo-Faculdade de Saúde Pública-Departamento de Práticas de Saúde Pública, 1996.
SVARTMAN, B. P.; CROCHIK, J. L.; MASSOLA, G. M. A reestruturação produtiva universitária e suas consequências sobre a produção acadêmica. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 129-132, 2015.

Notas

1 Trata-se da pesquisa Trabalho e Precarização: A Saúde do (a) Professor (a) em uma Universidade Pública/Brasil. Desenvolvida nos anos de 2016 a 2018. A primeira fase da pesquisa (2016-2017) utilizou abordagem quantitativa e a segunda fase (2017-2018) abordagem qualitativa, objeto deste artigo. A pesquisa teve bolsa CNPq (PIBIC-Unifesp) - foi aprovada Comitê de Ética da Universidade Federal de São Paulo, sob o número CAAE 2.6685717.2.0000.550.

2 Marshaall e Rossaman (1989 apud DESLAURIERS; KÉRISIT, 2010).

3 Deslauriers e Kérisit (2010).

4 Simioni, Lefévre e Pereira (1996).

5 Para melhor compreender o conceito, consultar Colado (2003).

6 A fase quantitativa da pesquisa é objeto de capítulo de livro que poderá ser acessado em Emiliano e Queiróz (2020).

7 A referência é feita ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Em 2 de janeiro de 2019 o presidente Jair Bolsonaro extingue o Ministério da Cultura, através do decreto n. 9.674, e o transfere como uma Secretária para o Ministério da Cidadania. Em 6 novembro de 2019, pelo Decreto n. 10.107, transfere a Secretaria de Cultura para o Ministério do Turismo e o Ministério da Educação adota a sigla ME.

8 Os docentes se referem ao processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff iniciado em 2 de dezembro de 2015 e concluído em 31 de agosto de 2016.

9 A "PEC do fim do mundo" refere-se a Proposta de Emenda Constitucional 241. De autoria do poder executivo, a PEC 241 visa um Novo Regime Fiscal no Brasil, propondo um limite de gastos para o crescimento da despesa pública de ordem primária do governo central. Pode ser consultada em Carmo, Batalha e Miqueletti (2017).

10 A ocupação estudantil mencionada pelos entrevistados faz menção a "primavera secundarista" ocorrida em 2016, a qual levou todo o Brasil a ocupar escolas e universidades públicas unidas por pautas nacionais. Das pautas adversas evidenciadas na luta dos/as estudantes o primeiro fator motivador das ocupações foi a Medida Provisória 746/2016 sobre a reforma do ensino médio e o segundo fator motivador faz menção a PEC 55/PEC 241, cujo conteúdo tratava do congelamento aos investimentos na área da educação, saúde e assistência social pelo próximos 20 anos (REAL, 2016).

Maria de Fátima Ferreira Queiróz
fatima.queiroz@unifesp.br
Doutorado em Saúde Pública/Saúde do Trabalhador pela Faculdade de Saúde pública da Universidade de São Paulo (USP)
Professora Associada II da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Laiany Lara Emiliano
laianylara2@hotmail.com
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de

São Paulo (UNIFESP)
Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

UNIFESP-BS
Rua Silva Jardim 136, Vila Mathias
Santos – São Paulo – Brasil
CEP:11015-020

Agradecimentos
A todos os docentes participantes da pesquisa que cederam horas de seu trabalho já intensificado para contar-nos sobre as suas atividades de trabalho no cotidiano da universidade. Esperamos que o estudo possa vir a contribuir com transformações tão necessários no trabalho na universidade pública.

Agência financiadora
Não se aplica.

Contribuições das autoras
Maria de Fátima Ferreira Queiróz: na condição de docente e orientadora da pesquisa contribuiu na realização da pesquisa desde sua concepção até sua efetivação, bem como na estruturação e desenvolvimento do artigo.
Laiany Lara Emiliano: na condição de bolsista de iniciação científica contribuiu no desenvolvimento da pesquisa em campo (coleta de dados), na análise e na estruturação e desenvolvimento do artigo.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de São Paulo, número CAAE 2.6685717.2.0000.5505. Foi aplicado e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por todos/as os/as participantes da pesquisa.

Consentimento para publicação
Consentimento das autoras.

Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

 DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p700

ESPAÇO ESPECIAL

A mulher de negócios no discurso do trabalho feminino

Cristiane Gomes de Souza[1]
https://orcid.org/0000-0003-2658-3825

[1] Universidade Federal de Alagoas, Departamento de Letras e Linguística, Programa de Pós Graduação em Letras e Linguística, Maceió, AL, Brasil

A mulher de negócios no discurso do trabalho feminino

Resumo: Este texto discute sobre a mulher de negócios corporificada no desenvolvimento de suas práticas e premiações advindas do empreendedorismo feminino segundo a discursividade do SEBRAE. Para isto, analisa-se o movimento de (re)formulação do discurso do SEBRAE sobre a mulher para evidenciar os efeitos de sentido do discurso do capital. O objetivo é identificar a mulher de negócios no discurso do trabalho feminino como espaço constitutivo de convergência, divergência e silêncio entre essas mulheres. A pesquisa tomou como base os pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso (AD) de origem francesa, filiada a Pêcheux, e da Psicanálise. Defende-se que as relações interdiscursivas do SEBRAE sobre o empreendedorismo feminino contribuem, de forma ideológica e inconsciente, para a constituição de discursos hegemônicos que elegem o empreendedorismo feminino contemporâneo como único modelo possível de geração de riqueza, liberdade e desfaçatez do sofrimento da mulher.
Palavras-chave: Empreendedorismo. Mulher. Análise do Discurso. Psicanálise. Gênero.

The businesswoman in female labor speech

Abstract: This text discusses the corporate woman in the development of her practices and awards arising from female entrepreneurship according to the discourse of SEBRAE. For this, the movement of (re) formulating SEBRAE's discourse on women is analyzed in order to highlight the meaning effects of capital's discourse. The objective is to identify the business woman in the discourse of female work as a constitutive space of convergence, divergence and silence among these women. The research was based on the theoretical and methodological assumptions of Discourse Analysis (AD) of French origin, affiliated with Pêcheux, and of Psychoanalyses. It is argued that the interdisciplinary relations of SEBRAE on female entrepreneurship, contribute, in an ideological and unconscious way, to the constitution of hegemonic discourses that elect contemporary female entrepreneurship as the only possible model for generating wealth, freedom and boldness in the suffering of women **Keywords:** Entrepreneurship. Woman. Speech analysis. Psychoanalysis. Genre.

Recebido em 18.02.2020. Aprovado em 06.05.2020. Revisado em 08.06.2020.

© O(s) Autor(es). 2020 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Introdução

Convive-se com um período histórico particularmente difícil. As últimas décadas vêm sendo marcadas por profundas transformações do sistema capitalista mundial, acarretando muitos impactos na organização e nos processos do trabalho.

Discutir transformações na realidade em que se está imerso não constitui uma tarefa fácil. Isso porque formulações a esse respeito exigem um entendimento cuidadoso de mudanças ainda em curso, como também uma análise que vá além daquilo que é aparente, e que consiga estabelecer as relações das várias "partes" com o todo.

Neste artigo adoto como eixo norteador das análises as dimensões do sistema de capital, que são completamente articuladas: Trabalho e Capital. Na verdade, entendo que capital se articula e se constitui num processo metabólico de controle de todas as esferas da sociabilidade humana, de modo a analisar, criticamente, a condição social de nosso mundo contemporâneo. Especialmente, entender o desenho e os limites do discurso do trabalho e empreendedorismo feminino nessas conformações.

E, em se tratando das dimensões do sistema do capital, parece-me necessário apresentar inicialmente o entendimento sobre o trabalho em Marx. Nessa perspectiva, o trabalho aparece como categoria fundante do mundo dos homens. E tem, então, uma dimensão ontológica porque ele está enraizado na existência dos homens, de tal maneira que sem ele nem homens e nem história poderiam existir. Ou seja, é o mesmo que dizer que o trabalho tem um caráter de anterioridade, isto é, ele é anterior e determinante das variadas formas dos homens existirem e se organizarem socialmente.

Esses estudos me levaram sempre a uma inquietação, sobretudo, a buscar uma interlocução com a Psicanálise por conta da concepção de sujeito, noção que é central em ambos os campos teóricos (Análise do Discurso e Materialismo Histórico), e que apresenta particularidades e afinidades mútuas instigantes. Especialmente porque o assunto em tela põe à luz o tema da mulher na época em que se vive.

A minha inquietação sobre a mulher como objeto de pesquisa iniciou na década de 2000, quando comecei a desenvolver atividades como consultora do SEBRAE, e, como aluna de mestrado, em 2006, quando tive o primeiro contato com a Teoria do Discurso. Nessa mesma década, todavia, escolhi começar pelos estudos sobre o Trabalho e Educação, no mestrado[1], mas já voltada a estudar o discurso e suas condições de produção. Somente em 2015, prossegui com a escolha do discurso do empreendedorismo como objeto, após lidar com mulheres que abriam suas empresas com o "apoio" do SEBRAE, mas também como avaliadora do Prêmio SEBRAE "Mulher" de Negócios (PSMN).

Diante desses fundamentos, coube a mim analisar como o discurso, por exemplo do SEBRAE, é meio difusor de ideologia dominante. Como ela procura normalizar sentidos, homogeneizar comportamentos, relacionar mulheres às mercadorias, de modo tal que ao adquirir os serviços por ele anunciados, as mulheres adquiram também "poder" despertado por eles, e até possam romper e alcançar a sua emancipação como proprietária de bens.

O corpo teórico da Análise do Discurso oferece elementos conceituais que permitem estabelecer as conexões entre o objeto (o discurso) e o real efetivo em que se constitui. Busca-se neste campo de conhecimento o entendimento da essencialidade constitutiva do objeto e não apenas da sua aparente forma, marcada pelos fenômenos linguísticos. Nessa esfera de saber tornou-se indispensável o conhecimento da ideologia como função social representada no e pelo discurso.

Desenvolvimento

As condições sociais encontradas historicamente no meio societal são dadas pelo trabalho. Fundamentadas e realizadas no trabalho. O trabalho, portanto, como a capacidade de produzir e criar as coisas é que humaniza o homem. O homem se faz homem ao relacionar-se com a natureza e com os outros homens por meio do trabalho. Nesse sentido, Marx reflete que:

> [...] O trabalho é uma condição natural eterna da existência humana. O processo de trabalho não é mais do que o próprio trabalho, considerado no momento da atividade criadora. Os elementos gerais do processo de trabalho, por conseguinte, são independentes de todo e qualquer desenvolvimento social determinado. Os meios e materiais de trabalho, uma parte dos quais é produto de trabalhos precedentes, desempenham o seu papel em qualquer processo de trabalho, em qualquer época e em todas as circunstâncias [...]. (MARX, 2004, p. 64-65).

Como podemos ver, o homem é um ser histórico, portanto, sujeito de sua história. O pressuposto da existência humana é o trabalho. Essa condição humana é mediada entre o homem e a natureza pelo trabalho. O trabalho, pois, é a chave para a compreensão do homem, que necessita cotidianamente realizá-lo para poder viver.

O discurso, enquanto produto da consciência – "consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real" (MARX, 1986, p. 37) –, é definido em relação às particularidades de uma dada formação social. O discurso é, pois, uma particularidade, um campo de mediações que possibilita o acesso à realidade objetiva consubstanciada pelo entrelaçamento da singularidade com a universalidade.

Nesse sentido, compreende-se também o discurso como produto de um processo de relações entre indivíduos; é o resultado de um amplo e complexo trabalho interindividual "expresso" de forma oral ou escrita por uma singularidade (CHASIN, 1987, p. 66), que pode ser um indivíduo ou um grupo social.

O discurso é, pois, a forma mais complexa da linguagem da qual se valem as formações ideológicas para orientar, controlar e dominar a sociedade em desenvolvimento, em função das ideias dominantes da classe dominante da época. Como diz Marx (1986, p. 72): "As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante".

Para Amaral (2017), há uma multiplicidade de sentidos produzidos no movimento discursivo em que o trabalho é o objeto. Assim, na teoria social marxiana, o trabalho é um discurso fundador da sociabilidade. Na sociedade capitalista, o sentido ontológico de trabalho, da esfera determinante do ser social, desloca-se para o sentido burguês: "é degradado a um estratagema de exploração por meio do domínio da propriedade capitalista" (KURZ, 1997, p. 272). E, assim, o trabalho se constitui em ideal burguês que responde ao processo de acumulação de riqueza.

Essas funções do discurso trabalho são particularidades do trabalho na sociedade de classes condicionadas pela divisão do trabalho – propriamente dita quando "surge uma divisão entre o trabalho material e o espiritual" (MARX, 1986, p. 45) –, divisão entre quem produz, os trabalhadores, e os que detêm os meios de produção, os proprietários capitalistas. O discurso trabalho na sociedade moderna – sob a dominação da classe burguesa – silencia essas funções, principalmente a de disciplina, e constrói evidências de uma política de ganho e produtividade a partir das adesões ditas "voluntárias" dos sujeitos "livres", que, paradoxalmente, funcionam em relações de dependência.

O discurso feminino

O discurso do empreendedorismo feminino, no Brasil, tornou-se lugar comum nos estudos nas primeiras décadas do século XX, no final dos anos 1990, atravessado por propostas que demandam análises mais acuradas para entender como as mulheres são estimuladas, especialmente pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), para que desenvolvam atitudes de enfrentamento dos desafios atuais, principalmente no que diz respeito aos negócios.

Dessa maneira, o discurso das mulheres que empreendem se estabelece de maneira contraditória, dada a sua constituição histórica, em que se questionam discursos oponentes em razão das conformidades[2] pelas quais a mulher passa. Tais conformidades são expressas na divisão sexual do trabalho, nas determinações materiais da (re)produção do capital, que estabelecem uma organização social desigual e hierárquica, em consonância com o princípio antagonista que estrutura a sociedade capitalista.

Nesse contexto, pergunta-se a quem pertence, afinal, o trabalho feminino? E mesmo sabendo que a alienação é comum a ambos os sexos, há implicações particulares no que tange às funções masculinas e femininas reverberando em desigualdades de gênero. Ao acrescentar, aqui, a pergunta feita por Freud: "O que quer a mulher?", reitera-se, sobretudo, nos dias de hoje, o mal-estar referente aos impasses colocados pelas escolhas e desejos femininos, que extrapolam o ideal materno. De fato, o que se pretende é referir a "mulher" de negócios (no discurso do SEBRAE), que exerce também trabalho não remunerado na ordem da reprodução social, num sistema patriarcal e capitalista, invisível, no ambiente doméstico, que favorece, principalmente, ao homem que ocupe o espaço público.

Considerando esses aspectos, ao se buscar trabalhar com o discurso do empreendedorismo feminino, é necessário levar em conta as condições de produção desse discurso em sentido estrito, considerando o contexto imediato, sobretudo em sentido amplo, incluindo o contexto sócio histórico e ideológico, assim como expõe Orlandi (2005).

A mulher de negócios no discurso do SEBRAE

A mulher contemporânea é significada no discurso do SEBRAE, conforme imagem elaborada em alusão a 8 de março, Dia Internacional da Mulher, retratada uma mulher que ocupa uma página formando um único

cenário. O cenário revela o desenho de uma mulher de cabelos longos, sentada numa cadeira, pernas cruzadas, com expressão de seriedade, sofisticação e elegância, traços finos, remetendo à imagem da "moça comportada", bem-sucedida, conjugada à delicadeza atribuída socialmente ao sexo feminino, aproximando-a do estereótipo da "mulher perfeita", que merece flores (cores vermelhas) que realçam o desenho em preto e branco, ratificando como o grande Outro a faz mulher colocando-a no lugar de conveniência, comportada e funcional.

Num primeiro momento, a compreensão é de que a "mulher" de negócios ganha flores ao não esconder seus diferenciais. Todavia, a conotação pode ser outra: a mulher "em forma de rabisco", como uma performance feminina no mundo dos negócios reforça a concepção de um mundo tradicionalmente masculino, especialmente porque apresenta a imagem da executiva, que se relaciona à figura masculina, mais sóbria e discreta. Ter essa aparência, nesse caso, supostamente, diminui a respeitabilidade da mulher como profissional e faz parecer que qualquer sucesso não vem da sua capacidade, mas de autorizações concedidas (pelo SEBRAE) que, ao lhe dar flores, parece confirmar a fragilidade de uma rosa-mulher, ou melhor, a mensagem parece estar dialogando com o público masculino.

A cena traduzida numa arte a lápis, em folha quadriculada que é utilizada, geralmente, para desenhos e escritas de engenheiros, acompanhando os tons em cores da marca do SEBRAE com destaque para as seguintes sequências discursivas (SD):

> SD01 – Para os negócios, é visão global. Mas a sabedoria popular sempre chamou de "sexto sentido".
>
> SD02 – Na vida e nos negócios, as mulheres não escondem seus diferenciais. Flexíveis, sensíveis, cooperativas, atentas aos detalhes e, ainda, capazes de realizar várias tarefas ao mesmo tempo, elas já não têm mais nada a provar. Mas muito para ensinar.

As SD tratam sobre a incorporação do trabalho feminino no mundo produtivo, mas ao contrário do homem, a mulher, ao se colocar no mundo do trabalho, soma seu trabalho com atividades do lar e às consequências de seus múltiplos papéis – levada a assumir longas jornadas de trabalho por acumular tarefas dentro e fora de casa, numa polivalência funcional ao capital.

Nos termos apresentados pelas SD, o locutor SEBRAE se apoia na sabedoria popular para convencer o(a) leitor(a) que, mesmo optando pelo termo "visão global", confirma como uma asserção consagrada no tempo, o "sexto sentido" e o utiliza como um enunciado de fácil reconhecimento, e seu uso revela as marcas de adesão a sentidos já consolidados na memória discursiva.

Observa-se também que, ao separar "na vida e nos negócios", o SEBRAE faz lembrar que o trabalho feminino está marcado por uma história de confinamento à esfera do lar, numa divisão de tarefas segundo a qual à mulher cabe o cuidado com a casa e os filhos. Apresenta-se de forma disfarçada o reforço ao comportamento masculinizante entre as mulheres de negócios, uma vez que negócios separados da vida exaltam a representação do homem no mundo dos negócios como detentores de prestígio e posições de poder. Contudo, as mulheres estão constantemente expostas a um conflito, que pode ser explicado pela dupla/tripla jornada de tarefas quando gerenciam seus negócios, uma vez que a mulher continua sendo responsável pelas tarefas domésticas.

A imagem ratifica, pois, a incorporação do trabalho feminino no mundo produtivo[3], mas ao contrário do homem, a mulher, ao se colocar no mundo do trabalho, soma seu trabalho com atividades do lar e às consequências de seus múltiplos papéis – levada a assumir longas jornadas de trabalho por acumular tarefas dentro e fora de casa. Para Kress e Van Leeuwen (2006), existe o caráter ideológico dos elementos visuais na composição de um texto escrito e, segundo eles:

> As estruturas visuais não simplesmente reproduzem as estruturas da realidade. Pelo contrário, elas produzem imagens da realidade que está vinculada aos interesses das instituições sociais no interior das quais as imagens são produzidas, circuladas e lidas. Elas são ideológicas. As estruturas visuais nunca são meramente formais: elas têm uma dimensão semântica profundamente importante. (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006, p. 47).

As expressões exploração e opressão da mulher têm seu surgimento atrelado ao desenvolvimento das bases materiais da humanidade, através de fatores históricos que marcaram a instituição da exploração, os quais, por sua vez, têm seus fundamentos vinculados ao advento das sociedades de classe, tendo, portanto, uma determinação histórico-econômica. Além disso, as mulheres deveriam ter, entre suas grandes ambições, o casamento ou a constituição familiar. Para elas, o direito à educação era negado, sobrando o trabalho doméstico, e esse "caráter doméstico marca todo o trabalho feminino: a mulher é sempre uma dona-de-casa" (PERROT, 2007, p. 114-115).

O ato de cuidar, em concomitância com as atividades profissionais, para cumprir normas historicamente criadas e interpretadas, são justificados como inerentes à natureza feminina. Daí porque a necessidade de entender o trabalho feminino, à luz da noção de divisão sexual do trabalho, pois mostra a complexidade da exploração capitalista. Isto ratifica que não se pode entendê-la a partir, apenas, do conceito de classe social, de forma simples, sem agregar a ele a visão social das diferenças de gênero que geram desigualdades entre os sexos, em prejuízo das mulheres, tal como contribuem Heleieth Safiotti, Helena Hirata e Daniele Kergoat.

[...] as mulheres estão constantemente expostas a um conflito, que pode ser explicado pela dupla/tripla jornada de tarefas quando gerenciam seus negócios, uma vez que a mulher continua sendo responsável pelas tarefas domésticas.

Amplamente divulgada nos meios midiáticos, a ideologia empreendedora tem ocupado cada vez mais espaço nas políticas de governo e nos modelos estratégicos e educacionais adotados pelo SEBRAE e parceiros institucionais.

Nesse espaço, observou-se a ênfase em capacitações e premiações, que estimulam o desenvolvimento de características pessoais com o objetivo de formar, sobretudo nas mulheres, competências para que as mesmas estejam aptas a criar suas próprias oportunidades em negócios, ao mesmo tempo estas não estariam fadadas à referência do trabalho assalariado, do emprego formal, mas à geração de renda independente.

A solução para o enfrentamento dos obstáculos das mulheres na divisão sexual do trabalho se desloca para a esfera privada, de modo a desenvolver competências empreendedoras. Identifica-se, assim, a sintonia desta ideologia com as teses clássicas do liberalismo, com todas as suas refrações, e que não é explicada pela lei geral da acumulação, pelas contradições do modo de produção capitalista, mas como responsabilidade da própria mulher. A diferença é que no capitalismo contemporâneo, a nova versão liberal – o neoliberalismo – trata de suavizar a tônica do seu discurso, fazendo uso de outros elementos discursivos mais compatíveis, como é o caso do discurso do empreendedorismo feminino.

Contudo, para além de suas novas roupagens discursivas — e entre elas o inconsciente e a ideologia empreendedora — a questão é conhecer o mercado e saber como participar ativamente da economia e, concomitante, saber gerenciar o planejamento individual e familiar. Pelo SEBRAE, há a necessidade de desenvolver comportamentos de "mulher" de negócios de "vencedora"; entendê-los, aprendê-los e colocá-los em prática por meio da inserção no empreendedorismo, além de estimular outras mulheres para que façam o mesmo.

A funcionalidade do empreendedorismo feminino na contemporaneidade está, portanto, na sua capacidade de produzir um apagamento dos conflitos entre capital e trabalho, e das contradições do sistema capitalista de produção, da cultura patriarcal no que se refere ao desemprego, enquanto condição estrutural deste modo de produção. Assim, a aparente transformação de mulheres em empreendedoras implica na ampliação substantiva da polivalência das mesmas, que passam a ser donas do seu negócio e cuidadora da sua família ao mesmo tempo, ratificando que "o indivíduo moderno, a que se qualificava como sujeito de direitos, transmuta-se, assim, num indivíduo-microempresa: Você S/A" (COSTA, 2009, p. 177), favorável à manutenção da ordem do capital.

Considerações finais

Entre as análises realizadas e as narrativas das mulheres trazidas neste artigo, nota-se que a presença do homem não exime a responsabilidade da mulher provedora no que tange ao compromisso com o seu negócio, pois a mulher tem alguém com quem dividir as despesas domésticas. Mas, também, tem a mulher que não conta com a participação masculina e que, portanto, precisa cuidar sozinha da manutenção da família. Nesse sentido, a união conjugal nem sempre pode ser pensada como suporte financeiro, pois na maioria das narrativas são as mulheres que conseguem aferir maior rendimento, mesmo mergulhadas em condições adversas no acesso a esse mercado, além de conflitos e sofrimentos por sua condição.

Nas discursivas analisadas, confirma-se a prevalência da desigualdade de gênero, assumem a provisão de suas famílias, continuam sendo as principais responsáveis pelo cuidado com os filhos e com as tarefas domésticas. Se de um lado consiste em uma duplicação de afazeres, de outro confere autonomia a essas mulheres, na medida em que permite a descoberta e desenvolvimento de suas capacidades para a superação de problemas individuais e coletivos.

O discurso trabalho tem entre as características que o constituem a de silenciar o sentido de "exploração" suscitado na relação capitalista. O silenciamento do processo de exploração produz efeitos convenientes à manutenção da ordem e da classe dominante, sobretudo o efeito de liberdade – trabalhador livre –, de autonomia – trabalhador autônomo – e de democratização – trabalho democrático –, entre outros efeitos que sustentam o discurso trabalho na reprodução da ordem vigente.

Amaral (2016) lembra que na sociedade moderna, sob a regência das ideias liberais, o discurso liberal lança mão do discurso trabalho e se fortalece deslocando sentidos sedimentados na memória discursiva do trabalho. Como exemplo tem-se o sentido de "servidão", que desliza para o sentido de "liberdade" nesse espaço discursivo. Com esse estratagema discursivo, os sujeitos são cooptados pelos ideais de "liberdade" e os reproduzem no senso comum: "o trabalho liberta", "o trabalho dignifica a alma", "quem não trabalha não come". O discurso liberal se apropria do discurso trabalho e o converte em meio para atingir seus fins de dominação na ordem burguesa.

Como afirma Mészáros (2006, p. 34), "os obstáculos reais enfrentados pelo trabalho [...] podem ser resumidos em duas palavras: 'flexibilidade' e 'desregulamentação', [...] para toda criatura racional, como a maternidade e a torta de maçã".

Espero ter contribuído ao menos, para suscitar algumas análises a respeito do discurso do trabalho e empreendedorismo feminino e ratificar, nas palavras de Amaral (2005, p. 299) que "[...] toda intencionalidade de atribuir um ponto de chegada a esse processo de reflexão está alicerçada na certeza de que prevalece o movimento de continuidade e ruptura inerente à toda prática social. Estamos do lado daqueles que veem, no fim, o desafio de um começo".

A caminhada continua, na certeza de que "[...] é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso 'ousar pensar por si mesmo'" (PÊCHEUX, 2009, p. 281). Mesmo que encerrando essas considerações, sigo com a angustiante calmaria de que a dedicação de elaboração de outras análises possíveis torne-se concreta.

Referências

AMARAL, M. V. B. *Discurso e Relações de Trabalho*. [2005]. Maceió: Edufal, 2017.

AMARAL, M. V. B. A negação da memória do trabalho no discurso do capital. *Resgate: Rev. Interdiscip. Cult*., Dossiê discurso e memória, Campinas, v. 24, n. 1[31], p. 37-54, jan./jun. 2016. e-ISSN: 2178-3284.

CHASIN, José. *Marx*: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica. São Paulo: Boitempo, 1987.

COSTA, A. S. M. *Convergências, divergências e silêncios:* o discurso contemporâneo sobre o empreendedorismo nas empresas juniores e na mídia de negócios. 2009. Tese (Doutorado) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, 2009.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Reading images*: the grammar of visual design. 2. ed. London: Routledge, 2006.

KURZ, Robert. *Os últimos combates.* Rio de Janeiro, Vozes, 1997.

MARX, K. *Capítulo VI, inédito de O capital*. São Paulo: Centauro, 2004.

MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. Lisboa/São Paulo: Presença/Martins Fontes, 1986.

MÉSZÁROS, I. *A teoria da alienação em Marx.* Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso:* uma crítica à afirmação do óbvio. [1975]. Tradução de Eni Orlandi *et al.* Campinas: Ed. Unicamp, 2009.

PERROT, M. Escrever a história das mulheres. *In*: PERROT, M. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

SOUZA, Cristiane Gomes de. *Trabalho, educação e o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador*: possibilidades ou limites? 2009. 138f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)–Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009.

Notas

1 Ver em Souza (2009).

2 Saffioti (2004) alerta, pelo ponto de vista da ordem patriarcal de gênero, a mulher como apaziguadora, relacionada à sensibilidade e inferior em relação ao homem.

3 Kergoat (1996) auxilia no entendimento de que a noção de trabalho doméstico não nega o poder dos movimentos sociais e dos agentes históricos. É a forma concreta que torna o trabalho reprodutivo designado para o grupo das mulheres em uma sociedade assalariada. Ela se coloca como uma dimensão da divisão sexual do trabalho, quando da reestruturação trazida pelo desenvolvimento do sistema capitalista, que separa um espaço/tempo para trabalhar e ganhar um salário do espaço/tempo do trabalho de reprodução. Ainda em Kergoat (2003), afirma-se que o trabalho de

reprodução é considerado função e território feminino, sendo que a noção de trabalho doméstico está ligada às relações afetivas da família e baseada na "disponibilidade" materna e conjugal das mulheres.

Cristiane Gomes de Souza
cris.animaconsultoras@gmail.com
Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

UFAL
Campus A. C. Simões. Av. Lourival Melo Mota, S/N, Tabuleiro do Martins
Maceió – AL – Brasil
CEP: 57072-970

Agradecimentos
A minha gratidão às pessoas que foram importantes nessa jornada em análise do discurso, que marcaram a minha vida e contribuíram para a realização da minha tese. Dela fazem parte minhas diferentes relações com diferentes pessoas ao longo da minha formação acadêmica, profissional, produção da pesquisa e do período de escrita.

Agência financiadora
Não se aplica.

Contribuições das autoras
Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica.

Consentimento para publicação
Consentimento da autora para publicação.

Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

ESPAÇO ESPECIAL

“Desalentadas”: subjetivação em dizeres sobre as mulheres que *desistiram* de procurar trabalho

Sóstenes Ericson [1]
https://orcid.org/0000-0003-0905-1376

[1] Universidade Federal de Alagoas, Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura, Maceió, AL, Brasil

“Desalentadas”: subjetivação em dizeres sobre as mulheres que *desistiram* de procurar trabalho
Resumo: O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre os processos de subjetivação que se materializam em dizeres sobre mulheres designadas como desalentadas. Sob a ancoragem na Análise do Discurso filiada a Michel Pêcheux, são recortados enunciados de reportagens que circularam na mídia em 2018/2019 tratando do desalento, nas expressões recentes do desemprego no país. As sequências discursivas (SDs) analisadas permitiram investigar a posição-sujeito do discurso, bem como os processos de subjetivação do desalento. Identificou-se que a designação “desalentadas” é constitutiva no discurso sobre, comparecendo como efeito de conclusão, sendo a sua subjetivação constitutiva enquanto contraidentificação na formação discursiva do desemprego. Há um caráter momentâneo implícito no discurso sobre mulheres consideradas como desalentadas, com componente individual e influência do discurso do empreendedorismo e do discurso religioso, funcionando enquanto interdiscursos, que produzem efeito de esperança, embora com uma relação de dependência do processo histórico em curso.
Palavras-chave: Trabalho. Mulheres. Desalento. Discurso. Subjetivação.

“Discouraged”: subjectivity in the sayings about women who gave up looking for work
Abstract: This paper aims to reflect on the subjectivation processes that materialize in sayings about women who are designated as discouraged. Under the anchor in Analysis of Discourse affiliated to Michel Pêcheux, sayings are clipped from news reports circulated in the media in 2018/2019 about discouragement, in the recent expressions of unemployment in the country. The analyzed SDs made it possible to investigate the subject-position of the discourse, as well as the subjectivity processes of discouragement. It was identified that the designation “discouraged” is constitutive in the discourse about, appearing as a conclusion effect, its constitutive subjectification being a counter-identification in the discursive formation of unemployment. There is a momentary character implicit in the discourse about women considered as discouraged, with an individual component and influence of the discourse of entrepreneurship and religious discourse, functioning as interdiscourses, which produce a hopeful effect, although with a relationship of dependence on the ongoing historical process
Keywords: Work. Women. Discouragement. Discourse. Subjectivation.

Recebido em 05.05.2020. Aprovado em 20.05.2020. Revisado em 06.06.2020.

© O(s) Autor(es). 2020 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Introdução

No prelúdio histórico da crise estrutural do capital, Clarence Long (1953) introduziu, pelo viés econômico, o conceito de desalento, no artigo intitulado *Impact of Effective Demand on the Labor Supply*, referindo-se a quando, por falta de perspectiva de trabalho, ou pouca expectativa de encontrar emprego, as pessoas deixam de procurar trabalho e *decidem* ficar inativas. Tal fenômeno é agudizado em momentos de recessão, quando trabalhadores/as desempregados/as *optam* por deixar de procurar emprego, o que provoca uma queda na taxa de participação na força de trabalho, a exemplo do que tem sido observado no Brasil, onde, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em maio de 2018, faltava emprego para 27,7 milhões de brasileiros/as. Todavia, face à suposta homogeneidade na categorização das pessoas desempregadas, outros sentidos são produzidos a partir das condições que marcam na língua suas distinções e particularidades. É nesse espaço que alguns dizeres vão sendo constituídos ou retomados, tendo por ancoragem a subutilização da força de trabalho, ou o que dela escapa.

A identificação de trabalhadores/as como sub/des/empregados/as, considerando a distinção geral entre os/as desempregados/as (que não têm trabalho algum, procuraram trabalho nos últimos 30 dias ou irão iniciar um trabalho imediatamente) e os/as subocupados/as (que têm vontade de trabalhar, mas trabalham menos de 40 horas semanais), mostra-se insuficiente para dar conta das transformações atuais. Como tentativa de designar as pessoas que escapam dessa condição (sub/des/empregados/as), retoma-se a expressão desalento, sob o ideário neoliberal.

Analisando materialidades extraídas de reportagens que circularam na mídia no período eleitoral recente, buscando desvelar como as práticas de linguagem são afetadas pelo acirramento da ofensiva neoliberal, tomando o desalento como expressão referencial na cena contemporânea do trabalho no Brasil, foi possível observar que os recortes apontavam para um percentual maior desse fenômeno entre as mulheres, mas que as trabalhadoras entrevistadas não se apresentavam como desalentadas. Tal observação é aqui retomada, com o objetivo refletir sobre os processos de subjetivação que se materializam em dizeres sobre mulheres designadas como desalentadas. Sob a ancoragem na Análise do Discurso (AD) filiada a Michel Pêcheux, são recortados enunciados de reportagens que circularam na mídia em 2018/2019, tratando do desalento, tendo em conta as expressões recentes do desemprego no País.

Do ponto de vista procedimental, o critério de seleção foi aleatório, através de um *site* de busca, utilizando como sequência discursiva de referência (SDr) "mulheres desalentadas", conforme o objetivo proposto. A análise abordará os processos de subjetivação e posição-sujeito do discurso, enquanto ancoragem teórica para uma reflexão acerca dos dizeres sobre mulheres desalentadas, em seus efeitos de sentido no discurso. Parte-se do pressuposto de que há distinção nos elementos de saber do discurso do desemprego, sendo esses então relacionados ao modo como suas consequências se materializam na língua, considerando a escassa literatura sobre o tema no Brasil.

Processos de subjetivação e posição-sujeito do discurso

Neste trabalho, é mobilizada a noção de processos de subjetivação, tendo em conta que para a Análise do Discurso à qual nos filiamos, "[...] uma vez interpelado pela ideologia em sujeito, em um processo simbólico, o indivíduo, agora enquanto sujeito, determina-se pelo modo como, na história, terá sua forma individual(izada) concreta" (ORLANDI, 2001, p. 105-107). Trata-se, então, de considerar a relação materialmente constituída entre o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico, instaurando distintas posições-sujeito, que "se constituem em um movimento contínuo de processos de identificação na história e na relação com os modos de individuação em relação à formação social e ao Estado" (ZOPPI-FONTANA, 2017, p. 65). Na especificidade desta análise, assumimos o pressuposto da referida autora para quem as identificações de gênero inscrevem seus efeitos em relação aos processos identitários e de subjetivação.

Cabe lembrar que a opacidade do sujeito se inscreve num movimento contraditório da ordem do desejo (inconscientemente) e da ideologia, produzindo a ilusão da consciência, o que requisita considerar que o imaginário no sujeito "não pode reconhecer sua subordinação, seu assujeitamento ao *Outro*, ou ao *Sujeito*, já que essa subordinação-assujeitamento se realiza precisamente no sujeito *sob a forma da autonomia*" (PÊCHEUX, 2009, p. 149, grifo do autor).

Por sua vez, de acordo com Zoppi-Fontana (2017, p. 64), os processos de identificação, que constituem o sujeito do discurso, a partir de sua inscrição no simbólico e na história, "se caracterizam como um movimento contraditório de reconhecimento/desconhecimento do sujeito em relação às determinações do inconsciente e da ideologia que o constituem, materializadas nos processos discursivos". Por esta via, cabe parafrasear Pêcheux (2009) sobre as três modalidades de identificação possíveis:

a) Identificação – superposição (recobrimento) entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal – a "tomada de posição" do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma de "livremente consentido", tendo-se então um bom sujeito.

b) Contraidentificação – o sujeito da enunciação "se revolta" contra o sujeito universal por meio de "tomada de posição", na qual se distancia, questiona, contesta. Contraidentifica-se com a formação discursiva que lhe é imposta pelo interdiscurso com determinação exterior da sua interioridade subjetiva, produzindo um discurso-contra, um contradiscurso. Tem-se aí um mau sujeito.

c) Desidentificação – o sujeito da enunciação se desidentifica com a formação discursiva que o domina, por uma tomada de consciência que se dá através da relação entre prática política e prática científica.

No dizer de Indursky (2000, p. 74), nesta última modalidade (desidentificação), "há um deslizamento de uma forma de subjetivação para outra". Entendemos, então, que a posição-sujeito desalentado/a consiste em uma tomada de posição de contraidentificação do sujeito da enunciação na formação discursiva do desemprego (doravante FDD), sem, no entanto, com ela romper. Desse modo, nos processos de subjetivação são fragmentadas diferentes posições-sujeito e, no que toca especificamente esta análise, a ideologia dominante captura o sujeito desempregado/a em um ritual falho, no qual é possível haver uma desidentificação com determinados elementos de saber, instaurando uma nova posição-sujeito no interior da FDD, e ao invés de produzir uma identificação como desempregado/a, ou sub/desempregado/a/ocupado/a instaura uma tenção pela "tomada de posição" em desistir de procurar trabalho.

Com base em Zoppi-Fontana (2017, p .64), consideramos o funcionamento da interpelação ideológica "como um processo sempre-já-gendrado", o que permite discutir "teoricamente a complexidade dos processos de identificação que configuram as posições-sujeito no discurso, na sua relação constitutiva com as condições de produção, a memória discursiva, a enunciação e o corpo".

Um aspecto importante desta consideração diz respeito ao modo como o corpo constitui um dizer sobre o sujeito desalentado/a, na medida em que o percurso exaustivo da procura por emprego, quer virtualmente através de *sites* de emprego ou pessoalmente indo às empresas, por exemplo, diz respeito a um cansaço, a um esgotamento das forças físicas e mentais, trazendo o desalento como consequência, cuja causa é constitutivamente objetiva/subjetiva. Trata-se de um corpo sempre-já-gendrado, que se põe como força de trabalho disponível para a exploração no mercado de trabalho, mas que é insistentemente recusado, um corpo, momentaneamente desnecessário para o capital. Um corpo que será apagado nas reportagens que aqui serão recuperadas e do qual só se dar a perceber a sua cara, sob a suposta homogeneização da "cara do desalento". Um corpo que resiste, mesmo ao desistir, quando em última instância o que está em questão é a sua própria sobrevivência. É nesta perspectiva que "compreendemos o gênero como uma construção discursiva, [...] na emergência de discursos nos quais os indivíduos são tomados como alvo de um processo de subjetivação gerando, ao mesmo tempo, um saber e um modo de falar sobre si" (ZOPPI-FONTANA, 2017, p. 64).

A frustração por não conseguir trabalho pode levar a desistência e chama atenção o caráter individual dessa decisão na enunciação (desisti, não consegui), ingrediente indispensável ao atravessamento do discurso empreendedor, centrado no individualismo burguês.

Retomamos Pêcheux (2009, p. 161, grifo do autor), quando afirma que "todo sujeito-falante 'seleciona' no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase". Identifico aí também o que Guimarães (1995) considerou como "relações de referência instáveis", produzidas pelo cruzamento de diferentes posições-sujeito, uma vez que os processos discursivos conduzem à construção de modalidades de identificação, pela interpelação ideológica, constituindo "o sujeito do discurso, a partir de sua inscrição no simbólico e na história" (ZOPPI-FONTANA, 2017, p. 64). Nessa perspectiva, as relações entre os diferentes dizeres assumem contornos expressivos das posições-sujeito, o que permite inferir que os processos de identificação com uma dada FD têm base nas filiações ideológicas, razão pela qual é possível apontar os dizeres que os reproduzem. Nessa perspectiva, interessa considerar que "os lugares de enunciação, por presença ou ausência, configuram um modo de dizer (sua circulação, sua legitimidade, sua organização enunciativa) e são diretamente afetados pelos processos históricos de silenciamento" (ZOPPI-FONTANA, 2017, p. 66).

Cabe lembrar que, no dizer de Paveau (2010, p. 8, tradução nossa), a ideologia "é uma estrutura imaginária que existe não apenas na forma de conceitos, mas também na forma de atitudes, gestos, conduta, intenções, aspirações, recusas, permissões, proibições, etc." Por esta razão, "ser reconhecido e se reconhecer em relação ao funcionamento social e histórico das masculinidades e das feminilidades, em toda sua dimensão contraditória e equívoca, faz parte do processo de constituição do sujeito do discurso" (ZOPPI-FONTANA, 2017, p. 65).

Tais pressupostos, em sua arquitetura conceitual, tornam possível considerar, do ponto de vista do discurso, como o sujeito se constitui e como os sentidos são produzidos e circulam, buscando identificar daí os seus efeitos nas diversas práticas sociais. Nos processos de subjetivação, o imaginário comparece "como um conjunto de representações inconscientes, cuja existência está ligada à clivagem do sujeito. No eu lá gera a função da ignorância (do Outro, por Um); no relacionamento intersubjetivo gera projeção (de Um para o Outro). O imaginário implica em negação" (PAVEAU, 2010, p. 8, tradução nossa).

Desse modo, conforme Zoppi-Fontana (2017, p. 64), a contradição constitutiva dos processos de produção de sentido e do sujeito "tanto reforçam o imaginário social quanto irrompem como acontecimento, abrindo brechas sociais e discursivas para o deslocamento de sentidos e a emergência de novas modalidades de subjetivação", a exemplo das pessoas/mulheres desalentadas. Cabe considerar, no entanto, que "as posições-sujeito se constituem em um movimento contínuo de processos de identificação na história e na relação com os modos de individuação em relação à formação social e ao Estado" (Id. Ibid., p.65).

Zoppi-Fontana (2017, p. 66) afirma que "se é a posição-sujeito que determina o sentido dos enunciados a partir do funcionamento da memória discursiva, é na enunciação de um sujeito em determinadas condições de produção que esse dizer poderá ser reconhecido como legítimo relativamente a um determinado lugar enunciativo". A memória discursiva constitui então no intradiscurso a abertura para o atravessamento do discurso-outro, enquanto presença virtual na materialidade descritível da sequência, marcando, "do interior desta materialidade, a insistência do outro como lei do espaço social e da memória histórica, logo como o próprio princípio do real sócio-histórico" (PÊCHEUX, 2008, p. 55), abrindo possibilidade para interpretar.

Do Desalento às "desalentadas": processos de subjetivação em discurso

Guardadas as particularidades locais e regionais, o desalento é um fenômeno global e os processos de subjetivação que lhe são constitutivos materializam as determinações históricas, econômicas e ideológicas em presença. No caso da Grécia, por exemplo, país fortemente atingido pelos efeitos da crise econômica de 2008/2009, o desalento tem sido apontado como fator importante para a migração, sobretudo das pessoas mais jovens, conforme apontou uma pesquisa da Universidade de Patras, mostrando que 19,5% dos jovens de 15 a 29 anos não estavam trabalhando e nem realizando um programa de treinamento, o que representava uma desistência de procurar trabalho, sendo o problema particularmente grave nas idades de 25 a 29 anos. No período de 2006-2009, os jovens de 25 a 29 anos sem trabalho ou treinamento constituíam 25% do total dessa população na Grécia. Em 2013, atingiram 40%, começaram a declinar e, em 2018, atingiram 29,5%, apesar do encolhimento demográfico desse grupo populacional, que incluía 800.000 pessoas em 2006 e aproximadamente 560.000 em 2018, devido à fuga de cérebros (KARAISAKI, 2019).

Na América Latina também são identificadas relações entre o desalento e a desistência (não apenas de procurar trabalho), embora na busca realizada tenhamos identificado com certa frequência uma relação entre "mujeres desalentadas" e *sites* voltados para acompanhantes masculinos.

Pode-se, portanto, considerar que o substantivo masculino desalento é plurissemântico e que tem no trabalho seu referente para o deslocamento, a produção e a circulação dos sentidos que interessam a esta análise. No Dicionário on-line de Português (2020), o desalento é definido como "ausência de alento; condição da pessoa que expressa falta de alento; que demonstra desânimo; abatimento ou esmorecimento." Interessante observar que no referido dicionário (grifo do autor) são citados três exemplos de ocorrência da palavra desalento, todos extraídos do jornal Folha de S. Paulo, sem uma cronologia, apontando de início para a crise econômica iniciada nos Estados Unidos da América, como também fazendo referência ao cenário político de São Paulo, com o desalento de Luiza Erundina (2012), e a uma relação entre o desalento e o desempenho político do então presidente Barack Obama (2009):

> A ligeira redução, no entanto, a uma queda na taxa de participação na força de trabalho latino-americana, o que refletiria "em grande parte a um efeito de **desalento** frente às escassas oportunidades de trabalho no contexto da crise", diz o boletim. Folha de S. Paulo, 01/10/2009.
>
> Aliados relataram **desalento** seu com a política recentemente. Folha de S. Paulo, 17/06/2012.

> Não por coincidência, enquanto o desemprego e o **desalento** entre quem procura trabalho cresce, a popularidade do presidente Barack Obama já apresenta rachaduras. Folha de S. Paulo, 20/07/2009.

Em Francês, a expressão *découragement*, e em Inglês *discouragement*, põe por antinomia a coragem daqueles/as que procuram por emprego, das pessoas que trabalham, alinhando o que se contabiliza como força de trabalho disponível e ocupada, bem como desempregados/as e subocupados/as. Em Espanhol, por sua vez, é mantida a mesma escrita, *desalento*. Desse modo, buscamos identificar os sentidos de desalento em enunciados de diferentes idiomas: Espanhol, Inglês e Francês.

Pesquisa publicada em dezembro de 2019, pelo Instituto Nacional de Estatística e Censo (INEC) de Costa Rica, apontou que mais mulheres que homens estavam em idade laboral, porém 15 de cada 100 não encontravam trabalho. De acordo com uma funcionária do INEC, Pilar Ramos Vargas, entrevistada pela repostagem:

> 67% das mulheres desempregadas estão 'desalentadas' porque o mercado não lhes oferece trabalho. Vários deles argumentam que existe um 'efeito de discriminação com base em sua condição de gênero'. Outras razões mencionadas são a oferta de horários de trabalho que não lhes convêm e uma oferta de salário baixo 'que não compense os custos de participação'. (ZELEDÓN, 2019, p. 1, grifo da autora, tradução nossa).

Tem-se aí, com base no arquivo que orgnizamos em nossa pesquisa até o momento, a única ocorrência de "desalentadas" referindo-se às mulheres que *desistiram* de procurar trabalho. Buscando verificar uma noção ampliada de desalento, identificamos que o estudo da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), apresentado na Suiça em janeiro/2020 no documento *Gender-based violence and environment linkages: the violence of inequality*, evidenciou que a violência baseada no gênero (GBV)

> tem um impacto cíclico, impedindo as vítimas de exercer seus outros direitos econômicos e políticos (EU; ONU, 2018). As que experimentam GBV podem ser **desencorajadas** a se envolver em decisões com oportunidades de criação, liderança, educação e geração de renda – todas afetam diretamente o empoderamento econômico e põem em risco o progresso em direção à redução da pobreza (IACHR, 2016; UN Women Fiji, 2014). (CAMEY; SABATER; OWREN; WEN, 2020, p. 4-5, grifo nosso, tradução nossa).

Na França, um estudo do *Institut National de la Statistique et des études Économiques* (INSEE), realizado em 2017, relatou as desigualdades que ainda reinavam na prática do esporte amador.

> Segundo o Instituto, que se baseia em outros estudos ou pesquisas, os motivos mencionados podem ser múltiplos: 'cansaço', 'falta de tempo', 'dificuldades de transporte ou insatisfações relacionadas ao ambiente'. 'As meninas jovens também podem ser **desencorajadas** pela falta de vagas ou horários atraentes', observa INSEE. A falta de tempo também é um fator importante para as mulheres de 25 a 30 anos, 'o período da vida em que muitas vezes ingressam no mercado de trabalho e formam uma família'. 'De fato, **as mulheres continuam gastando, em média, mais tempo do que os homens nas tarefas domésticas e familiares**' (L'OBS, 2017, p. 1, grifo nosso, tradução nossa).

Nos três exemplos apresentados, observamos um funcionamento discursivo que faz relação do desalento com o modo de vida das mulheres, quer no espaço urbano da Costa Rica, quer em áreas de conflitos ambientais ou no contexto esportivo francês, cabendo destacar o sentido de desencorajamento, caso do Inglês e do Francês, conforme anteriormente apontado. Mesmo quando é incentivado o empreendedorismo, por exemplo, o trabalho doméstico continua sendo considerado indissociável da vida das mulheres.

Buscando responder a pergunta "porque as mulheres deixam de trabalhar?", do Instituto Voz de Mujer – ComunidadMujer, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Univerdsidade do Chile, uma pesquisa apontou que

> 30,8% das mulheres trabalhavam antes de ter filhos e não retornavam à sua fonte de emprego posterior a isso. Embora as causas sejam múltiplas, como as que não precisam voltar ao trabalho ou as mulheres que não tinham contrato de trabalho no momento da gravidez, há aquelas que trabalham independentemente e continuam a fazê-lo durante o período pré e pós-natal ou as mulheres decidem começar com um empreendimento. Hoje, é cada vez mais comum ver mulheres independentes e empreendedoras trabalhando em casa, sem descuidar do cuidado de seus filhos. [...] o que foi possível graças aos vários avanços tecnológicos e à modalidade cada vez mais aceita de trabalhar à distância, o que se traduz em um benefício tanto para o empregado quanto para o empregador **(JIMÉNEZ, 2017, p. 1, grifo nosso, tradução nossa).**

No contexto do atual governo argentino, por sua vez, o novo Ministério das Mulheres, Gêneros e Diversidade criou uma "equipe de cuidados" e prometeu maiores serviços disponíveis de cuidados de crianças e idosos para que esse trabalho não pago afete menos as mulheres, naquele país, onde 90% das mulheres realizam trabalho doméstico não remunerado (TOLEDO, 2020).

Considerando o recorte temporal apresentado no exemplo trazido pelo Dicionário on-line de Português, lembramos que a crise econômica de 2008/2009, iniciada no mercado imobiliário estadunidense, trouxe impactos em diversos países do mundo e, no Brasil, os seus efeitos foram, de certo modo, retardados em decorrência das medidas adotadas pelo governo Lula, então em seu segundo mandato, face à volatilidade do capital especulativo. Se em 20 de maio de 2008, o índice Ibovespa ultrapassou 73.000 pontos, atingindo o recorde da década, e no segundo semestre daquele ano apresentou uma queda de mais de 60%, fechando o mês de outubro abaixo de 29.500 pontos, sendo considerável também o aumento no preço do dólar. Dois anos depois, a crise atingiu a União Europeia, com impactos na desvalorização do euro e aumento das dívidas de alguns países, como Grécia, Portugal, Espanha e Itália, provocando desemprego em massa, aumento da inadimplência e ajustes fiscais severos.

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2009), setores como o de comércio apresentaram comportamento não característico de crise, com as principais empresas do segmento obtendo bons resultados no período. Todavia, o setor se recuperou no segundo semestre de 2009, com o auxílio de medidas governamentais, como: oferta de crédito intermediada por bancos públicos, isenções fiscais sobre materiais de construção, investimentos públicos em infraestrutura e programas de habitação popular, a exemplo do Programa Minha Casa, Minha Vida (DIEESE, 2010). No dizer de Reis (2016, p. 4) tais medidas compõem "o conjunto de ferramentas anticíclicas preconizadas pela teoria Keynesiana".

Conforme Ferrari (2019), "o contingente dos desocupados no Brasil no 1º trimestre de 2012 era de 7,6 milhões de pessoas, quando os pardos representavam 48,9%. No 4º trimestre de 2018, esse contingente subiu para 12,2 milhões de pessoas e a participação dos pardos passou a ser de 51,7%", demonstrando que o nível de desemprego era maior para quem se declarava preto ou pardo. Considerando o quarto trimestre de 2018, as mulheres representavam 52,4% da população em idade de trabalhar. No entanto, considerando o nível de ocupação, os homens representavam 64,3% da população ocupada, enquanto as mulheres representavam apenas 45,6%. Tendo em conta o mesmo período de 2019, o percentual de pessoas desempregadas correspondeu a 11%, com um percentual de homens desempregados de 9% e de 13,1% de mulheres (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018, 2019).

Dados da PNAD Contínua do último trimestre de 2019, divulgada em 14 de fevereiro de 2020, pelo IBGE, mostraram que a real queda dos índices de desemprego era decorrente do aumento recorde da informalidade no país. Além disso, é importante considerar também a queda na contribuição previdenciária de trabalhadores/as ocupados/as, alvo da reforma previdenciária recente (GALVANI, 2020). O período de novembro/19 a janeiro/20 apresentou aumento do desemprego, após três trimestres de declínio, que passou a 11,2%, correspondendo a 11,9 milhões de pessoas desempregadas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020).

Os dados acima apresentados, para além de contribuir com o dimensionamento da problemática em tela, recuperando sua dimensão histórica e econômica, são também importantes enquanto elementos de sustentação nos discursos relacionados ao mercado de trabalho no país, sendo retomados de forma recorrente nos processos argumentativos em diversas áreas do conhecimento e sob os distintos matizes teóricos. Tais dados são aqui tomados por pressuposto, com base em quatro matérias veiculadas pela mídia eletrônica em 2018/2019, de onde foi extraído o *corpus* de análise, considerando os termos de Courtine (2016, p. 20), para quem:

> A noção de condições de produção do discurso regula, em AD, a relação entre a materialidade linguística de uma sequência discursiva e as condições históricas que determinam sua produção; ela funda, assim, os procedimentos de constituição de corpus discursivos (conjunto de sequências discursivas dominadas por um determinado estado, suficientemente homogêneo e estável, das condições de produção do discurso).

Ao tratar sobre a dispersão sistemática das sequências discursivas, Courtine (2009) afirma que estas são organizadas em torno na sequência discursiva de referência (SDr). Um primeiro gesto de análise foi desenvolvido a partir dos enunciados que intitularam as reportagens, buscando recuperar dizeres que apontavam para um *discurso sobre* o desalento, considerando que os enunciados compõem no intradiscurso elementos de saber constitutivos na produção e circulação de determinados sentidos, conforme demonstramos na análise das quatro sequências discursivas (SD) a seguir:

SD1 - Anais da crise – Depois do desemprego vem o **desalento** – crise econômica converteu Salvador na capital brasileira dos **desalentados**, aqueles que se frustram com o insucesso e param de procurar trabalho. *UOL Piauí/Folha de S. Paulo, 17/07/2018*.

SD2 - Mulheres, nordestinos e população de baixa escolaridade são a cara do **desalento** do Brasil – no ano passado, 4,7 milhões de pessoas desistiram de procurar emprego no país. *G1 Economia, 19/02/2019*.

SD3 - **Desalentados**: 4,7 milhões se sentem sem esperança de emprego no Brasil – esse é o número de brasileiros que, de tanto batalharem para arranjar trabalho e não conseguirem, desistiram até de tentar. Para o IBGE, eles estão em situação de desalento. *Correio Braziliense, 18/03/2019*.

SD4 - Negras, jovens e pessoas com pouco estudo são a cara do **desalento** no país. *Diário de Pernambuco/ Notícia de Economia, 23/09/2019*.

Considerando as formas de designação apresentadas nos títulos das reportagens, observamos a repetição do substantivo desalento, em SD1, SD2 e SD4 e em SD1 e SD3, a adjetivação no masculino plural. Por sua vez, a expressão metafórica "a cara do desalento" que comparece em SD2 (19/02/2019) se repete em SD4 (23/09/2019), cabendo notar que a primeira é seguida da preposição de (do Brasil) e na segunda da preposição em (no país).

O processo de adjetivação vai se dá em referência a um sujeito que precisa ser nomeado, razão pela qual temos considerado a designação "desalentado/a" como efeito de sentido. Todavia, a constituição dessa posição-sujeito no discurso do desemprego requisita uma caracterização homogeneizada de forma singular na "cara do desalento", cabendo lembrar que não foi identificada a expressão "face do desalento", o que implicaria considerar também a sua contra face, a exemplo da relação constitutiva verso/avesso, conforme apontado por Amaral (2007), ao tratar do "avesso do discurso". O uso do substantivo cara soa mais informal/coloquial, diríamos mais popular, que face, palavra mais suavizada.

Para dar forma e expressão à "cara do desalento" são descritas as características que possibilitam a sua representação: "Mulheres, nordestinos e população de baixa escolaridade" (SD2) e "Negras, jovens e pessoas com pouco estudo" (SD4). Interessante verificar a relação de paráfrase entre os dois títulos, considerando o intervalo de sete meses entre as reportagens, mas ao mesmo tempo identificar na repetição substituições e deslocamentos:

a) Mulheres, nordestinos e população de baixa escolaridade (SD2)
b) Negras, jovens e pessoas com pouco estudo (SD4)

Em SD2, chamamos a atenção para a relação entre gênero, região geográfica e escolaridade, pressupondo a pergunta "quem são as pessoas desalentadas no/do Brasil?" talvez com mais coerência do que a pergunta "qual é a cara do desalento no/do Brasil?". Por sua vez, em SD4, a primeira categoria se refere à raça e na resposta (considerando as mesmas perguntas) há um atravessamento do gênero, uma vez que não comparece "mulheres negras". A segunda categoria põe em perspectiva a questão geracional e aponta para as pessoas jovens. Um gesto interpretativo possibilita verificar que há também um funcionamento que aponta para um efeito que decorre da pressuposição de que os adjetivos se referem aos substantivos população e pessoas, daí teríamos:

a) Mulheres, nordestinos e [população] de baixa escolaridade (SD2)
b) Negras, jovens e [pessoas] com pouco estudo (SD4)

A "cara do desalento" do/no Brasil/país, então, seria composta por: mulheres, nordestinos e baixa escolaridade; negras, jovens e com pouco estudo. Trata-se, desse modo, de considerar que, embora o desalento ocorra em todo o país, suas expressões precisam ser observadas tendo em conta uma abordagem de gênero, raça, idade, região e escolaridade. Não se trata aqui de estabelecer uma escala valorativa entre as categorias citadas, mas de ter em conta uma relação constitutiva entre elas e entre outras categorias também possíveis de ser relacionadas, como profissão, por exemplo. Não menos importante é observar que as expressões "desalento do Brasil" e "desalento no país", para além da aparente escolha lexical, algo da ordem do Esquecimento 2, como se algo só pudesse ser dito de forma X, ou que esta seria a melhor forma de dizer (PÊCHEUX, 2009), contribui para localizar o fenômeno "no país" e, ao mesmo tempo, particularizar o desalento "do Brasil", problemática que se agudiza e se intensifica em razão da condição econômica e política recente, como também enquanto expressão da "questão social" que o Brasil precisa enfrentar.

De acordo com Paulo Netto (2004), a "questão social" eclode de forma latente com o processo de industrialização, ancorada nas relações antagônicas entre capital e trabalho no interior do processo produtivo, a partir do surgimento do modo de produção capitalista. No dizer de Iamamoto (2012, p. 147):

> as mais importantes manifestações das expressões da questão social são: o retrocesso no emprego, a distribuição regressiva de renda e a ampliação da pobreza, acentuando as desigualdades nos estratos socioeconômicos, de gênero e localização geográfica urbana e rural, além de queda nos níveis educacionais dos jovens [...] cresceu a disparidade entre o rendimento de 40% das famílias mais pobres e o rendimento das 10% famílias mais ricas.

Desse modo, nosso interesse reside em observar como as práticas de linguagem/de discurso materializam na língua as transformações sociais, em suas contradições econômicas, históricas e ideológicas. Assume relevo, no entanto, não somente os dizeres que daí decorrem, mas também o que não pode ou não deve ser dito, uma vez que "[...] há uma dimensão do silêncio que remete ao caráter de incompletude da linguagem: todo dizer é uma relação fundamental com o não dizer" (ORLANDI, 1992, p. 12). Para Ducrot (1987), daí decorrem outros não-ditos, mas subentendidos, indicados pela força argumentativa do enunciado e pelas marcas linguísticas, considerando que toda língua possui, em sua gramática, mecanismos que permitem indicar a orientação argumentativa dos enunciados. Na AD, o implícito, que é aprendido por inferências, atravessa as palavras e as imagens, deixando sempre em aberto possibilidades para outras leituras. Não há um desfecho, porque o discurso, explícito ou implícito, "[...] não se dá como algo já discernido e posto", por isso o analista "[...] desfaz o produto enquanto tal para fazer aparecer o processo". (ORLANDI, 2005, p. 66). Nesta perspectiva, "o implícito é o não-dito que se define em relação ao dizer" (ORLANDI, 2002, p. 106).

Avancemos na análise para observar as relações constitutivas entre dizer e não dizer e seu funcionamento em se tratando de um dizer sobre o desalento e um dizer sobre as desalentadas, notadamente fazendo distinção com um discurso sobre, entendido como constitutivamente polifônico, enquanto "um lugar importante para organizar as diferentes vozes do discurso de" (ORLANDI, 1990, p. 37), organizando, disciplinando a memória, reduzindo-a. Em se tratando desta análise, o espaço midiático/jornalístico, ancorado em dados decorrentes de pesquisas de instituições oficiais, assume a credibilidade requisitada para poder falar sobre o desalento. Por esta razão, fazemos uma distinção entre os dizeres enunciados pelos jornalistas sobre o desalento/pessoas desalentadas e o que as mulheres consideradas como desalentadas enunciaram. "Parece-nos, nessas condições, que se pode caracterizar a forma-sujeito como realizando a incorporação-simulação dos elementos do interdiscurso: a unidade (imaginária) do sujeito, sua identidade presente-passado-futura encontra aqui um de seus fundamentos" (PÊCHEUX, 2009, p. 154-155).

Com base nesta observação, analisamos as SD a seguir, formuladas a partir do que foi atribuído textualmente às mulheres entrevistadas nas reportagens, considerando as marcas linguísticas de aspas duplas e de expressões como "disse", "contou", "diz", e "afirma".

> SD5 - A gente procura, procura e nunca tem resultado, só o desânimo de não conseguir. Prefiro ajudar 'mainha' em casa e estudar mais até mudar essa situação de desemprego no país", disse. Em 2017, parei de procurar. Dá muito desânimo procurar tanto tempo e não achar nada – Alane Nascimento, 23 anos - *UOL Piauí/Folha de S. Paulo, 17/07/2018*.

A pouco nos referimos a um corpo que circula por espaços virtuais ou não a procura de trabalho. Mas são muitos corpos, são milhões, são pessoas que por um longo tempo insistem em romper a barreira imposta pelo desemprego. A busca aparentemente incessante esbarra no inesperado, pois o que se espera de quem procura algo é que o encontre. E o que dizer então de quem procura, procura... Na nomeação de um sujeito que procura, verificamos uma ampliação de um "eu" para um "a gente", que, simultaneamente, põe a possibilidade de inclusão do/a interlocutor/a, mas deste/a se distancia para se juntar às milhões de pessoas que percorrem esta avenida. Face à frustação do nada encontrar, resta "o desânimo de não conseguir".

> SD6 - Só consigo sobreviver porque recebo Bolsa Família e pela ajuda de outras pessoas. Dá para fazer pouca coisa (com o dinheiro), mas já é alguma coisa. [...] Quando trabalhava em casa de famílias, conseguia ganhar até um salário mínimo. – Maria do Carmo, 29 anos - *G1 Economia, 19/02/2019*.

Todavia, mesmo que momentaneamente não tenha sobrado forças para continuar a procura, é preciso sobreviver e, muitas vezes, quem procura tem uma família dependente. A SD6, conforme o enunciado apresentado na reportagem, permite pensar sobre as condições de vida de migrantes nordestinos e de outras regiões do país, para os

grandes centros urbanos, movidos pela esperança de uma vida melhor. Ao não conseguir trabalho e sem condição de voltar para as regiões de origem, o que resta são as atividades informais, a assistência governamental, numa luta diária pela sobrevivência ("Só consigo sobreviver porque recebo Bolsa Família e pela ajuda de outras pessoas").

Atravessadas pelo conformismo imposto pelas contradições sociais, assume condição permanente "fazer pouca coisa", "já é alguma coisa", "conseguia ganhar até um salário mínimo", em que ganhar assume um efeito de premiação pelo grande esforço desprendido em prol do mínimo retorno (mas já é alguma coisa). Nessa formulação, "fazer pouca coisa (com o dinheiro)" e "já é alguma coisa" são atravessadas pela adversativa que aponta para a contradição de um dizer no qual com pouco dinheiro não se faz (quase) nada. Certo saudosismo do "quando trabalhava em casa de família" traduz no trabalho doméstico a esperança da mulher migrante, nordestina, com pouca escolaridade, engolida pelos contrates da megalópole, moradora da favela (Paraisópolis) da zona sul.

> SD7 - Comecei a trabalhar cedo, numa empresa de fardamentos, e parei para fazer a faculdade. Cheguei a fazer pesquisa na universidade e, quando concluí, fui parar numa empresa de telemarketing, de onde fui demitida. [...]. Tentei muito voltar ao mercado, mas como não apareceram oportunidades, um ano depois, conversei com meus pais e eles apoiaram minha decisão de estudar para fazer um concurso público. Era tudo muito frustrante, porque eu me cadastrava em sites, ia a entrevistas, mas nada aparecia. O campo de trabalho para uma bacharela em história é basicamente pesquisa e isso era ainda mais complicado. Em maio de 2018 conversei com meus pais e eles toparam me ajudar. Não sei até quando vou ficar assim, vai depender muito do andar das coisas. Seja financeiramente, em casa, ou mesmo da situação do país. – Fernanda Rocha da Costa, 25 anos - *G1 Economia, 19/02/2019*.

Começar trabalhando cedo e fazer faculdade parecem ser elementos importantes na construção de um futuro promissor. Todavia, as determinações impostas pelo mercado de trabalho pode ter um trajeto distinto e seu fundamento é orientando pelo movimento de expansão e acumulação do capital. Por esta razão, os filhos e as filhas da classe trabalhadora, para além dos esforços individuais e familiares, mesmo ascendendo na escolaridade ainda encontram diversos obstáculos para se inserir e se manter no mercado de trabalho, sobretudo em algumas áreas de atuação profissional. É nesse momento que os sonhos de um futuro promissor são abalados e é preciso se reinventar diante da frustração, após um período de insistência. "Era tudo muito frustrante, porque eu me cadastrava em sites, ia a entrevistas, mas nada aparecia". A referência ao passado, no entanto, traz também uma possibilidade de considerar um momento de reinvenção do sujeito diante das adversidades daí decorrentes. A frustração funciona como resultado do insucesso na procura por trabalho, mas ao mesmo tempo pode ser um ingrediente para uma "tomada de posição", em outra direção.

> SD8 - Vamos supor que esse governo dê certo e que as vagas comecem a abrir, mesmo assim, a solução não virá de forma imediata. Daqui a quatro anos, o mercado passaria a precisar de trabalhadores. [...] Foi o que aconteceu em 2002. Com emprego pleno, a pessoa é arrancada de casa e é inserida. [...] Esse é um fenômeno que sempre irá nos atingir enquanto seres humanos. Teremos décadas boas e outras nem tanto. Existem eventos incontroláveis, como guerras e crises econômicas. Haja vista a situação da Venezuela, que tem muitas pessoas desempregadas e não há o que se possa fazer. A questão é como lidamos com as crises que atravessamos. A primeira coisa é não deixar a esperança morrer. – Valéria Alves de Moraes, 38 anos - *Correio Braziliense, 18/03/2019*.

É importante observar que, nesse momento, o acesso à formação contribui para um entendimento que se amplia da condição individual e permite considerar a influência de fatores econômicos e políticos aí imbricados. Para além da ingênua suposição quanto ao atual (des)governo, há um dizer que retoma no processo histórico recente alguns elementos importantes para considerar a condição do desalento na atualidade, conforme anteriormente recuperamos, com base em pesquisas do DIEESE, do IBGE, etc. Não menos importante, e guardadas as devidas distinções, a menção à Venezuela, com todo o atravessamento midiático, aponta para algo que tem impacto importante na América Latina, o avanço da ofensiva neoliberal sobre o trabalho e o refuncionamento do Estado (GUILBERT, 2011). Assumem maior fôlego dizeres alinhados a um funcionamento discursivo no qual governo, pleno emprego, guerras, crises econômicas, Venezuela, pessoas desempregadas compõem as contradições da cena política contemporânea.

> SD9 - Desisti há três anos, porque não consegui uma recolocação com salário equivalente. A crise política e financeira já estava acontecendo. [...] Resolvi empreender. Em 2017, criei uma loja de bijuterias virtual, passei a vender para vários estados. Hoje também atuo como personal organizer. Sou multifuncional, eu me viro para me manter financeiramente. – Mariana Ramonne, 36 anos - *Correio Braziliense, 18/03/2019*.

A frustração por não conseguir trabalho pode levar a desistência e chama atenção o caráter individual dessa decisão na enunciação (desisti, não consegui), ingrediente indispensável ao atravessamento do discurso empreendedor, centrado no individualismo burguês. Em decorrência, os mecanismos de enfrentamento foram orientados para o que apontou o Correio Braziliense, "[...] é o caso de pessoas desempregadas, que encontram no empreendedorismo uma forma de conseguir rendimentos". Desse modo, um dizer de si vai se constituindo num discurso de superação – resolvi empreender, criei uma linha de bijuterias, passei a vender em vários estados, atuo como *personal organizer*, sou multifuncional, eu me viro.

Dentre milhões de pessoas desalentadas do país, especialmente as mulheres que são a maioria, a associação de discurso empreender atravessando um dizer sobre o desalento consiste numa estratégia do capital, a despeito do grande contingente de mulheres que empreenderam, mas que não obtiveram sucesso, algo pouco evidenciado em reportagens de grande circulação. A dificuldade de financiamento bancário e as amarras contratuais para a legalização de um negócio próprio leva boa parte das pessoas que "desejam" empreender para a informalidade, uma das razões para o aumento exponencial desse contingente no país, conforme anteriormente demonstrado. Nos dois casos, entretanto, tem-se o funcionamento da ilusão de um sujeito plenamente consciente, apagando em sua subjetivação os efeitos do inconsciente, da ideologia e da história.

> SD10 - Precisaria de um emprego que me desse estabilidade, que não me desgastasse tanto e no qual eu ganhasse mais, porque não posso deixar de lado a minha avó. Mesmo meu pai tendo se aposentado neste ano, ele ainda faz alguns bicos e alguém precisa ficar com ela durante o dia. Assim, não compensa eu ter um trabalho que paga pouco, porque teríamos que pagar alguém para cuidar da minha avó durante o dia. E, por enquanto, não temos como pagar. – Marina Bezerra Fernandes, 25 anos - *Diário de Pernambuco/Notícia de Economia, 23/09/2019*.

Ao exemplo do que apontamos na SD6, em referência ao trabalho doméstico, recuperamos agora uma das dimensões mais importantes da produção e reprodução da vida e da força de trabalho. Trata-se do cuidado. Assumindo outras expressões que materializam um caráter religioso e negam a sua condição de trabalho, como ajuda, por exemplo, consideramos que no espaço doméstico o trabalho de cuidado assume maior relevo. A SD10 traz duas faces desse trabalho: por um lado, trabalho não pago, feito pela neta que abriu mão de trabalhar fora por não ter encontrado "um emprego que me desse estabilidade, que não me desgastasse tanto e no qual eu ganhasse mais", uma vez que para trabalhar fora do espaço doméstico precisaria "deixar de lado" a avó, de 96 anos; por outro lado, ao sair para trabalhar fora, teria de "pagar alguém para cuidar", ou seja, a remuneração pelo cuidado enquanto trabalho. A decisão se baseou na relação custo-benefício, uma relação tipicamente mercantil, que justificou a sua permanência em casa, trabalhando sem remuneração, cumprindo uma responsabilidade atribuída geralmente às mulheres, cabendo lembrar, por exemplo, que o pai aposentado saía para fazer bico e a entrevistada ficava em casa. Algo também presente em SD5, ao dizer "prefiro ajudar 'mainha'", reproduzindo os aspectos culturais e ideológicas da perpetuação do cuidado no trabalho doméstico, sob o simulacro da ajuda, e naturalizado como de natureza feminina.

Chama a atenção, no entanto, um efeito de esperança, que insiste em permanecer no horizonte, embora as condições objetivas não sejam favoráveis. A referência ao país é recorrente em alguns enunciados, o que põe em perspectiva uma relação de dependência entre uma tomada de posição do sujeito e a realidade posta, como observado em SD7, "não sei até quando vou ficar assim, vai depender muito do andar das coisas. Seja financeiramente, em casa, ou mesmo da situação do país". E em SD5: "Prefiro ajudar 'mainha' em casa e estudar mais até mudar essa situação de desemprego no país".

Considerações finais

A presente análise refletiu sobre os processos de subjetivação que se materializam em dizeres sobre mulheres designadas como desalentadas. Nas SDs analisadas não foi identificado um dizer de si "desalentada", embora tenham sido identificados termos como "frustração" e "desânimo", enquanto elementos de saber que funcionam por paráfrase no discurso sobre o desalento.

Consideramos que a designação "desalentadas" é constitutiva no discurso sobre, comparecendo como efeito de conclusão, sendo a sua subjetivação constitutiva enquanto contraidentificação na formação discursiva do desemprego. Há um caráter momentâneo implícito no discurso sobre e nos dizeres das mulheres consideradas como desalentadas, com maior expressão no componente individual e influência do discurso do empreendedorismo e do discurso religioso, funcionando enquanto interdiscursos, que produzem efeito de esperança, embora com uma relação de dependência do processo histórico em curso. Observamos que a

temporalidade retoma um passado, numa memória positiva de emprego e de melhores condições de vida, silenciando as transições no tempo presente, e projetando para o futuro uma esperança de dias melhores, que joga com as incertezas da instabilidade política e econômica do país. O apelo à individualidade aponta um vazio que vem sendo preenchido pelo discurso neoliberal, enquanto exclui a perspectiva da organização social e política das mulheres na construção de alternativas às imposições em presença.

É nosso interesse investigar os processos discursivos materializados em documentos oficiais, que parecem silenciar ou apagar o desalento no discurso documental. Não menos importante é analisar o desalento no discurso sindical e sua relação com o trabalho do cuidado.

Para suavizar a conclusão deste trabalho, recorremos à Clarice Lispector:

> Você reclama contra o meu desalento. Tem razão, F., sou um pouco desalentada, preciso demais dos outros para me animar. Meu desalento é igual ao que sentem milhares de pessoas. Basta, porém, receber um telefonema ou lidar com alguém que gosto e minha esperança renasce, e fico forte de novo. Você na certa deve ter me conhecido num momento em que eu estava cheia de esperança. Sabe como eu sei? Porque você diz que sou linda. Ora, não sou linda. Mas quando estou cheia de esperança, então de minha pessoa se irradia algo que talvez se possa chamar de beleza [...] a hora de rir há de chegar, F.
> Clarice Lispector

Referências

AMARAL, M. V. B. *O avesso do discurso*: análise de práticas discursivas no campo do trabalho. Maceió: Edufal, 2007.

CAMEY, I. C.; SABATER, L.; OWREN, C.; WEN, A. E. B. J. (ed.) *Gender-based violence and environment linkages:* the violence of inequality. Gland, Switzerland: IUCN, 2020.

COURTINE, J-J. *Análise do discurso político*. O discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

COURTINE, J-J. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. *Policromias*, ano 1, p. 14-35, jun. 2016.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). ***O emprego no setor do comércio e a crise internacional***. Nota Técnica n. 84, ago. 2009. Disponível em: http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec84ComercioCrise.pdf. Acesso em: 11 jan. 2020.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Apesar da crise, construção civil teve desempenho positivo em 2009**. *Boletim trabalho e Construção*, n. 3, fev. 2010. Disponível em: http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec84ComercioCrise.pdf. Acesso em: 11 jan. 2020.

DICIONÁRIO ON-LINE DE PORTUGUÊS. *Desalento*. Disponível em: https://www.dicio.com.br/desalento/. Acesso em: 11 jan. 2020.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes Editores, 1987.

FERRARI, H. *Mulheres têm nível de ocupação menor que homens no Brasil, diz IBGE*. Correio Braziliense/Economia, 22 fev. 2019. Não paginado. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/02/22/internas_economia,739211/mulheres-tem-nivel-de-ocupacao-menor-que-homens-no-brasil-diz-ibge.shtml. Acesso em: 14 fev. 2020.

FOLHAPRESS. *Negras, jovens e pessoas com pouco estudo são a cara do desalento no país*. Notícia de Economia. Diário de Pernambuco. 23 set. 2019. Disponível em: https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/economia/2019/09/negras-jovens-e-pessoas-com-pouco-estudo-sao-a-cara-do-desalento-no-p.html. Acesso em: 11 jan. 2020.

GALVANI, G. Aumento da informalidade sustenta queda do desemprego, diz IBGE. In: Carta Capital, 14 de fevereiro de 2020. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/sociedade/aumento-da-informalidade-sustenta-queda-do-desemprego-diz-ibge/. Acesso em 22 fev. 2020.

GERBELLI, L. G.; ALVES, P. Mulheres nordestinos e população de baixa escolaridade são a cara do desalento do Brasil. 19 fev. 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/02/19/mulheres-nordestinos-e-populacao-de-baixa-escolaridade-sao-a-cara-do-desalento-do-brasil.ghtml. Acesso em: 11 jan. 2020.

GUILBERT, T. *L'"évidence" du discours neoliberal*: analyse dans la presse écrite. Broissieux: Éditions du Croquant, 2011.

GUIMARÃES, E. R. J. *Os limites dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 1995.

IAMAMOTO, M. *O Serviço Social em tempo de capital fetiche*: capital financeiro, trabalho e questão social. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Indicadores mensais produzidos com informações do 4º Trimestre 2019, 14 fev. 2020. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2020/02/pnad-continua-4t2019.pdf. Acesso em: 22 fev. 2020.

INDURSKY, F. *A fragmentação do sujeito em análise do discurso*. *In*: INDURSKY, F.; CAMPOS, M. C. (org.). Discurso, memória, identidade. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

JIMÉNEZ, J. I. Por qué dejan de trabajar las mujeres? El 31% sale para siempre del mundo laboral luego de ser madre. *Capital Humano*, 21 sep. 2017. Disponível em: https://capitalhumano.emol.com/7952/dejan-trabajar-las-mujeres-31-sale-siempre-del-mundo-laboral-luego-madre/. Acesso em: 11 jan. 2020.
KARAISAKI, T. *ÅãêëùâéóìÝíïé óôçí áíåñãßá ïé íÝïé*. University of Patras, dez. 2019. Disponível em: https://www.kathimerini.gr/1058060/article/epikairothta/ellada/egklwvismenoi-sthn-anergia-oi-neoi. Acesso em: 11 jan. 2020.
LIMA, A.; TALLMANN, H.; LOSCHI, M. et al. O desalento das pessoas que desistiram de procurar trabalho. Revista Retratos, IBGE. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21318-o-desalento-das-pessoas-que-desistiram-de-procurar-trabalho. Acesso em: 11 jan. 2020.
LONG, C. D. Impact of effective demand on the labor supply. *The American Economic Review*, 1953. p. 458-467. Disponível em: www.jstor.org/stable/1831509. Acesso: 2 mar. 2019.
L'OBS. *Inégalités dans le sport*: gym pour les filles, foot et compétition pour les garçons. 24 nov. 2017. Disponível em: https://www.nouvelobs.com/societe/20171124.OBS7773/inegalites-dans-le-sport-gym-pour-les-filles-foot-et-competition-pour-les-garcons.html. Acesso em: 11 jan. 2020.
MARTINS, T. *Desalentados*: 4,7 milhões de sentem sem esperança de emprego no Brasil. 18 mar. 2019. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/trabalho-e-formacao/2019/03/18/interna-trabalhoeformacao-2019,743537/numero-de-desalentados-no-brasil-passa-de-4-7-milhoes.shtml. Acesso em: 11 jan. 2020.
ORLANDI, E. P. *Análise do discurso*: princípios e procedimentos. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.
ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio*: no movimento de sentidos. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.
ORLANDI, E. P. *Discurso e Texto*: formulação e circulação dos sentidos. 1. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.
ORLANDI, E. P. *Língua e conhecimento linguístico*. São Paulo: Cortez, 2002.
ORLANDI, E. P. Terra à Vista: Discurso do Confronto, Velho e Novo Mundo. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 1990.
PAULO NETTO, J. Cinco notas a propósito da "Questão Social". *Revista Temporalis*, Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), n. 3, ano II, 2004.
PAVEAU, M.-A. Norme, idéologie, imaginaire. Les rituels de l'interpellation dans la perspective d'une philosophie du discours. *Corela* [En ligne], HS-8 | 2010, mis en ligne le 23 novembre 2010, consulté le 20 abr. 2019. Disponível em: http://journals.openedition.org/corela/1797. Acesso em: 11 jan. 2020.
PÊCHEUX, M. *O Discurso*: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni P. Orlandi. 5. ed. Campinas/SP: Pontes Editores, 2008.
PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Puccinelli Orlandi *et al*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.
PERUCHETTI, P.; RACHTER, L. *Quem são os desalentados no Brasil?* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 24 set. 2019. Disponível em: https://blogdoibre.fgv.br/posts/quem-sao-os-desalentados-no-brasil. Acesso em: 11 jan. 2020.
REIS, J.B.M. A Nova Matriz Econômica e a recessão do governo Dilma Rousseff: erros e consequências sobre o nível de atividade econômica. In. *VIII Congreso de Relaciones Internacionales*. 23, 24 y 25 de noviembre de 2016, Argentina. Disponível em: https://docplayer.com.br/35802553-O-brasil-durante-o-governo-lula.html. Acesso em: 11 jan.2020.
TOLEDO, C. "No es amor, es trabajo no pago": qué hará el nuevo ministério de las mujeres para compensar el trabajo em casa por el que nadie paga. 23 ene. 2020. Disponível em: masternwes.com.ar/index.php. Acesso em: 10 fev. 2020.
UCHÔA, V. *Depois do desemprego vem o desalento*. UOL Folha de S. Paulo/Piauí. 17 jul. 2018. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/depois-do-desemprego-vem-o-desalento/. Acesso em: 11 jan. 2020.
ZELEDÓN, N. D. *Más mujeres que hombres están em edad laboral, pero 15 de cada 100 no encuentran empleo*. Dic. 2019. Disponível em: https://semanariouniversidad.com/pais/mas-mujeres-que-hombres-estan-en-edad-laboral-pero-15-de-cada-100-no-encuentran-empleo/. Acesso em: 11 jan. 2020.
ZOPPI-FONTANA, M. G. "Lugar de fala": enunciação, subjetivação, resistência. *Conexão Letras*, v. 12, n. 18, p. 63-71, 2017.

Sóstenes Ericson
sericson1@hotmail.com
Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Professor do Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

UFAL
Campus A. C. Simões. Av. Lourival Melo Mota, S/N, Tabuleiro do Martins
Maceió – AL – Brasil
CEP: 57072-970

Agradecimentos
Não se aplica.

Agência financiadora
Não se aplica.

Contribuições das autoras
Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica.

Consentimento para publicação
Consentimento do autor.

Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.

 DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p720

ADAPTAÇÃO DE PALESTRA

Notas sobre a complexidade do neoconservadorismo e seu impacto nas políticas sociais

Guilherme Silva de Almeida[1]
https://orcid.org/0000-0001-7355-6606

[1] Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Notas sobre a complexidade do neoconservadorismo e seu impacto nas políticas sociais
Resumo: É impossível discutir neoconservadorismo sem destacar a importância dele no atual contexto econômico-político e cultural brasileiro. Cabe afirmar que a intensidade e o ritmo das manifestações neoconservadoras implicam ainda mais os/as assistentes sociais na tarefa de análise, de posicionamento crítico e de intervenção nas relações sociais. O esforço de pensá-las precisa ser sempre plural e complexo. O neoconservadorismo relaciona-se profundamente com o neoliberalismo e com a necessidade da construção de uma moralidade conservadora no atual momento do capitalismo. São múltiplas as incidências que operam na construção dessa moralidade conservadora e de um "novo homem" docilizado. Na especificidade brasileira, a chegada ao poder da extrema direita é analisada como expressão do neoconservadorismo e de suas manifestações simultâneas nas relações de gênero, étnico-raciais e no campo dos direitos sexuais e de sua busca por hegemonia. Compreendê-la é condição *sine qua non* para superar análises economicistas da cena brasileira contemporânea.
Palavras-chave: Neoconservadorismo. Neoliberalismo. Hegemonia.

Notes on the complexity of neoconservatism and its impact on social policies
Abstract: It is impossible to discuss neoconservatism without highlighting its importance in the current Brazilian economic, political and cultural context. It is worth stating that the intensity and pace of neoconservative manifestations further involve social workers in the task of analysis, critical positioning and intervention in social relations. The effort to think about them must always be plural and complex. Neoconservatism is deeply related to neoliberalism and the need to build a conservative morality in the present moment of capitalism. There are multiple incidents that operate in the construction of this conservative morality and of a docile "new man". In Brazilian specificity, the rise to power of the extreme right is analyzed as an expression of neoconservatism and its simultaneous manifestations in gender, ethnic-racial relations and in the field of sexual rights and its search for hegemony. Understanding it is a sine qua non condition to overcome economic analysis of the contemporary Brazilian scene.
Keywords: Neoconservatism. Neoliberalism. Hegemony.

Recebido em 10.06.2020. Aprovado em 20.06.2020. Revisado em 10.07.2020.

© O(s) Autor(es). 2020 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Penso que não é possível começar esta discussão sem destacar a importância dela no atual contexto econômico-político e cultural brasileiro. O contexto em que vivemos é completamente atravessado por diferentes manifestações de neoconservadorismo[1]. E, cabe, prioritariamente, afirmar que a intensidade e o ritmo dessas manifestações neoconservadoras também impõem limites para nós, assistentes sociais, na tarefa imprescindível de análise e de posicionamento crítico diante das relações sociais. Por isso, o esforço de pensá-las no interior da categoria deve ser sempre plural e complexo, prescindindo de visões unilaterais e/ou simplificadoras, bem como da reprodução acrítica de chavões.

É indispensável relembrar que o contexto brasileiro neoconservador é parte de um contexto muito mais amplo de crise capitalista e de estratégias extremadas de manutenção da hegemonia do capital fetiche transnacional[2]. Há também a necessidade de considerar as particularidades latino-americanas constituídas pelas determinações históricas que incidiram e incidem na formação social dele. Em especial, cabe considerar os efeitos do colonialismo[3] e do extermínio e escravização dos povos tradicionais e dos povos africanos e de sua diáspora.

Sustentando parte deste caminho reflexivo, a pesquisadora e ativista feminista, Sonia Corrêa, ao analisar as eleições brasileiras de 2018, afirmou:

> O problema não é Bolsonaro. O problema somos "nós", a sociedade como efeitos das camadas profundas e entrincheiradas de racismo, classismo, heteropatriarcalismo e autoritarismo (em espanhol) agora ativadas e convertidas em retórica e em ação que não são só visíveis, mas, muitas vezes, virulentas (CORRÊA, 2019).

Além disso, o conservadorismo entre nós tem resistido mesmo em períodos de democratização e ascensão da esquerda, como descreveu Ferreira (2016), assistente social atuante no campo das relações de gênero e sexualidade:

> Particularmente na América Latina, que viveu um processo recentíssimo de democratização materializado na passagem de sistemas políticos autoritários para aqueles democraticamente eleitos (AZEVEDO, 2005), o conservadorismo aparece através da noção de uma "nova guinada à direita". No entanto, os países latinos que experimentaram períodos de ditadura – e que tiveram depois governos "mais à esquerda" – não viveram a transição efetiva desses períodos de exceção e mesmo com a ascensão de partidos vinculados à tradição de esquerda, não houve uma reformulação das instituições e do modo como se relacionam as figuras políticas com o povo: a polícia manteve a matança aos pobres como padrão, o autoritarismo de quem detêm cargos políticos triunfou sobre o povo, a "nova classe média" integrada pelo consumo se identifica com os que estão acima dela e a última década demonstrou um supercrescimento da população carcerária especialmente no Brasil (FERREIRA, 2016, p. 168).

É por isso mesmo que se prefere aqui o uso do termo *neoconservadorismo* e não simplesmente conservadorismo. Parte-se do reconhecimento de que os elementos constitutivos de um projeto societário[4] conservador são indissociáveis da historiografia crítica brasileira e não constituem, portanto, *em si* um elemento novo. Eles não são um elemento novo porque o Brasil se constituiu sobre patamares de profunda desigualdade social: entre capital e trabalho e, também, entre homens, mulheres e entre os/as que foram historicamente dissidentes do binarismo de gênero, entre pessoas brancas de origem europeia (ou entendidas como tais) e pessoas e povos de ascendência africana e/ou pré-colombiana. Em outras palavras, "o conservadorismo é, e sempre será, alimento imprescindível da reprodução do capital, e por isso nunca sai de cena. Ou seja, é um alimento central para conservar a sociedade capitalista e sempre estará a seu dispor" (BOSCHETTI, 2015, p. 639).

Se é assim, o que justifica o emprego do prefixo *neo*? Ele está relacionado à necessidade de distinguir os elementos novos que constituem este fenômeno. Estes elementos novos precisam ser observados atualmente na ascensão com total desfaçatez da ultradireita em vários países e, em especial, no Brasil. Tal ascensão aponta para singularidades do nosso momento histórico e dos nossos desafios.

Por seus componentes histórico-estruturais e pelos recentes, precisa ser sempre lembrada a história de resistência e luta contra este conservadorismo, nos mais diferentes ângulos das relações sociais em que ele se apresenta.

Corrêa (2019), ao analisar o pano de fundo para as eleições de 2018, identificou tendências estruturais que incidiram sobre elas: os padrões de desigualdade e violência estrutural que permaneceram sem solução após três décadas de consolidação democrática; o uso político da frustração das camadas médias com a muito enraizada cultura de corrupção política; as taxas de crescimento econômico do País baixas e não sustentáveis desde os anos 1980 e, mais especialmente, a recessão pós-2014, acentuada em 2016, que devastou o emprego e a renda dos setores mais pobres e, mais especialmente, tal como discutido por Lavinas e Gonçalves (2018) impulsionou o deslocamento das classes médias para a direita.

Corrêa (2019) também destacou o longo curso de crescimento e sedimentação do dogmatismo moral religioso (particularmente, mas não exclusivamente) em sua expressão neopentecostal, uma vez que a restauração conservadora católica, após os anos de 1980, afetou profundamente a igreja e o fiéis brasileiros.

Vasconcelos e Cavalcante (2019, p. 15), ao discutirem o papel que o neopentecostalismo tem tido numa das áreas mais importantes da saúde pública, a saúde mental e a política de drogas, descrevem que particularmente a partir de 2005, diante de uma maior difusão do consumo de crack no País, seguida por várias tentativas do governo federal de implantar "programas de enfrentamento ao crack", houve uma significativa expansão da oferta das chamadas "Comunidades Terapêuticas" (CTs), cuja abordagem é centrada em internações de média permanência e abstinência absoluta (em oposição a tendências e recomendações internacionais para políticas menos proibicionistas e mais centradas em abordagens de redução de danos), com relatórios oficiais indicando inúmeros problemas e violações dos direitos humanos. As CTs já existiam desde o final da década de 1960, mas se proliferaram de forma rápida no País no período mais recente, seja por meio de organizações religiosas ligadas a inúmeras igrejas cristãs, seja por organizações privadas de caráter lucrativo.

Estamos diante de um projeto societário ultraneoliberal, numa disputa ainda mais ávida do capital pelo fundo público, mas a face singular que este projeto assume no presente contexto é a do que tenho compreendido como um *neoliberalismo confessional*[5] que surge no vértice entre a dificuldade da classe trabalhadora contemporânea de oferecer resistência organizada à superexploração e a construção paulatina de um "novo homem" muito mais suscetível superestruturalmente às influências do capital.

Esta reflexão se alinha com algumas autoras e autores que têm localizado o Brasil no panorama global da desdemocratização que se tornou indispensável ao projeto neoliberal. A partir daí, teria se alargado e cruzado com a fórmula da "ideologia de gênero" e a outras pautas conservadoras, configurando uma pedra angular da dinâmica eleitoral. Para Rosa (2019),

> A forma de governo neoliberal conecta produção e direção das condutas e classifica modos de existência de acordo com a renda, a herança, o mérito, o trabalho: cada um desses itens prescreve certo modo de ser. Nesse propósito, uma de suas principais estratégias seria sua forma de subjetivação, fabricando sujeitos cujos valores obedeceriam à lógica de mercado, para então conduzir suas condutas (ROSA, 2019, p. 154).

O BRICS que inicialmente congregava países autoritários e democráticos, passou praticamente a só congregar regimes *desdemocratizados* ou abertamente autoritários:

> Um argumento central dessa linha de argumentação é que o capitalismo, em sua atual conformação neoliberal e financeira, em que pesem as premissas liberais clássicas, não depende ou muito menos assegura ambientes políticos democráticos. O neoliberalismo é altamente adaptável. Foi 'testado' na ditadura católica de Pinochet, para depois ser transportado para os mais diversos ambientes políticos ao redor do mundo, incluindo a China 'comunista'. Achille Mbembe, em um pequeno artigo publicado em 2016, vai além, sugerindo que essa formação econômica é incompatível com a democracia (CORRÊA, 2018).

Por que chamo então esse neoliberalismo de *confessional*? Confessional diz respeito neste caso à agudização da vinculação tática do neoliberalismo a instituições e discursos de origem religiosa e/ou moralizadoras, notadamente de origem cristã. A estas instituições têm cabido a construção da hegemonia conservadora capitaneada pelo *ethos* mercadológico. Em direção semelhante Corrêa (2019) afirma que

> Ela não pode ser totalmente compreendida se não for situada na cartografia da contínua neoliberalização global da economia e dos modos de vida. Do ponto de vista interno, tampouco pode ser considerada uma surpresa, uma vez que convivemos com os sinais de uma restauração conservadora pelo menos desde meados da década de 2000, quando se tornaram mais palpáveis e de forma bastante significativa no âmbito dos debates legais e das políticas públicas referentes ao direito ao aborto e aos direitos sexuais.

A moralidade[6] neoliberal confessional irrompeu de maneira feroz no centro da campanha eleitoral especialmente na "espiral discursiva em torno da díade ideologia de gênero-comunismo" (Id. Ibid.). Os temas de gênero e sexualidade não eram vistos como politicamente relevantes pela maioria dos analistas políticos, mesmo os do campo da esquerda. No entanto, concordo com a análise de Corrêa (2019), de que atualmente não é possível compreender totalmente a gradual mas firme guinada para a direita da política brasileira, sem considerar as transformações que tiveram lugar nas ordens de gênero e sexualidade no decorrer da reconstrução democrática brasileira: aumento dos níveis de escolaridade feminina e da participação feminina no mercado de trabalho, declínio da fecundidade feminina, mudanças nas estruturas famili-

ares e (por que não?) a visibilidade sem precedentes dos sujeitos que se identificam como LGBTIQ+. As formações autoritárias e de direita que tomaram corpo na paisagem política brasileira ao longo dos últimos cinco anos devem ser lidas também como reação a essas transformações.

Esta moralidade tática e cuidadosamente construída se constitui não apenas nos micros espaços de cultos neopentecostais diariamente dispersos massivamente de norte a sul do País, ou através dos programas de rádio e TV religiosos controlados por conglomerados empresariais[7]. Os/as eleitores/as de Bolsonaro pertenciam a diferentes religiões, mas eram sobretudo neopentecostais. O número de fiéis do neopentecostalismo tem aumentado e sua representação no Congresso, nos últimos anos, tem sido cada vez maior encarnando uma das mais importantes mudanças culturais – e políticas – do Brasil:

> A partir de 2016, com o governo golpista de Temer e o crescente poder das igrejas evangélicas mais radicais na sociedade, nas redes sociais e nos aparelhos de Estado, processo que teve seu auge no seu explícito e crucial apoio à campanha e à vitória de Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018, ficou ainda mais claro para nós a importância de uma abordagem mais ampla, sistemática, profunda e menos superficial das diversas facetas do fenômeno de crescimento destas igrejas, em sua dinâmica histórica, social e psicossocial. (VASCONCELOS; CAVALCANTE, 2019, p. 18).

Todavia, como pudemos observar, a incidência desta moralidade não se restringe aos indivíduos vinculados organicamente às práticas religiosas neopentecostais, ela age virtualmente potencializada pela popularização do acesso às redes sociais virtuais no Brasil. Conforme pesquisa da empresa *GlobalWebIndex*, em 2019, analisando 45 dos maiores mercados de Internet do mundo, o Brasil é o segundo país no mundo onde as pessoas gastam mais tempo nas redes sociais. Enquanto a média mundial estava em 143 minutos, a média brasileira foi de 225 minutos diários (BBC NEWS BRASIL, 2020).

Estamos diante de um projeto societário ultraneoliberal, numa disputa ainda mais ávida do capital pelo fundo público, mas a face singular que este projeto assume no presente contexto é a do que tenho compreendido como um *neoliberalismo confessional*[5] que surge no vértice entre a dificuldade da classe trabalhadora contemporânea de oferecer resistência organizada à superexploração e a construção paulatina de um "novo homem" muito mais suscetível superestruturalmente às influências do capital.

O Brasil tinha, em 2018, 140 milhões de usuários ativos nas redes sociais, o que corresponde a 66% da população. A rede social favorita dos brasileiros era o *YouTube* (95%), seguida do *Facebook* (90%) e pelo *WhatsApp* (89%), e a maioria navega na Internet pelo celular (61%). Em média essas pessoas gastam 3,5 horas do seu dia nas redes sociais e têm majoritariamente entre 18 e 34 anos de vida (RIBEIRO, 2020).

O fato da maioria das pessoas de menor renda navegar exclusivamente pelo celular (80%), longe de ser uma preferência, vem sendo retratado como mais uma evidência da desigualdade entre ricos e pobres no País, no que diz respeito ao acesso à Internet e é uma tendência preocupante do ponto de vista dos interesses da classe trabalhadora. O preço médio do *megabit* oferecido pelas operadoras no País ainda hoje empurra a maioria da população para a dependência exclusiva do celular, com aparelhos e conexões móveis precárias e planos com limites de dados. Isso cria distinções importantes acerca do que uma pessoa pobre pode fazer quando navega pela Internet: não pode assistir filmes, baixar documentos pesados, usar chamadas de voz, acessar serviços de governo eletrônicos, entre outras restrições. De um modo geral, essas pessoas ficam presas exclusivamente a aplicativos gratuitos, acessados a partir de pacotes limitados e serviços patrocinados que não consomem os dados de franquia. Em outras palavras, só tem acesso ao *Facebook*, ao *WhatsApp* e a outros *apps* previamente definidos pela operadora (VALENTE, 2018).

Não foi à toa, portanto, que a jornalista Eliane Brum, analisando os motivos da eleição do primeiro presidente eleito de extrema direita[8] no Brasil, em 2018, sem que tenha comparecido a nenhum dos debates promovido pelas mídias tradicionais, destacou que

> os gritos das pessoas que ocuparam o gramado da Esplanada dos Ministérios, em Brasília, foram a parte mais reveladora da posse de Bolsonaro, em 1º de Janeiro. Eufórica, a massa berrava: "*WhatsApp*! *WhatsApp*! *Facebook*! *Facebook*!". Quem quiser compreender esse momento histórico terá que passar anos dedicado a analisar a profundidade contida no fato de eleitores berrarem o nome de um aplicativo e de uma rede social da Internet, ambos de Mark Zuckerberg, na posse de um presidente que as elegeu como um canal direto com a população e deu a isso o nome de democracia.

A campanha eleitoral brasileira para a Presidência da República de 2018 foi realizada quase totalmente pela via cibernética e em redes sociais como o *WhatsApp* (CORRÊA, 2019) e das empresas especializadas em produzir resultados eleitorais, como a Cambridge Analityca, operando através do uso de *fake news* difundidas via *Facebook* (CARTA CAPITAL, 2019), cuja lógica operacional foi explicada no excelente documentário de Thomas Huchon, intitulado "Driblando a democracia: como Trump venceu", de 2018. Uma das *fake news* mais comentadas, talvez pelo alto teor de absurdo que comportava, é que o candidato de centro esquerda, caso vencesse as eleições, distribuiria nas creches mamadeiras em formato de pênis. Através da reiteração de uma certa moralidade, tem sido possível que forças ultraconservadoras influenciem nas conjunturas, nas eleições e no destino de instituições e políticas sociais em diferentes países.

Sob algumas perspectivas analíticas, no centro da vitória eleitoral conservadora está a agenda econômica neopinochetista capitaneada por Paulo Guedes, ainda que a vitória tenha sido impulsionada por discursos anticorrupção, antipetista e pela retórica moral fanática a respeito de gênero, sexualidade e aborto disseminados pela "máquina cibernética". O autor atribuiu a estes últimos elementos o caráter de "cortina de fumaça". Me alinho, entretanto, à leitura de Corrêa de que as duas formações – neoliberalismo e conservadorismo moral e social – se entrelaçam no capitalismo tardio, mesmo em condições ditas democráticas (CORRÊA, 2019) e que eles não são uma cortina de fumaça, mas

> uma cola simbólica agregando os conteúdos díspares do arranjo, assim como potenciais seguidores. Essa cola não amalgamou conteúdos e atores hostis às questões da sexualidade, gênero e aborto, mas também e, talvez mais significativamente, amalgamou os elementos dispersos relacionados à outra face deste dispositivo: o espectro do comunismo. Na Colômbia, como analisado por Franklin Gil, o ataque de 2016 à "ideologia de gênero" no referendo sobre o Acordo de Paz pavimentou o caminho para a demonização da esquerda nas eleições de 2018. No Brasil, "gênero como comunismo", e vice-versa, flutuaram livremente no denso espaço cibernético da campanha, cada um desses elementos alimentando a imaginação política e de adesão de diferentes grupos de potenciais eleitores.

Brum (2019) aventa algumas hipóteses que vão em direção semelhante ao que afirmamos acima para o entendimento de como chegou ao mais alto cargo da nação um homem que é o "mediano dos medianos", no sentido de não ter em sua biografia política ou pessoal nenhum feito excepcional que justificasse tamanha ascensão. Para ela, o novo presidente representa, principalmente, o brasileiro que nos últimos anos sentiu que perdeu privilégios:

> nem sempre os privilégios são bem entendidos. Não se trata apenas de poder de compra, o que é determinante numa eleição, mas daquilo que dá chão a uma experiência de existir, aquilo com que faz com que aquele que caminha se sinta em terra mais ou menos firme (BRUM, 2019).

O presidente, nas pesquisas de intenção de voto, era o preferido especialmente entre os homens, especialmente entre os brancos e, especialmente, entre os que ganhavam mais, mas Brum (2019) lembra que isto não significou que ele não tenha tido uma votação significativa entre mulheres, negros e os que ganham menos, do contrário, não teria conseguido estatisticamente se eleger. Vale compreender melhor o porquê da adesão dos demais segmentos da sociedade, o que discutiremos mais adiante. Por ora, vale resgatar o que ela chama de irrupções nos anos anteriores à eleição, que teriam perturbado nos homens brancos e bem remunerados esse sentimento de caminhar em território conhecido.

Entre as irrupções, Brum destacou: o fato das mulheres terem dito a estes homens com uma ênfase inédita que não seria mais possível "fazer gracinhas" ou assediar nas ruas, no trabalho ou em qualquer outro lugar; o fato da violência sexual e da violência doméstica terem sido expostas e reprimidas como em nenhum outro momento da história do País, principalmente após a aprovação da Lei Maria da Penha; o fato da população LGBTIQ+ ter se feito mais visível e ter passado a exigir como nunca seus direitos e a denunciar a LGBTfobia. Em outras palavras, a posição de homem heterossexual no topo da hierarquia social jamais foi tinha sido tão questionada como nos últimos anos.

Além dessas irrupções mais diretamente ligadas às relações de gênero e à sexualidade, destaca-se o campo de disputa das relações étnico-raciais onde a instituição do sistema de cotas raciais nas universidades, o Estatuto da Igualdade Racial, a Política Nacional de Saúde da População Negra (conquistas reconhecidas pelos governos do PT) atingiram fundo os privilégios de raça, tão enraizados e interseccionais com os privilégios de classe e de gênero no Brasil.

Para uma parcela da população foi se tornando cada vez mais inaceitável que negros/as não aceitassem passivamente ser a maioria nas piores estatísticas e pleiteassem condições de vida semelhantes às dos brancos, como o acesso às vagas nas universidades públicas nas carreiras mais disputadas, historicamente ocupadas por brancos. Essa parcela da população não consegue admitir que os/as negros/as nunca aceitaram e seguirão não aceitando um lugar subalterno e mortífero na sociedade brasileira, sem que haja conflitos. Basta ter lido alguns livros de história do Brasil para entender que os conflitos étnico-raciais não foram uma invenção petista como o bolsonarismo apregoa.

Vale acrescentar que na segunda década do século XXI, outro fato atingiu profundamente um privilégio histórico das famílias da elite branca brasileira, gerando aí uma outra irrupção perturbadora do sentimento de estabilidade desta elite: a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) conhecida como "PEC das Domésticas" que colocou limite à jornada de trabalho e instituiu o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para essa categoria profissional formada majoritariamente por mulheres negras. As domésticas ainda hoje têm a atribuição que o colonialismo fez incidir sobre as mulheres escravizadas. Nesse caso, a medida afetou, sobretudo as famílias brancas de classe média que se tornaram as mais ressentidas pela perda da "escrava contemporânea" que fazia todo o serviço da casa e/ou cuidando dos filhos dos patrões por um tempo ilimitado de horas, mais especificamente atingiu as mulheres brancas de classe média que em grande parte ainda são responsáveis pela administração doméstica, apesar das conquistas feministas. As reações neoconservadoras aí produziram reclamações sobre os "privilégios" (direitos) das empregadas.

As proposições espúrias de criar o "dia do orgulho heterossexual" ou o "dia do homem", ou ainda, o "dia do branco", são reativas neoconservadoras que ilustram esta afirmação. Elas são espúrias porque não faz sentido criar datas de valorização do que já é socialmente privilegiado e usufrui de vantagens.

O "homem médio" que Brum (2019) sintetiza e que poderíamos entender como aquele sujeito que encarna os padrões hegemônicos de masculinidade, tende a considerar como um direito seu (e não como o privilégio que, de fato, é) falar o que bem entende, especialmente para uma mulher e/ou para uma pessoa homossexual. Quando não pode fazê-lo, tende a acusar o "politicamente correto" pelas restrições que lhe são impostas. Não à toa, o ataque para a liberação da nação do "politicamente correto" tem sido um dos temas mais caros a Bolsonaro e seus seguidores e não o ataque à desigualdade social ou qualquer tema que altere diretamente as condições materiais de vida.

Para Brum (2019), o ressentimento contra a supressão de seu direito de agressão não é uma característica apenas dos homens que ocupam o topo da hierarquia, pois "para um homem pobre, seja ele branco ou negro, tripudiar sobre gays e/ou mulheres na vida cotidiana pode ser a única prova de 'superioridade' enquanto enfrenta o massacre diário de uma jornada extenuante e mal paga. Bolsonaro compreendeu isso muito bem". Estrategicamente ele passou a vincular o politicamente correto ao socialismo, grande fantasma que historicamente assombra as elites. Conforme destacado por Brum, Bolsonaro afirmou: "É com humildade e honra que me dirijo a todos vocês como presidente do Brasil e me coloco diante de toda a nação neste dia como um dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, se libertar da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto".

A ascensão ao poder maior da nação – por mais estranho que isso possa parecer – se construiu em grande medida pela promessa a esse "brasileiro acorrentado" de retomar os seus direitos (privilégios), o principal deles é o de ofender seja na mesa de bar ou em qualquer outro espaço quem não seja a sua imagem e semelhança e/ou conteste seus privilégios: feministas, dissidentes sexuais, socialistas, antirracistas. Como descrito por Brum (2019), são "principalmente homens, mas também mulheres que sentem que a opressão resultante da eleição da extrema direita é um preço baixo a pagar para voltar a um território que, mesmo asfixiante, é conhecido e supostamente mais seguro num mundo movediço".

O ressentimento é potencializado pela crise capitalista mundial e pelos efeitos dessa crise na realidade brasileira, sobretudo a ameaça de desemprego, a partir de 2015, gera o ataque. O ataque é conduzido, sobretudo por homens, heterossexuais e brancos que se sentem sem chão:

> excluídos das elites intelectuais, pressionados a ser 'politicamente corretos' porque outros saberiam mais do que eles, ridicularizados na sua macheza fora de época, assombrados por mulheres até mesmo dentro de casa, reagem. Como se sentem fracos, reagem com força desproporcional (BRUM, 2019).

Para a autora, Bolsonaro oferece a eles a sensação de que "a ordem do mundo volta ao normal", porque não é um homem melhor do que eles, é igual a eles. A partir daí, eles voltariam também ao "governo de suas próprias vidas, sem serem questionados nem precisarem ser questionados sobre temas espinhos como, por exemplo, a sexualidade e seu lugar na família e na sociedade" (Idem, 2019).

Ao que parece, a extrema direita conseguiu enxergar com maior nitidez do que alguns segmentos da esquerda, a vinculação intrínseca entre a construção de uma sociedade baseada na superexploração econômica de uma classe sobre a outra e a desconstrução de uma agenda libertária no plano dos costumes. Compreender esta vinculação intrínseca se torna possível quando consideramos o conceito gramsciano de hegemonia que tem dois significados principais:

> é um processo na sociedade civil pelo qual uma parte da classe dominante exerce o controle, através de sua liderança moral e intelectual, sobre outras frações aliadas da classe dominante; é a relação entre as classes dominantes e as dominadas. A hegemonia compreende as tentativas bem sucedidas da classe dominante em usar sua liderança política, moral e intelectual para impor sua visão de mundo como inteiramente abrangente e universal, e para moldar os interesses e as necessidades dos grupos subordinados [...] a hegemonia acomoda-se à natureza mutante das circunstâncias históricas, e às exigências e ações reflexivas dos seres humanos [...]; a hegemonia não é uma força coesiva. Ela é plena de contradições e sujeita ao conflito (CARNOY, 1990, p. 95).

Ao refletirmos sobre os traços que compõem predominantemente a moralidade neoconservadora necessária à criação de um novo homem dócil/obediente, no presente contexto, construímos o sinótico Quadro 1 para melhor ilustrá-la.

Quadro 1 - Aspectos da moralidade conservadora de um "novo homem"

Aspectos da moralidade conservadora de um "novo homem"	
Famílias e costumes	Religiosidade
sexismo, misoginia, moralismo sexual, masculinidade tóxica, contencionismo, biologicismo essencializador, familismo, maternalismo, adultocentrismo, LGBTIQ+fobia, censura, perseguição a dissidentes, ataques à discussão de gênero e sexualidade nas escolas	intolerância religiosa, racismo, etnocentrismo, eurocentrismo, dogmatismo cristão, confessionalismo de Estado, criacionismo, teologias da prosperidade, anticientificidade, ataques progressivos à laicidade do Estado, mercado de produtos religiosos
Gestão do espaço público	Economia
militarização do Estado, militarização dos costumes, naturalização da violência, culpabilização e criminalização da pobreza, criminalização dos movimentos sociais, guerra às drogas, formação de milícias paramilitares, guerra às instituições democráticas, políticas sociais focalistas, destituição de terras de quilombos e áreas indígenas, armamentismo	acumulacionismo burguês, consumismo, empreendedorismo, individualismo, predatismo dos recursos naturais, negacionismo climático, elitismo, privatização do público, negação de direitos trabalhistas e previdenciários, apologia do livre mercado

Fonte: Elaborado pelo Autor (2020).

São, portanto, velhos elementos da nossa formação econômica, política e cultural articulados em masculinidades e feminilidades docilizados por um Cristo que aceita doações no cartão de crédito. Trata-se de produzir sujeitos políticos "indiferentes à verdade, à liberdade política e à igualdade, que tendem a aderir facilmente às agendas políticas antidemocráticas" (CORRÊA, 2019).

No Brasil, é preciso destacar o surgimento/crescimento de poderosos conglomerados econômicos a partir de instituições religiosas, movimentando bilhões de reais em escala industrial[9], através de empresas de telecomunicação principalmente, mas de muitas outras e até de bancos, como o Banco Renner, que teve 49% do seu capital acionista comprado em 2009 pelo grupo Record presidido pelo Bispo Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus (VAZ, 2019). O Banco Renner, por sua vez, foi vinculado em 2009 ao

Grupo Record, que fatura mais de 3 bilhões de reais. Em 2011, o Banco Renner já tinha 25% de suas operações vinculadas a Record, conforme dados do Jornal do Comércio (BELEDELI, 2020). Vale registrar que em 2009, pouco antes da transação que permitiu a compra do banco pelo Bispo, a presidenta da República, Dilma Rousseff assinou um decreto que possibilitou a aquisição de 49% de um banco nacional por investidor estrangeiro (caso do bispo, que é domiciliado no exterior).

Tais instituições vêm elegendo nas últimas três décadas sucessivamente políticos conservadores em todos os níveis e poderes da Federação. As instituições cristãs (neopentecostais e católicas conservadoras) têm ainda grande poder e influência em amplos setores da economia e da vida social, tais como indústrias, gravadoras, editoras, jornais, instituições educacionais (incluindo universidades), transporte público e de mercadorias, segurança privada e pública, entre outros.

Um obstáculo à construção desta moralidade burguesa neoliberal, que igualmente expõe as contradições dela, vem sendo as discussões políticas em torno do pertencimento étnico-racial e de gênero problematizadas de forma sem precedentes na arena política brasileira, sobretudo trazidas pelo feminismo negro ou decolonial. Tais movimentos põem em xeque os estereótipos de gênero, as relações de poder (inclusive as transnacionais), as identidades e o *modus vivendi*, incidindo sobretudo entre aqueles/as mais jovens que vêm conhecendo e se engajando, principalmente a partir da expansão do acesso ao ensino superior público da última década. Entram aí os/as que vivem nas periferias e favelas das grandes cidades brasileiras e são igualmente disputados pelo neopentecostalismo e pela renovação carismática católica.

> Os fundamentos hierárquicos, androcêntricos (quando não francamente patriarcais), homofóbicos e disciplinares da política religiosa e secular sobre a moralidade são funcionais às mais variadas formas de ordens autocráticas e autoritárias. No entanto, nem todas as sociedades sujeitas a esses regimes foram tão profundamente penetradas pelas racionalidades neoliberais. O contexto sempre importa (CORRÊA, 2019).

Conforme analisa Correa, "entre as feministas do sul global, as latinas já nos anos 90 eram as que estavam mais familiarizadas com as teorias críticas de gênero e sexualidade" (CORRÊA, 2018, p. 13). A construção da moralidade conservadora tem, assim, nas cruzadas antigênero um elemento central, sobretudo pelo potencial crítico das discussões de classe, gênero, sexualidade e raça. Longe de serem restritas à dimensão subjetiva, tais discussões, quando orientadas por uma abordagem interseccional, permanecem desestabilizando os supostos fundamentos lógicos desta moralidade burguesa neoliberal que vem sendo construída, sobretudo num contexto em que os feminismos se tornaram movimentos sociais de massa, assim como os movimentos dissidentes sexuais e de gênero.

Correa (2018) também situa o início das "multifacetadas cruzadas contra o gênero" nos anos de 1990. Ela descreve que na ECO 92, o termo gênero foi gravado num documento intergovernamental, mas tinha naquele momento o sentido de designar apenas diferenças entre homens e mulheres. O termo "saúde reprodutiva" suscitou na ocasião bem mais protestos, ataques e manobras da Santa Sé, do que o termo gênero. A Conferência do Cairo de 1994 teve uma atmosfera "impregnada de sexualidade", tocando em temas como lesbianidade, sexualidade adolescente e direitos sexuais e, a partir dela, o Vaticano incluiu os direitos das lésbicas como antihumanos em seus documentos, tentou contestar a ideia de que os direitos das mulheres são direitos humanos, tentou impedir a revisão das leis punitivas do aborto, tentou impedir a educação sexual das meninas e a inclusão da orientação sexual no capítulo dos direitos humanos, mas o termo gênero ainda não foi alvo de grandes controvérsias. A Santa Sé perdeu na ocasião todas aquelas batalhas e ainda não havia amadurecido plenamente sua posição sobre gênero e aí ocorreu um recuo temporário nas batalhas.

Em 1999 e 2000 ocorreu a revisão + 5 da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (CIPD) e da IV Conferência Mundial da Mulher (IV CMM), e durante sua realização, o gênero passou a ser frequentemente atacado. Sempre que o termo surgia no cenário internacional de DH, passou a ser rejeitado por várias delegações que argumentaram que ele remetia "à homossexualidade, à pedofilia e a outras perversões sexuais".

Correa destaca que dois livros foram publicados e fundaram a cruzada contra o gênero: *O Sal da Terra* (do então Cardeal e, posteriormente, Papa, Joseph Ratzinger, 1997) e *Agenda de Gênero* (da jornalista e liderança da Coalisão das Mulheres pela Família, organização da ultradireita católica norte-americana, Dale O' Leary, 1997 e 2008). Ou seja, partiu desta literatura essencialmente católica, a construção paulatina de uma política antigênero mundialmente disseminada.

A autora registra o papel estratégico da América Latina na dinâmica geopolítica daquele momento em torno de questões de gênero e sexualidade. Embora países como o Sudão e Malta tenham sido instrumentalizados pelo Vaticano e tenha havido uma inusitada aproximação do Vaticano com os países islâmicos, o que predominou naquele momento foi a atuação de países latino-americanos, como Honduras, Nicarágua e El Salvador. Já

era corrente a prática de adulterações textuais e a disseminação do pânico moral. A América Latina já estava no radar do Vaticano e de seus aliados, especialmente as feministas latino-americanas no final dos anos 90.

Neste contexto de neoliberalismo confessional, um efeito concomitante é a transferência cada vez maior de responsabilidades sociais do Estado e remessa de recursos financeiros para organizações confessionais, declaradas ou não como tais, como no caso das OSs, das fundações e das comunidades terapêuticas na política de saúde. O acesso privilegiado aos recursos públicos contribui para a reprodução tentacular do poder institucional neoconservador.

Vale registrar que a forte incidência dos grupos religiosos neoconservadores na cena pública brasileira precisa ser compreendida como complexa e paradoxal, no sentido sugerido por Vasconcelos e Cavalcante (2019, p. 20):

> Se trata de um fenômeno complexo e paradoxal: tendo como pano de fundo a longa história humana de utilização de práticas religiosas para lidar com situações sociais e existenciais limite, no atual contexto neoliberal de crise econômica, políticas radicais de ajuste fiscal e de amplo retrocesso das políticas sociais e na dinâmica democrática, a expansão dessas igrejas, em suas vertentes mais fundamentalistas, produz ao mesmo tempo apoio social e, paradoxalmente, intolerância religiosa e regressão das conquistas sociais, nos direitos humanos e até nos avanços históricos colocados pela emergência do sistema republicano.

Já sabemos a resposta sobre o que as políticas sociais sofrem num contexto de ultraneoliberalismo potencializado pelo neoconservadorismo expresso na "pauta dos costumes": restrições orçamentárias e redistribuição do fundo público para o mercado privado, privatizações, retração da regulação do Estado, refilantropização das políticas sociais e agudização das expressões da questão social. Um novo homem médio é necessário para aceitar tantas e tão graves perdas, uma das formas de fazê-lo é através de mentiras que o façam crer que essa agudização e intensa precarização da vida são consequências do "uso de drogas", da "ideologia de gênero", "dos/as homossexuais que contrariam as leis de deus", "das cotas que privilegiam negros", "dos macumbeiros", "das mães desnaturadas que fazem aborto", "dos favelados", "dos quilombolas", "dos estrangeiros", "dos índios vagabundos", "dos defensores de direitos humanos defensores de bandidos", "dos comunistas", "dos ecologistas que tocam fogo na floresta"

A partir daí, é fácil admitir a existência de políticas sociais onde ocorrem interditos à população usuária em razão de suas características culturais ou comportamentais, onde ocorre perseguição religiosa ou favorecimento de neopentecostais e, também, onde é possível revitimizar pessoas que historicamente sofreram os efeitos sinérgicos de profundas e múltiplas desigualdades sociais. Não é simples fazer frente a tão complexas configurações do real, mas um necessário passo é o abandono de formas fragmentárias de avaliar o presente contexto:

> Constatamos hoje que há diferentes formas de opressão que geram sofrimento humano, como aquelas oriundas da exploração e fetichização econômica, luta de classes, problemas ecológicos e sustentabilidade planetária, clivagens de gênero, etnia, identidades sexuais, dimensões subjetivas e psíquicas, religiosas, geracionais. Embora elas mantenham sempre formas de articulação com as relações sociais, o desconhecimento das diferentes formas específicas de reprodução e das lutas potenciais nos espaços destas variadas formas de opressão e suas ideologias pode levar um movimento social emancipatório particular a continuar reproduzindo nas suas práticas as demais formas específicas de opressão (VASCONCELOS; CAVALCANTE, 2019, p. 35).

Todo o caminho de reflexão aponta para a necessidade de produzirmos resistências múltiplas e cada vez maiores e de qualificarmos essas formas de resistência, buscando não sacrificar na nossa práxis nenhum dos elementos que constituem o que estamos chamando de neoconservadorismo. Parto de uma abordagem interseccional em que a dominação capitalista e, portanto, de classe, é percebida de forma interdependente de outros marcadores sociais de diferenças como o pertencimento étnico-racial, o pertencimento de gênero e a sexualidade. Não há hierarquia, independência ou fixidez entre estes marcadores. Conforme demonstra a antropóloga feminista Piscitelli (2008, p. 267), gênero, raça e classe não podem ser pensados como sistemas de dominação, opressão que marginalizam e determinam identidades. A autora afirma que, conforme está presente em diferentes momentos da obra de Michel Foucault, o poder não é algo que uns têm e outros não. Ele é uma relação. Além disso, ele não é apenas repressivo, mas produtivo. Não apenas suprime, mas produz sujeitos. As relações de poder se alteram constantemente e são marcadas por conflitos e pontos de resistência. A abordagem da autora considera, sobretudo, o poder de agência coletiva e individual dos sujeitos, mesmo diante de situações extremas de sobrevivência.

Este artigo não tem deliberadamente considerações finais. Elas pressupõem um caráter finalístico que não posso imprimir a esta discussão. Enquanto finalizo a redação destas notas, estamos em plena pandemia de Covid-19 e o peso das decisões político-eleitorais se faz mais oneroso do que nunca para os segmentos que foram historicamente mais alijados da riqueza e da proteção social: negros/as, mulheres, idosos/as, crianças/adolescentes pobres, imigrantes de países pobres, povos originários, populações quilombolas, apenados, trabalhadores informais, população vivendo nas ruas, populações que habitam as periferias e favelas.

Há também muita resistência em curso no País e fora dele às novas e perversas roupagens do neoliberalismo confessional. Reduzir este cenário complexo à disputa entre duas figuras públicas ou entre dois partidos políticos é uma maneira restrita e insuficiente de enfrentá-lo. Nunca é demais lembrar que a classe trabalhadora tem diferentes pertencimentos de gênero, étnico-raciais, geográficos, religiosos, geracionais e políticos. Apreender a complexidade de suas características no Brasil contemporâneo, é fundamental no fortalecimento de um projeto societário que tenha a emancipação humana como horizonte, nos termos de Barroco (1999):

> Contra o moralismo conservador e a moralidade burguesa apresentam-se perspectivas éticas oriundas do processo de lutas das classes trabalhadoras que apontam para projetos de emancipação humana colocados no horizonte de uma nova moral e de uma nova sociedade capazes de criar condições para a vivência e universalização da liberdade. (BARROCO, 1999, p. 128).

A perspectiva emancipatória é também explorada por Vasconcelos (2019) num contexto mais recente. Sobre ela, o autor faz uma recomendação, com a qual precisamos somar, uma certa aliança entre diferentes paradigmas técnico-científicos progressistas do ponto de vista ético-político:

> Se quisermos construir um projeto ético-político emancipatório para as sociedades humanas, que parta dos interesses históricos das classes trabalhadoras de nossos países e também incorpore todas essas lutas antiopressivas dos movimentos sociais libertários e progressistas, teremos de adotar uma abordagem interdisciplinar e pluralista que opere diálogos interparadigmáticos com as teorizações e campos de conhecimentos que sustentam estas lutas e/ou que as subsidiam. (VASCONCELOS, 2019, p. 36).

Por isso, nunca precisamos ser tantos/as e tão plurais nas estratégias de enfrentamento, pois são múltiplos os *fronts* dessa disputa entre projetos societários. Estamos diante de bem mais do que uma "onda conservadora" ou do triunfo de um candidato nas eleições. Estamos diante da luta sangrenta pela imposição de um novo homem absolutamente distante do ideário da emancipação humana, pela imposição de um capitalismo neoliberal, desdemocratizado, militarizado e, em larga medida, confessional. Compreender o modus operandi da extrema direita é condição *sine qua non* para superar análises economicistas da cena brasileira contemporânea e para produzir estratégias de resistência.

Referências

BARROCO, Maria Lúcia S. Os Fundamentos Sócio-Históricos da Ética. *In*: CFESS/ABEPSS. *Capacitação em Serviço Social e Política Social* – Módulo 2: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999. p. 119-136.

BARROCO, Maria Lúcia S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. *Revista Serviço Social & Sociedade,* São Paulo, n. 124, p. 623-636, 2015.

BBC News Brasil. BRASIL é o 2º em ranking de países que passam mais tempo em redes sociais. *Época Negócios*, 6 set. 2019. Disponível em: https://is.gd/HcNWRw. Acesso em: 03 abr. 2020.

BELEDELI, Marcelo. Banco Renner se repagina após 30 anos de mercado. *Jornal do Comércio*, 05 de junho de 2020. Disponível em: https://is.gd/gpKx50. Acesso em: 06 maio 2020.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. *Revista Serviço Social & Sociedade,* São Paulo, n. 124, p. 637-651, 2015.

BRUM, Eliane. O homem mediano assume o poder: o que significa transformar o ordinário em 'mito' e dar a ele o governo do país? *El País*, Opinião, 04 fev. 2019. Não paginado. Disponível em: https://is.gd/U7HgyV. Acesso em: 11 maio 2020.

CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. Campinas: Papirus, 1990.

CARTA CAPITAL. "As pistas do método 'Cambridge Analytica' na campanha de Bolsonaro". 19 de outubro de 2018. Disponível em: https://is.gd/21OEvh. Acesso em: out. 2019.

CORRÊA, Sonia. "A 'política do gênero': um comentário genealógico". *Cadernos Pagu,* Campinas, n. 53, 2018.

CORRÊA, Sonia. Eleições brasileiras de 2018: a catástrofe perfeita? *Sexual Policy Watch* (SPW). Disponível em: https://is.gd/VIagXP. Acesso em: 03 jul. 2019.

DRIBLANDO a democracia: como Trump venceu as eleições. Produção de Antoine Rubin. Dirigido por Thomas Huchon. Paris: 2018. Disponível em: https://is.gd/ToBFYy. Acesso em: jul. 2019. Duração: 52 min.
FERREIRA, Guilherme Gomes. Conservadorismo, fortalecimento da extrema direita e a agenda da diversidade sexual e de gênero no Brasil contemporâneo. *Revista Lutas Sociais:* revista vinculada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, São Paulo, v. 20, n. 36, p. 166-178, 2016.
IAMAMOTO, Marilda. O Serviço Social na cena contemporânea. *In*: CFESS/ABEPSS. *Serviço Social*: direitos e competências. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
JUNQUEIRA, Rogério. "A invenção da 'ideologia de gênero': a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero". *Psicologia Política*, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018.
LAVINAS, Lena; GONÇALVES, Guilherme Leite. Brasil 2018: direitização das camadas médias e polarização social. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 04 out. 2018. Disponível em: https://is.gd/IHC0G8. Acesso em: maio 2020.
LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema direita na Europa e no Brasil. *Revista Serviço Social & Sociedade,* n. 124, p. 652-664, 2015.
MELO, Alice. No ritmo de Jesus: donos de uma expressiva indústria gospel, os evangélicos vêm se firmando como produtores de cultura brasileira. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, p. 15-19, 2012.
PAULO NETTO, J. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. *In*: CFESS/ABEPSS. *Capacitação em Serviço Social e Política Social*, módulo 01: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: CEAD/UnB, 1999.
PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Revista Sociedade & Cultura:* revista do Departamento de Ciências Sociais e Pós Graduação em Sociologia*,* v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008.
RIBEIRO, Carolina. Conheça as redes sociais mais usadas no Brasil e no mundo em 2018. Disponível em: https://is.gd/zloiIE. Acesso em: 20 abr. 2020.
ROSA, Rafael Rocha da. Neoliberalismo, desdemocratização, subjetividade. *Revista Argumentos: revista do Programa de Pós Graduação em Filosofia da UFC*, ano 11, n. 21, p. 154-165, 2019.
SIMÕES, Carlos. A Ética das Profissões. *In*: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. *Serviço Social e Ética*: convite a uma nova práxis. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
SILVA, Ana Paula Procópio. *O contrário de casa grande não é senzala. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento social de Clóvis Moura*. 2017. 268 f. Tese (Doutorado) "Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.
VASCONCELOS, Eduardo Mourão; CAVALCANTE, Rita (org.). *Religiões e o paradoxo apoio social intolerância, e implicações na política de drogas e comunidades terapêuticas*. São Paulo: HUCITEC, 2019.
VALENTE, Jonas. "Celular se torna principal forma de acesso à internet no Brasil". Agência Brasil, 24 jul. 2018. Disponível em: https://is.gd/m2JYnt. Acesso em: 11 maio 2020.
VALLS, Álvaro L. M. *O que é ética*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
VAZ, Tatiana. Edir Macedo compra 49% do Banco Renner. *Revista Exame***.** Disponível em: https://is.gd/x4KeQX. Acesso em: 10 jul. 2019.

Notas

1 Para uma aproximação conceitual acerca do neoconservadorismo, recorremos a Barroco. A autora entende o neoconservadorismo como uma forma de enfrentamento ideológico das tensões sociais surgida da ofensiva neoliberal, no contexto da crise mundial do capitalismo dos anos 1970. A partir daí, o conservadorismo teria se reatualizado, incorporando princípios econômicos do neoliberalismo, sem renunciar ao seu ideário e do seu modo específico de compreender a realidade. O neoconservadorismo "apresenta-se, então, como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais" (BARROCO, 2015, p. 624).

2 Encontramos, em Iamamoto (2009, p. 19), a afirmação de que o capital fetiche na obra marxiana corresponde à forma mais coisificada do capital, quando o juro aparece como se brotasse da mera propriedade do capital, independente da produção e da apropriação do trabalho não pago [...]. A crescente elevação da taxa de juros favorece o sistema bancário e instituições financeiras, assim como a ampliação do *superávit primário* afeta as políticas públicas com a compressão dos gastos sociais, além do desmonte dos serviços da administração pública. Ela combina-se com a desigual distribuição de renda e a menor tributação de rendas altas, fazendo com que a carga de impostos recaia sobre a maioria dos trabalhadores.

3 Para uma rica discussão acerca do colonialismo constituído a partir da partilha da África no século XIX, que dividiu o mundo entre "brancos civilizados europeus" e "não brancos, bárbaros e selvagens" ordenado pelo racismo científico e sobre o quanto "esta visão de mundo fundamentou, não só o roubo das riquezas, mas a apropriação/negação de suas culturas, crenças, costumes, língua, religião, sistemas de parentesco e tudo o mais que os povos constituíram, estruturaram e dinamizaram durante séculos, antes de ter seus territórios invadidos", (SILVA, 2017, p. 36).

4 Para Paulo Netto (1999, p. 2), os projetos societários "são projetos coletivos, mas seu traço peculiar reside no fato de se constituírem como propostas para o conjunto da sociedade. Somente eles apresentam esta característica – os outros projetos coletivos (por exemplo, os projetos profissionais...) não possuem este nível de amplitude e inclusividade".

5 Embora confessional seja um adjetivo atribuído a instituições comprometidas com uma religião ou uma ideologia, a potência do confessionalismo contemporâneo parece ser o fato da sua moralidade se desconfessionalizar, no sentido atribuído por Junqueira ao analisar a emergência da cruzada antigênero no Brasil. O autor cita Romain Carnac, para quem houve uma desconfessionalização do discurso antigênero quando foi conferida a ele uma feição universalista e a possibilidade de apresentar-se não como uma resposta religiosa tradicionalista, mas como uma via "civilizacional" à altura dos desafios éticos contemporâneos. Assim, ficaram menos evidentes as matrizes católicas do discurso antigênero, permitindo que se revestisse de uma certa laicidade e figurar em documentos de Estado, diretrizes de políticas públicas e pronunciamento de dirigentes (JUNQUEIRA, 2018, p. 460).

6 Para Barroco (1999, p. 123-124), "a moral é o conjunto de costumes e hábitos culturais que transformados em deveres e normas de conduta responde à necessidade de estabelecer parâmetros de convivência social [...] no campo da moral as ações são valoradas como boas/más, justas/injustas, corretas/incorretas [...] a moral é histórica, ou seja, é relativa às condições socioeconômicas e culturais de cada momento histórico [...]. Ela não é puramente determinada pelos indivíduos em sua subjetividade A partir de um consenso social acerca do que é bom para a coletividade, cria-se uma expectativa de que os indivíduos respeitem tais deveres, mas para isso é preciso que eles os aceitem conscientemente como legítimos, daí a necessidade de vincular dever e consciência moral". Conforme Simões (2000, p. 67), ela é o "sistema normativo concreto que direciona a vida das pessoas, mas que existe objetivamente, independentemente da consciência delas; quer dizer, você trabalha, e mesmo que não tenha consciência de que age no seu trabalho com elementos morais, efetivamente você os têm".

7 Na visão de Valls (1994, p. 36), o cristianismo teria trazido "progresso moral à humanidade, mas também provocou e provoca fanatismos religiosos que ajudam a obscurecer a mensagem ética profunda da liberdade, do amor e da fraternidade universal, pois serviu de estímulo para os filósofos e moralistas".

8 Para Löwy (2015, p. 662-663), "o que é comparável na extrema-direita francesa e brasileira são dois temas de agitação sociocultural do conservadorismo mais reacionário: I) A ideologia repressiva, o culto da violência policial, o chamado a reestabelecer a pena de morte: é o caso na Europa da extrema direita e no Brasil da 'bancada da bala', fortemente representada no Congresso. II) A intolerância com as minorias sexuais, em particular os homossexuais. É um tema agitado, com certo sucesso, por setores religiosos, com referência católica (Opus Dei, Civitas etc.) na França e evangélica neopentecostal no Brasil".

9 Conforme Melo (2012, p. 16), somente o mercado *gospel* movimenta cerca de 12 bilhões por ano no País. Ele compreende uma esteira de transformação e assimilação cultural que inclui bailes *funk*, rodas de samba e pagode de Jesus, no Sudeste; de festas de forró e arrasta-pés de Cristo no Nordeste; bem como canções sertanejas em ode ao Senhor no Centro Oeste. Este mercado prolifera, sobretudo, nas zonas pobres das cidades.

Guilherme Silva de Almeida
gsdealmeida@gmail.com
Doutor em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)
Professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

UFRJ
Escola de Serviço Social
Av. Pasteur, 250 – Urca
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil
CEP: 22.290-240

Agradecimentos
Não se aplica.

Agência financiadora
Não se aplica.

Contribuições das autoras
Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação
Não se aplica.

Consentimento para publicação
Consentimento do autor.

Conflito de interesses
Não há conflito de interesses.